JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Prefeitura Municipal de Acorizal 4
Prefeitura Municipal de Alto Araguaia 7
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 7
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 7
Prefeitura Municipal de Apiacás 8
Prefeitura Municipal de Araguaiana 8
Prefeitura Municipal de Arenápolis 10
Prefeitura Municipal de Aripuanã 11
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 11
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 11
Prefeitura Municipal de Brasnorte 12
Prefeitura Municipal de Campinápolis 12
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 23
Prefeitura Municipal de Campo Verde 26
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 26
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 27
Prefeitura Municipal de Carlinda 28
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 28
Prefeitura Municipal de Cláudia 32
Prefeitura Municipal de Cocalinho 35
Prefeitura Municipal de Colíder 36
Prefeitura Municipal de Confresa 36
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 37
Prefeitura Municipal de Cuiabá 38
Prefeitura Municipal de Curvelândia 40
Prefeitura Municipal de Cáceres 41
Prefeitura Municipal de Denise 46
Prefeitura Municipal de Diamantino 46
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 46
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 47
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 47
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 47
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 48
Prefeitura Municipal de Guiratinga 48
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 49
Prefeitura Municipal de Itanhangá 50
Prefeitura Municipal de Itiquira 61
Prefeitura Municipal de Jaciara 85
Prefeitura Municipal de Jauru 85
Prefeitura Municipal de Juara 85
Prefeitura Municipal de Juruena 132
Prefeitura Municipal de Juína 132
Prefeitura Municipal de Marcelândia 166
Prefeitura Municipal de Matupá 167
Prefeitura Municipal de Nobres 169
Prefeitura Municipal de Nortelândia 169
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 169
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 171
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 179
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 181
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 181
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 181

Prefeitura Municipal de Nova Maringá 184
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 188
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 203
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 212
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 212
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 232
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 233
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 235
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 237
Prefeitura Municipal de Paranaíta 237
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 238
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 240
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 241
Prefeitura Municipal de Poconé 241
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 242
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 245
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 246
Prefeitura Municipal de Poxoréu 246
Prefeitura Municipal de Querência 247
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 249
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 250
Prefeitura Municipal de Rio Branco 287
Prefeitura Municipal de Rondolândia 306
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 308
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 310
Prefeitura Municipal de Santa Carmem 311
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 318
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 318
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 320
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 320
Prefeitura Municipal de Sinop 322
Prefeitura Municipal de Sorriso 323
Prefeitura Municipal de São José do Povo 324
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 325
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 327
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 328
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 328
Prefeitura Municipal de Tabaporã 343
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 347
Prefeitura Municipal de Torixoréu 349
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 349
Prefeitura Municipal de Vila Rica 349
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 350
Prefeitura Municipal de Água Boa 353

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

EDITAL Nº 001/2015

ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O CONSELHO TUTELAR

EDITAL Nº 001/2015

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ACORIZAL - MT, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 607/2005 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2016/2019, aprovado pela **RESOLUÇÃO Nº 002/2015**, do CMDCA local.

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

1.1. O Processo de Escolha em Data Unificada é disciplinado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução nº 170/2015 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, assim como pela **Lei Municipal nº 607/2005** e **Resolução nº 002/2015**, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Acorizal - MT, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público;

1.2. Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município, em data de **04 de outubro de 2015**, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerá em data de **10 de janeiro de 2016**;

1.3. Assim sendo, como forma de dar início, regulamentar e ampla visibilidade ao Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quatriênio 2016/2019, **torna público** o presente Edital, nos seguintes termos:

2. DO CONSELHO TUTELAR:

2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de escolha com os demais pretendentes;

2.2. Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos art. 18-B, par. único[1], 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal nº 799/2013;

2.3. O presente Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Acorizal – MT, visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes o colegiado, assim como para seus respectivos suplentes;

2.4. Por força do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas[2].

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:

3.1. Por força do disposto no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do art.13, da Lei Municipal nº 799/2013, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) Reconhecida idoneidade moral;

b) Idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;

c) Residir no município;

d) Estar quites com as obrigações eleitorais e no gozo de seus direitos políticos;

e) Estar quites com as obrigações militares (para candidatos do sexo masculino);

f) Não ter sido penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar, nos últimos 05 (cinco) anos;

3.2. O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da candidatura.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:

4.1. Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda-feira a sexta-feira perfazendo 40 (quarenta) horas semanais, para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligência e tarefas inerentes ao órgão;

4.2. O valor do vencimento é equivalente a 01 (um) salário mínimo base, mais 30% (trinta por cento) mensal como forma de remuneração pelo município de Acorizal;

4.3. Se eleito para integrar o Conselho Tutelar o servidor municipal, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus vencimentos, ficando-lhe garantidos:

a) O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;

b) A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

5. DOS IMPEDIMENTOS:

5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art.140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA;

5.2. É também impedido de se inscrever no Processo de Escolha unificado o membro do Conselho Tutelar que:

a) tiver sido empossado para o segundo mandato consecutivo até o dia 10 de janeiro de 2013;

b) tiver exercido o mandato, em regime de prorrogação, por período ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:

6.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente Edital, uma Comissão Especial de composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil, para a organização e condução do presente Processo de Escolha;

6.2. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

a) Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;

b) Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;

c) Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

d) Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

e) Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;

f) Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

g) Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

h) Escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos;

i) Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

j) Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;

k) Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.

6.3. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

7.1. O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o **calendário** anexo ao presente Edital;

7.2. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente para cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, dispondo sobre:

a) Inscrições e entrega de documentos;

b) Relação de candidatos inscritos;

c) Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a análise dos documentos;

d) Relação definitiva dos candidatos considerados habilitados, após o julgamento de eventuais impugnações;

e) Dia e locais de votação;

f) Resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração;

g) Resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações; e

h) Termo de Posse.

8. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

8.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento impresso e/ou formulário eletrônico, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;

8.2. A inscrição dos candidatos será efetuada pessoalmente na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Acorizal - MT, à Av. Dante Martins de Oliveira, s/nº, Centro, nesta cidade, **das 07:00 às 11:00horas,** entre os dias **29/06/2015 à 10/07/2015**;

8.3. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

a) Carteira de identidade ou documento equivalente;

b) Título de eleitor, com o comprovante de votação ou justificativa nas 04 (quatro) últimas eleições;

c) Certidões negativas cíveis e criminais que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela prática de infração penal, administrativa, ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;

d) Em sendo candidato do sexo masculino, certidão de quitação com as obrigações militares;

e) 02 (duas) fotos 3x4 recente.

8.4. A falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima relacionados será imediatamente comunicada ao candidato, que retornará posteriormente até a data limite, para inscrição de candidaturas, munido de todos os documentos previsto neste Edital;

8.5. Os documentos deverão ser entregues em duas vias para fé e contrafé;

8.6. Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público;

8.7. As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

9. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

9.1. Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA efetuará, no dia **10/07/2015 às 14:00 (quatorze horas),** a análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos;

9.2. A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva serão encaminhadas ao Ministério Público para ciência, **no dia 13/07/2015**, após a publicação referida no item anterior.

10. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:

10.1. Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de **03 (três) dias** contados da publicação da relação dos candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada;

10.2. Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente do teor da impugnação no prazo **02 (dois) dias**, começando, a partir de então, a correr o prazo de **02 (dois) dias** para apresentar sua defesa;

10.3. A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado;

10.4. A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de **03 (três) dias**, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação;

10.5. Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar edital contendo a relação dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada;

10.6. Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

11. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:

11.1. Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;

11.2. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

11.3. Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados, prevista no item **10. 5** deste Edital;

11.4. A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;

11.5. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular;

11.6. As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselheiro Tutelar;

11.7. Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão Especial Eleitoral designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência;

11.8. Cabe à Comissão Especial Eleitoral supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos os candidatos nas suas exposições e respostas;

11.9. É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisas, bonés e outros meios não previstos neste Edital, mas de acordo com o Código Eleitoral;

11.10. É dever do candidato portar-se com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

11.11. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

11.12. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

12. DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:

12.1. A eleição para os membros do Conselho Tutelar do Município de Acorizal – MT, realizar-se-á no dia **04 de outubro de 2015**, das 08h às 17h, conforme previsto no art. 139, da Lei nº 8.069/90 e Resolução nº 152/2012, do CONANDA;

12.2. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso;

12.3. As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão do Especial Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;

12.4. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

12.5. As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas;

12.6. Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação;

12.7. O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

12.8. O eleitor poderá votar em apenas um candidato;

12.9. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto neste edital;

12.10. Será também considerado inválido o voto:

a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;

b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;

c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

d) que tiver o sigilo violado.

12.11. Efetuada a apuração, serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes pela ordem de votação;

12.12. Em caso de empate na votação, conforme previsto na Lei Municipal local, será considerado eleito o candidato com idade mais elevada.

13. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA:

13.1. Conforme previsto no art. 139, §3º, da Lei nº 8.069/90, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

13.2. É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a "boca de urna" e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas;

13.3. Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem;

13.4. Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

14. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:

14.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação.

15. DA POSSE:

15.1. A posse dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Prefeito Municipal, no dia **10 de janeiro de 2016**, conforme previsto no art. 139, §2º, da Lei nº 8.069/90;

15.2. Além dos 05 (cinco) candidatos mais votados, também devem tomar posse, os suplentes, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1. Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Eleitoral dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal e Estadual;

16.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 607/2005;

16.3. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar;

16.4. É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;

16.5. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;

16.6. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

Publique-se

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal locais

Acorizal - MT, 22 de Junho de 2015

CÉLIA REGINA DE SANTANA

Presidente do CMDCA

[1] Incorporado pela Lei nº 13.010/2014.

[2] OBS: A eleição por meio de “chapas” acaba limitando as possibilidades de escolha do eleitor, servindo assim de desestímulo à sua participação no pleito, razão pela qual deve ser evitada. Caso, porventura, haja previsão da escolha dos membros do Conselho Tutelar por meio de “chapas” na Lei Municipal local, sugere-se sua alteração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2015

Objeto: Registro de Preços para contratação de serviço de manutenção em geral, recarga, instalação e desinstalação em aparelhos de ar condicionado, para atender a diversas secretarias desse município - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Entrega dos Envelopes: Até as **14:30** horas (Brasília), do dia 02/07/2015.

Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.

Abertura do envelope Nº 01: Às **14:30** horas, do dia **02 de Julho de 2015**, no endereço acima.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Alto Araguaia - MT, 19 de Junho de 2015.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATO 072/2015 - EXECUÇÃO DE OBRA

Contrato 072/2015

Contratada: BELTER CONSTRUÇÕES LTDA-EPP

Objeto: CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO BOIADEIRO NA AVENIDA DO FUTURO LOTEAMENTO JARDIM NOVO ARAGUAIA II

Prazo: O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 30 (Trinta) DIAS, após a emissão da OS conforme o cronograma físico financeiro. O prazo de vigência do presente contrato é de 120 dias a partir de sua assinatura extinguindo-se em 17/10/2015, prorrogável nos termos da Lei 8.666/93.

Valor: O preço total deste contrato é de **R$ 85.205,50 (Oitenta e cinco mil duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)**.

Data: 19/06/2015

Alto Araguaia 19/06/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SMPLAG/RH
PORTARIA 167/2015

PORTARIA 167/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **20 (vinte) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **NATALIA MODESTO DE OLIVEIRA –** Titular do Cargo efetivo de **ASSISTENTE - AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 01/06/2015 até o dia 20/06/2015, referente o período aquisitivo de 2014/2015.**

Art. 2°. – Conceder **30 (trinta) dias** de Férias ao Servidor Publico Municipal o Sr. **RONEI RODRIGUES DA SILVA –** Titular do Cargo comissionado DIR. ASSIST. SUPERIOR - CHEFE DEPT. DAS – 4, lotado junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir do dia 01/06/2015 até o dia 30/06/2015, referente o período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 3º. – Conceder **30 (trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **DIRCE DA SILVA COSTA –** Titular do Cargo Efetiva **SERVIÇO DE APOIO I – CONTINUO**, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 08/06/2015 até o dia 07/07/2015, referente o período aquisitivo 2013/2014.

Art. 4° - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **JAQUELINE AGREPINA DA SILVA-** Titular do Cargo Efetivo

ENFERMEIRA- TEC. NIVEL SUPERIOR DA SAUDE 40H, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 05/06/2015 até o dia 06/07/2015, referente o período aquisitivo 2012/2013.

Art. 5º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 19 de Junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DO MÊS DE JUNHO/2015

Contrato nº 033/2015, Parte: HANDRES LIZARDO NUNES - ME - Valor: R$ 32.937,00. Vigência: 19/06/2015 a 19/08/2015; Dispensa nº 04/2015; Objeto: prestação de serviços de reforma de ponte de madeira para atender a Secretaria Municipal de Viação e Obras.

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL 021/2015 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: registro de preços para futura e eventual contratação de micro empresa e/ou empresa de pequeno porte, especializada em fornecimento de refeições self service e refeições acondicionadas em marmitex, sendo almoço e janta.. Abertura às 07:30h (Horário de Mato Grosso) dia 06/07/2015. O edital e anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07:00 às 11:00 horas, junto a Pregoeira ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br**,** ou solicitado pelo email: licitacao@altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com a Pregoeira, em horário comercial, de Segunda a Sexta através do fone 066-3496-1575/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 19 de junho de 2015 – Jusinéia Menezes de Carvalho - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIAL
DECRETO Nº. 773/2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FUNCIONÁRIO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1° - Fica nomeado o Sr. **VALDECIR DIETRICH**, para o cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE ESPORTES,** lotado na Secretaria Municipal de Esporte.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás MT, 22 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIAL
DECRETO Nº. 772/2015

SÚMULA: "DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR QUE MENCIONA".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1° - - Declara estável o servidor infra em razão do decurso do prazo de 03 (três) anos a partir de sua posse e haver sido aprovado no estágio probatório:

MATRICULA	NOME	CARGO	VENC. ESTÁGIO
1330	FABIANA GIMENEZ MENDONÇA	AGENTE ADMINISTRATIVO	19/06/2015

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás MT, 22 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANO
PORTARIA Nº 55/2015 DE 15 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº 55/2015

de 15 de Junho de 2015

"Nomeia servidor responsável pelo envio das informações do APLIC ao TCE, de livre nomeação e exoneração, e, da outras providências"

O Senhor **JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Considerando a necessidade de cumprimento das determinações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Artigo 1°: Nomear o servidor

EDIVAN DA SILVA MENEZES

, ocupante do cargo ASSISTENTE CONTABIL, RG 1133535-1 SSP/MT, CPF 836.261.581.87, matrícula n° 1.023, como responsável no Regime Próprio de Previdência Social de Araguaiana – ARAGUAIANA-PREV, pelo envio sem ônus, das informações do APLIC ao TCE/MT, Sem ônus para o cargo;

Artigo 2°: Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Araguaiana – MT, 15 de junho de 2015

JOSÉ MARRA NERY

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
TERMO DE CESSÃO FERNANDA NARDES DA SILVA

Termo de Cessão e Uso

002/2015

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Araguaiana e

FERNANDA NARDES DA SILVA

O Município de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Presidente Vargas, n° 643 devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 03.239.035/0001-76 doravante denominada **CEDENTE**, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Sr.**JOSE MARRA NERY**, brasileiro, casado, professor residente e domiciliado à, nesta cidade de Araguaiana – MT, portador da Cédula de Identidade n.º 8441720 SSP GO e inscrito no CPF n.º 202.448.191-49 e **FERNANDA NARDES DA SILVA**, brasileira, solteira, bióloga, residente e domiciliada à Rua Porto Alegre, nesta cidade de Araguaiana – MT, portadora da Cédula de Identidade RG. Nº **1642976-1 SJ MT** e inscrita no CPF sob o nº **025.102.911-57**, doravante denominada **CESSIONÁRIA**, celebram este **TERMO DE CESSÃO DE USO,** em caráter gratuito, mediante a condição de que o imóvel objeto deste Termo não será utilizado fora dos fins aqui fixados.

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula Primeira – O presente instrumento tem como objeto formalizar a posse direta ao CESSIONÁRIO, de um IMÓVEL localizado à Av. Vereador Iran Nardes do Espírito Santo**, Quadra 01, Lote nº 14, Bairro Jardim Paraíso,** permanecendo o domínio e a propriedade do bem com o cedente.

DA ENTREGA E ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Segunda – O CEDENTE entrega neste ato o imóvel descrito na Cláusula Primeira**,** livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais e extrajudiciais, mediante a assinatura, pelas partes, do presente Termo.

Parágrafo único – **O CESSIONÁRIO** administrará, usará e fruirá o bem ora cedido, no período de duração do presente Termo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Terceira – O presente Termo terá vigência de 24(vinte e quatro) meses, a partir da assinatura, conforme **Leis Municipais** nºs **539/2011** de 11/03/2011 e **671/15** de 13 de maio de 2015

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Quarta - I - São obrigações do **Cessionário:**

1. Utilizar o imóvel exclusivamente para a finalidade a que se propõe, não podendo ceder o uso do bem em causa, mediante venda, aluguel, subcontrato, arrendamento ou qualquer outra forma de transação, durante a vigência deste Contrato;

2. Construir imóvel residencial ou comercial de no mínimo 24,00 m2 (*vinte e quatro metros quadrados*) de construção de alvenaria no imóvel ora cedido, sob pena de revogação automática do presente termo ao final do prazo, sem direito a retenção de possíveis benfeitorias.

a) Entende-se por construção referida no item anterior a obra coberta com telhas de barro, cimento, cimento amianto ou similar e que se encontre em condições de ocupar ou habitar.

3. Devolver o bem recebido em cessão de uso, ao final do contrato, nas mesmas condições de uso e conservação, ressalvados os desgastes decorrentes do uso natural, caso o mesmo opte por não fazer a construção no imóvel dentro do prazo estipulado.

4. Findo o prazo estipulado para construção no imóvel, o cessionário poderá mediante requerimento com antecedência de 10 dias, solicitar a prorrogação do prazo pelo período máximo de 03 (três) meses para término da construção.

a) O requerimento de prorrogação somente poderá ser solicitado caso o cessionário já tenha iniciado a obra no imóvel cedido, e será concedido apenas uma vez.

b) Benfeitorias como cercas, alambrados, muros, alicerces ou plantios diversos não serão considerados requisitos para deferir requerimento de prorrogação de prazo e deverão ser retirados ao fim do prazo do presente termo sob pena de serem revertidos ao município.

5. As construções inacabadas ou incompletas no final do prazo estipulado da cessão ou da prorrogação, integrarão o patrimônio do Município, retornando juntamente com o imóvel, não cabendo qualquer indenização ao cessionário pela construção inacabada.

II – São obrigações da **Cedente:**

1. Expedir, mediante requerimento, o TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE em nome do CESSIONÁRIO tão logo o mesmo tenha cumprido com o estipulado no presente Termo de cessão de Uso.

DAS TAXAS, IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS

Cláusula Quinta – O CESSIONÁRIO pagará as taxas relativas à água, energia elétrica, impostos e outras taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, correndo às suas expensas as despesas decorrentes de limpeza e conservação do imóvel, enquanto estiver no uso e gozo do mesmo.

DOS CASOS OMISSOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Cláusula Sexta – Os casos omissos ou excepcionais, não previstos neste instrumento, deverão ser submetidos, com brevidade e por escrito, à apreciação das partes e serão resolvidos de acordo com as Leis Municipais nº 111-A de 20/09/1991, Lei Complementar nº 001/2001 de 12/12/2001 (Código Tributário Municipal), 539/2011 de 11/03/2011, 671/15 de 13 de maio de 2015 e demais normas regulamentares.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula Sétima – O presente Contrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios, correndo tal iniciativa por conta do CEDENTE, conforme disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666/93.

DO FORO

Cláusula Oitava – Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças - MT, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste Contrato e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

Araguaiana, 17 de junho de 2015.

_____

Jose Marra Nery

Prefeito Municipal

Cedente

_____

Cessionário

Testemunhas:

Nome: Dorismá Lopes de Souza RG nº 650.850-SSP/MT CPF nº 772.565.491-72	Nome: Lidiana Elias Cesar Santos RG nº 1598474-5- SSP/MT CPF nº 021.337.601-64

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
TERMO CESSÃO REGINA RIBEIRO CARDOSO

Termo de Cessão e Uso

001/2015

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Araguaiana e

REGINA RIBEIRO CARDOSO

O Município de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Presidente Vargas, n° 643 devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 03.239.035/0001-76 doravante denominada **CEDENTE**, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Sr.**JOSE MARRA NERY**, brasileiro, casado, professor residente e domiciliado à, nesta cidade de Araguaiana – MT, portador da Cédula de Identidade n.º 8441720 SSP GO e inscrito no CPF n.º 202.448.191-49 e **REGINA RIBEIRO CARDOSO**, brasileira, solteira, do lar, residente e domiciliada à Rua Irmã Carmelita P. Vilela, nesta cidade de Araguaiana – MT, portadora da Cédula de Identidade RG. Nº **2013353-7 SSP MT** e inscrita no CPF sob o nº **045.459.601-46**, doravante denominada **CESSIONÁRIA**, celebram este **TERMO DE CESSÃO DE USO,** em caráter gratuito, mediante a condição de que o imóvel objeto deste Termo não será utilizado fora dos fins aqui fixados.

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula Primeira – O presente instrumento tem como objeto formalizar a posse direta ao CESSIONÁRIO, de um IMÓVEL localizado à Av. Vereador Iran Nardes do Espírito Santo**, Quadra 01, Lote nº 12, Bairro Jardim Paraíso,** permanecendo o domínio e a propriedade do bem com o cedente.

DA ENTREGA E ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Segunda – O CEDENTE entrega neste ato o imóvel descrito na Cláusula Primeira**,** livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais e extrajudiciais, mediante a assinatura, pelas partes, do presente Termo.

Parágrafo único – **O CESSIONÁRIO** administrará, usará e fruirá o bem ora cedido, no período de duração do presente Termo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Terceira – O presente Termo terá vigência de 24(vinte e quatro) meses, a partir da assinatura, conforme **Leis Municipais** nºs **539/2011** de 11/03/2011 e **671/15** de 13 de maio de 2015

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Quarta - I - São obrigações do **Cessionário:**

1. Utilizar o imóvel exclusivamente para a finalidade a que se propõe, não podendo ceder o uso do bem em causa, mediante venda, aluguel, subcontrato, arrendamento ou qualquer outra forma de transação, durante a vigência deste Contrato;

2. Construir imóvel residencial ou comercial de no mínimo 24,00 m2 (*vinte e quatro metros quadrados*) de construção de alvenaria no imóvel ora cedido, sob pena de revogação automática do presente termo ao final do prazo, sem direito a retenção de possíveis benfeitorias.

a) Entende-se por construção referida no item anterior a obra coberta com telhas de barro, cimento, cimento amianto ou similar e que se encontre em condições de ocupar ou habitar.

3. Devolver o bem recebido em cessão de uso, ao final do contrato, nas mesmas condições de uso e conservação, ressalvados os desgastes decorrentes do uso natural, caso o mesmo opte por não fazer a construção no imóvel dentro do prazo estipulado.

4. Findo o prazo estipulado para construção no imóvel, o cessionário poderá mediante requerimento com antecedência de 10 dias, solicitar a prorrogação do prazo pelo período máximo de 03 (três) meses para término da construção.

a) O requerimento de prorrogação somente poderá ser solicitado caso o cessionário já tenha iniciado a obra no imóvel cedido, e será concedido apenas uma vez.

b) Benfeitorias como cercas, alambrados, muros, alicerces ou plantios diversos não serão considerados requisitos para deferir requerimento de prorrogação de prazo e deverão ser retirados ao fim do prazo do presente termo sob pena de serem revertidos ao município.

5. As construções inacabadas ou incompletas no final do prazo estipulado da cessão ou da prorrogação, integrarão o patrimônio do Município, retornando juntamente com o imóvel, não cabendo qualquer indenização ao cessionário pela construção inacabada.

II – São obrigações da **Cedente:**

1. Expedir, mediante requerimento, o TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE em nome do CESSIONÁRIO tão logo o mesmo tenha cumprido com o estipulado no presente Termo de cessão de Uso.

DAS TAXAS, IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS

Cláusula Quinta – O CESSIONÁRIO pagará as taxas relativas à água, energia elétrica, impostos e outras taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, correndo às suas expensas as despesas decorrentes de limpeza e conservação do imóvel, enquanto estiver no uso e gozo do mesmo.

DOS CASOS OMISSOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Cláusula Sexta – Os casos omissos ou excepcionais, não previstos neste instrumento, deverão ser submetidos, com brevidade e por escrito, à apreciação das partes e serão resolvidos de acordo com as Leis Municipais nº 111-A de 20/09/1991, Lei Complementar nº 001/2001 de 12/12/2001 (Código Tributário Municipal), 539/2011 de 11/03/2011, 671/15 de 13 de maio de 2015 e demais normas regulamentares.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula Sétima – O presente Contrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios, correndo tal iniciativa por conta do CEDENTE, conforme disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666/93.

DO FORO

Cláusula Oitava – Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças - MT, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste Contrato e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

Araguaiana, 16 de junho de 2015.

_____

Jose Marra Nery

Prefeito Municipal

Cedente

_____

Cessionário

Testemunhas:

Nome: Dorismá Lopes de Souza RG nº 650.850-SSP/MT CPF nº 772.565.491-72	Nome: Lidiana Elias Cesar Santos RG nº 1598474-5- SSP/MT CPF nº 021.337.601-64

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2015

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2015

A Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT Torna Público aos interessados o **Resultado da Licitação** realizada na Modalidade de **Pregão Presencial** N.º **004/2015** para Registro de Preços tendo como objetivo: **AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E FITÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIAS MUNICIPAL DE ARAGUAIANA - MT.** Em Abertura realizada no dia **17/06/2015** às **13:00**. Empresa Vencedora: **CAIADO PNEUS LTDA**. Araguaiana – MT 19 de junho de 2015. Márcia Cristina Fernandes Corrêa, Pregoeira de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 018/2015 - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2015

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

***O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS**, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público aos interessados que fará realizar, no dia **06 de Julho de 2015, às 08h00min** (Horário Oficial de Mato Grosso), na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada à Avenida Prefeito Caio nº. 642, Vila Nova, neste Município de Arenápolis-MT, O **PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 018/2015, Menor Preço por Item,** com a finalidade de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, MATERIAIS DE EXPEDIENTE, MATERIAIS PEDAGÓGICOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA.** O edital completo esta disponível no site **www.arenapolis.mt.gov.br**. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal durante o horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min, ou através do telefone: (65) 3343-1105.*

Arenápolis-MT, 19 de julho de 2015**.**

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 021/2015 AO CONTRATO Nº 234/2008

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE ARIPUANÃ MT; REFERENTE; CESSÃO DE USO A TITULO GRATUITO; ACORDO ENTRE AS PARTES; A PARTIR DE 08/06/2015.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 022/2015 AO CONTRATO Nº 127/2015

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: ANGELITA MEDEIROS PINTO; REFERENTE; ADMISSÃO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCINDIDO POR SOLICITAÇÃO DA CONTRATADA; A PARTIR DE 19/06/2015.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 2635/2015.

SÚMULA:

"ALTERA O ARTIGO 1º. DO DECRETO Nº. 1.104/2006 DE 20 DE JULHO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e no Art. 34 da Lei Municipal n° 03/1986.

DECRETA:

Art. 1° Fica alterado o Artigo 1º do Decreto nº. 1.104/2006 de 20 de julho de 2006, que passa a vigorar da seguinte forma:

"ARTIGO 1° .....

.....;
.....;
.....;
.....; Ponto "de n.° 05 - Na Comunidade Conselvan em frente ao ponto de parada de ônibus, com vaga para 08 (oito) carros".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 19 dias do mês de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 002/2015

A Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, Mato Grosso, torna público que fará realizar licitação na modalidade Concurso de Projeto, objetivando a contratação de organização e sociedade civil de interesse público para a formação de vínculo de cooperação e realização de atividades de interesse público, por meio de termo de parceria, nos termos da Lei 9.790/99, cujos envelopes de documentação e proposta serão abertos pela Comissão Permanente de Licitações no dia **02 de julho de 2015, às 09h00min**, na sala da Comissão Permanente de Licitação e Contratos, localizada nas dependências do Paço Municipal.

O Edital completo, bem como maiores informações poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, no Paço Municipal localizado à Praça Ângelo Masson, 1000, centro, Barra do Bugres no horário das 8:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, e no sitio oficial www.barradobugres.mt.gov.br/publicaçoes.

Barra do Bugres-MT, 19 de junho de 2015.

JÚLIO CESAR FLORINDO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE EDITAL

A Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço – MT ratifica data do certame para o seguinte objeto: Contratação pessoa jurídica para locação de impressoras scanner, copiadora digital monocolor, para atender a Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço – MT, conforme as especificações técnica contidas no Termo de Referência n° 004/2015, e demais constâncias do Edital em questão.

RATIFICAMOS QUE A ABERTURA DO CERTAME OCORRERÁ NO DIA 02/07/2015 e não no dia 03/07/2015. O horário para credenciamentos, abertura das propostas e aquisição do edital permanecem inalterados.

Barão de Melgaço, 19 de junho de 2015.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO

Pregoeiro Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015.

LOCAL E DATA: Dia 03 de julho de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, situada na Avenida Augusto Leverger, n. 1410, Centro, Barão de Melgaço/MT.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para

atender a Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço - MT, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência nº 006/2015.

CREDENCIAMENTO: Das 08h30min até as 09h00min (horário de Mato Grosso).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09h00min (horário de Mato Grosso).

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 07: 00 às 13:00 horas, pelo telefone (65) 3331-1191 ou através do site www.baraodemelgaco.mt.gov.br.

Barão de Melgaço, 22 de junho de 2015.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO

Pregoeiro Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

LOCAL E DATA: Dia 08 de julho de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, situada na Avenida Augusto Leverger, n. 1410, Centro, Barão de Melgaço/MT.

OBJETO:Seleção de empresa especializada na área de construção civil para execução de serviços de reformas e ampliações de creches, escolas e 01(uma) unidade de saúde do município de Barão de Melgaço- MT, conforme o projeto básico (memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronogramas físicos financeiros) descritos nos Anexos.

CREDENCIAMENTO: Das 08h30min até as 09h00min (horário de Mato Grosso).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09h00min (horário de Mato Grosso).

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 07: 00 às 13: 00 horas, pelo telefone (65) 3331-1191 ou através do site www.baraodemelgaco.mt.gov.br.

Barão de Melgaço, 22 de junho de 2015.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA DE BRASNORTE
EDITAL 004 - REPUBLICAÇÃO DO JULGAMENTO DE LISTA DE INSCRITOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015 EDITAL 004

Republicação do

Julgamento dos recursos contra Lista de Inscritos

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Processo Seletivo Simplificado nomeada pela Portaria nº 210/2015, representada pela senhora Mara Andressa Kunst Kempa, Presidente da Comissão, no uso de suas atribuições legais, torna público torna público que houve recursos contra a lista de inscritos do Processo Seletivo Simplificado 002/2015, como segue:

1. Donizete Aparecido Cruz, inscrito como Agente de Transporte Geral e não apareceu na Lista de Inscritos. DEFERIDO

Brasnorte 19 de Junho de 2015.

Mara Andressa Kunst Kempa

Presidente da Comissão

Processo Seletivo Simplificado

N° 002/2015

Lista de Inscritos

Agente de Transporte Geral

Nome	CPF	Inscrição
Adilson Pereira da Silva	028.410.741-70	029
Adriano da Silva Carvalho	007.042.719-40	013
Anderson Ferreira	026.549.671-31	002
Arfilofio Nunes de Brito Neto	622.007.041-00	030
Dirceu Frantz	020.552.391-98	016
Donizete Aparecido da Cruz	593.708.741-00	038
Ginaldo Santos Chaves	249.702.551-72	021
Osmair de Jesus da Silva	014.567.711-75	033
Robson Carlos Gado da Silva	034.303.441-74	028
Rogerio dos Santos	035.979.949-38	019
Weberson Pedro de Moraes	041.022.911-30	018
Wellington Rafael Pereira de Castro	032.234.201-50	031
William Sanches Lopes	220.561.118-61	034

Operador de Motoniveladora

Nome	CPF	Inscrição
Jeferson Alessandro Ribeiro	017.646.701-75	024

Operador de Trator Esteira

Nome	CPF	Inscrição
Alceu Portes	175.099.299-20	032
Thiago José Scheid	078.071.109-29	009

Operador de Escavadeira Hidráulica

Nome	CPF	Inscrição
Adriano Rodrigues Nascimento	941.027.911-91	008

Agente de Infra Estrutura

Nome	CPF	Inscrição
Andreia Rodrigues Nascimento	004.562.071-71	001
Angelica de Souza Prado	053.259.681-14	023
Caroline Lorena de Carmargo	044.094.161-03	005
Catia Freitas de Andrade	063.668.471-77	025
Creusilene Gomes	096.129.077-30	015
Eleane Ines Braun Burg	650.630.901-68	022
Eleni Rodrigues Ruas Pereira	973.034.881-20	010
Eunice Ferreira de Melo	009.831.341-03	004
Fatima Nery Queiroz	004.789.011-86	003
Francisca Medeiros Brito da Silva	701.012.053-68	014
Hestela Talita de Oliveira	022.479.391-80	036
Ivanilda dos Santos	007.929.891-55	011
Luciane Narloch	013.363.521-08	020
Luzia de Fátima Nogueira	015.383.051-43	007
Marcia Aparecida Borges do Amaral	009.172.691-36	037
Maria Francisca dos Santos	928.687.541-04	017
Natally Gabriely de Lima	047.388.061-06	006
Nataly Raiane Gonçalves da Cruz	056.918.201-84	035
Neucy de Campos Oliveira	713.899.971-20	012
Rosemeiri Custodio de Oliveira	011.482.851-21	026
Talita de Oliveira	350.791.738-66	027

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
LEI N°. 759 DE 18 DE AGOSTO DE 2.006.

LEI N°. 759 DE 18 DE AGOSTO DE 2.006.

"Altera a Lei n.º 653, de 18 de fevereiro de 2004 , que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campinápolis/MT e, dá outras providências"

ALTINO VIEIRA DE REZENDE FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º

A Lei n.º 653, de 18 de fevereiro de 2004 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 5.º A perda da qualidade de segurado do PREVI-CAMP se dará com a morte, exoneração, demissão ou para aquele que deixar de exercer atividade que o submeta ao regime do PREVI-CAMP.

Parágrafo único. A perda da qualidade de segurado importa na caducidade dos direitos inerente a essa qualidade.

Art. 6.º O servidor afastado ou licenciado temporariamente do cargo efetivo sem recebimento de remuneração pelo Município, manterá sua condição de segurado ao PREVI-CAMP, desde que efetue o pagamento das contribuições previdenciárias referentes à sua parte e a do Município.

§ 1º Em não ocorrendo o pagamento das contribuições previdenciárias de que trata o caput, o período em que estiver afastado ou licenciado não será computado para fins previdenciários, salvo se restar comprovado, mediante averbação, a efetivação das contribuições para outro regime de previdência.

§ 2º O servidor efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios à disposição do Município de Campinápolis/MT, permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

Art. 7.º .....

§ 5° O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação do termo de tutela.

Art. 10. A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo.

Art. 11. Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, mediante apresentação de documentos hábeis.

§ 1º Ocorrendo o falecimento do segurado sem que tenha feito sua inscrição e a de seus dependentes, a estes será lícito promovê-la, para outorga das prestações a que fizerem jus.

§ 2º A inscrição de dependente inválido requer a comprovação desta condição através de perícia médica.

§ 3º A inscrição é essencial à obtenção de qualquer prestação, devendo o PREVI-CAMP fornecer ao segurado, documento que a comprove.

Art. 12. .....

§ 2º É vedada à adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados do PREVI-CAMP, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I - portadores de deficiência;

II - que exerçam atividades de risco;

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 8º O segurado aposentado por invalidez está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a qualquer tempo, e independentemente de sua idade, ressalvada apenas a idade máxima de permanência no serviço publico, a submeter-se a exames médico-periciais a cargo do PREVI-CAMP, a realizarem-se anualmente.

Art. 12-A. No cálculo dos proventos de aposentadoria previsto nos arts. 12 e 78 desta Lei, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral da previdência social.

§ 2º A base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para o regime próprio.

§ 3º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado.

§ 4º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º deste artigo, não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário mínimo;

II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.

§ 5º Os proventos, calculados de acordo com o caput, por ocasião de sua concessão, não poderão ser inferiores ao salário mínimo nem exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

Art. 14-A. Para fins do disposto no § 21 do art. 40 da Constituição Federal e no §2º do art. 43 desta Lei, considera-se doença incapacitante: sarcoidose; doença de Hansen; tumores malignos; hemopatias graves; doenças graves e invalidantes do sistema nervoso central e periférico e dos órgãos dos sentidos;

cardiopatias reumatismais crónicas graves; hipertensão arterial maligna; cardiopatias isquémicas graves; coração pulmonar crónico; cardiomiopatias graves; acidentes vasculares cerebrais com acentuadas limitações; vasculopatias periféricas graves; doença pulmonar crónica obstrutiva grave; hepatopatias graves; nefropatias crónicas graves, doenças difusas do tecido conectivo; espondilite anquilosante e artroses graves invalidantes.

Art. 14. O auxílio doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o exercício da função em gozo de licença para tratamento de saúde, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, e corresponderá a última remuneração de contribuição do segurado.

Art. 17. O segurado em gozo de auxílio-doença insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de readaptação profissional para exercício de outra atividade até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência, ou, quando considerado não recuperável, deverá ser aposentado por invalidez.

Parágrafo único. O benefício de auxílio-doença será cessado quando o servidor for submetido a processo de readaptação profissional para exercício de outra atividade, ficando este às expensas do erário municipal.

Art. 18. O auxílio-doença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho e pela transformação em aposentadoria por invalidez.

Parágrafo único. O segurado que ficar incapacitado para o exercício da função, em gozo de auxílio-doença, por mais de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, terá o benefício de auxílio doença convertido em aposentadoria por invalidez, mediante avaliação médico-pericial.

Art. 25. .....

§ 5º À segurada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade, de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

§ 6º Em caso de natimorto, ou que a criança venha falecer durante a licença-maternidade, o salário maternidade não será interrompido.

Art. 27. .....

§ 1º A importância total assim obtida será rateada em partes iguais entre todos os dependentes com direito a pensão, e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

§ 5º A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

Art. 28. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;

a) pelo dependente maior de dezesseis anos de idade, até trinta dias depois; e

b) pelo dependente menor até dezesseis anos de idade, até trinta dias após completar essa idade.

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I; ou

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.

Parágrafo único. No caso do disposto no inciso II, não será devida qualquer importância relativa a período anterior à data de entrada do requerimento.

Art. 29. A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado.

§ 1º A invalidez ou alteração de condições quanto ao dependente supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito a pensão.

§ 2º Os dependentes inválidos ficam obrigados, tanto para concessão como para manutenção e cessação de suas quotas de pensão, a submeter-se aos exames médicos determinados pelo PREVI-CAMP.

§ 3º Ficam dispensados dos exames referidos neste artigo os pensionistas inválidos que atingirem a idade de 60 (sessenta) anos.

Art. 33. O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, salário maternidade pagos pelo RPPS.

Parágrafo único. O abono de que trata o caput será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo RPPS, em que cada mês corresponderá a um doze avo, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

Art. 34. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Art. 38-A. O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

Art. 41-A. O pagamento do abono de permanência de que trata o art. 12, §7º, art. 78, §3º e art. 81, §1º é de responsabilidade do município e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício.

Art. 42. As vantagens oriundas dos benefícios garantidos aos segurados do PREVI-CAMP, quando não reclamados, prescreverão, no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem devidos, sendo revertidas em favor do instituto, ressalvado os prazos previstos no art. 28 desta lei.

Art. 43. .....

I - de uma contribuição mensal dos segurados ativos, definida pelo § 1º do art. 149 da CF/88, igual a 11% (onze por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição;

II - de uma contribuição mensal dos segurados inativos e dos pensionistas a razão de 11% (onze por cento), calculada sobre a parcela dos proventos e das pensões concedidas e que tenham cumprido todos os requisitos para sua obtenção até 31.12.2003, que superarem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal;

III - de uma contribuição mensal dos segurados inativos e dos pensionistas a razão de 11% (onze por cento), calculada sobre os proventos e as pensões concedidas após a publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003, que superarem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal;

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida pelo art. 2º da Lei Federal n.° 9.717/98, com redação dada pela Lei n.º 10.887, de 18 de junho de 2004, a razão de 11,00% (onze inteiros por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos;

V - de uma contribuição mensal dos órgãos municipais sujeitos a regime de orçamento próprio, igual à fixada para o Município, calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados obrigatórios;

VI - de uma contribuição mensal dos segurados que usarem da faculdade prevista no art. 6º, correspondente a sua própria contribuição, acrescida da contribuição correspondente à do Município;

VII - pela renda resultante da aplicação das reservas;

VIII - pelas doações, legados e rendas eventuais;

IX - por aluguéis de imóveis, estabelecidos em Lei;

X - dos valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

§ 1º Constituem também fontes de receita do PREVI-CAMP as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, IV e V incidentes sobre o auxílio doença, salário-maternidade e auxílio-reclusão.

§2º A contribuição prevista no inciso III deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, quando o beneficiário, for portador de doença incapacitante prevista no art. 13-A desta lei.

§ 3º O déficit do custo especial é de R$ 912.204,14 (novecentos e doze mil, duzentos e quatro reais e quatorze centavos) e será financiado nos termos do inciso X, Anexo I, da Portaria n.º 4.992, de 05/02/1999, em 420 meses.

Art. 44. Considera-se remuneração de contribuição, para os efeitos desta Lei, a retribuição pecuniária devida ao segurado a título remuneratório pelo exercício do cargo com valor fixado em Lei, acrescido das vantagens permanentes do cargo, vantagem individual por produtividade, décimo terceiro vencimento.

§ 1º Excluí-se da remuneração de contribuição as seguintes espécies remuneratórias:

I - as diárias para viagens;

II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede;

III - a indenização de transporte e horas extras;

IV - o auxílio-alimentação e o auxílio-creche;

V - a gratificação de 1/3 de férias prevista no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal;

VI - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;

VII - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança; e

VIII - o abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IX - as demais vantagens de natureza temporárias não previstas nos incisos anteriores.

§ 2º O servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão na base de contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição Federal e art. 2o da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2o do art. 40 da Constituição Federal.

§ 3º O salário família não está sujeito, em hipótese alguma, a qualquer desconto pelo PREVI-CAMP.

Art. 71. Os segurados do PREVI-CAMP e respectivos dependentes, poderão interpor recurso contra decisão denegatória de prestações no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que forem notificados.

Art. 72. Os recursos deverão ser interpostos perante o órgão que tenha proferido a decisão, devendo ser, desde logo, acompanhados das razões e documentos que os fundamentem.

Art. 73. O órgão recorrido poderá no prazo de 15 (quinze) dias reformar sua decisão, em face do recurso apresentado, caso contrário, o recurso deverá ser encaminhado para o Conselho Curador, com o objetivo de ser julgado.

Art. 74. Os recursos não terão efeito suspensivo, salvo se, em face dos interesses, assim o determinar o próprio órgão recorrido.

Art. 75. O Conselho Curador terá 30 (trinta) dias para julgar os recursos interpostos e não reformados pelo órgão recorrido.

Parágrafo Único. A contagem do prazo para julgamento do recurso terá início na data de recebimento dos autos na secretaria do Conselho Curador.

Art. 78. Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 12, §1º e 6º, desta Lei, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinqüenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo inciso III, alínea “a” e § 3º do art. 12 desta Lei, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º O professor, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 3º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do art. 12 desta Lei.

§ 4º Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 80. .....

Parágrafo único. Aplica-se aos proventos de aposentadorias dos servidores públicos que se aposentarem na forma do caput, o disposto no art. 82 desta Lei.

Art. 82-A. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 12 ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 78 e 80 desta Lei, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 12, inciso III, alínea "a", desta Lei, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 82 desta lei, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Art. 83-A. O PREVI-CAMP procederá, anualmente, o recadastramento previdenciário, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do regime próprio de previdência social.

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em MAIO/2006.

Art. 3º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, em especial o §5º do art.

12, da Lei n.º 653, de 18 de fevereiro de 2004 e a Lei n.º 699, de 08 de abril de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal/MT, 18 de Agosto de 2.006.

ALTINO VIEIRA DE REZENDE FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 653 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2004.

LEI N.º 653 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2004.

“Dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campinápolis/MT e, dá outras providências”.

JOAQUIM MATIAS VALADÃO, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, **ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO ÓRGÃO

Art. 1.º

Fica reestruturado por esta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, consoante aos preceitos e diretrizes emanados das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, bem como da Lei Federal n.º 9.717/98.

SEÇÃO ÚNICA

DA NATUREZA JURÍDICA

Art. 2.º O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Campinápolis/MT, será reorganizado na forma de fundo contábil nos termos do art. 71 da Lei Federal n.º 4.320/64, vinculado à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo Único. O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Campinápolis/MT, será denominado pela sigla "PREVI-CAMP", e se destina a assegurar aos seus segurados e a seus dependentes, na conformidade da presente Lei, prestações de natureza previdenciária, em caso de contingências que interrompam, depreciem ou façam cessar seus meios de subsistência.

CAPÍTULO II

DAS PESSOAS ABRANGIDAS

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 3.º São segurados obrigatórios do PREVI-CAMP os servidores ativos e inativos dos órgãos da Administração Direta e Indireta, do Município de Campinápolis/MT.

Parágrafo Único. Ao servidor ocupante, exclusivamente de cargo em comissão declarado em Lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, conforme disposto no § 13 do art. 40 da Constituição Federal de 1988.

Art. 4.º A filiação ao PREVI-CAMP será obrigatória, a partir da publicação desta lei, para os atuais servidores e para os demais, a partir de suas respectivas posses.

Art. 5.º Perderá a qualidade de segurado aquele que deixar de exercer a atividade que o submeta ao regime do PREVI-CAMP.

Parágrafo Único. A perda da qualidade de segurado importa na caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade.

Art. 6.º Ao segurado que deixar de exercer, temporariamente atividade que o submeta ao regime do PREVI-CAMP é facultado manter a qualidade de segurado, desde que passe a efetuar, sem interrupção, o pagamento mensal das contribuições referente a sua parte e a do Município.

Parágrafo Único. O servidor efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios à disposição do Município de Campinápolis/MT, permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

SEÇÃO II

DOS DEPENDENTES

Art. 7.º São considerados dependentes do segurado, para os efeitos desta lei:

I - O cônjuge, a companheira, o companheiro, e o filho não emancipado, de qualquer condição, desde que não tenha atingido a maioridade civil ou inválido;

II - Os pais; e

III - O irmão não emancipado, de qualquer condição, desde que não tenha atingido a maioridade civil ou se inválido.

§ 1º A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subseqüentes.

§ 2º Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada à dependência econômica o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e desde que não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§ 4º Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

Art. 8.º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I do artigo anterior é presumida, a das pessoas constantes dos incisos II e III deverão comprova-la.

Art. 9.º A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

I - para os cônjuges, pela separação judicial ou divórcio sem direito a percepção de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado;

II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao atingirem a maioridade civil, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau cientifico em curso de ensino superior; e

IV - para os dependentes em geral:

a) pelo matrimônio;

b) pela cessação da invalidez;

c) pelo falecimento.

SEÇÃO III

DA INSCRIÇÃO DAS PESSOAS ABRANGIDAS

Art. 10. Os segurados e seus dependentes estão obrigados à promover a sua inscrição no PREVI-CAMP e que se processará da seguinte forma:

I - para o segurado, a qualificação perante o PREVI-CAMP comprovada por documentos hábeis;

II - para os dependentes, a declaração por parte do segurado, sujeita a comprovação da qualificação de cada um por documentos hábeis.

Parágrafo Único. A inscrição é essencial à obtenção de qualquer prestação, devendo o PREVI-CAMP fornecer ao segurado, documento que a comprove.

Art. 11. Ocorrendo o falecimento do segurado sem que tenha feito sua inscrição e a de seus dependentes, a estes será lícito promovê-la, para outorga das prestações a que fizerem jus.

CAPITULO III

DOS DIREITOS DAS PESSOAS ABRANGIDAS

SEÇÃO I

DOS BENEFÍCIOS GARANTIDOS AOS SEGURADOS

SUB-SEÇÃO I

DA APOSENTADORIA

Art. 12. Os servidores abrangidos pelo regime do PREVI-CAMP serão aposentados:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no art. 13:

a) a invalidez será apurada mediante exames médicos realizados segundo instruções emanadas do PREVI-CAMP e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao do desligamento do segurado do serviço.

b) a doença ou lesão de que o segurado filiado na data da posse ao PREVI-CAMP já era portador não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 1º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam os artigos 40 e 201 da CF/88, na forma da lei.

§ 2º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadorias aos abrangidos pelo regime do PREVI-CAMP, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei federal complementar.

§ 3º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no art. 12, III, “a”, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e médio.

§ 4º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime previsto no art. 40 da Constituição Federal.

§ 5º Para o cálculo dos valores proporcionais de proventos a que se referem os incisos I, II e III alínea “b” deste artigo, o provento corresponderá a um trinta e cinco avos da totalidade da remuneração do servidor na data da concessão do benefício, por ano de contribuição, se homem, e um trinta avos, se mulher, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, no caso de invalidez permanente.

§ 6º Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 1°, serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 7º O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no inciso III, alínea “a”, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II.

Art. 13. O segurado, quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose, anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida - AIDS, contaminação por radiação (com base em conclusão da medicina especializada) ou quando vítima de acidente do trabalho ou moléstia profissional que o invalide para o serviço, terá direito à aposentadoria integral.

SUB-SEÇÃO II

AUXÍLIO DOENÇA

Art. 14. O auxílio doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o exercício da função em gozo de licença para tratamento de saúde, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, e corresponderá a totalidade dos vencimentos.

§ 1º Não será devido auxílio-doença ao segurado que filiar-se ao PREVI-CAMP na data de sua posse e que já seja portador de doença ou lesão invocada como causa para concessão do benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

§ 2º Será devido auxílio-doença ao segurado que sofrer acidente de qualquer natureza.

Art. 15. Durante os primeiros trinta dias consecutivos de afastamento da atividade por motivo de doença, incumbe ao município pagar ao segurado sua remuneração.

§ 1º Cabe ao município promover o exame médico e o abono das faltas correspondentes aos primeiros trinta dias de afastamento.

§ 2º Quando a incapacidade ultrapassar sessenta dias consecutivos, o segurado será submetido à perícia médica do PREVI-CAMP.

§ 3º Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro de sessenta dias contados da cessação do benefício anterior, o município fica desobrigado do pagamento relativo aos trinta primeiros dias de afastamento, prorrogando-se o benefício anterior e descontando-se os dias trabalhados, se for o caso.

§ 4º Se o segurado, por motivo de doença, afastar-se do trabalho durante trinta dias, retornando à atividade no trigésimo primeiro dia, e se dela voltar a se afastar dentro de sessenta dias desse retorno, fará jus ao auxílio-doença a partir da data do novo afastamento.

Art. 16. O segurado em gozo de auxílio-doença está obrigado, independentemente de sua idade e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo do PREVI-CAMP, e se for o caso a processo de readaptação profissional.

Art. 17. O segurado em gozo de auxílio-doença insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de readaptação profissional para exercício de outra atividade, não cessando o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por invalidez.

Art. 18. O auxílio-doença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho e pela transformação em aposentadoria por invalidez.

SUB-SEÇÃO III

DO SALÁRIO FAMÍLIA

Art. 19. O salário-família será devido, mensalmente, aos segurados que tenha renda bruta mensal igual ou inferior ao teto definido para este benefício no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados, de qualquer condição, de até quatorze anos ou inválidos.

§ 1º Quando o pai e a mãe forem segurados, ambos terão direito ao salário-família.

§ 2º As cotas do salário-família, pagas pelo município, deverão ser deduzidas quando do recolhimento das contribuições sobre a folha de pagamento.

Art. 20. O pagamento do salário-família será devido a partir da data da apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado, estando condicionado à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de freqüência à escola do filho ou equiparado.

Parágrafo Único. O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido, é o mesmo definido pelo RGPS.

Art. 21. A invalidez do filho ou equiparado maior de quatorze anos de idade deve ser verificada em exame médico-pericial a cargo do PREVI-CAMP.

Art. 22. Em caso de divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda do pátrio-poder, o salário-família passará a ser pago diretamente aquele a cujo cargo ficar o sustento do menor, ou a outra pessoa, se houver determinação judicial nesse sentido.

Art. 23. O direito ao salário-família cessa automaticamente:

I - por morte do filho ou equiparado, a contar do mês seguinte ao do óbito;

II - quando o filho ou equiparado completar quatorze anos de idade, salvo se inválido, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário;

III - pela recuperação da capacidade do filho ou equiparado inválido, a contar do mês seguinte ao da cessação da incapacidade; ou

IV - pela perda da qualidade de segurado.

Art. 24. O salário-família não se incorporará, ao subsídio, à remuneração ou ao benefício, para qualquer efeito.

SUB-SEÇÃO IV

DO SALÁRIO MATERNIDADE

Art. 25. Será devido salário-maternidade à segurada gestante, durante cento e vinte dias consecutivos, com início vinte e oito dias antes e término noventa e um dias depois do parto, podendo ser prorrogado na forma prevista no § 1º.

§ 1º Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante inspeção médica.

§ 2º Em caso de parto antecipado ou não, a segurada tem direito aos cento e vinte dias previstos neste artigo.

§ 3º Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

§ 4º O salário-maternidade consistirá de renda mensal igual a remuneração da segurada, acrescido do 13º proporcional correspondente a 4/12, pago na última parcela.

Art. 26. O início do afastamento do trabalho da segurada será determinado com base em atestado médico.

§ 1º O atestado deve indicar, além dos dados médicos necessários, os períodos a que se referem o art. 25 e seus parágrafos, bem como a data do afastamento do trabalho.

§ 2º Nos meses de início e término do salário-maternidade da segurada, o salário-maternidade será proporcional aos dias de afastamento do trabalho.

§ 3º O salário-maternidade não pode ser acumulado com benefício por incapacidade.

§ 4º Quando o parto ocorrer sem acompanhamento médico, o atestado será fornecido pela junta médica do PREVI-CAMP.

SEÇÃO II

DOS BENEFÍCIOS GARANTIDOS AOS DEPENDENTES

SUB-SEÇÃO I

DA PENSÃO POR MORTE

Art. 27. A pensão por morte será calculada na seguinte forma:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 1º A importância total assim obtida será rateada em partes iguais entre todos os dependentes com direito a pensão.

§ 2º Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§ 3º A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

§ 4º Não fará jus a pensão o dependente condenado por prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

Art. 28. A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:

I - do dia do óbito;

II - da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou

III - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

Art. 29. Os pensionistas inválidos ficam obrigados, tanto para concessão como para cessação de suas quotas de pensão, a submeter-se aos exames médicos determinados pelo PREVI-CAMP.

Parágrafo Único. Ficam dispensados dos exames referidos neste artigo os pensionistas inválidos que atingirem a idade de 60 (sessenta) anos.

Art. 30. A parcela de pensão de cada dependente extingue-se com a perda da qualidade de dependente na forma do art. 9º.

Art. 31. Toda vez que se extinguir uma parcela de pensão, proceder-se-á a novo rateio da pensão, na forma do § 1º, do art. 27, em favor dos pensionistas remanescentes.

Parágrafo Único. Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.

SUB-SEÇÃO II

DO AUXÍLIO RECLUSÃO

Art. 32. O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal igual a totalidade dos vencimentos percebidos pelo segurado, concedida ao conjunto de seus dependentes, desde que a renda bruta mensal igual ou inferior ao teto definido para este benefício no Regime Geral de Previdência Social, que esteja recolhido à prisão, e que por este motivo, não perceba remuneração dos cofres públicos.

§ 1º O auxílio-reclusão será rateado em cotas-partes iguais entre os dependentes do segurado.

§ 2º O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber remuneração dos cofres públicos.

§ 3º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

§ 4º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifique o não pagamento da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e,

II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 5º Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao PREVI-CAMP pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§ 6º Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§ 7º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

SEÇÃO III

DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 33. O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, salário maternidade, auxílio-reclusão ou auxílio-doença pagos pelo RPPS.

Parágrafo Único. O abono de que trata o caput será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo RPPS, em que cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quando o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

Art. 34. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

Art. 35. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria .

Art. 36. É vedada qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 37. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI da Constituição Federal, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma da Constituição Federal, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

Art. 38. Além do disposto nesta Lei, o PREVI-CAMP observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

Art. 39. Para efeito do benefício de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural ou urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, nos termos do § 9º, do art. 201 da Constituição Federal, segundo critérios estabelecidos na lei 9.796/99.

Parágrafo Único. Os servidores municipais contemplados pelo art. 3º desta lei, receberão do órgão instituidor (PREVI-CAMP), todo o provento integral da aposentadoria, independente do órgão de origem (INSS) ter feito ou não o repasse do recurso de cada servidor, como compensação financeira.

Art. 40. As prestações, concedidas aos segurados ou a seus dependentes, salvo quanto a importâncias devidas ao próprio PREVI-CAMP e aos descontos autorizados por Lei ou derivados da obrigação de prestar alimento reconhecida por via judicial, não poderão ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito qualquer venda ou cessão e a constituição de quaisquer ônus, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para a respectiva percepção.

Art. 41. O pagamento dos benefícios em dinheiro será efetuado diretamente ao segurado ou ao dependente, salvo nos casos de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção do beneficiado, quando se fará a procurador, mediante autorização expressa do PREVI-CAMP que, todavia, poderá negá-la quando considerar essa representação inconveniente.

Art. 42. Os benefícios assegurados às pessoas abrangidas, quando não reclamados, prescreverão, no prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data em que forem devidos, e os valores a eles correspondentes, serão vertidos em favor do Instituto.

CAPÍTULO IV

DO CUSTEIO

SEÇÃO I

DA RECEITA

Art. 43. A receita do PREVI-CAMP será constituída, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, na seguinte forma:

I - de uma contribuição mensal dos segurados ativos, definida pelo § 1º do art. 149 da CF/88, igual a 11% (onze por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição;

II - de uma contribuição mensal dos segurados inativos e dos pensionistas definida na avaliação atuarial igual a 11% (onze por cento), calculada sobre a parcela dos proventos e das pensões que superarem cinqüenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal;

III - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 14,91% (quatorze inteiros e noventa e décimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos;

IV - de uma contribuição mensal dos órgãos municipais sujeitos a regime de orçamento próprio, igual à fixada para o Município, calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados obrigatórios;

V - de uma contribuição mensal dos segurados que usarem da faculdade prevista no art. 6º, correspondente a sua própria contribuição, acrescida da contribuição correspondente à do Município;

VI - pela renda resultante da aplicação das reservas;

VII - pelas doações, legados e rendas eventuais;

VIII - por aluguéis de imóveis, estabelecidos em Lei;

IX - dos valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

Art. 44. Considera-se remuneração de contribuição, para os efeitos desta Lei, a retribuição pecuniária devida ao segurado a título remuneratório pelo exercício do cargo com valor fixado em Lei, acrescido das vantagens permanentes, décimo terceiro vencimento, proventos de aposentadoria e pensão;

§ 1º Exclui-se de descontos referidos neste artigo, gratificação de férias, horas extras e vantagens temporárias.

§ 2.º O Salário-Família não está sujeito, em hipótese alguma, a qualquer desconto pelo PREVI-CAMP.

Art. 45. Em caso de acumulação de cargos permitida em Lei, a remuneração de contribuição para os efeitos desta Lei, será a soma das remunerações percebidas.

Parágrafo Único. Ao servidor titular de cargo efetivo, ocupante de cargo em comissão, ou detentor de mandato eletivo, a contribuição mensal será calculada, somente sobre a remuneração do cargo efetivo.

SEÇÃO II

DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES

Art. 46. A arrecadação das contribuições devidas ao PREVI-CAMP compreendendo o respectivo desconto e seu recolhimento, deverá ser realizada observando-se as seguintes normas:

I - aos setores encarregados de efetuar o pagamento dos servidores ativos e inativos dos órgãos municipais, caberá descontar, no ato do pagamento, a importância de que trata o inciso I do art. 43;

II - caberá do mesmo modo, aos setores mencionados, recolher ao PREVI-CAMP ou a estabelecimentos de crédito indicado, até o dia 30 (trinta) do mês subseqüente, a importância arrecadada na forma do item anterior, juntamente com as contribuições previstas no inciso II, do art. 43, conforme o caso.

Parágrafo Único. O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao PREVI-CAMP relação nominal dos segurados, com os respectivos subsídios, remunerações e valores de contribuição.

Art. 47. O não-recolhimento das contribuições a que se referem os incisos I e II do art. 43 desta Lei, no prazo estabelecido no inciso II do artigo anterior, ensejará o pagamento de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, não cumulativo.

Art. 48. O segurado que se valer da faculdade prevista no art. 6.º fica obrigado a recolher mensalmente, na rede bancária, mediante boleto bancário emitido pelo PREVI-CAMP, as contribuições devidas.

Art. 49. As cotas do salário-família, salário maternidade, auxílio doença e auxílio reclusão, serão pagas pelo Município de Campinápolis, mensalmente, junto com a remuneração dos segurados, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições ao PREVI-CAMP.

SUB-SEÇÃO I

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 50. O PREVI-CAMP poderá a qualquer momento, requerer dos Órgãos do Município, quaisquer documentos para efetuar levantamento fiscal, a fim de apurar irregularidades nas incidências dos encargos previdenciários previstos no plano de custeio.

CAPÍTULO V

DA GESTÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

SEÇÃO I

DAS GENERALIDADES

Art. 51. As importâncias arrecadadas pelo PREVI-CAMP são de sua propriedade, e em caso algum poderão ter aplicação diversa da estabelecida nesta Lei, sendo nulos de pleno direito os atos que violarem este preceito, sujeitos os seus autores às sanções estabelecidas na legislação pertinente, além de outras que lhes possam ser aplicadas.

Art. 52. Na realização de avaliação atuarial inicial e na reavaliação em cada balanço por entidades independentes legalmente habilitadas, devem ser observadas as normas gerais de atuária e os parâmetros discriminados no anexo I da Portaria MPAS n.º 4992 com as alterações contidas na Portaria MPAS n.º 3385 de 14/09/2001.

SEÇÃO II

DAS DISPONIBILIDADES E APLICAÇÃO DAS RESERVAS

Art. 53. As disponibilidades de caixa do PREVI-CAMP, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades do Município e aplicadas nas condições de mercado, com observância das normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 54. A aplicação das reservas se fará tendo em vista:

I - segurança quanto a recuperação ou conservação do valor real, em poder aquisitivo, do capital investido, bem como ao recebimento regular dos juros previstos para as aplicações de renda fixa e variável;

II - a obtenção do máximo de rendimento compatível com a segurança e grau de liquidez;

Parágrafo Único. É vedada a aplicação das disponibilidades de que trata o "caput" em:

I - títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação;

II - empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao poder público, inclusive a suas empresas controladas.

Art. 55. Para alcançar os objetivos enumerados no artigo anterior, o PREVI-CAMP realizará as operações em conformidade com a política adotada por um Comitê de Investimentos.

CAPÍTULO VI

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SEÇÃO I

DO ORÇAMENTO

Art. 56. O orçamento do PREVI-CAMP evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamental observado o plano plurianual e a Lei de diretrizes orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

Parágrafo Único. O Orçamento do PREVI-CAMP observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

SEÇÃO II

DA CONTABILIDADE

Art. 57. A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subseqüente o de informar, inclusive de apropriar e apurar os custos dos serviços, e, conseqüentemente, de concretizar os seus objetivos, bem como, interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 58. A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1.º A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2.º Entende-se por relatórios de gestão, o balancete mensal de receitas e despesas do PREVI-CAMP e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente.

§ 3.º As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do município.

Art. 59. O PREVI-CAMP observará ainda o registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e do ente estatal, conforme diretrizes gerais.

Art. 60. A escrituração do Fundo Contábil de que trata esta lei, deverá obedecer às normas e princípios contábeis previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores e as normas emanadas da Portaria MPAS n.º 4.992/99.

SEÇÃO III

DA DESPESA

Art. 61. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária, e não poderá ultrapassar o limite estabelecido no § 3º do art. 17 da Portaria MPAS n.º 4.992/99.

Parágrafo Único. Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos por decretos do executivo.

Art. 62. A despesa do PREVI-CAMP se constituirá de:

I - pagamento de prestações de natureza previdenciária;

II - pagamento de prestação de natureza administrativa.

SEÇÃO IV

DAS RECEITAS

Art. 63. A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

CAPÍTULO VIII

DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

SEÇÃO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 64. A organização administrativa do PREVI-CAMP compreenderá os seguintes órgãos:

I - Conselho Curador, com funções de deliberação superior;

II - Conselho Fiscal, com função de fiscalização orçamentária de verificação de contas e de julgamento de recursos.

SUB-SEÇÃO ÚNICA

DOS ÓRGÃOS

Art. 65. Compõem o Conselho Curador do PREVI-CAMP os seguintes membros: 02 (dois) representantes do Executivo, 02 (dois) representantes do Legislativo e 06 (seis) representantes dos Segurados, sendo dois suplentes.

§ 1º Os membros do Conselho Curador, representantes do Executivo e do Legislativo, serão designados pelos Chefes dos Poderes respectivos, e os representantes dos segurados, serão escolhidos dentre os servidores municipais, por eleição, garantida participação de servidores inativos.

§ 2º Os membros do Conselho Curador terão mandatos de 02 (dois) anos, permitida a recondução em 50% (cinqüenta por cento) de cada representação de seus membros.

§ 3º O Presidente do Conselho Curador será escolhido entre seus membros, e exercerá o mandato por um ano vedada a reeleição.

Art. 66. O Conselho Curador se reunirá sempre com a totalidade de seus membros, pelo menos, três vezes ao ano, cabendo-lhe especificamente:

I - elaborar seu regimento interno;

II - eleger o seu presidente;

III - decidir sobre qualquer questão administrativa e financeira que lhe seja submetida pelo Conselho Fiscal;

IV - julgar os recursos interpostos das decisões do Conselho Fiscal;

V - apreciar sugestões e encaminhar medidas tendentes a introduzir modificações na presente Lei, bem como resolver os casos omissos.

Parágrafo Único. As deliberações do Conselho Curador serão promulgadas por meio de Resoluções.

Art. 67. A função de Secretário do Conselho Curador será exercida por um servidor efetivo do quadro da Prefeitura Municipal.

Art. 68. Os membros do Conselho Curador, nada perceberão pelo desempenho do mandato.

Art. 69. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente bimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, cabendo-lhe especificamente:

I - elaborar seu regime interno;

II - eleger seu presidente;

III - acompanhar a execução orçamentária do PREVI-CAMP;

IV - julgar os recursos interpostos por segurados e dependentes dos despachos atinentes a processos de benefícios.

§ 1º O Conselho Fiscal será composto por 05 (cinco) membros, sendo, 03 (três) titulares e 02 (dois) suplentes, eleitos dentre os servidores municipais, para mandato de 02 (dois) anos.

§ 2º O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido entre seus membros, e exercerá o mandato por um ano vedada a reeleição.

§ 3º Os membros do Conselho Fiscal nada perceberão pelo desempenho do mandato.

SEÇÃO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Art. 70. A administração do fundo contábil de que trata esta lei, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, a quem incumbirá a obrigação de adotar as medidas necessárias ao seu perfeito funcionamento.

SEÇÃO III

DOS RECURSOS

Art. 71. Os segurados do PREVI-CAMP e respectivos dependentes, poderão recorrer ao Conselho Fiscal, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que forem notificados, das decisões do Prefeito Municipal, denegatórias de prestações.

Art. 72. Aos servidores do PREVI-CAMP é facultado recorrer ao Conselho Curador, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, das decisões do Secretário Municipal de Administração que considerarem lesivas a seus direitos.

Art. 73. O Secretário Municipal de Administração, bem como, segurados e dependentes, poderão recorrer ao Conselho Curador, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que delas tomarem conhecimento, das decisões do Conselho Fiscal com as quais não se conformarem.

Art. 74. Os recursos deverão ser interpostos perante o órgão que tenha proferido a decisão, devendo ser, desde logo, acompanhados das razões e documentos que os fundamentem.

Art. 75. Os recursos não terão efeito suspensivo, salvo se, em face dos interesses, assim o determinar o próprio órgão recorrido.

Parágrafo Único. O órgão recorrido poderá reformar sua decisão, em face do recurso apresentado, caso em que este deixará de ser encaminhado à instância superior.

CAPÍTULO IX

DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 76. São deveres e obrigações dos segurados:

I - acatar as decisões dos órgãos de direção do PREVI-CAMP;

II - aceitar e desempenhar com zelo e dedicação os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados;

III - dar conhecimento à direção do PREVI-CAMP das irregularidades de que tiverem ciência, e sugerir as providências que julgarem necessárias;

IV - comunicar ao PREVI-CAMP qualquer alteração necessária aos seus assentamentos, sobretudo aquelas que digam respeito aos dependentes e beneficiários.

Parágrafo Único. O segurado que se valer da faculdade prevista no art. 6. º, fica obrigado a recolher suas contribuições e débitos, mensalmente, na rede bancária, mediante boleto bancário emitido pelo PREVI-CAMP.

Art. 77. O segurado pensionista terá as seguintes obrigações:

I - acatar as decisões dos órgãos de direção do PREVI-CAMP;

II - apresentar, anualmente, em janeiro, atestado de vida e residência do grupo familiar beneficiado por esta lei;

III - comunicar por escrito ao PREVI-CAMP as alterações ocorridas no grupo familiar para efeito de assentamento;

IV - prestar com fidelidade, os esclarecimentos que forem solicitados pelo PREVI-CAMP.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 78. Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 12, §§ 1º e 6º, desta Lei, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinqüenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo inciso III, alínea “a” e § 3º do art. 12 desta Lei, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 4º O professor, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 5º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do art. 12 desta Lei.

§ 6º Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 79. Observado o disposto no art. 35, desta lei, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei federal discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

Art. 80. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 12 ou pelas regras estabelecidas pelo art. 77 desta Lei, o servidor que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 3º do art. 12 desta lei, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo Único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 81. É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional n.° 41/2003, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do art. 12 desta lei.

§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação da Emenda Constitucional de que trata este artigo, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 82. Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes, em fruição na data de publicação da Emenda Constitucional n.° 41/2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo artigo anterior, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Art. 83. Os regulamentos gerais de ordem administrativa do PREVI-CAMP e suas alterações, serão baixados pelo Conselho Curador.

Art. 84. Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em janeiro/2004, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 85. Fica extinta a Autarquia Municipal regulada pela Lei Municipal n. º 622/2003, passando seus bens, direitos, e obrigações a integrar o ativo e o passivo do Município de Campinápolis, vinculados ao PREVI-CAMP, mantida sua afetação para a finalidade previdenciária.

Art. 86. Ficam transferidos para a Secretaria Municipal de Administração os arquivos e bancos de dados da Autarquia ora extinta.

Art. 87. O Balanço da Autarquia extinta pelo art. 85 desta lei, deverá ser encerrado na data da publicação desta Lei.

Art. 88. Os membros dos Conselhos Curador e Fiscal eleitos na vigência da Lei Municipal n.º 622/2003, de 08 de abril de 2003, terão seus mandatos prorrogados por 02 (dois) anos, contados da data de publicação desta lei.

Art. 89. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, no valor do recurso orçamentário disponível na autarquia extinta por esta lei, que serão utilizados no delineamento do orçamento do Fundo Contábil criado por esta lei.

Art. 90. Fica homologado o termo de vinculação a contrato de prestação de serviços técnicos de operacionalização dos Regimes Próprios de Previdência Social, firmado com a Associação Matogrossense dos Municípios – AMM, mediante adesão ao programa AMM-PREVI.

Art. 91. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de confissão de dívidas com o PREVI-CAMP, referente às contribuições previdenciária dos servidores efetivos, não recolhidas até a competência dezembro/2003.

Art. 92. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 622/2003, de 08 de abril de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, em 18 de fevereiro de 2004.

JOAQUIM MATIAS VALADÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 002 ao Contrato de Prestação de Serviço nº 052/2014

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X CPOL Consultoria e Projetos de Obras LTDA- EPP

Objeto: alterar a Cláusula Terceira - Valor do Contrato e Preços, do Contrato.

Valor: R$ 20.000,00

Data:19/06/2015

Procedimento Licitatório: Tomada de Preço nº 017/2014

Secretaria: Infraestrutura

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2015 PREGÃO: N° 066/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: OLMIR IORIS E CIA LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição condicionadores de ar e climatizadores para atender as Secretarias Municipais.

Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
3	11185	20,00	UNID.	AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTUS, DE FAB. NACIONAL, C/ OPÇAO DE CONFORTO TERMICO: REFRIG., VENT. E DESUMIDIFICAÇAO, CAP. DE REFRIG. 18.000 BTUS, MODELO FRIO	Consul	2.079,00	41.580,00

Totalizando o valor de R$ 41.580,00 (quarenta e um mil, quinhentos e oitenta reais).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2015 PREGÃO: N° 083/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: VIVIANE REGINA CLAUDINO – ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição notebooks para atender o Projeto Educação – Aproveitamento Escolar, Disciplina e Frequência **do Ministério Publico do Estado de Mato Grosso – Promotoria de Justiça de Campo Novo do Parecis, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.**

Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	34039	30	UNID.	NOTEBOOK CONFIGURAÇÃO MÍNIMA: PROCESSADOR CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE 2 NÚCLEOS COM 1 MB, CACHE L2, WINDOWS 7 PROFESSIONAL ORIGINAL INSTALADO, MONITOR DE 14'' DE LED (1366X768), GRÁFICOS ATI MOBILE RADEON	PHILCO	1.630,00	48.900,00

Totalizando o valor de R$ 48.900,00 (quarenta e oito mil e novecentos reais).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2015 PREGÃO: N° 076/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: CLINICA DIETETICA LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de alimentos especiais e suplementos alimentares para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município.

Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
13	34044	60,00	UNID.	SUPLEMENTO ALIMENTAR A BASE DE MALTODEXTRINA EM PÓ, SABOR BAUNILHA, EMBALAGEM 1KG	CARBOPLEX MALTO PACOTE 1KG NUTRITION ADVANCED	20,00	1.200,00

Totalizando o valor de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2015 PREGÃO: N° 076/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: TOPMED – PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de alimentos especiais e suplementos alimentares para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município.

Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	35182	120,00	UNID.	FÓMULA A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, ADICIONADA DE LMETIONINA, ENRIQUECIDA DE FERRO E CÁLCIO, ISENTA DE LACTOSE E PROTEÍNA LÁCTEAS, CONTENDO 100% DE PROTEÍNAS ISOLADAS DA SOJA. LATA COM NO MÍNIM	NESTLE	29,50	3.540,00
2	35183	180,00	UNID.	DIETA NUTRICIONALMENTE COMPLETA ISENTA DE LACTOSE E SACAROSE, ACRESCIDA DE VITAMINAS E SAIS MINERAIS. APRESENTAÇÃO EM FORMA DE PÓ, CONTENDO NO MÍNIMO 400GR.	NESTLE	36,00	6.480,00
4	35194	260,00	UNID.	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA, PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO ATÉ O 6º MÊS DE VIDA, COM PREDOMINÂNCIA A PROTEÍNA DO SORO DO LEITE EM RELAÇÃO A CASEÍNA, CONTENDO NO MÍNIMO 400GR.	NESTLE	19,50	5.070,00
5	35195	120,00	UNID.	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, PARA LACTENTES A PARTIR DO 6º MÊS DE VIDA, FONTE PROTÉICA DE CASEÍNA E PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, CONTENDO NO MÍNIMO 400GR.	NESTLE	19,50	2.340,00
6	35193	490,00	UNID.	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA, PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO ATÉ O 6º MÊS DE VIDA, A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS (PROTEÍNA DO SORO E CASEÍNA), COM ADIÇÃO DE DHA E ARA, E NUCLEOTÍDEOS, CONTENDO NO MÍN	NESTLE	22,00	10.780,00
7	35185	360,00	UNID.	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, PARA LACTENTES A PARTIR DO 6º MÊS DE VIDA, A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS (PROTEÍNA DO SORO E CASEÍNA), COM ADIÇÃO DE DHA E ARA, E NUCLEOTÍDEOS, CONTENDO NO MÍNIMO 400GR.	NESTLE	25,00	9.000,00
8	34093	140,00	UNID.	LEITE UHT DESNATADO EMBALAGEM DE 1L	ITAMBÉ	2,67	373,80
10	29654	280,00	UNID.	FÓRMULA INFANTIL SEM LACTOSE PARA LACTENTES-FÓRMULA INFANTIL ISENTA DE LACTOSE, A BASE DE LEITE DE VACA, ÓLEOS VEGETAIS, E MALTODEXTRINA(ÚNICA FONTE DE CARBOIDRATOS); E ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, NUCL	NESTLE	34,50	9.660,00
11	35186	280,00	UNID.	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA, ADICIONADA DE PREBIÓTICOS, PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 400GR.	NESTLE	22,36	6.260,80
12	35187	160,00	UNID.	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, ADICIONADA DE PREBIÓTICOS, PARA LACTENTES A PARTIR DE 6 MESES.	NESTLE	25,00	4.000,00

Totalizando o valor de R$ 57.504,60 (cinquenta e sete mil, quinhentos e quatro reais e sessenta centavos).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO 095/2015

ABERTURA: 09 de julho de 2015.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08:00h.

INÍCIO DA SESSÃO: 09 de julho de 2015 às 08:00 horas.

OBJETO: Contratação especializada na prestação de serviços de Assessoria, Consultoria e Software de Gestão Educacional e gerenciamento de Ponto Eletrônico, para atender a Secretaria Municipal de Educação.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 19 de junho de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2015

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a **Revogação** do Edital de Pregão nº 82/2015, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição deaquisição de peças, acessórios e/ou componentes de reposição Genuínas e/ou originais de 1º linha, não remanufaturados, não recondicionados, não recuperados, para veículos pesados (caminhões e ônibus) da marca Ford, Volkswagen, Mercedes-benz, Agrale, Iveco, Volvo, Marcopolo/Volare.

A Revogação do processo licitatório em tela deve-se a adequações no Edital.

Campo Novo do Parecis, 19 de junho de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2015 PREGÃO: N° 066/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: D ANDREATI PEÇAS ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição condicionadores de ar e climatizadores para atender as Secretarias Municipais.

Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
5	34987	3,00	UNID.	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO, COM VAZÃO MÍNIMA DE 38.000 M3/H. MEDIDAS ABERTURA DE PAREDE APROXIMADAS DE 130X130, COM RESERVATÓRIO DE ÁGUA, MOTOR E BOMBA DE ÁGUA DE E PAINEL ELÉTRICO COM CONTROLE DE	Poloclima	9.220,00	27.660,00
6	34988	3,00	UNID.	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO, COM VAZÃO MÍNIMA DE 42.000 M3/H. MEDIDAS ABERTURA DE PAREDE APROXIMADAS DE 130X130, COM RESERVATÓRIO DE ÁGUA, MOTOR E BOMBA DE ÁGUA DE E PAINEL ELÉTRICO COM CONTROLE DE	Poloclima	10.000,00	30.000,00

Totalizando o valor de R$ 57.660,00 (cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta reais).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2015 PREGÃO: N° 066/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: BOM CLIMA REFRIGERAÇÃO LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição condicionadores de ar e climatizadores para atender as Secretarias Municipais.

Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	11183	20,00	UNID.	AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS, DE FAB. NACIONAL, C/ OPÇAO DE CONFORTO TERMICO: REFRIG., VENT. E DESUMIDIFICAÇAO, CAP. DE REFRIG. 9.000 BTUS, MODELO FRIO	Elgin	1.290,00	25.800,00
4	25617	7,00	UNID.	AR CONDICIONADO SPLIT 30.000 BTUS, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, OPÇÕES DE CONFORTO TÉRMICO: REFRIGERAÇÃO, VENTILAÇÃO E DESUMIDIFICAÇÃO; CAPACIDADES DE REFRIGERAÇÃO DE 30.000 BTUS, MODELO FRIO	Elgin	3.550,00	24.850,00

Totalizando o valor de R$ 50.650,00 (cinquenta mil, seiscentos e cinquenta reais).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2015 PREGÃO: N° 066/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: SUPREMA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição condicionadores de ar e climatizadores para atender as Secretarias Municipais.

Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
7	34779	6,00	UNID	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO, COM VAZÃO MÍNIMA DE 40.000 M3/H. MEDIDAS (DIMENSÕES) APROXIMADAS 1560 X 1870 X 1190 MM (ALP), COM RESERVATÓRIO DE ÁGUA, MOTOR E BOMBA DE ÁGUA DE E PAINEL ELÉTRICO COM C	ECOCLIMA	11.430,00	68.580,00

Totalizando o valor de R$ 68.580,00 (sessenta e oito mil, quinhentos e oitenta reais).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 006 ao Contrato de Prestação de Serviço nº 018/2014

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X CPOL Consultoria e Projetos de Obras LTDA- EPP

Objeto: alterar a Cláusula Segunda – Vigência, Cláusula Terceira - Valor do Contrato e Preços, Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização, do Contrato.

Prazo: 60 dias

Valor:R$ 49.000,00

Data: 25/05/2015

Procedimento Licitatório: Concorrência nº 03/2014

Secretaria: Infraestrutura

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2015 PREGÃO: N° 066/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA – ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição condicionadores de ar e climatizadores para atender as Secretarias Municipais.

Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
2	25635	40,00	UNID.	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, OPÇÕES DE CONFORTO TERMICO: REFRIGERAÇÃO, VENTILAÇÃO E DESUMIDIFICAÇÃO; CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 12.000 BTUS, MODELO FRIO	ELGIN	1.339,00	53.560,00

Totalizando o valor de R$ 53.560,00 (cinquenta e três mil, quinhentos e sessenta reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA – AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO N° 067/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna pública a retificação da publicação do Aviso de Pregão n° 067/2015, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA PARA CONFECÇÃO DE PORTÕES, GRADES, JANELAS E OUTROS**. **Onde se lê**: "na modalidade pregão (presencial) *n° 068/2015*,", **leia-se** "na modalidade pregão (presencial) **n° 067/2015**". Campo Verde - MT, 19 de junho de 2015.

Leila Gubert

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
EDITAL DE RETIFICAÇÃO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURAMUNICIPALDECAMPOVERDE

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT, através da Secretaria Municipal de Habitação no uso de suas atribuições legais faz saber que fica retificada a Relação dos Candidatos inscritos no Projeto Habitacional Residencial Recanto dos Pássaros – Programa Minha Casa, Minha Vida incluindo-se os candidatos abaixo relacionados, cujas inscrições foram efetuadas no prazo legal.

Através do presente instrumento justificamos que, estes candidatos não constam na publicação divulgada no site www.campoverde.mt.gov.br e no Jornal O Diário referente a Relação dos Candidatos inscritos no Projeto Habitacional Residencial Recanto dos Pássaros, por motivo de falha técnica. Entretanto, validamos as inscrições dos mesmos, pelo fato de terem cumprido o prazo proposto em Edital de Publicação, visando assim, atender ao disposto no item 7.5 da Portaria nº595/2013/Ministério das Cidades.

NOME	NIS
Francisca Ventura	12813722407
Jairo Natanael Soares dos Santos	12819885405
Juliana Aparecida de Lima	16245113440
Liliane Ferreira Barbosa	20078478043
Maria Roniele Geralda da Silva	16459136123
Marlete Oliveira da Silva	20144281486
Marta Marques de Sena	1647783570-4
Nely da Costa Pinheiro	13224646402
Neuraice Nogueira dos Santos	16687866452
Rosiane Filomeno da Silva	20111367071
Sandra Pereira da Silva	12440347770

E ainda retifica-se que os nomes dos candidatos abaixo relacionados serão substituídos pelo responsável familiar do cadastro habitacional.

Onde lê-se: José Mario Bento de Moraes Leia-se: Marineis Isidora Santos Souza

Onde lê-se: Adilson Pereira dos Santos Leia-se: Cleonice Paula de Lima dos Santos

Kleberson de Almeida

Secretário Municipal de Habitação

Campo Verde, 27 de Maio de 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 391/2015

PORTARIA Nº 391/2015, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA O SENHOR CLEYBER DOS SANTOS SILVA DO CARGO DE GERENTE DE ESPECIALIDADE MEDICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 381/2015

PORTARIA Nº 381/2015, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA O SENHOR NATALINO GONÇALVES DE OLIVEIRA PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE ESCRITURAÇÃO E CONTROLE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº. 41/2015

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT, através de sua pregoeira, torna público que, por questões técnicas, administrativas e necessidade de adequação do Termo de Referência, resolve CANCELAR o Pregão Presencial nº 41/2015, o qual tem como objeto o Registro de Preço para aquisição de Digitalizador de Imagens Radiográficas.

Campos de Júlio - MT, 19 de Junho de 2015.

Rosimeire C. Favero

Decreto nº. 002/2.015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE/
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
PORTARIA Nº. 064/2015 TITULO DE PROPRIEDADE

PORTARIA Nº. 064/2015.

De 17 de junho de 2015.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA EXPEDIÇÃO DE TÍTULO DE PROPRIEDADE EM FAVOR DE JUNIEL AVES CORREIA.

VALDEZ VIANA NUNES Prefeito Municipal de Canabrava do Norte - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Determino que o Secretário Municipal de Administração proceda à abertura de procedimento administrativo para expedição de título de propriedade em nome do Sr. JUNIEL ALVES CORREIA, do lote nº 08B da quadra nº 21, atentando-se para as formalidades legais.

Art. 2 – Antes da expedição do título de propriedade, determino que seja publicado edital no diário da AMM - Associação dos Municípios Mato grossenses e no mural da prefeitura municipal, solicitando a publicação do edital na referida casa de leis, todos contendo o memorial descritivo do imóvel, abrindo prazo de 20 (vinte dias) para impugnação dos interessados.

Art. 3º - Findo o prazo do artigo anterior, com ou sem impugnação, remeta o processo administrativo para chefe do departamento de tributos para que emita parecer favorável ou não de título de propriedade.

Art. 4º - Após a confecção do parecer, remeta o processo para o Gabinete do Prefeito para decisão final sobre a emissão do parecer.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canabrava do Norte - Estado de Mato Grosso, 17 de junho de 2015

Valdez Viana Nunes

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE/
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
EDITAL Nº 06/2015 TITULO DE PROPRIEDADE

EDITAL Nº 06/2015

O município de Canabrava do Norte-MT informa que expedirá título de propriedade em favor de JUNIEL ALVES CORREIA, Servidor Publica, brasileiro, solteiro, portadora da cédula de identidade nº 1673476-9 SSP/MT e do CPF 006.075.631-41, referente ao Lote nº 08B, Quadra Nº 21, Rua Gameleira, Centro, Canabrava do Norte-MT, a ser desmembrado da Matrícula nº 1.074, do Cri da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com o seguinte memorial descritivo: frente com a Rua Gameleira, medindo 30,30 metros; Lado Direito com os lotes nº 08A,10 medindo 40,10 metros; Lado esquerdo com a Av. Amaro Francisco da Silva medindo 40,90 metros; fundo com os lotes nº 09A,09B medindo 29,80 metros. Aos interessados será concedido prazo de 20 (vinte) dias para impugnação à expedição do referido título de propriedade.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 425/2015

DECRETO Nº 425/2015 _____ DE: 08/06/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS E APROVADOS CLASSIFICADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

VALDEZ VIANA NUNES, Prefeito Municipal de CANABRAVA DO NORTE-MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 37, Inc. II, da Constituição Federal.

Considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura Municipal, nos termos do Edital de Concurso Público n.º 001/2012.

Considerando a necessidade de suprir as vagas existentes no seu quadro de pessoal.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos relacionado em anexo a comparecer ao edifício sede desta Prefeitura Municipal, junto ao Departamento de Recursos Humanos, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canabrava do Norte - MT, para assumir seu respectivo cargo, no dia 30.06.2015 as 09:00 hs.

Parágrafo Primeiro: O não comparecimento do candidato na data estipulada neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Parágrafo Segundo: O Candidato (a) Convocado devera apresentar no ato da posse os documentos relacionados abaixos:

a) Prova de ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (art. 12 e art. 37, I da CF/88); Cédula de Identidade e Cadastro de Pessoa Física;

b) Certidão de Casamento ou Nascimento;

c) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

d) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos (se for o caso);

e) Cartão do PIS/PASEP;

f) Carteira de Trabalho

g) Titulo de Eleitor;

h) Comprovante de endereço;

i) Prova de estar em dias com as obrigações eleitorais;

j) Declaração de posse de bens até esta data;

k) Certidão Negativa de Débitos para com o Município de posse;

l) Prova do gozo dos direitos civis e políticos;

m) Declaração de não ter sido demitido ou destituído do serviço público por justa causa;

n) Prova de escolaridade conforme exigência do cargo para o qual concorri;

o) Prova de registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se o comprovante de quitação da anuidade e Certidão de regularidade;

p) Prova de idoneidade civil e criminal comprovada por meio de certidão negativa expedida pelo Cartório Distribuidor do Juízo Estadual da Comarca onde resido;

q) Declaração de não infringência das leis constantes do Edital;

r) Declaração de não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos;

s) Prova de estar exercendo ou não outro cargo ou função pública;

t) Prova de aptidão física e sanidade mental para o exercício do cargo comprovado por baterias de exames feitos por Junta Médica Oficial do Município ou outra competente.

u) Duas fotos 3x4 , colorida e recentes.

v) Dados Adicionais (Conforme modelo abaixo);

TELEFONE RESIDENCIAL	CELULAR
EMAIL:	
PAI	
PROFISSAO	
CPF	
MÃE	
PROFISSAO	
CPF	
CONJUGE	
PROFISSAO	
CPF	
BANCO	
AGENCIA	CONTA CORRENTE

Art. 2º Os candidatos convocado estão relacionado no **ANEXO I** deste Decreto:

Art. 3º Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte, em 08 de Junho de 2015**.**

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº425/2015

Nome do candidato	Cargo	Classificação
JULLIANE ALVES DA SILVA	ADVOGADO	2º Lugar
JOIDES JANUARIO DE MIRANDA	CONTADOR	1º Lugar

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2015

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS.**

E que teve como vencedora as empresas :

COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES

CNPJ:21.679.098/0001-25

CARLINDA – MT; 12 de Junho de 2015.

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2015

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO ELETRÔNICA, PALCO E ILUMINAÇÃO PARA EVENTOS DE PEQUENO, MEDIO E GRANDE PORTE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.**

E que teve como vencedoras as empresas

BRENO AUGUSTO NEVEZ ZAMAR-ME

CNPJ:17.126.125/0001-65

Carlinda – MT; 19 de Junho de 2015.

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2015

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS, ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTEMENTE DE MARCA E CATEGORIA, PARA ATENDIMENTO DOS MAQUINÁRIOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT.**

E que teve como vencedoras as empresas

MARCOS PAULINO GOMES ME,

CNPJ n°06.063.181/0001-81

DIMAQ–CAMPOTRAT CUIABÁ COMERCIAL LTDA

CNPJ n°05.220.404/0001-40

TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA,

CNPJ:70.430.558/0001-92

NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA-ME CNPJ:09.619.626/0001-55

Carlinda – MT; 19 de Junho de 2015.

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE
DECRETO N° 028/2015

DECRETO N° 028/2015

DISPÕE SOBRE A V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CHAPADA DOS GUIMARÃES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso das atribuições, legais, e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO:

- Que a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente é o fórum máximo de deliberações da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecendo normas para sua adequada aplicação, bem como sobre a regulação do sistema institucional de apoio à sua formulação e execução de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 66/2015 de maio de 2015;

- Que a Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente reunir-se-á a cada dois anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação da Criança e do Adolescente e propor as diretrizes para a formulação da política municipal dos Direitos da Criança e do Ado-

lescente, convocada pelo Poder Executivo e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- O que consta da Resolução CMDCA Nº 001/2015, de 09 de junho de 2015

DECRETA:

Art. 1°- Fica convocada a "V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente" para a data de 26 de Junho de 2015, das 07hs 30min às 17hs 00min.

Art. 2° - O tema central da "V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente" será: ***"Política e Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Fortalecendo os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente".***

Art.3° - A V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada na Pousada Laura Vicunha, situada na Rodovia Emanuel Pinheiro, Km 58, B. Aldeia Velha, Chapada dos Guimarães e será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pela Secretária Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - As normas de organização e funcionamento da Conferência serão publicadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art 4° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de junho de 2015.

LICITAÇÃO
ERRATA AO ANEXO I DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

ERRATA AO ANEXO I DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, ESTADO DE MATO GROSSO, neste ato representado por seu PREGOEIRO senhora MARIA DE FÁTIMA DA SILVA CORREA, designada pelo ATO 001/2015 de 13/01/2015, torna público, para conhecimento dos interessados a seguinte RETIFICAÇÃO do **ANEXO-I** do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015:**

ONDE SE LÊ:

Item 17: Consultório odontológico pop sf; equipo com 3 terminais SF, unidade de água

com 01 suctor venture, refetor persus I de 20.000 lux + mocho syncrus estofamento em PVC.

LEIA-SE:

ITEM 17: Consultório odontológico; equipo com 3 terminais acoplado mecânico, unidade de água com 01 suctor, refletor de 20.000 lux lâmpada halógena, mocho com forramento em PVC.

VALOR E QUANTIDADE PERMANECEM INALTERADOS.

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA CORREA

PREGOEIRA

CHAPADA DOS GUIMARÃES, MT 19 DE JUNHO DE 2015.

GABINETE
LEI N.º 1.637 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

LEI N.º 1.637_____DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL – ALTERAÇÃO NA LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica autorizado abertura de Crédito Especial na Lei n.º 1.605/2014, para inclusão de elemento de despesa, conforme abaixo transcrito, que fica fazendo parte integrante da Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2015, destinado a cobertura de despesas com Aditivos para a Construção de Unidades Básicas de Saúde do Bairro Santa Cruz, Comunidade de Jangada Roncador e Comunidade de Praia Rica neste-Município.

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301– Atenção Básica

Programa: 022 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica

Projeto Atividade: 1113 – Construção de Unidades Básicas de Saúde

Elemento de Despesa: 44.90.51 – Obras e Instalações

Valor R$ 102.569,34

Fonte: 114 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

Art. 2º – Para a cobertura ao CréditosEspecial do artigo anterior dar-se através da anulação parcial de dotação, conforme dispõe o Artigo 43 Item III, da Lei Federal nº. 4.320/1964, na seguinte dotação:

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0023 – Ampliação e Qualidade na Media e Alta Complexidade

Projeto Atividade: 2.124 – Manutenção do Hospital Municipal

Elemento de Despesa: 31.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Valor R$ 102.569,34

Fonte: 114 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, 15 de junho de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal

GABINETE
ATO N° 081/2015

ATO N° 081/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA ASSESSORA TÉCNICA DO GABINETE A DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO DO MUNICÍPIO.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, em substituição legal, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR a Sra. **MARILENE APARECIDA BARBOSA,** para exercero cargo em comissão de Assessora Técnica do Gabinete à disposição da Secretaria de Turismo do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor com data retroativa de 01 de junho de 2015, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 09 de junho de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI N.º 1.638 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

LEI N.º 1.638_____DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL – ALTERAÇÃO NA LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica autorizado abertura de Crédito Especial na Lei n.º 1.605/2014, para inclusão de elemento de despesa, conforme abaixo transcrito, que fica fazendo parte integrante da Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2015, destinado a cobertura de despesas com Obras de Reforma e Ampliação do prédio junto ao Horto Florestal para funcionamento do PET-SAÚDE – Farmácia Viva no Horto Florestal, neste município.

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301– Atenção Básica

Programa: 303 – Ampliação e Qualidade na Assistência Farmacêutica

Projeto Atividade: 1112 – Obras de Reforma e Ampliação para o PET-SAÚDE – Farmácia Viva no Horto Florestal

Elemento de Despesa: 44.90.51 – Obras e Instalações

Valor R$ 77.028,47

Fonte: 114 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

Art. 2º – Para a cobertura ao CréditosEspecial do artigo anterior dar-se através da anulação parcial de dotação, conforme dispõe o Artigo 43 Item III, da Lei Federal nº. 4.320/1964, na seguinte dotação:

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0023 – Ampliação e Qualidade na Media e Alta Complexidade

Projeto Atividade: 1.111 – Reforma e Adequação do Hospital Municipal

Elemento de Despesa: 44.90.51 – Obras e Instalações

Valor R$ 77.028,47

Fonte: 114 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, 15 de junho de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL N.º 026/2015

DECRETO MUNICIPAL N.º026/2015

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL 013/2015 E DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO LANÇAMENTO DO IPTU.

LIZÚ KOBERSTAIN,Prefeito Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO houve os desencontros no sistema operacional do Departamento de Tributos, o que prejudicou o lançamento da Campanha do IPTU 2015, não suficientes para o restabelecimento da normalidade no Município;

CONSIDERANDO que a competência do Estado Democrático de Direito, ao mesmo tempo em que confere os poderes da autoridade constituída, também o obriga a tomar as devidas providências, visando solucionar as situações verificadas;

CONSIDERANDO a necessidade de não prejudicar o contribuinte chapadense, pela ineficácia administrativa;

DECRETA:

Art. 1º. Prorroga a vigência do Decreto Municipal 013/2015, estendendo a vigência do incentivo do IPTU 2015 até a data de 30 de junho de 2015, para pagamento em parcela única, para os contribuintes adimplentes com o tributo nos exercícios anteriores, em 30% (trinta por cento) sobre o valor do lançamento do IPTU.

Paragrafo único – Será concedido o incentivo de 15% (quinze por cento) sobre o valor do lançamento do IPTU, para o contribuinte que saldar parceladamente, em até 03 (três) parcelas, para os contribuintes adimplentes com o tributo nos exercícios anteriores, com vigência do incentivo até a data de 30 de setembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor com data retroativa de 01 de junho de 2015, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 03 de junho de 2015.

LIZÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães

LICITAÇÃO
ERRATA AO ANEXO I DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

ERRATA AO ANEXO I DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, ESTADO DE MATO GROSSO, neste ato representado por seu PREGOEIRO senhora MARIA DE FÁTIMA DA SILVA CORREA, designada pelo ATO 001/2015 de 13/01/2015, torna público, para conhecimento dos interessados a seguinte RETIFICAÇÃO do **ANEXO-I** do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015:**

ONDE SE LÊ:

Item 17: Consultório odontológico pop sf; equipo com 3 terminais SF, unidade de água

com 01 suctor venture, refetor persus l de 20.000 lux + mocho syncrus estofamento em PVC.

LEIA-SE:

ITEM 17: Consultório odontológico; equipo com 3 terminais acoplado mecânico, unidade de água com 01 suctor, refletor de 20.000 lux lâmpada halógena, mocho com forramento em PVC.

VALOR E QUANTIDADE PERMANECEM INALTERADOS.

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA CORREA

PREGOEIRA

CHAPADA DOS GUIMARÃES, MT 19 DE JUNHO DE 2015.

LICITAÇÃO
ERRATA AO ANEXO I DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

ERRATA AO ANEXO I DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, ESTADO DE MATO GROSSO, neste ato representado por seu PREGOEIRO senhora MARIA DE FÁTIMA DA SILVA CORREA, designada pelo ATO 001/2015 de 13/01/2015, torna público, para conhecimento dos interessados a seguinte RETIFICAÇÃO do **ANEXO-I** do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015:**

ONDE SE LÊ:

Item 17: Consultório odontológico pop sf; equipo com 3 terminais SF, unidade de água

com 01 suctor venture, refetor persus l de 20.000 lux + mocho syncrus estofamento em PVC.

LEIA-SE:

ITEM 17: Consultório odontológico; equipo com 3 terminais acoplado mecânico, unidade de água com 01 suctor, refletor de 20.000 lux lâmpada halógena, mocho com forramento em PVC.

VALOR E QUANTIDADE PERMANECEM INALTERADOS.

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA CORREA

PREGOEIRA

CHAPADA DOS GUIMARÃES, MT 19 DE JUNHO DE 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RH
DECRETO N° 015/2015

Estado do Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Cláudia

Av. Gaspar Dutra - sn - CEP 78540-000 (66) 3546-3100 Claudia-MT

DECRETO 15/ 2015

Data 04 de Marco de 2015.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor JOAO BATISTA M. DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 552/2014 , e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art 1§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir cr,dito adicional Especial no or‡amento financeiro de 2014, no valor de R$ 445.850,00 (Quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), para atender as seguinte dota‡Æo or‡ament ria.

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.131.0003.1127.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		R$ 2.000,00
	SUB-TOTAL:	***R$***	**2.000,00**

04.001-GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS

04.001.28.846.0006.1002.3.2.9.0.21.00.00.00	Juros sobre a Divida por Contrato		R$ 5.000,00
	SUB-TOTAL:	***R$***	**5.000,00**

05.001-GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

05.001.12.361.0016.1042.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		R$ 148.900,00
05.001.12.361.0008.2044.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		R$ 20.000,00
05.001.13.122.0012.2011.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica		R$ 300,00
05.001.12.361.0008.2044.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica		R$ 250,00
05.001.12.365.0018.2034.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		R$ 7.500,00
05.001.12.365.0018.2034.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		R$ 20.000,00
05.001.12.361.0017.1028.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		R$ 33.000,00
05.001.12.365.0017.1027.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		R$ 26.500,00
05.001.12.365.0017.1025.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		R$ 30.000,00
05.001.12.367.0017.1026.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		R$ 10.000,00
05.001.12.365.0018.2034.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		R$ 800,00
	SUB-TOTAL:	***R$***	**297.250,00**

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

05.002.12.361.0018.2023.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		R$ 7.600,00
	SUB-TOTAL:	***R$***	**7.600,00**

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

07.002.08.244.0027.2019.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		R$ 2.000,00
07.002.08.244.0026.1151.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		R$ 2.000,00
	SUB-TOTAL:	***R$***	**4.000,00**

08.001-GABINETE DO SECRETARIO

08.001.15.451.0015.1079.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes		R$ 100.000,00
08.001.15.451.0015.1155.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		R$ 30.000,00
08.001.15.452.0015.1070.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		R$ 30.000,00
08.001.15.452.0015.1070.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		R$ 10.000,00
	SUB-TOTAL:	***R$***	**170.000,00**
	TOTAL GERAL:	***R$***	**485.850,00**

Art. 2§ - Para cobertura do Cr‚dito Adicional Especial autorizado no artigo 1§ desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a reduzir do or‡amento vigente, com base na Lei 4.320/64, art 43§, par grafo 1§, inciso III, o valor de at, R$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), das seguintes dota‡äes or‡ament rias:

02.001-GABINETE DO PREFEITO			
02.001.04.122.0002.2051.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado		R$ 5.000,00
	SUB-TOTAL:	***R$***	**5.000,00**
03.001-GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO			
03.001.04.122.0007.2046.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado		R$ 5.000,00
	SUB-TOTAL:	***R$***	**5.000,00**
04.001-GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS			
04.001.04.122.0004.2018.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado		R$ 5.000,00
	SUB-TOTAL:	***R$***	**5.000,00**
05.001-GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO			
05.001.12.361.0016.1042.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		R$ 50.000,00
05.001.12.365.0017.1025.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		R$ 31.072,00
05.001.12.365.0017.1027.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		R$ 22.490,00
05.001.12.367.0017.1026.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		R$ 5.188,00
05.001.12.361.0017.1028.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		R$ 1.500,00
05.001.13.122.0012.2011.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado		R$ 3.000,00
	SUB-TOTAL:	***R$***	**113.250,00**
05.002-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO			
05.002.12.361.0018.2023.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		R$ 7.600,00
	SUB-TOTAL:	***R$***	**7.600,00**
05.003-FUNDO MANUT. DESENV. ENS. FUNDAMENTAL- FUND			
05.003.12.361.0018.2021.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado		R$ 25.000,00
05.003.12.365.0018.2016.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado		R$ 20.000,00
	SUB-TOTAL:	***R$***	**45.000,00**
06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
06.002.10.301.0010.2024.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado		R$ 50.000,00
06.002.10.301.0032.2001.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado		R$ 50.000,00
06.002.10.304.0032.2003.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado		R$ 20.000,00
	SUB-TOTAL:	***R$***	**120.000,00**
07.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
07.002.08.244.0026.2020.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado		R$ 30.000,00
	SUB-TOTAL:	***R$***	**30.000,00**
08.001-GABINETE DO SECRETARIO			
08.001.15.451.0015.1079.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes		R$ 100.000,00
08.001.15.451.0015.1155.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		R$ 10.000,00
08.001.15.452.0015.1070.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		R$ 30.000,00
08.001.15.452.0015.1070.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		R$ 10.000,00
	SUB-TOTAL:	***R$***	**150.000,00**
10.001-GABINETE DO SECRETARIO - M AMBIENTE			
10.001.18.122.0023.2013.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado		R$ 5.000,00
	SUB-TOTAL:	***R$***	**5.000,00**
	TOTAL GERAL:	***R$***	**485.850,00**

Artigo.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, 04 de Marco de 2015.

JOAO BATISTA M. DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que as empresas **Tricate Comércio De Peças Para Tratores Ltda, NE Equipamentos Peças e Locação de**

Máquinas Ltda ME, Alves Neto & Costa Ltda e Dimaq Campotrat Cuiabá Comercial Ltda, sagraram-se vencedoras do processo de Licitação em referência, para a

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E PESADAS DA FROTA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT

. Cláudia/MT., 19 de Junho de 2015.

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que as empresas **Auto Elétrica Capitão Ltda EPP, Fernando De Souza Marques e Fabio Augusto Hatje - Comércio,** sagraram-se vencedoras do processo de Licitação em referência, para a **Futura e Eventual Prestação de serviços na parte elétrica e mecânica para manutenção preventiva e corretiva de veículos leves, camionetes, ambulâncias, ônibus, caminhões e maquinas agrícolas e pesadas, independente de marca e categoria para atendimento da frota deste município.** Cláudia/MT., 19 de Junho de 2015.

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2015

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa GISELI FERREIRA DA CRUZ – ME, sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para a **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços na realização e organização do Festival da Canção com Banda/Sonorização/Iluminação no Município de Cláudia/MT.** Cláudia/MT., 19 de Junho de 2015.

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **Orion Turismo Ltda,** sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLÁUDIA – MT**. Cláudia/MT., 19 de Junho de 2015.

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

EDITAL 02 -2015 CONS. TUTELAR

CONSELHEIRO / TELEFONE

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMAS

Eleição Unificada para o Conselho Tutelar

Edital nº 02/2015 – CMDCA

PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Cocalinho – MT, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 139 da Lei Federal nº 8.069 (ECA) e Lei Municipal nº 414/2002, alterada pela lei municipal 735/2015, **torna público a prorrogação das datas abaixo relacionadas** para o processo de escolha dos 05 (cinco) membros titulares do Conselho Tutelar do Município e de seus respectivos suplentes. Assim sendo, como forma de dar de ampla visibilidade ao Processo de Escolha em Data Unificada para o quatriênio 2016/2019, divulga o presente Edital, nos seguintes termos:

DAS INSCRIÇOES

Art. 1º - Fica Prorrogada a data de inscrição para 25/06/2015.

DAS PROVAS

Art. 2º - As provas serão realizadas **no dia 08 de Julho de 2015** no CRAS-Centro de Referencia de Assistência Social das 19:00hs às 22:30hs. Com duração de três horas e meia (incluído a prova de digitação), podendo ser alterado o local da prova, caso seja necessário.

DO RESULTADO DA PROVA

Art. 3º - O resultado da prova será divulgado até o 3º dia útil para interpelar recursos sobre o resultado das provas.

DO PRAZO DE ENTREGA DA CARTEIRA HABILITAÇÃO

Art. 4º - Fica prorrogada a data de entrega da carteira de habilitação para 21de julho 2015.

DAS DISPOSIÇOES GERAIS

Art. 5º - Integra este Edital, o Anexo I (Do Cronograma).

Art. 6º - As demais questões continuam como estão descritas no edital nº 01/20015.

Publique-se

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal, Administração Publica e Cartório Eleitoral.

Cocalinho, MT, 15 de junho de 2015

Erlaine Aparecida Oliveira Martins

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº. 054/2015

Colider/MT., 19 de junho de 2015.

"Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade do processo seletivo simplificado nº. 002/2014 da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso e dá outras providências".

Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, Senhor NILSON JOSÉ DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo lº - Fica prorrogado o prazo do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014 para provimento em contrato temporário da Prefeitura Municipal de Colíder-MT., com base no item 15.1 do Edital de abertura, homologado em 01 de janeiro de 2015, publicado no Jornal Oficial dos Municípios – AMM em 22 de dezembro de 2014, pelo prazo 180 dias, contado a partir de 29 de junho de 2015.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de 29 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso.

Registre-se.

Publique-se.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 385/2015

"PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº. 499/2013 QUE: NOMEIA OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE COLÍDER/MT"

O Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 173/1.190, de 22 de junho de 1.990.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica prorrogado o prazo para o mandato dos Conselheiros do Conselho Municipal de Saúde , por mais 30(trinta) dias , conforme o Art. 2º da portaria nº499/2013, findando em 11 de julho 2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT., 01 de junho de 2015 .

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 021/2015

DECRETO 021/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA "VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE" DE CONFRESA – MT, E DÁ OUTRASPROVIDÊNCIAS.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os dispostos na Lei Federal nº 8.080/90 e o artigo 1º da Lei Federal nº 8.142/90;

CONSIDERANDO que a Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde, segundo disposições da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

CONSIDERANDO o artigo 15º da Lei Estadual nº. 22/92;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 004/2015 do Conselho Municipal de Saúde (CMS) do município de Confresa/MT

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a **VI Conferência Municipal de Saúde Confresa/MT**, a realizar-se nos dias 09 e 10 de julho de 2015, em Confresa – MT, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde e promovida pela Secretaria Municipal de Saúde de Confresa – MT.

Art.2º - A Conferência desenvolverá seus trabalhos sob o tema central:"Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: direito do Povo Brasileiro". Com os seguintes eixos temáticos:

I – Gestão estratégica e Participativa:

a) Participação Social;

b) Reforma democrática e populares do estado.

II – Infraestrutura:

a) Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS;

b) Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS.

III – Modelos de Gestão do SUS:

a) Financiamento do SUS e Relação Publico - Privado;

b) Valorização do trabalhador e da educação em saúde.

IV – Modelo de atenção:

a) Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade;

b) Gestão do SUS e modelos de assistenciais.

Art. 3º - A Conferência será presidida pelo(a) Presidente do Conselho Municipal de Saúde ou Secretário(a) Municipal de Saúde e na sua ausência, pelo(a) Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde ou Subsecretário(a) e ou representante legal.

Art. 4º - O(a) Secretário(a) municipal de Saúde expedirá mediante portaria a estrutura e composição da comissão organizadora, bem como o regimento interno e regulamento (se houver) que norteará a conferência.

Art. 5º - As despesas com a realização da VI Conferência Municipal de Saúde de Confresa/MT, ocorrerá a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde e de outros recursos estadual e nacional para saúde.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º - Revogando as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal de Confresa, em 19 de junho de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 064/2014

Ref: Prorrogação do prazo de **VIGÊNCIA** do Contrato Original por mais 90 dias; Vigência: 11/03/2015 a 09/06/2015; Contratado: Almir Romualdo da Silva - ME; Data: 10/03/2015.

PRORROGAÇÃO DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015

A Prefeitura de Confresa, através de seu Pregoeiro, comunica que por razões de alterações nos quantitativos dos itens a serem licitados, fica prorrogada para o dia 30 de Junho às 08:00 o processo nº 051/2015 Pregão Presencial nº 039/2015, que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE INSUMOS E MATERIAIS HOSPITALAR PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.** Confresa, 19 de Junho de 2015- José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 064/2014

Ref: Prorrogação do prazo de **EXECUÇÃO** da obra por mais 90 dias; Vigência: 11/03/2015 a 09/06/2015; Contratado: Almir Romualdo da Silva - ME; Data: 10/03/2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR 001/2015

TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR Nº 001/2015 CONVÊNIO DE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGU – CISAX.

Pelo presente instrumento de **Termo de Cessão de Servidor Público Municipal**, de um lado o **MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 37.464.716/0001-50, com sede administrativa à Av. Centro-Oeste, n. 286, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **GASPAR DOMINGOS LAZARI**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade –CI/RG nº 1.493.514, emitido por SSP-GO , e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 302.602.641-72, residente na Chácara WS, Km 01, da BR 158, nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente **CEDENTE**, e, de outro o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGU – CISAX**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 02.601.738/0001-30, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 43, Centro, Confresa - MT, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. **GASPAR DOMINGOS LAZARI**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade –CI/RG nº 1.493.514, emitido por SSP-GO , e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 302.602.641-72, residente na Chácara WS, Km 01, da BR 158, nesta cidade de ora em diante denominado simplesmente **CESSIONÁRIO**, ajustam e firmam o presente Convênio com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O objeto do presente Convênio é a cessão da Servidora Pública Municipal de Confresa – MT, Sra. **Gracione Morais de Oliveira**, Assistente de Saúde, matrícula funcional nº 010304, para prestar serviço ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu – CISAX.

CLÁUSULA SEGUNDA

Será de inteira responsabilidade da Prefeitura Municipal de Confresa - MT as obrigações inerentes à servidora cedida em razão do presente convênio, ficando a seu encargo o pagamento de sua remuneração, bem como seus encargos trabalhistas.

CLÁUSULA TERCEIRA

Caberá ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu – CISAX comunicar a frequência da servidora mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, impreterivelmente, ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Confresa – MT.

CLÁUSULA QUARTA

O presente convênio terá vigência a partir da sua publicação até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, se for do interesse das partes.

CLÁUSULA QUINTA

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos convenientes, mediante aviso por escrito, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias e rescindido, por acordo ou na hipótese de inadimplência, por quaisquer dos convenientes, das obrigações assumidas em razão deste ajuste, decorrente de Lei ou de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SEXTA

O presente convênio poderá ser modificado e alterado por anuência das partes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA

A Prefeitura Municipal de Confresa - MT far-se-á publicação do presente instrumento de acordo com a Lei Orgânica Municipal de Confresa - MT.

CLÁUSULA OITVA

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT, para dirimir as questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E para firmeza e prova de assim estarem contratados, firmam o presente na presença de duas terstemunhas abaixo, em em duas vias de igual teor.

Confresa - MT, 19 de junho de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal de Confresa

Cedente

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Presidente do CISAX

Cessionário

Testemunhas:

DOMINGOS DIAS PINTO	**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**
CPF/MF nº 388.910.771-00	CPF/MF nº 011.173.691-96

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RESOLUÇÃO 002/2015- CIDESA- VALE DO JURUENA

RESOLUÇÃO 002/2015

"Dispõe sobre termino de cessão de Servidor para o Cargo de Contador do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Juruena, e da outras providencias".

A Sra. Rosangela Aparecida Nervis, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Vale do Juruena, Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo cargo que faz saber que o Conselho Deliberativo aprova e ela sanciona a seguinte resolução:

***Art. 1º EXONERAR** o Sr. JOÃO FRANCISCO PEREIRA NETO, brasileiro,, devidamente inscrito no CPF/MF sob o N°. 615.555.921-04 portador da Cédula de Identidade RG n° 875173- SSP MT , residente e domiciliando junto a Rua Dorvalino Balestrin , Cotriguaçu - MT, do o cargo de **CONTADOR** do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Juruena, em conformidade com a Resolução nº 002/2007, a partir desta data.*

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3° - Revogadas as disposições em contrario.

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Vale do Juruena - CIDESA, Estado do Mato Grosso, 31 de março de 2015.

Rosangela Aparecida Nervis

Presidente

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2015

PROCESSO Nº 046/2015

Na publicação do Termo de Dispensa 004/2015 onde Lê-se : Data : 25/02/2015.

Ler-se-a: Data: 18/06/2015 .

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT-

Aviso de ADESÃO: Adesão a Ata de Registro de Preços n° 039/2014-SAD/MT na Modalidade de Pregão Presencial n° 073/2013/SAD/MT- Registro de Preços.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, torna público A adesão a Ata de Registro de Preços 039/2015 na modalidade de Pregão n° 073/2013/SAD/MT para: **"MOTO ON/OFF ROAD 0 KM, ANO 2015, MOTOR MONOCILINDRICO, 4 TEMPOS, ARREFECIDO A AR, DE NO MINIMO 150 CILINDRADAS, INJEÇÃO ELETRONICA, TRANSMISSAO 5 VELOCIDADES, SISTEMA DE PARTIDA ELETRICO, TANQUE DE COMBUSTÍVEL CAPACIDADE DE ATÉ 12 LITROS",** conforme concordância da empresa:**MONACO MOTOCENTER MATO GROSSO LTDA CNPJ: 13.976.589/0001-00.**

A Adesão se refere ao item a seguir relacionado:

DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
MOTO ON/OFF ROAD 0 KM, ANO 2015, MOTOR MONOCILINDRICO, 4 TEMPOS, ARREFECIDO A AR, DE NO MINIMO 150 CILINDRADAS, INJEÇÃO ELETRONICA, TRANSMISSAO 5 VELOCIDADES, SISTEMA DE PATIDA ELETRICO, TAMQUE DE COMBUSTÍVEL CAPACIDADE DE DE ATÉ 12 LITROS	3	R$ 11.000,00	R$ 33.000,00
TOTAL GERAL			R$ 33.000,00

COTRIGUAÇU-MT , 19 DE Junho de 2015

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RESOLUÇÃO 003/2015- CIDESA VALE DO JURUENA

RESOLUÇÃO 003/2015

"Dispõe sobre EXONERAÇÃO de Servidor para o Cargo de Diretora Executiva do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Juruena, e da outras providencias".

A Sra. Rosangela Aparecida Nervis, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Vale do Juruena, Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo cargo que faz saber que o Conselho Deliberativo aprova e ela sanciona a seguinte resolução:

***Art. 1º** EXONERAR, a Sr. NOELI MARIA LORANDI, brasileira, casada, devidamente inscrito no CPF/MF sob o N°. 419.980.221-53, portador da Cédula de Identidade RG n° 12R/12235428/SC, residente e domiciliando junto a Rua Rainha da Amazonia , Cotriguaçu - MT, do cargo de **DIRETORA EXECUTIVA** do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Juruena, em conformidade com a Resolução nº 002/2007, a partir desta data.*

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3° - Revogadas as disposições em contrario.

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Vale do Juruena - CIDESA, Estado do Mato Grosso, 31 de março de 2015.

Rosangela Aparecida Nervis

Presidente

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RESOLUÇÃO 001/2015 CIDESA - VALE DO JURUENA

RESOLUÇÃO 001/2015

"Dispõe sobre termino de cessão de de Servidor para o Cargo de Controlador Interno do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Juruena, e da outras providencias".

A Sra. Rosangela Aparecida Nervis, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Vale do Juruena, Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo cargo que faz saber que o Conselho Deliberativo aprova e ela sanciona a seguinte resolução:

***Art. 1º EXONERAR** o Sr. ADALBERTO CAZARIN DA SILVA, brasileiro,, devidamente inscrito no CPF/MF sob o N°. 029.458.551-60, portador da Cédula de Identidade RG n° 20671385- SSP MT , residente e domiciliando junto a Rua Floriano Ochoa , Cotriguaçu - MT, do o cargo de **CONTROLADOR INTERNO** do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Juruena, em conformidade com a Resolução nº 002/2007, a partir desta data.*

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3° - Revogadas as disposições em contrario.

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Vale do Juruena - CIDESA, Estado do Mato Grosso, 31 de março de 2015.

Rosangela Aparecida Nervis

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PG 12.598/2015

O Município de Cuiabá, através do Pregoeiro Oficial torna público para conhecimentos dos interessados, que na modalidade**TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2015, cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada prestadora de Serviços Técnicos Sociais na área de habitação, para execução das atividades e eixos do Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS - Residencial Senador Jonas Pinheiro – 43 Unidades Habitacionais, do Convênio Nº 250.031- 40/2008 MCIDADES/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – que contemplou com Unidades Habitacionais 43 famílias**.

Empresa Vencedora: CLEUZA DIAS LEITE - ME.

Ganhou o lote único.

Valor Total R$ 36.936,13 (Trinta e seis mil novecentos e trinta e seis reais e treze centavos).

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Magda Rossi

Presidente da Comissão de Licitação

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Ana Paula Villaça Lourenço

Secretário Municipal de Gestão

Cuiabá/MT, 19 de junho de 2015.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DIRETORIA DE COMPRA E LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 013/2015

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG PG 54.064/2014/2014)

Adjudicamos e Homologamos a licitação modalidade Concorrência Pública Nº. 013/2015, menor preço**, cujo objeto é a** Contratação de empresa especializada de consultoria para execução de supervisão/gerenciamento, dos serviços executados nos Bairros: Dr. Fábio II e Altos da Serra II, conforme especificações, detalhamentos e demais condições do edital e seus anexos.

Empresa Vencedora: STRADA ENGENHARIA LTDA.

Valor Global: R$ 964.871,44 (novecentos e sessenta e quatro mil oitocentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

Adjudico e Homologo:

Adilson dos Reis Silva

Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária

Cuiabá/MT, 19 de junho 2015.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA *Nº.* **018/2015**

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG37.301/2015)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Habitação de Regularização Fundiária - SMHARF

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de ação de Regularização Fundiária, envolvendo trabalho técnico social, topográfico, urbanístico, ambiental e jurídico, necessário para intervenção que configurem a operacionalização da Ação Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas do Programa Planejamento Urbano “PAPEL PASSADO”, do Ministério Das Cidades, conforme especificações, detalhamentos e demais condições do edital e seus anexos.

Data/Horário: 24/07/2015 às 09h00min (nove horas) – Fuso Horário da Capital.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2015

Magda Rossi

Presidente da Comissão

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Compra e Licitações

Eroaldo de Oliveira

Secretário Adjunto de Gestão

Cuiabá/MT, 19 de junho de 2015.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PG 12.598/2015

Adjudicamos Homologamos a licitação modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2015, cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada prestadora de Serviços Técnicos Sociais na área de habitação, para execução das atividades e eixos do Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS - Residencial Senador Jonas Pinheiro – 43 Unidades Habitacionais, do Convênio Nº 250.031- 40/2008 MCIDADES/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – que contemplou com Unidades Habitacionais 43 famílias**.

Empresa Vencedora:

CLEUZA DIAS LEITE - ME.

Ganhou o lote único.

Valor Total R$ 36.936,13 (Trinta e seis mil novecentos e trinta e seis reais e treze centavos).

Adjudico e Homologo:

Adilson dos Reis Silva

Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária

Cuiabá/MT, 19 de junho 2015.

AVISO DE RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS

DIRETORIA DE COMPRA E LICITAÇÃO

MODALIDADE: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 012/2015**

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG17.599/2015)

O Município de Cuiabá, através da Presidente de Comissão de Licitação torna público para conhecimentos dos interessados, o resultado da análise pela equipe técnica das propostas de preços apresentadas referente ao processo licitatório Concorrência 012/2015 cujo objeto é Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia para finalização do remanescente da obra de construção do CMEI Residencial Avelino Lima Barros, Creche Tipo “B”, decorrentes do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PRONFÂNCIA.

PROPOSTAS CLASSIFICADAS:

VANKA CONSTRUTORA LTDA

PROPOSTAS DESCLASSIFICADAS:

GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Conforme item 14 do edital, os interessados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da publicação para apresentarem recurso.

Magda Rossi

Presidente da Comissão de Licitação

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Compra e Licitações

Eroaldo de Oliveira

Secretário Adjunto Municipal de Gestão

Cuiabá/MT, 19 de junho de 2015.

AVISO DE RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS

DIRETORIA DE COMPRA E LICITAÇÃO

MODALIDADE: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2015**

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG61.102/2014)

O Município de Cuiabá, através da Presidente de Comissão de Licitação torna público para conhecimentos dos interessados, o resultado da análise pela equipe técnica das propostas de preços apresentadas referente ao processo licitatório Concorrência 004/2015 cujo objeto é Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para construção de Escola de 06 salas – EMREB Hilda Caetano de Oliveira Leite do município de Cuiabá/MT, conforme especificações descritas no Termo de Referência e demais condições contidas no Edital e seus Anexos.

PROPOSTAS CLASSIFICADAS:

KAIABY CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

MIKASA ENGENHARIA & COMÉRCIO LTDA - EPP

VANKA CONSTRUTORA LTDA

PROPOSTAS DESCLASSIFICADAS:

TERRANORTE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA

AYRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

ECONST CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

Conforme item 14 do edital, os interessados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da publicação para apresentarem recurso.

Magda Rossi

Presidente da Comissão de Licitação

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Compra e Licitações

Eroaldo de Oliveira

Secretário Adjunto Municipal de Gestão

Cuiabá/MT, 19 de junho de 2015.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

DIRETORIA DE COMPRA E LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 013/2015

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG PG 54.064/2014/2014)

O Município de Cuiabá, através do Presidente da Comissão de Licitação, torna público para conhecimentos dos interessados, que na modalidade Concorrência Pública Nº. 013/2015, menor preço**, cujo objeto é a** Contratação de empresa especializada de consultoria para execução de supervisão/gerenciamento, dos serviços executados nos Bairros: Dr. Fábio II e Altos da Serra II, conforme especificações, detalhamentos e demais condições do edital e seus anexos.

Empresa Vencedora: STRADA ENGENHARIA LTDA.

Valor Global: R$ 964.871,44 (novecentos e sessenta e quatro mil oitocentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Magda Rossi

Presidente da Comissão de Licitação

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Compra e Licitações

Ana Paula Villaça Lourenço

Secretária Municipal de Gestão

Cuiabá/MT, 19 de junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 042/2015

CONTRATANTE: Município de Curvelândia

CONTRATADA: AGRITECH LAVRALE S.A – MAQUINÁRIO AGRICOLA E COMPONENTES

CNPJ Nº: 88.658.984/0004-96

OBJETO: Aquisição de um Trator agrícola de pneus, tração 4x4, motor 4 cilindros, mínimo de 85 CV, TDP, comando hidráulico de controle remoto e capota de proteção ao operador, de acordo com Contrato de Repasse nº 807178/2014/MAPA.

VALOR: R$ 114.000,00 (Cento e Quatorze Mil Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/12/2015.

DATA DE ASSINATURA: 12/06/2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. GRIECO RODRIGO BOSSARDI, Procurador.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 043/2015

CONTRATANTE: Município de Curvelândia

CONTRATADA: CASA DA LAVOURA LTDA - EPP

CNPJ Nº: 01.721.310/0001-68

OBJETO: Aquisição de uma Roçadeira hidráulica dupla, com 2 eixos, 4 facas, duas rodas guia, largura de corte mínima 300mm, 1 Grade aradora 14 discos de 26 polegadas, com controle remoto, 1 Plantadeira e adubadeira de mandioca, 02 linhas, hidráulica, capacidade mínima de adubo 200 Kg e Distribuidor de calcário e adubo, 4 rodas, capacidade mínima 5.000 kg, de acordo com Contrato de Repasse nº 807178/2014/MAPA.

VALOR: R$ 76.600,00 (Setenta e Seis Mil e Seiscentos Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/12/2015.

DATA DE ASSINATURA: 12/06/2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sra. FERNANDA DE SOUZA VENDRAME, Sócia-proprietária.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 044/2015

CONTRATANTE: Município de Curvelândia

CONTRATADA: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA

CNPJ Nº: 05.797.417/0001-40

OBJETO: Aquisição de uma Ensiladeira forrageira de uma linha, hidráulica, de acordo com Contrato de Repasse nº 807178/2014/MAPA.

VALOR: R$ 18.400,00 (Dezoito Mil e Quatrocentos Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/12/2015.

DATA DE ASSINATURA: 12/06/2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. PLINIO CREMASCO JUNIOR, Sócio-proprietário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULATDO PREGÃO PRESENCIAL N°21/2015 - COM REGISTRO DE PREÇO

Interessada: Secretarias Municipal de Fazenda.

Objeto: Registro de Preço**,** para eventual aquisição para Contratação de empresa especializada em implantação, locação, execução e manutenção de software/sistema, destinados a gestão e cobrança dos seguintes impostos e taxas municipais, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

Resultado: EMPRESA VENCEDORA, AGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA do CNPJ: 26.804.377/0001-97 com valor de R$ 559. 200,00 (quinhentos e cinquenta e nove mil e duzentos reais)

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 19 de Junho de 2015.

CRISTIANE OLIVEIRA CEBALHO

PREGOEIRA OFICIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 458/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Ação Social, CLAUDIO HENRIQUE DONATONI, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **MARIA ROSEMERY ISIDORIO SOUZA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Santa Rita nº 15, Bairro: Marajoara, no Município de Cáceres-MT, portadora do RG: nº 1242481-1 SSP/MT e CPF: n.º 503.278.101-06858834411-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **MARIA ROSEMERY ISIDORIO SOUZA,** no cargo de Auxiliar de Cuidador, a que refere o Decreto Nº 266, de 27 de maio de 2015, para exercer suas funções na Secretaria de Ação Social, no quadro Equipe – Casa da Criança, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em 04 de maio de 2015 e término em 30 de março de 2016.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Ação Social fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços constantes do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Ação Social:

Fonte de Recursos	Próprio
Dotação Orçamentária	12.120.2.0.08.243.1035.2113.3.1.90.04.00.00(100)

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de maio de 2015.

_____

MARIA ROSEMERY ISIDORIO SOUZA

Contratada

_____

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____ -

_____

CPF nº CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 405/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Ação Social, CLAUDIO HENRIQUE DONATONI, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **CREUZA ORTEGA DE MOURA SOARES,** bra-

sileira, residente e domiciliada na Avenida Getúlio Vargas, Nº 146, Bairro: Vitória Regia , no Município de Cáceres-MT, portadora do RG: nº 1444906-4 SSP/MT e CPF: n.º 921.028.591-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **CREUZA ORTEGA DE MOURA SOARES,** no cargo de Cuidadora, a que refere o Decreto Nº 206, de 04 de maio de 2015, para exercer suas funções na Secretaria de Ação Social, no quadro Equipe – Casa da Criança, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em 01 de abril de 2015 e término em 30 de março de 2016.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 808,95 (oitocentos e oito reais e noventa e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Ação Social fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços constantes do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Ação Social:

Fonte de Recursos	Próprio
Dotação Orçamentária	12.120.2.0.08.243.1035.2113(100)

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de maio de 2015.

_____

CREUZA ORTEGA DE MOURA SOARES

Contratada

_____

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____ -

_____

CPF nº CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 443/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Ação Social, CLAUDIO HENRIQUE DONATONI, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **RENATA GOMES DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Amazonas, Nº 255, Bairro: Jardim Popular, no Município de Cáceres-MT, portadora do RG: nº 1832155-0 SSP/MT e CPF: n.º 032.982.071-01, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **RENATA GOMES DA SILVA,** no cargo de Pedagoga, a que refere o Decreto Nº 206, de 04 de maio de 2015, para exercer suas funções na Secretaria de Ação Social, no quadro Equipe – Casa da Criança, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em 01 de abril de 2015 e término em 30 de março de 2016.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.660,44 (um mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Ação Social fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços constantes do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Ação Social:

Fonte de Recursos	Próprio
Dotação Orçamentária	12.120.2.0.08.243.1035.2113(100)

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de maio de 2015.

_____

RENATA GOMES DA SILVA

Contratada

_____

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____ -

_____

CPF nº CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 352/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ERIKA FÁTIMA DE ARRUDA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Suíça Q 03; Casa nº 09, Bairro Vila Real Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 12917052 SSP/MT e CPF n.º 005.995. 871-56, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *ERIKA FÁTIMA DE ARRUDA,* no cargo de Professora Licenciado Pedagogia, a que refere o Decreto nº 153, de 06 de abril de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Garcês, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, (em substituição a Professora Neuzeli das Dores Lira que se encontra de Licença Maternidade).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de março de 2015 e término em 30 de agosto de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$1438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de abril de 2015.

_____

ERIKA FATIMA DE ARRUDA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº

_____

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 459/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Ação Social, CLAUDIO HENRIQUE DONATONI, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **MARCILENE TAVARES MARTINS,** brasileira, residente e domiciliada na Rua: B, QD: 07 LT: 27, Bairro: Jardim Guanabara, no Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 2897643-6 SSP/MT e CPF n.º 796.289.071-15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora *MARCILENE TAVARES MARTINS,* no cargo de Auxiliar Administrativo, a que refere o Decreto Nº 266, de 27 de maio de 2015, para exercer suas funções na Secretaria de Ação Social, no quadro Equipe – Casa da Criança, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em 04 de maio de 2015 e término em 30 de março de 2016.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Ação Social fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços constantes do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Ação Social:

Fonte de Recursos	Próprio
Dotação Orçamentária	12.120.2.0.08.243.1035.21133.1.90.04.00.00(100)

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de maio de 2015.

_____

MARCILENE TAVARES MARTINS

Contratada

_____

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____ -

_____

CPF nº CPF nº

NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO Nº 016/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**, por intermédio do Secretário Municipal de Finanças, Bruno Frank Teixeira, no uso de suas atribuições legais, **NOTIFICA** a senhora **LUZIA CARDOSO DE ALMEIDA**, portadora do RG nº 07185979 e CPF nº 488.680.511-68,para se fazer presente a esta Secretaria Municipal de Finanças, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.895 – COC, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação**, para tratar de assunto relativo ao recebimento em duplicidade da rescisão de contrato de trabalho, devendo restituir aos cofres municipais, a importância de R$ 1.419,30 (Mil quatrocentos e dezenove reais e trinta centavos).

Em caso de não comparecimento de Vossa Senhoria, restará subentendido a ausência do desejo de resolver eventual impasse de forma amigável, passando a serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Cáceres-MT, 18 de junho de 2015

BRUNO FRANK TEIXEIRA

Secretário Municipal de Finanças

NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO Nº 025/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**, por intermédio do Secretário Municipal de Finanças, Bruno Frank Teixeira, no uso de suas atribuições legais, **NOTIFICA** a senhora **SANDRA MARIA DA SILVA**, portadora do CPF nº 568.337.251-87,para se fazer presente a esta Secretaria Municipal de Finanças, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.895 – COC, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação**, para tratar de assunto relativo ao recebimento em duplicidade da rescisão de contrato de trabalho, devendo restituir aos cofres municipais, a importância de R$ 676,33 (Seiscentos e setenta e seis reais e trinta e três centavos).

Em caso de não comparecimento de Vossa Senhoria, restará subentendido a ausência do desejo de resolver eventual impasse de forma amigável, passando a serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Cáceres-MT, 18 de junho de 2.015

BRUNO FRANK TEIXEIRA

Secretário Municipal de Finanças

NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO Nº 024/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**, por intermédio do Secretário Municipal de Finanças, Bruno Frank Teixeira, no uso de suas atribuições legais, **NOTIFICA** a senhora **ROSA MARIA DA COSTA PEREIRA**, portadora do CPF nº 405.540.071-34, para se fazer presente a esta Secretaria Municipal de Finanças, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.895 – COC, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação**, para tratar de assunto relativo ao recebimento em duplicidade da rescisão de contrato de trabalho, devendo restituir aos cofres municipais, a importância de R$ 2.230,86 (Dois mil e duzentos e trinta reais e oitenta e seis centavos).

Em caso de não comparecimento de Vossa Senhoria, restará subentendido a ausência do desejo de resolver eventual impasse de forma amigável, passando a serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Cáceres-MT, 16 de junho de 2.015

BRUNO FRANK TEIXEIRA

Secretário Municipal de Finanças

NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO Nº 023/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**, por intermédio do Secretário Municipal de Finanças, Bruno Frank Teixeira, no uso de suas atribuições legais, **NOTIFICA** a senhora **FABIANE SANCHES OURIVES**, portadora do RG Nº 14225352 e CPF nº 961.021.871-72,para se fazer presente a esta Secretaria Municipal de Finanças, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.895 – COC, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação**, para tratar de assunto relativo ao recebimento em duplicidade da rescisão de contrato de trabalho, devendo restituir aos cofres municipais, a importância de R$ 990,31 (Novecentos e noventa reais e trinta e um centavos).

Em caso de não comparecimento de Vossa Senhoria, restará subentendido a ausência do desejo de resolver eventual impasse de forma amigável, passando a serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Cáceres-MT, 18 de junho de 2.015

BRUNO FRANK TEIXEIRA

Secretário Municipal de Finanças

NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO Nº 022/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**, por intermédio do Secretário Municipal de Finanças, Bruno Frank Teixeira, no uso de suas atribuições legais, **NOTIFICA** a senhora **FABIANE SANCHES OURIVES**, portadora do RG Nº 14225352 e CPF nº 961.021.871-72,para se fazer presente a esta Secretaria Municipal de Finanças, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.895 – COC, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação**, para tratar de assunto relativo ao recebimento em duplicidade da rescisão de contrato de trabalho, devendo restituir aos cofres municipais, a importância de R$ 990,31 (Novecentos e noventa reais e trinta e um centavos).

Em caso de não comparecimento de Vossa Senhoria, restará subentendido a ausência do desejo de resolver eventual impasse de forma amigável, passando a serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Cáceres-MT, 18 de junho de 2.015

BRUNO FRANK TEIXEIRA

Secretário Municipal de Finanças

NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO Nº 021/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**, por intermédio do Secretário Municipal de Finanças, Bruno Frank Teixeira, no uso de suas atribuições legais, **NOTIFICA** a senhora **AVILA SMITIELY DE ABREU LIMA IKUTA**, portadora do RG Nº 19910576 e CPF nº 040.224.521-02,para se fazer presente a esta Secretaria Municipal de Finanças, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.895 – COC**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação**, para tratar de assunto relativo ao recebimento em duplicidade da rescisão de contrato de trabalho, devendo restituir aos cofres municipais, a importância de R$ 1.627,93 (Mil seiscentos e vinte e sete reais e noventa e três centavos).

Em caso de não comparecimento de Vossa Senhoria, restará subentendido a ausência do desejo de resolver eventual impasse de forma amigável, passando a serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Cáceres-MT, 18 de junho de 2.015

BRUNO FRANK TEIXEIRA

Secretário Municipal de Cáceres

NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO Nº 020/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**, por intermédio do Secretário Municipal de Finanças, Bruno Frank Teixeira, no uso de suas atribuições legais, **NOTIFICA** a senhora **CLEUDINEIDE PEREIRA LEITE**, portadora do RG Nº 15560112 SJ/MT e CPF nº 003.601.131-25,para se fazer presente a esta Secretaria Municipal de Finanças, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.895 – COC, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação**, para tratar de assunto relativo ao recebimento em duplicidade da rescisão de contrato de trabalho, devendo restituir aos cofres municipais, a importância de R$ 5.686,32 (Cinco mil e seiscentos e oitenta e seis reais e trinta e dois centavos).

Em caso de não comparecimento de Vossa Senhoria, restará subentendido a ausência do desejo de resolver eventual impasse de forma amigável, passando a serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Cáceres-MT, 18 de junho de 2.015

BRUNO FRANK TEIXEIRA

Secretário Municipal de Finanças

NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO Nº 019/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**, por intermédio do Secretário Municipal de Finanças, Bruno Frank Teixeira, no uso de suas atribuições legais, **NOTIFICA** a senhora **OSMARINA APARECIDA PROCÓPIO**, portadora do RG nº 11396733 SSP/MT e CPF nº 904.305.901-30,para se fazer presente a esta Secretaria Municipal de Finanças, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.895 – COC, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação**, para tratar de assunto relativo ao recebimento em duplicidade da rescisão de contrato de trabalho, devendo restituir aos cofres municipais, a importância de R$ 1.627,93 (Mil seiscentos e vinte e sete reais e noventa e três centavos).

Em caso de não comparecimento de Vossa Senhoria, restará subentendido a ausência do desejo de resolver eventual impasse de forma amigável, passando a serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Cáceres-MT, 18 de junho de 2.015

BRUNO FRANK TEIXEIRA

Secretário Municipal de Finanças

NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO Nº 018/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**, por intermédio do Secretário Municipal de Finanças, Bruno Frank Teixeira, no uso de suas atribuições legais, **NOTIFICA** o senhor **ROGÉRIO PEREIRA**, portador do CPF 045. 075.181-30,para se fazer presente a esta Secretaria Municipal de Finanças, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.895 – COC, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação**, para tratar de assunto relativo ao recebimento em duplicidade da rescisão de contrato de trabalho, devendo restituir aos cofres municipais, a importância de R$ 1. 627,93 (Mil seiscentos e vinte e sete reais e noventa e três centavos).

Em caso de não comparecimento de Vossa Senhoria, restará subentendido a ausência do desejo de resolver eventual impasse de forma amigável, passando a serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Cáceres-MT, 18 de junho de 2.015

BRUNO FRANK TEIXEIRA

Secretário Municipal de Finanças

NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO Nº 017/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**, por intermédio do Secretário Municipal de Finanças, Bruno Frank Teixeira, no uso de suas atribuições

legais, **NOTIFICA** o senhor **JÚLIO FLÁVIO DUARTE PEREIRA,** portador do RG nº 18621775 e CPF nº 020.203.021-01,para se fazer presente a esta Secretaria Municipal de Finanças, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.895 – COC, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação**, para tratar de assunto relativo ao recebimento em duplicidade da rescisão de contrato de trabalho, devendo restituir aos cofres municipais, a importância de R$ 1.642,48 (Mil seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

Em caso de não comparecimento de Vossa Senhoria, restará subentendido a ausência do desejo de resolver eventual impasse de forma amigável, passando a serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Cáceres-MT, 18 de junho de 2.015

BRUNO FRANK TEIXEIRA

Secretário Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2015.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA CIDADE DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO.

O SENHOR PEDRO TERCY BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CUMPRIMENTO AS NORMAS CONSTITUCIONAIS VIGENTES QUE LHE CONFERE O CARGO,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VIII Conferência da COMSAD (Conferência Municipal de Saúde de Denise – MT), a realizar-se nos dias 26 de Junho de 2015, no CENART de Denise - MT.

Art. 2º A VIII Conferência da COMSAD terá por tema **"CUIDAR BEM DO POVO, COMPROMISSO DA SAÚDE PÚBLICA DE DENISE-MT"**

Art. 3º A VIII Conferência da COMSAD será presidida pela Srª. ELIZABETH DAS DORES RODRIGUES RAMOS DA CRUZ, em caso de impedimento, pelo Secretário Municipal de Saúde de Denise Srº. Osvaldino Gomes.

Art 4º O Comitê Executivo terá a seguinte composição:

Coordenadoria Geral: Elizabeth Das Dores Rodrigues Ramos Da Cruz;

Secretaria Geral: Natalícia de Jesus;

Relatoria: Patricia Darolt Xavier;

Comissão Planejamento e Temática:Witsner Carlos Pinheiro Benevides.

Comissão Administrativo-Orçamento e Financeiro:Osvaldino Gomes.

Comissão Decoração:Neide de Fátima Savazi Salmazo.

Comissão Cerimonial:Tiago Marçal.

Comissão de Apoio:Zenolia Linda Ribeiro Lourenço Almeida da Visitação.

Art. 5º A Secretaria Municipal de saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da comissão.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se, da data supra, na forma da lei.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 19 dias do mês de Junho de 2015.

Pedro Tercy Barbosa Prefeito Municipal

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DE MATO GROSSO - DIAMANTINO/MT
DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2015 - CISCN/MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2015 – CISCN/MT

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso, Prefeito de Alto Paraguai - MT, Sr. Adair José Alves Moreira, CPF 604.418.441-20, no uso de suas atribuições legais, torna público a dispensa de licitação para contratação de **Contratação de Prestação de Serviços Especializados para** *realização de Processo Seletivo*, compreendendo: Planejamento; Elaboração dos Editais; Recebimento Divulgação e as Inscrições pela Internet; Preparação das Provas com professores habilitados, Confecção das Provas, Aplicação das Provas; Treinamento de fiscais, Sinalização dos prédios, Reuniões com coordenadores; Correção das Provas; Julgamento de recursos; VALOR MÁXIMO: R$ 24.000,00; para o período de 22/JUN/2015 a 31/JUL/2015, nos termos dos 24, II c/c § 8º da Lei 8.666/93.

Adair José Alves Moreira

Presidente do Consórcio

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 087/2015

GABINETE DO PREFEITO

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, licença para trato de interesse particular conforme o Art. 76 da Lei nº 006/90 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Diamantino-MT, sem remuneração, a pedido à servidora **CLEIDE MARIA ANZIL**, matricula 66, Agente Administrativo, Classe C, Nível 08, lotada na Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura, durante o período de 01 de Junho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

ART. 2º - Esta Portaria produzirá efeito retroativo a 01 de Junho de 2015, revogadas as disposições em contrario.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 18 de Junho de 2015.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal de Diamantino

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2015

AT*A DE REGISTRO DE PREÇOS* **N° 002/2015**

CONTRATADO (A): HG COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA ME

DO OBJETO: A presente tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **aquisição de materiais hidráulico, conforme condições e especificações, constante no edital** e seus anexos, para atender a demandas da Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo - DAE.

DATA DA ATA: 04/05/2015

VIGENCIA: **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias, podendo ser prorrogada na forma da lei.

DOM AQUINO - MT,

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 012/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 012/2015, TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo Licitatório na modalidade de PREGÃO transcorreu em todas as fases sem nenhum questionamento por parte dos licitantes e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme as Leis Federais 10.520/2002 e 8.666/93 e as suas alterações.

R E S O L V E :

HOMOLOGAR a Empresa: C. E. MACEDO E CIA LTDA - ME portador do CNPJ: **07.965.552/0001-83,** registrada no valor global de R$ 19.740,00 (dezenove mil, setecentos e quarenta reais), destinado a atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto DAE, **conforme condições e especificações constantes no edital do Pregão 012/2015 e seus anexos.**

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 19 de junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 008/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 008/2015, TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÃO E LEITE.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo Licitatório na modalidade de PREGÃO transcorreu em todas as fases sem nenhum questionamento por parte dos licitantes e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme as Leis Federais 10.520/2002 e 8.666/93 e as suas alterações.

R E S O L V E :

HOMOLOGAR as Empresas: JMM COMERCIO DE MASSAS LTDA portador do CNPJ: **06.090.834/0001-11,** registrada no valor global de R$ 63. 437,50 (sessenta e três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) e **COOPERATIVA MISTA AGROPECUARIA DE JUSCIMEIRA LTDA** portador do CNPJ: **03.939.469/0010-70,** registrada no valor global de R$ 59.558,00 (cinquenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e oito reais), destinado a atender a demanda **da** Secretaria de obras públicas e urbanismo, secretaria de assistência social, secretaria de saúde e secretaria de educação, conforme condições e especificações constantes no edital do Pregão 008/2015 e seus anexos.

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 19 de junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º155/2015.

DATA: 01 DE JUNHO DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial o artigo 79 da Lei Complementar 008/2008.

RESOLVE:

Artigo 1.º Conceder Licença Prêmio por assiduidade período de 90 (noventa) dias, a Servidora Pública Sra. **ROSANE SANDRIN -** matrícula Nº 0106 – ocupante do cargo de **PROFESSORA CLASSE C LICENCIATURA PLENA C/ ESPECIALIZAÇÃO – 20 HORAS** conforme o requerimento de 007/2015 de 28 de maio de 2015.

Artigo 2.º

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JUNHO DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

RH
PORTARIA 110/2015 DE 18 DE JUNHO DE 2015

Súmula: Concede Progressão a Servidor Publico:

O Excelentíssimo Senhor Lino Cupertino Teixeira, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei.

Resolve:

Art. 1° - Conceder Progressão vertical ao servidor público municipal, no cargo de Apoio Administrativo Educacional, constante no anexo I desta portaria, nos termos da lei n° 521 de 26 de Janeiro 2011, Art. 6º item II letra B, a partir das respectivas datas constantes no anexo.

Anexo I

Nome	CPF	Matricula	Vinculo	Classe, Grau	A partir
NOEMI PEREIRA ROSA FARIAS	**802.021. 521-20**	**594**	**40**	**I B**	**18/06/ 2015**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as

disposições contrárias.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 18 de Junho de 2015.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

DECRETO Nº. 547/2015

DECRETO Nº. 547/2015

Dispõe sobre a representação das entidades do Poder Público junto a instituições financeiras em atos relativos a administração financeira e dá outras providências**.**

Nilson Francisco Alessio, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Para o exercício da administração financeira referente às contas da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte – CNPJ nº. 01.614.539/0001-01 junto à rede bancária autorizada, ficam designados os ocupantes dos seguintes cargos do Poder Executivo Municipal:

a) Primeiro Titular: Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT;

b) Segundo Titular: Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º Os atos relativos à administração financeira das entidades do Poder Executivo junto às instituições financeiras, inclusive abertura e encerramento de contas bancárias, devem ser realizados e formalizados com a anuência simultânea dos servidores titulares.

Parágrafo único. A movimentação financeira não eletrônica que envolva a conta única municipal, somente será enviada à instituição financeira após anuência simultânea dos designados no art. 1º.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte, 19 de Junho de 2015.

Gabinete do Prefeito.

Nilson Francisco Aléssio.

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO Nº. 548/2015

DECRETO Nº. 548/2015

Dispõe sobre autorização aos órgãos do Poder Executivo a utilizarem-se de meios eletrônicos para a movimentação financeira junto ao Banco do Brasil S.A. e dá outras providências.

Nilson Francisco Alessio, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Ficam os órgãos do Poder Executivo autorizados a utilizarem-se de meio eletrônico para a movimentação financeira a seu cargo junto ao Banco do Brasil S.A.

Art.2º A movimentação financeira, para fins deste Decreto, abrange todas as transações bancárias necessárias para a realização da despesa e receitas públicas, inclusive transferência de recursos, transmissão e recepção de arquivos eletrônicos via provedor disponibilizado por instituições bancárias oficiais e via Internet.

Art. 3º As transações serão realizadas pelos agentes públicos responsáveis pela movimentação dos recursos públicos de acordo com as respectivas competências e atribuições, por meio de senha eletrônica, aos quais compete preservar o respectivo sigilo, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. A senha eletrônica equipara-se, para os efeitos deste Decreto, a assinatura de próprio punho do agente público.

Art. 4º Deverão ser realizados contratos específicos com o Banco do Brasil S.A., instituição bancária oficial detentora das contas por meio das quais são movimentados os recursos públicos, regulando-se, de forma detalhada, a operacionalização do sistema eletrônico, inclusive os poderes inerentes a cada senha.

Art. 5º As mensagens que trafegarem entre os sistemas eletrônicos dos bancos oficiais e da Administração Pública deverão ser criptografadas e protegidas por outra forma que garanta a segurança dos dados.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte, 19 de Junho de 2015.

Gabinete do Prefeito.

Nilson Francisco Aléssio.

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

PREVIGUAR
PORTARIA Nº 017/2015

PORTARIA N.º 017/2015

"Dispõe sobre a retificação da portaria nº 31/2014 que concedeu o benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *a servidora* ***Sra. Eclair Teresinha Galvan."***

O Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social – PREVIGUAR – dos Servidores Públicos do Município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais resolve;

RETIFICAR a Portaria nº 031/2015, de 09 de setembro de 2014, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano IX, nº 2056, em 11 de setembro de 2014, que versa sobre a concessão do beneficio de aposentadoria por tempo de contribuição, a servidora **Sra. ECLAIR TERESINHA GALVAN**, portadora da cédula de identidade RG n.º 1942451-5 - SSP/MT e do CPF n.º 582.905.409-49, conforme processo administrativo do **PREVIGUAR**, n.º **2014.04.00070P:**

Onde se lê: "portadora do RG n.º 12R 560.772 SSP/SC"**..."**

Leia-se: "portadora do RG n.º 1942451-5 SSP/MT**..."**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Guarantã do Norte/MT, 19 de Junho de 2015.

ROSINHA FIN

Diretora Executiva do PREVIGUAR

Homologo:

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESUMO DE CONTRATOS REF 06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA-MT Resumo de Contratos firmados no mês 06/2015

N. Cont.	Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor R$	Vigência	Proc. Licitatório
084/2015	08.06.2015	Pref. M. Guiratinga	Flavia Pires de Souza Venturato Monteiro	Méd. veterinário para ministrar curso de boas praticas de fabricação de alimentos	3.100,00	08 a 17/06/2015	
085/2015	11.06.2015	Pref. M. Guiratinga	Kallel Moreira Soares	Instrutor de capoeira do Serv. de Conviv. e Fortalec. de Vínculo – SCFV do CRAS	10.800,00	11.06.15 a 11.06.16	Preg. Pres. 033/2015

086/2015	11.06.2015	Pref. M. Guiratinga	Aoki Reinas e Cia Ltda - ME	Fornecimento de Serviços e mat gráficos	4.870,00	11.06.15 a 11.06.16	C.C 011/2015
087/2015	11.06.2015	Pref. M. Guiratinga	D. Rivelo do Carmo - EPP	Fornecimento de Serviços e mat gráficos	26.522,50	11.06.15 a 11.06.16	C.C 011/2015
088/2015	11.06.2015	Pref. M. Guiratinga	J.C Madureira Rodrigues - Gráfica Folha de Guiratinga	Fornecimento de Serviços e mat gráficos	20.217,00	11.06.15 a 11.06.16	C.C 011/2015
089/2015	11.06.2015	Pref. M. Guiratinga	Estratégia Audit. e Assessoria ltda	Serviços de locação e manutenção de software para gestão pública	45.180,00	11.06.15 a 11.06.16	C.C 012/2015
090/2015	15.06.2015	Pref. M. Guiratinga	Tricate Comércio de Peças para Tratores Ltda	Aquisição de peças diversas para máquinas pesadas	148.500,00	15.06.15 a 15.06.16	Preg. Pres. 037/2015
091/2015	15.06.2015	Pref. M. Guiratinga	Nilzia Souza Lopes- EPP	Fornecimento de gêneros alimentícios	118,25	15.06.15 a 15.06.16	Pregão Elet. 002/15
092/2015	15.06.2015	Pref. M. Guiratinga	Roberto Gonçalves Machado - ME	Fornecimento de gêneros alimentícios	2.610,64	15.06.15 a 15.06.16	Pregão Elet. 002/15
093/2015	15.06.2015	Pref. M. Guiratinga	Arcelei Matos de Mendonça	Conc. de uso da lanchonete da Praça Elevada – Célia Mª. Soares Orione	9.708,00	15.06.15 a 15.06.16	Conc. Púb. 002/2015
094/2015	15.06.2015	Pref. M. Guiratinga	Maria Aparecida Neves de Souza	Conc. de uso da lanchonete da Praça Central Humberto Marcílio	18.000,00	15.06.15 a 15.06.16	Conc. Púb. 002/2015
095/2015	17.06.2015	Pref. M. Guiratinga	Mônica Pereira Lima-ME	Fornecimento de internet	7.800,00	17.06.15 a 17.06.16	

Guiratinga/MT, 19 de junho de 2015.

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Guiratinga, por intermédio do Estado de Mato Grosso, situado na Avenida Rotary Internacional, n.° 944, Santa Maria Bertila, CEP 78.760-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.347.127/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Hélio Antônio Filipin Goulart, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 126.758.060.72, RG n.º 0371713-5 – SSP/MT, residente e domiciliado neste Município, DECLARA, para os devidos fins, que ADERE à Ata de Registro de Preços n.º 070/2014, decorrente do Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 115/2014 do Município de Juara-MT, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de veículos tipo pick-up devidamente adaptados para ambulâncias simples remoção, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, com fundamento na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123, de 14/12/2006 e dos Decretos n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.722 de 09 de janeiro de 2001, 3.784 de 06 de abril de 2001, 7.892 de 23 de janeiro de 2013, e das demais normas legais aplicáveis, cujas especificações, itens e quantitativos se apresentam conforme descrições abaixo:

- BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.093.163/0001-21, com o valor total de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) para aquisição de um VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE SIMPLES, ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO, ZERO QUILOMETRO, MARCA TOYOTA HILUX.

Guiratinga, 22 de junho de 2015.

HÉLIO ANTÔNIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal de Guiratinga

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 263/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

SÚMULA: "Dispõe sobre a exoneração a pedido da Senhora Neli Teresa Mori, do cargo efetivo de AAE - Zeladora, junto a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte de Ipiranga do Norte/MT, e dá outras providências".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Senhora Neli Teresa Mori, do cargo efetivo de AAE - Zeladora, junto a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, nomeado através da Portaria nº. 032/2006 de 13 de fevereiro de 2006.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Ipiranga do Norte/MT, 18 de junho de 2015.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

GABINETE DO PREFEITO
O RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA SIMPLIFICADO 2º BIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.000.000,00	22.000.000,00	2.619.819,86	11,91	5.015.839,80	22,80	16.984.160,20
RECEITAS CORRENTES	19.490.000,00	19.490.000,00	2.619.819,86	13,44	5.015.839,80	25,74	14.474.160,20
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.345.000,00	1.345.000,00	373.959,72	27,80	539.055,58	40,08	805.944,42
Impostos	1.220.000,00	1.220.000,00	315.901,89	25,89	439.904,54	36,06	780.095,46
Taxas	125.000,00	125.000,00	58.057,83	46,45	99.151,04	79,32	25.848,96
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	40.000,00	40.000,00	7.870,88	19,68	21.654,65	54,14	18.345,35
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	40.000,00	40.000,00	7.870,88	19,68	21.654,65	54,14	18.345,35
RECEITA PATRIMONIAL	125.000,00	125.000,00	8.536,08	6,83	16.084,80	12,87	108.915,20
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	125.000,00	125.000,00	8.536,08	6,83	16.084,80	12,87	108.915,20
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	475.000,00	475.000,00	83.439,83	17,57	144.148,97	30,35	330.851,03
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.240.000,00	17.240.000,00	2.128.616,98	12,35	4.262.355,18	24,72	12.977.644,82
Transferências Intergovernamentais	15.840.000,00	15.840.000,00	2.056.556,20	12,98	4.116.843,18	25,99	11.723.156,82
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	1.400.000,00	1.400.000,00	72.060,78	5,15	145.512,00	10,39	1.254.488,00
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	265.000,00	265.000,00	17.396,37	6,56	32.540,62	12,28	232.459,38
Multas e Juros de Mora	145.000,00	145.000,00	6.498,17	4,48	11.343,34	7,82	133.656,66
Indenizações e Restituições	30.000,00	30.000,00	689,25	2,30	2.430,08	8,10	27.569,92
Receita da Dívida Ativa	80.000,00	80.000,00	10.208,95	12,76	18.767,20	23,46	61.232,80
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00					10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.510.000,00	2.510.000,00	0,00		0,00		2.510.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

Documento gerado em 17/06/2015 12:10:59

Página 1 de 11

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00		0,00		10.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00		0,00		2.500.000,00
Transferências Intergovernamentais	250.000,00	250.000,00					250.000,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	2.250.000,00	2.250.000,00					2.250.000,00
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.000.000,00	22.000.000,00	2.619.819,86	11,91	5.015.839,80	22,80	16.984.160,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.000.000,00	22.000.000,00	2.619.819,86	11,91	5.015.839,80	22,80	16.984.160,20
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.000.000,00	22.000.000,00	2.619.819,86	11,91	5.015.839,80	22,80	16.984.160,20
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00			0,00		
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.000.000,00	22.000.000,00	1.642.741,08	6.117.023,17	15.882.976,83	2.220.609,56	4.416.686,74	17.583.313,26	3.317.335,41	0,00
DESPESAS CORRENTES	18.048.000,00	18.264.441,19	1.616.245,09	5.903.437,46	12.361.003,73	2.183.362,67	4.292.953,40	13.971.487,79	3.207.220,07	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.289.500,00	8.012.813,87	1.086.721,16	2.265.633,80	5.747.180,07	1.124.921,08	2.264.078,80	5.748.735,07	1.733.502,79	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.000,00									
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.743.500,00	10.251.627,32	529.523,93	3.637.803,66	6.613.823,66	1.058.441,59	2.028.874,60	8.222.752,72	1.473.717,28	
DESPESAS DE CAPITAL	3.942.000,00	3.725.558,81	26.495,99	213.585,71	3.511.973,10	37.246,89	123.733,34	3.601.825,47	110.115,34	0,00
INVESTIMENTOS	3.817.000,00	3.725.558,81	26.495,99	213.585,71	3.511.973,10	37.246,89	123.733,34	3.601.825,47	110.115,34	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	125.000,00									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00			10.000,00			10.000,00		
RESERVA DO RPPS										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.000.000,00	22.000.000,00	1.642.741,08	6.117.023,17	15.882.976,83	2.220.609,56	4.416.686,74	17.583.313,26	3.317.335,41	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.000.000,00	22.000.000,00	1.642.741,08	6.117.023,17	15.882.976,83	2.220.609,56	4.416.686,74	17.583.313,26	3.317.335,41	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.000.000,00	22.000.000,00	1.642.741,08	6.117.023,17		2.220.609,56	4.416.686,74		3.317.335,41	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22000000,00	22000000,00	1642741,08	6117023,17	100,00	15882976,83	2220609,56	4416686,74	100,00	17583313,26	0,00
Legislativa	800000,00	800000,00	0,00	0,00		800000,00	0,00	0,00		800000,00	0,00
Ação Legislativa	800000,00	800000,00				800000,00				800000,00	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	175000,00	175000,00	0,00	0,00		175000,00	0,00	0,00		175000,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	175000,00	175000,00				175000,00				175000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	2948000,00	2961000,00	332280,92	1469769,82	24,03	1491230,18	436292,82	992288,55	22,47	1968711,45	0,00
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	2023000,00	2036000,00	224890,48	1000049,42	16,35	1035950,58	295918,74	716521,22	16,22	1319478,78	
Administração Financeira	685000,00	685000,00	84092,40	426575,85	6,97	258424,95	116671,04	233216,98	5,28	451783,02	
Controle Interno	160000,00	160000,00	18298,04	37145,35	0,61	122854,65	18298,04	37145,35	0,84	122854,65	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	80000,00	80000,00	5000,00	6000,00	0,10	74000,00	5405,00	5405,00	0,12	74595,00	
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Área											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	30000,00	20000,00	0,00	0,00		20000,00	0,00	0,00		20000,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil	30000,00	20000,00				20000,00				20000,00	
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	1362000,00	1362000,00	100831,66	254170,65	4,16	1107829,35	125653,27	223082,77	5,05	1138917,23	0,00
Assistência ao Idoso	10000,00	6908,40				6908,40				6908,40	
Assistência ao Portador de Deficiência	30000,00	25000,00				25000,00				25000,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	140000,00	142000,00	23909,46	62380,77	1,02	79619,23	25417,86	53909,20	1,22	88090,80	
Assistência Comunitária	1182000,00	1188091,60	76922,20	191789,88	3,14	996301,72	100235,41	169173,57	3,83	1018918,03	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Demais Subfunções											
Saúde	4861000,00	4975790,23	273264,47	1738270,06	28,42	3237520,17	592668,60	1148321,65	26,00	3827468,58	0,00
Atenção Básica	4533000,00	4647790,23	250442,20	1677949,01	27,43	2969841,22	568422,30	1093226,47	24,75	3554563,76	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	138000,00	138000,00	12392,63	28395,60	0,46	109604,40	12392,63	28395,60	0,64	109604,40	
Suporte Profilático e Terapêutico	90000,00	90000,00	3777,20	17904,88	0,29	72095,12	4744,24	13312,01	0,30	76687,99	
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	100000,00	100000,00	6652,44	14020,57	0,23	85979,43	7109,43	13387,57	0,30	86612,43	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho	264000,00	268000,00	4000,00	199000,00	3,25	69000,00	30709,97	49402,13	1,12	218597,87	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	195000,00	199000,00	4000,00	199000,00	3,25	0,00	30709,97	49402,13	1,12	149597,87	
Relações de Trabalho	14000,00	14000,00				14000,00				14000,00	
Empregabilidade	55000,00	55000,00				55000,00				55000,00	
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	5459000,00	5576493,02	698126,85	1717954,00	28,08	3858539,02	756474,13	1455405,14	32,95	4121087,88	0,00
Ensino Fundamental	4529000,00	4627720,15	511690,72	1188277,83	19,43	3439442,32	546937,29	1023363,86	23,17	3604356,29	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	674000,00	743772,87	161209,59	478660,24	7,83	265112,63	171271,59	392287,37	8,88	351485,50	
Educação de Jovens e Adultos	46000,00										
Educação Especial	10000,00	5000,00				5000,00				5000,00	
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções	200000,00	200000,00	25226,54	51015,93	0,83	148984,07	39165,25	39753,91	0,90	160246,09	
Cultura	125000,00	114627,13	0,00	80,60	0,00	114546,53	80,60	80,60	0,00	114546,53	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	125000,00	114627,13		80,60	0,00	114546,53	80,60	80,60	0,00	114546,53	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	1800000,00	1690000,00	30284,50	95443,38	1,56	1594556,62	28417,51	66000,80	1,49	1623999,20	0,00
Infra-Estrutura Urbana	935000,00	935000,00				935000,00				935000,00	
Serviços Urbanos	865000,00	755000,00	30284,50	95443,38	1,56	659556,62	28417,51	66000,80	1,49	688999,20	
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	35000,00	35000,00	0,00	0,00		35000,00	0,00	0,00		35000,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana	35000,00	35000,00				35000,00				35000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	365000,00	365000,00	24202,54	137022,17	2,24	227977,83	47079,27	89660,97	2,03	275339,03	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	365000,00	365000,00	24202,54	137022,17	2,24	227977,83	47079,27	89660,97	2,03	275339,03	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	275000,00	166089,62	617,68	617,68	0,01	165471,94	617,68	617,68	0,01	165471,94	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	245000,00	148089,62	617,68	617,68	0,01	147471,94	617,68	617,68	0,01	147471,94	
Controle Ambiental	25000,00	13000,00				13000,00				13000,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	5000,00	5000,00				5000,00				5000,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	243000,00	243000,00	16110,00	33662,07	0,55	209337,93	16801,00	33607,07	0,76	209392,93	0,00
Promoção da Produção Vegetal											
Promoção da Produção Animal	239000,00	239000,00	16110,00	33662,07	0,55	205337,93	16801,00	33607,07	0,76	205392,93	
Defesa Sanitária Vegetal											
Defesa Sanitária Animal											
Abastecimento											
Extensão Rural	4000,00	4000,00				4000,00				4000,00	
Irrigação											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	8000,00	8000,00	0,00	0,00		8000,00	0,00	0,00		8000,00	0,00
Promoção Industrial	8000,00	8000,00				8000,00				8000,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	25000,00	25000,00	0,00	0,00		25000,00	0,00	0,00		25000,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	25000,00	25000,00				25000,00				25000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	71000,00	71000,00	0,00	3841,00	0,06	67159,00	0,00	3841,00	0,09	67159,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	71000,00	71000,00		3841,00	0,06	67159,00		3841,00	0,09	67159,00	
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	2699000,00	2829000,00	160456,09	459025,37	7,50	2369974,63	181801,85	349949,75	7,92	2479050,25	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	2699000,00	2829000,00	160456,09	459025,37	7,50	2369974,63	181801,85	349949,75	7,92	2479050,25	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	305000,00	305000,00	2566,37	8166,37	0,13	296833,63	4012,86	4428,63	0,10	300571,37	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	305000,00	305000,00	2566,37	8166,37	0,13	296833,63	4012,86	4428,63	0,10	300571,37	
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Encargos Especiais	140000.00	0.00	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00		0.00	0.00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	140000.00										
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	10000.00	10000.00				10000.00				10000.00	
Reserva do RPPS											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	22000000.00	22000000.00	1642741.08	6117023.17	100.00	15882976.83	2220609.56	4416686.74	100.00	17583313.26	0.00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 100/2015

SÚMULA: “Exonera servidor do cargo efetivo que menciona e da outras providencias.”

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 41 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a Servidora Fabiana Aparecida Uemura, portadora do CPF326.944.728-00, do cargo efetivo de Psicóloga, a pedido da própria servidora.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 19 de Junho de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DECRETO N.º 030/2015 DE: 01.04.2015

“Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 2.454.380,70 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta reais e setenta centavos), em favor do Gabinete do Prefeito e das Secretarias Municipais de Administração, de Finanças, de Assistência Social, de Educação, de Saúde, de Esportes e Lazer, de Cultura, de Meio Ambiente, de Agricultura, de Infra-Estrutura, de Trênsito e de Turismo, e dá outras providências”.

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 863/2014 de 17/12/2014.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R$ 2.454.380,70 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta reais e setenta centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.015	93	0999	3.3.90.30.00.00.00.00	30.000,00
2.088	209	0999	3.3.90.36.00.00.00.00	45.000,00
2.206	238	1023	3.3.90.30.00.00.00.00	2.000,00
2.197	355	0999	3.3.90.30.00.00.00.00	30.000,00
2.122	349	0999	3.3.90.30.00.00.00.00	50.000,00
2.033	371	0103	3.1.90.04.00.00.00.00	150.000,00
2.033	373	0103	3.1.90.13.00.00.00.00	35.000,00
2.158	383	0103	3.1.90.04.00.00.00.00	200.000,00
2.158	385	0103	3.1.90.13.00.00.00.00	50.000,00
2.055	459	0201	3.3.90.36.00.00.00.00	5.000,00
2.079	589	0201	3.3.90.36.00.00.00.00	7.000,00
2.059	480	0014	3.3.90.30.00.00.00.00	15.000,00
1.128	426	0201	4.4.90.51.00.00.00.00	89.380,70
2.078	582	0201	3.3.90.36.00.00.00.00	12.000,00
2.056	466	0201	3.3.90.30.00.00.00.00	15.000,00
2.058	474	0014	3.3.90.39.00.00.00.00	1.000,00
2.055	457	0201	3.3.90.30.00.00.00.00	10.000,00
2.078	583	0201	3.3.90.39.00.00.00.00	200.000,00
2.078	580	0201	3.3.90.30.00.00.00.00	10.000,00

2.068	530	0201	3.3.90.39.00.00.00.00	20.000,00
2.055	452	0201	3.1.90.04.00.00.00.00	15.000,00
2.058	471	0014	3.1.91.13.00.00.00.00	8.000,00
2.059	476	0014	3.1.90.11.00.00.00.00	200.000,00
2.068	520	0201	3.1.90.04.00.00.00.00	400.000,00
2.069	532	0201	3.1.90.11.00.00.00.00	265.000,00
2.069	533	0201	3.1.90.13.00.00.00.00	15.000,00
2.045	613	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	15.000,00
2.051	630	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	10.000,00
2.051	626	0999	3.3.90.30.00.00.00.00	20.000,00
2.051	627	0999	3.3.90.31.00.00.00.00	3.000,00
1.154	688	0999	4.4.90.52.00.00.00.00	19.000,00
2.096	715	0999	3.3.90.30.00.00.00.00	15.000,00
1.157	699	0999	3.3.90.36.00.00.00.00	9.000,00
2.096	718	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	7.000,00
2.006	754	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	10.000,00
2.007	784	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	40.000,00
2.007	781	0999	3.3.90.30.00.00.00.00	150.000,00
1.160	768	0999	3.3.90.30.00.00.00.00	15.000,00
1.015	759	0999	3.3.90.30.00.00.00.00	50.000,00
1.133	796	0999	3.3.90.30.00.00.00.00	100.000,00
1.033	785	0999	4.4.90.52.00.00.00.00	5.000,00
2.129	841	0999	3.3.90.14.00.00.00.00	2.000,00
2.129	845	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	5.000,00
2.167	889	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	100.000,00
TOTAL				**2.454.380,70**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.179	43	0999	3.3.90.30.00.00.00.00	20.000,00
2.183	77	0999	3.3.90.30.00.00.00.00	12.000,00
2.070	99	0999	3.3.90.36.00.00.00.00	5.000,00
2.185	110	0999	3.3.90.36.00.00.00.00	15.000,00
2.116	161	0999	4.6.90.71.00.00.00.00	80.000,00
2.193	224	1023	3.1.90.11.00.00.00.00	2.000,00
1.081	296	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	40.000,00
2.033	372	0103	3.1.90.11.00.00.00.00	435.000,00
1.128	424	0999	3.3.90.36.00.00.00.00	20.000,00
1.128	425	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	30.000,00
1.131	430	0999	3.3.90.36.00.00.00.00	20.000,00
1.131	431	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	30.000,00
1.135	441	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	30.000,00
1.125	419	0014	4.4.90.52.00.00.00.00	20.000,00
1.126	420	0014	4.4.90.51.00.00.00.00	24.000,00
2.059	481	0014	3.3.90.36.00.00.00.00	20.000,00
2.061	488	0014	3.1.90.04.00.00.00.00	10.000,00
2.061	489	0014	3.1.90.11.00.00.00.00	10.000,00
2.072	547	0014	3.1.90.04.00.00.00.00	5.000,00
2.072	548	0014	3.1.90.11.00.00.00.00	25.000,00
2.072	549	0014	3.1.90.13.00.00.00.00	2.000,00
2.072	550	0014	3.1.91.13.00.00.00.00	8.000,00
2.072	552	0014	3.3.90.30.00.00.00.00	25.000,00
2.072	553	0014	3.3.90.36.00.00.00.00	45.000,00
2.077	569	0014	3.1.90.04.00.00.00.00	10.000,00
2.077	570	0014	3.1.90.11.00.00.00.00	15.000,00
2.076	561	0201	3.1.90.04.00.00.00.00	5.000,00
1.135	442	0201	4.4.90.51.00.00.00.00	40.000,00
1.145	449	0201	4.4.90.52.00.00.00.00	8.380,70
1.147	450	0201	4.4.90.52.00.00.00.00	10.000,00
1.280	890	0201	4.4.90.51.00.00.00.00	40.000,00
2.064	498	0201	3.1.90.04.00.00.00.00	5.000,00
2.067	511	0201	3.1.90.04.00.00.00.00	18.000,00
2.067	519	0201	3.3.90.39.00.00.00.00	10.000,00
2.067	518	0201	3.3.90.36.00.00.00.00	5.000,00
2.068	528	0201	3.3.90.35.00.00.00.00	22.000,00
2.068	527	0201	3.3.90.34.00.00.00.00	100.000,00
2.069	538	0201	3.3.90.34.00.00.00.00	30.000,00
2.069	539	0201	3.3.90.36.00.00.00.00	25.000,00
2.073	555	0201	3.3.90.30.00.00.00.00	10.000,00
2.078	581	0201	3.3.90.35.00.00.00.00	14.000,00
2.080	591	0201	3.1.90.04.00.00.00.00	6.000,00
1.127	421	0201	4.4.90.52.00.00.00.00	15.000,00
1.134	437	0201	4.4.90.51.00.00.00.00	25.000,00
1.136	443	0201	4.4.90.52.00.00.00.00	30.000,00

1.138	445	0201	4.4.90.52.00.00.00.00	15.000,00
2.055	460	0201	3.3.90.39.00.00.00.00	20.000,00
2.064	499	0201	3.1.90.11.00.00.00.00	35.000,00
2.068	521	0201	3.1.90.11.00.00.00.00	180.000,00
2.069	536	0201	3.3.90.30.00.00.00.00	80.000,00
2.068	525	0201	3.3.90.30.00.00.00.00	100.000,00
2.076	566	0201	3.3.90.30.00.00.00.00	20.000,00
2.055	453	0201	3.1.90.11.00.00.00.00	50.000,00
2.067	512	0201	3.1.90.11.00.00.00.00	60.000,00
2.064	505	0201	3.3.90.39.00.00.00.00	10.000,00
2.078	576	0201	3.1.90.11.00.00.00.00	20.000,00
2.079	588	0201	3.3.90.30.00.00.00.00	5.000,00
2.079	589	0201	3.3.90.36.00.00.00.00	4.000,00
2.079	590	0201	3.3.90.39.00.00.00.00	4.000,00
2.079	587	0201	3.3.90.14.00.00.00.00	2.000,00
2.080	597	0201	3.3.90.36.00.00.00.00	6.000,00
2.080	598	0201	3.3.90.39.00.00.00.00	4.000,00
2.056	465	0201	3.3.90.14.00.00.00.00	35.000,00
1.217	618	0999	3.3.90.36.00.00.00.00	10.000,00
1.192	632	0999	4.4.90.52.00.00.00.00	10.000,00
1.193	891	0999	4.4.90.51.00.00.00.00	100.000,00
2.043	638	0999	3.1.90.11.00.00.00.00	20.000,00
2.131	654	0999	3.1.90.11.00.00.00.00	22.000,00
2.111	672	0999	3.1.90.11.00.00.00.00	30.000,00
1.157	701	0999	4.4.90.51.00.00.00.00	50.000,00
2.095	708	0999	3.3.90.36.00.00.00.00	30.000,00
2.006	751	0999	3.3.90.30.00.00.00.00	30.000,00
1.015	762	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	90.000,00
1.017	765	0999	3.3.90.36.00.00.00.00	26.000,00
1.156	802	0999	3.3.90.36.00.00.00.00	10.000,00
TOTAL				**2.454.380,70**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de abril de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2015

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 017/2015

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada em sede provisória na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando**REGISTRO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, ESPECÍFICOS PARA UNIDADES DE SAÚDE,** do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **PRODETER MATO GROSSO PRODUTOS PARA HIGIENIZAÇÃO LTDA – EPP, CNPJ nº 09.089.367/0001-06**, sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 195. 786,40 (cento e noventa e cinco mil setecentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos).**

Itiquira/MT, 19 de junho de 2015.

Juliane Presotto

Pregoeira

DECRETO N° 048, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a alteração do endereço oficial do Paço Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira/MT.

CONSIDERANDO o inicio das obras de Reforma e Ampliação da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT;

DECRETA:

Art. 1° Fica alterado o endereço do Paço Municipal **a partir do dia 15 de junho de 2015**, o qual passará a funcionar em Sede provisória situada na **Avenida Lucio Mendonça Primo, Nº 621, bairro Conjunto Habitacional Arco Iris II**.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 01 de junho de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 049/2015 18 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre o Cancelamento dos Saldos de Empenhos inscritos em Restos a Pagar do Exercício 2012 no Exercício 2015, que especifica, de que trata o Decreto nº 69/2014, de 31/12/2014, e 31/2014, de 05/06/2014, segundo o que fundamenta, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na legislação constitucional e infraconstitucional federal e orgânica municipal vigente aplicável à espécie, e;

.**CONSIDERANDO** o disposto no art. 63, § 1º, incisos I e III, combinado com o § 2º, incisos I ao III do mesmo dispositivo legal da Lei Federal nº 4.320/1964, de 17/03/1964 e alterações, no que couber, pertinente à verificação de direito adquirido consubstanciado na INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO 2012, NO EXERCÍCIO 2015, pelo credor especificado, para a apuração da origem e do objeto que se deve pagar;

CONSIDERANDO o rigor da Lei Complementar Federal n.° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que enseja o estabelecimento de diretrizes norteadoras pertinentes à Inscrição em Restos a Pagar do Exercício 2012, no Exercício 2015, bem como sua liquidação e quitação, sendo procedentes e, finalmente;

D E C R E T A:

Art. 1.°. Fica CANCELADO o SALDO EXISTENTE DOS EMPENHOS DE RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO 2012, NO EXERCÍCIO 2015, nos termos das exigências legais e formais referenciadas aplicáveis à espécie, em vigor, conforme relacionados no quadro abaixo:

Nº DE ORDEM	Nº DO EMPENHO	DATA DA INSCRIÇÃO	VALOR EMPENHADO EM R$	VALOR LIQUIDADO E PAGO EM R$	SALDO CANCELADO EM R$	CREDOR
1	5485/12	31/12/2012	11.500,32	9.798,56	1.701,76	CIDADE DE RONDONOPOLIS TRANSPORTES LTDA
2	5486/12	31/12/2012	31.428,00	0,00	31.428,00	CIDADE DE RONDONOPOLIS TRANSPORTES LTDA
3	5486/12	31/12/2012	17.751,00	0,00	17.751,00	CIDADE DE RONDONOPOLIS TRANSPORTES LTDA
				TOTAL	**50.880,76**	

Art. 2º. Eventuais divergências decorrentes da execução deste Decreto serão dirimidas de acordo com a legislação vigente aplicável à espécie, atendidas, no que couber, em qualquer caso, garantido o contraditório e à ampla defesa aos credores interessados.

Art. 3.°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de junho de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 041/2015 28 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre o Cancelamento dos Saldos de Empenhos inscritos em Restos a Pagar do Exercício 2012 no Exercício 2015, que especifica, de que trata o Decreto nº 69/2014, de 31/12/2014, e 31/2014, de 05/06/2014, segundo o que fundamenta, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na legislação constitucional e infraconstitucional federal e orgânica municipal vigente aplicável à espécie, e;

.**CONSIDERANDO** o disposto no art. 63, § 1º, incisos I e III, combinado com o § 2º, incisos I ao III do mesmo dispositivo legal da Lei Federal nº 4.320/1964, de 17/03/1964 e alterações, no que couber, pertinente à verificação de direito adquirido consubstanciado na INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO 2012, NO EXERCÍCIO 2015, pelo credor especificado, para a apuração da origem e do objeto que se deve pagar;

CONSIDERANDO o rigor da Lei Complementar Federal n.° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que enseja o estabelecimento de diretrizes norteadoras pertinentes à Inscrição em Restos a Pagar do Exercício 2012, no Exercício 2015, bem como sua liquidação e quitação, sendo procedentes e, finalmente;

D E C R E T A:

Art. 1.°. Fica CANCELADO o SALDO EXISTENTE DOS EMPENHOS DE RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO 2012, NO EXERCÍCIO 2015, nos termos das exigências legais e formais referenciadas aplicáveis à espécie, em vigor, conforme relacionados no quadro abaixo:

Nº DE ORDEM	Nº DO EMPENHO	DATA DA INSCRIÇÃO	VALOR EMPENHADO EM R$	VALOR LIQUIDADO E PAGO EM R$	SALDO CANCELADO EM R$	CREDOR
1	1946/12	31/12/2012	9.349,91	6.172,10	3.177,81	CIDADE DE RONDONOPOLIS TRANSPORTES LTDA
2	5667/12	31/12/2012	10.650,60	0,00	10.650,60	CIDADE DE RONDONOPOLIS TRANSPORTES LTDA
3	5667/12	31/12/2012	3.701,52	0,00	3.701,52	CIDADE DE RONDONOPOLIS TRANSPORTES LTDA
4	5667/12	31/12/2012	4.184,44	0,00	4.184,44	CIDADE DE RONDONOPOLIS TRANSPORTES LTDA
5	5667/12	31/12/2012	10.448,06	0,00	10.448,06	CIDADE DE RONDONOPOLIS TRANSPORTES LTDA
6	5668/12	31/12/2012	10.406,16	0,00	10.406,16	CIDADE DE RONDONOPOLIS TRANSPORTES LTDA
7	5668/12	31/12/2012	6.900,19	0,00	6.900,19	CIDADE DE RONDONOPOLIS TRANSPORTES LTDA
8	5669/12	31/12/2012	5.179,07	0,00	5.179,07	CIDADE DE RONDONOPOLIS TRANSPORTES LTDA
9	5670/12	31/12/2012	13.580,00	0,00	13.580,00	CIDADE DE RONDONOPOLIS TRANSPORTES LTDA
				TOTAL	**68.227,85**	

Art. 2º. Eventuais divergências decorrentes da execução deste Decreto serão dirimidas de acordo com a legislação vigente aplicável à espécie, atendidas, no que couber, em qualquer caso, garantido o contraditório e à ampla defesa aos credores interessados.

Art. 3.°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito dias do mês de maio de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DECRETO N° 050, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a convocação para VI Conferência Municipal de Saúde do Município Itiquira-MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira-MT.

CONSIDERANDO os dispostos da lei 8080/90 e o artigo 1º da lei 8142/90;

CONSIDERANDO o artigo 15º da Lei Estadual nº. 22/92;

CONSIDERANDO a resolução de nº. 001/2015 do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Itiquira.

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a **VI Conferência Municipal de Saúde de Itiquira**/MT, a realizar-se em Itiquira/MT, de 07 a 08 de Julho de 2015, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde de Itiquira/MT.

Paragrafo Único –A Conferencia de que trata o caput deste artigo será promovido pelo Conselho Municipal de Saúde e pela Secretaria municipal de Saúde de Itiquira/MT.

Art. 2º - A Conferência desenvolverá seus trabalhos sob o tema central - **"Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro"** com os seguintes eixos temáticos:

I – Gestão Estratégica e Participativa (Participação social e Reformas democráticas e populares do estado);

II Gestão do SUS (Financiamento do SUS e Relação Público-Privado; Valorização do trabalho e da educação em Saúde; Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS; Ciências, Tecnologia e Inovação no SUS);

III –Modelo de Atenção (Direito a Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade; Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde).

Art. 3º - A Conferência será presidida pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde ou Secretária Municipal de Saúde e na sua ausência, Subsecretário e ou representantes legais.

Art. 4º - A Secretária municipal de Saúde expedirá mediante portaria a estrutura e composição da comissão organizadora, bem como o regimento interno e regulamento que norteará a conferência.

Art.5º - As despesas com a realização da VI Conferência Municipal de Saúde de Itiquira/MT, ocorrerá a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde de Itiquira/MT e de outros recursos estadual e nacional para saúde.

Art.6º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º - Revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, 18 de junho de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2015

A Prefeitura Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, por meio da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2015, instituída através da Portaria nº 115/2015, visando atender necessidade temporária de interesse público, torna público a abertura de processo seletivo simplificado, conforme disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e autorizado pela Lei Municipal de nº 888 de 08 de abril de 2015, regidos pelas normas constantes neste Edital:

1. ENTIDADE EXECUTORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

1.1. A realização deste processo seletivo simplificado ficará sob a responsabilidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT**.**, obedecendo às normas deste edital.

1.2. A Supervisão, Fiscalização e Acompanhamento ficará sob a responsabilidade da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo, instituída pela Portaria nº 115/2015.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições podem ser feitas pessoalmente, em data, horário e local informados no quadro abaixo:

Inscrições presenciais	**Início: 26/06/2015 no horário 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.** **Término: 03/07/2015 , às 17h.** **LOCAL PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:** POSTO DA CIDADANIA DE ITIQUIRA,Avenida Adelino de Souza Campos, n.º41, Bairro - Centro, ITIQUIRA/MT INFORMAÇÕES:(65) 3491 - 1638
Inscrições presenciais	**Início: 26/06/2015 no horário 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.** **Término: 03/07/2015 , às 17h.** **LOCAL PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:** SUB Prefeitura Municipal em Ouro Branco do Sul,Avenida Zenaide Avena de Oliveira, Bairro – Ouro Branco do Sul, ITIQUIRA/MT INFORMAÇÕES:(65) 3492 – 1312
Os horários previstos neste edital seguem o horário local de ITIQUIRA – MT.	

2.2. Do procedimento específico para a inscrição presencial

2.2.1. Os candidatos deverão fazer inscrição presencial com auxílio de um servidor autorizado, **no POSTO DA CIDADANIA DE ITIQUIRA, situado na Avenida Adelino de Souza Campos, n.º41, Bairro - Centro, Bairro – Centro** e na **Sub Prefeitura Municipal em Ouro Branco do Sul, Avenida Zenaide Avena de Oliveira, em Ouro Branco do Sul - Itiquira/MT**.

2.2.2. No ato da inscrição presencial o candidato deverá:

a) Apresentar cópia e respectivo documento original de identidade que comprove a idade mínima de 18 (dezoito) anos.

b) Apresentar documento original contendo os dados necessários para o preenchimento do Requerimento de Inscrição;

c) Informar, obrigatoriamente, o número do seu Cadastro de Pessoa Física – CPF; caso não o possua, deverá solicitar aos órgãos competentes, de forma a obtê-lo antes do término do período de inscrição;

d) Prestar as informações para a inscrição, com clareza, diretamente ao servidor autorizado responsável.

2.2.3. Não recairá sobre o servidor autorizado a auxiliar o candidato em sua inscrição presencial qualquer responsabilidade quanto à escolha de cargos; portanto, o candidato deverá, antes, certificar-se do cargo para o qual estará se inscrevendo.

2.2.4. A inscrição presencial deverá ser feita pelo próprio candidato ou por procurador legalmente constituído, por meio de instrumento público ou particular de procuração, contendo poderes expressos para este fim.

2.2.5. Não serão permitidas duas inscrições para o mesmo candidato; caso ocorra, será validada a última inscrição, efetuada em data e hora mais recente.

2.3. Disposições gerais sobre as inscrições:

2.3.1. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância, por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes deste edital.

2.3.2. O candidato que prestar informações inverídicas, além da desclassificação, estará sujeito às penalidades previstas em lei.

2.3.3. Caso o candidato não apresente a documentação necessária no ato da contratação ou se constate qualquer falsificação nas informações prestadas no ato da inscrição será desclassificado, sendo convocado o candidato imediatamente posterior, segundo a ordem de classificação.

2.4. Do Cartão de Identificação

2.4.1. No ato da inscrição o candidato receberá ou imprimirá o seu Cartão de Identificação, que apresentará no dia das provas, sendo de sua total responsabilidade as informações nele contidas, em especial os seguintes itens:

a) Nome;

b) Número do documento de identidade, sigla do órgão expedidor e Unidade da Federação emitente;

c) A categoria funcional a que irá concorrer.

2.4.2. Além dos dados acima, o candidato deverá tomar conhecimento de seu número de inscrição, do dia e horário da prova.

2.4.3. O local de realização da prova será divulgado em edital complementar específico para esse fim.

2.4.4. As informações complementares serão divulgadas no seguinte endereço eletrônico: **www.itiquira.mt.gov.br**

2.5. Das isenções da taxa de inscrição

Todos os candidatos serão isentos de taxa de inscrição.

2.6. Vagas reservadas para Portadores de Necessidades Especiais

2.6.1. Aos candidatos portadores de necessidades especiais estão reservadas 05% (cinco por cento) das vagas dos cargos previstos neste edital, de acordo com a Lei Federal nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99 e decisão do STF (RMS 25.666).

2.6.2. Para os efeitos do item 2.10.1, consideram-se pessoas portadoras de necessidades especiais às elencadas no art. 4º do Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004.

2.6.3. Qualquer pessoa portadora de necessidade especial poderá inscrever-se no processo seletivo para ingresso nos cargos da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA, conforme a previsão das vagas estabelecidas neste edital.

2.6.4. O candidato, no ato da inscrição, declarará expressamente a deficiência de que é portador e deverá apresentar o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do inciso IV do art. 39 do Decreto Federal nº 3.298/99, na sede da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA, para a Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo, via protocolo **no ato da inscrição**.

2.6.5. O candidato portador de necessidade especial deverá corresponder ao perfil traçado para o preenchimento do cargo.

2.6.6. No ato da inscrição o candidato indicará a necessidade de qualquer adaptação das provas a serem prestadas.

2.6.7. O candidato que se encontrar nessa especial condição poderá, resguardadas as características inerentes às provas, optar pela adaptação de sua conveniência, dentro das alternativas de que a instituição selecionadora dispuser na oportunidade.

2.6.8. Para que sejam considerados aprovados, os candidatos portadores de necessidades especiais deverão obter, durante todo o processo seletivo, a pontuação mínima estabelecida para todos os candidatos, sendo expressamente vedado o favorecimento destes ou daqueles no que se refere às condições para sua aprovação.

2.6.9. Na realização das provas, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência física somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência conforme determina o art. 40 do Decreto Federal nº. 3.298/99.

2.6.10. **A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA** não se responsabilizará pela elaboração de prova específica para os portadores de necessidade especial que não comunicarem a deficiência no ato da inscrição.

2.6.11. Por ocasião da contratação dos candidatos classificados a Prefeitura Municipal procederá à análise da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido, de acordo com as normas do Instituto Nacional de Previdência Social - INSS.

3. DOS CARGOS E VAGAS OFERECIDOS E SUAS ESPECIFICAÇÕES

3.1. Os cargos e vagas estão distribuídos conforme Anexo I deste edital.

3.2. Os candidatos obrigam-se a prestar os serviços inerentes ao cargo escolhido, conforme tabela dos cargos e suas localidades constantes no Anexo I deste edital.

4. DAS PROVAS

4.1. Data e local das provas objetivas

4.1.1. As provas objetivas para todos os cargos serão realizadas no **dia 26 de julho de 2015,** no período matutino, das 08h às 11h, nos locais a serem indicados em edital complementar específico, que estará disponível no mural da Prefeitura e no seguinte endereço eletrônico: www.itiquira.mt.gov.br**.**

4.2. Das características das provas objetivas

4.2.1. As provas objetivas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir do momento em que todas as informações forem prestadas aos candidatos.

4.2.2. A constituição das provas objetivas é a seguinte:

NÍVEL SUPERIOR

Cargos	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
Médico PSF/HOSPITAL	*Língua Portuguesa com interpretação de texto*	*10*	30	1,00	30,00
	Conhecimentos Gerais	*10*			
	Conhecimentos Específicos	*10*			

NÍVEL MÉDIO

Cargos	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
Técnico em Enfermagem	Língua Portuguesa	10	30	1,00	30,00
	Conhecimentos Gerais	10			
	Conhecimentos Específicos	10			

4.2.3. Todas as provas serão elaboradas com base nos conteúdos programáticos contidos no Anexo II deste edital.

4.3. Da realização das provas

4.3.1. O candidato deverá comparecer ao local de aplicação das provas com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos do horário especificado, trazendo caneta esferográfica de material transparente, de tinta azul ou preta, Cartão de Identificação/Comprovante de Inscrição e documento de identidade original.

4.3.2. Não será permitido ao candidato entrar no local das provas com outros objetos além daqueles exigidos no item anterior.

4.3.2.1. O fiscal de sala e a coordenação do processo seletivo não se responsabilizarão por danos ou desaparecimento de objetos, bolsas, celulares e outros objetos que forem deixados na sala pelos candidatos.

4.3.3. Somente será admitido na sala de provas o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou outro documento original, com foto, de igual valor legal, ou seja: carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista ou Carteira de Motorista nos moldes atuais.

4.3.3.1. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato, sendo expressamente proibida a identificação de candidatos com documentos em fotocópia ou equivalentes.

4.3.3.2. Não será aceito protocolo ou qualquer outro documento como crachá; identidade funcional; título de eleitor ou outro diferente daqueles citados no item 4.3.3.

4.3.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas de candidatos que comparecerem sem documentos citados no item 4.3.3, mesmo que tenham solicitado a alguém que traga a documentação até o local de prova. Vencido o horário permitido, o candidato deverá retirar-se do espaço físico da local de aplicação de prova (escolas ou entidades estabelecidas).

4.3.5. Será sumariamente **eliminado** do processo seletivo o candidato que utilizar meios ilícitos para a execução das provas; perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês para com qualquer um dos aplicadores, seus auxiliares ou autoridades; afastar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, antes de ter concluído as mesmas; for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato ou pessoa, ou utilizando máquinas de calcular ou similar, telefone celular, livros, códigos, manuais, bonés e outros tipos de chapelaria, óculos escuros, impressos ou anotações, ou, após as provas, a utilização de processos ilícitos para a realização das mesmas, constatado por meio de perícia.

4.3.6. Não serão considerados aptos a fazerem as provas aqueles candidatos que estejam impossibilitados de comparecer aos locais determinados para a realização das mesmas.

4.3.7. Em hipótese alguma será admitida a entrada nos locais de provas de candidatos que se apresentarem após a hora determinada para o início das provas.

4.3.8. Nas provas objetivas só serão consideradas, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta preenchido com caneta esferográfica confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul, não porosa.

4.3.9. No preenchimento do Cartão de Resposta é necessário que o campo correspondente à alternativa correta seja totalmente pintado, sob pena de anulação da questão não preenchida corretamente.

4.3.10. As questões respondidas incorretamente não anularão as questões respondidas corretamente.

4.3.11. As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas.

4.3.12. Os pontos, relativos às questões eventualmente anuladas por erro material quando da elaboração, serão atribuídos a todos os candidatos que prestarem a prova para aquele cargo.

4.3.13. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, eliminando-se o candidato faltoso.

4.3.14. O candidato, ao terminar as provas, deverá entregar ao fiscal o seu caderno de provas e o seu Cartão de Resposta.

4.3.15. O candidato que permanecer na sala pelo tempo mínimo de **02 (duas) horas** poderá levar consigo o caderno de provas.

4.3.16. O candidato que sair antes do horário acima mencionado terá oportunidade de retirar o caderno de provas no prazo de 02 (dois) dias, a partir do dia seguinte ao da aplicação da prova na sede da prefeitura no horário de expediente; após esse prazo os cadernos que não forem retirados serão incinerados.

4.3.17. O candidato deverá permanecer no mínimo por **uma hora** em sala após o início das provas, sob pena de eliminação, podendo sair apenas para ir ao banheiro, tomar água ou outros casos, devidamente acompanhado do fiscal.

4.3.18. Os 03 (três) últimos candidatos, obrigatoriamente, permanecerão na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova, assinando ao sair o relatório dos fiscais de sala.

4.3.19. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento diferenciado para tal fim, deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado. A amamentação dar-se-á nos momentos que se fizerem necessários.

4.3.20. Não haverá nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dispensado à amamentação. A falta de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

4.4. Do conteúdo programático das provas objetivas

4.4.1. Os programas das provas objetivas, nos quais constam as matérias a serem exigidas nas provas, fazem parte do Anexo II deste edital.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. Dos critérios de classificação

5.1.1. A classificação final dos candidatos se dará pela média aritmética das notas obtidas, divulgando-se o resultado final em ordem decrescente.

5.1.2. O candidato classificado será mantido em cadastro durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado e poderá ser convocado em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento da convocação/nomeação através de jornal oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), no mural da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA – MT e no seguinte endereço eletrônico: www.itiquira.mt.gov.br**.,** ocorrida durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado.

5.2. Da Prova de Títulos

5.2.1. Os cargos para os quais se admitirá prova de títulos são os de Nível Superior. A pontuação se dará da seguinte forma:

ORDEM	TÍTULOS	CONDIÇÃO	PONTO
01	Especialização	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Especialização com **carga horária igual ou superior a 360 horas-aulas.**	0,25
02	Mestrado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Mestrado.	0,50
03	Doutorado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Doutorado.	0,75

5.2.2. Na análise da Titulação Acadêmica, se for apresentado mais de um título em nível igual ou diferente, será computado apenas o título de maior pontuação.

5.2.3. Somente será considerado o título obtido na área correspondente ao cargo pretendido, desde que o mesmo esteja relacionado à Administração Pública.

5.2.4. A Titulação Acadêmica será feita mediante apresentação do respectivo comprovante em fotocópia legível e autenticada em cartório.

5.2.5. O ponto obtido na prova de títulos será somado à média aritmética das provas objetivas para efeito de classificação final.

5.2.6. Será aceito diploma, certificado de especialização, mestrado ou doutorado devidamente registrado, nos termos da legislação vigente.

5.2.7. Somente será computado o ponto da prova de títulos para os candidatos classificados.

5.2.8. Para a entrega dos diplomas/certificados previsto no item 5.2.6 deverá ser utilizado, para tanto, o Formulário para Apresentação de Títulos, o qual deverá ser solicitado ao servidor autorizado a fazer as inscrições no local indicado no sub item 2.2.1.

5.2.8.1. Os títulos deverão ser entregues em formulário próprio no endereço sub item 2.2.1 no período de **26/07/2015 a 03/07/2015**, devidamente **autenticado em cartório.** Não será aceito prova e título via fax, correio eletrônico ou fora do prazo pré-estabelecido.

5.3. Da desclassificação

5.3.1. Será considerado desclassificado do processo seletivo simplificado o candidato que:

a) Obtiver um percentual menor que **40% (quarenta por cento)** em cada uma das provas objetivas não específicas;

b) Obtiver um percentual menor que **40% (quarenta por cento)** na prova de Conhecimentos Específicos;

c) Ausentar-se da prova;

d) Descumprir as normas constantes deste edital ou as orientações dadas pela Equipe de Coordenação do Processo seletivo simplificado nº 002/2015;

e) Utilizar meios fraudulentos na realização das provas ou na apresentação de documentos ou, ainda, que seja flagrado com “cola” ou passando “cola” para outro candidato;

f) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

g) Não entregar a documentação exigida no ato da contratação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato convocatório, ressalvados os casos permitidos por lei;

h) Não comprovar as informações prestadas no ato da inscrição;

i) Aprovado, não comparecer nos locais, prazos, horários e condições especificados nos atos de convocação.

5.4. Dos critérios de desempate na classificação

5.4.1. Havendo empate na contagem de pontos na classificação em qualquer cargo, serão obedecidos os critérios de desempate pela ordem a seguir:

a) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada.

b) candidato que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos (se houver);

c) candidato que obtiver maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

d) candidato que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;

e) candidato que obtiver maior pontuação de títulos (se houver);

f) candidato que tiver mais idade.

6. DO RESULTADO FINAL

6.1. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2015 será homologado por decreto do Poder Executivo Municipal, observado o prazo legal para interposição de recursos, e será publicado no site www.itiquira.mt.gov.br e na Imprensa Oficial do Município através de jornal Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), de forma resumida ou integral, a critério da Administração Pública; e ainda, no mural da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA.

7. DA CONVOCAÇÃO, DA NOMEAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

7.1. Os candidatos aprovados serão convocados para contratação, atendendo às necessidades da Administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, até o limite de vagas estabelecidas, criadas por lei durante a validade do processo seletivo.

7.2. Os candidatos classificados para cadastro de reserva serão mantidos em cadastro durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado e poderão ser convocados em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento das nomeações na Imprensa Oficial do Município, ocorrida durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado.

7.3. Os candidatos aprovados serão convocados por edital publicado na Imprensa Oficial do Município e, facultativamente, na imprensa local a comparecerem em data, horário e local pré-estabelecidos para a contratação e receberem a designação do respectivo local de trabalho.

7.4. Para a contratação o candidato deverá apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria, que comprove o que segue abaixo:

7.4.1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

7.4.2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I, da CF/88);

7.4.3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

7.4.4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); e CPF

7.4.5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

7.4.6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7.4.7. Cartão do PIS/PASEP;

7.4.8. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à contratação;

7.4.9. Título de Eleitor;

7.4.10. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

7.4.11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

7.4.12. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido por médico do trabalho, indicado pela Prefeitura Municipal;

7.4.13. 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;

7.4.14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

7.4.15. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

7.4.16. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar e/ou diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

7.4.17. Declaração contendo endereço residencial;

7.4.18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

7.4.19. Declaração de Bens;

7.4.20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

7.5. Os candidatos convocados farão exame médico admissional, que será realizado por uma Junta Médica do Município.

7.5.1. Os candidatos aprovados e convocados submeter-se-ão à inspeção médica atendendo legislação em vigor, observando o que segue.

7.5.2. A inspeção médica terá carater eliminatório.

7.5.3. O exame médico admissional correrá às expensas do candidato.

7.5.4. CPF dos dependentes maiores de 14 anos;

7.5.5. CPF do Pai e da Mãe;

7.5.6. Conta Corrente no Banco do Brasil S/A

7.5.7. Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

8. DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO

8.1. A nomeação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Jurídico Administrativo, instituído pela Lei Municipal Nº 803/2013 de 26 de novembro de 2013, sendo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O presente processo seletivo simplificado terá prazo de validade de um ano, contados a partir de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

9.2. A inscrição neste processo seletivo, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a aceitação por parte do candidato de todas as normas constantes deste edital.

9.3. Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a contratação, a Prefeitura Municipal de ITIQUIRA promoverá tantas convocações e contratações quantas julgar necessárias durante o período de validade do processo seletivo, dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes, ou que venham a ser criadas por lei complementar específica.

9.4. Será considerado desistente e, portanto, eliminado do processo seletivo o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela Administração para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

9.5. O candidato que, à época da contratação não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado, será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo.

9.6. A Prefeitura Municipal de ITIQUIRA poderá convocar, para o preenchimento de vagas surgidas no decorrer do prazo de validade deste processo seletivo, os candidatos classificados, observando-se o cargo e a ordem de classificação, rigorosamente.

9.7. A Prefeitura Municipal de ITIQUIRA fará divulgar, sempre que necessário, as normas complementares ao presente edital e avisos oficiais.

9.8. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito.

9.9. Todas as publicações pertinentes a este processo seletivo, enquanto em andamento e até a divulgação do resultado, serão feitas no endereço eletrônico www.itiquira.mt.gov.br, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, bem como no Jornal Oficial do Município, sendo este o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (https://diariomunicipal.org/mt/amm/).

9.10.1. As publicações relativas à homologação do processo seletivo e à convocação dos aprovados serão tornadas públicas por meio da Imprensa Oficial do Município, no endereço eletrônico www.itiquira.mt.gov.br, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, sendo de responsabilidade da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA a publicação e do candidato o acompanhamento de tais publicações.

9.10.2. Para a finalidade específica do subitem acima, considera-se órgão de Imprensa Oficial do Município o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (https://diariomunicipal.org/mt/amm/).

9.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Prefeitura Municipal de ITIQUIRA, em conjunto com a Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo seletivo simplificado nº 002/2015.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Do Cronograma de Execução do Processo seletivo Simplificado nº 002/2015.

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
22/06./2015	Publicação do edital de abertura
25/06/2015	Prazo de impugnação do edital de abertura
26/06 e 03/07/2015	Período de inscrições e protocolização da prova de títulos
10/07/2015	divulgação da listagem com confirmação de inscrição
13/07 e 14/07/2015	Prazo de recurso de indeferimento de inscrição
15/07/2015	Homologação das inscrições
17/07/2015	Divulgação dos locais de prova
26/07/2015	Realização da prova objetiva e da prova prática

27/07/2015	Divulgação do Gabarito Preliminar após as 18 horas
28/07 29/07/2015	Prazo de recursos contra o gabarito preliminar
30/07/2015	Divulgação do julgamento dos recursos contra a prova objetiva Divulgação do gabarito oficial
07/08/2015	Divulgação da classificação geral das provas objetivas e da prova prática
10/08 e 11/08/2015	Prazo de recursos contra a classificação geral
12/08/2015	Julgamento dos recursos contra a classificação geral
12/08/2015	Divulgação do resultado geral para homologação do executivo

10.2. Dos Recursos

10.2.1. Admitir-se-à um único recurso por questão, para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões.

10.2.2.1. Os recursos deverão ser devidamente fundamentados, não sendo aceitos/analisados recursos sem argumentação plausível ou que não possuam de modo claro o requerimento do candidato.

10.2.3. Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos, independentemente da formulação ou não de recurso.

10.2.4. Se, por força de decisão favorável às impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso da modificação decorrente das impugnações.

10.2.5. O recurso deverá ser apresentado em formulário específico disponibilizado no Anexo III deste edital, datilografado ou digitado, assinado pelo candidato, e protocolizado no endereço contido no sub item 2.2.1.

10.2.6. A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar que será fixado no átrio da Prefeitura Municipal e dado conhecimento no site supracitado, na forma de retificação do gabarito ou do resultado, conforme o caso.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos pela COMISSÃO ORGANIZADORA E AVALIADORA DO PROCESSO SELETIVO 002/2015, juntamente com a Prefeitura Municipal de ITIQUIRA/MT.

ITIQUIRA – MT, aos 19 de junho de 2015.

.....

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 002/2015

ANEXO I – DOS CARGOS E DAS VAGAS.

NÍVEL SUPERIOR

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária	VAGAS			
						Itiquira	OBS	PNE	Total
1. 01	*Médico PSF/HOSPITAL*	Ensino Superior Completo na área, com Registro no Conselho de Classe	Objetiva + Prova de Títulos	8.253,37	40h*	02	01		03

*** 40h semanais ou sob regime de plantões conforme interesse de administração.**

.016,20ia de Educaç NÍVEL MÉDIO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária	VAGAS			
						Itiquira	OBS	PNE	Total
2.	Técnico em Enfermagem	Ensino Médio Completo+ Curso Técnico em Enfermagem	Objetiva	1.207,94	40h*	07	05	01	12

*** 40h semanais ou sob regime de plantões conforme interesse de administração.**

Legenda: OBS-Ouro Branco do Sul

PNE-Portadores de Necessidades Especiais

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.

O conteúdo programático das provas do Processo Seletivo nº 002/2015 da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA – MT está distribuído em grupos por grau de escolaridade, de acordo com as disposições deste anexo.

ENSINO MÉDIO COMPLETO

As provas objetivas para os cargos de nível médio serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital para cada cargo e consistirão em:

Língua Portuguesa; Conhecimentos Gerais; Conhecimentos Específicos.

LINGUA PORTUGUESA – Para todos os cargos

1. Interpretação de texto; 2. Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; 3. Elementos da comunicação e funções da Linguagem; 4. Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação. 5. Ortografia; 6. Classes de palavras; 7. Estrutura e formação de palavras. 8. Acentuação gráfica e tônica. 9. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. **Nova Ortografia:** mudanças no alfabeto, mudanças nas regras de acentuação, uso do hífen.

capacidade, tempo e volume.

CONHECIMENTOS GERAIS - Para todos os cargos

História Política e Econômica de Mato Grosso: 1. Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá, 1.1. Fundação de Cuiabá, 1.2. Idéias de administradores e primeiros desentendimentos, 1.3. Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; 1.4. Os Lemes; 1.5. Índios Paiaguás; 1.6. Fundação de Vila Bela; 1.7. Capitães-generais de 1748 a 1821; 1.8. Forte de Coimbra; 1.9. Mato Grosso no Primeiro Império; 1.10. A Rusga; 1.11. Os Alencastro. 1.12. Mato Grosso na guerra do Paraguai; 1.13. Divisão do Estado.

Geografia de Mato Grosso: 1.1. Mato Grosso e a região Centro-Oeste; 1.2. Geopolítica de Mato Grosso; 1.3. Ocupação do território; 1.4. Aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense; 1.5. Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso; 1.6. Dinâmica da população em Mato Grosso; 1.7. Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense; 1.8. A economia do Estado no contexto nacional; 1.9. A urbanização do Estado; 1. 10. Produção e as questões ambientais.

História do Município de ITIQUIRA: 1.1. Aspectos históricos e geográficos; 1.2. Aspectos econômicos e sociais; 1.3. Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; 1.4. Atualidades gerais: político, econômico, social e ambiental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS;

Técnico em Enfermagem: 1. Ética Profissional; 2. Conceito de saúde e doença; 3. Assistência de Enfermagem; conceito e objetivo; 4. Equipe de Enfermagem; 5. Tipos de unidade de saúde; Unidade do paciente; 6. Prevenção e controle de infecção hospitalar; Medidas de assepsia; higienização; desinfecção; anti-sepsia e esterilização; preparo de material para esterilização; 7. Segurança do paciente acamado; movimentação, tipos e objetivos; transporte, precauções e conforto; 8. Pesagem e mensuração; 10. Verificação de temperatura, pulso, respiração e tensão arterial; 11. Finalidades e cuidados na aplicação quente e fria no cateterismo; 12. Instilação e irrigação vesical na lavagem vaginal e nos puretivos; 13. Conduta e assistência imediata em casos de asfixia, hemorragia, vômito, fratura, lipotimia, convulsão, insolação, corpo estranho, picada de insetos e envenenamentos; 14. Administração de medicamentos por via oral e parenteral; 15. Preparo de drogas e soluções.

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

As provas objetivas para os cargos de nível superior completo serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital para cada cargo e consistirão em:

Língua Portuguesa com interpretação de texto; Conhecimentos Gerais; Conhecimentos Específicos;

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura e interpretação de textos descritivos, dissertativos, narrativos; gênero de textos; coesão textual; coerência textual; sinonímia, homonímia e paronímia; figuras de linguagem; vícios de linguagem. 2. Ortografia. 3. Acentuação gráfica e tônica; acentuação das oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; acento diferencial; acentuação dos hiatos; acentuação dos ditongos. 4. Morfologia: estrutura e formação de palavras, processos de formação de palavras; classes de palavras: verbo, substantivo, artigo, pronome, preposição, conjunção, adjetivo, advérbio, interjeição e numeral. 5. Sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado), termos integrantes da oração (objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva), termos acessórios da oração (aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial), termo independente (vocativo); orações coordenadas e orações subordinadas; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; uso da crase; pontuação. **Nova Ortografia:** mudanças no alfabeto, mudanças nas regras de acentuação, uso do hífen.

CONHECIMENTOS GERAIS

Historia Política e Econômica de Mato Grosso: 1. Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá, 1.1 Fundação de Cuiabá, 1.2 Idéias de administradores e primeiros desentendimentos, 1.3 Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; 1.4 Os Lemes; 1.5 Índios Paiaguás; 1.6. Fundação de Vila Bela; 1.7 Capitães-generais de 1748 a 1821; 1.8. Forte de Coimbra; 1.9 Mato Grosso no Primeiro Império; 1.10 A Rusga; 1.11 Os Alencastro 1.12 Mato Grosso na guerra do Paraguai; 1.13 Divisão do Estado.

Geografia de Mato Grosso: 1.1. Mato Grosso e a região Centro-Oeste; 1.2. Geopolítica de Mato Grosso; 1.3 Ocupação do território; 1.4 aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense; 1.5 Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso; 1.6 Dinâmica da população em Mato Grosso; 1. 7 Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense; 1.8 A economia do Estado no contexto nacional; 1.9 A urbanização do Estado; 1.10 Produção e as questões ambientais.

História do Município de ITIQUIRA: 1.1 Aspectos históricos e geográficos; 1.2 Aspectos econômicos e sociais; 1.3. Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; 1.4 Atualidades gerais político, econômico, social e ambiental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Médico PSF/HOSPITAL: *Aspectos clínicos, epidemiológicos, fisiopatologia e tratamento de: Insuficiência Cardíaca, Insuficiência Coronariana, Insuficiência Hepática, Insuficiência Renal Aguda e Crônica, Pneumonias, Doenças Pulmonares Obstrutivas (Asma, Bronquite Crônica, Enfisema Pulmonar), Síndrome do Desconforto Respiratório do Adulto, Diarréia Aguda e Crônica, Imunodeficiências primárias e adquiridas, Diagnóstico Diferencial e Abordagem do Paciente em Coma, Anemias, Distúrbios Somatoformes, Desnutrição no Adulto, Distúrbios da Hemostasia, Diagnóstico Diferencial das Artrites, Leucemias e Linfomas e suas complicações. Conhecimentos gerais de Medicina Legal. Suporte avançado em trauma. Suporte avançado em cardiologia; Doenças autoimunes (Lúpus Eritematoso Sistêmico, Artrite Reumatoide, Febre Reumática, Artrites Soronegativas), Distúrbios do Equilíbrio Ácido-Básico, Distúrbios Hidroeletrolíticos, Neoplasias Primárias e Metastáticas, Diabetes Mellitus e suas complicações agudas e crônicas, Síndrome do Hipo e Hipertireoidismo. Sistema Único de Saúde (SUS): Lei Federal 8.080/90 e 8.142/90; Política Nacional de Atenção Básica (Portaria 648/GM de 28/03/2006); Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão (Portaria nº 399/GM, de 22/02/2006, e Portaria nº 699/GM, de 30/03/2006); Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Portaria nº 154, de 24/01/2008, e suas alterações). Código de Ética Médica. Conteúdo Específico da Área de Atuação, com ênfase em condutas (diagnóstico e tratamento) das patologias mais prevalecentes.*

ITIQUIRA – MT, 19 de junho de 2015.

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 002/2015

ANEXO III – MODELOS DE DOCUMENTOS.

FORMULÁRIO DE PROCURAÇÃO

Eu (*nome completo*) _____, (*nacionalidade*)_____,

(*estado civil*) _____, (*profissão*) _____, nascido (a) em _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, residente na Rua/Av._____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____, Estado _____, CEP_____, Telefone nº _____, NOMEIO E CONSTITUO MEU BASTANTE PROCURADOR(A) o(a) senhor(a) (*nome completo*) _____, (*nacionalidade*) _____, (*estado civil*) _____, (*profissão*)_____, nascido(a) em _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, residente na Rua/Av._____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____ Estado _____, CEP_____, Telefone nº _____, para o fim específico de assinar o requerimento de inscrição no Processo Seletivo de ITIQUIRA – MT.

_____, _____ de _____ de 2015.

_____

Assinatura do(a) requerente

	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PREFEITURAMUNICIPALDE ITIQUIRA			
	FICHA DE INSCRIÇÃO SELETIVO 002/2015			
CARGO:				
DADOS PESSOAIS				
NOME:				
DATA DE NASCIMENTO	/ /	SEXO	M ( )	F ( )
RG Nº:	ÓRGÃO			UF
CPF:	NATURALIDADE:			UF
NOME MÃE				
NOME PAI				
ESTADO CIVIL		ESCOLARIDADE		
TELEFONE FIXO	( )	TELEFONE CELULAR		( )
EMAIL:				
PNE (deficiente) S ( ) N ( )				
DEFICIENCIA FISICA				
CID		DETALHE DA DEFICIENCIA		
ENDEREÇO				
COMPLEMENTO				
BAIRRO		CEP		
CIDADE		UF		
Itiquira-MT, __/__/_____		_____		
		Ciente do Candidato		

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO				
CARGO:				
DADOS PESSOAIS				
NOME:				
TELEFONE FIXO	( )	TELEFONE CELULAR		( )
EMAIL:				

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

_____, ___ de _____ de 2015.

À

Comissão do Processo Seletivo 002/2015

Prefeitura Municipal de Itiquira-MT

Ref: Recurso Administrativo – Processo Seletivo 002/2015.

( ) Inscrições.

( ) Gabarito Oficial.

( ) Resultado Prova Objetiva de Múltipla Escolha.

( ) Resultado Prova Prática.

( ) Resultado Prova de Títulos.

( ) Resultado Geral – classificação.

Prezados Senhores,

Eu, _____, candidato(a) ao cargo de _____, inscrição nº _____, do concurso público desta Prefeitura, venho através deste interpor o recurso**:**

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Atenciosamente,

_____

(assinatura candidato)

Formulário para Apresentação de Títulos À

Comissão do Processo Seletivo 002/2015

Prefeitura Municipal de Itiquira-MT

Solicito Contagem de pontos referente prova de títulos, tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Concurso Público, venho apresentar a esta Comissão, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme sub-item 5.2.1 do Edital.

01- Número de Documentos Entregues: _____

02- Nome de candidato: _____

03- N.º de Inscrição:_____

04- Cargo: _____

05- O candidato na entrega de títulos deverá efetuá-los em envelopes individuais fechados, subscritos da seguinte forma:

Referente: Documentos Títulos – Processo Seletivo 002/2015, Prefeitura Municipal de Itiquira-MT.

06- Os documentos enviados, **todos autenticados**, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao certame seletivo.

07- Tabela a ser preenchida pelo candidato.

ORDEM	TÍTULOS	CONDIÇÃO	PONTO
01	Especialização	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Especialização com **carga horária igual ou superior a 360 horas-aulas.**	
02	Mestrado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Mestrado.	
03	Doutorado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Doutorado.	

Pontuação solicitada pelo candidato: _____

Pontuação obtida após análise (não preencher este campo):_____

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

_____ , _____de _____de 2015

_____

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

1.Médico:

-Realizar atividades ambulatoriais e hospitalares nos níveis primário, secundário e terciário, visando a proteção, promoção e recuperação da saúde individual e coletiva;

-Colaborar na investigação epidemiológica;

-Participar do planejamento, execução e avaliação de planos, projetos, programas, pesquisas e diagnósticos do setor de saúde;

-Participar dos programas de capacitação e reciclagem de pessoal de níveis superior, médico e elementar que atuam no campo da assistência médica hospitalar.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

-Realizar consultas médicas, compreendendo análise, exame físico, solicitando exames complementares, quando for necessário;

-Fazer prescrição terapêutica adequada em clínica, cirurgia, pediatria, ginecologia e obstetrícia, psiquiatria e qualquer outras especialidades médicas conhecidas;

-Indicar internação e acompanhar pacientes hospitalizados, prescrevendo e/ou executando as ações terapêuticas indicadas em cada caso;

-Investigar casos de doenças de notificação compulsória, fazendo exame clinico, laboratorial e epidemiológico de paciente, avaliando-o com a equipe, para estabelecer o diagnóstico definitivo da doença;

-Participar da investigação epidemiológica de agravos inusitados, levando esclarecimento sobre a doença, diagnosticando a sua natureza, a fonte de proliferação e os meios de transmissão, para orientar sobre as medidas de prevenção e controle adequados;

-Analisar o comportamento das doenças, a partir da observação de dados clínicos, laboratoriais e epidemiológicos, analisando registros, dados complementares, investigações em campo e fazendo relatórios, para adoção de medidas de prevenção e controle;

-Participar do planejamento, execução e avaliação dos planos, projetos e programas do setor de saúde;

-Participar dos programas de capacitação e reciclagem do pessoal envolvido nos assuntos ligados à área de saúde;

-Participar do planejamento, execução e avaliação de campanhas de vacinação, segundo as necessidades e a divisão de trabalho de coordenação local;

-Desenvolver atividades de educação em saúde no serviço e na comunidade, através de grupos e/ou movimento da sociedade civil organizada, sobre temas e assuntos de interesses da população e considerados importantes para a saúde;

-Elaborar projetos e participar da execução, análise e avaliação de pesquisa e elaboração de trabalhos científicos, na área de saúde;

-Orientar servidores da classe anterior, quando for o caso, sobre as atividades que deverão ser desenvolvidas;

-Supervisionar, avaliar e emitir parecer sobre o credenciamento de clínicas, hospitais e laboratórios;

-Assessorar o superior para autorização de prorrogação de internações;

-Realizar visitas hospitalares diariamente, emitindo relatórios pertinentes;

-Revisar e liberar o ressarcimento de despesas médico-hospitalares, de acordo com as tabelas vigente;

-Revisar os procedimentos médicos nos processos de internação;

-Executar outras tarefas correlatas.**2.Professor - I a IV - Formação em Magistério:** Exercer atividades de planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do pessoal discente, relativas a Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano); Responsabilizar-se pelo bom andamento do trabalho dos alunos sob sua responsabilidade; Participar do planejamento curricular da Escola; Planejar suas atividades como regente de turma, visando a um bom desenvolvimento funcional; Acompanhar e avaliar o desempenho do aluno, propondo medidas para melhor rendimento e ajustamento do mesmo, em consonância com a Supervisão Escolar e a Orientação Educacional; Manter atualizado o material de registro de desempenho de aluno, obedecendo a normas e prazos estabelecidos; Utilizar as horas complementares em atividades pedagógicas inerentes à sua função de docente; Atender às determinações da Escola quanto à observância de horário e convocações; Manter-se em permanente atualização pedagógica, visando ao aperfeiçoamento profissional; Executar tarefas do mesmo grau de complexidade e responsabilidade a critério da chefia, Participar de todas as atividades propostas pela direção da escola.

4. Técnico em Enfermagem:

-Atividades de nível médio, de relativa complexidade, envolvendo a assistência complementar a clientes e o desenvolvimento de ações de enfermagem sob supervisão e orientação do enfermeiro.

-Participar da equipe de enfermagem;

-Auxiliar no atendimento à pacientes nas unidades hospitalares e de saúde pública, sob supervisão;

-Orientar e revisar o autocuidado do cliente, em relação à alimentação e higiene pessoal;

-Executar a higienização e preparação dos clientes para exames ou atos cirúrgicos;

-Cumprir as prescrições relativas aos clientes;

-Zelar pela limpeza, conservação e assepsia do material e do instrumental ;

-Executar e providenciar a esterilização de salas e do instrumento adequado às intervenções programadas;

-Observar e registrar sinais e sintomas e informar à chefia imediata, assim como o comportamento do cliente em relação à ingestão e excreção;

-Manter atualizado o prontuário dos pacientes;

-Verificar temperatura, pulso e respiração, registrar os resultados no prontuário;

-Ministrar medicamentos, aplicar imunizantes e fazer curativos;

-Aplicar injeções;

-Administrar soluções parenterais previstas;

-Alimentar, mediante sonda gástrica;

-Ministrar oxigênio por sonda nasal, com prescrição;

-Participar dos cuidados de clientes monitorizados, sob supervisão;

-Realizar sondagem visical, enema e outras técnicas similares sob supervisão;

-Orientar clientes a nível de ambulatório ou de internação, à respeito das prescrições de rotina;

-Fazer orientação sanitária de indivíduos, em unidades de saúde;

-Colaborar com os enfermeiros no treinamento do pessoal auxiliar;

-Colaborar com os enfermeiros nas atividades de promoção e progressão específica da saúde;

-Executar outras tarefas semelhantes.

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009 DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO GERAL

A Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, nos termos dos itens 9.7,9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 001/2015, visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando a avaliação das provas objetivas e praticas aplicadas no dia 07 de junho de 2015;

RESOLVE:

I – Divulgar a classificação geral dos candidatos regularmente inscritos no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015.

II – Informar aos candidatos interessados em interporem recursos relativos a classificação das provas objetivas que os mesmos poderão fazer nos dia 22 e 23 de junho de 2015. Os recursos deverão ser protocolizados no endereço: Prefeitura Municipal de ITIQUIRA,Praça Frei Liberato Keterrer, n.º 311, Bairro - Centro, ITIQUIRA/MT .

Itiquira-MT, 19 de junho de 2015.

.....

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 001/2015

ANEXO

	CARGO 01	**VAGAS 01**	**LOCAL**	**P/M**	**C/G**	**C/E**	**PRAT**	**M**	**TIT**	**MF**	**SIT**
Nº	**NOME**	**MÉDICO PSF/HOSPITAL**	**ITIQUIRA**								
1	ANAIDES CABRAL DE FREITAS	MÉDICO PSF/HOSPITAL	ITIQUIRA					-		-	AUS
	CARGO 01	**VAGAS**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**MÉDICO PSF/HOSPITAL**	**OURO BRANCO DO SUL**								
1	FERNANDO VICENTINI	MÉDICO PSF/HOSPITAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
	CARGO 02	**VAGAS 01**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**EDUCADOR FÍSICO**	**ITIQUIRA**								
1	SIDCLEI CORDEIRO DA SILVA	EDUCADOR FÍSICO	ITIQUIRA	5	7	7		6,33		6,33	APR
2	JOSE RESENDE DE ALMEIDA	EDUCADOR FÍSICO	ITIQUIRA	4	9	6		6,33		6,33	CLS
3	ALLYNE SANTANA SILVA	EDUCADOR FÍSICO	ITIQUIRA	7	5	6		6,00		6,00	CLS
4	ALEXANDRE NOBRE CASTELO BRANCO	EDUCADOR FÍSICO	ITIQUIRA	4	5	4		4,33		4,33	CLS
5	JAQUELINE DOS SANTOS	EDUCADOR FÍSICO	ITIQUIRA	5	7	3		5,00	0,25	5,25	REP
6	DAIANE TEODORA CAMPOS	EDUCADOR FÍSICO	ITIQUIRA	3	4	3		3,33		3,33	REP
7	GILBERTO VELASCO DE SOUZA	EDUCADOR FÍSICO	ITIQUIRA	3	2	5		3,33		3,33	REP
	CARGO 03	**VAGAS 01**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**NUTRICIONISTA**	**ITIQUIRA**								
1	GEOVANA BORGES RESENDE	NUTRICIONISTA	ITIQUIRA	4	5	4		4,33		4,33	APR
2	NALYGIA MARRANI ALVES	NUTRICIONISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
3	RAYSSA CARLA CARVALHO DE SOUZA	NUTRICIONISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
	CARGO 04	**VAGAS 10**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**	**ITIQUIRA**								
1	UARLA SAMA GALDINO BATISTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA	5	5	7		5,67		5,67	APR
2	ALEXANDRA APARECIDA NOGUEIRA MINELA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA	4	5	7		5,33		5,33	APR
3	EUGÊNIA GRACIA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA	4	7	5		5,33		5,33	APR
4	ROSALI FERNANDES FERREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA	4	6	5		5,00		5,00	APR
5	NEUZA PEREIRA CARDOSO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA	4	7	4		5,00		5,00	APR
6	CLABIANA SOUSA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA	4	4	4		4,00		4,00	APR
7	EDEMIR CARLOS CAMPOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA	1	6	7		4,67		4,67	REP
8	MEIRE REGINA RODRIGUES ARAGÃO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA								AUS
	CARGO 04	**VAGAS 5**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**TÉCNICO EM ENFERMANGEM**	**OURO BRANCO DO SUL**								
1	CLAUDIANA GARCIA DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	OURO BRANCO DO SUL	4	7	4		5,00		5,00	APR
2	VANDERLANE SOCORRO DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMANGEM	OURO BRANCO DO SUL	4	4	4		4,00		4,00	APR
3	JANICE MARIA NUNES CARDOZO	TÉCNICO EM ENFERMANGEM	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
4	RAYLINE DE SOUSA ALVES	TÉCNICO EM ENFERMANGEM	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS

5	LUZIANA GOMES DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMANGEM	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
6	ANDRÉIA ELIAS GUEDES	TÉCNICO EM ENFERMANGEM	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
7	MARCIA LUNELLI HEULE	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
	CARGO 05	**VAGAS 08**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA**	**ITIQUIRA**								
1	JOSENEIDE DA SILVA MARCELINO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	10	8	10	8	9,00		9,00	APR
2	BEATRIZ BATISTA DE MORAIS	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	8,75	8	10	9	8,94		8,94	APR
3	CLAYTA REGINA DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	8,75	10	10	6	8,69		8,69	APR
4	JESSICA CARVALHO DE MORAIS	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	10	10	10	4	8,50		8,50	APR
5	NAIARA MARIA CURSINO DE SOUZA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	8,75	10	10	5	8,44		8,44	APR
6	CATIANE CARVALHO MORAES	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	8,75	8	10	7	8,44		8,44	APR
7	MARIA DO NASCIMENTO SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	7,5	10	8	8	8,38		8,38	APR
8	CLEIDIANE DE SOUZA DIAS	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	10	8	10	5	8,25		8,25	APR
9	PATRICIA SOUZA SANTOS	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	10	8	10	5	8,25		8,25	CLS
10	MARIA APARECIDA BARBOSA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	8,75	10	10	4	8,19		8,19	CLS
11	NEUZA PEREIRA RODRIGUES	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	8,75	8	10	6	8,19		8,19	CLS
12	EDINA ALVES DE SOUZA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	10	8	8	6	8,00		8,00	CLS
13	CARINA AUGUSTO DOS SANTOS	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	8,75	8	10	5	7,94		7,94	CLS
14	FABIANA DE SOUZA DELGADO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	10	6	10	5	7,75		7,75	CLS
15	ANA PAULA PEREIRA DE SOUZA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	10	8	5	8	7,75		7,75	CLS
16	JUNICE MARIA LOBO BARBOZA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	10	8	8	4	7,50		7,50	CLS
17	MARIA ALAIDE SANTOS DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	6,25	8	6	9	7,31		7,31	CLS
18	MARIA LUCIA DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	8,75	8	8	4	7,19		7,19	CLS
19	MARIA DE LOURDES DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	8,75	6	8	6	7,19		7,19	CLS
20	DAIANE VIEIRA BATISTA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	8,75	6	8	6	7,19		7,19	CLS
21	NALMA ORTIZ DE CASTRO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	7,5	8	8	5	7,13		7,13	CLS
22	HELEN JANE VIEIRA FERNANDES	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	10	8	5	5	7,00		7,00	CLS
23	CREUNICE OLIMPIO SANTANA DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	3,75	8	10	4	6,44		6,44	CLS
24	ANGEL CAROLINA RAITZ LENDENGUES	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	8,75	4	6	7	6,44		6,44	CLS
25	PATRICIA PEREIRA VITORIANO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	7,5	4	10	4	6,38		6,38	CLS
26	SIMONE BARBOSA DOS SANTOS	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	6,25	8	4	6	6,06		6,06	CLS
27	MARIS - LUCIA RODRIGUES BARBOSA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	3,75	8	8	4	5,94		5,94	CLS
28	CLEIDIANA FERREIRA DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	3,75	6	8	5	5,69		5,69	CLS
29	CLAUDETE RODRIGUES DA SILVA PACHECO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	6,25	8	10	0	6,06		6,06	REP
30	TEREZA CRISTINA DOS SANTOS SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	10	6	2	9	6,75		6,75	REP
31	IRANILDE DA CONCEIÇÃO CRUZ	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	5	2	10	4	5,25		5,25	REP
32	ELIENE OLIMPIO SANTANA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	7,5	4	4	3	4,63		4,63	REP
33	CINTHIA CARLA AQUINO COELHO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	3,75	2	8	4	4,44		4,44	REP
34	ADRIANA NEVES GERVAZIO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	5	0	4	8	4,25		4,25	REP
35	MARIA KEYLA DA SILVA SANTOS	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	2,75	4	6	4	4,19		4,19	REP
36	MARIA CICERA BARBOSA DOS SANTOS	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	2,5	0	10	4	4,13		4,13	REP
37	JOSEVANIA CARDOSO DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	5	4	2	4	3,75		3,75	REP
38	ZELIA DOS SANTOS CARVALHO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	5	6	0	4	3,75		3,75	REP
39	MARIA EUZIANE NERES DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	6,25	2	4		3,06		3,06	REP

40	NELSON ALVES DOS SANTOS	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	1	2	2	4	2,25		2,25	REP
41	NEUZA FRANCISCA ALVINO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA	0	0	0		-		-	REP
42	MARCIA ADRIANA DA SOUZA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
43	ALICE MARLI LUNKES	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
44	BRUNO FRANCISCO DE LIMA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
45	CRISTIANA FERNANDES TARLEI	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
46	DAMIANA DA SOUZA SOARES	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
47	DEJANIRA PEREIRA DE SOUZA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
48	DORALICE MAGALHÃES SANTOS	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
49	EDIVANIA VIEIRA DE CARVALHO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
50	EDVANIA ALVES DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
51	ELIELMA CRUZ DE CARVALHO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
52	ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
53	ELZANIRA FRANCISCA DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
54	FABIELLEN LIMA SANTANA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
55	FATIMA REGINA ANDRADE	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
56	GABRIELA DA SILVA OLIVEIRA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
57	JULIANA FELIPE DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
58	KAREN MARIANA VILA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
59	LUCIANE ALVES DE MELO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
60	LUCINETE DA SILVA MELO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
61	MARIA APARECIDA TORRES CONCEIÇÃO VILELA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
62	MARIA DA LUZ DA ROCHA SANTOS	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
63	ROSALINA FERREIRA DE SOUZA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
64	SAMARA COELHO AFONSO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	ITIQUIRA					-		-	AUS
	CARGO 05	**VAGAS 06**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA**	**OURO BRANCO DO SUL**								
1	ADRIANA GONÇALVES DA CRUZ RIBEIRO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL	10	4	4	9	6,75		6,75	APR
2	ROSINEYDE ALVES COUTINHO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL	10	4	4	8	6,50		6,50	APR
3	LILIAN SILVA SOUZA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL	7,5	6	4	6	5,88		5,88	APR
4	MARIA SELMA PEREIRA DOS SANTOS	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL	4	4	6	4	4,50		4,50	APR
5	MARIA CONCEIÇÃO PEREIRA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL	4	4	4	4	4,00		4,00	APR
6	LEIDE JANE TEIXEIRA DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL	10	8	0	6	6,00		6,00	REP
7	KEREN HAPUQUEM DOS SANTOS LUZ	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL	10	8	0	5	5,75		5,75	REP
8	ANA MARIA DE FREITAS DA COSTA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL	10	8	2	3	5,75		5,75	REP
9	SIMONE DE JESUS PAIXÃO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL	6,25	8	4	0	4,56		4,56	REP
10	FATIMA DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL	10	4	0	4	4,50		4,50	REP
11	MARIA APARECIDA DE JESUS SANTOS	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL	5	4	0	4	3,25		3,25	REP
12	CICERA PAULA DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
13	FERNANDA SANTANA DOS SANTOS	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
14	ROSANGELA DE ALVIM LIMA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
15	ELIENE DOS SANTOS LIMA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
16	LUZIA CONCEIÇÃOCARVALHO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
17	ELIETE PEREIRA DOS SANTOS	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS

18	ANNE KAROLINE ALVES CORRÊA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
19	CRISTIANA FERNANDES DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
20	SIRENE DOS SANTOS LIMA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
21	ANA LUCIA PEREIRA DO ROZARIO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
22	HEVELING DE OLIVEIRA SOUZA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
	CARGO 06	**VAGAS 08**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**COLETOR DE LIXO**	**ITIQUIRA**								
1	JURANEZ ALCANTARA DA MOTA JUNIOR	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA	8,75	6	8	9	7,94		7,94	APR
2	LAUDINEIA INOCENCIA DOS SANTOS	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA	7,5	8	10	5	7,63		7,63	APR
3	EMERSON MORALES VARGAS DE SOUZA	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA	7,5	8	6	9	7,63		7,63	APR
4	EUCLIDES VICENTE SANTOS	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA	4	4	8	6	5,50		5,50	APR
5	RONAIR NUNES DA SILVA	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA	4	4	4	4	4,00		4,00	APR
6	THAISA DE ARAÚJO ABREU	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA	6,25	2	0		2,06		2,06	REP
7	MARIA JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA	1	4	0		1,25		1,25	REP
8	DAVI DOS SANTOS FERREIRA	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA					-		-	AUS
9	DINAIR ALVES DOS SANTOS	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA					-		-	AUS
10	FRANCISCA MARIA FIGUEIREDO VIEIRA	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA					-		-	AUS
11	GERALDO FRANCISCO DA SILVA	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA					-		-	AUS
12	JOÃO PAULO TEODORO BRITO	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA					-		-	AUS
13	MARIA DE OLIVEIRA	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA	0	0	0		-		-	REP
14	ODIRLEI ALVES LIMA	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA					-		-	AUS
15	SARA CRISTINA FERNANDES DA CONCEIÇÃO	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA					-		-	AUS
16	SARTONINO BISPO DO NASCIMENTO	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA					-		-	AUS
17	THALLISSON KALINOVSKI GOMES	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA					-		-	AUS
18	VALDECI DE SOUZA COSTA	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA					-		-	AUS
19	VITOR FERREIRA TEODORO	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA					-		-	AUS
20	WELIDO PEREIRA DE SOUZA	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA					-		-	AUS
	CARGO 06	**VAGAS 06**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**COLETOR DE LIXO**	**OURO BRANCO DO SUL**								
1	CLEONICE EVANGELISTA MARANHÃO	COLETOR DE LIXO	OURO BRANCO DO SUL	8,75	8	8	4	7,19		7,19	APR
2	FRANCISCO ALVES DE BRITO	COLETOR DE LIXO	OURO BRANCO DO SUL	5	6	10	9	7,50		7,50	APR
3	MARION KASSIO DE OLIVEIRA	COLETOR DE LIXO	OURO BRANCO DO SUL	5	4	4	9	5,50		5,50	APR
4	MARCOS ANTONIO SANTOS SILVA	COLETOR DE LIXO	OURO BRANCO DO SUL	0	0	0	2	0,50		0,50	REP
5	JULIANO AD COSTA ALVES	COLETOR DE LIXO	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
6	JUNIOR MOLIZINI	COLETOR DE LIXO	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
7	HELENO DE SOUZA DA SILVA LIMA	COLETOR DE LIXO	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
8	CICERO ANTONIO ALVES	COLETOR DE LIXO	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
	CARGO 07	**VAGAS 04**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**JARDINEIRO**	**ITIQUIRA**								
1	CLEIDEMAR CAMPOS CARVALHO	JARDINEIRO	ITIQUIRA	10	10	8		9,33		9,33	APR
2	GLAUCIA REGINA DE JESUS ARAUJO	JARDINEIRO	ITIQUIRA	10	10	8		9,33		9,33	APR
3	LORRAINY SOARES FRAGA	JARDINEIRO	ITIQUIRA	8,75	8	10		8,92		8,92	APR
4	JEFERSON TALES BATISTA DA SILVA	JARDINEIRO	ITIQUIRA	8,75	10	8		8,92		8,92	APR
5	ZIRLEI MORENO	JARDINEIRO	ITIQUIRA	10	6	10		8,67		8,67	CLS
6	CLEMENTINA DA SILVA SOUZA CAMPOS	JARDINEIRO	ITIQUIRA	10	10	6		8,67		8,67	CLS
7	ROSILENE BATISTA MONGE	JARDINEIRO	ITIQUIRA	6,25	8	10		8,08		8,08	CLS
8	LUZIA GARCIA CAMPOS	JARDINEIRO	ITIQUIRA	10	6	8		8,00		8,00	CLS
9	ZELIMAR BORGES DE LIMA DOS SANTOS	JARDINEIRO	ITIQUIRA	10	10	4		8,00		8,00	CLS
10	JOELMA RODRIGUES DA SILVA	JARDINEIRO	ITIQUIRA	10	10	4		8,00		8,00	CLS
11	LIDIANE APARECIDA MARTINS GUIMARAES	JARDINEIRO	ITIQUIRA	10	10	4		8,00		8,00	CLS
12	ROSANGELA BATISTA DOS SANTOS	JARDINEIRO	ITIQUIRA	8,75	6	8		7,58		7,58	CLS
13	JUCÉLIA ILÁRIO MARIANO	JARDINEIRO	ITIQUIRA	8,75	8	6		7,58		7,58	CLS
14	TATIANA OLIVEIRA DE LIMA	JARDINEIRO	ITIQUIRA	8,75	10	4		7,58		7,58	CLS
15	RAFAELA PEREIRA CHAGAS	JARDINEIRO	ITIQUIRA	10	6	6		7,33		7,33	CLS
16	FERNANDA RODRIGUES DA SILVA	JARDINEIRO	ITIQUIRA	7,5	6	8		7,17		7,17	CLS
17	MARIA NATIVIDADE DE QUEIROZ	JARDINEIRO	ITIQUIRA	7,5	10	4		7,17		7,17	CLS
18	ELMA GRACIA ESTEVES	JARDINEIRO	ITIQUIRA	7,5	6	6		6,50		6,50	CLS
19	ROSILDA PEREIRA DE JESUS	JARDINEIRO	ITIQUIRA	8,75	6	4		6,25		6,25	CLS
20	RAYANE NASCIMENTO DE MORAES	JARDINEIRO	ITIQUIRA	7,5	6	4		5,83		5,83	CLS
21	JOSIANE MARIA DA SILVA	JARDINEIRO	ITIQUIRA	3,75	8	4		5,25		5,25	CLS

22	MARIA ROSA DA SILVA GONZALEZ	JARDINEIRO	ITIQUIRA	5	4	4		4,33		4,33	CLS
23	JOSIMAR RODRIGUES SILVA SANTOS	JARDINEIRO	ITIQUIRA	5	4	4		4,33		4,33	CLS
26	ADEMILSON PAES DE CAMPOS	JARDINEIRO	ITIQUIRA	7,5	10	2		6,50		6,50	REP
27	ALEXSANDRO GONÇALVES	JARDINEIRO	ITIQUIRA	8,75	2	8		6,25		6,25	REP
28	DAIANA RODRIGUES ARAGÃO	JARDINEIRO	ITIQUIRA	8,75	4	2		4,92		4,92	REP
29	MARIA IVANILDA RODRIGUES DA SILVA	JARDINEIRO	ITIQUIRA	5	2	6		4,33		4,33	REP
30	ADRIANA BATISTA DA SILVA	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
31	ADRIELLE DA SILVA BIOTO	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
32	ANA CRISTINA BOTELHO	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
33	ANDRÉIA PEREIRA DE ALENCAR	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
34	CLEYTON EMILIANO BATISTA LIMA	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
35	DENEVALDO PEREIRA DA SILVA	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
36	DIANA SANTOS XAVIER	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
37	DOMINGAS DA CONCEIÇÃO	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
38	DOUGLAS ALVES DE SOUZA	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
39	EDINA FABIANA DE MEDEIROS	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
40	IOLANDA SILVA DE ANDRADES RODRIGUES	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
41	IVONETE GAMARRA DE OLIVEIRA	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
42	IVONETE XERES GONÇALVES	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
43	LUZIMAR PEREIRA DEMELAS	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
44	MANOEL DA SILVA RODRIGUES	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
45	MARIA APARECIDA TEODORO DE CARVALHO	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
46	MARIA ZELIA MARTINS DO NASCIMENTO	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
47	MARLENE DA SILVA SANTANA	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
48	NEUZIENE DA SILVA BRITO	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
49	PATRICIA ROCHA DA SILVA	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
50	RONAILDA CABRAL DA COSTA	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
51	ROSA MARIA CABRAL DE SOUZA	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
52	ROSE APARECIDA BOESE GOMES	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
53	SÂMARA ROSA DAMASCENO	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
54	TATIELY JOSÉ DE JESUS MEIRE	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
55	TAYSSA PERCILIA CAMPOS	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
56	TEREZINHA DE QUEIROZ OLIVEIRA	JARDINEIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
	CARGO 07	**VAGAS 06**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**JARDINEIRO**	**OURO BRANCO DO SUL**								
1	VALDIVINO RODRIGUES DO PRADO	JARDINEIRO	OURO BRANCO DO SUL	10	10	6		8,67		8,67	APR
2	FABIANA SILVA DOS SANTOS	JARDINEIRO	OURO BRANCO DO SUL	10	8	6		8,00		8,00	APR
3	CINTIA RODRIGUES DA SILVA	JARDINEIRO	OURO BRANCO DO SUL	10	10	4		8,00		8,00	APR
4	MARIA DE FÁTIMA COSTA MAGALHÃES	JARDINEIRO	OURO BRANCO DO SUL	10	6	6		7,33		7,33	APR
5	ERICA MARTINS DOS SANTOS	JARDINEIRO	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
6	RAFAEL SALOMÃO DE REZENDE	JARDINEIRO	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
7	IVONETE JOSÉ DOS SANTOS MARTINS	JARDINEIRO	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
	CARGO 08	**VAGAS 07**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**MOTORISTA**	**ITIQUIRA**								
1	JONIEL DA SILVA OLIVEIRA	MOTORISTA	ITIQUIRA	8,75	10	10	8	9,19		9,19	APR
2	JEFERSON ALVES DE ALMEIDA	MOTORISTA	ITIQUIRA	8,75	10	8	8	8,69		8,69	APR
3	VITOR DURAN SECOTTI	MOTORISTA	ITIQUIRA	10	10	6	8	8,50		8,50	APR
4	DANILO PEREIRA CAMPOS	MOTORISTA	ITIQUIRA	7,5	10	8	8	8,38		8,38	APR
5	ALESSANDRA DE ALMEIDA FREIRE	MOTORISTA	ITIQUIRA	8,75	8	8	8	8,19		8,19	APR
6	WANDERLEY OLIVEIRA COSTA	MOTORISTA	ITIQUIRA	7,5	8	8	8	7,88		7,88	APR
7	TIAGO TEIXEIRA CAMPOS	MOTORISTA	ITIQUIRA	7,5	8	8	8	7,88		7,88	APR
8	JOCEMAR DA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA	8,75	6	8	8	7,69		7,69	CLS
9	ENIVALDO DA SILVA PANIAGO	MOTORISTA	ITIQUIRA	8,75	10	4	8	7,69		7,69	CLS
10	WALMIR DE OLIVEIRA CABRAL	MOTORISTA	ITIQUIRA	10	8	4	8	7,50		7,50	CLS
11	VANDERLEY CAMPOS MOTA	MOTORISTA	ITIQUIRA	8,75	8	4	8	7,19		7,19	CLS
12	CARLOS HENRIQUE DE SOUZA	MOTORISTA	ITIQUIRA	5	6	4	8	5,75		5,75	CLS
14	NICANOR DAVID RODRIGUES	MOTORISTA	ITIQUIRA	5	8	6		4,75		4,75	CLS
15	ALEX DORNEL DE CARVALHO	MOTORISTA	ITIQUIRA	10	4	4		4,50		4,50	CLS
16	CLEITON ALEX REVERSE	MOTORISTA	ITIQUIRA	7,5	6	4		4,38		4,38	CLS
13	EMILIO PEREIRA DA COSTA	MOTORISTA	ITIQUIRA	3,75	2	8	8	5,44		5,44	REP
17	DEUSDETE BARBOSA BRITO	MOTORISTA	ITIQUIRA	0	2	2	7	2,75		2,75	REP
18	REINALDO MACIEL GRACIA	MOTORISTA	ITIQUIRA	1	0	0		0,25		0,25	REP
19	ADAUTO DE SOUZA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
20	ALEXANDER TEIXEIRA NOGUEIRA	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
21	CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA ROCHA	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS

22	EDMUNDO DIONISIO INACIO NETO	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
23	ERONDINO DE OLIVEIRA	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
24	FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES DE SOUSA	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
25	LAUDELINO SOARES GARCÊS FILHO	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
26	LEANDRO MARTINS HONORIO	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
27	LUCENILDO FERNANDES DE ANICEZIO	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
28	MAURO PEREIRA CUNHA	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
29	OLIMPIO TEODORO VELASCO	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
30	ROBERTO CUSTODIO DA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
31	SAMMIA DANIELLEN BERNARDES	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
32	VALDEIR JOSÉ JOAQUIM	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
33	VALMIR AIMI	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
34	VANIMARCIO BORGES REZENDE	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
35	WELLYNGTON OLIVEIRA SANTOS	MOTORISTA	ITIQUIRA					-		-	AUS
	CARGO 08	**VAGAS 07**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**MOTORISTA**	**OURO BRANCO DO SUL**								
1	JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS JOAQUIM	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	10	8	8	8	8,50		8,50	APR
2	LUCIMEIRE RODRIGUES	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	10	6	10	8	8,50		8,50	APR
3	CICERO ROBERTO MOREIRA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	10	10	6	8	8,50		8,50	APR
4	EMERSON DA GAMA LEITE	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	10	6	8	8	8,00		8,00	APR
5	MARIA DO CARMO ROBERTO	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	7,5	6	10	8	7,88		7,88	APR
6	VANIA DA ROCHA DE MELO	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	10	8	4	8	7,50		7,50	APR
7	GEONE MORAIS CARVALHO	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	10	8	4	8	7,50		7,50	APR
8	RONIVALDO DA SILVA NEVES	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	8,75	6	4	8	6,69		6,69	CLS
9	AMIRTES DE OLIVEIRA SILVA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
10	EDSON MARQUES DE SOUZA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
11	EDNELSON NUNES DE OLIVEIRA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
12	CLAUDINEI NATAL SILVA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
13	MAURO CUSTODIO DE SOUZA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
14	ILDO CHAMA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
15	JOSÉ BISPO DE OLIVEIRA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
16	CLAUDIO DE FREITAS RODRIGUES	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
17	HELIO DE OLIVEIRA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
18	VALDEIR ALEXANDRE DOS SANTOS	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
19	IVANILDO MANOEL DA SILVA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
20	FLAVIO BATISTA DE MORAES	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
21	MARCY APARECIDA MIRANDA AYLA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
22	JOSÉ AMADEU GARCIA CRUZ	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
23	NEUCY PEREIRA DE JESUS	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
24	JOSÉ JÚNIOR MEDEIROS DA SILVA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
	CARGO 09	**VAGAS 06**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**PEDREIRO**	**ITIQUIRA**								
1	HIRENO SOARES	PEDREIRO	ITIQUIRA	4	10	10		8,00		8,00	APR
2	CICERO SEVERINO DOS SANTOS	PEDREIRO	ITIQUIRA	8,75	4	8		6,92		6,92	APR
3	JOSE PINHEIRO DA SILVA	PEDREIRO	ITIQUIRA	4	8	8		6,67		6,67	APR
4	AMILTON ELOIR FELIZ	PEDREIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
5	CARLOS CARDOSO DA SILVA	PEDREIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
6	CICERO JERONIMO	PEDREIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
7	CLECI GONÇALVES	PEDREIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
8	DAVID BATISTA DA SILVEIRA	PEDREIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
9	DIEGO FERREIRA BENITEZ	PEDREIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
10	ELIZEU PEREIRA DOS SANTOS	PEDREIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
11	JESUS SEVERINO	PEDREIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
12	JOBE REZENDE DE MENDONÇA	PEDREIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
13	OTAIDES SOUZAA DA SILVA	PEDREIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS

	CARGO 09	VAGAS 06	LOCAL								
Nº	NOME	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL								
1	JOÃO BATISTA EVARISTO DA SILVA	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL	6,25	8	6		6,75		6,75	APR
2	JOSÉ EVANDRO ALVES VIEIRA	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL	5	8	4		5,67		5,67	APR
3	SAMUEL BRÁS RIBEIRO	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL	5	4	6		5,00		5,00	APR
4	ERIVALDO LOPES TRINDADE	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL	0	0	0		-		-	REP
5	MIGUEL DE AMORIM	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
	CARGO 10	VAGAS 06	LOCAL								
Nº	NOME	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA								
1	MARCELO SANTOS QUEIROZ	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA	8,75	8	4		6,92		6,92	APR
2	DARLEY BARBOSA DE OLIVEIRA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
3	MAYKON DE SOUZA RIBEIRO DA SILVA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
4	REGINALDO LUNKES ARAÚJO	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA					-		-	AUS
	CARGO 10	VAGAS 06	2								
Nº	NOME	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL								
1	SEBASTIÃO DA SILVA ARAUJO	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL	7,5	8	4		6,50		6,50	REP
2	ROGESMAR PLENS DA SILVA	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
	CARGO 11	VAGAS 02	LOCAL								
Nº	NOME	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA								
1	PEDRO CAMPOS NETO	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	8,75	10	8	10	9,19		9,19	APR
2	GEINIVALDO FRAGA SOARES	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	8,75	10	10	7,5	9,06		9,06	APR
3	JOANILDO TUNES SANTOS JUNIOR	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	8,75	10	10	7	8,94		8,94	CLS
4	ADEMILSON BORGES CAMPOS	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	7,5	8	8	10	8,38		8,38	CLS
5	EMIR GRACIA ESTEVES	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	8,75	8	6	7	7,44		7,44	CLS
6	CELSO FRANCISCO ALVINO	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	5	6	4	10	6,25		6,25	CLS
7	PEDRO ALBERTO MESTRE JUNIOR	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	7,5	6	4	7	6,13		6,13	CLS
8	CICERO LUIZ DA SILVA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	3,75	8	6	6	5,94		5,94	CLS
9	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	3,75	4	4	6	4,44		4,44	CLS
10	BRUNO SAMPAIO DA ROCHA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	10	8	10	3,5	7,88		7,88	REP
11	WELLIGTON JOSE DE OLIVEIRA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	10	8	10	3,5	7,88		7,88	REP
12	EDSON BOESE GOMES	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	8,75	10	0	8	6,69		6,69	REP
13	ÉLZIO COSTA RODRIGUES	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	10	4	8	0	5,50		5,50	REP
14	IGOR ALMEIDA DOS SANTOS	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	8,75	8	2	3	5,44		5,44	REP
15	MARCELO CAVALCANTE DA SILVA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	6,25	8	2	4	5,06		5,06	REP
16	DEVAIR PEREIRA DOS SANTOS	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	7,5	4	6	0	4,38		4,38	REP
17	JOSEMAR MARQUES MACHADO	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	7,5	4	0	4,5	4,00		4,00	REP
18	ARIELA DE LAMARE MENDES	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	8,75	6	0	0	3,69		3,69	REP
19	JOÃO COIMBRA FURTADO	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	5	0	2	7,5	3,63		3,63	REP
20	ADILSON ALVES DE OLIVEIRA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
21	ALESSANDRO GOMES ALVES	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
22	ALEX LISBOA DA SILVA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
23	CLEBER ELIAS PIRES	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
24	DANIEL FERREIRA ALVES ORTIZ	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
25	DANRLEI DE ASSIS FERREIRA SANTOS	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
26	DARIO GOMES NETO	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
27	EDMILSON DA SILVA OLIVEIRA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
28	ERALDO DA SILVA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
29	ERNANDO MACHADO BRITO	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
30	JERFFESON LENDEU BRAZ DE OLIVEIRA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
31	JESIEL CUSTODIO PEREIRA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
32	JOABE DE MELO ROSAL	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
33	LEANDRO SOUZA MACHADO	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
34	LUZIANO VIEIRA BATISTA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
35	MARCOS ROBERTO DE SOUZA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
36	ORLEANE NERES DA SILVA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
37	PAULO CESAR DOS SANTOS FERREIRA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
38	RENATO DA SILVA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
39	ROBISNEY FURTADO DA SILVA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
40	ROBSON GOMES SANTIAGO	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
41	RODRIGO SILVA GARCIA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
42	THIAGO PEREIRA FRANÇA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
43	TOBIAS GABRIEL BORGES CAMPOS	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
44	VALDIR CREPALDE LOPES	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
45	WELLINGTON MOREIRA DA SILVA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA					-		-	AUS
	CARGO 11	VAGAS 01	LOCAL								
Nº	NOME	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	OURO BRANCO DO SUL								

1	AGRIPINO CORREA DA SILVA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	OURO BRANCO DO SUL	5	4	6	8	5,75		5,75	APR
2	ADALI ECHEVERRIA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	OURO BRANCO DO SUL	6,25	4	4	8	5,56		5,56	CLS
3	ORLENI NONATO QUEIROZ	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
4	HEBERTON DOS SANTOS MARTINS	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
5	EDENILSON MARTINS	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
6	RONILSON MARTINS	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
7	FIDELCLEYTON DA SILVA SANTOS	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
8	JOÃO DE SOUZA FLORES	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
9	RAFAEL ROBERTO RODRIGUES	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
10	JODOÉ MAURICIO NUNES	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
SALA 12			**TOTAL 28**								
	CARGO 12	**VAGAS 02**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL**	**ITIQUIRA**								
1	CLEBIS DO ESPIRITO SANTO ROCHA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	ITIQUIRA	8,75	6	10		8,25		8,25	APR
2	LEIDIANE CRISTINA SCHAFFER	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	ITIQUIRA	7,5	4	6		5,83		5,83	APR
3	MARIZETH DIAS SOUZA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	ITIQUIRA	7,5	4	6		5,83		5,83	CLS
4	CAROLINE RAMOS DA SILVA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	ITIQUIRA	1	6	6		4,33		4,33	REP
5	JOSICLEIDE GOMES DE LIMA SANTOS	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	ITIQUIRA					-		-	AUS
6	LUCELIA PEIXOTO LIRA RUFINO	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	ITIQUIRA					-		-	AUS
7	RENATA DE SOUZA DE ALMEIDA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	ITIQUIRA					-		-	AUS
	CARGO 12	**VAGAS 02**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL**	**OURO BRANCO DO SUL**								
1	ROSANGELA APARECIDA VIEIRA CESCON	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL	3,75	8	8		6,58		6,58	APR
2	LUANA MARANHÃO DE SOUZA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL	7,5	6	4		5,83		5,83	APR
3	MARINA DE SOUZA RIBEIRO	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL	2,5	6	6		4,83		4,83	REP
4	CRISLAYNE BARBOSA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL	6,25	2	4		4,08		4,08	REP
5	MARIA ILDA PEREIRA SILVA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL	3,75	2	4		3,25		3,25	REP
6	VITORIA CABRIOTI	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
7	BRUNA NATIELLI BORDIN GOBETTI	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
8	JAQUELINE NOVAES SILVA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
9	MARIA APARECIDA F. DA SILVA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
10	AMANDA NUNES ALVES	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
11	FRANCIELLY ROCHA DIAS	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
12	MIRIAN DE SOUZA FLORES	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
13	CRISTIANE DE SOUZA FLORE	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
14	MICHELLE RODRIGUES DUARTE	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
15	TAMIRES ALMEIDA SILVA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
16	BIANCA PEDRINA RODRIGUES DOS SANTOS	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
17	ELIEGE DA SILVA MELO	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
18	VALDERLANE DA SILVA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
19	ACLESIANA DE SOUZA SANTOS	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
20	ISRAEL MARTINS DE MORAES	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
21	LUCINEIA PEREIRA DA SILVA BATISTA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	OURO BRANCO DO SUL					-		-	AUS
SALA 13			**TOTAL 22**								
	CARGO 13	**VAGAS 01**	**LOCAL**								
Nº	**NOME**	**ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO**	**ITIQUIRA**								
1	JOSÉ NAZIAN BRAGA SOUZA	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA	8,75	6	8	10	8,19		8,19	APR
2	EWERTON TAFFAREL DE SOUZA SILVA	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA	8,75	6	8	10	8,19		8,19	CLS
3	DORIVAN SOUSA GOMES	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA	6,25	4	6	8	6,06		6,06	CLS

3	HERIKSEN BADUE DA SILVA TORRES	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA	8,75	4	6	5	5,94		5,94	CLS
4	VALTER NOBRE CASTELO BRANCO NETO	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA	8,75	2	10	3,5	6,06		6,06	REP
5	MARCOS DIEGO TEIXEIRA CAMPOS	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA	6,25	6	8	3,5	5,94		5,94	REP
6	ALEX SILVA LINS	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA	7,5	2	8	3,5	5,25		5,25	REP
7	ROBERT DIEGO TURATTI	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA	5	4	10	0	4,75		4,75	REP
8	JEAN PIERRE MORAIS ARRUDA	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA	7,5	2	4	5	4,63		4,63	REP
10	ADEMIR SURIANO DE OLIVEIRA	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA					-		-	AUS
11	ALOIZIO MAGNO FISCHER LOPES	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA					-		-	AUS
12	ANSELMO NUNES DUARTE	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA					-		-	AUS
13	CARLOS HENRIQUE A. DA SILVA DELGUINGARO	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA					-		-	AUS
14	DERMIVAL FELIZARDO DE ALENCAR	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA					-		-	AUS
15	DOMINGOS NERES DA SILVA	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA					-		-	AUS
16	ERIALDO MACEDO DO NASCIMENTO	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA					-		-	AUS
17	FABIO DOS SANTOS CARDOSO	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA					-		-	AUS
18	JOÃO PAULO MACHADO SILVA	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA					-		-	AUS
19	JOSEMAR RODRIGUES MENDES	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA					-		-	AUS
20	KELVYN APARECIDO MORENO DOS SANTOS	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA					-		-	AUS
21	LUIS ALBERTO DOS SANTOS	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA					-		-	AUS
22	SIDNEY GONÇALVES DOS SANTOS	ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	ITIQUIRA					-		-	AUS

Legenda :

P=PORTUGUÊS

C/G=CONHECIMENTOS GERAIS

C/E=CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

PRAT= PROVA PRATICA

TIT= PROVA DE TITULO

M=MÉDIA

MF= MÉDIA FINAL

APR= APROVADO

CLS=CLASSIFICADO

REP=REPROVADO

AUS=AUSENTE

PORTARIA N° 115, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

"Institui a COMISSÃO ORGANIZADORA E AVALIADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de pessoal em caráter temporário e de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, nas condições e prazos previstos nesta Lei;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº. 888 de 08 de abril de 2015 que autoriza o Poder Executivo Municipal para proceder à contratação de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade da instituição da *comissão organizadora do processo seletivo simplificado para contratação de pessoal por tempo determinado*, objetivando o preenchimento das vagas que se encontram abertas conforme a lei supracitada, e em cumprimento à legislação;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica instituída a nova *COMISSÃO ORGANIZADORA E AVALIADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO* para o processo seletivo de 2015, composta pelos seguintes membros:

ANA MARIA MORAES E SOUZA Matrícula : 425 Coordenadora de Administração CPF/MF: 107.734.361-20 Presidente

JAIRO ANDRÉ BOTH SILVEIRA

Matricula: 6861

Médico

CPF/MF: 756.566.719-68

Membro

MONICA ELIZA GOBBI Matrícula: 695 Agente Administrativo CPF/MF: 019.401.911-06 Membro

Art. 2º. Caberá a *Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, para Contratação de Pessoal por Tempo Determinado* todos os atos para o normal processamento até o resultado classificatório final do Processo Seletivo para contratação dos aprovados constante no Edital especifico a ser publicado.

Parágrafo único: Os membros da *Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, para Contratação de Pessoal por Tempo Determinado* de que trata o *caput* deste artigo responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 10 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 053/2015

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através de Pregoeira designada, torna se público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **Pregão n.º. 053/2015** foram vencedoras às empresas, *SELMA MARIS MONARI - ME* ao valor global de R$ 133.600,00 (cento e trinta e três mil e seiscentos reais), **NELCI LAZAROTTO ROSIN & CIA LTDA - ME** ao valor global de R$ 157.040,00 (cento e cinqüenta e sete mil e quarenta reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 19 de junho de 2015.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1.041/2015

REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20 /2015 Regido pela Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº. 067 de 01 de Dezembro 2009 e Decreto Municipal nº. 058/2009 de 03 de Novembro 2009, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais de Artesanato, conforme especificações constantes no anexo I.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

DATA 01/07/2015 HORARIO 08h00m

Local: Paço Municipal Presidente “Tancredo de Almeida Neves” Prefeitura Municipal de Jauru – Situada na Rua do Comercio, 480, Centro – Jauru – MT; CEP 78.255-000.

Pregoeiro – Gilmar Junior Ferreira

Site – www.jauru.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº 050/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n. 050/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 29/2015/ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO: Nº. 050/2015/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES,

contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita com o CNPJ sob o 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Edson Miguel Piovesan, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º 949618-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 139.332.219-0O, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, residente e domiciliado na Avenida Rio Arinos, S/N, Centro, na cidade de Juara-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa, ANDRADE E PEREIRA LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n. 11.087.959/0001-22, localizada à Praça dos Colonizadores n. 182-S, Centro, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, CEP: 78.575-000, Telefone (66) 3556-1014, E-mail: sdsaojose@yahoo.com.br representada por seu sócio proprietário o Srº. Edgelson Dias de Andrade, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 856222 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n. 630.123.831-15, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA O FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E PRODUTOS DE LIMPEZA E DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - HOSPITAL MUNICIPAL ELIDIA MASCHIETTO SANTILLO, conforme Termo de Referência Anexo I do Edital de Pregão Presencial n. 050/2015, valores, marcas, quantidades, proposta vencedora e demais condições e especificações do Edital e estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Presencial n. 050/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. **O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados à partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.**

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada ITEM registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 **O gerenciamento deste instrumento caberá a SECAD, através de Fiscal de Contratos devidamente designado no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do município, nas questões legais.**

4.2. **Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014, e na Lei nº 8.666/93.**

4.2.1. **Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento. Independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.**

4.2.2. **As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.**

4.2.3. **Caso decorra licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pela órgão aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgão participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 8.000,00 (oito mil reais), para cada item da Ata.**

4.2.4. **Todo o órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº 3.931, de 2001.**

5. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

5.1 **Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:**

ITEM	COD.	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
01	50643	***VASSOURAO PARA LIMPEZA DE CANTOS DE PAREDE ARREDONDADA, CABO PROLONGADO DE 1,5M À 2,00M***	UNIDADE	12	25,80	309,60	CONDOR
02	70003	LIMPA FORNO: REMOVE GORDURA INCRUSTADA E QUEIMADA DE FORNOS, GRELHAS, CHAPAS E QUEIMADORES. COMPOSICAO: SODA CAUSTICA, ESPESSANTE, OLEO DE MENTA E AGUA, EMBALAGEM 500 ML.	FRASCO	60	6,05	363,00	PERFECTO
04	78313	PRENDEDOR DE ROUPAS. FORMATO RETANGULAR, DE MADEIRA, MEDINDO 8 CM. PACOTE C/ 12 UNIDADES.	PACOTE	36	1,10	39,60	PRENDE BEM
05	83507	LIMPA ALUMINIO: CARACTERISTICAS DETERGENTES E DESINCRUSTANTE, FORMULADO PARA FACILITAR O TRABALHO DE LIMPEZA DE UTENSILIOS DE ALUMINIO. FRASCO 500 ML.	FRASCO	36	2,80	100,80	POLITRIZ
06	83771	LIXEIRA PLASTICA COM TAMPA, 30 LITROS	UNIDADE	24	16,79	51,45	MB
09	91295	ACETONA, ASPECTO FISICO LIQUIDO. APLICACAO REMOVEDOR DE ESMALTE. FRASCO COM 100 ML. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, NUMERO DO LOTE, VALIDADE E NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	UNIDADE	36	2,15	77,40	FRAMAX
10	91296	ALCOOL ETILICO 70% DESINFETANTE A BASE DE ALCOOL ETILICO 70% P/8V, EMBALAGEM 1 LITRO.	UNIDADE	480	6,45	3.096,00	START
14	91300	OLEO LUBRIFICANTE MULTIUSO COM 100 ML, COMPOSTO FINISSIMO DE OLEOS SELECIONADOS, QUE GARANTE MAIOR ACAO PENETRANTE, LUBRIFICACAO E CONSERVACAO MAIS DURADOURAS. SEU USO FREQUENTES EVITA DESGASTES DE APARELHOS E MAQUINAS.	UNIDADE	12	2,40	28,80	SIM GER
15	91301	SABONETE LIQUIDO INFANTIL, EMBALAGEM 100 ML, COM ALTO TEOR DE GLICERINA, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIDRATANTE, BIODEGRADAVEL, DEVIDAMENTE AUTORIZADO E REGISTRADO NO MINISTERIO DA SAUDE COMO PRODUTO DE HIGIENE PESSOAL, VALIDADE MINIMA DE 18 MESES	UNIDADE	60	12,45	747,00	DAVANE

5.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do principio previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

5.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

5.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, fretes, treinamentos e etc.) sem ônus adicional para o perfeito cumprimento das obrigações de fornecimento e execução dos serviços de fornecimento registrados.

5.5. Os preços registrados e a indicação do respectivo Fornecedor detentor da Ata serão publicados na imprensa oficial.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. A empresa licitante vendedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer quando convocado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses improrrogáveis.

6.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

6.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a SECAD se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

6.5. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser solicitado pela contratada o reequilíbrio econômico-financeiro do pacto, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei n. 8.666/93.

6.6. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da publicação da ata de Registro de Preço, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela SECAD.

6.7. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

6.8. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECAD solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

6.9. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECAD poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

6.10. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

6.11. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

6.11.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

6.11.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.11.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

6.11.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

6.11.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

6.12. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

6.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

6.14. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

6.15. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues, anteriormente ao cancelamento.

6.16. Caso a SECAD não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

6.17. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.

6.18. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Administração.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir o objeto da contratação, entregando os produtos especificados e adjudicado no Pregão, conforme disposições contidas neste Edital e, em conformidade com o prazo de entrega, recebimento e aceitação dos produtos:

7.1.1. Prazo de entrega/execução: A CONTRATADA deverá fornecer o objeto imediatamente e de forma parcelada à CONTRATANTE a partir da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.

7.1.2. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme solicitação da Contratante.

7.1.3. Os produtos recusados serão substituídos, em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação, sem ônus para o Órgão.

7.2. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e estar em linha de produção, o prazo de validade deverá ser em conformidade com as especificações do item.

7.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal, fornecimento de equipamentos necessários em regime de comodato e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela SECAD.

7.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.6. Responder perante a Prefeitura de Juara/MT e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, mau acondicionamento dos produtos ou forma inadequada no seu transporte até a localidade.

7.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Prefeitura de Juara/MT.

7.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

7.9. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da Prefeitura de Juara/MT.

7.10. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.11. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação dos itens, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

7.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus toda ou parte da remessa devolvida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatada divergência na especificação.

7.14. Da garantia:

7.14.1. De acordo com a especificação do item.

7.15. Os prazos de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão dos termos de recebimento definitivo dos materiais pela CONTRATANTE;

7.16. Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

8.2. Encaminhar ao Fornecedor Registrado as solicitações dos produtos e/ou equipamentos com as necessidades a serem desenvolvidas;

8.3. Fornecer ao Fornecedor Registrado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Edital e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

8.4. Efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.7. Comunicar à contratada, por escrito e tempestivamente, sobre imperfeições, qualquer alteração, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.11. O Contrato será fiscalizado pela Sra. Flávia Cavichioli da Silva, fiscal de contratos legalmente designada, telefone: (66) 3556-9400/9401.

9. DA ORDEM DE FORNECIMENTO

9.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente similar, conforme disposto no artigo 62 de Lei nº 8.666/93, e obedecidas os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

9.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

9.1.2. O órgão gerenciador deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

9.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante as Fazendas Municipal e Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.3. Caso se trate de serviço de natureza continua, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, com base no art. 57, II da Lei n. 8666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada à sessenta meses.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Serviços Rurais, para o exercício financeiro de 2015, conforme indicado abaixo e em dotação própria e de mesma natureza para os demais ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado à Contratada mediante crédito(s) em conta(s) corrente(s), até o 30º (trigésimo) dia contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente ordem de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento e devidamente atestada ordenador de despesa da pasta e por servidor designado como fiscal de contratos.

11.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal; 11.3. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 18.1 fluirá a partir da respectiva data de regularização. 11.4. O faturamento deverá ser emitido para: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ: 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, Cep: 78.575-000, na cidade de Juara/MT. 11.5. No corpo da Nota Fiscal deverá constar o número do Edital, Lote, número da Nota de Empenho e do Contrato, nome do banco, agência e conta-corrente e o nome da Unidade Destinatária.

11.6. Os valores dos produtos contratados não sofrerão reajuste contratual.

11.7. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, os valores devidos poderão ser corrigidos, mediante solicitação da empresa a ser contratada, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna- IGP-DI, coluna 2, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrido entre a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

11.8. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring; 11.9. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na nota fiscal; 11.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado; 11.11. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia; 11.12. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados; 11.13. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

11.14. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11.15. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente a empresa a ser contratada, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

11.16. No valor do contrato estarão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

11.17. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

11.18. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

11.19. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças / Divisão de Cadastros.

12. DAS SANÇÕES

12. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Juara e será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

12.1. apresentar documentação falsa;

12.2. retardar a execução do objeto;

12.3. falhar na execução do contrato;

12.4. fraudar a execução do contrato;

12.5 comportar-se de modo inidôneo;

12.6. fizer declaração falsa;

12.7. cometer fraude fiscal.

12.8. Para os fins do item 12.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

12.9. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “4”, “5”, “6” e nas tabelas 2 a 3 abaixo, com as seguintes penalidades:

12.9.1. advertência;

12.9.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a dois anos;

12.9.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

12.9.4. impedimento de licitar e contratar com o município e descredenciamento no Cadastro Geral de Fornecedores do município, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

12.10. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

12.11. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

12.12. Para os fins do item 12.2, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor da Ordem de Serviço, por dia útil de atraso injustificado na conclusão do serviço, até o máximo de 30% (trinta por cento), o que poderá configurar, segundo o juízo da Administração, a inexecução parcial ou total do contrato.

12.13. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 deste item, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

12.14. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (R$)
1	300,00
2	500,00
3	700,00
4	900,00
5	2.000,00
6	5.000,00

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA

1	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
07	Retirar das dependências da Administração quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência
08	Deixar de Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
09	Deixar de Cumprir horários e prazos estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
10	Deixar de Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Deixar de Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Deixar de Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

13. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1.993.

13.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

13.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

13.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

13.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

13.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

13.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

13.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

f) Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

14.3. Em quaisquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro de preços do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 19 de Junho de 2015.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

ANDRADE E PEREIRA LTDA - EPP

CNPJ: 11.087.959/0001-22

Edgelson Dias de Andrade

RG: 856222 SSP/MT

CPF: 630.123.831-15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 27/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº 048/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n. 048/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 27/2015/ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO: Nº. 048/2015/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES,

contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita com o CNPJ sob o 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Edson Miguel Piovesan, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º 949618-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 139.332.219-0O, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, residente e domiciliado na Avenida Rio Arinos, S/N, Centro, na cidade de Juara-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa, PIOVESAN DE SOUZA & CIA LTDA – EPP, inscrita com o CNPJ sob o n. 09.248.454/0001-50, localizada à Avenida Ayrton Senna nº 226-S, Centro, CEP: 78.575-000, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, Telefone (66) 3556-5001, e-mail: andipiovesan@homail.com; representada por sua sócia proprietária a Sr.ª Andyra Piovezan Moreira de Souza, portadora do RG: 1386308-8 SSP/MT e CPF: 942.979.831-68, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Ferramentas, Tintas e Materiais de Expediente para utilização em Sinalização Viária em Atendimento a DIMUTRAN – Divisão Municipal de Trânsito, conforme Termo de Referência Anexo I do Edital de Pregão Presencial n. 048/2015, valores, marcas, quantidades, proposta vencedora e demais condições e especificações do Edital e estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Presencial n. 048/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados à partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada ITEM registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a SECAD, através de Fiscal de Contratos devidamente designado no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do município, nas questões legais.

4.2. **Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014, e na Lei nº 8.666/93.**

4.2.1. **Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento. Independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.**

4.2.2. **As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.**

4.2.3. **Caso decorra licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pela órgão aderente, somado aos**

valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgão participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 8.000,00 (oito mil reais), para cada item da Ata.

4.2.4. **Todo o órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº 3.931, de 2001.**

5. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

5.1 Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	COD.	DETALHAMENTO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
01	44211	ALAVANCA DE 1,80 MTS	UND	02	162,00	324,00	LP
02	87797	CAVADEIRA ARTICULADA C/ CABO 120 CM.	UND	02	75,00	150,00	TRAMONTINA
03	50171	ENXADA LARGA 2,5 LIBRAS C/ CABO	UND	01	37,00	37,00	TRAMONTINA
04	87805	ENXADÃO ESTREITO 2,5 LIBRAS S/ CABO	UND	01	21,00	21,00	VONDER
05	48915	LAPIS DE GIZ AZUL/PRETO C/ 60	CAIXA	03	20,00	60,00	FABER CASTEL
06	10253	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 4	UND	600	0,70	420,00	CISER
07	53408	PICARETA ALVIAO 4 LIBRAS S/ CABO	UND	01	51,00	51,00	TRAMONTINA
08	89917	THINNER, SEM BENZENO, PARA DILUIÇÃO DE ESMALTE SINTETICO INDUSTRIAL, VERNIZ E LIMPEZA EM GERAL, EMBALGEM MINIMA 900 ML.	UND	100	11,00	1.100,00	ANJO
09	84431	TINTA ESPECIAL PARA UTILIZAÇÃO EM DEMARCAÇÃO DE VIAS, LATA 18 LITROS	LATA	150	470,00	70.500,00	MAXVINIL

5.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do principio previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

5.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

5.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, fretes, treinamentos e etc.) sem ônus adicional para o perfeito cumprimento das obrigações de fornecimento e execução dos serviços de fornecimento registrados.

5.5. Os preços registrados e a indicação do respectivo Fornecedor detentor da Ata serão publicados na imprensa oficial.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. A empresa licitante vendedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer quando convocado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses improrrogáveis.

6.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

6.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a SECAD se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

6.5. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser solicitado pela contratada o reequilíbrio econômico-financeiro do pacto, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei n. 8.666/93.

6.6. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da publicação da ata de Registro de Preço, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela SECAD.

6.7. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

6.8. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECAD solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

6.9. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECAD poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

6.10. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

6.11. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

6.11.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

6.11.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.11.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

6.11.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

6.11.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

6.12. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

6.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

6.14. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

6.15. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues, anteriormente ao cancelamento.

6.16. Caso a SECAD não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

6.17. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.

6.18. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Administração.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir o objeto da contratação, entregando os produtos especificados e adjudicado no Pregão, conforme disposições contidas neste Edital e, em conformidade com o prazo de entrega, recebimento e aceitação dos produtos:

7.1.1. Prazo de entrega/execução: A CONTRATADA deverá fornecer o objeto imediatamente e de forma parcelada à CONTRATANTE a partir da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.

7.1.2. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme solicitação da Contratante.

7.1.3. Os produtos recusados serão substituídos, em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação, sem ônus para o Órgão.

7.2. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e estar em linha de produção, o prazo de validade deverá ser em conformidade com as especificações do item.

7.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal, fornecimento de equipamentos necessários em regime de comodato e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela SECAD.

7.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.6. Responder perante a Prefeitura de Juara/MT e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, mau acondicionamento dos produtos ou forma inadequada no seu transporte até a localidade.

7.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Prefeitura de Juara/MT.

7.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

7.9. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da Prefeitura de Juara/MT.

7.10. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.11. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação dos itens, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

7.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus toda ou parte da remessa devolvida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatada divergência na especificação.

7.14. Da garantia:

7.14.1. De acordo com a especificação do item.

7.15. Os prazos de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão dos termos de recebimento definitivo dos materiais pela CONTRATANTE;

7.16. Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

8.2. Encaminhar ao Fornecedor Registrado as solicitações dos produtos e/ou equipamentos com as necessidades a serem desenvolvidas;

8.3. Fornecer ao Fornecedor Registrado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Edital e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

8.4. Efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.7. Comunicar à contratada, por escrito e tempestivamente, sobre imperfeições, qualquer alteração, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.11. O Contrato será fiscalizado pela Sra. Flávia Cavichioli da Silva, fiscal de contratos legalmente designada, telefone: (66) 3556-9400/9401.

9. DA ORDEM DE FORNECIMENTO

9.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente similar, conforme disposto no artigo 62 de Lei nº 8.666/93, e obedecidas os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

9.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

9.1.2. O órgão gerenciador deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

9.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante as Fazendas Municipal e Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.3. Caso se trate de serviço de natureza continua, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, com base no art. 57, II da Lei n. 8666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada à sessenta meses.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Serviços Rurais, para o exercício financeiro de 2015, conforme indicado abaixo e em dotação própria e de mesma natureza para os demais ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado à Contratada mediante crédito(s) em conta(s) corrente(s), até o 30º (trigésimo) dia contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente ordem de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento e devidamente atestada ordenador de despesa da pasta e por servidor designado como fiscal de contratos.

11.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal; 11.3. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 18.1 fluirá a partir da respectiva data de regularização. 11.4. O faturamento deverá ser emitido para: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ: 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, Cep: 78.575-000, na cidade de Juara/MT. 11.5. No corpo da Nota Fiscal deverá constar o número do Edital, Lote, número da Nota de Empenho e do Contrato, nome do banco, agência e conta-corrente e o nome da Unidade Destinatária.

11.6. Os valores dos produtos contratados não sofrerão reajuste contratual.

11.7. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, os valores devidos poderão ser corrigidos, mediante solicitação da empresa a ser contratada, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna- IGP-DI, coluna 2, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrido entre a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

11.8. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring; 11.9. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na nota fiscal; 11.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado; 11.11. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia; 11.12. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários

constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados; 11.13. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

11.14. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11.15. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente a empresa a ser contratada, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

11.16. No valor do contrato estarão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

11.17. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

11.18. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

11.19. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças / Divisão de Cadastros.

12. DAS SANÇÕES

12. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Juara e será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

12.1. apresentar documentação falsa;

12.2. retardar a execução do objeto;

12.3. falhar na execução do contrato;

12.4. fraudar a execução do contrato;

12.5 comportar-se de modo inidôneo;

12.6. fizer declaração falsa;

12.7. cometer fraude fiscal.

12.8. Para os fins do item 12.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

12.9. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “4”, “5”, “6” e nas tabelas 2 a 3 abaixo, com as seguintes penalidades:

12.9.1. advertência;

12.9.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a dois anos;

12.9.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

12.9.4. impedimento de licitar e contratar com o município e descredenciamento no Cadastro Geral de Fornecedores do município, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

12.10. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

12.11. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

12.12. Para os fins do item 12.2, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor da Ordem de Serviço, por dia útil de atraso injustificado na conclusão do serviço, até o máximo de 30% (trinta por cento), o que poderá configurar, segundo o juízo da Administração, a inexecução parcial ou total do contrato.

12.13. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 deste item, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

12.14. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (R$)
1	300,00
2	500,00
3	700,00
4	900,00
5	2.000,00
6	5.000,00

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
07	Retirar das dependências da Administração quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência
08	Deixar de Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
09	Deixar de Cumprir horários e prazos estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
10	Deixar de Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Deixar de Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Deixar de Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

13. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1.993.

13.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

13.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

13.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

13.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

13.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

13.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

13.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

f) Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

14.3. Em quaisquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro de preços do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara/MT, em 19 de Junho de 2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN

Prefeitura Municipal de Juara/MT

PIOVESAN DE SOUZA & CIA LTDA – EPP

CNPJ: 09.248.454/0001-50

Sr.ª Andyra Piovezan Moreira de Souza

RG: 1386308-8 SSP/MT

CPF: 942.979.831-68

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30-A/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº 051/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n. 051/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30-A/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 30-A/2015/ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO: Nº. 051/2015/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES,

contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita com o CNPJ sob o 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Edson Miguel Piovesan, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º 949618-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 139.332.219-0O, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, residente e domiciliado na Avenida Rio Arinos, S/N, Centro, na cidade de Juara-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa, SOUZA CARMO & SOUZA CARMO LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n. 11.210.067/0001-77, localizada à Avenida Ayrton Senna n. 1212-S, Parte do Lote 153 - Gleba Taquaral, CEP: 78.575-000, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, Telefone (66) 3556-1557, E-mail: superbelavistacompras@gmail.com representada por sua sócio proprietária a Srª. Maria de Souza Carmo, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade n. 1166832-6 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o n. 581.071.261-49, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE GENROS ALIMENTICIOS DA MERENDA ESCOLAR 2015 AEE, EJA E MAIS EDUCAÇÃO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, conforme Termo de Referência Anexo I do Edital de Pregão Presencial n. 051/2015, valores, marcas, quantidades, proposta vencedora e demais condições e especificações do Edital e estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Presencial n. 051/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. **O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados à partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.**

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada ITEM registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 **O gerenciamento deste instrumento caberá a SECAD, através de Fiscal de Contratos devidamente designado no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do município, nas questões legais.**

4.2. **Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014, e na Lei nº 8.666/93.**

4.2.1. **Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento. Independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.**

4.2.2. **As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.**

4.2.3. **Caso decorra licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pela órgão aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgão participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 8.000,00 (oito mil reais), para cada item da Ata.**

4.2.4. **Todo o órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº 3.931, de 2001.**

5. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

5.1 **Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:**

ITEM	COD.	DETALHAMENTO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
01	16802	ACHOCOLATADO em pó, solúvel, tradicional, a base de açúcar, cacau em pó e maltodextrina, de primeira qualidade, embalagem contendo 400g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério de Saúde ou Ministério da Agricultura.	LATA	120	3,80	456,00	MUKY
02	74992	AÇUCAR cristalizado, na cor branca, sacarose de cana-de-açúcar. Fardo contendo 15 embalagens de 2,0kg cada, em polietileno, contendo data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e atender a Portaria 451/97 do Ministério da Saúde e a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.Fardo	FD	275	42,75	11.756,25	BARRALCOOL
05	74905	ARROZ BRANCO, subgrupo polido, classe longo fino, tipo 1, embalagem contendo 5 Kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	PCT	330	10,00	3.300,00	MASSON
06	75215	BANANA NANICA, de primeira, kg, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	KG	200	2,15	430,00	ESTRELA DO MAR
08	75180	BETERRABA, de primeira, KG, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	KG	180	3,10	558,00	ESTRELA DO MAR
09	87177	BISCOITO INTEGRAL SALGADO, com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, sal, fermento químico, bicarbonato de sódio, fibra de trigo, açúcar, estabilizante de lecitina de soja e aromatizante. Embalagem de 200g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido e registro do produto no Ministério da Saúde.	PACOTE	120	1,35	162,00	DALLAS
10	75004	BISCOITO, doce, tipo maisena, composição básica(farinha de trigo, gordura vegetal, sal, açúcar e outras substâncias permitidas), livre de gordura trans, validade mínima 05 meses a contar da data de entrega, de primeira qualidade, embalagem com 400g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	PCT	185	2,74	506,90	DALLAS
11	75003	BISCOITO, doce, tipo rosquinha de leite, composição básica (farinha de trigo, gordura vegetal, sal, açúcar e outras substâncias permitidas), livre de gordura trans, validade mínima 05 meses a contar da data de entrega, de primeira qualidade, embalagem com 450g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	PCT	80	2,95	236,00	DALLAS
12	75001	BISCOITO, tipo cream cracker, de primeira qualidade, livre de gordura trans, embalagem dupla com 400g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	PCT	250	2,74	685,00	DALLAS
15	75110	CARNE BOVINA, MÚSCULO BOVINO, sem gordura, resfriada, no máximo 10% de sebo. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99	KG	100	10,70	1.070,00	JBS
16	75184	CEBOLA BRANCA, com casca protetora, de primeira, apresentando grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	KG	300	7,45	2.235,00	ESTRELA DO MAR

18	75188	CHUCHU, de primeira, apresentando grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	KG	180	2,70	486,00	ESTRELA DO MAR
19	74970	CÔCO RALADO, natural, pacote com 100g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	PCT	44	2,25	99,00	MENINA
22	87179	COMPLEMENTO ALIMENTAR SABOR CHOCOLATE, **alimento composto de leite desnatado em pó, malto-dextrina, leite integral em pó, açúcar, vitaminas (A, C, D, E, B12, tiamina, riboflavina, nicotinamida, piridoxina, pantotenato de cálcio) e sulfato ferroso. Embalagem 400g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, produto deverá ter registro no Ministério da Saúde. SUSTAGEN ou similar.**	LATA	25	64,60	865,00	NUTREN
24	75137	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99.	KG	200	6,30	1.260,00	MAROMBI
26	49023	EXTRATO DE TOMATE, embalagem contendo 190 G, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, com registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	LATA	350	1,25	437,50	PRIMOR
27	74917	FARINHA DE MANDIOCA, grupo seca, subgrupo fina, tipo 1. Embalagem contendo 1 Kg, com identificacao do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	KG	85	4,05	344,25	MIKA
29	74907	FEIJÃO CARIOQUINHA, tipo 1, embalagem com contendo 1.0 Kg com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	KG	253	3,44	870,32	MASSON
30	74923	FERMENTO BIOLÓGICO SECO, composto de saccharomyces cerevisaee e agente de reidatração, utilizado para elaboração de produtos de panificação e massas. Embalagem à vácuo, contendo no mínimo 450g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	PCT	40	8,65	346,00	FORISE
32	74925	FUBÁ DE MILHO, especial, pacote com 1kg. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	PCT	30	2,35	70,50	MASSON
34	87182	LEITE EM PO A BASE DE SOJA, fórmula infantil a base de proteína isolada com ferro para lactantes enriquecido com vitaminas. Embalagem com 400g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, produto deverá ter registro no Ministério da Saúde. NAN SOY ou similar.	LATA	50	35,55	1.777,50	NAN SOY
35	8214	LEITE EM PÓ DESNATADO INSTANTANEO. Embalagem com 400 G, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	LATA	30	13,00	390,00	ITAMBE
38	87184	LEITE LONGA VIDA SEM LACTOSE, esterilizado, UHT, a base de soja. Embalagem tetra-pack com 1000ml, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	LITRO	150	4,10	615,00	PIRACANJUBA
41	74945	MACARRAO, tipo espaguete, n. 08, massa com ovos, com no mínimo 500 g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	PCT	132	2,18	287,76	DALLAS
42	74948	MACARRAO, tipo parafuso, massa com ovos, com no mínimo 500 g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	PCT	89	2,18	194,02	DALLAS
43	74956	MACARRÃO, tipo Penne tricolor, massa com ovos, com no mínimo 500 g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	PCT	40	2,18	87,20	DALLAS
44	75067	MARGARINA VEGETAL, COM SAL, embalagem com 1,0kg, com identificação do produto, do fabricante, data de fabricação e validade, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	UND	70	3,85	269,50	SOYA
45	74927	MILHO PARA PIPOCA, tipo 1, de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidade, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, tipo 1, pacote com 500g, tipo 1. Embalagem, contendo 500g, com identificacao do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	PCT	60	1,49	89,40	MASSON
46	74933	MILHO VERDE, em conserva. Embalagem com 200g, com identificação do produto, marca de fabricante, data de fabricação e validade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	UND	100	1,50	150,00	QUERO
48	74972	ORÉGANO, embalagem com mínimo de 30g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	PCT	30	1,10	33,00	MIKA
50	87191	PÃO DOCE TIPO ROSCA, pesando 50g por unidade, fabricado com matéria prima de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	40	8,90	356,00	BELA VISTA
52	75207	REPOLHO VERDE, de primeira, apresentando grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNP	KG	60	1,65	99,00	ESTRELA DO MAR
53	74995	SAL refinado, iodado, para consumo doméstico, embalagem com no mínimo 1,0Kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	PCT	35	1,05	36,75	ESTRELA DO MAR
55	77887	SARDINHA em óleo de soja comestível, embalagem contendo 250g, com identificação do produto, marca de fabricante, data de fabricação e validade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	UND	80	6,70	536,00	COQUEIRO
56	87185	SUCO A BASE DE SOJA DIVERSOS SABORES, alimento preparado à base de soja sem lactose, sem colesterol. Embalagem tetra-pack com 1000ml, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, produto deverá ter registro no Ministério da Saúde.	LITRO	50	3,05	152,50	SOY SUCO
57	75029	SUCO DE FRUTA CONCENTRADO, sabor caju, concentrado, não fermentado, não alcoólico, sem adição de açúcar, com rendimento mínimo de 3,0 l. Frasco com 500 ml. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação	FRASCO	95	2,98	283,10	DA FRUTA

		e validade, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.					
58	75032	SUCO DE FRUTA CONCENTRADO, sabor maracujá, concentrado, não fermentado, não alcoólico, sem adição de açúcar, com rendimento mínimo de 3,0 l. Frasco com 500 ml. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	FRASCO	95	2,98	283,10	DA FRUTA
59	75033	SUCO DE FRUTA CONCENTRADO, sabor uva, concentrado, não fermentado, não alcoólico, sem adição de açúcar, com rendimento mínimo de 3,0l. Frasco com 500 ml. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	FRASCO	90	2,98	283,10	DA FRUTA
60	12551	**TEMPERO COMPLETO COMPOSTO DE ALHO E SAL, SEM PIMENTA, EMBALAGEM CONTENDO 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE.**	UND	15	4,95	74,25	MONO VITO

5.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do principio previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

5.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

5.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, fretes, treinamentos e etc.) sem ônus adicional para o perfeito cumprimento das obrigações de fornecimento e execução dos serviços de fornecimento registrados.

5.5. Os preços registrados e a indicação do respectivo Fornecedor detentor da Ata serão publicados na imprensa oficial.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. A empresa licitante vendedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer quando convocado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses improrrogáveis.

6.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

6.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a SECAD se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

6.5. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser solicitado pela contratada o reequilíbrio econômico-financeiro do pacto, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei n. 8.666/93.

6.6. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da publicação da ata de Registro de Preço, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela SECAD.

6.7. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

6.8. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECAD solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

6.9. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECAD poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

6.10. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

6.11. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

6.11.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

6.11.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.11.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

6.11.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

6.11.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

6.12. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

6.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

6.14. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

6.15. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues, anteriormente ao cancelamento.

6.16. Caso a SECAD não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

6.17. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.

6.18. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Administração.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir o objeto da contratação, entregando os produtos especificados e adjudicado no Pregão, conforme disposições contidas neste Edital e, em conformidade com o prazo de entrega, recebimento e aceitação dos produtos:

7.1.1. Prazo de entrega/execução: A CONTRATADA deverá fornecer o objeto imediatamente e de forma parcelada à CONTRATANTE a partir da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.

7.1.2. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme solicitação da Contratante.

7.1.3. Os produtos recusados serão substituídos, em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação, sem ônus para o Órgão.

7.2. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e estar em linha de produção, o prazo de validade deverá ser em conformidade com as especificações do item.

7.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal, fornecimento de equipamentos necessários em regime de comodato e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela SECAD.

7.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.6. Responder perante a Prefeitura de Juara/MT e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, mau acondicionamento dos produtos ou forma inadequada no seu transporte até a localidade.

7.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Prefeitura de Juara/MT.

7.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

7.9. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da Prefeitura de Juara/MT.

7.10. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.11. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação dos itens, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

7.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus toda ou parte da remessa devolvida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatada divergência na especificação.

7.14. Da garantia:

7.14.1. De acordo com a especificação do item.

7.15. Os prazos de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão dos termos de recebimento definitivo dos materiais pela CONTRATANTE;

7.16. Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

8.2. Encaminhar ao Fornecedor Registrado as solicitações dos produtos e/ou equipamentos com as necessidades a serem desenvolvidas;

8.3. Fornecer ao Fornecedor Registrado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Edital e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

8.4. Efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.7. Comunicar à contratada, por escrito e tempestivamente, sobre imperfeições, qualquer alteração, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.11. O Contrato será fiscalizado pela Sra. Flávia Cavichioli da Silva, fiscal de contratos legalmente designada, telefone: (66) 3556-9400/9401.

9. DA ORDEM DE FORNECIMENTO

9.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente similar, conforme disposto no artigo 62 de Lei nº 8.666/93, e obedecidas os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

9.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

9.1.2. O órgão gerenciador deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

9.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante as Fazendas Municipal e Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.3. Caso se trate de serviço de natureza continua, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, com base no art. 57, II da Lei n. 8666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada à sessenta meses.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Serviços Rurais, para o exercício financeiro de 2015, conforme indicado abaixo e em dotação própria e de mesma natureza para os demais ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado à Contratada mediante crédito(s) em conta(s) corrente(s), até o 30º (trigésimo) dia contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente ordem de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento e devidamente atestada ordenador de despesa da pasta e por servidor designado como fiscal de contratos.

11.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal; 11.3. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 18.1 fluirá a partir da respectiva data de regularização. 11.4. O faturamento deverá ser emitido para: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ: 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, Cep: 78.575-000, na cidade de Juara/MT. 11.5. No corpo da Nota Fiscal deverá constar o número do Edital, Lote, número da Nota de Empenho e do Contrato, nome do banco, agência e conta-corrente e o nome da Unidade Destinatária.

11.6. Os valores dos produtos contratados não sofrerão reajuste contratual.

11.7. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, os valores devidos poderão ser corrigidos, mediante solicitação da empresa a ser contratada, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna- IGP-DI, coluna 2, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrido entre a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

11.8. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring; 11.9. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na nota fiscal; 11.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado; 11.11. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia; 11.12. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados; 11.13. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

11.14. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11.15. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente a empresa a ser contratada, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

11.16. No valor do contrato estarão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

11.17. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

11.18. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

11.19. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças / Divisão de Cadastros.

12. DAS SANÇÕES

12. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Juara e será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

12.1. apresentar documentação falsa;

12.2. retardar a execução do objeto;

12.3. falhar na execução do contrato;

12.4. fraudar a execução do contrato;

12.5 comportar-se de modo inidôneo;

12.6. fizer declaração falsa;

12.7. cometer fraude fiscal.

12.8. Para os fins do item 12.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

12.9. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “4”, “5”, “6” e nas tabelas 2 a 3 abaixo, com as seguintes penalidades:

12.9.1. advertência;

12.9.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a dois anos;

12.9.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

12.9.4. impedimento de licitar e contratar com o município e descredenciamento no Cadastro Geral de Fornecedores do município, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

12.10. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

12.11. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

12.12. Para os fins do item 12.2, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor da Ordem de Serviço, por dia útil de atraso injustificado na conclusão do serviço, até o máximo de 30% (trinta por cento), o que poderá configurar, segundo o juízo da Administração, a inexecução parcial ou total do contrato.

12.13. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 deste item, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

12.14. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (R$)
1	300,00
2	500,00
3	700,00
4	900,00
5	2.000,00
6	5.000,00

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
07	Retirar das dependências da Administração quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência
08	Deixar de Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
09	Deixar de Cumprir horários e prazos estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
10	Deixar de Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Deixar de Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Deixar de Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

13. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1.993.

13.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

13.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

13.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

13.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

13.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

13.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

13.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

f) Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

14.3. Em quaisquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro de preços do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 19 de Junho de 2015.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

SOUZA CARMO & SOUZA CARMO LTDA

CNPJ: 11.210.067/0001-77

Srª. Maria de Souza Carmo

RG: 1166832-6 SSP/MT

CPF/MF sob o n. 581.071.261-49

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº 051/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n. 051/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 30/2015/ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO: Nº. 051/2015/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES,

contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita com o CNPJ sob o 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Edson Miguel Piovesan, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º 949618-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 139.332. 219-0O, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, residente e domiciliado na Avenida Rio Arinos, S/N, Centro, na cidade de Juara-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa, ANDRADE E PEREIRA LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n. 11.087.959/0001-22, localizada à Praça dos Colonizadores n. 182-S, Centro, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, CEP: 78.575-000, Telefone (66) 3556-1014, E-mail: sdsa-ojose@yahoo.com.br representada por seu sócio proprietário o Srº. Edgelson Dias de Andrade, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 856222 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n. 630.123.831-15, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE GENROS ALIMENTICIOS DA MERENDA ESCOLAR 2015 AEE, EJA E MAIS EDUCAÇÃO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, conforme Termo de Referência Anexo I do Edital de Pregão Presencial n. 051/2015, valores, marcas, quantidades, proposta vencedora e demais condições e especificações do Edital e estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Presencial n. 051/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. **O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados à partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.**

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada ITEM registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 **O gerenciamento deste instrumento caberá a SECAD, através de Fiscal de Contratos devidamente designado no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do município, nas questões legais.**

4.2. **Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014, e na Lei nº 8.666/93.**

4.2.1. **Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento. Independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.**

4.2.2. **As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.**

4.2.3. **Caso decorra licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pela órgão aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgão participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 8.000,00 (oito mil reais), para cada item da Ata.**

4.2.4. **Todo o órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº 3.931, de 2001.**

5. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

5.1 **Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:**

ITEM	COD.	DETALHAMENTO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
03	87176	ADOÇANTE DIETÉTICO, líquido, edulcorante artificial, aspartame, sem sacarina, sem ciclamato, contém fenilalanina, frasco com 200ml. A embalagem deverá conter identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	FRASCO	20	3,80	76,00	ASSUGRIN
04	75175	ALHO BRANCO, in natura, de primeira, sem a réstia, bulbo inteiriço, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, apresentando grau de evolução completo, tamanho, cor e aroma próprios, com ausência de sujidade, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. Embalagem com identificação do produto, prazo de validade e peso líquido, com registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	KG	50	15,90	795,00	ADORI
07	75178	BATATA INGLESA, de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	KG	750	3,40	2.550,00	FLV
13	74961	CANELA EM PÓ, embalagem com mínimo de 30 gramas, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	PCT	30	1,30	39,00	MIKA
14	75106	CARNE BOVINA, ACÉM, de segunda, sem osso, peça inteira e sem gordura, resfriada. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99	KG	60	14,90	894,00	JBS
17	75187	CENOURA, de primeira, apresentando grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	KG	240	5,70	1.368,00	FLV
20	74962	COLORAU (colorífico), embalagem com mínimo de 500g , identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	PCT	30	3,60	108,00	ZAELI
21	87178	COMPLEMENTO ALIMENTAR SABOR BAUNILHA, alimento composto de leite desnatado em pó, malto-dextrina, leite integral em pó, açúcar, vitaminas (A, C, D, E, B12, tiamina, riboflavina, nicotinamida, piridoxina, pantotenato de cálcio) e sulfato ferroso. Embalagem 400g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, produto deverá ter registro no Ministério da Saúde. SUSTAGEN ou similar.	LATA	25	35,90	897,50	SUSTAGEM
23	87180	COMPLEMENTO ALIMENTAR SABOR MORANGO, alimento composto de leite desnatado em pó, malto-dextrina, leite integral em pó, açúcar, vitaminas e sulfato ferroso. Embalagem 400g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, produto deverá ter registro no Ministério da Saúde. SUSTAGEN ou similar.	LATA	25	35,90	897,50	SUSTAGEM
25	81651	DOCE DE FRUTAS EM PASTA CREMOSO, pote com 400g, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	POTE	30	2,90	87,00	TRIANGULO
28	74920	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, embalagem com no mínimo 1 Kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	KG	58	2,85	165,30	ALVALADE
31	74924	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ, embalagem, contendo 100g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	LATA	26	2,04	53,04	DR OEKER
33	75217	LARANJA, in natura, de primeira, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria, com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	KG	200	2,75	550,00	FLV
36	87181	LEITE EM PÓ INTEGRAL, INSTANTANEO, enriquecido com vitamina A e D. Embalagem com 400G, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	LATA	50	12,90	645,00	NESTLE
37	87183	LEITE LONGA VIDA DESNATADO, esterilizado, UHT, com 0% de gordura. Embalagem tetra-pack com 1000ml, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	LITRO	30	2,55	76,50	NENE

39	75129	LINGÜIÇA SUÍNA TOSCANA resfriada. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99	KG	100	10,95	1.095,00	NUTRIBRAS
40	75219	MAÇÃ NACIONAL, in natura de primeira, vermelha, Kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	KG	125	4,95	618,75	FLV
47	74912	ÓLEO DE SOJA, comestível, vegetal de soja, puro, refinado, sem colesterol, rico em vitamina E. Embalagem com 900 ml, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	UND	275	3,10	852,50	SOYA
49	87190	PÃO DE FORMA FATIADO, embalagem com 500g, fabricado com matéria prima de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	KG	140	4,40	616,00	SÃO JOSE
51	75076	PÃO TIPO FRANCÊS, com 50g, fabricado com matéria prima de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA unidade de fornecimento kg.	KG	95	8,45	802,75	SÃO JOSE
54	75130	SALSICHA a granel. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99	KG	120	6,80	716,00	SEARA
61	75210	TOMATE SALADA, de primeira, apresentando grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNP.	KG	150	5,60	840,00	FLV
62	74943	VINAGRE DE VINHO TINTO. Embalagem contendo no mínimo 750ml com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	UND	22	3,90	85,80	CASTELO

5.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do principio previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

5.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

5.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, fretes, treinamentos e etc.) sem ônus adicional para o perfeito cumprimento das obrigações de fornecimento e execução dos serviços de fornecimento registrados.

5.5. Os preços registrados e a indicação do respectivo Fornecedor detentor da Ata serão publicados na imprensa oficial.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. A empresa licitante vendedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer quando convocado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses improrrogáveis.

6.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

6.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a SECAD se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

6.5. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser solicitado pela contratada o reequilíbrio econômico-financeiro do pacto, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei n. 8.666/93.

6.6. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da publicação da ata de Registro de Preço, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela SECAD.

6.7. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

6.8. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECAD solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

6.9. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECAD poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

6.10. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

6.11. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

6.11.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

6.11.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.11.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

6.11.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

6.11.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

6.12. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

6.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

6.14. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

6.15. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues, anteriormente ao cancelamento.

6.16. Caso a SECAD não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

6.17. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.

6.18. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Administração.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir o objeto da contratação, entregando os produtos especificados e adjudicado no Pregão, conforme disposições contidas neste Edital e, em conformidade com o prazo de entrega, recebimento e aceitação dos produtos:

7.1.1. Prazo de entrega/execução: A CONTRATADA deverá fornecer o objeto imediatamente e de forma parcelada à CONTRATANTE a partir da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.

7.1.2. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme solicitação da Contratante.

7.1.3. Os produtos recusados serão substituídos, em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação, sem ônus para o Órgão.

7.2. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e estar em linha de produção, o prazo de validade deverá ser em conformidade com as especificações do item.

7.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal, fornecimento de equipamentos necessários em regime de comodato e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela SECAD.

7.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.6. Responder perante a Prefeitura de Juara/MT e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, mau acondicionamento dos produtos ou forma inadequada no seu transporte até a localidade.

7.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Prefeitura de Juara/MT.

7.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

7.9. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da Prefeitura de Juara/MT.

7.10. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.11. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação dos itens, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

7.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus toda ou parte da remessa devolvida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatada divergência na especificação.

7.14. Da garantia:

7.14.1. De acordo com a especificação do item.

7.15. Os prazos de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão dos termos de recebimento definitivo dos materiais pela CONTRATANTE;

7.16. Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

8.2. Encaminhar ao Fornecedor Registrado as solicitações dos produtos e/ou equipamentos com as necessidades a serem desenvolvidas;

8.3. Fornecer ao Fornecedor Registrado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Edital e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

8.4. Efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.7. Comunicar à contratada, por escrito e tempestivamente, sobre imperfeições, qualquer alteração, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.11. O Contrato será fiscalizado pela Sra. Flávia Cavichioli da Silva, fiscal de contratos legalmente designada, telefone: (66) 3556-9400/9401.

9. DA ORDEM DE FORNECIMENTO

9.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente similar, conforme disposto no artigo 62 de Lei nº 8.666/93, e obedecidas os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

9.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

9.1.2. O órgão gerenciador deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

9.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante as Fazendas Municipal e Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.3. Caso se trate de serviço de natureza continua, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, com base no art. 57, II da Lei n. 8666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada à sessenta meses.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Serviços Rurais, para o exercício financeiro de 2015, conforme indicado abaixo e em dotação própria e de mesma natureza para os demais ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado à Contratada mediante crédito(s) em conta(s) corrente(s), até o 30º (trigésimo) dia contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente ordem de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento e devidamente atestada ordenador de despesa da pasta e por servidor designado como fiscal de contratos.

11.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal; 11.3. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 18.1 fluirá a partir da respectiva data de regularização. 11.4. O faturamento deverá ser emitido para: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ: 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, Cep: 78.575-000, na cidade de Juara/MT. 11.5. No corpo da Nota Fiscal deverá constar o número do Edital, Lote, número da Nota de Empenho e do Contrato, nome do banco, agência e conta-corrente e o nome da Unidade Destinatária.

11.6. Os valores dos produtos contratados não sofrerão reajuste contratual.

11.7. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, os valores devidos poderão ser corrigidos, mediante solicitação da empresa a ser contratada, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna- IGP-DI, coluna 2, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrido entre a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

11.8. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring; 11.9. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na nota fiscal; 11.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado; 11.11. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia; 11.12. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários

constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados; 11.13. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

11.14. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11.15. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente a empresa a ser contratada, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

11.16. No valor do contrato estarão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

11.17. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

11.18. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

11.19. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças / Divisão de Cadastros.

12. DAS SANÇÕES

12. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Juara e será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

12.1. apresentar documentação falsa;

12.2. retardar a execução do objeto;

12.3. falhar na execução do contrato;

12.4. fraudar a execução do contrato;

12.5 comportar-se de modo inidôneo;

12.6. fizer declaração falsa;

12.7. cometer fraude fiscal.

12.8. Para os fins do item 12.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

12.9. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “4”, “5”, “6” e nas tabelas 2 a 3 abaixo, com as seguintes penalidades:

12.9.1. advertência;

12.9.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a dois anos;

12.9.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

12.9.4. impedimento de licitar e contratar com o município e descredenciamento no Cadastro Geral de Fornecedores do município, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

12.10. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

12.11. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

12.12. Para os fins do item 12.2, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor da Ordem de Serviço, por dia útil de atraso injustificado na conclusão do serviço, até o máximo de 30% (trinta por cento), o que poderá configurar, segundo o juízo da Administração, a inexecução parcial ou total do contrato.

12.13. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 deste item, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

12.14. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (R$)
1	300,00
2	500,00
3	700,00
4	900,00
5	2.000,00
6	5.000,00

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
07	Retirar das dependências da Administração quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência
08	Deixar de Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
09	Deixar de Cumprir horários e prazos estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
10	Deixar de Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Deixar de Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Deixar de Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

13. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1.993.

13.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

13.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

13.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

13.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

13.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

13.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

13.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

f) Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

14.3. Em quaisquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro de preços do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 19 de Junho de 2015.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

ANDRADE E PEREIRA LTDA - EPP

CNPJ: 11.087.959/0001-22

Edgelson Dias de Andrade

RG: 856222 SSP/MT

CPF: 630.123.831-15

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29-A/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº 050/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n. 050/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29-A/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 29-A/2015/ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO: Nº. 050/2015/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES,

contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita com o CNPJ sob o 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Edson Miguel Piovesan, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º 949618-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 139.332.219-0O, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, residente e domiciliado na Avenida Rio Arinos, S/N, Centro, na cidade de Juara-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa, SOUZA CARMO & SOUZA CARMO LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n. 11.210.067/0001-77, localizada à Avenida Ayrton Senna n. 1212-S, Parte do Lote 153 - Gleba Taquaral, CEP: 78.575-000, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, Telefone (66) 3556-1557, E-mail: superbelavistacompras@gmail.com representada por sua sócio proprietária a Srª. Maria de Souza Carmo, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade n. 1166832-6 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o n. 581.071.261-49, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA O FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E PRODUTOS DE LIMPEZA E DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - HOSPITAL MUNICIPAL ELIDIA MASCHIETTO SANTILLO, conforme Termo de Referência Anexo I do Edital de Pregão Presencial n. 050/2015, valores, marcas, quantidades, proposta vencedora e demais condições e especificações do Edital e estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Presencial n. 050/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. **O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados à partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.**

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada ITEM registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 **O gerenciamento deste instrumento caberá a SECAD, através de Fiscal de Contratos devidamente designado no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do município, nas questões legais.**

4.2. **Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014, e na Lei nº 8.666/93.**

4.2.1. **Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento. Independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.**

4.2.2. **As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.**

4.2.3. **Caso decorra licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pela órgão aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgão participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 8.000,00 (oito mil reais), para cada item da Ata.**

4.2.4. **Todo o órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº 3.931, de 2001.**

5. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

5.1 **Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:**

ITEM	COD.	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
03	70008	SABONETE EM BARRA 90 GRAMAS, PARA HIGIENE PESSOAL, CONTENDO UMECTANTE E EMOLIENTE.	UNIDADE	150	3,29	493,50	FARMAX
07	83795	LIXEIRA PLASTICA COM TAMPA, 100 LITROS.	UNIDADE	24	42,80	1.027,00	SANREMP
08	91294	ABSORVENTE INTIMO PARA FLUIDOS CORPORAIS, PACOTE 8 UNIDADES EMBALADAS UMA A UMA, COBERTURA SECA, COM SISTEMA COMPACT GEL, CONTEM ABAS. COMPOSICAO: FIBRAS DE CELULOSE/ADESIVOS TERMOPLASTICOS/POLIMEROS ACRILICOS/POLIETILENO/COMPONENTES NEUTRALIZADORES (AGENTE NATURAIS).	PACOTE	36	2,05	73,80	TEEN
11	91291	AVENTAL DE COZINHA EM PVC, TIPO FRONTAL, TAMANHO ÚNICO COM 1,10M + OU – 5% DE COMPRIMENTO TOTAL, INTEIRAMENTE CONFECCIONADO EM MATERIAL SINTETICO TIPO PVC FORRADO COM SUPORTE TEXTIL DE MATERIAL SINTETICO, SEM COSTURAS, POSSUI TIRANTES PARA AMARRIL E AJUSTES AO CORPO DO USUARIO NA ALTURA DO PESCOÇO E NA CINTURA DO MESMO MATERIAL AFIXADOS AO AVENTAL POR COSTURAS SIMPLES.	UNIDADE	48	11,15	535,20	LIMPEX
12	91298	AMACIANTE DE ROUPAS, ASPECTO FISICO LIQUIDO VISCOSO CONCENTRADO, PERFUMADO, FRASCO 2 LITROS, COM TAMPA ABRE E FECHA COM LACRE DE ROSQUEAR. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, NUMERO DO LOTE, VALIDADE E NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	UNIDADE	400	3,95	1.580,00	PRATIC LAR
13	91299	ESFREGAO DE LIMPEZA DE CHAO TAMANHO 80 X 90.	UNIDADE	36	6,70	241,20	

5.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do principio previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

5.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

5.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, fretes, treinamentos e etc.) sem ônus adicional para o perfeito cumprimento das obrigações de fornecimento e execução dos serviços de fornecimento registrados.

5.5. Os preços registrados e a indicação do respectivo Fornecedor detentor da Ata serão publicados na imprensa oficial.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. A empresa licitante vendedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer quando convocado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses improrrogáveis.

6.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

6.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a SECAD se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

6.5. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser solicitado pela contratada o reequilíbrio econômico-financeiro do pacto, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei n. 8.666/93.

6.6. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da publicação da ata de Registro de Preço, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela SECAD.

6.7. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

6.8. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECAD solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

6.9. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECAD poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

6.10. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

6.11. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

6.11.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

6.11.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.11.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

6.11.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

6.11.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

6.12. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

6.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

6.14. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

6.15. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues, anteriormente ao cancelamento.

6.16. Caso a SECAD não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

6.17. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.

6.18. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Administração.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir o objeto da contratação, entregando os produtos especificados e adjudicado no Pregão, conforme disposições contidas neste Edital e, em conformidade com o prazo de entrega, recebimento e aceitação dos produtos:

7.1.1. Prazo de entrega/execução: A CONTRATADA deverá fornecer o objeto imediatamente e de forma parcelada à CONTRATANTE a partir da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.

7.1.2. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme solicitação da Contratante.

7.1.3. Os produtos recusados serão substituídos, em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação, sem ônus para o Órgão.

7.2. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e estar em linha de produção, o prazo de validade deverá ser em conformidade com as especificações do item.

7.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal, fornecimento de equipamentos necessários em regime de comodato e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela SECAD.

7.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.6. Responder perante a Prefeitura de Juara/MT e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, mau acondicionamento dos produtos ou forma inadequada no seu transporte até a localidade.

7.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Prefeitura de Juara/MT.

7.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

7.9. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da Prefeitura de Juara/MT.

7.10. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.11. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação dos itens, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

7.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus toda ou parte da remessa devolvida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatada divergência na especificação.

7.14. Da garantia:

7.14.1. De acordo com a especificação do item.

7.15. Os prazos de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão dos termos de recebimento definitivo dos materiais pela CONTRATANTE;

7.16. Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

8.2. Encaminhar ao Fornecedor Registrado as solicitações dos produtos e/ou equipamentos com as necessidades a serem desenvolvidas;

8.3. Fornecer ao Fornecedor Registrado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Edital e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

8.4. Efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.7. Comunicar à contratada, por escrito e tempestivamente, sobre imperfeições, qualquer alteração, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.11. O Contrato será fiscalizado pela Sra. Flávia Cavichioli da Silva, fiscal de contratos legalmente designada, telefone: (66) 3556-9400/9401.

9. DA ORDEM DE FORNECIMENTO

9.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente similar, conforme disposto no artigo 62 de Lei nº 8.666/93, e obedecidas os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

9.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

9.1.2. O órgão gerenciador deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

9.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante as Fazendas Municipal e Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.3. Caso se trate de serviço de natureza continua, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, com base no art. 57, II da Lei n. 8666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada à sessenta meses.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Serviços Rurais, para o exercício financeiro de 2015, conforme indicado abaixo e em dotação própria e de mesma natureza para os demais ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado à Contratada mediante crédito(s) em conta(s) corrente(s), até o 30º (trigésimo) dia contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente ordem de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento e devidamente atestada ordenador de despesa da pasta e por servidor designado como fiscal de contratos.

11.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal; 11.3. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 18.1 fluirá a partir da respectiva data de regularização. 11.4. O faturamento deverá ser emitido para: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ: 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, Cep: 78.575-000, na cidade de Juara/MT. 11.5. No corpo da Nota Fiscal deverá constar o número do Edital, Lote, número da Nota de Empenho e do Contrato, nome do banco, agência e conta-corrente e o nome da Unidade Destinatária.

11.6. Os valores dos produtos contratados não sofrerão reajuste contratual.

11.7. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, os valores devidos poderão ser corrigidos, mediante solicitação da empresa a ser contratada, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna- IGP-DI, coluna 2, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrido entre a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

11.8. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring; 11.9. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na nota fiscal; 11.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado; 11.11. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia; 11.12. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados; 11.13. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

11.14. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11.15. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente a empresa a ser contratada, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

11.16. No valor do contrato estarão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

11.17. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

11.18. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

11.19. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças / Divisão de Cadastros.

12. DAS SANÇÕES

12. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Juara e será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

12.1. apresentar documentação falsa;

12.2. retardar a execução do objeto;

12.3. falhar na execução do contrato;

12.4. fraudar a execução do contrato;

12.5 comportar-se de modo inidôneo;

12.6. fizer declaração falsa;

12.7. cometer fraude fiscal.

12.8. Para os fins do item 12.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

12.9. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “4”, “5”, “6” e nas tabelas 2 a 3 abaixo, com as seguintes penalidades:

12.9.1. advertência;

12.9.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a dois anos;

12.9.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

12.9.4. impedimento de licitar e contratar com o município e descredenciamento no Cadastro Geral de Fornecedores do município, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

12.10. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

12.11. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

12.12. Para os fins do item 12.2, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor da Ordem de Serviço, por dia útil de atraso injustificado na conclusão do serviço, até o máximo de 30% (trinta por cento), o que poderá configurar, segundo o juízo da Administração, a inexecução parcial ou total do contrato.

12.13. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 deste item, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

12.14. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (R$)
1	300,00
2	500,00
3	700,00
4	900,00
5	2.000,00
6	5.000,00

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
07	Retirar das dependências da Administração quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência
08	Deixar de Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
09	Deixar de Cumprir horários e prazos estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
10	Deixar de Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Deixar de Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Deixar de Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

13. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1.993.

13.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

13.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

13.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

13.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

13.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

13.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

13.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

f) Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

14.3. Em quaisquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro de preços do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 19 de Junho de 2015.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

SOUZA CARMO & SOUZA CARMO LTDA

CNPJ: 11.210.067/0001-77

Srª. Maria de Souza Carmo

RG: 1166832-6 SSP/MT

CPF/MF sob o n. 581.071.261-49

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28-A/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº 049/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n. 049/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28-A/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 28-A/2015/ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO: Nº. 049/2015/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES,

contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita com o CNPJ sob o 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Edson Miguel Piovesan, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º 949618-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 139.332. 219-0O, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, residente e domiciliado na Avenida Rio Arinos, S/N, Centro, na cidade de Juara-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa, SOUZA CARMO & SOUZA CARMO LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n. 11.210.067/0001-77, localizada à Avenida Ayrton Senna n. 1212-S, Parte do Lote 153 - Gleba Taquaral, CEP: 78.575-000, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, Telefone (66) 3556-1557, E-mail: superbelavistacompras@gmail.com representada por sua sócio proprietária a Srª. Maria de Souza Carmo, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade n. 1166832-6 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o n. 581.071.261-49, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA O FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL – PROJETO MÃES DE JUARA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PAM, conforme Termo de Referência Anexo I do Edital de Pregão Presencial n. 049/2015, valores, marcas, quantidades, proposta vencedora e demais condições e especificações do Edital e estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Presencial n. 049/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. **O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados à partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.**

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada ITEM registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 **O gerenciamento deste instrumento caberá a SECAD, através de Fiscal de Contratos devidamente designado no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do município, nas questões legais.**

4.2. **Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014, e na Lei nº 8.666/93.**

4.2.1. **Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento. Independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.**

4.2.2. **As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.**

4.2.3. **Caso decorra licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pela órgão aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgão participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 8.000,00 (oito mil reais), para cada item da Ata.**

4.2.4. **Todo o órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº 3.931, de 2001.**

5. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

5.1 **Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:**

ITEM	COD.	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
01	91280	ALCOOL 70°, EMBALAGEM DE 50 ML, COMPOSICAO: ALCOOL ETILICO 70% (V/V), EXCIPIENTE: AGUA PURIFICADA.	FRASCO 50 ML	400	6.40	2. 560,00	START
02	91281	SHAMPOO PARA BEBE QUE NUTRE E FORTALECE OS CABELOS, DEIXANDO-OS MAIS BRILHANTES E FACEIS DE PENTEAR, FORMULA CLINICAMENTE TESTADA QUE	FRASCO 100 ML	500	3,05	1. 525,00	TOPZ

		NÃO IRRITA OS OLHOS NEM A PELE DO BEBE, DERMATOLOGICAMENTE TESTATO, HIPOALERGENICO.					
05	91284	HASTES DE ALGODAO FLEXIVEIS, INQUEBRAVEIS, PONTAS DE ALGODAO QUE NÃO SOLTAM FIAPOS, COM RANHURAS QUE PERMITEM UMA FIXACAO SEGURA E HIGIENICA; ALGODAO COM TRATAMENTO ESPECIAL ANTIGERME (TRICLOSAN 0,4%)	CX C/ 75 UND	400	1,33	532,00	TOPZ
06	91285	FRALDA DESCARTAVEL TAMANHO P, COMPONENTES ATOXICOS NÃO PROPENSOS A CAUSAR IRRITACAO EM CONTATO COM A PELE, BARREIRAS SUPERIMPERMEAVEIS MAIORES E MAIS RESISTENTES DE PONTA A PONTA, CAMADA DE PROTECAO ULTRASSECA QUE ABSORVE MAIS RAPIDO; SISTEMA BLOCKGEL QUE RETEM O XIXI LONGE DA PELE DO BEBE; CANAIS ATIVOS QUE DISTRIBUEM MAIS O RAPIDO O XIXI E PH BALANCEADO PARA PREVENCAO DE ASSADURAS.	PCT C/ 36 UND	500	27,25	13.625,00	PAMPERS
08	91287	TOALHA DE BANHO PARA BEBE PRODUZIDA COM 100% ALGODAO, REVESTIDA COM FRALDA.	UND	400	14,99	5.996,00	LEPPER

5.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do principio previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

5.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

5.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, fretes, treinamentos e etc.) sem ônus adicional para o perfeito cumprimento das obrigações de fornecimento e execução dos serviços de fornecimento registrados.

5.5. Os preços registrados e a indicação do respectivo Fornecedor detentor da Ata serão publicados na imprensa oficial.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. A empresa licitante vendedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer quando convocado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses improrrogáveis.

6.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

6.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a SECAD se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

6.5. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser solicitado pela contratada o reequilíbrio econômico-financeiro do pacto, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei n. 8.666/93.

6.6. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da publicação da ata de Registro de Preço, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela SECAD.

6.7. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

6.8. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECAD solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

6.9. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECAD poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

6.10. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

6.11. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

6.11.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

6.11.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.11.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

6.11.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

6.11.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

6.12. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

6.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

6.14. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

6.15. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues, anteriormente ao cancelamento.

6.16. Caso a SECAD não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

6.17. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.

6.18. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Administração.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir o objeto da contratação, entregando os produtos especificados e adjudicado no Pregão, conforme disposições contidas neste Edital e, em conformidade com o prazo de entrega, recebimento e aceitação dos produtos:

7.1.1. Prazo de entrega/execução: A CONTRATADA deverá fornecer o objeto imediatamente e de forma parcelada à CONTRATANTE a partir da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.

7.1.2. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme solicitação da Contratante.

7.1.3. Os produtos recusados serão substituídos, em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação, sem ônus para o Órgão.

7.2. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e estar em linha de produção, o prazo de validade deverá ser em conformidade com as especificações do item.

7.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal, fornecimento de equipamentos necessários em regime de comodato e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela SECAD.

7.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.6. Responder perante a Prefeitura de Juara/MT e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, mau acondicionamento dos produtos ou forma inadequada no seu transporte até a localidade.

7.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Prefeitura de Juara/MT.

7.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

7.9. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da Prefeitura de Juara/MT.

7.10. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.11. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação dos itens, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

7.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus toda ou parte da remessa devolvida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatada divergência na especificação.

7.14. Da garantia:

7.14.1. De acordo com a especificação do item.

7.15. Os prazos de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão dos termos de recebimento definitivo dos materiais pela CONTRATANTE;

7.16. Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

8.2. Encaminhar ao Fornecedor Registrado as solicitações dos produtos e/ou equipamentos com as necessidades a serem desenvolvidas;

8.3. Fornecer ao Fornecedor Registrado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Edital e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

8.4. Efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.7. Comunicar à contratada, por escrito e tempestivamente, sobre imperfeições, qualquer alteração, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.11. O Contrato será fiscalizado pela Sra. Flávia Cavichioli da Silva, fiscal de contratos legalmente designada, telefone: (66) 3556-9400/9401.

9. DA ORDEM DE FORNECIMENTO

9.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente similar, conforme disposto no artigo 62 de Lei nº 8.666/93, e obedecidas os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

9.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

9.1.2. O órgão gerenciador deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

9.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante as Fazendas Municipal e Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.3. Caso se trate de serviço de natureza continua, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, com base no art. 57, II da Lei n. 8666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada à sessenta meses.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Serviços Rurais, para o exercício financeiro de 2015, conforme indicado abaixo e em dotação própria e de mesma natureza para os demais ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado à Contratada mediante crédito(s) em conta(s) corrente(s), até o 30º (trigésimo) dia contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente ordem de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento e devidamente atestada ordenador de despesa da pasta e por servidor designado como fiscal de contratos.

11.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal; 11.3. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 18.1 fluirá a partir da respectiva data de regularização. 11.4. O faturamento deverá ser emitido para: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ: 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, Cep: 78.575-000, na cidade de Juara/MT. 11.5. No corpo da Nota Fiscal deverá constar o número do Edital, Lote, número da Nota de Empenho e do Contrato, nome do banco, agência e conta-corrente e o nome da Unidade Destinatária.

11.6. Os valores dos produtos contratados não sofrerão reajuste contratual.

11.7. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, os valores devidos poderão ser corrigidos, mediante solicitação da empresa a ser contratada, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna- IGP-DI, coluna 2, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrido entre a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

11.8. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring; 11.9. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na nota fiscal; 11.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado; 11.11. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia; 11.12. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados; 11.13. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

11.14. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11.15. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente a empresa a ser contratada, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

11.16. No valor do contrato estarão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

11.17. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

11.18. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

11.19. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças / Divisão de Cadastros.

12. DAS SANÇÕES

12. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Juara e será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

12.1. apresentar documentação falsa;

12.2. retardar a execução do objeto;

12.3. falhar na execução do contrato;

12.4. fraudar a execução do contrato;

12.5 comportar-se de modo inidôneo;

12.6. fizer declaração falsa;

12.7. cometer fraude fiscal.

12.8. Para os fins do item 12.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

12.9. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “4”, “5”, “6” e nas tabelas 2 a 3 abaixo, com as seguintes penalidades:

12.9.1. advertência;

12.9.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a dois anos;

12.9.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

12.9.4. impedimento de licitar e contratar com o município e descredenciamento no Cadastro Geral de Fornecedores do município, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

12.10. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

12.11. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

12.12. Para os fins do item 12.2, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor da Ordem de Serviço, por dia útil de atraso injustificado na conclusão do serviço, até o máximo de 30% (trinta por cento), o que poderá configurar, segundo o juízo da Administração, a inexecução parcial ou total do contrato.

12.13. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 deste item, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

12.14. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (R$)
1	300,00
2	500,00
3	700,00
4	900,00
5	2.000,00
6	5.000,00

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
07	Retirar das dependências da Administração quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência
08	Deixar de Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
09	Deixar de Cumprir horários e prazos estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
10	Deixar de Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Deixar de Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Deixar de Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

13. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1.993.

13.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

13.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

13.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

13.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

13.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

13.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

13.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

f) Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

14.3. Em quaisquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro de preços do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 19 de Junho de 2015.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

SOUZA CARMO & SOUZA CARMO LTDA

CNPJ: 11.210.067/0001-77

Srª. Maria de Souza Carmo

RG: 1166832-6 SSP/MT

CPF/MF sob o n. 581.071.261-49

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº 049/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n. 049/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 28/2015/ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO: Nº. 049/2015/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES,

contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita com o CNPJ sob o 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Edson Miguel Piovesan, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º 949618-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 139.332. 219-0O, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, residente e domiciliado na Avenida Rio Arinos, S/N, Centro, na cidade de Juara-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa, ANDRADE E PEREIRA LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n. 11.087.959/0001-22, localizada à Praça dos Colonizadores n. 182-S, Centro, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, CEP: 78.575-000, Telefone (66) 3556-1014, E-mail: sdsa-ojose@yahoo.com.br representada por seu sócio proprietário o Srº. Edgelson Dias de Andrade, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 856222 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n. 630.123.831-15, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA O FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL – PROJETO MÃES DE JUARA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PAM, conforme Termo de Referência Anexo I do Edital de Pregão Presencial n. 049/2015, valores, marcas, quantidades, proposta vencedora e demais condições e especificações do Edital e estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Presencial n. 049/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. **O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados à partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.**

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada ITEM registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 **O gerenciamento deste instrumento caberá a SECAD, através de Fiscal de Contratos devidamente designado no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do município, nas questões legais.**

4.2. **Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014, e na Lei nº 8.666/93.**

4.2.1. **Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento. Independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.**

4.2.2. **As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.**

4.2.3. **Caso decorra licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pela órgão aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgão participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 8.000,00 (oito mil reais), para cada item da Ata.**

4.2.4. **Todo o órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº 3.931, de 2001.**

5. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

5.1 **Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:**

ITEM	COD.	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
03	91282	SABONETE PARA BEBE, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALERGICO, EMOLIENTE SUAVE, CHEIRINHO DE BEBE, EMBALAGEM 75 GRAMAS.	UND	500	2,40	1.200	TURMA DA MONICA
04	91283	LENCO UMEDECIDO QUE HIDRATA A PELE DELICADA DO BEBE, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALERGICO, ULTRA-RESISTENTE, SEM ALCOOL, TELA NAO TECIDO: SPUNLACE.	PCT C/ 50 FOLHAS	500	3,80	1.900	COTTON
07	91286	BANHEIRA DE PLASTICO RESISTENTE; CAPACIDADE DE 34 LITROS; RECOMENDADA PARA CRIANCAS DE 0 A 12 MESES.	UND	400	20,40	69,65	PLAZUTIL

5.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do principio previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

5.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

5.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, fretes, treinamentos e etc.) sem ônus adicional para o perfeito cumprimento das obrigações de fornecimento e execução dos serviços de fornecimento registrados.

5.5. Os preços registrados e a indicação do respectivo Fornecedor detentor da Ata serão publicados na imprensa oficial.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. A empresa licitante vendedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer quando convocado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses improrrogáveis.

6.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

6.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a SECAD se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

6.5. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser solicitado pela contratada o reequilíbrio econômico-financeiro do pacto, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei n. 8.666/93.

6.6. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da publicação da ata de Registro de Preço, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela SECAD.

6.7. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

6.8. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECAD solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

6.9. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECAD poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

6.10. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

6.11. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

6.11.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

6.11.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.11.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

6.11.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

6.11.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

6.12. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

6.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

6.14. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

6.15. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues, anteriormente ao cancelamento.

6.16. Caso a SECAD não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

6.17. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.

6.18. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Administração.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir o objeto da contratação, entregando os produtos especificados e adjudicado no Pregão, conforme disposições contidas neste Edital e, em conformidade com o prazo de entrega, recebimento e aceitação dos produtos:

7.1.1. Prazo de entrega/execução: A CONTRATADA deverá fornecer o objeto imediatamente e de forma parcelada à CONTRATANTE a partir da emissão da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.

7.1.2. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme solicitação da Contratante.

7.1.3. Os produtos recusados serão substituídos, em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação, sem ônus para o Órgão.

7.2. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e estar em linha de produção, o prazo de validade deverá ser em conformidade com as especificações do item.

7.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal, fornecimento de equipamentos necessários em regime de comodato e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela SECAD.

7.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.6. Responder perante a Prefeitura de Juara/MT e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, mau acondicionamento dos produtos ou forma inadequada no seu transporte até a localidade.

7.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Prefeitura de Juara/MT.

7.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

7.9. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da Prefeitura de Juara/MT.

7.10. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.11. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação dos itens, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

7.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus toda ou parte da remessa devolvida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatada divergência na especificação.

7.14. Da garantia:

7.14.1. De acordo com a especificação do item.

7.15. Os prazos de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão dos termos de recebimento definitivo dos materiais pela CONTRATANTE;

7.16. Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

8.2. Encaminhar ao Fornecedor Registrado as solicitações dos produtos e/ou equipamentos com as necessidades a serem desenvolvidas;

8.3. Fornecer ao Fornecedor Registrado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Edital e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

8.4. Efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.7. Comunicar à contratada, por escrito e tempestivamente, sobre imperfeições, qualquer alteração, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.11. O Contrato será fiscalizado pela Sra. Flávia Cavichioli da Silva, fiscal de contratos legalmente designada, telefone: (66) 3556-9400/9401.

9. DA ORDEM DE FORNECIMENTO

9.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente similar, conforme disposto no artigo 62 de Lei nº 8.666/93, e obedecidas os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

9.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

9.1.2. O órgão gerenciador deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

9.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante as Fazendas Municipal e Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.3. Caso se trate de serviço de natureza continua, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, com base no art. 57, II da Lei n. 8666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada à sessenta meses.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Serviços Rurais, para o exercício financeiro de 2015, conforme indicado abaixo e em dotação própria e de mesma natureza para os demais ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado à Contratada mediante crédito(s) em conta(s) corrente(s), até o 30º (trigésimo) dia contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente ordem de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento e devidamente atestada ordenador de despesa da pasta e por servidor designado como fiscal de contratos.

11.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal; 11.3. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 18.1 fluirá a partir da respectiva data de regularização. 11.4. O faturamento deverá ser emitido para: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ: 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, Cep: 78.575-000, na cidade de Juara/MT. 11.5. No corpo da Nota Fiscal deverá constar o número do Edital, Lote, número da Nota de Empenho e do Contrato, nome do banco, agência e conta-corrente e o nome da Unidade Destinatária.

11.6. Os valores dos produtos contratados não sofrerão reajuste contratual.

11.7. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, os valores devidos poderão ser corrigidos, mediante solicitação da empresa a ser contratada, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna- IGP-DI, coluna 2, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrido entre a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

11.8. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring; 11.9. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na nota fiscal; 11.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado; 11.11. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia; 11.12. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados; 11.13. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

11.14. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11.15. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente a empresa a ser contratada, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

11.16. No valor do contrato estarão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

11.17. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

11.18. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

11.19. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças / Divisão de Cadastros.

12. DAS SANÇÕES

12. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Juara e será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

12.1. apresentar documentação falsa;

12.2. retardar a execução do objeto;

12.3. falhar na execução do contrato;

12.4. fraudar a execução do contrato;

12.5 comportar-se de modo inidôneo;

12.6. fizer declaração falsa;

12.7. cometer fraude fiscal.

12.8. Para os fins do item 12.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

12.9. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “4”, “5”, “6” e nas tabelas 2 a 3 abaixo, com as seguintes penalidades:

12.9.1. advertência;

12.9.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a dois anos;

12.9.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

12.9.4. impedimento de licitar e contratar com o município e descredenciamento no Cadastro Geral de Fornecedores do município, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

12.10. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

12.11. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

12.12. Para os fins do item 12.2, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor da Ordem de Serviço, por dia útil de atraso injustificado na conclusão do serviço, até o máximo de 30% (trinta por cento), o que poderá configurar, segundo o juízo da Administração, a inexecução parcial ou total do contrato.

12.13. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 deste item, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

12.14. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (R$)
1	300,00
2	500,00
3	700,00
4	900,00
5	2.000,00
6	5.000,00

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
07	Retirar das dependências da Administração quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência
08	Deixar de Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
09	Deixar de Cumprir horários e prazos estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
10	Deixar de Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Deixar de Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Deixar de Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

13. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1.993.

13.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

13.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

13.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

13.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

13.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

13.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

13.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

f) Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

14.3. Em quaisquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro de preços do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 19 de Junho de 2015.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

ANDRADE E PEREIRA LTDA - EPP

CNPJ: 11.087.959/0001-22

Edgelson Dias de Andrade

RG: 856222 SSP/MT

CPF: 630.123.831-15

SETOR DE LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO Nº 56/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 056/2015

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2015, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão nº. 056/2015, do tipo Presencial, cuja abertura ocorrerá as 09H00 - Local, do dia 02/07/2015, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CRECHES MUNICIPAIS.** O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, ou no site WWW.cidadecompras.com.br, WWW.juara.mt.gov.br; maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9400/9401.

Juara-MT, 19 de junho de 2015.

José Roberto Pereira Alves Edson Miguel Piovesan

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N°29/2015 – TOMADA DE PREÇO N°01/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA –MT, POR INTERMÉDIO DE SEU PREGOEIRO E EQUIPE, TORNA-SE PUBLICO A ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 29/2015, POR ERRO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO MUNICIPAL, ONDE O MESMO TEM COMO ABJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO , CONCESSIONARIA COMERCIAL, PARA PRESTAR SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO INTERESSE DA MUNICIPALIDADE E COM BOA ABRANGÊNCIA EM TODO O MUNICÍPIO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE JORNAL ESCRITO , PARA PRESTAR SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO MUNICÍPIO .

ROBSON GOMES DIAS

PRESIDENTE DA COMISSÃO DA LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

ASSESSORIA JURIDICA
LEI Nº 1.570/2015.

LEI Nº 1.570/2015.

“Estabelece regras para composição e funcionamento do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)**, do **CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, reinstitui o **FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FMDCA)**, revoga as disposições da Lei 228/90 e demais disposições anteriores em contrário, e dá outras providências.

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecendo normas para sua adequada aplicação, bem como sobre a regulamentação do sistema institucional de apoio à sua formulação e execução.

Parágrafo Único. Esta Lei aplica-se, no âmbito público, aos órgãos e entidades municipais da Administração Direta, Indireta e Fundacional e, fora dele, à população e entes representativos da sociedade civil organizada e às entidades de atendimento arroladas pela Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

Art. 2º. A proteção integral à criança e ao adolescente prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente será assegurada através de uma rede de proteção caracterizada pelas ações de todos os órgãos da Administração Pública do Município de Juina e de órgãos não governamentais, por meio de programas, projetos e atividades regulares e especiais, mobilização da comunidade, da sociedade civil organizada, das entidades filantrópicas, dos governos Estaduais e Federais e de qualquer cidadão.

Art. 3º. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Juina será precedido da elaboração de programas específicos, com a respectiva previsão dos recursos necessários.

Capítulo II DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 4º. A Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do Município de Juina será efetivada através dos seguintes órgãos e providências:

I- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II- Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA;

IV- Da integração de todas as dotações destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente em funções, programas, projetos e atividades, claramente indicados no orçamento municipal.

Seção II

DO APOIO FINANCEIRO À VIABILIZAÇÃO

DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 5º. Os recursos destinados às políticas relacionadas aos direitos da criança e do adolescente serão claramente identificados nas dotações dos órgãos e entidades municipais integrantes do Orçamento Anual do Município de Juina - MT.

Capítulo II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Seção I

DA NATUREZA

Art. 6º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Juina– CMDCA, instituído pela Lei Municipal nº 228/90, de 23 de novembro de 1990, é órgão deliberativo da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controlador das ações, em todos os níveis, de implementação desta mesma política e responsável por fixar critérios de utilização e planos de aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. ***Parágrafo único.*** **Incumbe ao CMDCA, ainda, zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme previsto no art. 4º,** ***caput,*** **e parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", e artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, da Lei nº 8069/90, e no art. 227,** ***caput,*** **da Constituição Federal. Art. 7º. Haverá, nos limites do Município de Juina um único Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, composto paritariamente de representantes do governo municipal e da sociedade civil organizada, garantindo-se a participação popular no processo de discussão, deliberação e controle da política de atendimento integral dos direitos da criança e do adolescente, que compreende as políticas sociais básicas e demais políticas necessárias à execução das medidas protetivas e socioeducativas previstas nos artigos 87, 101 e 112, da Lei 8069/90.**

§1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA integra a estrutura do Governo Municipal, vinculando-se administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, com autonomia decisória sobre as matérias de sua competência.

§2º. As decisões do CMDCA, no âmbito de suas atribuições e competências, tomadas por voto de maioria absoluta de seus membros, materializadas em resoluções, vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada, em respeito aos princípios constitucionais da participação popular e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§3º. Em caso de infringência de suas deliberações, o CMDCA representará ao Ministério Público visando à adoção de providências cabíveis, bem assim aos demais órgãos legitimados no art. 210, do ECA, para que demandem em Juízo mediante ação mandamental ou ação civil pública.

Art.8º. Nos termos do art. 89, do ECA, a função de membro do CMDCA é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Parágrafo único. Cabe à administração municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, o custeio ou reembolso das despesas decorrentes de transporte, alimentação e hospedagem dos membros do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, titulares ou suplentes, para que possam se fazer presentes a reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como a eventos e solenidades nos quais devam representar oficialmente o Conselho, mediante dotação orçamentária específica.

Art. 9º. A representação do CMDCA será exercida por seu Presidente, eleito por maioria absoluta de seus integrantes, conforme disposto no Regimento Interno respectivo, cabendo-lhe dirigir todos os atos inerentes ao exercício de suas funções, bem como representá-lo perante os órgãos, entidades e pessoas a quem se dirigir.

Parágrafo único. O exercício da função junto ao Conselho de Direitos - CMDCA, titular ou suplente, requer disponibilidade para efetivo desempenho de suas atividades, em razão do interesse e da prioridade absoluta assegurada aos direitos da criança e do adolescente.

Seção II

ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA FUNCIONAMENTO

Art. 10. Compete ao Poder Executivo Municipal fornecer instalações físicas, pessoal e estrutura técnica, administrativa e institucional necessárias ao adequado funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária específica que não onere o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.

Parágrafo único. A dotação orçamentária a que se refere este artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo CMDCA, inclusive despesas com capacitação dos conselheiros.

Seção III

PUBLICAÇÃO DOS ATOS DELIBERATIVOS

Art. 11. Os atos deliberativos do CMDCA deverão ser publicados no órgão de imprensa oficial do Estado ou imprensa local, seguindo as mesmas regras de publicação dos demais atos do Poder Executivo.

Seção IV

DA COMPOSIÇÃO E MANDATO

Art. 12. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Juina - CMDCA será composto por 10(dez) membros, sendo:

I – 5 (cinco) representantes do Governo Municipal, sendo:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças e Administração;

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo.

II – 4 (quatro) representantes de organizações da sociedade civil que desenvolvam atividades voltadas, direta ou indiretamente, à proteção aos direitos da criança e do adolescente.

III – 01 (um) representante de entidade de classe, podendo ser dentre outras dos seguintes órgãos com representatividade no Município:

a) Conselho Regional de Serviço Social;

b) Ordem dos Advogados do Brasil; ou,

c) Conselho Regional de Psicologia.

Subseção I

DOS REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Art. 13. Os representantes do Governo Municipal junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão designados pelo Chefe do Executivo, no prazo máximo de 30 dias após o início do mandato, dentre servidores integrantes de setores responsáveis pelas políticas sociais básicas, direitos humanos, finanças e planejamento.

Parágrafo Único – Para cada titular será indicado um suplente, que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o regimento interno do Conselho respectivo.

Art. 14. A duração do mandato do representante governamental no CMDCA está condicionada à expressa manifestação contida no ato designatório da autoridade competente, podendo se estender para todo o mandato.

§ 1º. O afastamento de qualquer dos representantes do Governo Municipal junto ao CMDCA deverá ser previamente comunicado e justificado para que não haja prejuízo às atividades do Conselho.

§ 2º. A autoridade competente deverá designar o novo conselheiro governamental no máximo cinco dias antes da próxima assembleia geral ordinária subsequente ao afastamento, enviando ao presidente do CMDCA para registro.

Subseção II

DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Art. 15. A representação da sociedade civil visa garantir a plena participação da população por meio de organizações representativas escolhidas em fórum próprio.

§ 1º. Poderão participar do processo de escolha as organizações da sociedade civil constituídas há pelo menos dois anos e com atuação no âmbito territorial do Município de Juina com atividades voltadas, direta ou indiretamente, à proteção dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º. A representação da sociedade civil no CMDCA, diferentemente da representação governamental, não poderá ser previamente estabelecida pela direção da entidade, devendo submeter-se periodicamente a processo democrático de escolha.

§ 3º. O processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao CMDCA deverá será disciplinado por Resolução do próprio CMDCA, aprovada por maioria absoluta de seus membros.

Art. 16. O mandato no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA pertence à organização da sociedade civil eleita, que indicará um de seus membros para atuar como seu representante e serão escolhidos em Fórum próprio ou conferência municipal, direta e livremente, pelos representantes das entidades, na forma como despuser o regimento interno.

Parágrafo Único - O mandato a que se refere este artigo será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, através do mesmo processo seletivo.

Art. 17. A eventual substituição de qualquer dos representantes das organizações da sociedade civil no CMDCA deverá ser previamente comunicada e justificada pela direção da entidade, para que não ocorra prejuízo às atividades do Conselho.

Art. 18. Os representantes da sociedade civil junto ao CMDCA serão empossados no prazo máximo de 30 dias após a proclamação do resultado da eleição, com a publicação dos nomes das organizações da sociedade civil e respectivos representantes, titulares e suplentes.

§1º - É vedada a indicação de entidades ou nomes ou qualquer outra forma de ingerência do poder público no processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao CMDCA.

Seção V

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 20 - Não poderão compor o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA:

I - Membros de conselhos de políticas públicas;

II - Representantes de órgãos de outras esferas governamentais;

III - Ocupantes de cargo de confiança ou função comissionada do poder público, na qualidade de representante de organização da sociedade civil;

IV - Membros do Conselho Tutelar;

V - Aquele que não preencha os seguintes requisitos:

a - gozar de idoneidade moral;

b - ter idade igual ou superior a 21 anos;

c - residir no município de Juina há 01 (um) ano;

d - ser eleitor no Município de Juina e estar em pleno e regular gozo dos seus direitos políticos;

e – Ser alfabetizado.

VI - Membros e serventuários do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Legislativo, da Defensoria Pública, com atuação no âmbito do Município de Juína.

Seção VI

DA COMPETÊNCIA

Art. 21. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Juina - CMDCA:

I - Formular ou, de qualquer forma, opinar e intervir na formulação das políticas de âmbito municipal voltadas aos interesses da criança e do adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, captação e aplicação dos recursos a esse fim destinados;

II - Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhanças, e dos bairros ou de zona urbana ou rural onde convivam ou residam;

III - Apresentar as prioridades a ser incluído no planejamento do Município, em tudo o que se refere ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se executa no Município, que possa afetar as suas deliberações;

V – Registrar as entidades governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

VI - Registrar as entidades não governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham, além de outras formas previstas em lei, programas de:

a - orientação, apoio e acolhimento familiar;

b - orientação e apoio socioeducativo em meio aberto;

c - acolhimento institucional;

d - liberdade assistida;

e - semiliberdade;

f - internação.

VI – efetuar a inscrição dos programas a que se refere o inciso anterior, das entidades governamentais e das organizações da sociedade civil que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto;

VII - Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e Conselhos Tutelares do Município;

VIII - Requisitar assessoramento e apoio técnico especializado junto aos órgãos da Administração Municipal, em petição escrita e fundamentada;

IX - Acompanhar e fiscalizar o emprego de todas e quaisquer verbas obtidas pelo Município para aplicação direta ou indireta à política municipal de atendimento da criança e do adolescente, bem como a administração e prestação de contas de recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA.

Seção V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 22. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA estabelecerá regras para seu funcionamento através de regimento interno, prevendo, dentre outras questões:

I - A estrutura funcional mínima composta por plenário, presidência, comissões e secretaria, definindo suas respectivas atribuições;

II - A forma de escolha dos membros da Presidência e demais cargos da Diretoria, assegurando-se o direito a alternância entre representantes do Governo e da Sociedade Civil;

III - A forma de substituição dos membros da presidência, na falta ou impedimento dos mesmos;

IV – A forma de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias, com comunicação aos integrantes do órgão, titulares e suplentes, de modo que se garanta a presença de todos os seus membros e a participação da população em geral;

V - A forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberações, com a obrigatoriedade de sua prévia comunicação aos conselheiros;

VI - A possibilidade de discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos em pauta;

VII - O quorum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias;

VIII - As situações em que o quorum qualificado deve ser exigido no processo de tomada de decisões com sua expressa indicação quantitativa;

IX - A criação de comissões e grupos de trabalho, que deverão ser compostos de forma paritária;

X - A forma como ocorrerá à discussão das matérias em pauta;

XI - A forma como se dará a participação dos presentes na assembléia ordinária;

XII - A garantia de publicidade das assembléias ordinárias, salvo os casos expressos de obrigatoriedade de sigilo;

XIII - A forma como serão efetuado as deliberações e votações das matérias, com a previsão de solução em caso de empate;

XIV - A forma como será deflagrado e conduzido o procedimento administrativo com vista à exclusão de organização da sociedade civil ou de seu representante, quando da reiteração de faltas injustificadas ou prática de ato incompatível com a função;

XV - A forma como será deflagrada a substituição do representante do órgão público, quando tal se fizer necessário.

Seção VI

DO REGISTRO DAS ENTIDADES E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

Art. 23. Na forma do disposto nos artigos 90, parágrafo único e 91, da Lei nº 8.069/90, cabe ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA:

I - Efetuar o registro, no *Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, de todas* as organizações da sociedade civil sediadas no Município de Juína que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art. 90, *caput,* e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, todos da Lei nº 8.069/90; e,

II - Efetuar a inscrição no *Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA* dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, a serem executados no Município do Município de Juina por entidades governamentais e das organizações da sociedade civil.

Parágrafo único. A cada 03 (três) anos, o CMDCA promoverá o recadastramento das entidades e dos programas em execução no Município, certificando-se de sua contínua adequação à política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada.

Art. 24. Através de Resolução, votada por maioria absoluta de seus membros, o CMDCA indicará a relação de documentos a serem apresentados pelas entidades a que se refere o artigo anterior para fins de registro, considerando o disposto no art. 91, do ECA.

Parágrafo único. Os documentos exigidos visarão, exclusivamente, comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 25. Quando do registro ou renovação, o CMDCA, com o auxílio de outros órgãos e serviços públicos, deverá certificar-se da adequação da entidade ou do programa às normas e princípios estatutários pertinentes, bem como a outros requisitos específicos que venham justificadamente a exigir por meio de resolução própria.

§ 1º. Será negado o registro à entidade, nas hipóteses relacionadas no art. 91, parágrafo único, da Lei nº 8069/90, e em outras situações definidas em resolução do CMDCA.

§ 2º. Será negado o registro e inscrição do programa que não respeite os princípios estabelecidos na Lei nº 8069/90, ou seja, incompatível com a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, traçada pelo CMDCA.

§ 3º. O CMDCA não concederá registros para funcionamento de entidades nem inscrição de programas que desenvolvam somente atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio.

§ 4º. Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, será cassado o registro concedido à entidade ou programa, comunicando-se o fato à autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Art. 26. Caso alguma entidade ou programa esteja comprovadamente atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro no CMDCA, deverá o fato ser levado de imediato ao conhecimento da autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar, para adoção das medidas previstas nos artigos 95, 97, 191, 192 e 193 da Lei nº 8069/90.

Art. 27. O CMDCA expedirá ato próprio dando publicidade ao registro das entidades e programas que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, conforme previsto nos artigos 90, parágrafo único, e 91, *caput,* da Lei nº 8069/90.

Seção VII

DOS DEVERES E VEDAÇÕES

Art. 28. São deveres do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I - Manter ilibada conduta pública e particular;

II - Zelar pela dignidade de suas funções, por suas prerrogativas e pelo respeito às autoridades constituídas;

III - Desempenhar com zelo e presteza as suas funções;

IV - Residir no Município;

V - Comparecer regularmente às sessões ordinárias e extraordinárias;

VI - Guardar sigilo sobre assuntos que venha a ter conhecimento em razão do cargo, relativos à conduta de membros do Conselho Tutelar ou de criança ou adolescente alvo de sua atuação;

VII - Não praticar atos de improbidade administrativa;

VIII - Zelar pela economia de material de expediente e pela conservação do patrimônio público;

IX - Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

Art. 29. Aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA aplicam-se as seguintes vedações:

I - Receber, em razão do cargo, honorários, gratificações, ou qualquer outra forma de recompensa, com exceção dos benefícios previstos no artigo 8º, parágrafo único, desta Lei;

II - Extrair cópia, retirar ou divulgar, sem autorização da Presidência, qualquer documento arquivado ou em trâmite pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Valer-se do cargo para lograr proveito próprio ou alheio, em detrimento da dignidade da função pública.

Seção VIII

DAS FALTAS E PENALIDADES

Art. 30. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA são passíveis das seguintes penalidades:

I - Advertência.

II - Censura.

III - Suspensão por até 90 dias.

IV - Cassação do mandato.

Art. 31. A penalidade de advertência será aplicada, reservada e verbalmente, no caso de negligência no cumprimento dos deveres inerentes ao cargo, mantendo-se o evento em registro em livro ou arquivo eletrônico próprio.

Art. 32. A penalidade de censura será aplicada, de forma reservada, por escrito, no caso de reincidência em falta já punida com advertência.

Art. 33. A penalidade de suspensão será aplicada nos casos de reincidência de falta já punida com censura e no caso de violação às vedações previstas nesta lei.

Art. 34. A penalidade de cassação do mandato será aplicada nos casos de:

I - Reincidência em falta já punida com a pena de suspensão;

II - Prática de conduta que caracterize crime ou contravenção penal;

III – Prática de conduta que atente contra os deveres previstos no artigo 28 desta lei, independentemente do trânsito em julgado do processo respectivo;

IV - Falta por 03 vezes consecutivas ou 05 alternadas a sessões deliberativas do CMDCA, sem justificativa aceita pelo Conselho;

V - For constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidas pelo art. 4º, da Lei Federal nº 8.429/92.

VI - Incontinência pública ou conduta escandalosa;

VII - Ofensa física em serviço, a membro do Conselho, servidor público ou a particular;

VIII - Revelação de assunto sigiloso relativo à criança e adolescente, do qual teve ciência em razão do cargo;

IX - Quando for determinada a suspensão cautelar de dirigente de entidade da sociedade civil que atua no CMDCA, de conformidade com o art. 191, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90, ou aplicada alguma das sanções previstas no art. 97 da mesma lei, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento, nos termos dos arts. 191 a 193 do mesmo diploma legal.

X - Deixar de pertencer à instituição que o indicou como representante no Conselho;

XI - Perder a função no órgão público que o indicou.

§ 1º Na hipótese do inciso III, deste artigo, havendo decisão judicial condenatória transitada em julgado, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, independentemente da instauração de processo administrativo, por decisão de maioria de seus membros, com *quorum* de metade mais um de seus integrantes, declarará vago o cargo, dando posse imediata ao primeiro suplente.

§ 2º. Na hipótese do inciso IX, o CMDCA, por decisão de maioria de seus membros, com *quorum* de metade mais um, poderá determinar o afastamento cautelar do integrante enquanto perdurar a suspensão cautelar no processo judicial, seguindo-se a cassação do mandato, quando for aplicada, no processo judicial, as medidas de afastamento definitivo do dirigente, fechamento da unidade ou programa ou cassação do registro da entidade, previstas no art. 97, do ECA.

§3º. Nas situações do parágrafo 2º deste artigo, quando ocorrer o afastamento definitivo do dirigente, será a entidade notificada a indicar outro representante no CMDCA, ou nomeado o suplente; quando ocorrer o fechamento da unidade ou programa ou a cassação do registro, a entidade será excluída do CMDCA, promovendo-se novo processo de seleção para preenchimento da vaga aberta.

Art. 35. O afastamento ou cassação de membro do CMDCA à entidade não governamental que o indicou, para que nomeie, com urgência, outro representante, evitando prejuízos às atividades do Conselho.

Art. 36. A cassação do mandato dos representantes do governo municipal e das organizações da sociedade civil junto ao CMDCA, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo, conforme rito previsto nos artigos 94 a 125 desta lei, com garantia de contraditório e ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta dos votos dos integrantes do mesmo Conselho.

Capítulo III

DOS CONSELHOS TUTELARES DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 37. O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Juina criado pela Lei nº 228/90, de 23 de novembro de 1990, reger-se-á pela legislação federal pertinente, pelo disposto nesta lei, Resolução nº 139, de 17 de março de 2010 e Resolução nº 152, de 09 de agosto de 2012 do CONANDA, pelas legislações recentes do CONANDA, por seu regimento interno e deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Parágrafo único. O regimento interno de que trata o *caput* deste artigo será aprovado por decisão do CMDCA, tomada por maioria de votos, com *quorum* de metade mais um de seus integrantes, mediante proposta dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 38. O Conselho Tutelar do Município de Juina/Mato Grosso é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos em lei (Art. 131, ECA), estando vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, apenas para fins de execução orçamentária.

§2º. A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, sendo vedada a acumulação com qualquer outro cargo, emprego ou função remunerada, excetuada a função de magistério (art. 37, XVI, alínea "b", da Constituição Federal), quando houver absoluta compatibilidade de horários, inclusive com os plantões.

Art. 39. Constará obrigatoriamente da Lei Orçamentária Municipal a previsão dos recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, inclusive para:

I - O custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fac-símile e outros;

II - Proporcionar formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;

III - O custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições, como diárias, passagens, serviços de terceiros, e outros semelhantes;

IV - Garantir espaço físico adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição de prédio de uso exclusivo, seja por locação;

V - Garantir transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção;

VI - Garantir a segurança e manutenção de todo o seu patrimônio;

VII - O custeio de despesas com subsídios e capacitação dos conselheiros, bem como outras despesas necessárias ao bom funcionamento dos serviços que lhe são confiados.

§ 1º. Cabe ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, conforme seja necessário para o pleno desenvolvimento de suas funções.

§ 2º. O Conselho Tutelar poderá requisitar serviços e assessoria nas áreas de educação, saúde, assistência social, dentre outras, com a devida urgência, de forma a atender o disposto nos artigos 4º, parágrafo único, e 136, inciso III, alínea "a", da Lei 8069/90.

§ 3º. É vedado o uso de recurso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Juina– FMDCA para qualquer dos fins previstos neste artigo, exceto para a formação e qualificação funcional dos Conselheiros Tutelares (Res. 139/2010/Conanda, art. 4º, § 6º).

§ 4º. O Conselho Tutelar encaminhará, até o dia 30 do mês de novembro de cada ano, ao CMDCA, o Plano de Trabalho, contendo a previsão das despesas necessárias para sua execução e para o pleno funcionamento do Conselho Tutelar durante o ano seguinte, incumbindo ao Conselho de Direitos adotarem as providências necessárias junto à Secretaria Municipal de Assistência Social para que tais despesas sejam previstas no orçamento global do Município.

Art. 40. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Seção II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 41. Cada Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução, por decisão de maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 1º - Haverá número de suplentes igual ao de membros eleitos.

§2º - A recondução, permitida por uma única vez, consiste na outorga, ao conselheiro tutelar titular do cargo ou suplente que tiver exercido a função de titular nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a inscrição, do direito de concorrer ao cargo por mais um período.

§ 3º - O outorgado à recondução deverá disputar a vaga em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de avaliação técnica, psicológica e de escolha por votação, sendo dispensado apenas da apresentação de documentação comprobatória dos requisitos enumerados no artigo seguinte desta lei.

Seção III

DOS REQUISITOS PARA INGRESSO

Art. 42. Poderão concorrer ao processo de escolha para composição do Conselho Tutelar do Município de Juina os interessados que, na data da inscrição, preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

I - Ter reconhecida idoneidade moral, comprovada mediante a apresentação de certidões negativas cíveis e criminais da Justiça Comum Estadual e Federal da Comarca ou Região pelas quais o Município esteja compreendido;

II - Ter idade mínima de 21(vinte e um) anos;

III - Residir no Município de Juina há pelo menos (um) ano;

IV - Ter concluído o Ensino Médio;

V - Comprovar a aprovação em prova seletiva prévia, de caráter eliminatório, e em avaliação psicológica, realizadas pelo CMDCA sob a fiscalização do Ministério Publico;

VI - Ser eleitor do Município e estar em pleno e regular exercício de seus direitos políticos;

VII - Não exercer atividades político-partidárias, função em órgão de partido político ou direção de entidades sindicais;

VIII - Não exercer cargo ou mandato público eletivo;

IX - Não ocupar cargo efetivo ou em comissão junto à Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, ressalvada a exceção prevista no artigo 37, inciso XVI, alínea "b", da CF, quando houver compatibilidade de horários.

§ 1º. Os requisitos previstos nos incisos VII, VIII e IX, deste artigo, serão comprovados mediante declaração assinada pelo próprio candidato, no momento da inscrição.

§ 2º. Verificado, a qualquer tempo, o descumprimento de qualquer dos requisitos mencionados neste artigo, a inscrição do candidato, ainda que já deferida, e todos os atos dela decorrentes, inclusive de nomeação, serão cancelados.

Seção IV

DA RECONDUÇÃO E PROCESSO DE ESCOLHA

DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 43. No início do trimestre (mês de julho) que antecede a data da eleição para composição do Conselho Tutelar, o CMDCA reunir-se-á para deliberar sobre a recondução a que se refere o art. 41, §2º, desta lei, que poderá ser total ou parcial, de acordo com avaliação de merecimento a ser promovida pelo mesmo Conselho Municipal, na forma prevista no regimento interno respectivo.

Art. 44. Havendo ou não recondução, será constituída, nessa mesma sessão, Comissão Especial Eleitoral, composta de no mínimo quatro membros paritários, incumbida de realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cabendo-lhe ordenar o registro dos candidatos, de-

cidir sobre as impugnações e publicar o resultado final da eleição com o nome dos eleitos e a votação obtida.

§1º. O registro dos candidatos far-se-á através de requerimento endereçado ao Presidente da Comissão Eleitoral, a ser protocolado no local e nos prazos previstos em edital, devidamente acompanhados dos documentos que comprovem o cumprimento dos requisitos exigidos por esta lei.

§2º. Estará impedido de integrar a Comissão Especial Eleitoral o membro que tenha laços de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer dos inscritos no certame, devendo o presidente do CMDCA promover a sua substituição.

§3º. O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será também o Presidente da Comissão Eleitoral.

§4º. Todos os atos praticados pela comissão de seleção serão comunicados imediatamente ao Promotor de Justiça da Comarca.

§5º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá por disposição da Lei Federal nº 12.696/2012, a cada 04 (quatro) anos, e será realizada, obrigatoriamente, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 6º. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao do processo de escolha.

Subseção I

DA DIVULGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 45. Caberá ao CMDCA, com a antecedência devida, regulamentar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante Resolução específica observada as disposições contidas na Lei nº 8069/90, na legislação municipal respectiva e nas Resoluções mais recentes do Conanda.

§1º. A Resolução do CMDCA, regulamentadora do processo de escolha, deverá prever, dentre outras disposições:

a - o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie, no mínimo, três meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar em exercício;

b - a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no art. 133, da Lei 8069/90 e nesta Lei Municipal;

c - as regras de campanha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções, de modo a evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, familiar, institucional e dos meios de comunicação, dentre outros;

d - a criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha.

§2º. A resolução de que trata o parágrafo anterior não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei Federal 8069/90 e por esta lei.

§3º. O processo eleitoral de que trata este artigo deverá estar concluído pelo menos 30 (trinta) dias antes do término do mandato dos Conselheiros Tutelares.

§4º. Cabe ao Poder Executivo Municipal de Juina através da Secretaria de Assistência Social, o custeio de todas as despesas para realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§5º. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 46. Cabe ao CMDCA dar ampla publicidade ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante publicação de edital de convocação do pleito na imprensa oficial, página oficial do Município, do CMDCA e Conselho Tutelar na internet, nos meios de comunicação disponíveis no território do Município, afixação de edital em locais de amplo acesso ao público, chamadas de rádio, televisão, jornais impressos e eletrônicos, blogs e outros meios de divulgação disponíveis.

§1º. O edital conterá, dentre outros, os requisitos à candidatura, a relação de documentos a serem apresentadas pelos candidatos, as regras de campanha e calendário de todas as fases do certame.

§2º. A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre o papel do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e juventude, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8069/90.

Art. 47. Compete, ainda, ao CMDCA tomar, com a antecedência devida, as seguintes providências para a realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

I - Obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como o software respectivo, observadas às disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso.

II - Em caso de impossibilidade do fornecimento de urnas eletrônicas, obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento de listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente; e

III - Garantir o fácil acesso aos locais de votação, preferindo-se aqueles que já sejam utilizadas como sessões eleitorais pela Justiça Eleitoral ou espaços públicos comunitários.

Art. 58. O CMDCA deverá delegar à Comissão Especial Eleitoral, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, a condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observados os mesmos impedimentos impostos por esta lei para composição do Conselho Tutelar.

§ 1º. A composição, assim como as atribuições da Comissão Eleitoral prevista no *caput* deste artigo, deve constar da resolução regulamentadora do processo de escolha.

§ 2º. A Comissão Eleitoral ficará encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnarem, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§3º. Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à Comissão Eleitoral:

I - Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências para apurar a verdade dos fatos.

§ 4º. Das decisões da Comissão eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para julgá-los.

§ 5º. Esgotada a fase recursal, a comissão especial eleitoral fará publicar a relação dos candidatos habilitados, enviando cópia ao Ministério Público para ciência e acompanhamento.

§ 6º. Cabe, ainda, à Comissão Especial Eleitoral:

I - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados no pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição de sanções previstas na legislação local;

II - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - Providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

V - Escolher e divulgar os locais de votação;

VI - Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da Resolução regulamentadora do pleito;

VII - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar local a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança nos locais de votação e apuração;

VIII - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e,

IX - Resolver os casos omissos por decisão da maioria absoluta de seus membros.

§ 7º. O Ministério Público será notificado de todas as reuniões deliberativas realizadas pela Comissão Eleitoral e pelo CMDCA, bem como de todas as decisões nelas proferidas e incidentes verificados no decorrer do certame.

Art. 49. O CMDCA deverá envidar todos os esforços possíveis para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opões de escolha pelos eleitores e de obter o número de titulares e suplentes exigidos por lei, sem a realização de processo de escolha suplementar.

Subseção II

DA AVALIAÇÃO SOBRE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Art. 50. Os candidatos que tiverem a inscrição deferida submeter-se-ão a avaliação técnica através de prova escrita, com questões objetivas e discursivas, com abordagens de situações práticas, sobre o direito da criança e do adolescente e língua portuguesa, compreendendo-se a interpretação da Constituição Federal (artigos 227 a 229), da Lei 8069/90 e da legislação municipal pertinente.

Parágrafo único. A prova de que trata este artigo terá caráter eliminatório, somente sendo considerados aprovados para participar da etapa seguinte (psicológica) os candidatos que obtiverem pelo menos nota 60 (60%), numa avaliação variável de 0 a 100 pontos.

Subseção III

DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Art. 51. Após o resultado da prova escrita, os candidatos aprovados serão submetidos à avaliação psicológica, a ser realizada por profissionais indicados pelo CMDCA, que, após a aplicação dos exames técnicos devidos, os identificará como “aptos” ou “inaptos” para o exercício da função.

Subseção IV

DA ESCOLHA POR ELEIÇÃO

Art. 52. Os candidatos que forem considerados “aptos” no exame psicológico submeter-se-ão, em seguida, ao processo de escolha por votação, sendo considerados membros de o Conselho Tutelar titular os cinco mais votados (1º ao 5º lugar) e suplentes os cinco seguintes em ordem decrescente de votação.

Art. 53. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

I - Eleição mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Juina em processo a ser regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

II - Candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas; e,

III - Fiscalização pelo Ministério Público.

Art. 54. Na hipótese de ocorrer empate na votação, será considerado eleito o candidato que:

I - Obtiver nota superior na avaliação técnica (prova escrita);

II - Residir a mais tempo no Município; e,

III - Tiver maior idade.

Parágrafo único. Os mesmos critérios de desempate deste artigo serão utilizados para resolver eventual impasse gerado em decorrência da aprovação de dois ou mais candidatos com grau de parentesco que os proíba de servir no mesmo Conselho, nos termos desta lei.

Art. 55. Se o número de candidatos selecionados for insuficiente para compor o Conselho Tutelar e o rol de suplentes (10 membros), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA deflagrará processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas em aberto, seguindo-se as mesmas regras estabelecidas nesta Lei.

Subseção V

DA POSSE

Art. 56. Encerrado o processo eleitoral, divulgada a lista dos escolhidos (titulares e suplentes) através dos meios de comunicação e divulgação utilizados pelo Executivo Municipal, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no dia 10 do mês de janeiro do ano seguinte ao da eleição, em ato público e solene, dará posse aos eleitos.

§ 1º. Durante o mês seguinte à data da posse, todos os membros e suplentes eleitos executarão trabalhos junto ao Conselho Tutelar, acompanhando e inteirando-se dos serviços desenvolvidos e em andamento.

§2º. Nesse mesmo período, os novos conselheiros e suplentes participarão, também, de curso de capacitação, a ser realizado por deliberação do CMDCA.

§ 3º. Os Conselheiros Tutelares, titulares, eleitos deverão obrigatoriamente participar do Curso de Formação Continuada para Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos, oferecido pela Escola de Conselhos de Mato Grosso e do Curso de Formação para utilização do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência- SIPIA/CT, promovido pelo Conselho Estadual dos Direitos da criança e do Adolescente - CEDCA-MT.

Seção V

DA COMPETENCIA E FUNCIONAMENTO

Art. 57. Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo respeito aos direitos da criança e do adolescente definidos em lei, cumprindo as atribuições previstas na Lei 8069, de 13.07.1.990, e nas disposições desta Lei Municipal.

Art. 58. O Conselho Tutelar do Município de Juina funcionará, todos os dias úteis (segunda a sexta feira) no horário das 7h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, em prédio exclusivo, com salas adequadas para a execução dos serviços, localizado na área central da cidade, visando proporcionar fácil acesso aos usuários.

§ 1º. Para atendimento fora do horário previsto no *caput* deste artigo, bem como aos finais de semana e feriados, será mantido plantão permanente constituído de pelo menos dois Conselheiros, cujos telefones e endereços deverão constar em local visível à entrada do prédio do Conselho Tutelar.

§ 2º. Durante os horários de expediente, dentre os membros do Conselho Tutelar que estiverem em atividade, deverão permanecer na sede do Conselho Tutelar, para atendimento ao público, pelo menos dois conselheiros.

§ 3º. O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências externas, aten-

dimentos em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas.

§ 4º. A escala de plantões e serviços do Conselho Tutelar será elaborada por seu Coordenador e aprovada por maioria simples do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 59. A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

I - Placa identificativa da sede do Conselho, em local de ampla visibilidade, voltada para a via pública;

II - Sala reservada para a recepção ao público e espera de atendimento;

III - Sala reservada para o atendimento privativo das ocorrências de sua competência;

IV - Sala reservada para os serviços administrativos;

V - Sala reservada para os conselheiros tutelares; e,

VI - Banheiros para o público e de uso privativo dos conselheiros e funcionários.

Parágrafo único. O número de salas deverá ser proporcional ao volume da demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à celeridade e presteza do serviço, bem como à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

Art. 60. O Conselho Tutelar zelará para que seja preservada a identidade da criança ou adolescente atendido, abstendo-se de pronunciar publicamente sobre os casos trazidos ao Conselho.

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar ou manusear no exercício de sua função.

§ 2º. A responsabilidade pelo uso e divulgação indevidos de informações referentes ao atendimento de crianças e adolescentes se estende aos funcionários e auxiliares a serviço do Conselho Tutelar.

Art. 61. No caso de atendimento de crianças e adolescentes de comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais, inclusive indígenas, o Conselho Tutelar deverá:

I - Submeter à ocorrência à análise de organizações sociais reconhecidas por essas comunidades, bem como a representante de órgãos públicos especializados, quando couber; e

II - Considerar e respeitar, na aplicação das medidas de proteção, a identidade sócio-cultural, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição e pela Lei nº 8069/90.

Art. 62. As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, por decisão de maioria absoluta de seus membros.

§1º. As medidas de caráter emergencial, tomadas durante os plantões ou durante a execução de atividades externas, serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação.

§2º. As decisões do Conselho Tutelar serão proferidas de forma escrita e motivada, em procedimento próprio, a ser mantido em arquivo físico ou eletrônico, na sede do Conselho.

§3º. As decisões proferidas serão comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de 48 horas.

Art. 63. Quando estiverem sendo realizadas, no município, eventos festivos de grande expressão, abertos ao público, o Conselho Tutelar manterá posto de atendimento, realizando trabalho ostensivo e preventivo, devendo ser buscado apoio das Polícias Militar e Civil quando necessário para salvaguardar interesse de criança ou adolescente que estejam sendo violados, ou na iminência de o ser.

Parágrafo único. Nos eventos de menor expressão, bem como nas festividades realizadas em locais fechados, nos estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas, explorem jogos e diversões eletrônicas, bem como em outros locais públicos ou acessíveis ao público onde se tenha a presença de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar realizará visitas de rotina, visando zelar para que sejam respeitados os direitos da criança e do adolescente, adotando as providências previstas no art. 194, 101, I, VII c/c 93 e 129, VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 64. Para o exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - Nas salas de sessões do CMDCA;

II - Nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;

III - Nas entidades de atendimento, nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e

IV - Em qualquer recinto público ou privado acessível ao público, no qual se encontrem crianças ou adolescentes, ressalvada a garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio.

§1º. A casa, bem como os compartimentos de qualquer estabelecimento utilizado para moradia, é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, exceto em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, ou, ainda, durante o dia, por determinação judicial.

§2º. Sempre que necessário, o membro do Conselho Tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública observada os princípios constitucionais de proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Art. 65. O Conselho Tutelar, tomando conhecimento de qualquer violação a direito da criança ou do adolescente ou de qualquer ato infracional que venha a ser praticado por criança, deslocar-se-á até o lugar de sua ocorrência, adotando as providências de sua alçada, inclusive as definidas nos artigos 101, I a VIII, e 129, I a VII, da Lei n.8069, de 13.07.90.

Art. 66. Um dos Membros do Conselho Tutelar acumulará as funções de Coordenador, cabendo-lhe representá-lo em todos os atos e perante as autoridades e pessoas a que se dirigir, além de ordenar e fiscalizar todas as atividades administrativas internas do Conselho.

Art. 67. Somente em casos de menor complexidade e de extremada urgência poderá atuar um único membro do Conselho Tutelar, ficando a validade de sua decisão condicionada à confirmação por maioria absoluta de seus membros.

Art. 68. As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas por maioria absoluta, em reunião ordinária, a ser realizada ao menos uma vez por quinzena, ou extraordinária, a ser realizada sempre que houver urgência na deliberação.

Art. 69. Todas as ocorrências atendidas pelo Conselho Tutelar serão registradas em livro próprio, com folhas numeradas, ou através de sistema de informação para a infância e adolescência – SIPIA/CT.

§ 1º. Os conselheiros que atuarem no procedimento elaborarão relatório a ser submetido a julgamento na reunião ordinária ou extraordinária, sugerindo a medida aplicável, dentre as previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º. Os procedimentos que resultarem na aplicação de medidas de competência do próprio Conselho Tutelar, como nas hipóteses do art. 101, I a VI e VIII, e art. 129, I a VII, do ECA, após a decisão colegiada, desenvolver-se-á a fase de execução da medida, após a qual será novamente submetido ao órgão colegiado para homologação e arquivamento, ou adoção de outras providências que se revelarem adequadas.

§ 3º. Nas hipóteses em que couber o encaminhamento do procedimento ao Ministério Público, ao Juiz da Infância e da Adolescência ou a qualquer outra Instituição prevista no ECA, ou em casos de aplicação de qualquer medida estabelecida pela autoridade judiciária, será mantida cópia do feito em arquivo no Conselho Tutelar, para fins estatísticos e informativos.

Art. 70. A atuação do Conselho Tutelar deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizarem e agilizar o atendimento das crianças e dos adolescentes, ressalvado o disposto no art. 136, inciso III, alínea "b", IV, V, X e XI, da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 71. As decisões do Conselho Tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas às formalidades legais têm eficácia plena e exequibilidade imediata.

§1º. Cabe ao destinatário da decisão, em caso de discordância, ou a qualquer interessado, requerer ao Poder Judiciário sua revisão, na forma prevista pelo art. 137, da Lei nº 8069, de 1990.

§2º. Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário, sob pena da prática de infração administrativa prevista no art. 249, da Lei 8069, de 1990.

Art.72. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do Conselho Tutelar o número de funcionários e de equipamentos e materiais de expediente que forem necessários ao bom desempenho de suas atividades.

Art. 73. Observados os parâmetros e normas definidos pela Lei 8069, de 1990, pela legislação municipal local e Resoluções do Conanda, cabe ao Conselho Tutelar elaborar e submeter à aprovação do CMDCA o seu regimento interno.

Seção VI

DOS PRINCÍPIOS A SEREM OBSERVADOS

Art. 74. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e princípios contidos na Constituição, na Lei 8069/90, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, promulgada pelo Decreto nº 99.710/90, bem como nas Resoluções do Conanda, especialmente:

I - Condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;

II - Proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente;

III - Responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade em geral, e do Poder Público, pela plena efetivação dos direitos assegurados a criança e ao adolescente;

IV - Municipalização da política de atendimento às crianças e adolescentes;

V - Respeito à intimidade e à imagem da criança e do adolescente;

VI - Intervenção precoce, logo que a situação de perigo seja conhecida;

VII - Intervenção mínima das autoridades e instituições na promoção proteção dos direitos da criança e do adolescente;

VIII - Proporcionalidade e atualidade da intervenção tutelar;

IX - Intervenção tutelar que incentive a responsabilidade parental com a criança e com o adolescente;

X - Prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança e o adolescente na sua família natural ou extensiva ou, se isto não for possível, em família substituta;

XI - Obrigatoriedade da informação à criança e ao adolescente, respeitada sua idade e capacidade de compreensão, assim como aos seus pais ou responsável, acerca dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como se processa; e,

XII - Oitiva obrigatória da criança e do adolescente em separado ou na companhia de seus pais ou responsável, ou de pessoa por ele indicada, nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, de modo que sua opinião seja devidamente considerada pelo Conselho Tutelar.

Seção VII

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Art. 75. O Conselho Tutelar tem por função zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente quando, por ação ou omissão, estiverem expostos a situações de risco ou de violação de seus direitos.

Art. 76. São atribuições do Conselho Tutelar e obrigações dos conselheiros, além de outras previstas nesta lei:

I - Atender às crianças e aos adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105 do ECA, aplicando as medidas previstas nos incisos I a VI e VIII, do art. 101, do ECA, e, excepcionalmente, também a medida do inciso VII, nas hipóteses previstas no art. 93, do mesmo diploma legal;

II - Atender e informar os pais ou responsáveis, aplicando-lhes as medidas previstas nos incisos I a VII do art. 129, do ECA;

III - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

a - requisitar serviços públicos nas áreas da saúde, educação, assistência e previdência social, trabalho e segurança;

b - representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

V - Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas nos incisos I a VI do artigo 101 do ECA, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - Expedir notificações;

VIII - Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança e adolescente, quando necessário;

IX - Assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e adolescente;

X - Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 221, da CF;

XI - Representar ao Ministério Público para fins de ações de perda e suspensão do poder familiar;

XII - Elaborar e apresentar representação junto ao Juiz da Infância e da Adolescência para apuração de irregularidade em entidade de atendimento (art. 191, ECA);

XIII - Elaborar e apresentar representação junto ao Juiz da Infância e da Adolescência para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente (art. 194, ECA);

XIV - Elaborar seu regimento interno;

XV - Articular-se com outros órgãos públicos e entidades privadas, participar de mobilizações, campanhas, operações rotineiras e operações especiais, mutirões, realizados por órgãos públicos com o objetivo de prestar atendimento ao público, fiscalizar, coibir violações e garantir os direitos da criança e do adolescente;

XVI - Operar e manter atualizado o sistema informatizado de informações para a infância e adolescência do Município;

XVII - Manter registro dos atendimentos e providências adotadas pelo Conselho Tutelar;

XVIII - Encaminhar, quando solicitado, dados estatísticos e relatórios gerenciais aos órgãos competentes; e

§1º. Se, no exercício de suas atribuições, em virtude da gravidade da situação de risco, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, comunicará imediatamente o fato ao Ministério Público por escrito, encaminhando-lhe toda a documentação disponível, para que seja buscada, por via judicial, a aplicação da medida prevista no art. 101, VII ou IX, do ECA.

§2º. Na hipótese do parágrafo anterior, quando houver parente ou pessoa muito próxima que possa acolher a criança ou adolescente (família extensa), o Conselho Tutelar buscará a concordância dos pais ou responsável para que a criança ou adolescente fique sob a guarda imediata de fato dessas pessoas (afastamento familiar consensual), lavrando termo de entrega e responsabilidade e tomando a assinatura do recebedor, encaminhando, imediatamente em seguida, toda a documentação produzida ao Ministério Público para regularização, por via judicial, da guarda da criança ou adolescente.

§3º. Somente em situações de absoluta excepcionalidade e urgência poderá o Conselho Tutelar encaminhar a criança ou o adolescente diretamente a entidade que mantenha programa de acolhimento institucional, devendo, em casos tais, ser feita, no prazo de 24 horas, a comunicação ao Juiz da Infância e Adolescência e ao Ministério Público (art. 93, ECA), para manuseio da ação judicial respectiva.

Art. 77. À exceção das situações excepcionais previstas nos parágrafos do artigo anterior, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e resultará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual seja garantido aos pais ou responsável legal o exercício do contraditório e ampla defesa (art. 101, §2º, ECA).

Art. 78. É vedado ao Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas.

Seção VIII

DAS PRERROGATIVAS E GARANTIAS

Art. 79. No exercício de sua função, o membro do Conselho Tutelar, além das prerrogativas e garantias conferidas pela Lei n.8069/90:

I - Usarão credencial, confeccionada em tamanhos e cores facilmente visíveis, contendo nome completo e fotografia, expedida e assinada pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Promotor de Justiça da Infância e Juventude da Comarca;

II - Terá livre acesso a entidades governamentais e não governamentais referidas no art.90 da Lei 8069, de 13.07.90, bem como a todos os locais públicos e particulares acessíveis ao público, respeitadas à inviolabilidade do domicílio.

Parágrafo único. Exceto em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, a entrada do Conselheiro Tutelar no domicílio, sem a permissão do morador, só é possível durante o dia e com mandado judicial, podendo ser a medida requerida diretamente ao Juízo competente ou através da Promotoria de Justiça.

Art.80. A Administração Municipal, sempre que solicitado pelo Conselho Tutelar, colocará à sua disposição serviços técnicos especializados, cujos profissionais se deslocarão ao encontro da Criança ou Adolescente que deles necessitem, adotando as medidas que se revelarem necessárias.

Art.81. A remuneração dos membros do Conselho Tutelar, revista no art. 134, da Lei Federal nº 8.069/90, será fixada pela presente Lei.

Art. 82. O Conselheiro Tutelar é detentor de mandado eletivo não se classificando como servidor público municipal nem gerando essa prestação de serviços vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, porém por imposição da Lei Federal nº 8.069, de julho de 1990, alterada pela Lei 12. 696/2012, é assegurado aos membros do Conselho Tutelar o direito a:

I - cobertura previdenciária;

II- gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III- licença maternidade;

IV - licença paternidade;

V - 13º salário.

Art. 83. Os 05 (cinco) conselheiros tutelares titulares no exercício de sua atividade terão a percepção de subsídio mensal individual, em parcela mensal fixada no valor de R$: 1.598,92 (um mil, quinhentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), já computados e atualizados no índice concedido na legislação vigente para os servidores públicos a título de revisão geral anual.

§ 1º. O subsídio do Conselho Tutelar estabelecido nesse artigo será alterado na mesma proporção e na mesma data em que houver revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do município de Juina, Estado de Mato Grosso.

§ 2º. No pagamento do subsídio do Conselheiro Tutelar incidirá o desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF.

§ 3º. Serão concedidas aos conselheiros tutelares passagens e diárias, sempre que tiverem de se afastar da sede do município, a serviço em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território do estado ou do país, para cobrir despesas de pousada, alimentação e locomoção.

§ 4º. As passagens e diárias serão concedidas mediante requisição do Diretor Executivo do FMDCA ao Secretário de Finanças e Administração do Poder Executivo.

§ 5º. Em todos e quaisquer casos de afastamento, por período igual ou superior a 15 dias, inclusive em virtude de férias ou licença, o conselheiro tutelar será substituído pelo suplente, o qual será convocado obedecendo-se a ordem de classificação e perceberá gratificação igual ao titular, proporcional aos dias trabalhados.

Seção IX

IMPEDIMENTOS

Art. 83. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Art. 84. São, também, impedidos de exercer o mandato de conselheiro tutelar, os membros e suplentes de conselhos deliberativos das políticas públicas do Município, assim como os mandatários de qualquer cargo eletivo e titulares de cargo efetivo ou em comissão, que não se enquadrem na exceção prevista no artigo 37, XVI, alínea “b”, da Constituição Federal.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar, titular ou suplente, que pretender se candidatar a qualquer cargo público eletivo, deverá se desincompatibilizar da função no prazo exigido pela legislação eleitoral, e, sendo eleito, será declarado vago o seu cargo, dando-se posse definitiva ao suplente mais votado.

Art. 85. O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de atuar no procedimento de atendimento quando:

I - A ocorrência atendida envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II - For amigo íntimo ou inimigo de qualquer dos interessados;

III - Algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

IV - Tiver interesse na solução do caso em favor de um dos envolvidos.

§1º. Nas situações mencionadas nos incisos deste artigo, se o conselheiro não se declarar impedido, o seu afastamento do procedimento poderá ser

argüido pelo Coordenador do Conselho Tutelar ou por qualquer pessoa legitimamente interessada, dirigindo o requerimento, neste caso, ao Coordenador do Conselho Tutelar, devendo, o impasse, ser resolvido pelo CMDCA, em decisão proferida por maioria simples de seus membros.

§2º. O membro do Conselho Tutelar poderá, também, declarar-se suspeito para atuar em determinado procedimento, devendo expor as razões de sua suspeição.

Seção X

VACÂNCIA DO CARGO

Art. 86. A vacância do cargo de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

I - Renúncia;

II - Posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada, considerada incompatível com o exercício da função de conselheiro;

III - Aplicação de sanção administrativa de destituição da função;

IV - Falecimento; ou

V - Condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime.

Art. 87. Ocorrendo vacância do cargo de Conselheiro Tutelar, o CMDCA convocará o suplente mais votado para o preenchimento da vaga.

§1º. Quando, por desvinculação voluntária ou compulsória, não existir pelo menos dois suplentes, caberá ao CMDCA realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas disponíveis.

§3º. O suplente, uma vez convocado, deverá apresentar-se para o exercício da função no prazo máximo de 3 (três) dias, contados a partir do ato de convocação, sob pena de ser considerado desistente, dando ensejo ao chamamento do próximo na ordem de classificação.

Seção XI

DOS DEVERES E VEDAÇÕES

Art. 88. São deveres do membro do Conselho Tutelar, além de outros previstos em lei:

I - Manter ilibada conduta pública e particular;

II - Zelar pelo prestígio da instituição à qual pertence;

III - Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;

IV - Obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

V - Comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do CMDCA, conforme dispuser o Regimento Interno;

VI - Desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

VII - Declarar-se suspeito ou impedido, nos termos desta Lei;

VIII - Adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e familiares;

IX - Tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

X - Residir no Município;

XI - Prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;

XII - Identificar-se em suas manifestações funcionais;

XIII - Atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XIV - Cumprir os horários de expediente previstos nesta lei, bem como os plantões para o qual for designado, além de outras tarefas confiadas pela coordenação do Conselho Tutelar;

XV - Guardar sigilo sobre os casos submetidos ao Conselho Tutelar;

XVI - Aplicar a medida de proteção em conformidade com a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

XVII - Levar ao conhecimento do Coordenador as irregularidades funcionais que tiver ciência;

XVIII - Zelar pela economia de material de expediente e pela conservação do patrimônio público; e

XIX - Manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

Art. 89. Aos membros do Conselho Tutelar aplicam-se as seguintes vedações:

I - Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;

II - Exercer qualquer outra função pública, fora da hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea “b”, da CF;

III - Utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

IV - Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, exceto quando em diligências ou por necessidade do serviço;

V - Opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VI - Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;

VII - Valer-se da função para lograr vantagem em favor de si próprio ou de outrem;

VIII - Receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

IX - Proceder de forma desidiosa no exercício de sua atividade;

X - Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho.

XI - Exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições;

XII - Deixar de submeter ao colegiado as decisões individuais referentes à aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsável, previstas nos artigos 101 e 129 da Lei 8069 de 1990;

XIII - Descumprir os deveres funcionais mencionados nesta lei;

XIV - Exercer atividade político-partidária ou cargo de direção em partidos ou sindicatos;

XV - Exercer qualquer outra função pública que não esteja incluída na exceção prevista no artigo 37, inciso XVI, alínea “b”, da Constituição Federal;

XVI - Extrair cópia ou retirar, sem autorização do Coordenador, qualquer documento arquivado ou em trâmite pelo Conselho Tutelar.

Seção XII

DAS FALTAS E PENALIDADES

Art. 90. Os membros do Conselho Tutelar são passíveis das seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Censura;

III - Suspensão sem remuneração, por até 90 dias;

IV - Destituição da função.

§1º. A penalidade de advertência será aplicada, reservada e verbalmente, no caso de negligência no cumprimento dos deveres inerentes ao cargo.

§ 2º. A penalidade de censura será aplicada, de forma reservada, por escrito, no caso de reincidência em falta já punida com advertência.

§ 3º. A penalidade de suspensão será aplicada nos casos de reincidência de falta já punida com censura e no caso de violação às proibições previstas nesta lei.

§ 4º. A penalidade de destituição da função será aplicada nos casos de:

a - reincidência em falta já punida com a pena de suspensão;

b - prática de conduta que caracterize crime ou contravenção penal e que atente contra os deveres previstos no art. 87 desta lei;

c - abandono do cargo;

d - inassiduidade habitual;

e - improbidade administrativa;

f - incontinência pública ou conduta escandalosa;

g - ofensa física em serviço, a servidor ou a particular;

h - revelação de segredo do qual teve ciência em razão do cargo;

i - acumulação ilegal de cargos ou funções públicas.

Seção XIII

PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Subseção I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 91. A apuração das faltas funcionais será feita mediante sindicância e processo administrativo.

§1º. A apuração de faltas puníveis com penas de advertência e censura se dará através de sindicância.

§2º. A apuração de faltas puníveis com penas de suspensão e de destituição da função se dará através de procedimento administrativo, a ser instaurado por deliberação de maioria simples do CMDCA, exigido o quorum mínimo de metade mais um de seus membros.

§3º. Durante o processo administrativo, poderá o CMDCA, por voto da maioria absoluta de seus membros, afastar o indiciado do exercício do cargo, por prazo não superior a 90 dias, computando-se esse afastamento preventivo na pena de suspensão eventualmente aplicada.

Art. 92. No ato que determinar a instauração de procedimento administrativo disciplinar deverão constar, além do nome, a qualificação do indiciado, a exposição dos fatos que lhe são imputados e a designação da Comissão Processante, indicando os nomes do presidente e de seus membros e auxiliares.

Parágrafo único. A Comissão Processante, de que trata este artigo, será composta de pelo menos 03 (três) membros, sendo dois integrantes do CMDCA, preferencialmente um dentre os indicados pela sociedade civil e outro dentre os indicados pelo governo municipal, e um integrante do Conselho Tutelar, indicado pelo respectivo Coordenador.

Art. 93. Os autos dos processos disciplinares e sindicâncias, após a execução da decisão, serão arquivados na secretaria do CMDCA.

Art. 94. Quando se verificar, pela sindicância ou procedimento administrativo, que o indiciado praticou fato tipificado como crime, a Comissão Processante enviará cópia dos autos ao Ministério Público.

Subseção II

DA SINDICÂNCIA

Art. 95. Instaurar-se-á sindicância:

I - Como preliminar do processo administrativo, sempre que a infração não for evidente ou não estiver suficientemente caracterizada;

II - Quando, não sendo obrigatório o processo administrativo, a infração deva ser apurada por meio sumário.

Art. 96. A sindicância será instaurada por decisão de maioria simples dos membros do CMDCA e presidida por um membro do mesmo conselho, indicado na mesma sessão, o qual poderá solicitar a designação de mais um membro e de servidores para auxiliá-lo nos trabalhos.

Art. 97. A sindicância, que terá caráter reservado, será concluída no prazo de 30 dias, a contar da data da instauração, podendo esse prazo ser prorrogado justificadamente por mais 15 dias, mediante requerimento da autoridade sindicante ao presidente do CMDCA.

Art. 98. Colhidos os elementos necessários à comprovação da materialidade e autoria dos fatos imputados, será ouvido o sindicado, que poderá, pessoalmente, no ato do interrogatório ou no prazo subseqüente de cinco dias, indicar provas de seu interesse, as quais serão deferidas a juízo da autoridade sindicante.

Art. 99. Concluída a produção de provas, o sindicado será intimado para, dentro de 5 (cinco) dias, oferecer defesa escrita, pessoalmente ou por procurador, permanecendo os autos à sua disposição.

Art. 100. Decorrido o prazo de que trata o artigo anterior, o sindicante elaborará o relatório, em que examinará todos os elementos da sindicância e proporá as medidas cabíveis, encaminhando-o, juntamente com os autos, ao presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, o qual submeterá ao plenário, que decidirá por voto de maioria simples, exigido o quorum mínimo de metade mais um de seus membros, pela aplicação das penalidades previstas no artigo 89, incisos I e II, desta lei, ou pela instauração de procedimento administrativo, se tratar de infração punível com as penalidades previstas nos incisos III e IV do mesmo dispositivo.

Subseção III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 101. A instauração de processo administrativo disciplinar será obrigatória para a apuração de fatos que, em tese, desafiam a aplicação das penas de suspensão e de destituição da função.

§1º. A apuração dos fatos será realizada por uma comissão constituída por três membros, sendo dois integrantes do CMDCA - um dentre os indicados pela sociedade civil e outro dentre os indicados pelo governo municipal - e um integrante do Conselho Tutelar, designados pelo mesmo Conselho, por votação de maioria simples, exigido quorum mínimo de metade mais um de seus membros, na mesma sessão em que se decidir pela instauração do processo.

§2º. A Comissão Processante dissolver-se-á automaticamente 10 (dez) dias depois do julgamento, permanecendo os seus integrantes, no período entre a entrega do relatório e a dissolução, à disposição da autoridade que determinou a instauração do processo, para quaisquer diligências ou esclarecimentos que se fizerem necessários.

§3º. À Comissão Processante serão propiciados todos os meios necessários ao desempenho de sua função, inclusive a disponibilização de funcionários para auxiliá-la nos trabalhos do processo.

Art. 102. O processo terá início dentro do prazo de 5 (cinco) dias após a constituição da comissão e deverá estar concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de instalação dos trabalhos, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, por decisão de maioria simples do CMDCA, mediante proposta fundamentada do presidente da Comissão Processante.

Parágrafo único. Da instalação dos trabalhos será lavrado termo, que será assinado em reunião dos membros da comissão e anexado aos autos.

Art. 103. O indiciado será cientificado do processo através de notificação escrita, que conterá os termos da portaria de instauração e o teor da acusação, bem como a designação de dia, hora e local da audiência de interrogatório.

§ 1º - A notificação deverá ser feita pessoalmente, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data designada.

§ 2º - Quando houver denunciante e/ou vítima, serão estas pessoas ouvidas antes do interrogatório do indiciado, o qual, entretanto, será cientificado do ato, a ele podendo fazer-se presente, pessoalmente ou por intermédio de advogado legalmente constituído, com direito a reperguntas.

Art. 104. Após o interrogatório, o indiciado terá 3 (três) dias para apresentar defesa prévia, arrolar testemunhas, até o máximo de 5 (cinco), e requerer a produção de provas de seu interesse, que serão indeferidas se não forem pertinentes ou tiverem caráter meramente protelatório, a juízo da comissão.

Parágrafo único. Para viabilizar a defesa preliminar, os autos ficarão à disposição do indiciado, a partir do interrogatório e pelo prazo legal, na Secretaria da Comissão Processante.

Art. 105. Se o indiciado estiver ausente do lugar do processo, mas, em endereço conhecido, será notificado por carta registrada, e, se, em lugar ignorado, por edital, publicado uma vez no Diário Oficial do Estado, com prazo mínimo de 15 (quinze) dias.

Art. 106. Feita a notificação, sem que haja comparecimento do indiciado, será este declarado revel, prosseguindo-se o processo com o defensor que lhe for nomeado pelo presidente da Comissão, de preferência Advogado no exercício regular da atividade.

Art. 107. Apresentada a defesa preliminar, será designada data para audiência das testemunhas de acusação e de defesa, que serão intimadas com antecedência de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, notificando o indiciado e seu defensor para o ato.

Parágrafo único. Não sendo possível concluir-se no mesmo dia a produção da prova testemunhal, o presidente da Comissão designará data para a continuação, em uma ou mais vezes, notificando o indiciado e as testemunhas presentes.

Art. 108. Concluída a instrução, inclusive com a realização de perícia, diligências e outras provas que houverem sido requeridas e deferidas, o presidente saneará o processo, por despacho, reparando as irregularidades porventura existentes ou determinando a complementação de provas, se necessário, o que deverá ser feito no prazo máximo de 5 (cinco) dias, e, a seguir, mandará dar vista dos autos ao indiciado para, em igual prazo, oferecer alegações finais.

Parágrafo único. A vista será dada na Secretaria da Comissão, guardadas as devidas cautelas, e o prazo será em dobro, caso haja mais de um indiciado no mesmo processo.

Art. 109. Encerrado o prazo de que trata o artigo anterior, a comissão apreciará todos os elementos do processo, apresentando relatório no qual proporá, fundamentadamente, a absolvição ou a punição do indiciado, apontando, nesta última hipótese, a pena que lhe parecer cabível e o fundamento legal.

§ 1º. Havendo divergências nas conclusões, ficarão constando do relatório as razões de cada um dos votos ou do voto vencido.

§ 2º. Juntado o relatório, serão os autos e todos os documentos do processo remetidos, imediatamente, ao presidente do CMDCA, para que seja submetido a julgamento na próxima sessão.

Art. 110. Ao indiciado será assegurada ampla defesa, podendo reinquirir testemunhas e formular quesitos, pessoalmente ou através de defensor, e fazer-se representar nos atos e termos em que sua presença for dispensável.

Art. 111. As testemunhas serão obrigadas a comparecer às audiências, quando regularmente notificadas, e, se não o fizerem, poderão ser conduzidas pela autoridade policial, mediante solicitação do presidente da comissão.

Parágrafo único. As testemunhas poderão ser inquiridas por todos os integrantes da comissão e reinquiridas pelo presidente, após as reperguntas do indiciado.

Art. 112. A Comissão poderá deslocar-se de sua sede a fim de praticar algum ato ou diligência julgados convenientes para a instrução do processo.

Art. 113. Aos casos omissos neste Capítulo e Sessão, aplicam-se as regras pertinentes do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Juína.

Subseção IV

DO JULGAMENTO

Art. 114. De posse de o processo disciplinar, contendo o relatório da Comissão Processante, o presidente do CMDCA o incluirá para julgamento na próxima sessão ordinária ou extraordinária, caso aquela não se realize no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento do processo.

§1º. Se os membros do CMDCA não se sentirem habilitados a proferir julgamento, poderão converter o feito em diligências, devolvendo-o à Comissão Sindicante, para os fins que indicarem com prazo não superior a 10 (dez) dias.

§2º. Retornando os autos, será designada sessão extraordinária, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para julgamento.

Art. 115. O CMDCA decidirá o processo pelo voto de maioria absoluta de seus membros.

Art. 116. Das decisões que impuserem penalidade administrativa, caberá recurso voluntário, com efeito suspensivo, ao Plenário do CMDCA.

Art. 117. O recurso será interposto pelo indiciado ou seu procurador, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data em que o interessado tiver conhecimento da decisão, por petição fundamentada dirigida ao presidente do CMDCA.

Art. 118. Recebida a petição, o presidente do CMDCA determinará a sua juntada ao processo, se tempestiva, procedendo-se ao sorteio de um relator, dentre os componentes do mesmo Conselho, e convocará uma reunião desse órgão para, no máximo, 15 dias depois, proferir julgamento.

§1º. O recurso será decidido por votação de maioria absoluta dos membros do CMDCA, excluídos aqueles que fizeram parte do primeiro julgamento.

§2º. O indiciado será comunicado da decisão, pessoalmente ou por seu procurador, no prazo de 5 (cinco) dias, ou, verificando estar em lugar não sabido, através da imprensa oficial, mediante edital.

Art. 119. A penalidade aplicada, inclusive a perda do mandato, deverá ser convertida em ato administrativo do Chefe do Poder Executivo Municipal, cabendo ao CMDCA expedir Resolução declarando vago o cargo quando for o caso, dando posse ao suplente mais votado.

Subseção V

REVISÃO

Art. 120. Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão do processo administrativo de que tenha resultado imposição de penalidade, sempre que forem aduzidos fatos novos ou circunstâncias ainda não apreciadas, suscetíveis de provar a inocência ou de justificar a imposição de penalidade mais branda, ou, ainda, no caso de constatação de vícios insanáveis no curso do procedimento.

§ 1º. Da revisão não pode resultar a agravação da penalidade aplicada.

§ 2º. A simples alegação de injustiça da decisão não será considerada como fundamento para a revisão.

§ 3º. Não será admitida a reiteração do pedido pelo mesmo motivo.

Art. 122. A revisão poderá ser requerida pelo próprio interessado ou seu procurador, e, se falecido ou interdito, pelo cônjuge, descendente ou irmão.

Art. 122. O pedido será dirigido ao presidente do CMDCA, que determinará a sua atuação e apensamento ao processo disciplinar respectivo, e designará comissão revisora, composta de 3 membros, na forma prevista no art. 100, §1º, desta lei.

§ 1º. A petição será instruída com as novas provas que o requerente possuir ou indicará aquelas que pretende produzir.

§ 2º. Não poderá integrar a comissão revisora aqueles que tenham funcionado na sindicância ou no processo administrativo.

Art. 123. Concluído o procedimento, o requerente, no prazo de 5 dias, será notificado para, querendo, apresentar alegações finais.

Art. 124. Exaurido esse prazo, com ou sem alegações finais, a comissão processante emitirá relatório conclusivo e enviará o processo ao presidente do CMDCA para julgamento.

Parágrafo único. O pedido revisional será julgado por maioria absoluta dos membros do CMDCA.

Art. 125. Julgada procedente a revisão, o presidente do CMDCA, conforme o caso providenciará:

I - A renovação de o processo disciplinar, nos casos de anulação;

II - O cancelamento, modificação ou substituição da penalidade, se julgada procedente.

Art. 126. O requerente será comunicado da decisão, pessoalmente ou por seu procurador, no prazo de 5 dias, ou, verificando estar em lugar não sabido, através da imprensa oficial, mediante edital.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE JUINA

(FMDCA)

Seção I

DOS OBJETIVOS

Art. 127. Fica reinstituído o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Juína (FMDCA), criado pela Lei Nº 228/90, de 23 de novembro de 1990, passa a ser disciplinado de acordo com as regras previstas na Lei nº 8069, de 1990, pelas disposições da Resolução nº 137/2010 de 21 de janeiro de 2010, e Resolução nº 157, de 27 de março de 2013 do CONANDA, Resoluções recentes do CONANDA e CEDCA/MT, nesta Lei e em Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Parágrafo único. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Juina vincula-se ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que é o órgão formulador, deliberativo e controlador das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsável por gerir os recursos a ele carreados, fixar critérios para sua utilização e estabelecer o plano de aplicação desses recursos, conforme o disposto no artigo 260, §2º, da Lei 8069/90.

Art. 128. O Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente (FMDCA) tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e as aplicações dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente, segundo as deliberações do CMDCA, ao qual está vinculado.

§1º. As ações de que trata o *caput* deste artigo referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente, expostos à situação de risco pessoal e social, bem como aos objetivos estabelecidos no art. 260, §2º, do ECA.

§2º. Os recursos deste Fundo poderão se destinar a pesquisa e estudos relacionados à situação da Infância e da Adolescência no Município, bem como à capacitação dos membros do Conselho Tutelar e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

§3º. Os recursos do FMDCA serão administrados segundo o programa definido pelo CMDCA, que integrará o orçamento do Município e será aprovado pelo Legislativo Municipal.

§5º. O Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente (FMDCA) deve constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do orçamento público.

§6º. No Município deve haver um único e respectivo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme estabelece o art. 88, IV, da Lei n.º 8.069, de 1990.

Seção II

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FMDCA

Art. 129. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes do Município de Juína - FMDCA fica operacionalmente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo, o Secretário respectivo, o responsável em nomear servidor público como gestor e/ou ordenador de despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, autoridade de cujos atos resultarão emissão de empenhos, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Fundo.

§1º. O Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente (FMDCA) ***deve possuir personalidade jurídica própria (IN nº 1005/2010-Receita Federal do Brasil art.11), devendo ser cadastrado junto a Secretaria de Direitos Humanos/Presidência da República.***

Art. 130. São atribuições do Conselho Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente – CMDCA em relação ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FMDCA – de que trata este Capítulo:

I - elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no seu âmbito de ação;

II - promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência;

III - elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;

IV - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;

V - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo da Infância e Adolescência, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

VI – dar publicidade aos projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo da Infância e Adolescência;

VII - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo da Infância e Adolescência, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do Fundo da Infância e Adolescência, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica;

VIII - monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelos próprios Conselhos, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as in-

formações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo; e

X - mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do o Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas atribuições, o Poder Executivo deverá garantir ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente o suficiente e necessário suporte organizacional, estrutura física, recursos humanos e financeiros.

Art. 131. Compete ao Gestor do Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA:

I - coordenar a execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo da Infância e Adolescência;

III - emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA;

IV - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o número de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do Conselho, para dar a quitação da operação;

V - encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;

VI - comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste obrigatoriamente o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;

VII - apresentar, trimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo da Infância e Adolescência, através de balancetes e relatórios de gestão;

VIII - manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização; e

IX - observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4o, caput e parágrafo único, alínea b, da Lei n° 8.069 de 1990 e art. 227, caput, da Constituição Federal;

X - fornecer ao Ministério Público, quando solicitada, demonstração de aplicação dos recursos do Fundo.

Parágrafo único. Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do Fundo, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

Seção III

DAS RECEITAS E DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 132. São receitas do Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA:

I - recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive mediante transferências do tipo “fundo a fundo” entre essas esferas de governo, desde que previsto na legislação específica;

II - doações de pessoas físicas e jurídicas sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;

III - destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislação pertinente;

IV - contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;

V - o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente; e

VI - recursos provenientes de multas, concursos de prognósticos, dentre outros que lhe forem destinados.

Art. 133. Os recursos consignados no orçamento do Município de Juina devem compor o orçamento dos respectivos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma a garantir a execução dos planos de ação elaborados pelos Conselhos dos Direitos.

Art. 134. A definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente compete única e exclusivamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

§1º. Dentre as prioridades do plano de ação aprovado pelo Conselho de Direitos, deve ser facultado ao doador/destinador indicar, aquela ou aquelas de sua preferência para a aplicação dos recursos doados/destinados.

§2º. As indicações previstas acima poderão ser objeto de termo de compromisso elaborado pelo Conselho dos Direitos para formalização entre o destinador e o Conselho de Direitos.

Art. 135. É facultado ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA chancelar projetos mediante edital específico.

§1º. Chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos ao Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente – FMDCA, destinados a projetos aprovados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo o disposto nesta lei.

§2º. A captação de recursos ao (Fundo Municipal da Infância e Adolescência), referida no parágrafo anterior, deverá ser realizada pela instituição proponente para o financiamento do respectivo projeto.

§3º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fixará percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, de no mínimo 20% ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§4º. O tempo de duração entre a aprovação do projeto e a captação dos recursos não deverá ser superior a 2 (dois) anos.

§5º. Decorrido o tempo estabelecido no parágrafo anterior, havendo interesse da instituição proponente, o projeto poderá ser submetido a um novo processo de chancela.

§6º. A chancela do projeto não deve obrigar seu financiamento pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, caso não tenha sido captado valor suficiente.

Art. 136. O nome do doador ao Fundo da Infância e Adolescência só poderá ser divulgado mediante sua autorização expressa, respeitado o que dispõe o Código Tributário Nacional.

Seção IV

DAS CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 137. A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:

I – desenvolvimento, por tempo determinado, não superior a 03 (três) anos, de programas e serviços complementares ou inovadores da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei n° 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 138. É vedada a utilização dos recursos O Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA, para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei, mediante deliberação por maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Parágrafo único. Além das condições estabelecidas no *caput*, é vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA:

I - sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – para pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III – para manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

IV – para o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e

V – para investimentos em aquisição, construção, reforma manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 139. O financiamento de projetos pelo Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA condiciona-se à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira dos recursos.

Art. 140. O saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser transferido para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina o art. 73 da Lei n° 4.320 de 1964.

Art. 141. Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades e os órgãos públicos ou privados representados nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA figurem como beneficiários de recursos do Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA, os seus representantes junto ao CMDCA estarão impedidos de atuar em comissão de avaliação e de proferir qualquer decisão que se refira direta ou indiretamente à escolha de tais entidades.

Art. 142. Os recursos do Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA, utilizados para o financiamento, total ou parcial, de projetos desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais, devem estar sujeitos à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e aos Conselhos de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 143. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deve utilizar todos os meios ao seu alcance para divulgar amplamente:

I - as ações prioritárias das políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - os prazos e os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

III - a relação dos projetos aprovados em cada edital, o valor dos recursos previstos e a execução orçamentária efetivada para implementação;

IV - o total das receitas previstas no orçamento do Fundo para cada exercício; e

V - os mecanismos de monitoramento, de avaliação e de fiscalização dos resultados dos projetos beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 144. Nos materiais de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA deve ser obrigatória à referência ao Conselho e ao Fundo como fonte pública de financiamento.

Parágrafo único. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, diante de indícios de irregularidades, ilegalidades ou improbidades em relação ao Fundo ou suas dotações nas leis orçamentárias, dos quais tenha ciência, deve imediatamente apresentar representação junto ao Ministério Público para as medidas cabíveis.

Art. 145. A celebração de convênios com os recursos do Fundo para a execução de projetos ou a realização de eventos deve se sujeitar às exigências da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação que regulamenta a formalização de convênios no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 146. Constituem ativos do Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente (FMDCA):

I - Disponibilidade monetária em bancos, oriunda das receitas específicas previstas no artigo anterior;

II - Os direitos que vier a constituir;

III - Bens móveis e imóveis destinados à execução dos programas e projetos do Plano de Aplicação.

Art. 147. No prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da promulgação da Lei Orçamentária do Município, o Secretário Municipal responsável pela administração do Fundo apresentará ao Conselho Municipal, para análise e acompanhamento, o quadro de aplicação dos recursos do Fundo, para apoiar os programas e projetos contemplados no Plano de Aplicação.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 148. Os cinco cargos de Conselheiros Tutelar criados pela Lei Municipal nº 228/90, continuam vinculados, para fins unicamente de execução orçamentária, à estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social, e serão providos para o exercício da função de confiança popular unicamente mediante o processo de seleção e eleição previsto nesta Lei, na Legislação Federal pertinente e em Resoluções do CONANDA que disciplinem ou venham a disciplinar a matéria, e serão nomeados e remunerados na forma desta lei.

Art. 149. O Poder Executivo Municipal, no prazo de 90 dias, a contar da publicação desta lei, promoverá as adequações visando dotar o Conselho Tutelar das estruturas físicas exigidas para o exercício pleno de suas atividades.

Art. 150. Fica prorrogado o mandato dos atuais Conselheiros Tutelares até o dia 10.01.2016, dada em que será dada posse aos novos membros, eleitos para mandato de 04 anos, de acordo com a Lei Federal 12.696/2012.

Art. 151. Revogam-se todas as disposições anteriores editadas com o fim de regular o funcionamento do Conselho Municipal de Direitos do Município de Juina - CMDCA, do O Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA.

Art. 152. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juína/MT, **19** de **junho** de 2015.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.522/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, **no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e Lei municipal nº 1.022/2008 e,**

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR, a servidora **ROSELI CARDOSO**, matricula 6014, investida no cargo efetivo de Orientador Socio-educativo 40 Horas/Suas, para responder Interinamente como Coordenadora do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, a partir de 09/06/2015.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em: 09/06/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de **Juína-MT, 15** de Junho de 2015.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local

de costume, na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

ASSESSORIA JURIDICA
LEI Nº 1.570/2015.

LEI Nº 1.570/2015.

"Estabelece regras para composição e funcionamento do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)**, do **CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, reinstitui o **FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FMDCA)**, revoga as disposições da Lei 228/90 e demais disposições anteriores em contrário, e dá outras providências.

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecendo normas para sua adequada aplicação, bem como sobre a regulamentação do sistema institucional de apoio à sua formulação e execução.

***Parágrafo Único*.** Esta Lei aplica-se, no âmbito público, aos órgãos e entidades municipais da Administração Direta, Indireta e Fundacional e, fora dele, à população e entes representativos da sociedade civil organizada e às entidades de atendimento arroladas pela Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

Art. 2º. A proteção integral à criança e ao adolescente prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente será assegurada através de uma rede de proteção caracterizada pelas ações de todos os órgãos da Administração Pública do Município de Juina e de órgãos não governamentais, por meio de programas, projetos e atividades regulares e especiais, mobilização da comunidade, da sociedade civil organizada, das entidades filantrópicas, dos governos Estaduais e Federais e de qualquer cidadão.

Art. 3º. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Juina será precedido da elaboração de programas específicos, com a respectiva previsão dos recursos necessários.

Capítulo II DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 4º. A Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do Município de Juina será efetivada através dos seguintes órgãos e providências:

I- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II- Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA;

IV- Da integração de todas as dotações destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente em funções, programas, projetos e atividades, claramente indicados no orçamento municipal.

Seção II

DO APOIO FINANCEIRO À VIABILIZAÇÃO

DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 5º. Os recursos destinados às políticas relacionadas aos direitos da criança e do adolescente serão claramente identificados nas dotações dos órgãos e entidades municipais integrantes do Orçamento Anual do Município de Juina - MT.

Capítulo II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Seção I

DA NATUREZA

Art. 6º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Juina– CMDCA, instituído pela Lei Municipal nº 228/90, de 23 de novembro de 1990, é órgão deliberativo da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controlador das ações, em todos os níveis, de implementação desta mesma política e responsável por fixar critérios de utilização e planos de aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. ***Parágrafo único.*** **Incumbe ao CMDCA, ainda, zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme previsto no art. 4º, *caput,* e parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", e artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, da Lei nº 8069/90, e no art. 227, *caput,* da Constituição Federal. Art. 7º. Haverá, nos limites do Município de Juina um único Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, composto paritariamente de representantes do governo municipal e da sociedade civil organizada, garantindo-se a participação popular no processo de discussão, deliberação e controle da política de atendimento integral dos direitos da criança e do adolescente, que compreende as políticas sociais básicas e demais políticas necessárias à execução das medidas protetivas e socioeducativas previstas nos artigos 87, 101 e 112, da Lei 8069/90.**

§1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA integra a estrutura do Governo Municipal, vinculando-se administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, com autonomia decisória sobre as matérias de sua competência.

§2º. As decisões do CMDCA, no âmbito de suas atribuições e competências, tomadas por voto de maioria absoluta de seus membros, materializadas em resoluções, vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada, em respeito aos princípios constitucionais da participação popular e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§3º. Em caso de infringência de suas deliberações, o CMDCA representará ao Ministério Público visando à adoção de providências cabíveis, bem assim aos demais órgãos legitimados no art. 210, do ECA, para que demandem em Juízo mediante ação mandamental ou ação civil pública.

Art.8º. Nos termos do art. 89, do ECA, a função de membro do CMDCA é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Parágrafo único. Cabe à administração municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, o custeio ou reembolso das despesas decorrentes de transporte, alimentação e hospedagem dos membros do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, titulares ou suplentes, para que possam se fazer presentes a reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como a eventos e solenidades nos quais devam representar oficialmente o Conselho, mediante dotação orçamentária específica.

Art. 9º. A representação do CMDCA será exercida por seu Presidente, eleito por maioria absoluta de seus integrantes, conforme disposto no Regimento Interno respectivo, cabendo-lhe dirigir todos os atos inerentes ao exercício de suas funções, bem como representá-lo perante os órgãos, entidades e pessoas a quem se dirigir.

Parágrafo único. O exercício da função junto ao Conselho de Direitos - CMDCA, titular ou suplente, requer disponibilidade para efetivo desempenho de suas atividades, em razão do interesse e da prioridade absoluta assegurada aos direitos da criança e do adolescente.

Seção II

ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA FUNCIONAMENTO

Art. 10. Compete ao Poder Executivo Municipal fornecer instalações físicas, pessoal e estrutura técnica, administrativa e institucional necessárias ao adequado funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária específica que não onere o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.

Parágrafo único. A dotação orçamentária a que se refere este artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo CMDCA, inclusive despesas com capacitação dos conselheiros.

Seção III

PUBLICAÇÃO DOS ATOS DELIBERATIVOS

Art. 11. Os atos deliberativos do CMDCA deverão ser publicados no órgão de imprensa oficial do Estado ou imprensa local, seguindo as mesmas regras de publicação dos demais atos do Poder Executivo.

Seção IV

DA COMPOSIÇÃO E MANDATO

Art. 12. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Juina - CMDCA será composto por 10(dez) membros, sendo:

I – 5 (cinco) representantes do Governo Municipal, sendo:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças e Administração;

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo.

II – 4 (quatro) representantes de organizações da sociedade civil que desenvolvam atividades voltadas, direta ou indiretamente, à proteção aos direitos da criança e do adolescente.

III – 01 (um) representante de entidade de classe, podendo ser dentre outras dos seguintes órgãos com representatividade no Município:

a) Conselho Regional de Serviço Social;

b) Ordem dos Advogados do Brasil; ou,

c) Conselho Regional de Psicologia.

Subseção I

DOS REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Art. 13. Os representantes do Governo Municipal junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão designados pelo Chefe do Executivo, no prazo máximo de 30 dias após o início do mandato, dentre servidores integrantes de setores responsáveis pelas políticas sociais básicas, direitos humanos, finanças e planejamento.

Parágrafo Único – Para cada titular será indicado um suplente, que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o regimento interno do Conselho respectivo.

Art. 14. A duração do mandato do representante governamental no CMDCA está condicionada à expressa manifestação contida no ato designatório da autoridade competente, podendo se estender para todo o mandato.

§ 1º. O afastamento de qualquer dos representantes do Governo Municipal junto ao CMDCA deverá ser previamente comunicado e justificado para que não haja prejuízo às atividades do Conselho.

§ 2º. A autoridade competente deverá designar o novo conselheiro governamental no máximo cinco dias antes da próxima assembleia geral ordinária subsequente ao afastamento, enviando ao presidente do CMDCA para registro.

Subseção II

DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Art. 15. A representação da sociedade civil visa garantir a plena participação da população por meio de organizações representativas escolhidas em fórum próprio.

§ 1º. Poderão participar do processo de escolha as organizações da sociedade civil constituídas há pelo menos dois anos e com atuação no âmbito territorial do Município de Juina com atividades voltadas, direta ou indiretamente, à proteção dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º. A representação da sociedade civil no CMDCA, diferentemente da representação governamental, não poderá ser previamente estabelecida pela direção da entidade, devendo submeter-se periodicamente a processo democrático de escolha.

§ 3º. O processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao CMDCA deverá será disciplinado por Resolução do próprio CMDCA, aprovada por maioria absoluta de seus membros.

Art. 16. O mandato no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA pertence à organização da sociedade civil eleita, que indicará um de seus membros para atuar como seu representante e serão escolhidos em Fórum próprio ou conferência municipal, direta e livremente, pelos representantes das entidades, na forma como despuser o regimento interno.

Parágrafo Único - O mandato a que se refere este artigo será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, através do mesmo processo seletivo.

Art. 17. A eventual substituição de qualquer dos representantes das organizações da sociedade civil no CMDCA deverá ser previamente comunicada e justificada pela direção da entidade, para que não ocorra prejuízo às atividades do Conselho.

Art. 18. Os representantes da sociedade civil junto ao CMDCA serão empossados no prazo máximo de 30 dias após a proclamação do resultado da eleição, com a publicação dos nomes das organizações da sociedade civil e respectivos representantes, titulares e suplentes.

§1º - É vedada a indicação de entidades ou nomes ou qualquer outra forma de ingerência do poder público no processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao CMDCA.

Seção V

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 20 - Não poderão compor o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA:

I - Membros de conselhos de políticas públicas;

II - Representantes de órgãos de outras esferas governamentais;

III - Ocupantes de cargo de confiança ou função comissionada do poder público, na qualidade de representante de organização da sociedade civil;

IV - Membros do Conselho Tutelar;

V - Aquele que não preencha os seguintes requisitos:

a - gozar de idoneidade moral;

b - ter idade igual ou superior a 21 anos;

c - residir no município de Juina há 01 (um) ano;

d - ser eleitor no Município de Juina e estar em pleno e regular gozo dos seus direitos políticos;

e – Ser alfabetizado.

VI - Membros e serventuários do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Legislativo, da Defensoria Pública, com atuação no âmbito do Município de Juína.

Seção VI

DA COMPETÊNCIA

Art. 21. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Juina - CMDCA:

I - Formular ou, de qualquer forma, opinar e intervir na formulação das políticas de âmbito municipal voltadas aos interesses da criança e do adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, captação e aplicação dos recursos a esse fim destinados;

II - Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhanças, e dos bairros ou de zona urbana ou rural onde convivam ou residam;

III - Apresentar as prioridades a ser incluído no planejamento do Município, em tudo o que se refere ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se executa no Município, que possa afetar as suas deliberações;

V – Registrar as entidades governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

VI - Registrar as entidades não governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham, além de outras formas previstas em lei, programas de:

a - orientação, apoio e acolhimento familiar;

b - orientação e apoio socioeducativo em meio aberto;

c - acolhimento institucional;

d - liberdade assistida;

e - semiliberdade;

f - internação.

VI – efetuar a inscrição dos programas a que se refere o inciso anterior, das entidades governamentais e das organizações da sociedade civil que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto;

VII - Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e Conselhos Tutelares do Município;

VIII - Requisitar assessoramento e apoio técnico especializado junto aos órgãos da Administração Municipal, em petição escrita e fundamentada;

IX - Acompanhar e fiscalizar o emprego de todas e quaisquer verbas obtidas pelo Município para aplicação direta ou indireta à política municipal de atendimento da criança e do adolescente, bem como a administração e prestação de contas de recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA.

Seção V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 22. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA estabelecerá regras para seu funcionamento através de regimento interno, prevendo, dentre outras questões:

I - A estrutura funcional mínima composta por plenário, presidência, comissões e secretaria, definindo suas respectivas atribuições;

II - A forma de escolha dos membros da Presidência e demais cargos da Diretoria, assegurando-se o direito a alternância entre representantes do Governo e da Sociedade Civil;

III - A forma de substituição dos membros da presidência, na falta ou impedimento dos mesmos;

IV – A forma de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias, com comunicação aos integrantes do órgão, titulares e suplentes, de modo que se garanta a presença de todos os seus membros e a participação da população em geral;

V - A forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberações, com a obrigatoriedade de sua prévia comunicação aos conselheiros;

VI - A possibilidade de discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos em pauta;

VII - O quorum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias;

VIII - As situações em que o quorum qualificado deve ser exigido no processo de tomada de decisões com sua expressa indicação quantitativa;

IX - A criação de comissões e grupos de trabalho, que deverão ser compostos de forma paritária;

X - A forma como ocorrerá à discussão das matérias em pauta;

XI - A forma como se dará a participação dos presentes na assembléia ordinária;

XII - A garantia de publicidade das assembléias ordinárias, salvo os casos expressos de obrigatoriedade de sigilo;

XIII - A forma como serão efetuado as deliberações e votações das matérias, com a previsão de solução em caso de empate;

XIV - A forma como será deflagrado e conduzido o procedimento administrativo com vista à exclusão de organização da sociedade civil ou de seu representante, quando da reiteração de faltas injustificadas ou prática de ato incompatível com a função;

XV - A forma como será deflagrada a substituição do representante do órgão público, quando tal se fizer necessário.

Seção VI

DO REGISTRO DAS ENTIDADES E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

Art. 23. Na forma do disposto nos artigos 90, parágrafo único e 91, da Lei nº 8.069/90, cabe ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA:

I - Efetuar o registro, no *Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, de todas* as organizações da sociedade civil sediadas no Município de Juína que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art. 90, *caput,* e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, todos da Lei nº 8.069/90; e,

II - Efetuar a inscrição no *Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA* dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, a serem executados no Município do Município de Juina por entidades governamentais e das organizações da sociedade civil.

Parágrafo único. A cada 03 (três) anos, o CMDCA promoverá o recadastramento das entidades e dos programas em execução no Município, certificando-se de sua contínua adequação à política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada.

Art. 24. Através de Resolução, votada por maioria absoluta de seus membros, o CMDCA indicará a relação de documentos a serem apresentados pelas entidades a que se refere o artigo anterior para fins de registro, considerando o disposto no art. 91, do ECA.

Parágrafo único. Os documentos exigidos visarão, exclusivamente, comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 25. Quando do registro ou renovação, o CMDCA, com o auxílio de outros órgãos e serviços públicos, deverá certificar-se da adequação da entidade ou do programa às normas e princípios estatutários pertinentes, bem como a outros requisitos específicos que venham justificadamente a exigir por meio de resolução própria.

§ 1º. Será negado o registro à entidade, nas hipóteses relacionadas no art. 91, parágrafo único, da Lei nº 8069/90, e em outras situações definidas em resolução do CMDCA.

§ 2º. Será negado o registro e inscrição do programa que não respeite os princípios estabelecidos na Lei nº 8069/90, ou seja, incompatível com a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, traçada pelo CMDCA.

§ 3º. O CMDCA não concederá registros para funcionamento de entidades nem inscrição de programas que desenvolvam somente atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio.

§ 4º. Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, será cassado o registro concedido à entidade ou programa, comunicando-se o fato à autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Art. 26. Caso alguma entidade ou programa esteja comprovadamente atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro no CMDCA, deverá o fato ser levado de imediato ao conhecimento da autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar, para adoção das medidas previstas nos artigos 95, 97, 191, 192 e 193 da Lei nº 8069/90.

Art. 27. O CMDCA expedirá ato próprio dando publicidade ao registro das entidades e programas que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, conforme previsto nos artigos 90, parágrafo único, e 91, *caput,* da Lei nº 8069/90.

Seção VII

DOS DEVERES E VEDAÇÕES

Art. 28. São deveres do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I - Manter ilibada conduta pública e particular;

II - Zelar pela dignidade de suas funções, por suas prerrogativas e pelo respeito às autoridades constituídas;

III - Desempenhar com zelo e presteza as suas funções;

IV - Residir no Município;

V - Comparecer regularmente às sessões ordinárias e extraordinárias;

VI - Guardar sigilo sobre assuntos que venha a ter conhecimento em razão do cargo, relativos à conduta de membros do Conselho Tutelar ou de criança ou adolescente alvo de sua atuação;

VII - Não praticar atos de improbidade administrativa;

VIII - Zelar pela economia de material de expediente e pela conservação do patrimônio público;

IX - Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

Art. 29. Aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA aplicam-se as seguintes vedações:

I - Receber, em razão do cargo, honorários, gratificações, ou qualquer outra forma de recompensa, com exceção dos benefícios previstos no artigo 8º, parágrafo único, desta Lei;

II - Extrair cópia, retirar ou divulgar, sem autorização da Presidência, qualquer documento arquivado ou em trâmite pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Valer-se do cargo para lograr proveito próprio ou alheio, em detrimento da dignidade da função pública.

Seção VIII

DAS FALTAS E PENALIDADES

Art. 30. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA são passíveis das seguintes penalidades:

I - Advertência.

II - Censura.

III - Suspensão por até 90 dias.

IV - Cassação do mandato.

Art. 31. A penalidade de advertência será aplicada, reservada e verbalmente, no caso de negligência no cumprimento dos deveres inerentes ao cargo, mantendo-se o evento em registro em livro ou arquivo eletrônico próprio.

Art. 32. A penalidade de censura será aplicada, de forma reservada, por escrito, no caso de reincidência em falta já punida com advertência.

Art. 33. A penalidade de suspensão será aplicada nos casos de reincidência de falta já punida com censura e no caso de violação às vedações previstas nesta lei.

Art. 34. A penalidade de cassação do mandato será aplicada nos casos de:

I - Reincidência em falta já punida com a pena de suspensão;

II - Prática de conduta que caracterize crime ou contravenção penal;

III – Prática de conduta que atente contra os deveres previstos no artigo 28 desta lei, independentemente do trânsito em julgado do processo respectivo;

IV - Falta por 03 vezes consecutivas ou 05 alternadas a sessões deliberativas do CMDCA, sem justificativa aceita pelo Conselho;

V - For constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidas pelo art. 4º, da Lei Federal nº 8.429/92.

VI - Incontinência pública ou conduta escandalosa;

VII - Ofensa física em serviço, a membro do Conselho, servidor público ou a particular;

VIII - Revelação de assunto sigiloso relativo à criança e adolescente, do qual teve ciência em razão do cargo;

IX - Quando for determinada a suspensão cautelar de dirigente de entidade da sociedade civil que atua no CMDCA, de conformidade com o art. 191, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90, ou aplicada alguma das sanções previstas no art. 97 da mesma lei, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento, nos termos dos arts. 191 a 193 do mesmo diploma legal.

X - Deixar de pertencer à instituição que o indicou como representante no Conselho;

XI - Perder a função no órgão público que o indicou.

§ 1º Na hipótese do inciso III, deste artigo, havendo decisão judicial condenatória transitada em julgado, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, independentemente da instauração de processo administrativo, por decisão de maioria de seus membros, com *quorum* de metade mais um de seus integrantes, declarará vago o cargo, dando posse imediata ao primeiro suplente.

§ 2º. Na hipótese do inciso IX, o CMDCA, por decisão de maioria de seus membros, com *quorum* de metade mais um, poderá determinar o afastamento cautelar do integrante enquanto perdurar a suspensão cautelar no processo judicial, seguindo-se a cassação do mandato, quando for aplicada, no processo judicial, as medidas de afastamento definitivo do dirigente, fechamento da unidade ou programa ou cassação do registro da entidade, previstas no art. 97, do ECA.

§3º. Nas situações do parágrafo 2º deste artigo, quando ocorrer o afastamento definitivo do dirigente, será a entidade notificada a indicar outro representante no CMDCA, ou nomeado o suplente; quando ocorrer o fechamento da unidade ou programa ou a cassação do registro, a entidade será excluída do CMDCA, promovendo-se novo processo de seleção para preenchimento da vaga aberta.

Art. 35. O afastamento ou cassação de membro do CMDCA à entidade não governamental que o indicou, para que nomeie, com urgência, outro representante, evitando prejuízos às atividades do Conselho.

Art. 36. A cassação do mandato dos representantes do governo municipal e das organizações da sociedade civil junto ao CMDCA, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo, conforme rito previsto nos artigos 94 a 125 desta lei, com garantia de contraditório e ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta dos votos dos integrantes do mesmo Conselho.

Capítulo III

DOS CONSELHOS TUTELARES DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 37. O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Juina criado pela Lei nº 228/90, de 23 de novembro de 1990, reger-se-á pela legislação federal pertinente, pelo disposto nesta lei, Resolução nº 139, de 17 de março de 2010 e Resolução nº 152, de 09 de agosto de 2012 do CONANDA, pelas legislações recentes do CONANDA, por seu regimento interno e deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Parágrafo único. O regimento interno de que trata o *caput* deste artigo será aprovado por decisão do CMDCA, tomada por maioria de votos, com *quorum* de metade mais um de seus integrantes, mediante proposta dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 38. O Conselho Tutelar do Município de Juina/Mato Grosso é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos em lei (Art. 131, ECA), estando vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, apenas para fins de execução orçamentária.

§2º. A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, sendo vedada a acumulação com qualquer outro cargo, emprego ou função remunerada, excetuada a função de magistério (art. 37, XVI, alínea "b", da Constituição Federal), quando houver absoluta compatibilidade de horários, inclusive com os plantões.

Art. 39. Constará obrigatoriamente da Lei Orçamentária Municipal a previsão dos recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, inclusive para:

I - O custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fac-símile e outros;

II - Proporcionar formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;

III - O custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições, como diárias, passagens, serviços de terceiros, e outros semelhantes;

IV - Garantir espaço físico adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição de prédio de uso exclusivo, seja por locação;

V - Garantir transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção;

VI - Garantir a segurança e manutenção de todo o seu patrimônio;

VII - O custeio de despesas com subsídios e capacitação dos conselheiros, bem como outras despesas necessárias ao bom funcionamento dos serviços que lhe são confiados.

§ 1º. Cabe ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, conforme seja necessário para o pleno desenvolvimento de suas funções.

§ 2º. O Conselho Tutelar poderá requisitar serviços e assessoria nas áreas de educação, saúde, assistência social, dentre outras, com a devida urgência, de forma a atender o disposto nos artigos 4º, parágrafo único, e 136, inciso III, alínea "a", da Lei 8069/90.

§ 3º. É vedado o uso de recurso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Juina– FMDCA para qualquer dos fins previstos neste artigo, exceto para a formação e qualificação funcional dos Conselheiros Tutelares (Res. 139/2010/Conanda, art. 4º, § 6º).

§ 4º. O Conselho Tutelar encaminhará, até o dia 30 do mês de novembro de cada ano, ao CMDCA, o Plano de Trabalho, contendo a previsão das despesas necessárias para sua execução e para o pleno funcionamento do Conselho Tutelar durante o ano seguinte, incumbindo ao Conselho de Direitos adotarem as providências necessárias junto à Secretaria Municipal de Assistência Social para que tais despesas sejam previstas no orçamento global do Município.

Art. 40. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Seção II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 41. Cada Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução, por

decisão de maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 1º - Haverá número de suplentes igual ao de membros eleitos.

§2º - A recondução, permitida por uma única vez, consiste na outorga, ao conselheiro tutelar titular do cargo ou suplente que tiver exercido a função de titular nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a inscrição, do direito de concorrer ao cargo por mais um período.

§ 3º - O outorgado à recondução deverá disputar a vaga em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de avaliação técnica, psicológica e de escolha por votação, sendo dispensado apenas da apresentação de documentação comprobatória dos requisitos enumerados no artigo seguinte desta lei.

Seção III

DOS REQUISITOS PARA INGRESSO

Art. 42. Poderão concorrer ao processo de escolha para composição do Conselho Tutelar do Município de Juina os interessados que, na data da inscrição, preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

I - Ter reconhecida idoneidade moral, comprovada mediante a apresentação de certidões negativas cíveis e criminais da Justiça Comum Estadual e Federal da Comarca ou Região pelas quais o Município esteja compreendido;

II - Ter idade mínima de 21(vinte e um) anos;

III - Residir no Município de Juina há pelo menos (um) ano;

IV - Ter concluído o Ensino Médio;

V - Comprovar a aprovação em prova seletiva prévia, de caráter eliminatório, e em avaliação psicológica, realizadas pelo CMDCA sob a fiscalização do Ministério Publico;

VI - Ser eleitor do Município e estar em pleno e regular exercício de seus direitos políticos;

VII - Não exercer atividades político-partidárias, função em órgão de partido político ou direção de entidades sindicais;

VIII - Não exercer cargo ou mandato público eletivo;

IX - Não ocupar cargo efetivo ou em comissão junto à Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, ressalvada a exceção prevista no artigo 37, inciso XVI, alínea “b”, da CF, quando houver compatibilidade de horários.

§ 1º. Os requisitos previstos nos incisos VII, VIII e IX, deste artigo, serão comprovados mediante declaração assinada pelo próprio candidato, no momento da inscrição.

§ 2º. Verificado, a qualquer tempo, o descumprimento de qualquer dos requisitos mencionados neste artigo, a inscrição do candidato, ainda que já deferida, e todos os atos dela decorrentes, inclusive de nomeação, serão cancelados.

Seção IV

DA RECONDUÇÃO E PROCESSO DE ESCOLHA

DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 43. No início do trimestre (mês de julho) que antecede a data da eleição para composição do Conselho Tutelar, o CMDCA reunir-se-á para deliberar sobre a recondução a que se refere o art. 41, §2º, desta lei, que poderá ser total ou parcial, de acordo com avaliação de merecimento a ser promovida pelo mesmo Conselho Municipal, na forma prevista no regimento interno respectivo.

Art. 44. Havendo ou não recondução, será constituída, nessa mesma sessão, Comissão Especial Eleitoral, composta de no mínimo quatro membros paritários, incumbida de realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cabendo-lhe ordenar o registro dos candidatos, decidir sobre as impugnações e publicar o resultado final da eleição com o nome dos eleitos e a votação obtida.

§1º. O registro dos candidatos far-se-á através de requerimento endereçado ao Presidente da Comissão Eleitoral, a ser protocolado no local e nos prazos previstos em edital, devidamente acompanhados dos documentos que comprovem o cumprimento dos requisitos exigidos por esta lei.

§2º. Estará impedido de integrar a Comissão Especial Eleitoral o membro que tenha laços de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer dos inscritos no certame, devendo o presidente do CMDCA promover a sua substituição.

§3º. O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será também o Presidente da Comissão Eleitoral.

§4º. Todos os atos praticados pela comissão de seleção serão comunicados imediatamente ao Promotor de Justiça da Comarca.

§5º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá por disposição da Lei Federal nº 12.696/2012, a cada 04 (quatro) anos, e será realizada, obrigatoriamente, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 6º. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao do processo de escolha.

Subseção I

DA DIVULGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 45. Caberá ao CMDCA, com a antecedência devida, regulamentar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante Resolução específica observada as disposições contidas na Lei nº 8069/90, na legislação municipal respectiva e nas Resoluções mais recentes do Conanda.

§1º. A Resolução do CMDCA, regulamentadora do processo de escolha, deverá prever, dentre outras disposições:

a - o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie, no mínimo, três meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar em exercício;

b - a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no art. 133, da Lei 8069/90 e nesta Lei Municipal;

c - as regras de campanha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções, de modo a evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, familiar, institucional e dos meios de comunicação, dentre outros;

d - a criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha.

§2º. A resolução de que trata o parágrafo anterior não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei Federal 8069/90 e por esta lei.

§3º. O processo eleitoral de que trata este artigo deverá estar concluído pelo menos 30 (trinta) dias antes do término do mandato dos Conselheiros Tutelares.

§4º. Cabe ao Poder Executivo Municipal de Juina através da Secretaria de Assistência Social, o custeio de todas as despesas para realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§5º. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 46. Cabe ao CMDCA dar ampla publicidade ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante publicação de edital de convocação do pleito na imprensa oficial, página oficial do Município, do CMD-

CA e Conselho Tutelar na internet, nos meios de comunicação disponíveis no território do Município, afixação de edital em locais de amplo acesso ao público, chamadas de rádio, televisão, jornais impressos e eletrônicos, blogs e outros meios de divulgação disponíveis.

§1º. O edital conterá, dentre outros, os requisitos à candidatura, a relação de documentos a serem apresentadas pelos candidatos, as regras de campanha e calendário de todas as fases do certame.

§2º. A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre o papel do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e juventude, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8069/90.

Art. 47. Compete, ainda, ao CMDCA tomar, com a antecedência devida, as seguintes providências para a realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

I - Obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como o software respectivo, observadas às disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso.

II - Em caso de impossibilidade do fornecimento de urnas eletrônicas, obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento de listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente; e

III - Garantir o fácil acesso aos locais de votação, preferindo-se aqueles que já sejam utilizadas como sessões eleitorais pela Justiça Eleitoral ou espaços públicos comunitários.

Art. 58. O CMDCA deverá delegar à Comissão Especial Eleitoral, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, a condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observados os mesmos impedimentos impostos por esta lei para composição do Conselho Tutelar.

§ 1º. A composição, assim como as atribuições da Comissão Eleitoral prevista no *caput* deste artigo, deve constar da resolução regulamentadora do processo de escolha.

§ 2º. A Comissão Eleitoral ficará encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnarem, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§3º. Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à Comissão Eleitoral:

I - Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências para apurar a verdade dos fatos.

§ 4º. Das decisões da Comissão eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para julgá-los.

§ 5º. Esgotada a fase recursal, a comissão especial eleitoral fará publicar a relação dos candidatos habilitados, enviando cópia ao Ministério Público para ciência e acompanhamento.

§ 6º. Cabe, ainda, à Comissão Especial Eleitoral:

I - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados no pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição de sanções previstas na legislação local;

II - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - Providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

V - Escolher e divulgar os locais de votação;

VI - Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da Resolução regulamentadora do pleito;

VII - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar local a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança nos locais de votação e apuração;

VIII - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e,

IX - Resolver os casos omissos por decisão da maioria absoluta de seus membros.

§ 7º. O Ministério Público será notificado de todas as reuniões deliberativas realizadas pela Comissão Eleitoral e pelo CMDCA, bem como de todas as decisões nelas proferidas e incidentes verificados no decorrer do certame.

Art. 49. O CMDCA deverá envidar todos os esforços possíveis para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opões de escolha pelos eleitores e de obter o número de titulares e suplentes exigidos por lei, sem a realização de processo de escolha suplementar.

Subseção II

DA AVALIAÇÃO SOBRE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Art. 50. Os candidatos que tiverem a inscrição deferida submeter-se-ão a avaliação técnica através de prova escrita, com questões objetivas e discursivas, com abordagens de situações práticas, sobre o direito da criança e do adolescente e língua portuguesa, compreendendo-se a interpretação da Constituição Federal (artigos 227 a 229), da Lei 8069/90 e da legislação municipal pertinente.

Parágrafo único. A prova de que trata este artigo terá caráter eliminatório, somente sendo considerados aprovados para participar da etapa seguinte (psicológica) os candidatos que obtiverem pelo menos nota 60 (60%), numa avaliação variável de 0 a 100 pontos.

Subseção III

DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Art. 51. Após o resultado da prova escrita, os candidatos aprovados serão submetidos à avaliação psicológica, a ser realizada por profissionais indicados pelo CMDCA, que, após a aplicação dos exames técnicos devidos, os identificará como “aptos” ou “inaptos” para o exercício da função.

Subseção IV

DA ESCOLHA POR ELEIÇÃO

Art. 52. Os candidatos que forem considerados “aptos” no exame psicológico submeter-se-ão, em seguida, ao processo de escolha por votação, sendo considerados membros de o Conselho Tutelar titular os cinco mais votados (1º ao 5º lugar) e suplentes os cinco seguintes em ordem decrescente de votação.

Art. 53. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

I - Eleição mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Juina em processo a ser regulamen-

tado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

II - Candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas; e,

III - Fiscalização pelo Ministério Público.

Art. 54. Na hipótese de ocorrer empate na votação, será considerado eleito o candidato que:

I - Obtiver nota superior na avaliação técnica (prova escrita);

II - Residir a mais tempo no Município; e,

III - Tiver maior idade.

Parágrafo único. Os mesmos critérios de desempate deste artigo serão utilizados para resolver eventual impasse gerado em decorrência da aprovação de dois ou mais candidatos com grau de parentesco que os proíba de servir no mesmo Conselho, nos termos desta lei.

Art. 55. Se o número de candidatos selecionados for insuficiente para compor o Conselho Tutelar e o rol de suplentes (10 membros), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA deflagrará processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas em aberto, seguindo-se as mesmas regras estabelecidas nesta Lei.

Subseção V

DA POSSE

Art. 56. Encerrado o processo eleitoral, divulgada a lista dos escolhidos (titulares e suplentes) através dos meios de comunicação e divulgação utilizados pelo Executivo Municipal, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no dia 10 do mês de janeiro do ano seguinte ao da eleição, em ato público e solene, dará posse aos eleitos.

§ 1º. Durante o mês seguinte à data da posse, todos os membros e suplentes eleitos executarão trabalhos junto ao Conselho Tutelar, acompanhando e inteirando-se dos serviços desenvolvidos e em andamento.

§2º. Nesse mesmo período, os novos conselheiros e suplentes participarão, também, de curso de capacitação, a ser realizado por deliberação do CMDCA.

§ 3º. Os Conselheiros Tutelares, titulares, eleitos deverão obrigatoriamente participar do Curso de Formação Continuada para Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos, oferecido pela Escola de Conselhos de Mato Grosso e do Curso de Formação para utilização do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência- SIPIA/CT, promovido pelo Conselho Estadual dos Direitos da criança e do Adolescente - CEDCA-MT.

Seção V

DA COMPETENCIA E FUNCIONAMENTO

Art. 57. Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo respeito aos direitos da criança e do adolescente definidos em lei, cumprindo as atribuições previstas na Lei 8069, de 13.07.1.990, e nas disposições desta Lei Municipal.

Art. 58. O Conselho Tutelar do Município de Juina funcionará, todos os dias úteis (segunda a sexta feira) no horário das 7h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, em prédio exclusivo, com salas adequadas para a execução dos serviços, localizado na área central da cidade, visando proporcionar fácil acesso aos usuários.

§ 1º. Para atendimento fora do horário previsto no *caput* deste artigo, bem como aos finais de semana e feriados, será mantido plantão permanente constituído de pelo menos dois Conselheiros, cujos telefones e endereços deverão constar em local visível à entrada do prédio do Conselho Tutelar.

§ 2º. Durante os horários de expediente, dentre os membros do Conselho Tutelar que estiverem em atividade, deverão permanecer na sede do Conselho Tutelar, para atendimento ao público, pelo menos dois conselheiros.

§ 3º. O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências externas, atendimentos em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas.

§ 4º. A escala de plantões e serviços do Conselho Tutelar será elaborada por seu Coordenador e aprovada por maioria simples do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 59. A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

I - Placa identificativa da sede do Conselho, em local de ampla visibilidade, voltada para a via pública;

II - Sala reservada para a recepção ao público e espera de atendimento;

III - Sala reservada para o atendimento privativo das ocorrências de sua competência;

IV - Sala reservada para os serviços administrativos;

V - Sala reservada para os conselheiros tutelares; e,

VI - Banheiros para o público e de uso privativo dos conselheiros e funcionários.

Parágrafo único. O número de salas deverá ser proporcional ao volume da demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à celeridade e presteza do serviço, bem como à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

Art. 60. O Conselho Tutelar zelará para que seja preservada a identidade da criança ou adolescente atendido, abstendo-se de pronunciar publicamente sobre os casos trazidos ao Conselho.

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar ou manusear no exercício de sua função.

§ 2º. A responsabilidade pelo uso e divulgação indevidos de informações referentes ao atendimento de crianças e adolescentes se estende aos funcionários e auxiliares a serviço do Conselho Tutelar.

Art. 61. No caso de atendimento de crianças e adolescentes de comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais, inclusive indígenas, o Conselho Tutelar deverá:

I - Submeter à ocorrência à análise de organizações sociais reconhecidas por essas comunidades, bem como a representante de órgãos públicos especializados, quando couber; e

II - Considerar e respeitar, na aplicação das medidas de proteção, a identidade sócio-cultural, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição e pela Lei nº 8069/90.

Art. 62. As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, por decisão de maioria absoluta de seus membros.

§1º. As medidas de caráter emergencial, tomadas durante os plantões ou durante a execução de atividades externas, serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação.

§2º. As decisões do Conselho Tutelar serão proferidas de forma escrita e motivada, em procedimento próprio, a ser mantido em arquivo físico ou eletrônico, na sede do Conselho.

§3º. As decisões proferidas serão comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de 48 horas.

Art. 63. Quando estiverem sendo realizadas, no município, eventos festivos de grande expressão, abertos ao público, o Conselho Tutelar manterá posto de atendimento, realizando trabalho ostensivo e preventivo, devendo ser buscado apoio das Polícias Militar e Civil quando necessário para

salvaguardar interesse de criança ou adolescente que estejam sendo violados, ou na iminência de o ser.

Parágrafo único. Nos eventos de menor expressão, bem como nas festividades realizadas em locais fechados, nos estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas, explorem jogos e diversões eletrônicas, bem como em outros locais públicos ou acessíveis ao público onde se tenha a presença de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar realizará visitas de rotina, visando zelar para que sejam respeitados os direitos da criança e do adolescente, adotando as providências previstas no art. 194, 101, I, VII c/c 93 e 129, VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 64. Para o exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - Nas salas de sessões do CMDCA;

II - Nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;

III - Nas entidades de atendimento, nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e

IV - Em qualquer recinto público ou privado acessível ao público, no qual se encontrem crianças ou adolescentes, ressalvada a garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio.

§1º. A casa, bem como os compartimentos de qualquer estabelecimento utilizado para moradia, é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, exceto em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, ou, ainda, durante o dia, por determinação judicial.

§2º. Sempre que necessário, o membro do Conselho Tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública observada os princípios constitucionais de proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Art. 65. O Conselho Tutelar, tomando conhecimento de qualquer violação a direito da criança ou do adolescente ou de qualquer ato infracional que venha a ser praticado por criança, deslocar-se-á até o lugar de sua ocorrência, adotando as providências de sua alçada, inclusive as definidas nos artigos 101, I a VIII, e 129, I a VII, da Lei n.8069, de 13.07.90.

Art. 66. Um dos Membros do Conselho Tutelar acumulará as funções de Coordenador, cabendo-lhe representá-lo em todos os atos e perante as autoridades e pessoas a que se dirigir, além de ordenar e fiscalizar todas as atividades administrativas internas do Conselho.

Art. 67. Somente em casos de menor complexidade e de extremada urgência poderá atuar um único membro do Conselho Tutelar, ficando a validade de sua decisão condicionada à confirmação por maioria absoluta de seus membros.

Art. 68. As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas por maioria absoluta, em reunião ordinária, a ser realizada ao menos uma vez por quinzena, ou extraordinária, a ser realizada sempre que houver urgência na deliberação.

Art. 69. Todas as ocorrências atendidas pelo Conselho Tutelar serão registradas em livro próprio, com folhas numeradas, ou através de sistema de informação para a infância e adolescência – SIPIA/CT.

§ 1º. Os conselheiros que atuarem no procedimento elaborarão relatório a ser submetido a julgamento na reunião ordinária ou extraordinária, sugerindo a medida aplicável, dentre as previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º. Os procedimentos que resultarem na aplicação de medidas de competência do próprio Conselho Tutelar, como nas hipóteses do art. 101, I a VI e VIII, e art. 129, I a VII, do ECA, após a decisão colegiada, desenvolver-se-á a fase de execução da medida, após a qual será novamente submetido ao órgão colegiado para homologação e arquivamento, ou adoção de outras providências que se revelarem adequadas.

§ 3º. Nas hipóteses em que couber o encaminhamento do procedimento ao Ministério Público, ao Juiz da Infância e da Adolescência ou a qualquer outra Instituição prevista no ECA, ou em casos de aplicação de qualquer medida estabelecida pela autoridade judiciária, será mantida cópia do feito em arquivo no Conselho Tutelar, para fins estatísticos e informativos.

Art. 70. A atuação do Conselho Tutelar deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizarem e agilizar o atendimento das crianças e dos adolescentes, ressalvado o disposto no art. 136, inciso III, alínea “b”, IV, V, X e XI, da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 71. As decisões do Conselho Tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas às formalidades legais têm eficácia plena e exequibilidade imediata.

§1º. Cabe ao destinatário da decisão, em caso de discordância, ou a qualquer interessado, requerer ao Poder Judiciário sua revisão, na forma prevista pelo art. 137, da Lei nº 8069, de 1990.

§2º. Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário, sob pena da prática de infração administrativa prevista no art. 249, da Lei 8069, de 1990.

Art.72. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do Conselho Tutelar o número de funcionários e de equipamentos e materiais de expediente que forem necessários ao bom desempenho de suas atividades.

Art. 73. Observados os parâmetros e normas definidos pela Lei 8069, de 1990, pela legislação municipal local e Resoluções do Conanda, cabe ao Conselho Tutelar elaborar e submeter à aprovação do CMDCA o seu regimento interno.

Seção VI

DOS PRINCÍPIOS A SEREM OBSERVADOS

Art. 74. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e princípios contidos na Constituição, na Lei 8069/90, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, promulgada pelo Decreto nº 99.710/90, bem como nas Resoluções do Conanda, especialmente:

I - Condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;

II - Proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente;

III - Responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade em geral, e do Poder Público, pela plena efetivação dos direitos assegurados a criança e ao adolescente;

IV - Municipalização da política de atendimento às crianças e adolescentes;

V - Respeito à intimidade e à imagem da criança e do adolescente;

VI - Intervenção precoce, logo que a situação de perigo seja conhecida;

VII - Intervenção mínima das autoridades e instituições na promoção proteção dos direitos da criança e do adolescente;

VIII - Proporcionalidade e atualidade da intervenção tutelar;

IX - Intervenção tutelar que incentive a responsabilidade parental com a criança e com o adolescente;

X - Prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança e o adolescente na sua família natural ou extensiva ou, se isto não for possível, em família substituta;

XI - Obrigatoriedade da informação à criança e ao adolescente, respeitada sua idade e capacidade de compreensão, assim como aos seus pais ou responsável, acerca dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como se processa; e,

XII - Oitiva obrigatória da criança e do adolescente em separado ou na companhia de seus pais ou responsável, ou de pessoa por ele indicada,

nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, de modo que sua opinião seja devidamente considerada pelo Conselho Tutelar.

Seção VII

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Art. 75. O Conselho Tutelar tem por função zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente quando, por ação ou omissão, estiverem expostos a situações de risco ou de violação de seus direitos.

Art. 76. São atribuições do Conselho Tutelar e obrigações dos conselheiros, além de outras previstas nesta lei:

I - Atender às crianças e aos adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105 do ECA, aplicando as medidas previstas nos incisos I a VI e VIII, do art. 101, do ECA, e, excepcionalmente, também a medida do inciso VII, nas hipóteses previstas no art. 93, do mesmo diploma legal;

II - Atender e informar os pais ou responsáveis, aplicando-lhes as medidas previstas nos incisos I a VII do art. 129, do ECA;

III - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

a - requisitar serviços públicos nas áreas da saúde, educação, assistência e previdência social, trabalho e segurança;

b - representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

V - Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas nos incisos I a VI do artigo 101 do ECA, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - Expedir notificações;

VIII - Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança e adolescente, quando necessário;

IX - Assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e adolescente;

X - Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 221, da CF;

XI - Representar ao Ministério Público para fins de ações de perda e suspensão do poder familiar;

XII - Elaborar e apresentar representação junto ao Juiz da Infância e da Adolescência para apuração de irregularidade em entidade de atendimento (art. 191, ECA);

XIII - Elaborar e apresentar representação junto ao Juiz da Infância e da Adolescência para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente (art. 194, ECA);

XIV - Elaborar seu regimento interno;

XV - Articular-se com outros órgãos públicos e entidades privadas, participar de mobilizações, campanhas, operações rotineiras e operações especiais, mutirões, realizados por órgãos públicos com o objetivo de prestar atendimento ao público, fiscalizar, coibir violações e garantir os direitos da criança e do adolescente;

XVI - Operar e manter atualizado o sistema informatizado de informações para a infância e adolescência do Município;

XVII - Manter registro dos atendimentos e providências adotadas pelo Conselho Tutelar;

XVIII - Encaminhar, quando solicitado, dados estatísticos e relatórios gerenciais aos órgãos competentes; e

§1º. Se, no exercício de suas atribuições, em virtude da gravidade da situação de risco, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, comunicará imediatamente o fato ao Ministério Público por escrito, encaminhando-lhe toda a documentação disponível, para que seja buscada, por via judicial, a aplicação da medida prevista no art. 101, VII ou IX, do ECA.

§2º. Na hipótese do parágrafo anterior, quando houver parente ou pessoa muito próxima que possa acolher a criança ou adolescente (família extensa), o Conselho Tutelar buscará a concordância dos pais ou responsável para que a criança ou adolescente fique sob a guarda imediata de fato dessas pessoas (afastamento familiar consensual), lavrando termo de entrega e responsabilidade e tomando a assinatura do recebedor, encaminhando, imediatamente em seguida, toda a documentação produzida ao Ministério Público para regularização, por via judicial, da guarda da criança ou adolescente.

§3º. Somente em situações de absoluta excepcionalidade e urgência poderá o Conselho Tutelar encaminhar a criança ou o adolescente diretamente a entidade que mantenha programa de acolhimento institucional, devendo, em casos tais, ser feita, no prazo de 24 horas, a comunicação ao Juiz da Infância e Adolescência e ao Ministério Público (art. 93, ECA), para manuseio da ação judicial respectiva.

Art. 77. À exceção das situações excepcionais previstas nos parágrafos do artigo anterior, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e resultará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual seja garantido aos pais ou responsável legal o exercício do contraditório e ampla defesa (art. 101, §2º, ECA).

Art. 78. É vedado ao Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas.

Seção VIII

DAS PRERROGATIVAS E GARANTIAS

Art. 79. No exercício de sua função, o membro do Conselho Tutelar, além das prerrogativas e garantias conferidas pela Lei n.8069/90:

I - Usarão credencial, confeccionada em tamanhos e cores facilmente visíveis, contendo nome completo e fotografia, expedida e assinada pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Promotor de Justiça da Infância e Juventude da Comarca;

II - Terá livre acesso a entidades governamentais e não governamentais referidas no art.90 da Lei 8069, de 13.07.90, bem como a todos os locais públicos e particulares acessíveis ao público, respeitadas à inviolabilidade do domicílio.

Parágrafo único. Exceto em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, a entrada do Conselheiro Tutelar no domicílio, sem a permissão do morador, só é possível durante o dia e com mandado judicial, podendo ser a medida requerida diretamente ao Juízo competente ou através da Promotoria de Justiça.

Art.80. A Administração Municipal, sempre que solicitado pelo Conselho Tutelar, colocará à sua disposição serviços técnicos especializados, cujos profissionais se deslocarão ao encontro da Criança ou Adolescente que deles necessitem, adotando as medidas que se revelarem necessárias.

Art.81. A remuneração dos membros do Conselho Tutelar, revista no art. 134, da Lei Federal nº 8.069/90, será fixada pela presente Lei.

Art. 82. O Conselheiro Tutelar é detentor de mandado eletivo não se classificando como servidor público municipal nem gerando essa prestação de serviços vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, porém por imposição da Lei Federal nº 8.069, de julho de 1990, alterada pela Lei 12. 696/2012, é assegurado aos membros do Conselho Tutelar o direito a:

I - cobertura previdenciária;

II- gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III- licença maternidade;

IV - licença paternidade;

V - 13º salário.

Art. 83. Os 05 (cinco) conselheiros tutelares titulares no exercício de sua atividade terão a percepção de subsídio mensal individual, em parcela mensal fixada no valor de R$: 1.598,92 (um mil, quinhentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), já computados e atualizados no índice concedido na legislação vigente para os servidores públicos a título de revisão geral anual.

§ 1º. O subsídio do Conselho Tutelar estabelecido nesse artigo será alterado na mesma proporção e na mesma data em que houver revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do município de Juina, Estado de Mato Grosso.

§ 2º. No pagamento do subsídio do Conselheiro Tutelar incidirá o desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF.

§ 3º. Serão concedidas aos conselheiros tutelares passagens e diárias, sempre que tiverem de se afastar da sede do município, a serviço em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território do estado ou do país, para cobrir despesas de pousada, alimentação e locomoção.

§ 4º. As passagens e diárias serão concedidas mediante requisição do Diretor Executivo do FMDCA ao Secretário de Finanças e Administração do Poder Executivo.

§ 5º. Em todos e quaisquer casos de afastamento, por período igual ou superior a 15 dias, inclusive em virtude de férias ou licença, o conselheiro tutelar será substituído pelo suplente, o qual será convocado obedecendo-se a ordem de classificação e perceberá gratificação igual ao titular, proporcional aos dias trabalhados.

Seção IX

IMPEDIMENTOS

Art. 83. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Art. 84. São, também, impedidos de exercer o mandato de conselheiro tutelar, os membros e suplentes de conselhos deliberativos das políticas públicas do Município, assim como os mandatários de qualquer cargo eletivo e titulares de cargo efetivo ou em comissão, que não se enquadrem na exceção prevista no artigo 37, XVI, alínea “b”, da Constituição Federal.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar, titular ou suplente, que pretender se candidatar a qualquer cargo público eletivo, deverá se desincompatibilizar da função no prazo exigido pela legislação eleitoral, e, sendo eleito, será declarado vago o seu cargo, dando-se posse definitiva ao suplente mais votado.

Art. 85. O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de atuar no procedimento de atendimento quando:

I - A ocorrência atendida envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II - For amigo íntimo ou inimigo de qualquer dos interessados;

III - Algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

IV - Tiver interesse na solução do caso em favor de um dos envolvidos.

§1º. Nas situações mencionadas nos incisos deste artigo, se o conselheiro não se declarar impedido, o seu afastamento do procedimento poderá ser argüido pelo Coordenador do Conselho Tutelar ou por qualquer pessoa legitimamente interessada, dirigindo o requerimento, neste caso, ao Coordenador do Conselho Tutelar, devendo, o impasse, ser resolvido pelo CMDCA, em decisão proferida por maioria simples de seus membros.

§2º. O membro do Conselho Tutelar poderá, também, declarar-se suspeito para atuar em determinado procedimento, devendo expor as razões de sua suspeição.

Seção X

VACÂNCIA DO CARGO

Art. 86. A vacância do cargo de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

I - Renúncia;

II - Posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada, considerada incompatível com o exercício da função de conselheiro;

III - Aplicação de sanção administrativa de destituição da função;

IV - Falecimento; ou

V - Condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime.

Art. 87. Ocorrendo vacância do cargo de Conselheiro Tutelar, o CMDCA convocará o suplente mais votado para o preenchimento da vaga.

§1º. Quando, por desvinculação voluntária ou compulsória, não existir pelo menos dois suplentes, caberá ao CMDCA realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas disponíveis.

§3º. O suplente, uma vez convocado, deverá apresentar-se para o exercício da função no prazo máximo de 3 (três) dias, contados a partir do ato de convocação, sob pena de ser considerado desistente, dando ensejo ao chamamento do próximo na ordem de classificação.

Seção XI

DOS DEVERES E VEDAÇÕES

Art. 88. São deveres do membro do Conselho Tutelar, além de outros previstos em lei:

I - Manter ilibada conduta pública e particular;

II - Zelar pelo prestígio da instituição à qual pertence;

III - Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;

IV - Obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

V - Comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do CMDCA, conforme dispuser o Regimento Interno;

VI - Desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

VII - Declarar-se suspeito ou impedido, nos termos desta Lei;

VIII - Adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e familiares;

IX - Tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

X - Residir no Município;

XI - Prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;

XII - Identificar-se em suas manifestações funcionais;

XIII - Atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XIV - Cumprir os horários de expediente previstos nesta lei, bem como os plantões para o qual for designado, além de outras tarefas confiadas pela coordenação do Conselho Tutelar;

XV - Guardar sigilo sobre os casos submetidos ao Conselho Tutelar;

XVI - Aplicar a medida de proteção em conformidade com a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

XVII - Levar ao conhecimento do Coordenador as irregularidades funcionais que tiver ciência;

XVIII - Zelar pela economia de material de expediente e pela conservação do patrimônio público; e

XIX - Manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

Art. 89. Aos membros do Conselho Tutelar aplicam-se as seguintes vedações:

I - Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;

II - Exercer qualquer outra função pública, fora da hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea “b”, da CF;

III - Utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

IV - Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, exceto quando em diligências ou por necessidade do serviço;

V - Opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VI - Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;

VII - Valer-se da função para lograr vantagem em favor de si próprio ou de outrem;

VIII - Receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

IX - Proceder de forma desidiosa no exercício de sua atividade;

X - Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho.

XI - Exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições;

XII - Deixar de submeter ao colegiado as decisões individuais referentes à aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsável, previstas nos artigos 101 e 129 da Lei 8069 de 1990;

XIII - Descumprir os deveres funcionais mencionados nesta lei;

XIV - Exercer atividade político-partidária ou cargo de direção em partidos ou sindicatos;

XV - Exercer qualquer outra função pública que não esteja incluída na exceção prevista no artigo 37, inciso XVI, alínea “b”, da Constituição Federal;

XVI - Extrair cópia ou retirar, sem autorização do Coordenador, qualquer documento arquivado ou em trâmite pelo Conselho Tutelar.

Seção XII

DAS FALTAS E PENALIDADES

Art. 90. Os membros do Conselho Tutelar são passíveis das seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Censura;

III - Suspensão sem remuneração, por até 90 dias;

IV - Destituição da função.

§1º. A penalidade de advertência será aplicada, reservada e verbalmente, no caso de negligência no cumprimento dos deveres inerentes ao cargo.

§ 2º. A penalidade de censura será aplicada, de forma reservada, por escrito, no caso de reincidência em falta já punida com advertência.

§ 3º. A penalidade de suspensão será aplicada nos casos de reincidência de falta já punida com censura e no caso de violação às proibições previstas nesta lei.

§ 4º. A penalidade de destituição da função será aplicada nos casos de:

a - reincidência em falta já punida com a pena de suspensão;

b - prática de conduta que caracterize crime ou contravenção penal e que atente contra os deveres previstos no art. 87 desta lei;

c - abandono do cargo;

d - inassiduidade habitual;

e - improbidade administrativa;

f - incontinência pública ou conduta escandalosa;

g - ofensa física em serviço, a servidor ou a particular;

h - revelação de segredo do qual teve ciência em razão do cargo;

i - acumulação ilegal de cargos ou funções públicas.

Seção XIII

PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Subseção I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 91. A apuração das faltas funcionais será feita mediante sindicância e processo administrativo.

§1º. A apuração de faltas puníveis com penas de advertência e censura se dará através de sindicância.

§2º. A apuração de faltas puníveis com penas de suspensão e de destituição da função se dará através de procedimento administrativo, a ser instaurado por deliberação de maioria simples do CMDCA, exigido o quorum mínimo de metade mais um de seus membros.

§3º. Durante o processo administrativo, poderá o CMDCA, por voto da maioria absoluta de seus membros, afastar o indiciado do exercício do cargo, por prazo não superior a 90 dias, computando-se esse afastamento preventivo na pena de suspensão eventualmente aplicada.

Art. 92. No ato que determinar a instauração de procedimento administrativo disciplinar deverão constar, além do nome, a qualificação do indiciado, a exposição dos fatos que lhe são imputados e a designação da Comissão Processante, indicando os nomes do presidente e de seus membros e auxiliares.

Parágrafo único. A Comissão Processante, de que trata este artigo, será composta de pelo menos 03 (três) membros, sendo dois integrantes do CMDCA, preferencialmente um dentre os indicados pela sociedade civil e outro dentre os indicados pelo governo municipal, e um integrante do Conselho Tutelar, indicado pelo respectivo Coordenador.

Art. 93. Os autos dos processos disciplinares e sindicâncias, após a execução da decisão, serão arquivados na secretaria do CMDCA.

Art. 94. Quando se verificar, pela sindicância ou procedimento administrativo, que o indiciado praticou fato tipificado como crime, a Comissão Processante enviará cópia dos autos ao Ministério Público.

Subseção II

DA SINDICÂNCIA

Art. 95. Instaurar-se-á sindicância:

I - Como preliminar do processo administrativo, sempre que a infração não for evidente ou não estiver suficientemente caracterizada;

II - Quando, não sendo obrigatório o processo administrativo, a infração deva ser apurada por meio sumário.

Art. 96. A sindicância será instaurada por decisão de maioria simples dos membros do CMDCA e presidida por um membro do mesmo conselho, indicado na mesma sessão, o qual poderá solicitar a designação de mais um membro e de servidores para auxiliá-lo nos trabalhos.

Art. 97. A sindicância, que terá caráter reservado, será concluída no prazo de 30 dias, a contar da data da instauração, podendo esse prazo ser prorrogado justificadamente por mais 15 dias, mediante requerimento da autoridade sindicante ao presidente do CMDCA.

Art. 98. Colhidos os elementos necessários à comprovação da materialidade e autoria dos fatos imputados, será ouvido o sindicado, que poderá, pessoalmente, no ato do interrogatório ou no prazo subseqüente de cinco dias, indicar provas de seu interesse, as quais serão deferidas a juízo da autoridade sindicante.

Art. 99. Concluída a produção de provas, o sindicado será intimado para, dentro de 5 (cinco) dias, oferecer defesa escrita, pessoalmente ou por procurador, permanecendo os autos à sua disposição.

Art. 100. Decorrido o prazo de que trata o artigo anterior, o sindicante elaborará o relatório, em que examinará todos os elementos da sindicância e proporá as medidas cabíveis, encaminhando-o, juntamente com os autos, ao presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, o qual submeterá ao plenário, que decidirá por voto de maioria simples, exigido o quorum mínimo de metade mais um de seus membros, pela aplicação das penalidades previstas no artigo 89, incisos I e II, desta lei, ou pela instauração de procedimento administrativo, se tratar de infração punível com as penalidades previstas nos incisos III e IV do mesmo dispositivo.

Subseção III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 101. A instauração de processo administrativo disciplinar será obrigatória para a apuração de fatos que, em tese, desafiam a aplicação das penas de suspensão e de destituição da função.

§1º. A apuração dos fatos será realizada por uma comissão constituída por três membros, sendo dois integrantes do CMDCA - um dentre os indicados pela sociedade civil e outro dentre os indicados pelo governo municipal - e um integrante do Conselho Tutelar, designados pelo mesmo Conselho, por votação de maioria simples, exigido quorum mínimo de metade mais um de seus membros, na mesma sessão em que se decidir pela instauração do processo.

§2º. A Comissão Processante dissolver-se-á automaticamente 10 (dez) dias depois do julgamento, permanecendo os seus integrantes, no período entre a entrega do relatório e a dissolução, à disposição da autoridade que determinou a instauração do processo, para quaisquer diligências ou esclarecimentos que se fizerem necessários.

§3º. À Comissão Processante serão propiciados todos os meios necessários ao desempenho de sua função, inclusive a disponibilização de funcionários para auxiliá-la nos trabalhos do processo.

Art. 102. O processo terá início dentro do prazo de 5 (cinco) dias após a constituição da comissão e deverá estar concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de instalação dos trabalhos, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, por decisão de maioria simples do CMDCA, mediante proposta fundamentada do presidente da Comissão Processante.

Parágrafo único. Da instalação dos trabalhos será lavrado termo, que será assinado em reunião dos membros da comissão e anexado aos autos.

Art. 103. O indiciado será cientificado do processo através de notificação escrita, que conterá os termos da portaria de instauração e o teor da acusação, bem como a designação de dia, hora e local da audiência de interrogatório.

§ 1º - A notificação deverá ser feita pessoalmente, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data designada.

§ 2º - Quando houver denunciante e/ou vítima, serão estas pessoas ouvidas antes do interrogatório do indiciado, o qual, entretanto, será cientificado do ato, a ele podendo fazer-se presente, pessoalmente ou por intermédio de advogado legalmente constituído, com direito a reperguntas.

Art. 104. Após o interrogatório, o indiciado terá 3 (três) dias para apresentar defesa prévia, arrolar testemunhas, até o máximo de 5 (cinco), e requerer a produção de provas de seu interesse, que serão indeferidas se não forem pertinentes ou tiverem caráter meramente protelatório, a juízo da comissão.

Parágrafo único. Para viabilizar a defesa preliminar, os autos ficarão à disposição do indiciado, a partir do interrogatório e pelo prazo legal, na Secretaria da Comissão Processante.

Art. 105. Se o indiciado estiver ausente do lugar do processo, mas, em endereço conhecido, será notificado por carta registrada, e, se, em lugar ignorado, por edital, publicado uma vez no Diário Oficial do Estado, com prazo mínimo de 15 (quinze) dias.

Art. 106. Feita a notificação, sem que haja comparecimento do indiciado, será este declarado revel, prosseguindo-se o processo com o defensor que lhe for nomeado pelo presidente da Comissão, de preferência Advogado no exercício regular da atividade.

Art. 107. Apresentada a defesa preliminar, será designada data para audiência das testemunhas de acusação e de defesa, que serão intimadas com antecedência de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, notificando o indiciado e seu defensor para o ato.

Parágrafo único. Não sendo possível concluir-se no mesmo dia a produção da prova testemunhal, o presidente da Comissão designará data para a continuação, em uma ou mais vezes, notificando o indiciado e as testemunhas presentes.

Art. 108. Concluída a instrução, inclusive com a realização de perícia, diligências e outras provas que houverem sido requeridas e deferidas, o presidente saneará o processo, por despacho, reparando as irregularidades porventura existentes ou determinando a complementação de provas, se necessário, o que deverá ser feito no prazo máximo de 5 (cinco) dias, e, a seguir, mandará dar vista dos autos ao indiciado para, em igual prazo, oferecer alegações finais.

Parágrafo único. A vista será dada na Secretaria da Comissão, guardadas as devidas cautelas, e o prazo será em dobro, caso haja mais de um indiciado no mesmo processo.

Art. 109. Encerrado o prazo de que trata o artigo anterior, a comissão apreciará todos os elementos do processo, apresentando relatório no qual proporá, fundamentadamente, a absolvição ou a punição do indiciado, apontando, nesta última hipótese, a pena que lhe parecer cabível e o fundamento legal.

§ 1º. Havendo divergências nas conclusões, ficarão constando do relatório as razões de cada um dos votos ou do voto vencido.

§ 2º. Juntado o relatório, serão os autos e todos os documentos do processo remetidos, imediatamente, ao presidente do CMDCA, para que seja submetido a julgamento na próxima sessão.

Art. 110. Ao indiciado será assegurada ampla defesa, podendo reinquirir testemunhas e formular quesitos, pessoalmente ou através de defensor, e fazer-se representar nos atos e termos em que sua presença for dispensável.

Art. 111. As testemunhas serão obrigadas a comparecer às audiências, quando regularmente notificadas, e, se não o fizerem, poderão ser conduzidas pela autoridade policial, mediante solicitação do presidente da comissão.

Parágrafo único. As testemunhas poderão ser inquiridas por todos os integrantes da comissão e reinquiridas pelo presidente, após as reperguntas do indiciado.

Art. 112. A Comissão poderá deslocar-se de sua sede a fim de praticar algum ato ou diligência julgados convenientes para a instrução do processo.

Art. 113. Aos casos omissos neste Capítulo e Sessão, aplicam-se as regras pertinentes do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Juína.

Subseção IV

DO JULGAMENTO

Art. 114. De posse de o processo disciplinar, contendo o relatório da Comissão Processante, o presidente do CMDCA o incluirá para julgamento na próxima sessão ordinária ou extraordinária, caso aquela não se realize no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento do processo.

§1º. Se os membros do CMDCA não se sentirem habilitados a proferir julgamento, poderão converter o feito em diligências, devolvendo-o à Comissão Sindicante, para os fins que indicarem com prazo não superior a 10 (dez) dias.

§2º. Retornando os autos, será designada sessão extraordinária, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para julgamento.

Art. 115. O CMDCA decidirá o processo pelo voto de maioria absoluta de seus membros.

Art. 116. Das decisões que impuserem penalidade administrativa, caberá recurso voluntário, com efeito suspensivo, ao Plenário do CMDCA.

Art. 117. O recurso será interposto pelo indiciado ou seu procurador, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data em que o interessado tiver conhecimento da decisão, por petição fundamentada dirigida ao presidente do CMDCA.

Art. 118. Recebida a petição, o presidente do CMDCA determinará a sua juntada ao processo, se tempestiva, procedendo-se ao sorteio de um relator, dentre os componentes do mesmo Conselho, e convocará uma reunião desse órgão para, no máximo, 15 dias depois, proferir julgamento.

§1º. O recurso será decidido por votação de maioria absoluta dos membros do CMDCA, excluídos aqueles que fizeram parte do primeiro julgamento.

§2º. O indiciado será comunicado da decisão, pessoalmente ou por seu procurador, no prazo de 5 (cinco) dias, ou, verificando estar em lugar não sabido, através da imprensa oficial, mediante edital.

Art. 119. A penalidade aplicada, inclusive a perda do mandato, deverá ser convertida em ato administrativo do Chefe do Poder Executivo Municipal, cabendo ao CMDCA expedir Resolução declarando vago o cargo quando for o caso, dando posse ao suplente mais votado.

Subseção V

REVISÃO

Art. 120. Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão do processo administrativo de que tenha resultado imposição de penalidade, sempre que forem aduzidos fatos novos ou circunstâncias ainda não apreciadas, suscetíveis de provar a inocência ou de justificar a imposição de penalidade mais branda, ou, ainda, no caso de constatação de vícios insanáveis no curso do procedimento.

§ 1º. Da revisão não pode resultar a agravação da penalidade aplicada.

§ 2º. A simples alegação de injustiça da decisão não será considerada como fundamento para a revisão.

§ 3º. Não será admitida a reiteração do pedido pelo mesmo motivo.

Art. 122. A revisão poderá ser requerida pelo próprio interessado ou seu procurador, e, se falecido ou interdito, pelo cônjuge, descendente ou irmão.

Art. 122. O pedido será dirigido ao presidente do CMDCA, que determinará a sua atuação e apensamento ao processo disciplinar respectivo, e designará comissão revisora, composta de 3 membros, na forma prevista no art. 100, §1º, desta lei.

§ 1º. A petição será instruída com as novas provas que o requerente possuir ou indicará aquelas que pretende produzir.

§ 2º. Não poderá integrar a comissão revisora aqueles que tenham funcionado na sindicância ou no processo administrativo.

Art. 123. Concluído o procedimento, o requerente, no prazo de 5 dias, será notificado para, querendo, apresentar alegações finais.

Art. 124. Exaurido esse prazo, com ou sem alegações finais, a comissão processante emitirá relatório conclusivo e enviará o processo ao presidente do CMDCA para julgamento.

Parágrafo único. O pedido revisional será julgado por maioria absoluta dos membros do CMDCA.

Art. 125. Julgada procedente a revisão, o presidente do CMDCA, conforme o caso providenciará:

I - A renovação de o processo disciplinar, nos casos de anulação;

II - O cancelamento, modificação ou substituição da penalidade, se julgada procedente.

Art. 126. O requerente será comunicado da decisão, pessoalmente ou por seu procurador, no prazo de 5 dias, ou, verificando estar em lugar não sabido, através da imprensa oficial, mediante edital.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE JUINA

(FMDCA)

Seção I

DOS OBJETIVOS

Art. 127. Fica reinstituído o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Juína (FMDCA), criado pela Lei Nº 228/90, de 23 de novembro de 1990, passa a ser disciplinado de acordo com as regras previstas na Lei nº 8069, de 1990, pelas disposições da Resolução nº 137/2010 de 21 de janeiro de 2010, e Resolução nº 157, de 27 de março de 2013 do CONANDA, Resoluções recentes do CONANDA e CEDCA/MT, nesta Lei e em Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Parágrafo único. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Juina vincula-se ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que é o órgão formulador, deliberativo e controlador das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsável por gerir os recursos a ele carreados, fixar critérios para sua utilização e estabelecer o plano de aplicação desses recursos, conforme o disposto no artigo 260, §2º, da Lei 8069/90.

Art. 128. O Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente (FMDCA) tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e as aplicações dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente, segundo as deliberações do CMDCA, ao qual está vinculado.

§1º. As ações de que trata o *caput* deste artigo referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente, expostos à situação de risco pessoal e social, bem como aos objetivos estabelecidos no art. 260, §2º, do ECA.

§2º. Os recursos deste Fundo poderão se destinar a pesquisa e estudos relacionados à situação da Infância e da Adolescência no Município, bem como à capacitação dos membros do Conselho Tutelar e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

§3º. Os recursos do FMDCA serão administrados segundo o programa definido pelo CMDCA, que integrará o orçamento do Município e será aprovado pelo Legislativo Municipal.

§5º. O Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente (FMDCA) deve constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do orçamento público.

§6º. No Município deve haver um único e respectivo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme estabelece o art. 88, IV, da Lei n.º 8.069, de 1990.

Seção II

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FMDCA

Art. 129. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes do Município de Juína - FMDCA fica operacionalmente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo, o Secretário respectivo, o responsável em nomear servidor público como gestor e/ou ordenador de despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, autoridade de cujos atos resultarão emissão de empenhos, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Fundo.

§1º. O Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente (FMDCA) ***deve possuir personalidade jurídica própria (IN nº 1005/2010-Receita Federal do Brasil art.11), devendo ser cadastrado junto a Secretaria de Direitos Humanos/Presidência da República.***

Art. 130. São atribuições do Conselho Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente – CMDCA em relação ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FMDCA – de que trata este Capítulo:

I - elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no seu âmbito de ação;

II - promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência;

III - elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;

IV - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;

V - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo da Infância e Adolescência, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

VI – dar publicidade aos projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo da Infância e Adolescência;

VII - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo da Infância e Adolescência, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do Fundo da Infância e Adolescência, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica;

VIII - monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelos próprios Conselhos, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo; e

X - mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do o Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas atribuições, o Poder Executivo deverá garantir ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente o suficiente e necessário suporte organizacional, estrutura física, recursos humanos e financeiros.

Art. 131. Compete ao Gestor do Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA:

I - coordenar a execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo da Infância e Adolescência;

III - emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA;

IV - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o número de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do Conselho, para dar a quitação da operação;

V - encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;

VI - comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste obrigatoriamente o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;

VII - apresentar, trimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo da Infância e Adolescência, através de balancetes e relatórios de gestão;

VIII - manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização; e

IX - observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4o, caput e parágrafo único, alínea b, da Lei n° 8.069 de 1990 e art. 227, caput, da Constituição Federal;

X - fornecer ao Ministério Público, quando solicitada, demonstração de aplicação dos recursos do Fundo.

Parágrafo único. Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do Fundo, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

Seção III

DAS RECEITAS E DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 132. São receitas do Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA:

I - recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive mediante transferências do tipo “fundo a fundo” entre essas esferas de governo, desde que previsto na legislação específica;

II - doações de pessoas físicas e jurídicas sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;

III - destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislação pertinente;

IV - contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;

V - o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente; e

VI - recursos provenientes de multas, concursos de prognósticos, dentre outros que lhe forem destinados.

Art. 133. Os recursos consignados no orçamento do Município de Juina devem compor o orçamento dos respectivos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma a garantir a execução dos planos de ação elaborados pelos Conselhos dos Direitos.

Art. 134. A definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente compete única e exclusivamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

§1º. Dentre as prioridades do plano de ação aprovado pelo Conselho de Direitos, deve ser facultado ao doador/destinador indicar, aquela ou aquelas de sua preferência para a aplicação dos recursos doados/destinados.

§2º. As indicações previstas acima poderão ser objeto de termo de compromisso elaborado pelo Conselho dos Direitos para formalização entre o destinador e o Conselho de Direitos.

Art. 135. É facultado ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA chancelar projetos mediante edital específico.

§1º. Chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos ao Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente – FMDCA, destinados a projetos aprovados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo o disposto nesta lei.

§2º. A captação de recursos ao (Fundo Municipal da Infância e Adolescência), referida no parágrafo anterior, deverá ser realizada pela instituição proponente para o financiamento do respectivo projeto.

§3º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fixará percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, de no mínimo 20% ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§4º. O tempo de duração entre a aprovação do projeto e a captação dos recursos não deverá ser superior a 2 (dois) anos.

§5º. Decorrido o tempo estabelecido no parágrafo anterior, havendo interesse da instituição proponente, o projeto poderá ser submetido a um novo processo de chancela.

§6º. A chancela do projeto não deve obrigar seu financiamento pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, caso não tenha sido captado valor suficiente.

Art. 136. O nome do doador ao Fundo da Infância e Adolescência só poderá ser divulgado mediante sua autorização expressa, respeitado o que dispõe o Código Tributário Nacional.

Seção IV

DAS CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 137. A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:

I – desenvolvimento, por tempo determinado, não superior a 03 (três) anos, de programas e serviços complementares ou inovadores da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei n° 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 138. É vedada a utilização dos recursos O Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA, para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei, mediante deliberação por maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Parágrafo único. Além das condições estabelecidas no *caput*, é vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA:

I - sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – para pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III – para manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

IV – para o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e

V – para investimentos em aquisição, construção, reforma manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 139. O financiamento de projetos pelo Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA condiciona-se à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira dos recursos.

Art. 140. O saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser transferido para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina o art. 73 da Lei n° 4.320 de 1964.

Art. 141. Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades e os órgãos públicos ou privados representados nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA figurem como beneficiários de recursos do Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA, os seus representantes junto ao CMDCA estarão impedidos de atuar em comissão de avaliação e de proferir qualquer decisão que se refira direta ou indiretamente à escolha de tais entidades.

Art. 142. Os recursos do Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA, utilizados para o financiamento, total ou parcial, de projetos desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais, devem estar sujeitos à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e aos Conselhos de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 143. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deve utilizar todos os meios ao seu alcance para divulgar amplamente:

I - as ações prioritárias das políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - os prazos e os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

III - a relação dos projetos aprovados em cada edital, o valor dos recursos previstos e a execução orçamentária efetivada para implementação;

IV - o total das receitas previstas no orçamento do Fundo para cada exercício; e

V - os mecanismos de monitoramento, de avaliação e de fiscalização dos resultados dos projetos beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 144. Nos materiais de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA deve ser obrigatória à referência ao Conselho e ao Fundo como fonte pública de financiamento.

Parágrafo único. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, diante de indícios de irregularidades, ilegalidades ou improbidades em relação ao Fundo ou suas dotações nas leis orçamentárias, dos quais tenha ciência, deve imediatamente apresentar representação junto ao Ministério Público para as medidas cabíveis.

Art. 145. A celebração de convênios com os recursos do Fundo para a execução de projetos ou a realização de eventos deve se sujeitar às exigências da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação que regulamenta a formalização de convênios no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 146. Constituem ativos do Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente (FMDCA):

I - Disponibilidade monetária em bancos, oriunda das receitas específicas previstas no artigo anterior;

II - Os direitos que vier a constituir;

III - Bens móveis e imóveis destinados à execução dos programas e projetos do Plano de Aplicação.

Art. 147. No prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da promulgação da Lei Orçamentária do Município, o Secretário Municipal responsável pela administração do Fundo apresentará ao Conselho Municipal, para análise e acompanhamento, o quadro de aplicação dos recursos do Fundo, para apoiar os programas e projetos contemplados no Plano de Aplicação.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 148. Os cinco cargos de Conselheiros Tutelar criados pela Lei Municipal nº 228/90, continuam vinculados, para fins unicamente de execução orçamentária, à estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social, e serão providos para o exercício da função de confiança popular unicamente mediante o processo de seleção e eleição previsto nesta Lei, na Legislação Federal pertinente e em Resoluções do CONANDA que disciplinem ou venham a disciplinar a matéria, e serão nomeados e remunerados na forma desta lei.

Art. 149. O Poder Executivo Municipal, no prazo de 90 dias, a contar da publicação desta lei, promoverá as adequações visando dotar o Conselho Tutelar das estruturas físicas exigidas para o exercício pleno de suas atividades.

Art. 150. Fica prorrogado o mandato dos atuais Conselheiros Tutelares até o dia 10.01.2016, dada em que será dada posse aos novos membros, eleitos para mandato de 04 anos, de acordo com a Lei Federal 12.696/2012.

Art. 151. Revogam-se todas as disposições anteriores editadas com o fim de regular o funcionamento do Conselho Municipal de Direitos do Município de Juina - CMDCA, do O Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA.

Art. 152. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juína/MT, **19** de **junho** de 2015.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.546/2015

O Prefeito do **MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrito no CNPJ nº 15359201-0001/57, com sede à Travessa Emanuel, nº 605, cx. Postal 01, centro, Sr. **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, portador da Cédula de Identidade com RG nº 2003502-0-SSP/MT e do Cadastro de Pessoas Físicas de nº 340.434.891-53, pelo presente instrumento,

Nomeia como P R E P O S T O

Marcio Rodrigo Baraldi, portador da Cédula de Identidade com RG nº 12446360 SSP/MT e do Cadastro de Pessoas Físicas de nº 855.450. 071-72, com endereço sito à Rua João de Barro, 309, Módulo 04 – Juina/MT.

Para o fim de:

Representá-lo nos autos de AÇÃO CIVIL – PROCESSO nº 0000171-19.2015.5.23.0081 – Reclamante = Fabiane da Cruz Albarello.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Juina/MT, 15 de junho de 2015.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.433/2015.

*O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT***, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e Lei municipal nº 1.022/2008 e,**

Considerando o Art.53 e 54, § 2º e § 5º da Lei Municipal 1022/2008 (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR, a servidora **ANDRÉIA CRISTINA SECCKI WOLLMANN** matricula 691, efetiva, para Substituiro Servidor ANDRÉ FURTADO, matricula 6441, efetivo, designado para compor a Comissão de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar nomeado pela Portaria 7.386/

2015, que encontra-se em gozo de férias no período de 01/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de *Juína-MT, 11* de Junho de 2015.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local

de costume, na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO N.º 554 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO N.º 554 de 15 de junho de 2015.

Autoriza que a emissão dos documentos de arrecadação municipal (DAM) sejam emitidos com os valores constantes dos acordos judiciais da audiência de conciliação junto a 1ª Vara da Comarca de Juína nos termos da Lei Municipal nº. 1.522/2014 e 1.543/2014; autoriza ainda a emissão dos documentos de arrecadação municipal (DAM) sejam emitidos com os valores constantes dos acordos efetuados no setor de divida ativa da Prefeitura Municipal de Juina, nos termos da Lei 1.522/2014 e 1.543/2014, e dá outras providências.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando as Leis Municipais nº 1.522/2014 e 1.543/2014 que tratam de parcelamento de débitos fiscais ajuizados;

Considerando que já foram realizados diversos acordos perante o Juízo da Primeira Vara desta Comarca de Juína;

Considerando que nos acordos já realizados foi dispensado a cobrança de juros e multa, conforme a legislação municipal;

Considerando que o Sistema Operacional desta Prefeitura não estava apto na data da realização dos acordos para emitir boletos;

Considerando que até a presente data está pendente a emissão dos boletos atinente aos acordos firmados junto ao Fórum;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estipulado que o valor a ser parcelado e emitido os documentos de arrecadação municipal serão os valores firmados em Juízo, bem como os valores firmados no setor de divida ativa da Prefeitura Municipal de Juína e corrigidos até àquela data.

Art. 2º - Para efeitos do artigo anterior será considerado o valor descrito no termo de audiência de conciliação, bem como nos termos de parcelamento junto à Prefeitura, para emissão de documento de arrecadação municipal (DAM).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Juina/MT, aos **18** de **junho** de **2015**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal de Juina

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local

de costume, na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação do prazo de vigência originalmente previsto, passando a vigorar até **31 de dezembro de 2015,** conforme vigência do convênio, e podendo ser prorrogado novamente, obedecendo-se o limite máximo previsto em lei, mediante celebração de novo Termo Aditivo, ficando mantidas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato nº. 019/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

CONTRATADA: J. J. CONTRUÇÕES METALICAS LTDA ME

DATA ASSINATURA: 18/06/2015

DATA VIGÊNCIA FINAL: 31/12/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2011

OBJETO: Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato originalmente previsto, passando a vigorar até **31 de dezembro de 2015**, e podendo ser prorrogado novamente, obedecendo-se o limite máximo previsto em lei, mediante celebração de novo Termo Aditivo, ficando mantidas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato nº. 051/2011.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

CONTRATADA: A. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME

DATA ASSINATURA: 18/06/2015

DATA VIGÊNCIA FINAL: 31/12/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2014

OBJETO: Em conformidade com o § 1º do Artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, este termo aditiva o prazo de vigência do presento contrato até o dia *31 de dezembro de 2015*, podendo, ainda, ser prorrogado novamente, obedecendo-se o limite máximo previsto em lei, mediante celebração de novo Termo Aditivo, ficando mantidas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato nº. 017/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

CONTRATADA: J.J CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA - ME

DATA ASSINATURA: 18/06/2015

DATA VIGÊNCIA FINAL: 31/12/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2013

OBJETO: Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência originalmente prevista, passando a vigorar até *31 de dezembro de 2015*, e podendo ser prorrogado novamente, obedecendo-se o limite máximo previsto em lei, conforme Art. 57 da Lei 8.666/93, mediante celebração de novo Termo Aditivo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

CONTRATADA: CONSTRUTORA CAMERA LTDA

DATA ASSINATURA: 19/06/2015

DATA VIGÊNCIA FINAL: 31/12/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2013

OBJETO: Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência originalmente prevista, passando a vigorar até **31 de dezembro de 2015**, e podendo ser prorrogado novamente, obedecendo-se o limite máximo previsto em lei, conforme Art. 57 da Lei 8.666/93, mediante celebração de novo Termo Aditivo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

CONTRATADA: CONSTRUTORA CAMERA LTDA

DATA ASSINATURA: 18/06/2015

DATA VIGÊNCIA FINAL: 31/12/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação do prazo de vigência originalmente previsto, passando a vigorar até *31 de dezembro de 2015,* conforme **Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93,** e podendo ser prorrogado novamente, obedecendo-se o limite máximo previsto em lei e a vigência do convênio, mediante celebração de novo Termo Aditivo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

CONTRATADA: M V RODRIGUES CONSTRUÇÕES LTDA ME

DATA ASSINATURA: 18/06/2015

DATA VIGÊNCIA FINAL: 31/12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2050 DE 10 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2015"

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Ficam os servidores abaixo relacionados nomeados para compor a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Matupá - MT:

Presidente: Clarisse Maria Sala

Membro: Janara de Souza Soares

Membro: Renato Fernandes de Souza

Art. 2º Ficam os servidores abaixo relacionados nomeados para compor a Comissão de Elaboração das Provas do Processo Seletivo Público nº 001/2015:

Enfermeira: Marcelly Thais Oliveira da Silveira

Ciências Exatas: Alexandra Condolucio

Ciências Humanas: Luciano da Silva Pereira

Linguagem: Célia Pereira Bueno da Silva

Art. 3º Ficam os servidores abaixo relacionados nomeados para compor a Comissão para ministrar o Curso de Formação Inicial:

Enfermeira: Claudia Amanda Gudeiky

Enfermeira: Camila Wendland

Enfermeira: Marcelly Thais Oliveira da Silveira

Técnica Enfermagem: Messias Gomes de Sousa

Psicólogo: Leandro Moura de Lima

Assistente Social: Célia Aparecida matos da Silva

Art. 4º A Comissão Organizadora fica encarregada de tomar todas as providências necessárias para realização do Processo Seletivo Público nº. 001/2015, obedecendo fielmente às ordens legais pertinentes.

Art. 5º Opresente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos dez dias do mês de Junho de dois mil e quinze.

Registre-se, Publique-se,

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº. 045/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTO, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2015.**

CONTRATADA: **S. G. ARTIGOS ESPORTIVOS E PAPELARIA EIRELI - EPP** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 10.718.935/0001-61

Valor/Global: R$ 50.001,92

Assinatura: 19/06/2015 Vigente por 12 Meses

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 07.070.0.5.27.812.0012.2012.3390.30.000 – R$ 50.001,92

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº. 044/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTO, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2015.**

CONTRATADA: **GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONF. E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA – EPP** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 03.449.844/0001-02

Valor/Global: R$ 32.412,97

Assinatura: 19/06/2015 Vigente por 12 Meses

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 07.070.0.5.27.812.0012.2012.3390.30.000 – R$ 32.412,97

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 039/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **PREGÃO PRESENCIAL PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E RUAS DO MUNÍCIPIO DE**

MATUPÁ/MT" de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 067/2015 do respectivo **Pregão Presencial nº 042/2015.**

CONTRATADA: **ROBERTA TORRES MOURÃO VIEIRA**

Valor/Global: R$ 30.250,00

Assinatura: 17/06/2015 Vigência: 31/12/2015

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 10.100.0.1.15.452.0035.2061 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes – 3390.36.000 – Outros Serv. Pessoa Física – R$ 30.250,00

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 038/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE BANDA MUSICAL COM ESTRUTURA DE SOM E PALCO PARA SHOWS ARTÍSTICO EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DO ANIVERSÁRIO DO MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 064/2015 do respectivo **Pregão Presencial nº 039/2015.**

CONTRATADA: **SAVANA REPRESENTAÇÕES ARTISTICAS LTDA - ME**

Valor/Global: R$ 30.250,00

Assinatura: 16/06/2015 Vigência: 31/12/2015

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 13.130.0.1.13.392.0041.1108 – Realização de Eventos Festivais (Carnaval, Reveilon, Noite Gospel, Festival da Musica, Show de Talentos, Festividades) – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 30. 000,00

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 041/2015 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 12de JUNHO de 2015 às 08h00minna sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS ELETRÍCOS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE MATUPÁ" aonde sagrou-se vencedora a Empresa ZDRADEK DE LIMA E CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.677.026/0001-05 com valor total de R$ 281.337,21**.** Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 19 de Junho de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 2051 DE 19 DE JUNHO DE 2015

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 002/2014, pelo Decreto nº 1992 de 28/01/2015, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso na mesma data;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo, para os Cargos constantes nas relações do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, Matupá – MT, fone: (66) 3595-3100, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com os documentos reproduzidos por cópias autenticadas em Cartório, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal –

ANEXO I

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);

3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

5. Carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

6. Cartão do PIS/PASEP;

7. Carteira de Trabalho;

8. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

9. Título de Eleitor;

10. Certidão Negativa dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais;

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. Atestado de Saúde Física e mental expedido por um Médico de Saúde do Trabalhador, que será determinado pelo município;

13. 02 (dois) fotos 3x4, coloridas e recentes;

14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15. Certidão de Reservista (sexo masculino);

16. Comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

17. Declaração contendo endereço residencial;

18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19. Declaração de bens;

20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

ANEXO II

CARGO: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

NOME	RG	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
MICILENE RODRIGUES DA SILVA	2756641-2	15	4º

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal –

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato

CAMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2015

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ

CONTRATADA: OUROMINAS PUBLICIDADES LTDA-ME

Prestação de serviços de produção e divulgação publicitários em meio televisivo.

Prazo de Execução: 01/06/2015 á 31/12/2015.

VALOR: R$ 42.429,60 (Quarenta e dois mil quatrocentos e vinte e nove reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

01.001.01.031.0042.2057.manutenção processo Legislativo

-33903900(11) transparência e publicidades

Valdemar Frigeri

Presidente da Câmara Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
CARTA CONVITE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 19/2015

A Comissão de Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **CARTA CONVITE 19/2015**, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cuja abertura ocorrerá as 09:00h do dia 29/06/2015, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/ nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO (SPT) NO MUNICÍPIO DE NOBRES-MT**. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 h e das 13:00h ás 17:00h, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4215.

Nobres, 19 de Maio de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES

Luciene Maria Nonato

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Janaina Domingues da Silva, CPF n.º 020.814.861-21

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 023/2015, cujo objeto é a “prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado”.

Fundamento legal: art. 65 da lei 8.666/93 e Lei Municipal 344/2015.

Valor: Fica acrescido o valor de R$ 104,00 (cento e quatro reais) mensais, à remuneração estabelecida no contrato original.

Assinatura: 17/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº. 152/2015

PORTARIA Nº. 152/2015

Otarci Nunes da Rosa, Secretario Municipal de Administração, Planejamento e Finançasda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença por interesse particular sem ônus por período de 03 (três) anos a partir de 15/06/2015, a servidora Maria Auxiliadora de Morais, Apoio Administrativo Educacional, lotada na Creche Municipal Alma Feeger, com base no Processo 1071/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 15 de junho de 2015.

Otarci Nunes da Rosa

Secretario de Administração, Planejamento e Finanças

DECRETO Nº 002/2015

DECRETO Nº 002/2015

“Proíbe a disponibilização e consumo de bebidas alcoólicas durante a realização de festas, eventos ou reuniões de confraternização de servidores públicos municipais dentro das dependências das repartições, escolas ou de outros espaços públicos e dá outras providencias.”

Carlos Roberto da Costa, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais e

Considerando que a Administração Pública e seus servidores devem estrito respeito aos princípios Administrativos;

Considerando que a Administração Pública e seus servidores devem especial atenção ao Princípio da Moralidade Administrativa;

Considerando que o Princípio da Moralidade Administrativa não é sinônimo da “moral comum”, mas sim de um conjunto de regras que excluem as convicções subjetivas e íntimas do agente público, impondo sua atuação com a máxima ética preexistente em um grupo social;

Considerando que o consumo de bebida alcoólica, muito embora aceitável do ponto de vista social não se compatibiliza com o Princípio da Moralidade Administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Nas festividades, eventos e reuniões de confraternização de servidores realizadas nas dependências das Repartições Públicas Municipais, incluídas as Escolas Municipais ou mesmo em outros espaços públicos não especializados,fica proibida a disponibilização, distribuição ou consumo de bebidas alcoólicas.

Art. 2º Fica proibido o transporte de bebidas alcoólicas em veículos oficiais desta Administração Pública Municipal.

Art. 3º O descumprimento das vedações dispostas nos artigos anteriores acarretará a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, que apurará a responsabilidade do Agente Público responsável pelo evento ou pelo transporte, se for o caso, bem como do servidor que eventualmente faça, por conta própria o transporte de bebida alcoólica em veículo oficial ou o uso de bebida alcoólica nos eventos citados no Artigo 1º.

Art. 4º A proibição disposta no Artigo 1º deste Decreto não se aplica aos eventos festivos e reuniões de confraternização de servidores realizados exclusivamente no Centro de Eventos Municipais, eis que se trata de espaço público de uso especial cuja destinação é, dentre outras,para realização de festas e reuniões de confraternização de caráter social, onde as normas de conduta conforme o Princípio da Moral Administrativa, devem ser mitigadas, cedendo passo às condutas socialmente aceitas.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 18.06.2015.

CARLOS ROBERTO DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 057/2015

CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 057/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

CONTRATADO: **BENITA LIMA DE BARROS**

OBJETO: Contratação temporária p/ a função de Apoio Municipal

VIGENCIA: 08/06/2015 A 17/12/2015

DOTAÇÃO: **05.006.12.361.0016.2011.3.1.9.0.11 - 125– FUNDEB 40%**

Nossa Senhora do Livramento - MT, 08 de junho 2015

CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 056/2015

CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 056/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

CONTRATADO: **CRISTIANE SANTOS DE CAMPOS**

OBJETO: Contratação temporária p/ a função de Apoio Adm. Educacional

VIGENCIA: 01/06/2015 A 17/12/2015

DOTAÇÃO: **05.006.12.361.0016.2011.3.1.9.0.11 - 125– FUNDEB 40%**

Nossa Senhora do Livramento - MT, 01 de junho 2015

PORTARIA Nº. 153/2015

PORTARIA Nº. 153/2015

Otarci Nunes da Rosa Secretario Municipal de Administração, Planejamento e Finanças de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Transferir os servidores abaixo relacionados para a Secretaria onde se encontram desempenhando suas atividades a partir de junho de 2015.

Auxiliadora de Morais - Secretaria de Saúde – Hospital

Juliana Martinha de Almeida – Secretaria de Assistência Social

Reinaldo Santana Ferraz – Secretaria de Obras e Infraestrutura

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 16 de junho de 2015.

Otarci Nunes da Rosa

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº. 150/2015

PORTARIA Nº. 150/2015

*Otarci Nunes da Rosa,*Secretario Municipal de Administração, Planejamento e Finançasda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Conceder Elevação de Classe **B** para Classe **C** a servidora Ivete Clarinda Guia, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação a partir de junho de 2015, com base no Processo 4832/2013.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 16 de junho de 2015.

Otarci Nunes da Rosa

Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 058/2015

CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 058/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

CONTRATADO: **GILSON RODOLFO BOTTER**

OBJETO: Contratação temporária p/ a função de Apoio Municipal

VIGENCIA: 02/06/2015 A 30/12/2015

DOTAÇÃO: **06.001.08.122.0090.2022.3.1.9.0.04 - 168– ASSIST. SOCIAL**

Nossa Senhora do Livramento - MT, 02 de junho 2015

PORTARIA Nº. 151/2015

PORTARIA Nº. 151/2015

Otarci Nunes da Rosa Secretario de Administração, Planejamento e Finançasda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder licença premio, a partir do mês de junho de 2015 conforme deferido em processo aos seguintes servidores:

- **Ronaldo Cesar de Carvalho**, 60 (sessenta) dias a partir 03/06/2015.

- **Ivete Maria Barbosa de Campos**, 01(um) período a partir de 08/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 16 de junho de 2015.

Otarci Nunes da Rosa

Secretario Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO N.º 067/2015

SOLANGE SOUSA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes-MT, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Exonera a partir do dia 01 de junho de 2015 a Srª LUANA RODRIGUES BARACHO, portadora da Carteira de Identidade sob o RG Nº17309603SSP/MT e CPF nº 041.321.761.26, do cargo em comissão de Coordenador De Programa lotado na Secretaria Municipal de Finanças do Município de Nova Bandeirantes - MT.

Art. 2º - O exonerado deixara o cargo a partir da data de sua exoneração, fazendo entrega de todos os documentos que estão sobre sua responsabilidade.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registre-Se, Publique-Se, Cumpra-Se.

Nova Bandeirantes-MT, 02 de junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 093/2015

EMENTA: Dispõe sobre conceder licença sem remuneração a Servidor Público, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de

Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Licença sem remuneração ao Srª **CELI CAETANO DE ANDRADE DE OLIVEIRA**, Servidor Publico Municipal lotado na Secretaria de Educação no departamento do FUNDEB 60% da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, no cargo de PROFESSORA.

Artigo 2º- O período fica compreendido entre os dias 01/06/2015 a 31/05/2017.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes-MT, 02 de junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 092/2015.

EMENTA: Dispõe premiação para a equipe que cumprir as metas determinadas pela secretaria municipal de saúde (Departamento Da Atenção Básica), e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Artigo 1º- RESOLVE, premiar a Equipe de Saúde Da Família do município de Nova Bandeirantes que atingir o maior números de metasdeterminadas pelo Departamento da Atenção Básica, conforme Preconizado pelo Ministério da Saúde. A premiação acontecerá no dia 04/12/2015. Sendo as equipes Participantes que disputarão a Premiação Pelo Alcance de Metas: Manoel Nascimento (PSF I), Programa da Saúde Rural (PSF II) e Antonio Fernandes (PSF III).

Premiar a Equipe PACS, Programa de Agente Comunitário de Saúde do Paraíso do Norte, pelo alcance de Metas diferenciado para esta Unidade de Saúde, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde.

Artigo 2º- Esta premiação será adquirida com recurso do **Programa de Melhoria a Qualidade da Atenção Básica.** Será Sorteado 1 TABLET entre a Equipe Interna da Unidade de Saúde e 1 TABLET entre os Agentes Comunitários de Saúde, da Equipe ganhadora;

1 TABLET entre a Equipe do Pac´s.

Artigo 3º- Portaria entra em vigor na data de publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 02 de junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 094/2015

Ementa: Determina o Departamento de Recursos Humanos, a efetuar rescisão contratual, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de

Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando o disposto na Clausula oitava do Contrato de prestação de Serviço.

RESOLVE:

Artigo 1º- Autoriza o Departamento de Recursos Humanos a efetuar a RESCISÃO

O servidor **ANGELICA PATRICIA DOS SANTOS**, do cargo de Agente serviços Publicos, a partir do dia 01/06/2015, lotado na secretaria de Infra Estrutura e Transporte.

A Servidora **ANGÉLICA ANACLETO DE MELO**, no cargo de Agente Administrativo, a partir do dia 01/06/2015, lotado na secretaria de Serviço Social.

A Servidora **LAIS PESSOA RODRIGUES**, no cargo de Agente Serviço Publico, a partir do dia 01/06/2015, lotado na secretaria de Serviço Social.

A Servidora **ROSA ALVES DOS SANTOS**, no cargo de Agente Serviço Publico, a partir do dia 01/06/2015, lotado na secretaria de Serviço Social.

A Servidora **ELAINE VILAS BOAS CHAVES**, no cargo de Agente Administrativo, a partir do dia 01/06/2015, lotado na secretaria de Administração.

A Servidora **DELZENIR DE SOUZA ARAUJO**, no cargo de ENFERMEIRA, a partir do dia 30/06/2015, lotado na secretaria de Saúde.

O Servidor **JOSE APARECIDO DA SILVA**, no cargo de Agente Operacional, a partir do dia 08/06/2015, lotado na secretaria de educação.

A Servidora **FERNADA DE FUCIO AMANCIO DA SILVA** no cargo de Agente de serviços Públicos, a partir do dia 01/06/2015, lotado na secretaria de educação.

A Servidora **JEYSIANE DOS SANTOS GODOI** no cargo de Técnico ADM Educacional (monitora), a partir do dia 01/06/2015, lotado na secretaria de educação.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 02 de Junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 124/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO**,brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723. 668-30, como **CONTRATANTE** e De outro lado a empresa **CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME ,** Pessoa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.727.159/0001-18 situada à Avenida Mato Grosso, s/nº, CEP: 78.580-000, no Município de Nova Monte Verde/MT, neste ato representado por **VALENTINO ALVES AMANCIO,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.698.500 SSP/SP e do CIC/CPF nº. 605.430.008-34, residente e domiciliado na Rua 412, nº 46, na cidade de Paranaíta, tendo como responsável técnico CLEUSA MARIA REFATTI DA SILVA, portadora da carteira profissional N° 220550694-3/RS, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

1.1.1 – Prorrogação do prazo de duração do Contrato original e execução da obras por mais 270 (duzentos e setenta) dias, passando a vigorar 23/06/2015 até a data de 18/03/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato 124/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 19 de Junho de 2015.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Eriane Custodio da Silva

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 005.712.2016

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 124/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO**,brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723. 668-30, como **CONTRATANTE** e De outro lado a empresa **CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME ,** Pessoa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.727.159/0001-18 situada à Avenida Mato Grosso, s/nº, CEP: 78.580-000, no Município de Nova Monte Verde/MT, neste ato representado por **VALENTINO ALVES AMANCIO,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.698.500 SSP/SP e do CIC/CPF nº. 605.430.008-34, residente e domiciliado na Rua 412, nº 46, na cidade de Paranaíta, tendo como responsável técnico CLEUSA MARIA REFATTI DA SILVA, portadora da carteira profissional N° 220550694-3/RS, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

1.1.1 – Prorrogação do prazo de duração do Contrato original e execução da obras por mais 270 (duzentos e setenta) dias, passando a vigorar 23/06/2015 até a data de 18/03/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato 124/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 19 de Junho de 2015.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Eriane Custodio da Silva

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 005.712.2016

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2014

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2014

QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, *Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO*,brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, como **CONTRATANTE** e De outro lado a empresa **CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME ,** Pessoa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.727.159/0001-18 situada à Avenida Mato Grosso, s/nº, CEP: 78.580-000, no Municipio de Nova Monte Verde/MT, neste ato representado por **VALENTINO ALVES AMANCIO,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.698.500 SSP/SP e do CIC/CPF nº. 605.430.008-34, residente e domiciliado na Rua 412, nº 46, na cidade de Paranaíta, tendo como responsável técnico **RAFAEL ALBERTON MENON**, portador da carteira profissional N.º. 103.107/VD, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

1.1.1 – Prorrogação do prazo de duração do Contrato original e execução da obras por mais 90 (noventa) dias, passando a vigorar 24/06/2015 até a data de 21/09/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 19 de Junho de 2015.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Eriane Custodio da silva

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 005.712.201-69

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 263/2012

DECIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 263/2012

DECIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, *Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO*,brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, como **CONTRATANTE** e De outro lado a empresa **CONSTRUTORA E ENGENHARIA AÇO FORTE LTDA-ME**, com sede na Rua Rio Grande do Sul nº 1020, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.065.707/0001-00, representada por **Antonio Luiz de Oliveira,** brasileiro, portador do RG nº 1.589.490 SSP/PR e titular do CPF Nº 209.698.899-04, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

1.1.1 – Prorrogação do prazo de duração do Contrato original e execução da obra por mais 90 (noventa) dias, passando a vigorar do dia 22/06/2015 até a data de 19/09/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato 263/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 19 de Junho de 2015.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CONSTRUTORA E ENGENHARIA AÇO FORTE LTDA-ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Eriane Custodio da silva

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 005.712.201-69

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 095/2015.

EMENTA: Dispõe sobre a exoneração de servidor Público, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Artigo 1º-Exonerar a Servidora Pública Municipal, conforme o requerimento de pedido de exoneração, Srª **SUSANETE PEREIRA LIMA**, do cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM,** lotado na Secretaria de Saúde, a partir do 12/06/2015.

Artigo 2º- O exonerado deixara o cargo a partir da data de sua exoneração, fazendo entrega de todos os documentos que estão sobre sua responsabilidade.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 02 de junho de 2015.

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº. 79/2015

DECRETO EXECUTIVO Nº. 79/2015

SÚMULA:"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS GESTORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal; e, pela Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando-se:

O que estabelece a Lei Municipal nº. 024/93, que em súmula: "Institui o Fundo Municipal de Saúde, e dá outras providências";

Considerando-se: O que estabelece a Lei Municipal nº. 664/2010, que em súmula: "Altera e institui normas para o Fundo Municipal de Saúde de Nova Bandeirantes, e dá outras providências";

D E C R E T A:

Art.1º.- Ficam nomeados como gestores do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, a Prefeita Municipal SOLANGE SOUSA KREIDLORO, inscrita no CPF sob o nº. 270.723.668-30, portadora da cédula de identidade nº. 33.276.249-X, SSP/SP; o Secretário Municipal de Saúde WILSON RODRIGUES DE ARAÚJO, inscrito no CPF sob o nº. 406.879.611-49, portador da cédula de identidade nº. 361.347, SSP/MT; e a Secretária Municipal de Finanças KELYN APARECIDA BOSKA, inscrita no CPF sob o nº. 008491659-11, portadora da cédula de identidade nº. 7.677.927-9, SSP/PR, que exercerá a função de tesoureira.

§ 1º. São atribuições do (a) Prefeito (a) Municipal assinar cheques juntamente com o (a) Secretário (a) Municipal de Saúde e/ou Secretário (a) Municipal de Finanças.

§ 2º. Na ausência do (a) Prefeito (a) Municipal, ficará nomeado para assinar os cheques do Fundo Municipal de Saúde conjuntamente os (as) Secretários Municipais de Saúde e de Finanças.

§ 3º. As atribuições do Secretário Municipal de Saúde são aquelas constantes do art. 4º. da Lei Municipal nº. 664/2010.

§ 4º.- Compete a Secretária Municipal de Finanças/Tesoureira realizar em conjunto com o Secretário Municipal de Saúde toda a movimentação financeira e contábil do Fundo Municipal de Saúde – FMS. Outrossim, compete também a Secretária Municipal de Finanças/Tesoureira assinar cheques juntamente com (a) Prefeito (a) Municipal e/ou o (a) Secretário (a) Municipal de Saúde;

Art. 2º.- Fica nomeada Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde – FMS, a Servidora Pública Municipal Concursada Minéia dos Santos, inscrita no CPF sob o nº. 007.296.750-17, portadora da cédula de identidade nº. 20.887.404-32;

§ único – As atribuições da Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde – FMS são aquelas constantes do art. 6º. da Lei Municipal nº. 664/2010.

Art. 3º.- A presente nomeação terá efeito a partir da publicação deste Decreto Executivo, competindo aos gestores ora nomeados, assinar, conjuntamente, cheques e toda movimentação financeira relativa aos recursos do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.

Art. 4º.- Este Decreto Executivo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura de Nova Bandeirantes - MT, 19 de junho de 2015.

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 096/2015

Ementa: Dispõe de concessão de licença Saúde, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica concedido Licença Saúde, a partir do de 01/06/2015, ao servidor, Sr. **TEREZINHA MARIA ROSSI DOMINGUES**, no cargo de PROFESSORA, lotado na Secretaria de EDUCAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data 02/06/2015.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 02 de JUNHO de 2015.

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 097/2015.

EMENTA: Concede ao servidor publico licença prêmio da Lei Municipal nº 573/2008, e da Portaria Executiva nº 01/2014, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Artigo 1º- CONCEDER com esteio na Lei Municipal nº 573/2008, e na portaria executiva nº 01/2014, licença prêmio por assiduidade aos servidores publico municipais;

· **Santina Maria Da Conceição Telva, 01/06/2015 A 31/08/2015 (3 Meses); d**a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes.

Artigo 2º- A licença prêmio de que trata o artigo 1º. Será gozada pelo servidor público Municipal no período acima descrito.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2015.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 02 de junho de 2015.

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 098/2015

Ementa: Dispõe de concessão de licença Saúde, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica concedido Licença Saúde, a partir do de 01/05/2015 a 28/02/2016, ao servidor, Sr. **PAULO DE ALBUQUERQUE VOLPATO**, no cargo de enfermeiro, lotado na Secretaria de Saúde, da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data 01/05/2015.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 02 de junho de 2015.

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 099/2015

***EMENTA*: Dispõe sobre a Transferência de lotação dos Servidores Públicos, e dá outras providências.**

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

RESOLVE:

Artigo 1º- Transferir Servidor Público Municipal;

· Sr. ***VALDIR GONÇALVES*,** Lotado na Secretaria de Infar Estrutura e Transportes, para a Secretaria de Educação_FUNDEB 40% Ensino Fundamental, a partir de 01/06/2015.

· ***Sr. DIOGENES CORREA,*** Lotado na Secretaria de Educação para a Secretaria de Secretaria de Infra Estrutura e Transportes, a partir de 16/06/2015.

.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 02 de junho de 2015.

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 101/2015

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e Considerando o disposto no Art. 12, parágrafos 1º e 2º do plano de cargo, e a Lei Municipal nº 897/2015 (Professores), carreira e remuneração dos Servidores Públicos do Município de Nova Bandeirantes-MT,

RESOLVE:

Artigo 1º-Fica o Departamento de Recursos Humanos autorizado a efetuar a movimentação funcional, na modalidade por progressão funcional de nível a partir do dia 01/05/2015, beneficiando os servidores relacionados a seguir:

Servidores	Cargo	Nível Atual
CONCURSADO	**CARGO**	**NIVEL**
Antonio De Meira Cassemiro	Ag. operacional	A 02
Claudete Lopes	Zelador	B 11
Conceição Risso Luiz Silva	Assist. Administ. II	B 13
Daniel de Oliveira Soares Neto	Motorista III	B 11
Edmo dos Santos	Guarda Vigia	A 12
Ernandes Sandrini Felipes	Op. Maquina I	C 12
Flavio Back	Assist. Administ. I	D 11
Jose do Carmo Oliveira	Mecânico II	B 12
Josiane Cordeiro De Oliveira	Ag. de ser. publico	A 02
Joverseu Pereira De Oliveira	Ag. de ser. publico	A 02
Luiza Maria Wagner	Agente de Saúde	C 12
Michelle Cristina Albertim	Assist. Administ. II	C 13
Natal Alexandre De Almeida	Viveirista	A 02
Nilsa Lima Rodrigues	Agente de Saúde	C 15
Roseli Oliveira Correia Candioto	Ag. de ser. Públicos	A 02
Rosenir Apª Da Silva Cruz	Ag. de ser. publico	A 02
Santiago Ribeiro Ferreira	Motorista II	B 16
Suzana Andreola Leite	Assist. Administ. II	D 13
Tiago Pereira De Lima	Ag. de ser. publico	A 02
Aparecida Alves Da Silva Rodrigues	Professor efetivo	B/02

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data 01/06/15.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT,

10 de junho de 2015

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 102/2015

***EMENTA*: Institui o Departamento de Licitações e Contratos, e dá outras providências.**

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica, instituído o **Departamento de Licitações e Contrato**, no âmbito do Poder Executivo Municipal, vinculado a Secretaria Municipal de Administração, conforme a Lei Municipal nº 910/2015.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data 11/06/2015.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 10 de junho de 2015.

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 025/2015

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º 025/2015, tendo como objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA COM RECURSO DA MAC – MEDIDA DE ALTA COMPLEXIDADE, ORIUNDOS DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 1.825/GM/MS DE 24 DE AGOSTO DE 2015, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, CONFORME RELAÇÃO CONTIDANO ANEXO I OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES ALI ESTABELECIDAS". SAGROU-SE vencedora da presente licitação a empresa: **VILSON DARIO CHIPOLA - ME – CNPJ: 17.230.693/0001-01**, no valor global de **R$ 90.000,00 (noventa mil reais).**

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo encontram-se com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

ANDRESSA CRISTINE F. MOREIRA

PREGOEIRA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 025/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Prefeita Municipal **Srª SOLANGE SOUSA KREIDLORO**, torna público para conhecimento dos interessados, que *HOMOLOGA* a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. º 025/2015, cujo objeto é o "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA COM RECURSO DA MAC – MEDIDA DE ALTA COMPLEXIDADE, ORIUNDOS DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 1.825/GM/MS DE 24 DE AGOSTO DE 2015, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** CONFORME RELAÇÃO CONTIDANO ANEXO I OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES ALI ESTABELECIDAS.**". Onde foi vencedora a empresa:**

Sociedade/Empresária	CNPJ:	VALOR GLOBAL
VILSON DARIO CHIPOLA - ME	17.230.693/0001-01	90.000,00

Valor de Global R$: 90.000,00 (Noventa mil reais).

Nova Bandeirantes/MT, 19 de Junho de 2015.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 103/2015

***EMENTA*: Dispõe sobre alteração do valor do cargo Pregoeiro, e dá outras providências.**

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

RESOLVE:

Artigo 1º- Alterar o valor do cargo Pregoeiro, de R$: 1.530,00 para R$: 2. 900,00, conforme a Lei Municipal nº 910/2015.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data 11/06/2015.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 10 de junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 104/2015

Ementa: Dispõe sobre concessão férias adquirida e 1/3 de férias ao Servidor, e dá outras providências,

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica Concedido **Férias de 30** (trinta) dias e Conceder o **adicional de 1/3(Um terço) de férias**, conforme Lei N.º111/97, Artigo 105 do Estatuto dos Funcionários Público Municipal, que não se enquadram nas férias coletivas os servidores Municipais, obedecendo a Lei nº 896/2015 e o Decreto nº 063/2015 que regulamenta as férias coletivas, relacionados abaixo;

· **NEIDE CECILIA BOGODHIORGE BRUN**

· **TEREZINHA PINHEIRO**

· **ANTONIO VALDECI SANTOS**

Artigo 2º- As férias mencionadas no caput do Art. compreendem o período de **01/07/2015** à **31/07/2015**, referente ao período aquisitivo de 2015 a 2016.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 10 de junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO Nº. 073/2015

SÚMULA:"DISPÕE SOBRE O ENQUADRAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS TITULARES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER EXECUTIVO DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SOLANGE SOUSA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO-SE: a necessidade de regulamentar o enquadramento dos servidores públicos titulares de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, conforme preceitua as Leis Municipais números 619/2009; 639/2009;

CONSIDERANDO-SE: os trabalhos realizados pela Comissão de Enquadramento nomeado pela Portaria Municipal N.º 063 de 2013, referente aos servidores públicos titulares de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso;

DECRETA:

Art. 1º- Ficam os servidores públicos titulares de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, enquadrados nos respectivos níveis correspondentes ao tempo de serviço e classes mediante habilitação e/ou qualificação profissional, nos termos que se seguem:

AGAMENON ALVES NETO

Enquadramento Anterior Classe: B Nivel: 09

Novo Enquadramento Classe: C Nivel: 09

VALTER PIRES CARRIEL

Enquadramento Anterior Classe: B Nivel: 17

Novo Enquadramento Classe: C Nivel: 17

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor no dia 10/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 10 de junho de 2015.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO N.º 074/2015

SOLANGE SOUSA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes-MT, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º Fica EXONERADA a partir do dia 01/06/2015, do cargo de **Chefe de Divisão do Posto Eleitoral, a** Srª. **ANGELA APARECIDA FRANZON,** no lotado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 2º Este Decreto entra em vigor na data de 01/06/2015.

Artigo 3º

Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se Publica-se Cumpra-se

Nova Bandeirantes-MT, 10 de junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO N.º 075/2015

SOLANGE SOUSA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes-MT, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º Fica NOMEADA a partir do dia 01/06/2015, no cargo de **Chefe de Divisão do Posto Eleitoral, a** Srª. **ZITA DAL PIVA MACHADO** no lotado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 2º Este Decreto entra em vigor na data de 01/06/2015.

Artigo 3º

Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se Publica-se Cumpra-se

Nova Bandeirantes-MT, 10 de junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO N.º 076/2015

SOLANGE SOUSA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º Fica **NOMEADO** a partir do dia **16/06/2015,** o Sr. **DIOGENES CORREA,** no cargo de **Secretário de Infra Estrutura e Transportes,** lotado na Secretaria deInfra Estrutura e Transportes, da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT.

Artigo 2º

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se Publica-se Cumpra-se

Nova Bandeirantes-MT, 16 de junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO N.º 077/2015.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes-MT, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º Fica EXONERADO a partir do dia 01/06/2015, o Sr **Valdir Gonçalves,** do cargo de **Chefe do Departamento de Indústria com. E turismo,** lotado na Secretaria de Industria com Turismo E Mineração, da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 2º Este Decreto entra em vigor na data 01/06/2015.

Artigo 3º

Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se Publica-se Cumpra-se

Nova Bandeirantes-MT, 16 de junho de 2014.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT**SOLANGE SOUSA KREIDLORO**, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes-MT, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º Fica EXONERADO a partir do dia 01/06/2015, o Sr **Valdir Gonçalves,** do cargo de **Chefe do Departamento de Indústria com. E turismo,** lotado na Secretaria de Industria com Turismo E Mineração, da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 2º Este Decreto entra em vigor na data 01/06/2015.

Artigo 3º

Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se Publica-se Cumpra-se

Nova Bandeirantes-MT, 16 de junho de 2014.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO Nº 078/2015

SÚMULA: Dispõe sobre o empossamento dos candidatos aprovados/classificados pelo Processo Seletivo nº 002/2013 devidamente convocados, do Município de Nova Bandeirantes/MT, para o cargo que especifica, e dá outras providências.

Solange Sousa Kreidloro, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais e nos termos dispostos do artigo 5º, § Único da Lei Municipal nº 303/2003;

CONSIDERANDO que foram cumpridas todas as fases norteadoras do Processo Seletivo nº 002/2013, publicado o respectivo edital de convocação Nº 004/2015, bem como a homologação do referido Concurso Publico,

DECRETA:

Art. 1º- Fica empossado a partir do dia 15 de junho de 2015, a candidata aprovada e classificada no Processo Seletivo nº 002/2013, abaixo relacionados, para os respectivos cargos, nos termos do disposto da Legislação pertinente em vigor, como segue:

AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE (ACS):

CLEUNICE COSTA BONFIM

Artigo 2º

- A posse e exercício do candidato nomeado sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, Editais e Regulamento do concurso público, bem como as demais disposições legais pertinentes em vigor.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 16 de junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/Mt**SÚMULA:**Dispõe sobre o empossamento dos candidatos aprovados/classificados pelo Processo Seletivo nº 002/2013 devidamente convocados, do Município de Nova Bandeirantes/MT, para o cargo que especifica, e dá outras providências.

Solange Sousa Kreidloro, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais e nos termos dispostos do artigo 5º, § Único da Lei Municipal nº 303/2003;

CONSIDERANDO que foram cumpridas todas as fases norteadoras do Processo Seletivo nº 002/2013, publicado o respectivo edital de convocação Nº 004/2015, bem como a homologação do referido Concurso Publico,

DECRETA:

Art. 1º- Fica empossado a partir do dia 15 de junho de 2015, a candidata aprovada e classificada no Processo Seletivo nº 002/2013, abaixo relacionados, para os respectivos cargos, nos termos do disposto da Legislação pertinente em vigor, como segue:

AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE (ACS):

CLEUNICE COSTA BONFIM

Artigo 2º

- A posse e exercício do candidato nomeado sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, Editais e Regulamento do concurso público, bem como as demais disposições legais pertinentes em vigor.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 16 de junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/Mt

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO N.º 072/2015

SOLANGE SOUSA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes-MT, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º EXONERAR a partir do dia 01/06/2015, no cargo de **Chefe de Divisão de Urbanismo, a** Srª. **Fatima Terezinha Santana,** no lotado na Secretaria de Serviço Social da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 2º Este Decreto entra em vigor na data de 29/05/2015.

Artigo 3º

Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se Publica-se Cumpra-se

Nova Bandeirantes-MT, 10 de Junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO N.º 071/2015

SOLANGE SOUSA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes-MT, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º Fica nomear a partir do dia **10/06/2015,** o Sr. **Wilson Rodrigues de Araújo,** no cargo de **Secretário de Saúde,** lotado na Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º

Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se Publica-se Cumpra-se

Nova Bandeirantes-MT, 10 de junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 105/2015

Ementa: Dispõe sobre concessão férias adquirida e 1/3 de férias ao Servidor, e dá outras providências,

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica Concedido **Férias de 30** (trinta) dias e Conceder o **adicional de 1/3(Um terço) de férias**, conforme Lei N.º111/97, Artigo 105 do Estatuto dos Funcionários Público Municipal, que não se enquadram nas férias coletivas os servidores Municipais, obedecendo a Lei nº 896/2015 e o Decreto nº 063/2015 que regulamenta as férias coletivas, relacionados abaixo;

· **EDMO DOS SANTOS**

Artigo 2º- As férias mencionadas no caput do Art. compreendem o período de **01/07/2015** à **31/07/2015**, referente ao período aquisitivo de 2015 a 2016.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 10 de junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO N.º 068/2015

SOLANGE SOUSA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes-MT, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Nomear a partir do dia 02 de junho de 2015 a Srª **LUANA RODRIGUES BARACHO**, portadora da Carteira de Identidade sob o RG Nº17309603SSP/MT e CPF nº 041.321.761.26, no cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Tesouraria**, lotado na Secretaria Municipal de Finanças do Município de Nova Bandeirantes - MT.

Artigo 2º Este Decreto entra em vigor na data 01/06/2015.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se Publica-se Cumpra-se

Nova Bandeirantes-MT, 02 de junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO N.º 069/2015

SOLANGE SOUSA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes-MT, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º Fica exonerado a partir do dia **09/06/2015,** o Sr. **Wilson Rodrigues de Araújo,** do cargo de **Secretário de Infra Estrutura e Transportes,** lotado na Secretaria de Infra Estrutura e Transportes da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º

Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se Publica-se Cumpra-se

Nova Bandeirantes-MT, 09 de junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO N.º 070/2015

SOLANGE SOUSA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes-MT, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º Fica EXONERADA, a partir do dia 09/06/2015, a Srª **NELIZA NEIVERTH OTENIO ,** do cargo de **Secretaria Municipal de Saúde,** lotada na Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 2º Este Decreto entra em vigor da data 09/06/2015.

Artigo 3º

Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se Publica-se Cumpra-se

Nova Bandeirantes-MT, 09 de junho de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

CONTRATADO: ARAÚJO ROCHA & CIA LTDA

OBJETO: Prorrogação do prazo de duração do Contrato original por mais 02 (dois) meses, vigorando de 06 de Junho de 2015 até 06 de Agosto de 2015, por se tratar de realização de serviços essenciais executados de forma contínua, não podendo sofrer solução de continuidade, sob pena de prejuízo do interesse público.

VALOR: R$ 39.400,00 (Trinta e Nove Mil e Quatrocentos Reais)

VIGENCIA: 06/06/2015 a 06/08/2015

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações

Prefeito Municipal: JAMAR DA SILVA LIMA

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

CONTRATADO: ZITA BEZERRA GUIMARÃES ME

OBJETO: Prorrogação do prazo de duração do Contrato original por mais 02 (dois) mês, vigorando de 06 de Junho de 2015 até 06 de Agosto de 2015, por se tratar de realização de serviços essenciais executados de forma contínua, não podendo sofrer solução de continuidade, sob pena de prejuízo do interesse público.

VALOR: R$ R$ 25.500,00 (Vinte Cinco Mil e Quinhentos Reais)

VIGENCIA: 06/06/2015 a 06/08/2015

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações

Prefeito Municipal: JAMAR DA SILVA LIMA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 150/2015

PORTARIA Nº. 150/2015/GABJAMA

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA COMISSIONADO SENHOR CELIO MARTINS DA SILVA".

O Prefeito Municipal de Nova Brasilândia – MT, no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo Artigo 47º da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - EXONERAR A PEDIDO o Servidor Comissionado Sr*. CELIO MARTINS DA SILVA – CHEFE DE DEPARTAMENTO*, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 18 de junho de 2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Determina-se, registra-se e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de junho de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e publicada de conformidade com a Legislação em vigor. Data Supra.

CLEBER PAIXÃO DE A. MASCARENHAS

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 141/2015

PORTARIA Nº. 141/2015/GABJAMA

"DISPÕE SOBRE O RETORNO DE LICENÇA MÉDICA DA SERVIDORA EFETIVO MARIA ROSARIO DOS SANTOS".

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilandia do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo o Artigo 83 da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - RETORNAR as atividades normais a Servidora Efetiva **Srª. Maria Rosário dos Santos –** ***Agente de Limpeza Publica***, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que se encontra de **Licença Médica**, a partir de 01 de Junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

Publica-se, registra-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de Junho de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e publicada de conformidade com a Legislação em vigor. Data Supra.

CLEBER PAIXÃO DE A. MASCARENHAS

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 144/2015

PORTARIA Nº. 144/2015/GABJAMA

"DISPÕE SOBRE O RETORNO DE LICENÇA MÉDICA DA SERVIDORA EFETIVA DENILDES SILVESTRE DA ROCHA".

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilandia do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo o Artigo 83 da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - RETORNAR as atividades normais a Servidora Efetiva **Srª. Denildes Silvestre da Rocha –** ***Professora Classe C***, lotada na Secretaria Municipal de Educação, que se encontra de **Licença Médica**, a partir de 11 de Junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

Publica-se, registra-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de Junho de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e publicada de conformidade com a Legislação em vigor. Data Supra.

CLEBER PAIXÃO DE A. MASCARENHAS

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 143/2015

PORTARIA Nº. 143/2015/GABJAMA

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA CONTRATADA SENHORA KELIA APARECIDA LEMES GOMES".

O Prefeito Municipal de Nova Brasilândia – MT, no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo Artigo 12 Inciso I da Lei nº. 577/2015 de 04 de março de 2015.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar a Servidora Contratada Srª Kelia Aparecida Lemes Gomes – PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação,a partir de 11 de Junho de 2.015.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Determina-se, registra-se e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de Junho de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e publicada de conformidade com a Legislação em vigor. Data Supra.

CLEBER PAIXÃO DE A. MASCARENHAS

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 149/2015

PORTARIA Nº. 149/2015/GABJAMA

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA CONTRATADA SENHORA MARIA SOARES DE SOUZA".

O Prefeito Municipal de Nova Brasilândia – MT, no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo Artigo 45º Item I da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - EXONERAR A PEDIDO a Servidora Contratada Srª*. MARIA SOARES DE SOUZA – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE*, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 16 de junho de 2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Determina-se, registra-se e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de junho de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e publicada de conformidade com a Legislação em vigor. Data Supra.

CLEBER PAIXÃO DE A. MASCARENHAS

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 140/2015

PORTARIA Nº. 140/2015/GABJAMA

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO PARA EFEITO DE APOSENTADORIA POR IDADE SERVIDORA EFETIVA MARIA DOS REIS DOS SANTOS".

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilandia do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 45 Item IV da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar a Servidora Efetiva Srª. **Maria dos Reis dos Santos – Agente de Limpeza Escolar,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência de **Aposentadoria por Idade**, a partir de 03 de junho de 2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

***Artigo 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.*

Determina-se, registra-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de Junho de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e publicada de conformidade com a Legislação em vigor. Data Supra.

CLEBER PAIXÃO DE A. MASCARENHAS

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

8°TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 025/2012.

8°Termo Aditivo ao Contrato Nº. 025/2012.

Contratada: NOVA GUARITA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Aditamento: Fica aditada, nos termos da Clausula Quarta, o prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº. 025/12/SMA/PMNG, que passa a vigorar pelo período de 24 de junho de 2015 a 20 de dezembro de 2015.

Data: 18/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PREGÃO PRESENCIAL 25/2015

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 25/2015

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 25/2015.

ABERTURA: 06 de Julho de 2015 ás 9:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 8:30 ás 9:00 horas;

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa para futura e eventual locação em horas de trator de pneu equipado com lamina e grade hidráulica, caminhão para esgotamento, limpeza e transporte de resíduo séptico, carga mínima de 7.000 litros e caminhão Pipa 12.000 litros, visando atender necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 19 de junho de 2015.

JOSÉ CARLOS MONTEIRO JÚNIOR

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO Nº. 033/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO

Encerramento de Contrato por excepcional interesse público que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT** e do outro a Sr° **CLAUDIVAN DAMIÃO DA SILVA**

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, **CNPJ Nº. 37.464.989/0001-02**, com sede administrativa na Prefeitura Municipal de Nova Marilandia - MT, sito a Avenida Tiradentes, nº 211 N, nesta cidade, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal o **Sr. WENER KLESLEY DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade sob RG nº. 0967036-0 - SEJUSP/MT, cadastrado no CPF sob nº 953.137.881-91, residente e domiciliado na Rua das Azaléias, S/Nº - Planalto nesta cidade de Nova Marilandia-MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE/RESCINDENDO** e o Sr° **CLAUDIVAN DAMIÃO DA SILVA,** brasileiro, portador da C.I - RG nº. **23067950- SSP/MT**, cadastrado no **CPF sob o nº 040.547.931-00**, residente na RUA JOSE BATISTA DA SILVA, Nº 1117 - VILA NOVA, Nova Marilandia-MT; doravante denominado simplesmente **CONTRATADO/RESCINDENTE**, resolvem registrar o encerramento do contrato de prestação de serviços nº. **033/2014**, por conveniência da administração pública, regido pela **Lei Municipal nº. 672/2014** e **Decreto Municipal Nº 002/2014**, observadas as normas de direito público e de direito administrativo, mediante as seguintes cláusulas:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO OBJETO.

1.1 – Considerando o interesse público, fica encerrado o contrato administrativo por excepcional interesse público n.º **033/2014**, entre as partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, a partir do dia 31 de Março de 2015.

1.2 – Fica por este, definido rescisão na forma consensual.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DAS GENERALIDADES

2.1 – Tendo em vista o encerramento do contrato, conforme estabelece o capítulo IV do contrato de prestação de serviços nº. **033/2014**.

E assim, fica, portanto de fato e de direito rescindido a partir do dia 31 de Março de 2015 o CONTRATO nº. **033/2014**, que teve por objeto a prestação de serviços para exercer a função de **"AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - CTD"**, a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Marilândia-MT, com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, reservado descanso semanal remunerado em razão de não haver funcionário concursado para ocupar o cargo, pelo período de 10 de Março de 2014 a 31 de Março de 2015.

As partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produza todos os requisitos legais.

Paço Municipal de Nova Marilandia, Estado de Mato Grosso, vinte e cinco dias do mês de Março do ano de 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA

CONTRATANTE/RESCIDENTE

CLAUDIVAN DAMIÃO DA SILVA

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - CTD

CONTRATADO/RESCINDENTE

x-x-x FINAL DO INSTRUMENTO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL x-x-x

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO Nº. 051/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº. 051/2015

Encerramento de Contrato por excepcional interesse público que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT** e do outro a Srª **ALINE DE PINHO SILVA VENTURA**

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, **CNPJ Nº. 37.464.989/0001-02**, com sede administrativa na Prefeitura Municipal de Nova Marilandia - MT, sito a Avenida Tiradentes, nº 211 N, nesta cidade, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal o **Sr. WENER KLESLEY DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade sob RG nº. 0967036-0 - SEJUSP/MT, cadastrado no CPF sob nº 953.137.881-91, residente e domiciliado na Rua das Azaléias, S/Nº - Planalto nesta cidade de Nova Marilandia - MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE/RESCINDENDO** e o Srª**ALINE DE PINHO SILVA VENTURA,** brasileira, portadora da C.I - RG nº. **1653933-8 – SSP/MT**, cadastrada no **CPF sob o nº 033.184.551-21**, residente na Rua das Bromélias, Planalto, Nova Marilandia - MT; doravante denominado simplesmente **CONTRATADO/RESCINDENTE**, resolvem registrar o encerramento do contrato de prestação de serviços nº. **051/2015**, por conveniência da administração pública, regido pela **Lei Municipal nº. 672/2014** e **Decreto Municipal Nº 002/2014**, observadas as normas de direito público e de direito administrativo, mediante as seguintes cláusulas:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO OBJETO.

1.1 – Considerando o interesse público, fica encerrado o contrato administrativo por excepcional interesse público n.º **051/2015**, entre as partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, a partir do dia 13 de Março de 2015.

1.2 – Fica por este, definido rescisão na forma consensual.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DAS GENERALIDADES

2.1 – Tendo em vista o encerramento do contrato, conforme estabelece o capítulo IV do contrato de prestação de serviços nº. **051/2015**.

E assim, fica, portanto de fato e de direito rescindido a partir do dia 31 de Março de 2015 o CONTRATO nº. **051/2015**, que teve por objeto a prestação de serviços para exercer a função de **"AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL",** a ser desempenhada na **ESCOLA MUNICIPAL CRIANÇA ESPERANÇA** junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Nova Marilândia - MT, com jornada de 30 (Trinta) horas semanais, reservado o descanso semanal remunerado, em razão de não haver funcionário efetivo para ocupar o cargo, pelo período de 09 de Fevereiro de 2015 a 13 de Março de 2015.

As partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produza todos os requisitos legais.

Paço Municipal de Nova Marilandia, Estado de Mato Grosso, aos 24 dias do mês de Março do ano de 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA

CONTRATANTE/RESCIDENTE

ALINE DE PINHO SILVA VENTURA

"AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL"

CONTRATADO/RESCINDENTE

x-x-x FINAL DO INSTRUMENTO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL x-x-x

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO 081/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº. 081/2015

Encerramento de Contrato por excepcional interesse público que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT** e do outro a Srª **EDIALEDA PINTO RODRIGUES DOS SANTOS**

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, **CNPJ Nº. 37.464.989/0001-02**, com sede administrativa na Prefeitura Municipal de Nova Marilandia - MT, sito a Avenida Tiradentes, nº 211 N, nesta cidade, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal o **Sr. WENER KLESLEY DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade sob RG nº. 0967036-0 - SEJUSP/MT, cadastrado no CPF sob nº 953.137.881-91, residente e domiciliado na Rua das Azaléias, S/Nº - Planalto nesta cidade de Nova Marilandia - MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE/RESCINDENDO** e a Srª **EDIALEDA PINTO RODRIGUES DOS SANTOS,** brasileira, portadora da C.I - RG nº. **15517748 - SSP/MT**, cadastrada no **CPF sob o nº 003.016.451-67**, residente na RUA ANDRE JOAO BOSCO, S/Nº, Bairro: BELLA VISTA – Arenápolis -MT; doravante denominado simplesmente **CONTRATADO/RESCINDENTE**, resolvem registrar o encerramento do contrato de prestação de serviços nº. **081/2015**, por conveniência da administração pública, regido pela **Lei Municipal nº. 672/2014** e **Decreto Municipal Nº 002/2014**, observadas as normas de direito público e de direito administrativo, mediante as seguintes cláusulas:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO OBJETO.

1.1 – Considerando o interesse público, fica encerrado o contrato administrativo por excepcional interesse público n.º **081/2015**, entre as partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, a partir do dia 15 de Março de 2015.

1.2 – Fica por este, definido rescisão na forma consensual.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DAS GENERALIDADES

2.1 – Tendo em vista o encerramento do contrato, conforme estabelece o capítulo IV do contrato de prestação de serviços nº. **081/2015**.

E assim, fica, portanto de fato e de direito rescindido a partir do dia 18 de Março de 2015 o CONTRATO nº. **081/2015**, que teve por objeto a prestação de serviços para exercer a função de **"TECNICA EM ENFERMAGEM - CTD",** a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Marilândia - MT, com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, reservado o descanso semanal remunerado, em razão de não haver funcionário efetivo para ocupar o cargo, pelo período de 23 de Fevereiro de 2015 a 15 de Março de 2015.

As partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produza todos os requisitos legais.

Paço Municipal de Nova Marilandia, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias do mês de Março do ano de 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA

CONTRATANTE/RESCIDENTE

EDIALEDA PINTO RODRIGUES DOS SANTOS

"TECNICA EM ENFERMAGEM - CTD"

CONTRATADO/RESCINDENTE

x-x-x FINAL DO INSTRUMENTO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL x-x-x

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO Nº. 007/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº. 007/2015

Encerramento de Contrato por excepcional interesse público que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT** e do outro a Srª **MAURI MAZALLI ARAUJO**

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, **CNPJ Nº. 37.464.989/0001-02**, com sede administrativa na Prefeitura Municipal de Nova Marilandia - MT, sito a Avenida Tiradentes, nº 211 N, nesta cidade, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal o **Sr. WENER KLESLEY DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade sob RG nº. 0967036-0 - SEJUSP/MT, cadastrado no CPF sob nº 953.137.881-91, residente e domiciliado na Rua das Azaléias, S/Nº - Planalto nesta cidade de Nova Marilandia - MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE/RESCINDENDO** e o Srª **MAURI MAZALLI ARAUJO,** brasileiro, portador da C.I - RG nº. **2555502-2– SESP/MT**, cadastrado no **CPF sob o nº 782508462-49**, residente na AV: BLAIRO BORGES MAGGI,- BAIRRO: JARDIM PLANALTO - NOVA MARILANDIA - MT; doravante denominado simplesmente **CONTRATADO/RESCINDENTE**, resolvem registrar o encerramento do contrato de prestação de serviços nº. **007/2015**, por conveniência da administração pública, regido pela **Lei Municipal nº. 672/2014** e **Decreto Municipal Nº 002/2014**, observadas as normas de direito público e de direito administrativo, mediante as seguintes cláusulas:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO OBJETO.

1.1 – Considerando o interesse público, fica encerrado o contrato administrativo por excepcional interesse público n.º **007/2015**, entre as partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, a partir do dia 31 de Março de 2015.

1.2 – Fica por este, definido rescisão na forma consensual.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DAS GENERALIDADES

2.1 – Tendo em vista o encerramento do contrato, conforme estabelece o capítulo IV do contrato de prestação de serviços nº. **007/2015**.

E assim, fica, portanto de fato e de direito rescindido a partir do dia 31 de Março de 2015 o CONTRATO nº. **007/2015**, que teve por objeto a prestação de serviços para exercer a função de **"MECÂNICO - CTD",** a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal Infraestrutura de Nova Marilândia-MT, com uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais, reservado o descanso semanal remunerado em virtude de não haver funcionário efetivo para ocupar o cargo, pelo período de 06 de Janeiro de 2015 a 31 de Março de 2015.

As partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produza todos os requisitos legais.

Paço Municipal de Nova Marilandia, Estado de Mato Grosso, aos 23 dias do mês de Março do ano de 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA

CONTRATANTE/RESCIDENTE

MAURI MAZALLI ARAUJO

"MECÂNICO - CTD"

CONTRATADO/RESCINDENTE

x-x-x FINAL DO INSTRUMENTO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL x-x-x

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO Nº. 067/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº. 067/2015

Encerramento de Contrato por excepcional interesse público que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT** e do outro a Srª **EDIVALDO OKADA DE MORAES**

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, **CNPJ Nº. 37.464.989/0001-02**, com sede administrativa na Prefeitura Municipal de Nova Marilandia - MT, sito a Avenida Tiradentes, nº 211 N, nesta cidade, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal o **Sr. WENER KLESLEY DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade sob RG nº. 0967036-0 - SEJUSP/MT, cadastrado no CPF sob nº 953.137.881-91, residente e domiciliado na Rua das Azaléias, S/Nº - Planalto nesta cidade de Nova Marilandia - MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE/RESCINDENDO** e o Srª **EDIVALDO OKADA DE MORAES,** brasileiro, portador da C.I - RG nº. **04953379-7 – SESP/MT**, cadastrado no **CPF sob o nº 352.801.071-15**, residente na RUA DAS VIOLETAS, S/Nº, CENTRO, Nova Marilandia - MT; doravante denominado simplesmente **CONTRATADO/RESCINDENTE**, resolvem registrar o encerramento do contrato de prestação de serviços nº. **067/2015**, por conveniência da administração pública, regido pela **Lei Municipal nº. 672/2014** e **Decreto Municipal Nº 002/2014**, observadas as normas de direito público e de direito administrativo, mediante as seguintes cláusulas:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO OBJETO.

1.1 – Considerando o interesse público, fica encerrado o contrato administrativo por excepcional interesse público n.º **067/2015**, entre as partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, a partir do dia 31 de Março de 2015.

1.2 – Fica por este, definido rescisão na forma consensual.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DAS GENERALIDADES

2.1 – Tendo em vista o encerramento do contrato, conforme estabelece o capítulo IV do contrato de prestação de serviços nº. **067/2015**.

E assim, fica, portanto de fato e de direito rescindido a partir do dia 31 de Março de 2015 o CONTRATO nº. **067/2015**, que teve por objeto a prestação de serviços para exercer a função de **"MOTORISTA D - CLT",** a ser desempenhada na **ESCOLA MUNICIPAL CRIANÇA ESPERANÇA** junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Nova Marilândia - MT, com jornada de 40 (QUARENTA) horas semanais, reservado o descanso semanal remunerado, em razão de não haver funcionário efetivo para ocupar o cargo, pelo período de 09 de Fevereiro de 2015 a 31 de Março de 2015.

As partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produza todos os requisitos legais.

Paço Municipal de Nova Marilandia, Estado de Mato Grosso, aos 23 dias do mês de Março do ano de 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA

CONTRATANTE/RESCIDENTE

EDIVALDO OKADA DE MORAES

“MECÂNICO - CTD”

CONTRATADO/RESCINDENTE

x-x-x FINAL DO INSTRUMENTO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL x-x-x

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº. 0100/2015 “DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE SAÚDE DA SRA. EMILIA JANOSKI”

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA SAÚDE, a Sra. **EMILIA JANOSKI**, portadora do RG nº. 5.874.198-0 SSP/PR, inscrita no CPF sob o n.º 837.043.539.49, licença concedida para tratar de saúde, a partir do dia 15 de Abrilo de 2015, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,retroagindo seus efeitos para 15 de Abril de 2015, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 16 de Junho de 2015.

***JOÃO BRAGA NETO* Prefeito Municipal**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº. 093/2015 “DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO EM CARGO EM COMISSÃO OS SRA. ERIKA BRAMBILLA DINIZ”

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em Cargo Comissionado, o ***Sra.* ERIKA BRAMBILLA DINIZ,** portador do RG Nº. 24551082 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 048.907.041-83, para exercer o cargo de **Chefe de Divisão de Apoio de Compras**, do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Junho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº. 087/2015 “DISPÕE SOBRE A CONCEÇÃO DE LICENÇA FÉRIAS AOS SERVIDORES”

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, a:

Matricula	Nome	CPF	Data Admissão
076	OCIEL ADRIANO BUCHS	994.201.201-04	01/07/2001
411	EDI CARLOS RODRIGUES JULIO	849.406.201-82	16/02/2004
653	PROTAZIO PAZZETTO	602.904.129-00	11/08/2004
1899	CRISTIANO DE SOUZA DIAS LARA	007.321.961-88	04/05/2010
2380	VANESSA CRISTINE CAETANO DA ROSA	005.334.601-74	11/04/2014
2310	ROSANGELA RIBEIRO DA SILVA	631.232.401.00	14/03/2013

Conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Junho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº. 089/2015 “NOMEAR O SR. MANOEL DA COSTA CAMPOS PARA O CARGO DE SECRETARIO DE SAÚDE E SANEAMENTO”

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o ***Sr.* MANOEL DA COSTA CAMPOS,** portador do RG Nº. 296959 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 206.441.081.34, para o Cargo Comissionado de **Secretario de Saúde e Saneamento,** acumulando a função como Secretario Municipal de Administração conforme Portaria 302/2013, do Município de Nova Maringá-MT, a partir 01 de Junho de 2015, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de Junho de 2015, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 18 de Junho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº. 098/2015 “DISPÕE SOBRE A CONCEÇÃO DE LICENÇA FÉRIAS A SRA. IVANILDA REIAS SANTANA”

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, a:**IVANILDA REIS SANTANA,** portador do RG nº. 5211205 SSP/BA, e CPF sob o n.º 493.543.705.78, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 08 de Junho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 092/2015 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE SAÚDE DA SRA. JOCIMARA DA SILVA VIEIRA SEGOIA"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA SAÚDE, a Sra. **JOCIMARA DA SILVA VIEIRA SEGOVIA**, portadora do RG nº. 19096755 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 020.823.281, licença concedida para tratar de saúde, a partir do dia 01 de Junho de 2015, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Junho de 2015.

***JOÃO BRAGA NETO* Prefeito Municipal**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 091/2015 "DISPÕE SOBRE O RETORNO DE LICENÇA FÉRIAS DOS SERVIDORES"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e 298/2003, com suas posteriores alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - RETORNAR DA LICENÇA FÉRIAS, a: **LIONOR CARLOTA OURIVES,** portador do RG nº. 982237 SSP/MT, e CPF sob o n.º 568.149.501-97; ***ADEMIR POMPILIO BORGES***, portador da Cédula de Identidade nº. 18337967 SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 277.396.199.49; **DEBORA DAIANE TOMAZ AQUINO,** portador da Cédula de Identidade nº. 23525525 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 048.092.331.03; **GERALDO PEDRO DA SILVA** portador da Cédula de Identidade nº. 1333269 SSP/AL, inscrito no CPF sob o n.º 041.111.564.28, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 04 de Junho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 015/2015. REGISTRO DE PREÇOS

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através do pregoeiro e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 13/2015/GAPRE de 26 de Janeiro de 2015, torna publico para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 015/2015, **MENOR PREÇO GLOBAL, cujo Objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERARIOS, ASSEPSIA, REMOÇÃO, TANATOPRAXIA, TRANSLADO E AQUISIÇÃO DE VESTIMENTAS E URNAS PARA O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**,a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

VENCEDOR: FUNERARIA SANTA CLARA LTDA-ME inscrita no **CNPJ 03.916.984/0001-43.**

Valor de R$212.263,40 (duzentos e doze mil duzentos e sessenta e três reais e quarenta centavos).

Nova Maringá – MT, 19 de Junho de 2015.

Atenciosamente

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 099/2015 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE SAÚDE DA SRA. MARIA DO CARMO CHAGA DA SILVA"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA SAÚDE, a Sra. **MARIA DO CARMO CHAGAS DA SILVA**, portadora do RG nº. 18754449 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 781.757.551.72, licença concedida para tratar de saúde, a partir do dia 20 de Março de 2015, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,retroagindo seus efeitos para 20 de Março de 2015, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 16 de Junho de 2015.

***JOÃO BRAGA NETO* Prefeito Municipal**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 088/2015 "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO SRA. LEOSANDRA APARECIDA PAZ DALLA COSTA"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR do Cargo, o ***Sra.* LEOSANDRA APARECIDA PAZ DALLA COSTA,** portador do RG Nº. 3.892.988.0 SSP/SC, inscrito no CPF sob o n.º 040.408.529.66, no Cargo/função **SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO,** do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Junho de 2015, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de Junho de 2015, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 16 de Junho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2015.
REGISTRO DE PREÇOS.

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERARIOS, ASSEPSIA, REMOÇÃO, TANATOPRAXIA, TRANSLADO E AQUISIÇÃO DE VESTIMENTAS E URNAS PARA O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Nova Maringá - MT, 19 de Junho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DA SEGUNDA SESSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO, JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO, MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 015/2015 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

Aos dezenove dias do mês de Junho de 2015, às 08:00 horas estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, o pregoeiro **Claudio Maciel da Silva,** juntamente com equipe de apoio: **ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA,** LUZ **MARINA OVELAR MARTINES, WELDER SOUZA CUNHA E VERA MARIA PADILHA** instituída pela Portaria nº 090/2015 de 01 de Junho de 2015, abre a sessão de Pregão para apreciarem e julgarem proposta e Documentação de Habilitação das empresas para a licitação na modalidade Pregão presencial 015/2015, do tipo menor preço por item, para selecionar as propostas mais vantajosas objetivando O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERARIOS, ASSEPSIA, REMOÇÃO, TANATOPRAXIA, TRANSLADO E AQUISIÇÃO DE VESTIMENTAS E URNAS PARA O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**.** Conforme edital do certame. O Pregoeiro fez a abertura da sessão primeiramente cumprimentando os presentes e apresentando a equipe de apoio. Após o credenciamento realizado no dia 16/06/2015 as 08:00hs. O pregoeiro e equipe declara a preclusão de prazo recursal. Após analisar a documentação da empresa participante o Pregoeiro e a Equipe de apoio decidem por unanimidade classificar a proposta apresentada pela mesma como a mais vantajosa para a administração publica e habilita a **EMPRESA FUNERARIA SANTA CLARA LTDA-ME** inscrita no **CNPJ 03. 916.984/0001-43**, visto que a mesma cumpriu com os requisitos de habilitação exigidos pelo edital de convocação. Classifica sua proposta no valor de **R$** 212.263,40 (duzentos e doze mil duzentos e sessenta e três reais e quarenta centavos), para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11. Nada mais havendo a ser tratado deu-se por encerrada a sessão. Eu _____Pregoeiro encerro a sessão e lavrei a presente ata, que lida e conforme vai assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

Membro da Equipe de Apoio

WELDER SOUZA CUNHA

Membro da Equipe de Apoio

VERA MARIA PADILHA

Membro da Equipe de Apoio

LUZ MARINA OVELAR MARTINES

Membro da Equipe de Apoio

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 096/2015 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE SAÚDE DO SR. NORVANIL ZARDO"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA SAÚDE, a Sr. **NORVANIL ZARDO**, portadora do RG nº. 289313 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 206.577.301. 49, licença concedida para tratar de saúde, a partir do dia 02 de Junho de 2015, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de Junho de 2015.

***JOÃO BRAGA NETO* Prefeito Municipal**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 097/2015 "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPAER O SERVIDOR EFETIVO NO CARGO DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO SR ADEMIR POMPILIO BORGES"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

Considerando o Termo de Cooperação Técnico firmado com a Empaer.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR **como Responsável Técnico da Empaer** *o Servidor efetivo no cargo de Engenheiro AgrônomoSr.* ***ADEMIR POMPILIO BORGES,*** portador do RG Nº. 18337967 SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 277.396.199.49, **do** Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 05/06/2015 até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, , revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 05 de Junho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 090/2015 "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO, PARA A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas por Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o Pregoeiro e membros da equipe de apoio para a realização de Licitações na modalidade pregão da Prefeitura de Nova Maringá-

MT, a qual será responsável por todos os atos necessários ao processo licitatório, que a Lei 8.666/93 assim prever.

Art. 2º. Ficam designados os seguintes servidores, quais sejam:

§1º - Pregoeiro:

a) Claudio Maciel da Silva

§2º - Membros da equipe de apoio:

a) Rosimeire Da Silva Souza

b) Luz Marina Ovelar Martines

c) Welder Souza Cunha

d) Vera Maria Padilha

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os demais todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Maringá-MT, 01 de Junho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal de Nova Maringá-MT

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 0103/2015 "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO EFETIVO SR. JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR do Cargo efetivo, o **Sr. JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA,** portador do RG Nº. 579.040 SESP/MS, inscrito no CPF sob o n.º 595.475.452.72, no Cargo/função **Médico Veterinário,** do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 18 de Junho de 2015, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 18 de Junho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 095/2015 "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO DE COMISSÃO SR. HUMBERTO BITENCOURT"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR do Cargo de Comissão, o ***Sr.*** **HUMBERTO BITENCOURT,** portador do RG Nº. 791466 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 358.353.461.15, no Cargo/função **CHEFE DA CENTRAL DE VAGAS,** do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 02 de Junho de 2015, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de Junho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 0102/2015 "DISPÕE SOBRE A CONCEÇÃO DE LICENÇA FÉRIAS A SERVIDORA ALEXANDRA GONÇALVES DA SILVA"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, a:**ALEXANDRA GONCALVES DA SILVA,** portador do RG nº. 931.237 SSP/MT, e CPF sob o n.º 951.619.881.34, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 18 de Junho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 094/2015 "DISPÕE SOBRE A CONCEÇÃO DE LICENÇA FÉRIAS AOS SERVIDORES"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, a:**AIRTON ROGERIO BUCHS,** portador do RG nº. 14979624 SSP/MT, e CPF sob o n.º 981.962.511.49; **REGINALDO DA SILVA,** portador do RG nº. 2031880 SSP/PR, e CPF sob o n.º 439.469.259.87; **ROBERTO DE LIMA**, portador do RG nº. 2031880 SSP/PR, e CPF sob o n.º 439.469.259.87, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de Junho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 0101/2015 "DA POSSE AS SRAS. JOSIMARA EBELING WENGRAT E GEISEANE TAVARES DA SILVA".

JOAO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 35 da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - DAR POSSE, as Sras. **JOSIMARA EBELING WENGRAT** portador do RG nº. 9953230-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob o n.º 058.114.949.

12, ao cargo de TECNICO ADMINIST EDUCACIONAL - MONITOR BRIANORTE; *GEISEANE TAVARES DA SILVA,* brasileiro, portador do RG Nº. 8.492.4580 SSP/PR, inscrito no CPF sob o Nº. 032.509.789.57, ao cargo de TECNICO ADMINIST EDUCACIONAL - MONITOR BRIANORTE, ambos convocados através do Concurso Público 001/2014, a partir do dia 12 de Junho de 2015, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 12 de Janeiro de 2015.

JOAO BRAGA NETO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 019/2015.

Ementa: Dispõe sobre concessão de férias adquiridas a Servidora, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica Concedido Férias de 30 (trinta) dias, conforme Lei N.º 289/2005, do Estatuto dos Funcionários Público Municipal, a Sra. **EVA MOREIRA DE SOUZA, CPF: 012.343.511-02,** lotada nesta Câmara Municipal.

Parágrafo Único – As férias mencionadas no caput do Art., compreende o período de 01/05/2015 a 31/05/2015, referente ao período aquisitivo de 09/08/2013 a 08/08/2014.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Monte Verde-MT, 30 de abril de 2.015

FERNANDA LEHMANN NAGEL

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 022/2015.

Ementa: Dispõe sobre concessão de férias adquiridas a Servidora, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica Concedido Férias de 30 (trinta) dias, conforme Lei N.º 289/2005, do Estatuto dos Funcionários Público Municipal, a Sra. **APARECIDA PICON FORNAZIERI, CPF: 762.006.551-20,** lotada nesta Câmara Municipal.

Parágrafo Único – As férias mencionadas no caput do Art., compreende o período de 01/07/2015 a 30/07/2015, referente ao período aquisitivo de 01/09/2013 a 01/09/2014.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Monte Verde-MT, 19 de junho de 2.015

FERNANDA LEHMANN NAGEL

Presidente

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
DECRETO Nº 088/2015

DECRETO Nº 088/2015

Data: 19 de Junho de 2015

SÚMULA: FICA EXONERADA A SRA. VÂNIA DOS SANTOS ALVES, DO CARGO DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

ARTIGO 1º - Fica exonerada a Sra. VÂNIA DOS SANTOS ALVES, do cargo de Técnica de Enfermagem, do Município de Nova Monte Verde-MT.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 19 de Junho de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
LEI N.° 192 /01

LEI N.° 192 /01

DISPÕE SOBRE O “PREVVER” FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CAMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE APROVOU E EU GEREMIAS BORTOLATO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE ME SÃO CONFERIDAS, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

CAPÍTULO I

DO ÓRGÃO E SEUS FINS

Art. 1.° - Fica instituído por esta Lei, o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso – “PREVVER”, o qual gozará de personalidade jurídica própria, de autonomia administrativa e financeira, de direito público e natureza autárquica.

§ 1.° - O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Monte Verde será denominado pela sigla “PREVVER”, e se destina a assegurar aos servidores do Município de Nova Monte Verde e a seus dependentes, na conformidade da presente Lei, prestações de natureza previdênciária e econômica, em caso de contingências que interrompam, depreciem ou façam cessar seus meios de subsistência.

Art. 2.° - Fica assegurado ao PREVVER no que se refere a seus serviços, bens, rendas e ações, todos os privilégios, regalias, isenções e imunidade de que gozam o Município de Nova Monte Verde.

CAPÍTULO II

DAS PESSOAS ABRANGIDAS

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 3.° - São segurados obrigatórios do PREVVER todos os servidores da Prefeitura, da Câmara, das autarquias e fundações municipais, bem como os funcionários do próprio PREVVER qualquer que seja a forma de sua investidura.

Parágrafo Único – São também considerados segurados obrigatórios os servidores temporários contratados por tempo determinado, os servidores comissionados e os servidores inativos.

Art. 4.° - A filiação obrigatória do servidor ao PREVVER se dará na data do início ou reinicio do exercício

Art. 5.° - Perderá a qualidade de segurado:

I – aquele que deixar de exercer a atividade que o submeta ao regime do PREVVER;

II – o servidor que se afastar do exercício de seu cargo com prejuízo dos vencimentos, salve se usar da faculdade do Art. 6.°;

III – aquele que, autorizado a conservar a sua filiação, na forma do Art. 6. °, interromper o pagamento das respectivas contribuições por mais de 3 (três) meses consecutivos.

Parágrafo Único – A perda da qualidade de segurado importa na caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade.

Art. 6.° - Ao segurado que deixar de exercer, temporariamente ou definitivamente, atividade que o submeta ao regime do PREVVER é facultado manter a qualidade de segurado, desde que passe a efetuar, sem interrupção, o pagamento mensal das contribuições referente a sua parte e a do Município.

SEÇÃO II

DOS DEPENDENTES

Art. 7.° - São considerados dependentes do segurado, para os efeitos desta Lei, o cônjuge, a companheira, o companheiro, os filhos do sexo masculino menores de 18 (dezoito) anos e os do sexo feminino menores de 21 (vinte e um) anos.

Parágrafo Único – Os filhos do segurado, quando inválidos, serão isentados do limite de idade.

Art. 8.° - A dependência econômica das pessoas indicadas no artigo anterior é presumida.

Art. 9.° - A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

I – para os cônjuges, pela separação judicial ou divorcio sem direito a percepção de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado;

II – para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

III – para os filhos, do sexo masculino, quando completarem 18 (dezoito) anos, e para do sexo feminino, quando completarem 21 (vinte e um) anos ou pela emancipação, salvo se inválidos;

IV – para os dependentes em geral:

pelo matrimônio;

pela cessação da invalidez;

pela percepção de renda própria;

pelo falecimento.

SEÇÃO III

DA INSCRIÇÃO DAS PESSOAS ABRANGIDAS

Art. 10 – Os segurados e seus dependentes estão obrigados à promover a sua inscrição no PREVVER a qual se processará da seguinte forma:

I – para o segurado, a qualificação perante o PREVVER comprovada por documentos hábeis;

II – para os dependentes, a declaração por parte do segurado, sujeita a comprovação da qualificação de cada um por documentos hábeis.

Parágrafo Único – a inscrição é essencial à obtenção de qualquer prestação, devendo o PREVVER fornecer ao segurado documento que comprove.

Art. 11 – Ocorrendo o falecimento do segurado sem que tenha feito sua inscrição e a de seus dependentes, a estes será lícito promovê-la, para outorga das prestações a que fizerem jus.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS DAS PESSOAS ABRANGIDAS

SEÇÃO I

DOS BENEFÍCIOS GARANTIDOS AOS SEGURADOS

SUB-SEÇÃO I

DA APOSENTADORIA

Art. 12 – O segurado que for considerado inválido para o serviço, após atendida a carência de 12 (doze) contribuições, terá direito a uma aposentadoria proporcional

§ 1.° - A invalidez será apurada mediante exames médicos realizados segundo instruções emanadas do PREVVER e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao do desligamento do segurado do serviço.

§ 2.° - A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao PREVVER não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Art. 13 – O segurado que contar mais de 25 (vinte e cinco) anos, se do sexo feminino e 30 (trinta) anos, se do sexo masculino, ou pelo menos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se do sexo masculino, ou 60 (sessenta) anos de idade, se do sexo feminino, poderá requerer sua aposentadoria que lhe será deferida independentemente de exame médico.

§ 1.° - A aposentadoria por tempo de serviço, após a carência de 36 (trinta e seis) contribuições, consiste numa renda mensal calculada na seguinte forma:

I – para mulher – 70% (setenta por cento) do vencimento, acrescido das vantagens adquiridas na atividade, aos 25 (vinte e cinco) anos de serviços, mais 6% (seis por cento) deste, para cada novo ano completo de atividade até o máximo de 100% (cem por cento) aos 30 (trinta) anos de serviço;

II – para o homem – 70% (setenta por cento) do vencimento, acrescido das vantagens adquiridas na atividade, aos 30 (trinta anos) de serviços, mais 6% (seis por cento) deste, para cada novo ano completo de atividade até o máximo de 100% (cem por cento) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço;

III – o segurado que exercer o cargo de professor e contar com 30 (trinta) anos de efetivo serviço, se homem, 25 (vinte e cinco) anos, se mulher, terá direito a aposentadoria com proventos integrais.

§ 2.° - A aposentadoria por idade, após a carência de 36 (trinta e seis) contribuições, consiste numa renda mensal calculada proporcionalmente ao tempo de serviço, efetivamente prestado.

§ 3.° - A aposentadoria por idade compulsória pode ser requerida pelo órgão empregador, desde que o segurado tenha cumprido a carência, quando este completar 70 (setenta) anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se do sexo feminino.

Art. 14 – O segurado, quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cadiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosaste, nefropatia grave, estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida – AIDS, contaminação por radiação (com base em conclusão da medicina especializada) ou quando vítima de acidente do trabalho ou moléstia profissional que o invalide para o serviço, terá direito a aposentadoria integral, independentemente do período de carência mencionado no Art. 12 e do tempo de serviço.

SUB-SEÇÃO II

DO AUXÍLIO ACIDENTE DO TRABALHO

Art. 15 – Acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço do Município, provando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução da capacidade para o trabalho permanente ou temporário.

Parágrafo Único – Consideram-se acidente do trabalho, aqueles estabelecidos em regulamento próprio, baixado pelo Conselho Curador.

Art. 16 – O auxílio acidente do trabalho será concedido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes do acidente do trabalho, resultar aquela, que implique:

I – redução da capacidade laborativa que exija maior esforço ou necessidade de adaptação para exercer a mesma atividade, independentemente de reabilitação profissional;

II – redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade exercida à época do acidente, porém não o de outra do mesmo nível e complexidade, após reabilitação profissional;

III – redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade exercida à época do acidente, porém não o de outra de nível inferior e complexidade, após reabilitação profissional;

§ 1.° - O auxílio acidente do trabalho, mensal e vitalício, corresponderá a um dos seguintes percentuais do vencimento do segurado, vigente no dia do acidente, que são:

30% (trinta por cento) na hipótese do inciso I;

40% (quarenta por cento) na hipótese do inciso II;

50% (cinqüenta por cento) na hipótese do inciso III;

§ 2.° - O auxílio acidente do trabalho será devido a contar do dia seguinte do deferimento pelo PREVVER independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado.

§ 3.° - O recebimento de vencimento ou concessão de outro benefício, não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio acidente do trabalho.

§ 4.° - Quando o segurado falecer em gozo de auxílio acidente do trabalho, a metade do valor deste será incorporado ao valor da pensão, se a morte não resultar do acidente do trabalho, caso contrário será o valor do auxílio acidente do trabalho somado ao da pensão.

§ 5.° - Consideram-se aquelas decorrentes do acidente do trabalho, aquelas previstas na legislação pertinente.

Art. 17 – O órgão empregador do Município deverá comunicar o acidente do trabalho ao PREVVER até o 1.° dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de responsabilização, se não o fizer.

Parágrafo Único – Na falta de comunicação por parte do órgão do município, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, não prevalecendo nesses casos o prazo previsto neste artigo.

SUB-SEÇÃO III

DO SALÁRIO MATERNIDADE

Art. 18 – Será devido à segurada gestante, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a remuneração integral.

§ 1.° - O salário maternidade poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2.° - No caso de nascimento prematuro, o salário maternidade terá início a partir do parto, mediante comprovação médica.

§ 3.° - No caso de natimorto, o salário maternidade será devido por 30 (trinta) dias, ao final destes, a segurada será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4.° - No caso de aborto não criminoso, atestado por médico do SUS ou conveniado, a segurada terá direito a perceber o salário maternidade durante 30 (trinta) dias.

§ 5.° - Caso a segurada exerça mais de um cargo permitido em Lei, fará jus ao salário maternidade relativo a cada cargo.

§ 6.° - Não será devido salário maternidade no caso de adoção, uma vez que este é devido pelo parto.

SUB-SEÇÃO IV

DO SALÁRIO FAMÍLIA

Art. 19 – O salário família, definido em legislação específica, é devido ao segurado ativo ou inativo, por dependentes econômicos.

Parágrafo Único – Consideram-se dependentes econômicos para percepção do salário família:

I – os filhos ou equiparados de qualquer condição, até 14 anos de idade ou se inválidos de qualquer idade;

II – a cota de salário família será de 5% (cinco por cento) do salário mínimo vigente no Município, e será devida somente ao servidor que perceber até 3 (três) salários mínimos.

SUB-SEÇÃO V

DO AUXÍLIO DOENÇA

Art. 20 – O auxílio doença é devido ao segurado que ficar incapacitado para trabalho ou para sua atividade habitual, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

§ 1.° - O segurado terá direito ao auxílio doença, após o pagamento de 12 (doze) contribuições mensais.

§ 2.° - No caso do segurado sofrer acidente de qualquer natureza ou for acometido de alguma das doenças especificadas em Lei terá direito ao benefício, independentemente do pagamento de 12 (doze) contribuições.

§ 3.° - O auxílio doença terá início em:

no 16° dia do afastamento da atividade; ou

na data da entrada do requerimento, quando requerido após o 30.° dia do afastamento da atividade.

§ 4.° - Sobre o auxílio doença incidirá um desconto de 8% (oito por cento) ao PREVVER.

§ 5.° - O auxílio doença será mantido enquanto o segurado permanecer incapaz para o trabalho, podendo o PREVVER indicar processo de reabilitação profissional quando julgar necessário.

§ 6.° - A incapacidade para o trabalho terá de ser comprovada através de exame médico realizado pela perícia do PREVVER.

§ 7.° - Para concessão do auxílio doença serão necessários os seguintes documentos:

requerimento em formulário próprio do PREVVER;

certidão de tempo de serviço ou documento que comprove a atividade e tempo de serviço;

relação e discriminação de salário de contribuição até o máximo de 36 meses;

documento de identidade e CPF;

atestado médico;

guia de recolhimento das contribuições.

Art. 21 – O auxílio doença por acidente do trabalho será pago ao segurado que sofrer acidente de trabalho e for considerado incapaz para o exercício de suas atividades.

§ 1.° - Também é considerado acidente de trabalho a doença que o segurado adquirir em conseqüência do trabalho.

§ 2.° - a concessão do auxílio doença por acidente do trabalho independe do número de contribuições pagas pelo segurado.

§ 3.° - o início do auxílio doença por acidente do trabalho será contado a partir do 16.° dia seguinte ao do acidente até a alta da perícia médica.

§ 4.° - sobre o auxílio doença incidirá um desconto de 8% (oito por cento) ao PREVVER.

§ 5.° - o auxílio doença por acidente do trabalho será mantido enquanto o segurado permanecer temporariamente incapaz para o trabalho. A incapacidade para o trabalho será comprovada através de exame médico procedido pela perícia médica do PREVVER, que poderá indicar processo de reabilitação profissional quando julgar necessário.

§ 6.° - para concessão do auxílio doença serão necessários os seguintes documentos:

requerimento em formulário próprio do PREVVER;

certidão de tempo de serviço ou documento que comprove a atividade e tempo de serviço;

documento de identidade e CPF;

atestado médico;

guia de recolhimento das contribuições;

comunicado de acidente de trabalho (CAT), preenchido e assinado pela empresa.

SEÇÃO II

DOS BENEFÍCIOS GARANTIDOS AOS DEPENDENTES

SUB-SEÇÃO I

DA PENSÃO POR MORTE

Art. 22 – a pensão será concedida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer e corresponderá a totalidade dos vencimentos ou proventos do segurado na data do falecimento, sendo majorado na mesma proporção sempre que houver reajuste na remuneração integral do servidor da ativa, acrescida de todas as vantagens.

Parágrafo Único – A importância total assim obtida será rateada em partes iguais entre todos os dependentes com direito a pensão.

Art. 23 – A pensão será devida a partir da data do falecimento do segurado.

Art. 24 – Os pensionistas inválidos ficam obrigados, tanto para concessão como para cessação de suas quotas de pensão, a submeter-se aos exames médicos determinados pelo PREVVER.

Parágrafo Único – Ficam dispensados dos exames referidos neste artigo os pensionistas inválidos que atingirem a idade de 50 (cinqüenta) anos.

Art. 25 – A parcela de pensão de cada dependente extingue-se com a perda da qualidade de dependente na forma do Art. 9.°.

Art. 26 – Toda vez que se extinguir uma parcela de pensão, proceder-se-á a novo rateio da pensão, na forma do Parágrafo Único, do Art. 25, em favor dos pensionistas remanescentes.

Parágrafo Único – Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.

SEÇÃO III

DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 27 – As prestações concedidas aos segurados ou seus dependentes, salvo quanto a importâncias devidas ao próprio PREVVER e aos descontos autorizados por Lei ou derivados da obrigação de prestar alimento reconhecida por via judicial, não poderão ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito qualquer venda ou cessão e a constituição de quaisquer ônus, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para a respectiva percepção.

Art. 28 – O pagamento dos benefícios em dinheiro será efetuado diretamente ao segurado ou ao dependente, salvo nos casos de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção do beneficiado, quando se fará a procurador, mediante autorização expressa do PREVVER que, todavia, poderá negá-la quando considerar essa representação inconveniente.

Art. 29 – Os benefícios assegurados às pessoas abrangidas, quando não reclamados, prescreverá, no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem devidos.

Art. 30 – Ao segurado em gozo de aposentadoria, concedida por qualquer outro regime, que voltar a exercer atividade abrangida por este regime próprio de previdência social, é vedado o recebimento conjunto dos seguintes benefícios:

I – mais de uma aposentadoria;

II – mais de um auxílio acidente do trabalho;

III – mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, ressalvado direito de opção pela mais vantajosa.

CAPÍTULO IV

DO CUSTEIO

SEÇÃO I

DA RECEITA

Art. 31 – a receita do PREVVER será constituída:

I – de uma contribuição mensal dos segurados obrigatórios, igual a 8% (oito por cento), calculada sobre os seus vencimentos

II – de uma contribuição mensal do Município inicial, de 8% (oito por cento), redefinida na avaliação atuarial, observadas as características próprias da massa, calculada sobre o valor da folha de pagamento;

III – de uma contribuição mensal dos órgãos municipais sujeitos a regime de orçamentos próprios, igual a fixada para o Município, calculada sobre o valor da folha de pagamento;

IV – de uma contribuição mensal dos segurados que usarem da faculdade prevista no Art. 6.°, em porcentagem igual ao dobro da estabelecida no inciso I, correspondendo a sua própria contribuição e a do Município;

V – pela renda resultante da aplicação das reservas;

VI – pelas doações, subvenções, transferências, legados e rendas eventuais.

Art. 32 – Consideram-se vencimentos, para os efeitos desta Lei, as importâncias pagas ou devidas a título remuneratório, proventos de aposentadoria e pensão.

§ 2.° - O salário família não está sujeito, em hipótese alguma, a qualquer desconto pelo PREVVER.

Art. 33 - Em caso de acumulação de cargos permitida em Lei, o vencimento, para os efeitos desta Lei, será as somas das remunerações percebidas.

SEÇÃO II

DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES

Art. 34 – A arrecadação das contribuições devidas ao PREVVER compreendendo o respectivo desconto e seu recolhimento, deverá ser realizada observando-se as seguintes normas:

I – aos setores encarregados de efetuar o pagamento dos servidores, dos órgãos municipais, caberá descontar, no ato do pagamento, as importâncias de que trata o Incido I, do Art. 31 ;

II – caberá do mesmo modo, aos setores mencionados, recolher ao PREVVER ou a estabelecimentos de crédito indicado, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, a importância arrecadada na forma do item anterior, juntamente com as contribuições previstas nos incisos II e III, do Art. 31 , conforme o caso.

§ 1.° - Concomitantemente ao recolhimento, será enviado ao PREVVER relação discriminada dos descontos efetuados.

§ 2.° - Para garantia do recolhimento prevista na forma do Inciso II deste artigo, no caso de inadimplência, fica o Diretor Executivo do PREVVER autorizado a efetuar débito na conta corrente da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, na conta FPM do Banco do Brasil S/ª, através de apresentação da G.I.R. – Guia de Informação e Recolhimento referente ao mês de competência em atraso.

§ 3.° - A aplicação do disposto no parágrafo anterior, implica ao Diretor Executivo do PREVVER na imediata comunicação, no prazo de 15 (quinze) dias, a Câmara Municipal, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 4.° - O não recolhimento de acordo com o Inciso II do art. 45, acarretará juros de 12% (doze por cento) ao ano e correção monetária, sobre as parcelas devidas.

Art. 35 – O segurado que se vale da faculdade prevista no Art. 6.° fica obrigado a recolher mensalmente, diretamente ao PREVVER as contribuições devidas

SUB-SEÇÃO I

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 36 – O PREVVER poderá a qualquer momento requerer, dos órgão do Município, quaisquer documentos para efetuar levantamento fiscal, afim de apurar irregularidades nas incidências dos encargos previdenciários previstos no plano de custeio.

Parágrafo Único – A fiscalização será feita por diligência e, exercida por qualquer dos servidores do PREVVER investido na função de fiscal, através de portaria do Diretor Executivo.

CAPÍTULO VI

DA GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

SEÇÃO I

DAS GENERALIDADES

Art. 37 – As importâncias arrecadadas pelo PREVVER são de sua propriedade, e em caso algum poderão Ter aplicação diversa da estabelecida nesta Lei, sendo nulos de pleno direito os atos que violarem este preceito, sujeitos os seus autores às sanções estabelecidas na legislação pertinente, além de outras que lhes possam ser aplicadas.

Art. 38 – O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

SEÇÃO II

DA APLICAÇÃO DAS RESERVAS

Art. 39 – A aplicação das reservas do PREVVER cuja programação anual constará de Parte Especial do orçamento, destina-se essencialmente a garantir uma renda média necessária a suplementar o custeio do plano de benefícios assegurados por Lei.

Art. 40 – A aplicação das reservas se fará tendo em vista:

I – a segurança quanto a recuperação ou conservação do valor real, em poder aquisitivo, do capital investido, bem como ao recebimento regular dos juros previstos para as aplicações de renda fixa;

II – a obtenção do máximo de rendimento compatível com a segurança e grau de liquidez, nas aplicações destinadas a compensar as operações de carater social;

III – o critério de utilidade social, satisfeita, no conjunto das aplicações, a rentabilidade mínima prevista para o equilíbrio financeiro.

Parágrafo Único – Para garantia dos disposto neste artigo, o PREVVER poderá movimentar suas reservas financeiras em quaisquer instituições financeiras, desde que comprovadamente ofereça maior rentabilidade do capital investido.

Art. 41 – Para alcançar os objetivos enumerados no artigo anterior, o PREVVER realizará as operações em conformidade com o planejamento financeiro aprovado pelo Conselho Curador.

CAPÍTULO VI

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SEÇÃO I

DO ORÇAMENTO

Art. 42 – O orçamento do PREVVER evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamental observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§ 1.° - O orçamento do PREVVER integrará o orçamento do Município em obediência ao princípio da unidade.

§ 2.° - o orçamento do PREVVER observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

SEÇÃO II

DA CONTABILIDADE

Art. 43 – A contabilidade do PREVVER tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema municipal de previdência, observados os padrões e normas estabelecidas na Lei Federal n.° 4.320/64.

Art. 44 – A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente o de informar, inclusive de apropriar e apurar os custos dos serviços, e, consequentemente de concretizar o seus objetivos, bem como, interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 45 – A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1.° - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2.° - Entende-se por relatórios de Curador os balancetes mensais de receitas e despesas do PREVVER e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente.

§ 3.° - As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do município.

CAPÍTULO VII

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SEÇÃO I

DA DESPESA

Art. 46 – Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo Único – Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos por decretos do executivo.

Art. 47 – As despesas do PREVVER se constituirão de:

I – pagamento de prestações de natureza previdênciária e de saúde;

II – Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao funcionamento do PREVVER;

III – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos, planejamento administração e controle;

IV – atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável, necessárias a execução das ações e serviços mencionados na presente Lei;

V – pagamento de vencimentos do pessoal que compõem o quadro de servidores do PREVVER;

VI – obras para instalações do PREVVER.

SEÇÃO II

DAS RECEITAS

Art. 48 – A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinas nesta Lei.

CAPÍTULO VIII

DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

SEÇÃO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 49 – A organização administrativa do PREVVER compreenderá os seguintes órgão:

I – Conselho Curador, com funções de deliberação superior;

II – Conselho Fiscal, com função de fiscalização orçamentária de verificação de contas e de julgamento de recursos;

III – Diretor Executivo, com função executiva de administração superior.

SUB-SEÇÃO I

DOS ÓRGÃOS

Art. 50 – Compõem o Conselho Curador do PREVVER os seguintes membros: 2 (dois) representantes do Executivo, 2 (dois) representantes do Legislativo e 4 (quatro) representantes dos Segurados.

§ 1.° - Os membros do Conselho, representantes do Executivo e do Legislativo, serão designados pelos Chefes dos Poderes respectivos, e os representantes dos segurados, serão escolhidos dentre os servidores municipais por eleição.

§ 2.° - Os membros do Conselho Curador terão mandatos de 2 (dois) anos, permitida recondução em 50% (cinqüenta por cento) de cada representação de seus membros.

Art. 51 – O Conselho Curador se reunirá sempre com a totalidade de seus membros, pelo menos, três vezes ao ano cabendo-lhe especificamente:

I – elaborar seu regimento interno;

II – eleger seu presidente;

III – aprovar o quadro de pessoal;

IV – decidir sobre qualquer questão administrativa e financeira que lhe seja submetida pelo Diretor Executivo ou pelo Conselho Fiscal;

V – julgar os recursos interpostos das decisões do Conselho Fiscal e dos atos do Diretor Executivo não sujeitos a revisão daquele;

VI – apreciar sugestões, mudanças e encaminhar medidas tendentes a introduzir modificações na presente Lei, bem como a resolver os casos omissos;

VII – Emitir certidões de valores de contribuição aos servidores desvinculados do PREVVER.

Parágrafo Único – As deliberações do Conselho Curador serão promulgadas por meio de Resoluções.

Art. 52 – A função de Secretário do Conselho Curador será exercida por um servidor do PREVVER de sua escolha.

Art. 53 – os membros do Conselho Curador nada perceberão pelo desempenho do mandato.

Art. 54 – O Conselho Fiscal, se reunirá ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que convocada por seu Presidente, cabendo-lhe especificamente:

I – elaborar seu regime interno;

II – eleger seu presidente;

III – acompanhar a execução orçamentária do PREVVER;

IV – julgar os recursos interpostos por segurados e dependentes dos despachos atinentes a processos de benefícios.

§ 1.° - O Conselho Fiscal será composto por 5 (cinco) membros, sendo, 3 (três) titulares e 2 (dois) suplentes, eleitos dentre os servidores municipais, para mandato de 2 (dois) anos.

§ 2.° - O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido entre seus membros, e exercerá o mandato por um ano vedada a reeleição.

Art. 55 – O Diretor Executivo, nos termos desta Lei, será nomeado em comissão, pelo Prefeito Municipal, a nível de Secretário Municipal, nos 2 (dois) primeiros anos de implantação do PREVVER.

Art. 56 – Compete especificamente ao Diretor Executivo:

I – representar o PREVVER em todos os atos e perante quaisquer autoridades;

II – comparecer às reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto;

III – cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Curador;

IV – propor, para aprovação do Conselho Curador, o quadro de pessoal do PREVVER;

V – nomear, admitir, contratar, prover, transferir, exonerar, demitir ou dispensar os servidores do PREVVER;

VI – apresentar balancetes mensais ao Conselho Fiscal;

VII – despachar os processos de habilitação a benefícios;

VIII – movimentar as contas bancárias do PREVVER conjuntamente com outro servidor do Fundo;

IX – fazer delegação de competência aos servidores do PREVVER;

X – praticar todos os demais atos de administração.

§ 1.° - O Diretor Executivo será assistido, em caráter permanente ou mediante serviços contratados, por Assessores incumbidos de colaborar e orientar na solução dos problemas técnicos, jurídicos e técnicos – atuariais do PREVVER.

§ 2.° - Para melhor desenvolvimento das funções do PREVVER poderá ser feito desdobramento de órgãos, por deliberação do Conselho Curador.

SEÇÃO II

DO PESSOAL

Art. 57 – A admissão de pessoal ao serviço do PREVVER se fará mediante concurso público de provas e títulos, segundo instruções expedidas pelo Diretor Executivo.

Art. 58 – O quadro do pessoal, com as tabelas de vencimentos e gratificações, será proposto pelo Diretor Executivo e aprovado pelo Conselho Curador.

Parágrafo Único – Os direitos, deveres e regime de trabalho dos servidores do PREVVER reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos servidores municipais.

Art. 59 – O Diretor Executivo, por necessidade administrativa, poderá requisitar servidores municipais, mediante requerimento ao Prefeito Municipal.

SEÇÃO III

DOS RECURSOS

Art. 60 – Os segurados do PREVVER e respectivos dependentes poderão recorrer ao Conselho Fiscal, dentro de 30 (trinta) dias contados da data que forem notificados, das decisões do Diretor Executivo denegatórias de prestações.

Art. 61 – Aos servidores do PREVVER é facultado recorrer ao Conselho Curador, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, das decisões do Diretor Executivo que considerarem lesivas a seus direitos.

Art. 62 – O Diretor Executivo, bem como segurados e dependentes, poderão recorrer ao Conselho Curador, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que delas tomarem conhecimento, das decisões do Conselho Fiscal com as quais não se conformarem.

Art. 63 – Os recursos deverão ser interpostos perante o órgão que tenha proferido a decisão, devendo ser, desde logo, acompanhados das razões e documentos que os fundamentem.

Art. 64 – Os recursos não terão efeito suspensivo, salvo se, em face do recurso apresentado, caso em que este deixará de ser encaminhado à instância superior.

CAPÍTULO IX

DOS DEVERS E OBRIGAÇÕES

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 65 – São deveres e obrigações dos segurados:

I – acatar as decisões dos órgãos de direção do PREVVER;

II – aceitar e desempenhar com zelo e dedicação os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados;

III – dar conhecimento à direção do PREVVER das irregularidades de que tiver ciência, e sugerir as providências que julgarem necessárias.

IV – comunicar ao PREVVER qualquer alteração necessária aos seus assentamentos, sobretudo aquelas que digam respeito aos dependentes e beneficiários.

Parágrafo Único – O segurado que se valer da faculdade prevista no Art. 6.°, fica obrigado a recolher suas contribuições e débitos para com o PREVVER mensalmente, diretamente na tesouraria do PREVVER.

Art. 66 – O segurado pensionista terá as seguintes obrigações:

I – acatar as decisões dos órgãos de direção do PREVVER;

II – apresentar, anualmente, em janeiro, atestado de vida e residência do grupo familiar beneficiado por esta Lei;

III – comunicar por escrito ao PREVVER as alterações ocorridas no grupo familiar para efeito de assentamento;

IV – prestar com fidelidade, os esclarecimentos que forme solicitados pelo PREVVER;

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 67 – os regulamentos gerais do PREVVER e suas alterações serão baixadas pelo Conselho Curador.

Art. 68 – O PREVVER, no prazo de 90 (noventa) dias, providenciará a realização da avaliação técnica atuarial, do plano de benefícios adotados por esta Lei.

Parágrafo Único – Até a obtenção dos resultados da avaliação atuarial prevista neste artigo, as contribuições estabelecidas nos incisos II e III do Art. 37, serão fixados em 8,0% (oito por cento), 9,0% (nove por cento) e 11,0% (onze por cento) respectivamente.

Art. 69 – Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pelo Conselho Curador, observado o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 70 – Para efeito do beneficio de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública e na atividade privada, rural ou urbana, hipótese em que os diferentes regimes de Previdência Social se compensarão financeiramente, nos termos do § 2.°, do Art. 202 da Constituição Federal.

Art. 71 – Todas as despesas decorrentes de pagamentos de salários de servidores do PREVVER, inclusive do Diretor Executivo, correrão por conta da dotações e recursos financeiros do próprio PREVER.

Art. 72 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE - MT.

Em 22 de Outubro do Ano 2001.

GEREMIAS BORTOLATO

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
LEI N.º 225/2003.

LEI N.º 225/2003.

Dispõe sobre a estruturação do PREVVER - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Nova Monte Verde e, dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, Sr. GEREMIAS BORTOLATO.

Faço saber que a Câmara Municipal de Nova Monte Verde/MT, aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO ÓRGÃO E SEUS FINS

Art. 1.º Fica estruturado por esta Lei, o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, o qual gozará de personalidade jurídica de direito público, natureza autárquica e autonomia administrativa e financeira.

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Nova Monte Verde, será denominado pela sigla "PREVVER", e se destina a assegurar aos servidores do Município de Nova Monte Verde e a seus dependentes, na conformidade da presente Lei, prestações de natureza previdenciária, em caso de contingências que interrompam, depreciem ou façam cessar seus meios de subsistência.

Art. 2.º Fica assegurado ao PREVVER no que se refere a seus bens e serviços, rendas e ação, todos os privilégios, regalias, isenções e imunidade de que gozam o Município de Nova Monte Verde.

CAPÍTULO II

DAS PESSOAS ABRANGIDAS

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 3.º São segurados obrigatórios do PREVVER os servidores ativos e inativos dos órgãos da Administração Direta e Indireta, do município de Nova Monte Verde.

Parágrafo Único: Ao servidor ocupante, exclusivamente em cargo de comissão, declarado em Lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo, contratado por tempo determinado para a atender necessidade temporária de excepcional interesse público, ou emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, conforme disposto no § 13 do art. 40 da Constituição Federal de 1.988.

Art. 4.º A filiação ao PREVVER será obrigatória, a partir da publicação desta lei, para os atuais servidores e para os demais, a partir de suas respectivas posses.

Art. 5.º Perderá a qualidade de segurado aquele que deixar de exercer a atividade que o submeta ao regime do PREVVER;

Parágrafo único. A perda da qualidade de segurado importa na caducidade dos direitos inerente a essa qualidade.

Art. 6.º Ao segurado que deixar de exercer, temporariamente atividade que o submeta ao regime do PREVVER é facultado manter a qualidade de segurado, desde que passe a efetuar, sem interrupção, o pagamento mensal das contribuições referente a sua parte e a do Município.

Parágrafo único. O servidor efetivo da União, dos estados, do Distrito Federal ou de outros municípios à disposição do município de Nova Monte Verde, permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

SEÇÃO II

DOS DEPENDENTES

Art. 7.º São considerados dependentes do segurado, para os efeitos desta lei:

§ 1º O cônjuge, a companheira, o companheiro, os filhos não emancipados de qualquer condição, desde que não tenham atingido a maioridade civil ou inválidos.

§ 2º Os pais; e

§ 3º O irmão não emancipado, de qualquer condição, desde que não tenha atingido a maioridade civil ou se inválido.

§ 4º Os filhos do segurado, quando inválidos, serão isentados do limite de idade.

§ 5º O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação do termo de tutela.

§ 6º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§ 7º Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

§ 8º A existência de dependentes indicados nos §1º e 5º deste artigo, exclui do direito ao benefício os indicados nos parágrafos subseqüentes.

Art. 8.º A dependência econômica das pessoas indicadas nos parágrafos 1º e 5º do artigo anterior é presumida, os demais deverão comprova-la.

Art. 9.º A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

I - para os cônjuges, pela separação judicial ou divórcio sem direito a percepção de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado;

II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao atingirem a maioridade civil, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau cientifico em curso de ensino superior; e

IV - para os dependentes em geral:

a) pela cessação da invalidez;

b) pelo falecimento.

SEÇÃO III

DA INSCRIÇÃO DAS PESSOAS ABRANGIDAS

Art. 10. Os segurados e seus dependentes estão obrigados à promover a sua inscrição no PREVVER e que se processará da seguinte forma:

I - para o segurado, a qualificação perante o PREVVER comprovada por documentos hábeis;

II - para os dependentes, a declaração por parte do segurado, sujeita a comprovação da qualificação de cada um por documentos hábeis.

Parágrafo único. A inscrição é essencial à obtenção de qualquer prestação, devendo o PREVVER fornecer ao segurado, documento que a comprove.

Art. 11. Ocorrendo o falecimento do segurado sem que tenha feito sua inscrição e a de seus dependentes, a estes será lícito promovê-la, para outorga das prestações a que fizerem jus.

CAPITULO III

DOS DIREITOS DAS PESSOAS ABRANGIDAS

SEÇÃO I

DOS BENEFÍCIOS GARANTIDOS AOS SEGURADOS

SUB-SEÇÃO I

DA APOSENTADORIA

Art. 12. Os servidores abrangidos pelo regime do PREVVER serão aposentados:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no Art. 13:

a) a invalidez será apurada mediante exames médicos realizados segundo instruções emanadas do PREVVER e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao do desligamento do segurado do serviço.

b) a doença ou lesão de que o segurado filiado na data da posse ao PREVVER já era portador não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 1º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 2º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadorias aos abrangidos pelo regime do PREVVER, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei federal complementar.

§ 3º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no Art. 12, III, “a”, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e médio.

§ 4º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime previsto no Art. 40 da Constituição Federal.

§ 5º Para o cálculo dos valores proporcionais de proventos a que se referem os incisos I e II deste artigo, o provento corresponderá a um trinta e cinco avos da totalidade da remuneração do servidor na data da concessão do benefício, por ano de contribuição, se homem, e um trinta avos, se mulher, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, no caso de invalidez permanente.

Art. 13. O segurado, quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose, anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida - AIDS,

contaminação por radiação (com base em conclusão da medicina especializada) ou quando vítima de acidente do trabalho ou moléstia profissional que o invalide para o serviço, terá direito à aposentadoria integral.

SUB-SEÇÃO II

AUXÍLIO DOENÇA

Art. 14. O auxílio doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o exercício da função em gozo de licença para tratamento de saúde, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, e corresponderá a totalidade dos vencimentos, acrescido do 13º proporcional correspondente a 1/12, pago na última parcela.

§ 1º Não será devido auxílio-doença ao segurado que filiar-se ao PREVVER na data de sua posse e que já seja portador de doença ou lesão invocada como causa para concessão do benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

§ 2º Será devido auxílio-doença ao segurado que sofrer acidente de qualquer natureza.

Art. 15. Durante os primeiros trinta dias consecutivos de afastamento da atividade por motivo de doença, incumbe ao município pagar ao segurado sua remuneração.

§ 1º Cabe ao município promover o exame médico e o abono das faltas correspondentes aos primeiros trinta dias de afastamento.

§ 2º Quando a incapacidade ultrapassar sessenta dias consecutivos, o segurado será submetido à perícia médica do PREVVER.

§ 3º Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro de sessenta dias contados da cessação do benefício anterior, o município fica desobrigado do pagamento relativo aos quinze primeiros dias de afastamento, prorrogando-se o benefício anterior e descontando-se os dias trabalhados, se for o caso.

§ 4º Se o segurado, por motivo de doença, afastar-se do trabalho durante trinta dias, retornando à atividade no trigésimo primeiro dia, e se dela voltar a se afastar dentro de sessenta dias desse retorno, fará jus ao auxílio-doença a partir da data do novo afastamento.

Art. 16. O segurado em gozo de auxílio-doença está obrigado, independentemente de sua idade e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo do PREVVER, e se for o caso a processo de readaptação profissional.

Art. 17. O segurado em gozo de auxílio-doença insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de readaptação profissional para exercício de outra atividade, não cessando o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por invalidez.

Art. 18. O auxílio-doença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho e pela transformação em aposentadoria por invalidez.

SUB-SEÇÃO III

DO SALÁRIO FAMÍLIA

Art. 19. O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado que tenha remuneração de contribuição ao PREVVER inferior ou igual ao valor estabelecido na 1ª faixa salarial da tabela de contribuição do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados, de qualquer condição, de até quatorze anos ou inválidos.

§ 1º Quando o pai e a mãe forem segurados, ambos terão direito ao salário-família.

§ 2º As cotas do salário-família, pagas pelo município, deverão ser deduzidas quando do recolhimento das contribuições sobre a folha de pagamento.

Art. 20. O pagamento do salário-família será devido a partir da data da apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado, estando condicionado à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de freqüência à escola do filho ou equiparado.

Parágrafo único. O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido, é o mesmo definido pelo RGPS.

Art. 21. A invalidez do filho ou equiparado maior de quatorze anos de idade deve ser verificada em exame médico-pericial a cargo do PREVVER.

Art. 22. Em caso de divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda do pátrio-poder, o salário-família passará a ser pago diretamente aquele a cujo cargo ficar o sustento do menor, ou a outra pessoa, se houver determinação judicial nesse sentido.

Art. 23. O direito ao salário-família cessa automaticamente:

I - por morte do filho ou equiparado, a contar do mês seguinte ao do óbito;

II - quando o filho ou equiparado completar quatorze anos de idade, salvo se inválido, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário;

III - pela recuperação da capacidade do filho ou equiparado inválido, a contar do mês seguinte ao da cessação da incapacidade; ou

IV - pela perda da qualidade de segurado.

Art. 24. O salário-família não se incorporará, ao subsídio, à remuneração ou ao benefício, para qualquer efeito.

SUB-SEÇÃO IV

DO SALÁRIO MATERNIDADE

Art. 25. Será devido salário-maternidade à segurada gestante, durante cento e vinte dias consecutivos, com início vinte e oito dias antes e término noventa e um dias depois do parto, podendo ser prorrogado na forma prevista no § 1º.

§ 1º Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante inspeção médica.

§ 2º Em caso de parto antecipado ou não, a segurada tem direito aos cento e vinte dias previstos neste artigo.

§ 3º Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

§ 4º O salário-maternidade consistirá de renda mensal igual a remuneração da segurada, acrescido do 13º proporcional correspondente a 4/12, pago na última parcela.

Art. 26. O início do afastamento do trabalho da segurada será determinado com base em atestado médico.

§ 1º O atestado deve indicar, além dos dados médicos necessários, os períodos a que se referem o Art. 25 e seus parágrafos, bem como a data do afastamento do trabalho.

§ 2º Nos meses de início e término do salário-maternidade da segurada, o salário-maternidade será proporcional aos dias de afastamento do trabalho.

§ 3º O salário-maternidade não pode ser acumulado com benefício por incapacidade.

§ 4º Quando o parto ocorrer sem acompanhamento médico, o atestado será fornecido pela junta médica do PREVVER.

SEÇÃO II

DOS BENEFÍCIOS GARANTIDOS AOS DEPENDENTES

SUB-SEÇÃO I

DA PENSÃO POR MORTE

Art. 27. A pensão por morte será calculada na seguinte forma:

I - Correspondendo a integralidade do valor dos proventos, no caso de servidor falecido na inatividade;

II - Igual ao que teria direito o servidor, se estivesse aposentado por invalidez, na data do seu falecimento, observado o disposto no inciso I do art. 12 da presente Lei.

§ 1º A importância total assim obtida será rateada em partes iguais entre todos os dependentes com direito a pensão.

§ 2º Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§ 3º A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

§ 4º Não fará jus a pensão o dependente condenado por prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

Art. 28. A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:

I - do dia do óbito;

II - da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou

III - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

Art. 29. Os pensionistas inválidos ficam obrigados, tanto para concessão como para cessação de suas quotas de pensão, a submeter-se aos exames médicos determinados pelo PREVVER.

Parágrafo único. Ficam dispensados dos exames referidos neste artigo os pensionistas inválidos que atingirem a idade de 50 (cinqüenta) anos.

Art. 30. A parcela de pensão de cada dependente extingue-se com a perda da qualidade de dependente na forma do Art. 9.º.

Art. 31. Toda vez que se extinguir uma parcela de pensão, proceder-se-á a novo rateio da pensão, na forma do § 1º, do Art. 27, em favor dos pensionistas remanescentes.

Parágrafo único. Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.

SUB-SEÇÃO II

DO AUXÍLIO RECLUSÃO

Art. 32. O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal igual a totalidade dos vencimentos percebidos pelo segurado, concedida ao conjunto de seus dependentes, desde que tenha remuneração de contribuição junto ao PREVVER, igual ou inferior ao valor estabelecido na primeira faixa salarial da tabela de contribuição do Regime Geral de Previdência Social, acrescido do 13º proporcional correspondente a 1/12, pago na última parcela, que esteja recolhido à prisão, e que por este motivo, não perceba remuneração dos cofres públicos.

§ 1º O auxílio-reclusão será rateado em cotas-partes iguais entre os dependentes do segurado.

§ 2º O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber remuneração dos cofres públicos.

§ 3º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

§ 4º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifique o não pagamento da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e,

II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 5º Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao PREVVER pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§ 6º Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§ 7º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

SEÇÃO III

DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 33. O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão ou auxílio-doença pagos pelo RPPS.

Parágrafo Único: O abono de que trata o caput será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo RPPS, em que cada mês corresponderá a um doze avo, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

Art. 34. Observados o disposto no Art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

Art. 35. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria .

Art. 36. É vedada qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 37. Aplica-se o limite fixado no Art. 37, XI da Constituição Federal, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma da Constituição Federal, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

Art. 38. Além do disposto nesta Lei, o PREVVER observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

Art. 39. Para efeito do benefício de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural ou urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, nos termos do § 9º, do Art. 201 da Constituição Federal, segundo critérios estabelecidos na lei 9.796/99.

Parágrafo único. Os servidores municipais contemplados pelo Art. 3º desta lei, receberão do órgão instituidor (PREVVER), todo o provento integral da aposentadoria, independente do órgão de origem (INSS) ter feito ou não o repasse do recurso de cada servidor, como compensação financeira.

Art. 40. As prestações, concedidas aos segurados ou a seus dependentes, salvo quanto a importâncias devidas ao próprio PREVVER e aos descontos autorizados por Lei ou derivados da obrigação de prestar alimento reconhecida por via judicial, não poderão ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito qualquer venda ou cessão e a constituição de quaisquer ônus, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para a respectiva percepção.

Art. 41. O pagamento dos benefícios em dinheiro será efetuado diretamente ao segurado ou ao dependente, salvo nos casos de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção do beneficiado, quando se fará a procurador, mediante autorização expressa do PREVVER que, todavia, poderá negá-la quando considerar essa representação inconveniente.

Art. 42. Os benefícios assegurados às pessoas abrangidas, quando não reclamados, prescreverão, no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem devidos, e os valores a eles correspondentes, serão vertidos em favor do Instituto.

CAPÍTULO IV

DO CUSTEIO

SEÇÃO I

DA RECEITA

Art. 43. A receita do PREVVER será constituída, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, na seguinte forma:

I - de uma contribuição mensal do segurado ativo, definida na avaliação atuarial igual a 8,0 % (oito inteiros por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição;

II - de uma contribuição mensal dos segurados inativos e dos pensionistas definida na avaliação atuarial igual a 8,0 % (oito inteiros por cento) calculada sobre seus proventos.

III - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na avaliação atuarial igual a 11,74 % (onze inteiros e setenta quatro décimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos;

IV - de uma contribuição mensal dos órgãos municipais sujeitos a regime de orçamento próprio, igual à fixada para o Município, calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados obrigatórios;

V - de uma contribuição mensal dos segurados que usarem da faculdade prevista no Art. 6º, correspondente a sua própria contribuição, acrescida da contribuição correspondente à do Município;

VI - pela renda resultante da aplicação das reservas;

VII - pelas doações, legados e rendas eventuais;

VIII - por aluguéis de imóveis, estabelecidos em Lei;

IX - dos valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do Art. 201 da Constituição Federal.

Art. 44. Considera-se remuneração de contribuição, para os efeitos desta Lei, a retribuição pecuniária devida ao segurado a título remuneratório pelo exercício do cargo com valor fixado em Lei, acrescido das vantagens permanentes, décimo terceiro vencimento, proventos de aposentadoria e pensão;

§ 1º Exclui-se de descontos referidos neste artigo, gratificação de férias, vantagens pecuniárias decorrente de licença prêmio, horas extras e vantagens temporárias.

§ 2.º O Salário-Família não está sujeito, em hipótese alguma, a qualquer desconto pelo PREVVER.

Art. 45. Em caso de acumulação de cargos permitida em Lei, a remuneração de contribuição para os efeitos desta Lei, será a soma das remunerações percebidas.

Parágrafo Único: Ao servidor titular de cargo efetivo, ocupante de cargo em comissão, ou detentor de mandato eletivo, a contribuição mensal será calculada, somente sobre a remuneração do cargo efetivo.

SEÇÃO II

DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES

Art. 46. A arrecadação das contribuições devidas ao PREVVER compreendendo o respectivo desconto e seu recolhimento, deverá ser realizada observando-se as seguintes normas:

I - aos setores encarregados de efetuar o pagamento dos servidores ativos e inativos dos órgãos municipais, caberá descontar, no ato do pagamento, as importâncias de que trata o Inciso I, do Art. 42;

II - caberá do mesmo modo, aos setores mencionados, recolher ao PREVVER ou a estabelecimentos de crédito indicado, até o dia 20 (vinte) do mês subseqüente, a importância arrecadada na forma do item anterior, juntamente com as contribuições previstas nos Incisos II e III, do Art. 42, conforme o caso.

Parágrafo único. O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao PREVVER relação nominal dos segurados, com os respectivos subsídios, remunerações e valores de contribuição.

Art. 47. O segurado que se valer da faculdade prevista no Art. 6.º fica obrigado a recolher mensalmente, diretamente ao PREVVER as contribuições devidas.

SUB-SEÇÃO I

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 48. O PREVVER poderá a qualquer momento, requerer dos Órgãos do Município, quaisquer documentos para efetuar levantamento fiscal, a fim de apurar irregularidades nas incidências dos encargos previdenciários previstos no plano de custeio.

Parágrafo único. A fiscalização será feita por diligência e, exercida por qualquer dos servidores do PREVVER, investido na função de fiscal, através de portaria do Diretor Executivo.

CAPÍTULO V

DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

SEÇÃO I

DAS GENERALIDADES

Art. 49. As importâncias arrecadadas pelo PREVVER são de sua propriedade, e em caso algum poderão ter aplicação diversa da estabelecida nesta Lei, sendo nulos de pleno direito os atos que violarem este preceito, sujeitos os seus autores às sanções estabelecidas na legislação pertinente, além de outras que lhes possam ser aplicadas.

Art. 50. Na realização de avaliação atuarial inicial e na reavaliação em cada balanço por entidades independentes legalmente habilitadas, devem ser observadas as normas gerais de atuária e os parâmetros discriminados no Anexo I da Portaria MPAS n.º 4992 com as alterações contidas na Portaria MPAS n.º 3385 de 14/09/2001.

SEÇÃO II

DAS DISPONIBILIDADES E APLICAÇÃO DAS RESERVAS

Art. 51. As disponibilidades de caixa do PREVVER, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades do Município e aplicadas nas condições de mercado, com observância das normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 52. A aplicação das reservas se fará tendo em vista:

I - segurança quanto a recuperação ou conservação do valor real, em poder aquisitivo, do capital investido, bem como ao recebimento regular dos juros previstos para as aplicações de renda fixa e variável;

II - a obtenção do máximo de rendimento compatível com a segurança e grau de liquidez;

Parágrafo único. É vedada a aplicação das disponibilidades de que trata o "caput" em:

I - títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação;

II - empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao poder público, inclusive a suas empresas controladas.

Art. 53. Para alcançar os objetivos enumerados no artigo anterior, o PREVVER realizará as operações em conformidade com o planejamento financeiro aprovado pelo Conselho Curador.

CAPÍTULO VI

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SEÇÃO I

DO ORÇAMENTO

Art. 54. O orçamento do PREVVER evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamental observados o plano plurianual e a Lei de diretrizes orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§ 1.º O orçamento do PREVVER integrará o orçamento do município em obediência ao princípio da unidade.

§ 2.º O Orçamento do PREVVER observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

SEÇÃO II

DA CONTABILIDADE

Art. 55. A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subseqüente o de informar, inclusive de apropriar e apurar os custos dos serviços, e, conseqüentemente, de concretizar os seus objetivos, bem como, interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 56. A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1.º A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2.º Entende-se por relatórios de gestão, o balancete mensal de receitas e despesas do PREVVER e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente.

§ 3.º As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do município.

Art. 57. O PREVVER observará ainda o registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e do ente estatal, conforme diretrizes gerais.

Art. 58. Aplicam-se as seguintes normas e no que couber o disposto na Portaria MPAS n.º 4858, de 26 de novembro de 1998, que dispõe sobre contabilidade de entidades fechadas de previdência privada.

I - a escrituração deverá incluir todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade do regime próprio de previdência social e modifiquem ou possam vir a modificar seu patrimônio;

II - a escrituração deve obedecer às normas e princípios contábeis previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores;

III - a escrituração será feita de forma autônoma em relação às contas do ente público;

IV - o exercício contábil tem a duração de um ano civil;

V - o ente estatal ou a unidade gestora do regime próprio de previdência social deve elaborar, com base em sua escrituração contábil e na forma fixada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, demonstrações financeiras que expressem com clareza a situação do patrimônio do respectivo regime e as variações ocorridas no exercício, a saber:

a) balanço patrimonial;

b) demonstração do resultado do exercício;

c) demonstração financeira das origens das aplicações dos recursos;

d) demonstração analítica dos investimentos.

VI - para atender aos procedimentos contábeis normalmente adotados em auditoria, o ente estatal ou a unidade gestora do regime próprio de previdência social deverá adotar registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de reavaliações dos investimentos, da evolução das reservas e da demonstração do resultado do exercício;

VII - as demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas e outros quadros demonstrativos necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício;

VIII - os investimentos em imobilizações para uso ou renda devem ser corrigidos e depreciados pelos critérios adotados pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO VII

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 59. O PREVVER, publicará, até trinta dias após o encerramento de cada mês, demonstrativo da execução orçamentária mensal e acumulada até o mês anterior ao do demonstrativo, explicitando, conforme diretrizes gerais, de forma desagregada:

I - o valor de contribuição do ente estatal;

II - o valor de contribuição dos servidores públicos ativos;

III - o valor de contribuição dos servidores públicos inativos e respectivos pensionistas;

IV - o valor da despesa total com pessoal ativo;

V - o valor da despesa com pessoal inativo e com pensionistas;

VI - o valor da receita corrente líquida do ente estatal, calculada nos termos do § 1º, do Art. 2º, da Lei 9.717 de 27 de novembro de 1998;

VII - os valores de quaisquer outros itens considerados para efeito do cálculo da despesa líquida de que trata o § 2º, do Art. 2º da Lei 9.717 de 27 de novembro de 1998.

Parágrafo único. O PREVVER, encaminhará a Secretaria de Previdência Social - MPAS até 30 trinta dias após o encerramento de cada semestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesas previdenciárias desse período e acumuladas do exercício em curso, informando, conforme anexo II da Portaria MPAS n.º 4992 com as alterações contidas na Portaria MPAS n.º 3385 de 14/09/2001.

SEÇÃO I

DA DESPESA

Art. 60. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo único. Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos por decretos do executivo.

Art. 61. A despesa do PREVVER se constituirá de:

I - pagamento de prestações de natureza previdenciária;

II - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao funcionamento do PREVVER;

III - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle;

IV - atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável, necessárias a execução das ações e serviços mencionados na presente Lei;

V - pagamento de vencimentos do pessoal que compõem o quadro de servidores do PREVVER.

SEÇÃO II

DAS RECEITAS

Art. 62. A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

CAPÍTULO VIII

DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

SEÇÃO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 63. A organização administrativa do PREVVER compreenderá os seguintes órgãos:

I - Conselho Curador, com funções de deliberação superior;

II - Conselho Fiscal, com função de fiscalização orçamentária de verificação de contas e de julgamento de recursos;

III - Diretor-Executivo, com função executiva de administração superior.

SUB-SEÇÃO ÚNICA

DOS ÓRGÃOS

Art. 64. Compõem o Conselho Curador do PREVVER os seguintes membros: 02 (dois) representantes do Executivo, 02 (dois) representantes do Legislativo e 06 (seis) representantes dos Segurados, sendo dois suplentes.

§ 1.º Os membros do Conselho Curador, representantes do Executivo e do Legislativo, serão designados pelos Chefes dos Poderes respectivos, e os representantes dos segurados, serão escolhidos dentre os servidores municipais, por eleição, garantida participação de servidores inativos.

§ 2.º Os membros do Conselho Curador terão mandatos de 02 (dois) anos, permitida a recondução em 50% (cinqüenta por cento) de cada representação de seus membros.

Art. 65. O Conselho Curador se reunirá sempre com a totalidade de seus membros, pelo menos, três vezes ao ano, cabendo-lhe especificamente:

I - elaborar seu regimento interno;

II - eleger o seu presidente;

III - aprovar o quadro de pessoal, ad referendum pela Câmara Municipal;

IV - decidir sobre qualquer questão administrativa e financeira que lhe seja submetida pelo Diretor Executivo ou pelo Conselho Fiscal;

V - julgar os recursos interpostos das decisões do Conselho Fiscal e dos atos do Diretor Executivo não sujeitos a revisão daquele;

VI - apreciar sugestões e encaminhar medidas tendentes a introduzir modificações na presente Lei, bem como resolver os casos omissos.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho Curador serão promulgadas por meio de Resoluções.

Art. 66. A função de Secretário do Conselho Curador será exercida por um servidor do PREVVER de sua escolha.

Art. 67. Os membros do Conselho Curador, nada perceberão pelo desempenho do mandato.

Art. 68. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, cabendo-lhe especificamente:

I - elaborar seu regime interno;

II - eleger seu presidente;

III - acompanhar a execução orçamentária do PREVVER;

IV - julgar os recursos interpostos por segurados e dependentes dos despachos atinentes a processos de benefícios.

§ 1.º O Conselho Fiscal será composto por 05 (cinco) membros, sendo, 03 (três) titulares e 02 (dois) suplentes, eleitos dentre os servidores municipais, para mandato de 02 (dois) anos.

§ 2.º O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido entre seus membros, e exercerá o mandato por um ano vedada a reeleição.

§ 3.º Os membros do Conselho Fiscal nada perceberão pelo desempenho do mandato.

Art. 69. O cargo de Diretor Executivo símbolo CC-1, nos termos desta Lei, será provido em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, com o mesmo “status” de Secretário Municipal.

§ 1º O Diretor Executivo do PREVVER, bem como os membros dos Conselhos Curador e Fiscal, respondem diretamente por infração ao disposto nesta Lei e na Lei n.º 9.717 de 27 de novembro de 1998, sujeitando-se no que couber, ao regime repressivo da Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977, e alterações subseqüentes, além do disposto na Lei Federal Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, em que se assegure ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 70. Compete especificamente ao Diretor Executivo:

I - representar o PREVVER em todos os atos e perante quaisquer autoridades;

II - comparecer às reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto;

III - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Curador;

IV - propor, para aprovação do Conselho Curador, o quadro de pessoal do PREVVER;

V - nomear, admitir, contratar, prover, transferir, exonerar, demitir ou dispensar os servidores do PREVVER;

VI - apresentar relatório de receitas e despesas (relatório de gestão) mensais ao Conselho Fiscal;

VII - despachar os processos de habilitação a benefícios;

VIII - movimentar as contas bancárias do PREVVER conjuntamente com outro servidor do Instituto;

IX - fazer delegação de competência aos servidores do PREVVER;

X - ordenar despesas e praticar todos os demais atos de administração.

§ 1.º O Diretor Executivo será assistido, em caráter permanente ou mediante serviços contratados, por Assessores incumbidos de colaborar e orientar na solução dos problemas técnicos, jurídicos e técnicos-atuariais do PREVVER.

§ 2.º Para melhor desenvolvimento das funções do PREVVER, poderão serem feitos desdobramentos dos órgãos de direção e executivo, por deliberações do Conselho Curador.

SEÇÃO II

DO PESSOAL

Art. 71. A admissão de pessoal à serviço do PREVVER se fará mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, segundo instruções expedidas pelo Diretor Executivo

Art. 72. O quadro de pessoal com as tabelas de vencimentos e gratificações, será proposto pelo Diretor Executivo e aprovado pelo Conselho Curador, ad referendum, pela Câmara Municipal.

Parágrafo único. Os direitos, deveres e regime de trabalho dos servidores do PREVVER reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos servidores municipais.

Art. 73. O Diretor Executivo poderá requisitar servidores municipais, por necessidade administrativa, mediante requerimento ao Prefeito Municipal.

SEÇÃO III

DOS RECURSOS

Art. 74. Os segurados do PREVVER e respectivos dependentes, poderão recorrer ao Conselho Fiscal, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que forem notificados, das decisões do Diretor-Executivo, denegatórias de prestações.

Art. 75. Aos servidores do PREVVER é facultado recorrer ao Conselho Curador, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, das decisões do Diretor Executivo que considerarem lesivas a seus direitos.

Art. 76. O Diretor Executivo, bem como, segurados e dependentes, poderão recorrer ao Conselho Curador, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que delas tomarem conhecimento, das decisões do Conselho Fiscal com as quais não se conformarem.

Art. 77. Os recursos deverão ser interpostos perante o órgão que tenha proferido a decisão, devendo ser, desde logo, acompanhados das razões e documentos que os fundamentem.

Art. 78. Os recursos não terão efeito suspensivo, salvo se, em face dos interesses, assim o determinar o próprio órgão recorrido.

Parágrafo único. O órgão recorrido poderá reformar sua decisão, em face do recurso apresentado, caso em que este deixará de ser encaminhado à instância superior.

CAPÍTULO IX

DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 79. São deveres e obrigações dos segurados:

I - acatar as decisões dos órgãos de direção do PREVVER;

II - aceitar e desempenhar com zelo e dedicação os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados;

III - dar conhecimento à direção do PREVVER das irregularidades de que tiverem ciência, e sugerir as providências que julgarem necessárias;

IV - comunicar ao PREVVER qualquer alteração necessária aos seus assentamentos, sobretudo aquelas que digam respeito aos dependentes e beneficiários.

Parágrafo único. O segurado que se valer da faculdade prevista no Art. 6. º, fica obrigado a recolher suas contribuições e débitos para com o PREVVER mensalmente, diretamente na Tesouraria do PREVVER, ou na rede bancária autorizada com guia emitida por esta Autarquia.

Art. 80. O segurado pensionista terá as seguintes obrigações:

I - acatar as decisões dos órgãos de direção do PREVVER;

II - apresentar, anualmente, em janeiro, atestado de vida e residência do grupo familiar beneficiado por esta lei;

III - comunicar por escrito ao PREVVER as alterações ocorridas no grupo familiar para efeito de assentamento;

IV - prestar com fidelidade, os esclarecimentos que forem solicitados pelo PREVVER.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 81. É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação da Emenda Constitucional n.º 20, que trata da Reforma previdenciária, aos servidores públicos que, até essa data, tenham cumprido os requisitos para obtê-las.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade fará jus a isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no Art. 12, III, “a”, desta lei.

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões dos servidores e seus dependentes que, na data da publicação da Emenda Constitucional n.º 20, tenham cumprido os requisitos para obtê-los, serão calculados de acordo com a legislação vigente naquela data.

§ 3º Observado o disposto no Art. 40, § 15, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria e as pensões a serem concedidos aos servidores e seus dependentes que adquirirem o direito ao benefício após a publicação da Emenda Constitucional n.º 20 serão calculados de acordo com o disposto no § 1º do Art. 12 e Art. 27, desta lei.

§ 4º São mantidos todos os direitos e garantias assegurados nas disposições constitucionais vigentes à data de publicação da Emenda Constitucional n.º 20, aos servidores inativos e pensionistas, assim como aqueles que já cumpriram, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos, observado o disposto no Art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 82. Observado o disposto no art. 35, desta lei, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei federal discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

Art. 83. Observado o disposto no artigo anterior, e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas por esta lei estabelecidas, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos integrais calculados de acordo com o § 1º do Art. 12 desta lei, aquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até 15 de dezembro de 1998, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinqüenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e,

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, no dia 16 de dezembro de 1998, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto em seus incisos I e II, e observado o disposto no § 1º do Art.12 desta lei, pode aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições:

I - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher;

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, no dia 16 de dezembro de 1998, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

II - os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a setenta por cento do valor máximo que o servidor poderia obter de acordo com “caput”, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º O professor que, até a data de publicação da Emenda Constitucional n.º 20, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no “caput”, terá o tempo

de serviço exercido até a publicação da Emenda Constitucional n.º 20, contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

Art. 84. Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da avaliação atuarial inicial, realizado em dezembro/2002, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 85. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos nas regras do benefício Auxílio Doença, a partir de 01 de janeiro de 2002.

Art. 86. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 192/2001, de 22 de outubro de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Monte Verde, 21 de Março de 2003.

GEREMIAS BORTOLATO

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
PORTARIA N.º180/2015

PORTARIA N.º180/2015

De 19 de Junho de 2015

SÚMULA: FICA CONCEDIDO AO SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO, SR SANDRO FREIESLEBEN, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e ainda considerando o art. 150 e seguintes da Lei Municipal nº 289/2005, bem como o requerimento do servidor público datado de 15 de Junho de 2015,

RESOLVE

ARTIGO 1º - Conceder ao servidor público efetivo, SANDRO FREIESLEBEN, cargo de Operador de Motoniveladora, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, licença para tratar de assuntos particulares pelo período de 02 (dois) anos sem remuneração.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 19 de Junho de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
DECRETO Nº 086/2015

DECRETO Nº 086/2015

Data: 16 de Junho de 2015

SÚMULA: CONVOCA A V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde – MT, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de discutir, avaliar e elaborar políticas públicas que garantam os direitos da criança e do adolescente.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia 18 de Junho de 2015, tendo como tema central: “Política e Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes”.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Fica nomeada a Comissão Organizadora da V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente composta pelos seguintes membros:

Representante do Governo Municipal:

Juliana Vazarin Citadin

Representante Civil

Célio Pereira dos Santos

Representante do Protagonismo Juvenil

Gabriele Ulchak

Palestrante:

Arsênio Ricardo Boesing

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, em 16 de Junho de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

Valdinei de Oliveira Prado

Presidente do CMDCA

Mais Informações

Tipo de publicação:

Atos Normativos

Status:

Publicada

Cronograma de publicação

18 de Junho de 2015

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
DECRETO Nº 087/2015

DECRETO Nº 087/2015

Data: 18 de Junho de 2015

SÚMULA: FICA NOMEADA A SRA WILBA NUNES DA SILVA GIROTO, PARA O CARGO DE FACILITADOR DE OFICINAS CULTURAIS E ARTÍSTICAS, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

ARTIGO 1º - Fica nomeada a Sra WILBA NUNES DA SILVA GIROTO, para o cargo de Facilitador de Oficinas Culturais e Artísticas, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania do Município de Nova Monte Verde - MT.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, 18 de Junho de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
DECRETO Nº 085/2015

DECRETO Nº 085/2015

Data: 16 de Junho de 2015

SÚMULA: FICA NOMEADO O SR EDERSON ASSIS DE LIMA, PARA O CARGO DE FACILITADOR DE OFICINAS ESPORTIVAS ER LUTAS MARCIAIS, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

ARTIGO 1º - Fica nomeado o Sr EDERSON ASSIS DE LIMA, para o cargo de Facilitador de Oficinas Esportivas e Lutas Marciais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania do Município de Nova Monte Verde - MT.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, 16 de Junho de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
PORTARIA N.º177/2015

PORTARIA N.º177/2015

De 18 de Junho de 2015

SÚMULA: NOMEIA para exercer cargo em caráter efetivo a sra DORACI APARECIDA KOTHCOSKI DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições conferidas pelo art. 90, inciso VIII Lei Orgânica Municipal e ainda com fundamento no art. 24 da Lei nº 289/2005 e art. 233, inciso II da Lei Orgânica;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear para exercer em caráter efetivo o cargo de AUXILIAR DE SALA, a sra DORACI APARECIDA KOTHCOSKI DOS SANTOS, brasileira, portadora do RG nº 1438406-0 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 016.671.211-62, habilitada para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde – MT, mediante resultado do Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado em 02 de Abril de 2015, publicado em 06 de Abril de 2015, no Jornal Oficial da Associação Matogrossense dos Municípios (AMM) e no mural desta municipalidade como costume.

ARTIGO 2º - A servidora exercerá o cargo à disposição da Secretaria de Educação da Prefeitura de Nova Monte Verde/MT.

ARTIGO 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 18 de Junho de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2015

CONTRATO N°: **044/2015**

BENEFICIARIO:***PETROLINIO RODRIGUES DE SOUZA***

OBJETO:prestação de serviços, na função de Coordenador da horta Comunitária.

VALOR R$: **7.350,00**

VIGÊNCIA: 11/05/2015 A 30/11/2015.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 005/2015 - SPR

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através do Presidente Oficial, nomeado pela Portaria nº. 974/2015, torna público a realização da licitação na modalidade **Tomada de Preço** no dia **07/07/2015 às 09h00min** (**Horário de Brasília**) na sala de licitações. Esta Tomada de Preço será regida pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de Serviços Técnicos de Consultoria e Assessoria no Levantamento de informações Econômico-Financeira, relativas à apuração do Índice de participação do Município na arrecadação do ICMS**,** conforme anexos deste Edital.

Retirada do edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados, **através da solicitação pelo e-mail** licitacoes@novanazare.mt.gov.br e na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré – MT podendo ser retirado pessoalmente nos dias úteis das 07h00min às 11h00min as 13h00min as 17h00min gratuitamente. Demais informações pelo fone (66) 3467-1019.

Nova Nazaré, 19 de junho de 2015.

Nubia Matildes de Carvalho

Presidente de Licitação

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº023/2015

PORTARIA Nº. 023/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADEMAR MATIAS DOS REIS, Presidente da Câmara Municipal do Município de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela LEI Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao período de 45 (Quarenta e cinco) dias, computados a partir do dia 22 de junho de 2015 a 05 de Agosto 2015 ao servidor efetivo **Maria Auxiliadora ferreira coelho**, portador do CPF nº 007.362.551-50 e RG nº 1315028-6 SSP/MT no cargo de Tesoureira, desta casa de leis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Sala da Presidência as 19 de junho de 2015.

Ademar Matias dos Reis

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2015

CONTRATO N°: **048/2015**

BENEFICIARIO:**A.J.ALVES SOARES EIRELI-ME.**

OBJETO: **Aq**uisição de peças e acessórios originais novos de reposição, destinadas (os) a manutenção preventiva e corretiva da frota do município.

VALOR R$: **24.000,00**

VIGÊNCIA: 25/05/2015 A 31/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2015

CONTRATO N°: **047/2015**

BENEFICIARIO:**MIRIAN DA LUZ SANTOS.**

OBJETO:prestação de serviços, como Instrutora da Ação Digital junto a Secretaria Municipal de Ação Social.

VALOR R$: **6.304,00.**

VIGÊNCIA: 19/05/2015 A 18/12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2015

CONTRATO N°: **045/2015**

BENEFICIARIO:**FILGUEIRA E SANTANA LTDA - ME.**

OBJETO: Aquisição de medicamentos, matérias odontológicas e matérias de consumo para a Farmácia Básica do PSF-Programa de Saúde da família, atendendo a solicitação do Fundo Municipal de Saúde do Município de Nova Nazaré.

VALOR R$: **4.666,01**

VIGÊNCIA: 14/05/2015 A 31/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2015

CONTRATO N°: **043/2015**

BENEFICIÁRIO: **FERMINA DE SOUSA RODRIGUES.**

OBJETO: Prestação de serviços, na função de instrutora do grupo PAI.

VALOR R$: **6.304,00**

VIGÊNCIA: 11/05/2015 A 18/12/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº. 062 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 062 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Projeto de Lei Complementar Legislativo nº 002/2015

"Dispõe sobre alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV dos Servidores Públicos Municipais da Câmara Municipal de Nova Nazaré – MT e dá outras providencias."

Railda de Fátima Alves, Prefeita Municipal de Nova Nazaré – MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas por lei, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei em especial revoga na sua totalidade a Lei Complementar nº 59, de 17 de Março de 2015, tornando nula e sem efeito.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Nazaré - MT, 17 de junho de 2015.

Raílda de Fatima Alves

Prefeita Municipal Nova Nazaré-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2015

CONTRATO N°: **042/2015**

BENEFICIARIO: **E.G COMERCIO E PRESTADORA LTDA - ME.**

OBJETO:Aquisição de peças e acessórios originais novos de reposição, destinadas (os) a manutenção preventiva e corretiva da frota do município.

VALOR R$: **515.670,87.**

VIGÊNCIA: 11/05/2015 A 31/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2015

CONTRATO N°: **041/2015**

BENEFICIÁRIO:**L.H AMARAL COMERCIO – EPP.**

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços mecânicos, hidráulicos, funilaria, pintura, recuperação e retifica de bomba e bicos injetores e serviços de recuperação de componente do sistema elétrico nos veículos públicos da Prefeitura de Nova Nazaré.

VALOR R$: **132.000,00**

VIGÊNCIA: **11/05/2015 A 31/12/2015.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2015

CONTRATO N°: **040/2015**

BENEFICIÁRIO:**ILUISA S. G. A. BARBOSA - EPP.**

OBJETO: Aquisição de combustíveis diariamente, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: **540.000,00**

VIGÊNCIA: **04/05/2015 A 31/12/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2015

CONTRATO N°: **039/2015**

BENEFICIÁRIO:CLEBER J S E DIAS - ME.

OBJETO: *contratação de empresa especializada na realização de Exames Laboratoriais*.

VALOR R$: **8.200,87**

VIGÊNCIA: **04/05/2015 A 31/12/2015.**

PORTARIA DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA NAZARÉ/MT.

PORTARIA Nº. 001/2015

A Secretária Municipal de Saúde de Nova Nazaré/MT, no uso de suas atribuições legais e considerando as deliberações do Conselho Municipal de Saúde de.

Nova Nazaré/MT, reunião extraordinária nº 004 do dia 15/06/2015;

Resolve:

Art. 1º - instituir a estrutura e composição da COMISSÃO ORGANIZADORA da Conferência Municipal de Saúde de Nova Nazaré, conforme especificação na estrutura abaixo:

1- COMITE EXECUTIVO

Coordenadoria Geral: **Valdivina de Sousa Lima Ribeiro**

Secretaria Geral: **Rosimeire Rodrigues da Silva**

Relatoria: **Aurelino Silva da Conceição**

Relatoria adjunta: **Claudio Justino de Faria**

Comissão Planejamento e Temática: **Maria Madalena da Costa, Marcos Giovane Santana, Luciano Fernandes da Silva, Jonathas de Oliveira da Silva.**

Comissão Administrativo-Orçamentária e Financeira: **Marcio José Campos de Azevedo e Valdivina de Sousa L. Ribeiro.**

2- COMITÊ CONSULTIVO:

Representantes segmentos usuários:

Entidades e Conselheiro (a).

Sindicato dos Trabalhadores Rurais: **Jonathan Teodoro Costa**

Pastoral da Criança: **Severina Nazário da Rocha**

Associação das Mulheres: **Deigimar Bueno Pereira**

3- COMISSÃO ELEITORAL

a) Presidente: **Jonathas de Oliveira da Silva** Segmento: **Prestador de serviço**

b) Secretario: **Claudete dos Santos de P Morais** Segmento: **Trabalhador**

c) Membros: **Anibal Felix dos Santos** Segmento: **Usuário**

d) Membros: **Inês Antônia R. Batista** Segmento: **Usuário**

4- Consultoria e Assessoria Permanente:

Art. 2º - Cabe a comissão Organizadora, definir as atribuições, plano de trabalho e convocar colaboradores, caso necessário.

Art.3º - A Comissão Organizadora será destituída após a entrega do relatório final da IV Conferência Municipal de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde de Nova Nazaré/MT.

Registra, Publica, Cumpra-se.

Nova Nazaré/MT, 15 de junho de 2015.

Valdivina de Sousa L. Ribeiro

Secretária Municipal de Saúde de Nova Nazaré/MT.

DECRETO DE CONVOCAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ/MT.

DECRETO DE CONVOCAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ/MT.

DECRETO Nº. 1379/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DE NOVA NAZARÉ/MT.

A Prefeita do município de Nova Nazaré/MT no uso das atribuições que lhe confere o;

Considerando os dispostos da lei 8080/90 e o artigo 1º da lei 8142/90;

Considerando o artigo 15º da Lei Estadual nº. 22/92;

Considerando a resolução de nº. 003 do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de 2015

Decreta:

Art1º - Fica convocada a IV Conferência Municipal de Saúde de Nova Nazaré/MT, a realizar-se em Nova Nazaré/MT, de 02 a 03, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde de Nova Nazaré.

Com a promoção e realização do referido Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria municipal de Saúde de Nova Nazaré.

Art.2º - A Conferência desenvolverá seus trabalhos sob o tema central SAÚDE DE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: DIREITO DO POVO BRASILEIRO, com os seguintes eixos temáticos: I- Direito à saúde, garantia de acesso e atenção de qualidade; II- Participação Social; III - Valorização do trabalho e da educação em saúde; IV – Financiamento do SUS e relação público-privado; V – Gestão do SUS e

modelos de atenção à saúde; VI – Informação, educação e política de comunicação do SUS; VII – Ciência, tecnologia e inovação no SUS, e VIII – Reformas democráticas e populares do Estado.

Art.3º - A Conferência será presidida pelo (a) Presidente do Conselho Municipal de Saúde ou Secretário (a) Municipal de Saúde e na sua ausência, pelo (a) Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde ou Subsecretário (a) e ou representante legal.

Art.4º - O (a) Secretário (a) municipal de Saúde expedirá mediante portaria a estrutura e composição da comissão organizadora, bem como o regimento interno e regulamento (se houver) que norteará a conferência.

Art.5º - As despesas com a realização da IV Conferência Municipal de Saúde de Nova Nazaré/MT, ocorrerá a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Nazaré/MT e de outros recursos estadual e nacional para saúde.

Art.6º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º - Revogando as disposições em contrário.

Nova Nazaré/MT, 15 de junho de 2015.

Railda de Fátima Alves

Prefeito Municipal de Nova Nazaré/MT.

Valdivina de Sousa L. Ribeiro Secretário municipal de Saúde

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO NAZARÉ/MT.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE Novo Nazaré/MT.

RESOLUÇÃO Nº. 003/ 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA NAZARÉ/MT

CONSELHO MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ/MT

O Conselho Municipal de Saúde de Nova Nazaré/MT, no exercício das suas atribuições legais que lhe confere a Leis Orgânicas da Saúde 8080/19/07/90 e 8142/28/12/90, a Lei Complementar 22/09/92 e de acordo com a REUNIÃO ETRAORDINÁRIA (03), Terceira Reunião de 09 de 06 de 2015.

RESOLVE:

Art.1° - Aprovar a realização da IV CONFERÊNCIA MUNUCIPAL DE SAÚDE DE NOVA NAZARÉ/MT, no período de 02 á 03 de julho de 2015 em Nova Nazaré/MT.

Art.2° - A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE Nova Nazaré/MT, desenvolverá seus trabalhos sob o TEMA: SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: DIREITO DO POVO BRASILEIRO, cujos sub-temas serão abordados com base na realidade loco – municipal/regional e as interfaces com a saúde do Estado de Mato Grosso.

Art.3° - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação;

Registra-se e Cumpra-se.

Nova Nazaré/MT, 09/06/2015.

MARCIO JOSÉ CAMPOS AZEVE

Presidente do C.M. S de Nova Nazaré/MT.

RAILDA DE FÁTIMA ALVES

Prefeito Municipal de Nova Nazaré/MT

LEI Nº 443 DE 03 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 443 DE 03 DE JUNHO DE 2015

(PROJETO DE LEI Nº 004 DE 13 DE MAIO DE 2015 – Do Executivo).

"DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO DA CIDADE DE NOVA NAZARÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Sr.ª **RAÍLDA DE FÁTIMA ALVES**, Prefeita do Município de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal em sessão do dia 01 de Junho de 2015 aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Art. 1º Esta lei disciplina o uso e a ocupação do solo urbano da Cidade de Nova Nazaré, as atividades de urbanização realizadas por agentes públicos e privados, observadas, no que couber, a legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes. Art. 2º Esta lei dispõe sobre as compartimentações das macrozonas da Cidade de Nova Nazaré, estabelece critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo, com o objetivo de orientar e ordenar o crescimento da cidade. Art. 3º O zoneamento, a subdivisão das Macrozonas Urbanas da Cidade de Nova Nazaré, objetiva dar a cada região melhor utilização em função do sistema viário, da topografia e da infraestrutura existente, através da criação de zonas, setores de uso e ocupação do solo e adensamentos diferenciados. Parágrafo Único - As zonas e setores serão delimitadas por vias, logradouros públicos, acidentes topográficos e divisas de lote. Art. 4º O Zoneamento e os critérios de Uso e Ocupação do Solo atendem à Política de Estruturação Urbana e do Uso do Solo para a Cidade de Nova Nazaré, definidas no Plano Diretor. Art. 5º As disposições desta lei deverão ser observadas obrigatoriamente: I - na concessão de alvarás de construção; II - na concessão de alvarás de localização de usos e atividades urbanas; III - na execução de planos, programas, projetos, obras e serviços referentes a edificações de qualquer natureza; IV - na urbanização de áreas; V - no parcelamento do solo. **CAPÍTULO II AS ZONAS DE USO** Art. 6º O Zoneamento e os critérios de Uso e Ocupação do Solo tratam da implantação de atividades e empreendimentos na Macrozona Urbana da Cidade de Nova Nazaré. Parágrafo Único - A Macrozona Urbana é a parcela do território do Município de Nova Nazaré, delimitada pelo perímetro urbano da Cidade de Nova Nazaré. Art. 7º O uso do solo urbano fundamenta-se na compatibilidade de vizinhança. Parágrafo Único - A compatibilidade de vizinhança é a capacidade de convivência entre as diversas atividades e empreendimentos que se desenvolvem na Macrozona Urbana da Cidade de Nova Nazaré. Art. 8º A Área Urbana da Cidade de Nova Nazaré divide-se em 02 (duas) categorias de áreas: I - Área de Urbanização - AU; II - Área de Expansão Urbana - AEU. Art. 9º A Área de Urbanização - AU - compreende áreas que possibilitem baixo, médio e altos potenciais construtivos, compatíveis com suas condições geomorfológicas e de infra-estrutura, com diferentes características ou com destinação específica e com normas próprias de uso e ocupação do solo e edilícias, podendo ser subdivididas em: I - Zona Central - ZC; II - Zonas de Adensamento - ZAD; III - Zonas Habitacionais - ZH; IV - Zonas de Interesse Ambiental - ZIA; V - Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS; VI - Zonas Industriais - ZI; VII - Zonas de Corredores de Transporte - ZCT; VIII - Zona Especial do Aeroporto - ZEA. Art. 10 Zona Central - ZC - área caracterizada pela alta intensidade de uso e ocupação do solo, onde se concentram atividades urbanas consolidadas e diversificadas, notadamente as de comércio e serviços. Art. 11 Zona de Adensamento - ZAD - áreas destinadas ao uso de ocupação mista, com índice construtivo de média densidade, por meio de outorga onerosa e subdivide-se em: a) Zona Adensamento Um - ZAD - 1 - zona de crescimento, caracterizada como área de expansão do centro tradicional e de ocupação mista de média densidade de ocupação; b) Zona Adensamento Dois - ZAD - 2 - zona de estruturação urbana, de ocupação mista e de média-alta densidade de ocupação. Art. 12 Zonas Habitacionais ZH - áreas destinadas ao uso habitacional, segundo suas características, e intensidade de uso e ocupação do solo, subdivide-se em: a) Zona Habitacional Um - ZH-1 - áreas destinadas à ocupação estritamente residencial, unifamiliar. b) Zona Habitacional Dois - ZH-2 - áreas destinadas à ocupação, predominantemente residencial, unifamiliar, admitindo-se o uso residencial multifamiliar e o uso comercial e de serviço, de âmbito local. c) Zona Habitacional Três - ZH-3 - áreas destinadas à ocupação, predominantemente residencial, unifamiliar, admitindo-se o uso residencial multifamiliar e o uso comercial e de serviço, de âmbito local. d) Zona Habitacional, de Lazer e Agricultura - ZHL - áreas destinadas à ocupação, predominantemente residencial, unifamiliar, admitindo-se o uso residencial multifamiliar não geminado, uso comercial e de serviço, de âmbito local e uso agrícola não gerador de efluentes que necessite de tratamento e ou poluição aérea geradora de incômodo à vizinhança. Art. 13 Zonas de Interesse Ambiental - ZIA - áreas que têm por objetivo a preservação e/ou a conservação ambiental, destinadas, preferencialmente, ao lazer e ao uso público, bem como as áreas que apresentam características excepcionais de matas, observada a legislação ambiental. Art. 14 Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa e média renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e de regularização fundiária. § 1º As Zonas Especiais subdividem-se em: a) Zonas Especiais de Interesse Social 1 - ZEIS 1 - constituídas por áreas ocupadas por famílias de baixa renda, onde estejam edificadas Habitações de Interesse Social (HIS) e com sistema viário, cujas dimensões não se enquadram nos padrões definidos na classificação viária. b) Zonas Especiais de Interesse Social 2 - ZEIS 2 - constituídas por áreas ocupadas por famílias de média renda, com características urbanísticas especiais, tais como: edificações com área útil inferior a 120,00m² (cento e vinte metros quadrados) ou baixo padrão de acabamento; sistema viário, com dimensões inferiores ao padrão das vias classificadas como locais; ou áreas destinadas a futuros empreendimentos públicos ou privados para implantação de programas habitacionais de interesse social. § 2º A Habitação de Interesse Social - HIS é aquela destinada às famílias com baixa renda, tendo como padrão de unidade habitacional um sanitário, até uma vaga de garagem e área útil de, no máximo, 50,00m² (cinqüenta metros quadrados), construídas pelas famílias, em regime de mutirão ou não, de promoção pública ou conveniada com o Poder Público, com possibilidades de ampliação, quando as famílias beneficiadas estiverem envolvidas diretamente na produção das moradias. Art. 15 Zonas Industriais - ZI - áreas destinadas aos usos industriais e às atividades não habitacionais, classificadas como Geradores de Impacto - Não Compatível. Parágrafo Único - As Zonas Industriais, subdividem-se em: a) Zona Industrial 1 - ZI 1 - áreas destinadas às indústrias com alto potencial poluidor, alta demanda por infra-estrutura, geradoras de tráfego de veículos pesados ou que apresentem periculosidade em função dos produtos manuseados e/ou armazenados. b) Zona Industrial 2 - ZI 2 - áreas destinadas às indústrias e às atividades e aos empreendimentos classificados como Geradores de Impacto - Não Compatível, com baixo ou médio potencial poluidor, média demanda por infra-estrutura, geradoras de tráfego de veículos médios e que não apresentem periculosidade em função dos produtos manuseados e/ou armazenados. Art. 16 Zonas de Corredores de Transporte - ZCT - são zonas lineares, tendo por eixo vias públicas, nas quais deve ser assegurada a segurança e a fluidez do tráfego de veículos. § 1º Classificam-se em: a) Zonas de Corredores de Transporte 1 - ZCT 1 - ao longo das vias públicas urbanas, classificadas como Vias Arteriais, onde os parâmetros de uso e de ocupação do solo, mesmo com comércio e com serviço de médio e grande porte de atendimento à região, devem garantir a fluidez do tráfego. b) Zonas de Corredores de Transporte 2 - ZCT 2 - ao longo das vias públicas urbanas, classificadas como Vias Principais, possuindo forte integração e articulação com o sistema viário, que admitem os usos de caráter setorial, propiciando a geração de emprego e de renda. c) Zonas de Corredores de Transporte 3 - ZCT 3 - ao longo das vias públicas urbanas, classificadas como Vias Coletoras, e admitem comércio e serviço de médio porte, de atendimento à região. § 2º As Zonas de Corredores de Transporte são constituídas pelos terrenos que possuem alinhamento para com as vias indicadas em mapa anexo desta lei, com profundidade máxima de, até a metade da quadra e limitados em 60,00 (sessenta metros), a partir do alinhamento predial. Art. 17 Zona Especial do Aeroporto - ZEA - áreas destinadas à implantação do aeroporto da cidade e de atividades complementares. Art. 18 A Área de Expansão Urbana - AEU - compreende áreas não parceladas e/ou parceladas em chácaras, dentro do perímetro urbano, destinadas a um primeiro processo de ampliação da ocupação urbana. Art. 19 A planta indicada no

Anexo 01 - Mapa das Zonas Urbanas da Cidade de Nova Nazaré- integrante desta lei, apresenta as áreas diferenciadas de uso e ocupação do solo, que atendem aos objetivos e às diretrizes do Plano Diretor.

CAPÍTULO I DA CLASSIFICAÇÃO DOS USOS Art. 20 Para os fins desta lei, os usos urbanos classificam-se nos seguintes tipos: I - habitacional - uso destinado à moradia; II - não-habitacional - uso destinado ao exercício de atividades comerciais, de serviços, industriais e/ou institucionais; III - misto - uso constituído de mais de um uso (habitacional e não-habitacional) ou mais de uma atividade, ou empreendimento urbano dentro de um mesmo lote. Art. 21 Os diversos tipos de uso do solo urbano, pelo seu caráter de incomodidade, classificam-se nas seguintes categorias, conforme o anexo 5 da Tabela de Uso: I - Grupo 1 - Não Geradores de Incômodo - são os usos que não apresentam caráter de incomodidade, incluindo-se a atividade habitacional unifamiliar; II - Grupo 2 - Compatíveis - são os usos que, por seu nível de incomodidade, porte, periculosidade, potencial poluidor, potencial gerador de tráfego e incremento da demanda por infra-estrutura, podem e devem integrar-se à vida urbana, adequando-se aos padrões comuns de funcionamento, estabelecidos pelo Código de Posturas; III - Grupo 3 - Geradores de Incômodo - são os usos que, por seu nível de incomodidade, porte, periculosidade, potencial poluidor, potencial gerador de tráfego e incremento da demanda por infra-estrutura, podem integrar-se à vida urbana comum, adequando-se às exigências do Código de Posturas, mas que precisam de análise especial para verificar a possibilidade de convivência com o uso habitacional. IV - Grupo 4 - Geradores de Impacto - são os usos que, por seu nível impactante, porte, periculosidade, potencial poluidor, potencial gerador de tráfego e de incremento da demanda por infra-estrutura, devem submeter-se às condições especiais para sua localização e instalação, e se dividem nas seguintes subcategorias: a) Grupo 4 a - Geradores de Impacto Compatível: abrange as atividades e empreendimentos, que apesar de seu caráter altamente impactante, não podem afastar-se do meio urbano comum. b) Grupo 4 b - Geradores de Impacto Não Compatível: abrange as atividades e empreendimentos altamente impactantes que precisam ser afastados do meio urbano comum, localizando-se na Zona Industrial. Art. 22 As categorias definidas no artigo 21 terão suas atividades, empreendimentos e condicionantes, mantidos atualizados de acordo com estudos realizados pela Comissão Normativa da Legislação Urbanística - CNLU - e aprovados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazare- COMDESS. Art. 23 As atividades e empreendimentos da sub-categoria Geradores de Impacto - Compatível, estão sujeitos à apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV - e a sua aprovação pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazare - COMDESNN. Art. 24 Para efeito desta Lei, são consideradas as seguintes definições: I - Área Construída - AC: é a soma das áreas dos pisos, cobertos ou não, com as áreas horizontais das paredes de todos os pavimentos de uma edificação, inclusive as áreas destinadas ao estacionamento de veículos; II - Área Instalada - AI: é a área, construída ou não, efetivamente ocupada por uma Atividade ou Empreendimento; III - Área Privativa - AP: é a área da unidade autônoma somada à área da(s) vaga(s) privativa(s) de estacionamento, excluindo-se a fração correspondente das dependências de uso comum e coletivo. IV - Condomínios Fechados Horizontais ou Verticais: é o agrupamento de unidades habitacionais isoladas, geminadas, em fitas ou superpostas, em condomínio. § 1º Integram a Área Instalada - AI - as áreas destinadas a estocagens diversas, secagens, lavagens, pátio de manobras, shows, feiras, exposição, eventos diversos e outras destinadas à realização de funções intrínsecas ao funcionamento da atividade ou empreendimento que ocupa a área em questão. § 2º Exclui-se da Área Instalada - AI - as áreas mínimas de estacionamento de veículos, destinadas ao público usuário da edificação ou empreendimento, exigidas por lei. Art. 25 Para efeito da apreciação técnica das atividades e empreendimentos classificados como geradores de incômodo, fica criada a Análise de Atividade - AA - a ser realizada por uma comissão especial, formada por técnicos dos órgãos competentes, para as análises relativas ao uso e à ocupação do solo, ao meio ambiente, ao trânsito e ao transporte, a ser criada através de Decreto, que avaliará as características impactantes de uma atividade ou empreendimento para o ambiente próximo. § 1º A Análise de Atividade, de que trata o caput deste artigo, avaliará as características impactantes potencialmente geradoras de incompatibilidade de vizinhança, quanto: a) à poluição sonora; b) aos efluentes líquidos e/ou resíduos sólidos; c) à poluição atmosférica (material particulado, gases e vapores); d) aos riscos de segurança (explosivos, inflamáveis líquidos, GLP); e) à geração de tráfego. § 2º A Análise de Atividade resultará em parecer favorável ou desfavorável ao processo em análise. § 3º Em caso de parecer favorável, a Análise de Atividade poderá estabelecer exigências técnicas adicionais às definidas nesta Lei, a serem atendidas, de acordo com normas técnicas e resoluções oficiais, bem como com a legislações ambiental e urbanística pertinentes. § 4º Deverá ser dada publicidade ao parecer com o resultado da Análise de Atividade. Art. 26 Integram a categoria de uso Não Geradores de Incômodo as seguintes atividades e empreendimentos: I - habitações unifamiliares; II - postos policiais: civis, militares e de bombeiros; III - abrigos de ônibus; IV - abrigos de táxi; V - bancas de jornal e revistas; VI - serviços pessoais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços pessoais de âmbito local, tais como cabeleireiro(a), manicura, pedicura, massagistas e afins; VII - serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de consultoria, de assessoria, de vendas e de representações prestadas por profissionais liberais, técnicos ou universitários, ou de apoio ao uso residencial; VIII - ateliê de artes plásticas; IX - ateliê de costura e alfaiataria; X - chaveiro; XI - manufatura de doces, de salgados, de licores, de congelados e de comida preparada em embalagens. § 1º Para efeito do que trata o caput deste artigo, serão consideradas Não Geradores de Incômodo as atividades ou empreendimentos discriminados nos incisos V ao XI deste artigo, que possuírem até 2 (dois) funcionários; § 2º Nas edificações habitacionais multifamiliares será admitido licenciamento das atividades da categoria Não Geradores de Incômodo, a que se refere o inciso VII deste artigo, desde que autorizadas pelo condomínio, sem contratação de funcionários e sem estocagem de mercadorias. Art. 27 Integram a categoria Compatível as seguintes atividades e empreendimentos, por tipo de uso: I - Comércio de Abastecimento de Âmbito Local - Estabelecimentos de venda direta ao consumidor de produtos alimentícios, sem fabricação e com consumo no local, tais como: confeitaria, padaria, venda de bombons, doces e chocolates; II - Comércio Diversificado - Estabelecimentos de venda direta ao consumidor de produtos, relacionados ou não ao uso residencial, tais como: farmácias, drogarias, perfumarias, óticas, materiais fotográficos, jóias, relógios, floricultura, venda de flores ornamentais e afins; III - Serviços Técnicos de Confecção ou Manutenção - Estabelecimentos destinados à prestação de serviços técnicos de reparo ou de apoio ao uso residencial, tais como: sapateiros, relojoeiros e afins; IV - Serviços de Educação: a) Estabelecimentos destinados ao ensino pré-escolar e creches; b) Estabelecimentos de ensino seriado: estabelecimentos destinados ao ensino fundamental e médio da educação formal, com até 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) de área instalada; c) Estabelecimentos de ensino não seriado: estabelecimentos destinados ao ensino complementar, aos cursos profissionalizantes ou de aperfeiçoamento, ou à educação informal em geral, com até 1.500,00m² (mil e quinhentos metros quadrados) de área instalada. V - Serviços de Lazer, Cultura e Esportes - Espaços ou estabelecimentos destinados ao lazer, à cultura e à prática de esportes ou ao condicionamento físico, tais como: institutos/escolas de música, idiomas, academias de ginástica, de dança, de artes marciais, natação e similares, com até 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) de área instalada. Parágrafo Único - Integram ainda a categoria Compatível todas as atividades e empreendimentos não discriminados e aquelas cuja Análise de Atividade definir o enquadramento nesta categoria, conforme o disposto nesta lei. Art. 28 Integram a categoria Geradores de Incômodo, as seguintes atividades e empreendimentos, por tipo de uso: I - Uso Habitacional - Condomínios fechados horizontais ou verticais, entre 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados) e 15.000,00m² de área privativa total, excluindo-se vagas

privativas de garagens; II - Comercial Varejista: a) Comércio de alimentação e/ou associado a diversões: estabelecimentos destinados à venda de produtos alimentícios, com consumo no local, e/ou ao desenvolvimento de atividades de lazer e diversão, tais como: boliches, fliperamas, "lan house" e afins; b) Venda e revenda de veículos automotores, máquinas, equipamentos, mercadorias em geral, lojas de departamentos, mercados, supermercados, hipermercados, conjuntos comerciais, shopping center com área instalada de 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) a 10.000,00m² (dez mil metros quadrados); c) Comércio varejista de combustíveis (Postos de abastecimento) com capacidade de estocagem máxima de 60.000,00 (sessenta mil) litros de combustível; d) Comércio varejista de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) com armazenamento de até 520kg (quinhentos e vinte quilos) de GLP; e) Comércio de fogos de artifício com estocagem de até 5Kg (cinco quilos) de produtos explosivos. III - Comercial Atacadista: a) Comércio atacadista atrator e/ou usuário de veículos leves e/ou médios com área instalada de até 10.000,00m² (dez mil metros quadrados); b) Comércio atacadista atrator e/ou usuário de veículos leves e/ou médios e pesados com área instalada de até 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados). IV - Serviços Técnicos de Confecção ou Manutenção - Estabelecimentos destinados à prestação de serviços mecânicos, de reparos em geral e de confecção ou similares; V - Serviços de Alojamento e Alimentação: a) Hotéis, hospedarias, pousadas, pensões e similares com mais de 500,00m² (quinhentos metros quadrados) de área instalada; b) Motéis; c) Bares, restaurantes, lanchonetes, sorveterias e similares com mais de 200,00m² (duzentos metros quadrados) de área instalada. VI - Serviços de Educação: a) Estabelecimentos de ensino seriado: estabelecimentos destinados ao ensino fundamental e médio da educação formal, com mais de 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) de área instalada; b) Estabelecimentos de ensino não seriado: estabelecimentos destinados ao ensino complementar, aos cursos profissionalizantes ou de aperfeiçoamento, ou à educação informal em geral, com mais de 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) de área instalada. c) Instituições de ensino superior, com até 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) de área instalada; d) Ensino especializado: institutos/escolas de idiomas, auto-escolas, escolas de informática e similares com mais de 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) de área instalada. VII - Serviços de Lazer, Cultura e Esportes - Espaços ou estabelecimentos destinados ao lazer, à cultura e à prática de esportes ou ao condicionamento físico, tais como: institutos/escolas de música, idiomas, academias de ginástica, de dança, de artes marciais, natação e similares, com até 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) de área instalada; VIII - Serviços de Saúde e Assistência Social: a) Clinicas e consultórios médicos, odontológicos e áreas afins com mais de 5 (cinco) unidades de atendimento (gabinetes); b) Postos e centros de saúde, ambulatórios, policlínicas, hospitais gerais e especializados, maternidades, prontosocorros, casas de saúde, spas e similares com até 100 (cem) leitos; c) Laboratórios de análises clínicas e de exames especializados; d) Clínicas e hospitais veterinários; e) Serviços de assistência social, asilos, abrigos, sanatórios, albergues e similares. IX - Telecomunicações: a) Emissoras de rádio, televisão, jornais e agências de notícias; b) Torres de telecomunicações. X - Serviços Públicos: a) Órgãos públicos federais, estaduais e municipais dos poderes executivo, legislativo e judiciário, não relacionados em outros itens desta lei, com área instalada superior a 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados); b) Delegacias de polícia; c) Quartéis e corporações militares. XI - Serviços Financeiros: a) Agências e postos bancários, cooperativas de crédito e postos de auto-atendimento 24 (vinte e quatro) horas e afins; b) Superintendências, unidades administrativas e regionais. XII - Atividades e Empreendimentos de Reuniões e Afluência de Público: a) Salas de reuniões, templos, cinemas, teatros, auditórios, e similares com mais de 100 (cem) lugares; b) Parques de diversões; c) Casas de shows e espetáculos, ginásios, estádios complexos esportivos com capacidade de até 3.000 (três mil) lugares; d) Sindicatos e associações com mais de 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados); e) Clubes esportivos, recreativos, de campo e agremiações carnavalescas; f) Centros de eventos, convenções, feiras e exposições com até 10.000,00m² (dez mil metros quadrados) de área instalada; g) Casas de jogos, boates, clubes noturnos e similares; h) Funerárias com velórios. XIII - Serviços de Transporte e Armazenamento: a) Centrais de cargas e empresas transportadoras de mudanças e/ou encomendas com até 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados) de área instalada; b) Estações e terminais de ônibus urbano; c) Empresas transportadoras de valores d) Estacionamentos rotativos e edifícios garagens; e) Oficinas de assistência técnica, reparação e manutenção de veículos leves, máquinas e equipamentos com área instalada superior a 500,00m² (quinhentos metros quadrados); f) Outros serviços de transporte e armazenamento. XIV - Industrial: a) Fabricação de doces, salgados, licores, congelados, comida preparada em embalagens e sorvetes; b) Fábrica de confecções. Art. 29 Integram a subcategoria Grupo 4a - Geradores de Impacto Compatível, as seguintes Atividades e Empreendimentos, por tipo de uso: I - Habitacional: a) Condomínios fechados horizontais ou verticais com mais de 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados) de área privativa total, excluindo-se vagas privativas de garagens. II - Comercial Varejista: a) Venda e revenda de veículos automotores, máquinas, equipamentos, mercadorias em geral, lojas de departamentos, mercados, supermercados, hipermercados, conjuntos comerciais, shopping center com área instalada superior a 10.000,00m² (dez mil metros quadrados); b) Comércio varejista de combustíveis (Postos de abastecimento), com capacidade de estocagem superior a 60.000,00 (sessenta mil) litros de combustível; c) Comércio varejista de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) com armazenamento entre 520Kg (quinhentos e vinte quilos) e 1.560Kg (Um mil quinhentos e sessenta quilos) de gás; d) Comércio de fogos de artifício, com estocagem entre 5Kg (cinco quilos) e 20Kg (vinte quilos) de produtos explosivos. III - Comercial Atacadista: a) Comércio atacadista atrator e/ou usuário de veículos leves e/ou médios com área instalada superior a 10.000,00m² (dez mil metros quadrados); b) Comércio atacadista atrator e/ou usuário de veículos leves e/ou médios e pesados com área instalada entre 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados) e 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados). IV - Serviços de Educação - Instituições de ensino superior, com mais de 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) de área instalada; V - Serviços de Saúde e Assistência Social - Policlínicas, hospitais gerais e especializados, maternidades, pronto-socorros, casas de saúde, "spas" e similares com mais de 100 (cem) leitos; VI - Serviços Públicos - Cadeias e albergues para reeducandos. VII - Atividades e Empreendimentos de Reuniões e Afluência de Público: a) Casas de shows e espetáculos, ginásios, estádios complexos esportivos, com capacidade superior a 3.000 (três mil) lugares; b) Centros de eventos, convenções, feiras e exposições com mais de 10.000,00m² (dez mil metros quadrados) de área instalada. VIII - Serviços de Transportes e Armazenamento: a) Centrais de cargas e empresas transportadoras de mudanças e/ou encomendas, com mais de 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados) de área instalada; b) Terminais rodoviários interurbanos de passageiros; c) Aeroportos. IX - Outros Serviços: a) Crematórios e cemitérios verticais e horizontais; b) Caixa forte central. X - Energia: a) Linhas de transmissão; b) Subestações. Art. 30 Integram a subcategoria Grupo 4b - Geradores de Impacto Não Compatível, as seguintes atividades e empreendimentos, por tipo de uso: I - Comercial Varejista: a) Comércio e depósito de fogos de artifício e explosivos, com estocagem superior a 20Kg (vinte quilos) de produtos explosivos. b) Comércio varejista de insumos e defensivos agrícolas. II - Comercial Atacadista: a) Distribuidoras de combustíveis e derivados de petróleo; b) Empresas de envasilhamento de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) ou distribuidoras/revendedoras com estocagem superior a 1.560Kg (um mil quinhentos e sessenta quilos) de gás; c) Comércio atacadista atrator e/ou usuário de veículos leves e/ou médios e pesados com área instalada superior 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados); d) Comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas. III - Serviços Públicos - Espaços, estabelecimentos ou instalações sujeitos a controle específico ou de valor estratégico para a segurança e serviços públicos, tais como presídios, penitenciários e afins. IV - Serviços de Transportes e Armazenamento: a) Garagens e oficinas de empresas de trans-

porte urbano e/ou interurbano de passageiros com mais de 10.000,00m² (dez mil metros quadrados) de área instalada; b) Garagens e oficinas de empresas transportadoras de cargas perigosas; c) Terminais de cargas; d) Serviços de oficina mecânica, assistência técnica, reparação, manutenção, retífica e demais serviços de veículos pesados. V - Industrial: a) Instalações industriais, inclusive da construção civil; b) Armazéns e silos para produtos agrícolas; c) Empreendimentos geradores de impacto ambiental: aqueles que possam causar alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente e que direta ou indiretamente afetem: c.1 - a saúde, a segurança e o bem estar da população; c.2 - as atividades sociais e econômicas; c.3 - a biota; c.4 - as condições paisagísticas e sanitárias do meio ambiente; c.5 - a qualidade dos recursos ambientais. VI - Energia - Usinas de geração. Art. 31 As atividades e empreendimentos que agruparem duas ou mais categorias de uso, serão analisadas de acordo com a classificação de maior exigência. Art. 32 Não poderão ser ampliados as atividades ou empreendimentos que estiverem em desacordo com esta lei, na data de sua publicação, exceto nos casos de obras necessárias para a adequação à Legislação Municipal. Art. 33 São admitidos usos mistos em lotes e edificações localizadas em qualquer zona de uso, desde que se trate de usos permitidos na zona e sejam atendidas, em cada caso, as características e exigências estabelecidas nesta lei. **CAPÍTULO II DO APROVEITAMENTO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO** Art. 34 De acordo com sua categoria, porte e natureza, em cada zona ou setor as atividades urbanas, serão consideradas como: I - Permitidas - compreendem as atividades que apresentem clara compatibilidade com as finalidades urbanísticas da zona ou setor correspondente; II - Permissíveis - compreendem as atividades cujo grau de adequação à zona ou ao setor, dependerá da análise, ou da regulamentação específica para cada caso; III - Proibidas - compreendem as atividades que, por sua categoria, porte ou natureza, são nocivas, perigosas, incômodas e incompatíveis com as finalidades urbanísticas da zona ou do setor correspondente. § 1º As atividades permissíveis serão apreciadas pela Comissão Normativa da Legislação Urbanística - CNLU, aprovadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré- COMDESNN que, quando for o caso, poderá indicar parâmetros de ocupação mais restritivos que aqueles estabelecidos nesta lei, em especial quanto: a) à adequação à zona ou setor onde será implantada a atividade; b) à ocorrência de conflitos com o entorno de implantação da atividade, do ponto de vista de prejuízos à segurança, ao sossego e à saúde dos habitantes vizinhos e ao sistema viário. § 2º A permissão para a localização de qualquer atividade de natureza perigosa, incômoda ou nociva, dependerá de licença ambiental expedida pelo órgão competente. § 3º Por proposta da Comissão Normativa da Legislação Urbanística - CNLU e aprovados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré - COMDESNN, homologada por ato do Poder Executivo Municipal, poderão ser estabelecidas outras condições e parâmetros de ocupação, mais restritivos para uma determinada atividade, classificada como de uso permissível em determinada zona ou setor. Art. 35 A classificação das atividades como de uso permitido, permissível ou proibido, segundo a qualidade de ocupação determinada pela zona ou setor de uso, é a constante no Anexo 4, da Tabela de Uso e Ocupação do Solo, que faz parte integrante desta lei. Art. 36 Ficam vedadas: I - A construção de edificações para atividades, que sejam consideradas como de uso proibido, na zona ou setor onde se pretenda sua implantação; II - A realização de quaisquer obras de ampliação ou reforma de edificação existente, destinada às atividades consideradas como de uso proibido na zona ou setor onde se situam. § 1º Não se incluem na vedação prevista no inciso II, as obras necessárias à segurança e higiene das edificações, ou as destinadas às atividades de lazer e de recreação. § 2º A critério da Comissão Normativa da Legislação Urbanística - (CNLU) e aprovados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré - (COMDESNN), poderão ser liberados alvarás para reformas de edificações onde funcionem atividades comunitárias, comerciais, de serviços ou industriais já licenciadas, não enquadradas nas vedações previstas nos incisos I e II deste artigo, desde que fique comprovado que os direitos de vizinhança não estejam prejudicados. Art. 37 Ouvida a Comissão Normativa da Legislação Urbanística - (CNLU) e aprovada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré- (COMDENN), a transferência ou modificação de alvará de estabelecimento comercial, de serviço ou industrial, já em funcionamento, em zona ou setor onde a atividade seja considerada como de uso proibido, poderá ser autorizada, desde que: I - haja apenas modificação da razão social da empresa; II - o novo ramo de atividade não contrarie expressamente as disposições desta lei e demais regulamentos; III - não ofenda os direitos de vizinhança, as disposições expressas desta lei e outras ditadas pelo interesse da coletividade. Art. 38 Para efeitos desta lei, em cada zona ou setor, os critérios de assentamento e implantação da edificação no terreno, são estabelecidos pelos seguintes parâmetros de ocupação, de acordo com o Anexo 4: I - Taxa de ocupação (TO) - é o percentual expresso pela relação entre a área de projeção da edificação ou edificações sobre o plano horizontal e a área do lote ou terreno onde se pretende edificar. II - Coeficiente de aproveitamento (CA): é o fator estabelecido para cada uso nas diversas zonas, que multiplicado pela área do terreno, define o Potencial Construtivo computável, admitido nesse mesmo terreno, podendo ser: a) Básico (CAB), que resulta do potencial construtivo gratuito inerente aos lotes urbanos; b) Máximo (CAMax), em função da infra-estrutura disponível ou fixado para a zona onde está localizado o lote; c) Mínimo (CAMin), abaixo do qual o imóvel poderá ser considerado subutilizado. III - Potencial Construtivo (PC) de um lote: é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento podendo ser: a) Básico - que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento básico; b) Máximo - que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento máximo, definido em função da infra-estrutura disponível ou fixado para a zona onde está localizado o lote; c) Mínimo - que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento mínimo fixado para a zona onde está localizado o lote; d) Adicional - que corresponde à diferença entre o potencial construtivo igual ou inferior ao máximo e ao potencial construtivo básico. IV - Altura da edificação: é a dimensão vertical máxima da edificação, expressa em metros, quando medida de seu ponto mais alto, até o nível mais alto do terreno, ou em número de pavimentos a partir do térreo, inclusive. V - Alinhamento predial: é a distância fixada pelo Município dentro do lote, paralela ao alinhamento do lote ou sobre o mesmo, a partir da qual é permitida a edificação, incluindo o subsolo. VI - Afastamento das divisas: é a distância mínima perpendicular entre a edificação e as divisas laterais e de fundos do terreno, determinada pela relação entre a altura da edificação e o índice estabelecido nas Tabelas Anexas, que fazem parte integrantes desta lei; VII - Taxa de permeabilidade (TP): é o percentual da área do terreno que deve ser mantido permeável. VIII - Dimensão do lote: é estabelecida para fins de parcelamento do solo e ocupação do lote e indicada pela testada e área mínimas do lote. IX - Solo urbano subutilizado: é o terreno onde o coeficiente de aproveitamento utilizado não atinge o mínimo definido para o local, excetuando aqueles: a) integrantes do Sistema Municipal de Áreas Verdes do Município; b) ocupados por estacionamento e outras atividades econômicas que não necessitem de edificação, e que estejam de acordo com o uso definido para a Zona, onde estejam instalados. X - Transferência de potencial construtivo: é o instrumento que permite transferir parcial ou totalmente o potencial não utilizável de um imóvel para outros imóveis, mediante prévia autorização do Poder Público Municipal, obedecidas às disposições instituídas em legislação específica. § 1º Quando se tratar de loteamentos existentes com lotes com padrão inferior ao estabelecido para a zona ou setor, nos lotes de esquina, com profundidade inferior a 15,00m (quinze metros), o recuo mínimo estabelecido nesta lei, poderá ser reduzido na proporção de 0,50m (cinquenta centímetros) por metro ou fração de redução, até um máximo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros). § 2º De acordo com o tipo de atividade e a zona ou o setor onde se localiza o imóvel, a taxa de permeabilidade poderá ser reduzida, substituída ou complementada através da implantação de mecanismos de contenção de cheias, que serão objeto de regulamentação específica. Art. 39 Os cri-

térios de uso e de ocupação do solo nos lotes nas diversas zonas, estão contidos no Anexo 4, que fazem parte integrante desta lei. Art. 40 A Taxa de Ocupação máxima é igual a 75% (setenta e cinco por cento) da área do lote, salvo exigências diferenciadas para as Zonas de Uso e Ocupação do Solo. Art. 41 A Taxa de Permeabilidade mínima é igual a 20% (vinte por cento) da área do lote, salvo exigências diferenciadas para as Zonas de Uso e Ocupação do Solo. Art. 42 Os parâmetros de Uso e de Ocupação do solo urbano, são aplicados na parcela de terreno denominado lote. Art. 43 Os novos parcelamentos, unificações e subdivisões, serão permitidos quando, em cada um dos lotes resultantes, forem atendidas plenamente todas as características de dimensionamento do lote, previstas para a zona de uso, onde o terreno se localiza. § 1º O lote já edificado poderá ser desdobrado desde que a edificação existente seja regular perante a Municipalidade, atendidas as disposições do caput deste artigo, bem como as demais disposições legais. § 2º Para fins de parcelamento do solo, nos terrenos de esquina, a testada mínima estabelecida para o lote, deverá ser acrescida do recuo obrigatório, previsto para a zona ou setor, onde o terreno se localiza. § 3º O lote que possuir mais de uma edificação, além de atender ao disposto nesta lei, deverá observar as disposições que assegurem a insolação e a ventilação das edificações. § 4º O lote que estiver localizado em mais de uma zona deverá atender ao parâmetro urbanístico de maior exigência. § 5º Toda edificação deverá ser edificada sobre um único lote. Art. 44 O lote máximo permitido na macrozona urbana tem área igual a 26.000,00m² (Vinte e seis mil metros quadrados). Parágrafo Único - Poderão ser tratadas como lotes as áreas superiores a 26.000,00m² (Vinte e seis mil metros quadrados), desde que sejam circundadas por vias ou logradouros públicos e que não interrompam vias planejadas, classificadas como Arteriais, Principais ou Coletoras. Art. 45 A testada mínima do lote é de 10,00m (dez metros). Parágrafo Único - Poderá ser admitida a testada mínima de 5,00m (cinco metros), conforme Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano - Lei nº 6.766/79, desde que seja utilizada exclusivamente para acesso ao lote, não sendo permitido nenhum tipo de construção ao longo da área com essa testada. Art. 46 Para garantia de insolação e ventilação, os recuos laterais e de fundos das edificações deverão estar de acordo com o estabelecido no Anexo 4 da Tabela de Uso e Ocupação do Solo Urbano. § 1º Será admitido o escalonamento dos pavimentos, sendo o afastamento do térreo e o primeiro pavimento facultado, conforme o estabelecido na Tabela de Uso e Ocupação do Solo Urbano anexa a esta Lei. § 2º As construções de madeira deverão obedecer ao afastamento mínimo das divisas dos lotes de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) e 5,00m (cinco metros), no mínimo, de qualquer outra edificação de madeira no mesmo lote; Art. 47 As Atividades e Empreendimentos deverão destinar área mínima de estacionamento na proporção de 01 (uma) vaga para cada 100,00m² (cem metros quadrados) ou fração de área construída computável, salvo exigências diferenciadas, indicadas na Tabela do Anexo 3 da Tabela de Exigências Mínimas de Vagas de Estacionamento. § 1º As habitações unifamiliares deverão destinar área para no, mínimo, 01 (uma) vaga de estacionamento, qualquer que seja a sua área construída. § 2º Os empreendimentos habitacionais, multifamiliares, deverão destinar área para no mínimo 01 (uma) vaga de estacionamento para cada 100,00m((cem metros quadrados), ou fração de área privativa por unidade autônoma residencial que o compõe. § 3º As atividades e empreendimentos de reunião e afluência de público deverão destinar 01 (uma) vaga de estacionamento para cada 5 (cinco) pessoas que compõem a capacidade máxima de usuários, salvo exigências diferenciadas para cada atividade e empreendimento. Art. 48 Nas chácaras integrantes das Áreas de Urbanização - AU, que ainda não passaram por processo de parcelamento, não será exigida a adequação do coeficiente de aproveitamento, conforme o estabelecido na legislação urbanística pertinente. Art. 49 Aos lotes com frente para mais de uma via de circulação, aplicam-se as seguintes disposições: I - Poderão ser instalados os usos e utilizados os índices urbanísticos permitidos em qualquer uma das vias, exceto nos casos de imóveis situados nas Zonas de Interesse Ambiental; II - Fica vedado o acesso, tanto de veículos como de pedestres, para a via onde o uso a ser instalado não é permitido de acordo com as demais disposições desta lei. Parágrafo Único - O imóvel que limitar com mais de uma via pública obedecerá ao afastamento frontal mínimo, para cada via que o limita. Art. 50 O Município exigirá vagas de estacionamento em função da classificação dos usos e das zonas urbanas. § 1º Nos acréscimos ou ampliações de edificações, aprovadas antes da publicação da presente lei, o número de vagas de estacionamento será calculado de acordo com a área a ser ampliada. § 2º Nos casos de reformas em edificações existentes, que não impliquem em aumento de área construída, não serão aplicadas as exigências de vagas de estacionamento. § 3º Na regularização de edificações, ou ampliação destas, serão aplicadas as exigências da presente Lei, sobre a área total da edificação. **CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES DO USO DO SOLO URBANO SEÇÃO I DA ÁREA DE URBANIZAÇÃO - AU** Art. 51 Na Área de Urbanização - AU, somente será permitido o licenciamento de atividades e empreendimentos da subcategoria Geradores de Impacto - Não Compatível, na zona ZI 1. Art. 52 A aprovação de atividades ou empreendimentos da categoria Geradores de Incômodo em Área de Urbanização - AU, fica condicionada à Análise de Atividade - AA. Art. 53 No prazo máximo de 01 (um) ano, as concessionárias de energia elétrica e telefonia, deverão substituir os postes de madeira por postes de concreto, inclusive nas Zonas de Diretrizes Específicas. **SEÇÃO II DA ÁREA DE EXPANSÃO URBANA - AEU** Art. 54 O parcelamento, para fins urbanos, na Área de Expansão Urbana - AEU, deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré - COMDESNN, com parecer da Comissão Normativa da Legislação Urbanística - CNLU. Parágrafo Único - Enquanto não houver uma regulamentação legal, caberá ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré - COMDESNN, a indicação das Zonas de Uso e Ocupação do Solo nos novos loteamentos na Área de Expansão Urbana, de acordo com a proposta apresentada pela Comissão Normativa da Legislação Urbanística - CNLU e com similaridades dos parâmetros das demais zonas urbanas e de acordo com as indicações do Plano Diretor. Art. 55 O licenciamento de atividade e ou de empreendimentos na Área de Expansão Urbana - AEU, deverá ter parecer favorável do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré - COMDENN, com base em estudos da Comissão Normativa da Legislação Urbanística - CNLU, com similaridades das exigências do Uso do Solo, estabelecidas para as demais Zonas Urbanas. Art. 56 Os condomínios fechados, os conjuntos residenciais, os loteamentos e os desmembramentos situados na Área de Expansão Urbana - AEU, aprovados após a publicação desta Lei, passarão a integrar a Área de Urbanização - AU, quando o empreendimento estiver devidamente registrado em Cartório de Imóveis. **SEÇÃO III DAS ZONAS HABITACIONAIS - ZH** Art. 57 Nas Zonas Habitacionais - ZH, não serão permitidos o licenciamento de atividades e os empreendimentos das categorias Geradores de Incômodo e Geradores de Impacto. Parágrafo Único - Nos trechos das Zonas de Corredores de Transporte - ZCT, que cortem a Zona Habitacional - ZH, serão admitidas as atividades e os empreendimentos da categoria Compatível, desde que ouvida a comunidade diretamente envolvida, moradores da área delimitada como ZH, através de consulta popular realizada em Audiência Pública, onde forem computados 50% (cinqüenta por cento) mais um, de votos favoráveis dos presentes. Art. 58 Nas Zonas Habitacionais - ZH, não serão permitidas construções de edificações em madeira nos seguintes locais: I - Zona Habitacional 1 - ZH 1; II - Zona Habitacional 2 - ZH 2 nos seguintes bairros: a) Bairro 08; b) Bairro 09; c) Bairro 14; d) Bairro 17; e) Bairro 18; f) Bairro 19; g) Bairro 21 e, h) Bairro 23. III - Zona Habitacional 3 - ZH 3. Parágrafo Único - A eventual modificação da denominação dos bairros mencionados nesta lei não altera o seu teor. **SEÇÃO IV DA ZONA CENTRAL - ZC** Art. 59 Na Zona Central - ZC, não será permitido o licenciamento de atividades e de empreendimentos da subcategoria Geradores de Impacto - Não Compatível. Art. 60 O licenciamento de atividades e de empreendimentos da categoria Geradores de Incômodo na Zona Central - ZC, fica condicionado ao atendimento das exigências definidas na Análise de Atividade - AA. Art. 61 O Município Nova Nazaré, concederá incentivos fiscais específicos, para as atividades de estaciona-

mentos rotativos e edifícios garagens instalados na Zona Central - ZC, na forma da lei. Art. 62 Na Zona Central - ZC, não serão permitidas construções de edificações em madeira. **SEÇÃO V DAS ZONAS DE INTERESSE AMBIENTAL - ZIA** Art. 63 Nas Zonas de Interesse Ambiental - ZIA, não é permitido ultrapassar o potencial construtivo básico, não se aplicando para os imóveis contidos na mesma a outorga onerosa, ou a recepção de potencial construtivo. Parágrafo Único - O potencial construtivo de imóveis localizados nas Zonas de Interesse Ambiental - ZIA, somente poderá ser transferido para imóveis localizados na Área de Urbanização - AU. Art. 64 As Zonas de Interesse Ambiental serão regulamentadas por legislação especifica. **SEÇÃO VI** DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL - (ZEIS) Art. 65 Nas Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, não será permitido o licenciamento de atividades e de empreendimentos da categoria Geradores de Impacto Não Compatível. Parágrafo Único - Serão admitidos às atividades e os empreendimentos das categorias Geradores de Incômodo e Geradores de Impacto - Compatível, nos trechos das Zonas de Corredores de Transporte - ZCT, que cortem as Zonas Especiais de Interesse Social ZEIS, condicionado à aprovação e ao atendimento das exigências definidas na Análise de Atividade - AA e no Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, respectivamente. **SEÇÃO VII** DAS ZONAS INDUSTRIAIS - (ZI) Art. 66 Nas Zonas Industriais - ZI, somente será permitido as atividades e os empreendimentos da subcategoria Geradores de Impacto - Não Compatível. Art. 67 O licenciamento de atividades e de empreendimentos discriminados nesta lei e pertencentes à subcategoria Geradores de Impacto Compatível, na Zona Industrial, estarão sujeitos às condições de uso e de funcionamento desta. Art. 68 O licenciamento de atividades e de empreendimentos abaixo relacionados, nas Zonas Industriais, fica condicionado à elaboração de estudos realizados pela Comissão Normativa da Legislação Urbanística - CNLU e à aprovação pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré - COMDENN: I - fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos; II - fabricação de lâmpadas e equipamentos de iluminação; III - fabricação de produtos alimentícios: estabelecimentos destinados à produção de óleos, gorduras, beneficiamento de arroz, fabricação de rações balanceadas, dentre outros, que exigem soluções tecnológicas complexas ou onerosas para seu tratamento; IV - curtimento e outras preparações de couro: indústrias com alto potencial de poluição do meio ambiente, tanto pelas emanações odoríferas, como pela qualidade dos efluentes e resíduos sólidos industriais gerados, que, em geral, necessitam de pré-condicionamentos para disposições conjuntas em sistemas de tratamento públicos ou privados; V - fabricação de celulose e pastas para fabricação de papel; VI - fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares: indústrias com alto potencial de poluição das águas e do ar, gerando resíduos sólidos, que exigem tratamento e/ou disposição final complexa e onerosa, além de possuírem alta periculosidade, riscos de incêndios e de explosões, e causarem sérios incômodos à população; VII - fabricação de produtos químicos: indústrias com processos e operações com potencial de insalubridade, periculosidade e incomodidade, podendo gerar emissões atmosféricas, efluentes líquidos e resíduos sólidos, altamente nocivos para a saúde pública e ao meio ambiente; VIII - fabricação de borracha: indústrias com operações de beneficiamento ou regeneração de borracha; IX - fabricação de produtos de minerais não metálicos: estabelecimentos destinados à fabricação de cimento, de cal, de telhas, de tijolos, dentre outros; X - metalúrgica básica: estabelecimentos destinados à produção de gusa, de ferro, de aço,de metalurgia dos metais não ferrosos, dentre outros, com alto potencial de poluição do ar, emitindo material particulado, gases tóxicos e incômodos, ruídos e vibrações, além de poluir as águas e de gerar resíduos sólidos que exigem soluções tecnológicas complexas e onerosas para o seu tratamento. Art. 69 Na Zona Industrial 1 - ZI-1, será permitido o licenciamento de atividades e de empreendimentos da subcategoria Geradores de Impacto - Não Compatível, em especial, as atividades e os empreendimentos que envolvam processo produtivo que implique na fixação de padrões específicos em termos de grau de incomodidade e de poluição ambiental, caracterizados pelo seu alto potencial poluidor do meio ambiente, pela emissão de ruídos, de gases, de vapores, de material particulado, de odores, de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, cujos incômodos possuem soluções tecnológicas economicamente viáveis para seu tratamento e/ou implantação de medidas mitigadoras. Parágrafo Único - Fica denominado de uso permissível as edificações habitacionais na Zona Industrial 1 - ZI 1. Art. 70 Na Zona Industrial 2 - ZI-2, será permitido o licenciamento de atividades e de empreendimentos da subcategoria Geradores de Impacto - Não Compatível, em especial de atividades e de empreendimentos com condições de instalação e de funcionamento, caracterizados pelo seu baixo potencial de poluição ambiental, não gerando efluentes líquidos industriais, emissões atmosféricas e resíduos sólidos, cuja incomodidade potencial está vinculada aos processos e às operações utilizados, à possível geração de ruídos e à emanações odoríferas passíveis de tratamento e de medidas mitigadoras. Parágrafo Único - A instalação do uso habitacional na Zona Industrial 2 - ZI-2, fica permitido em caso de unidade habitacional unifamiliar e nos casos de unidade multi-familiar horizontal fica condicionada à análise prévia da Comissão de Normatização de Legislação Urbana - CNLU e à aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré - COMDENN. **SEÇÃO VIII** DAS ZONAS DE CORREDORES DE TRANSPORTE - (ZCT) Art. 71 Nas Zonas de Corredores de Transporte 1 - ZCT-1, não será permitido o licenciamento das atividades de subcategoria, Geradores de Impacto - Não Compatível, exceto quando o Corredor atravessar as Zonas Industriais - ZI. Art. 72 O Município de Nova Nazaré concederá incentivos fiscais para as atividades de estacionamento rotativo em edifício-garagem instaladas nas Zonas de Corredores de Transporte 1 - ZCT 1, na forma da lei. Art. 73 As exigências para licenciamento de atividades e de empreendimentos nas Zonas de Corredores de Transporte 2 - ZCT 2, são aquelas estabelecidas nos artigos 74 e 76 desta Lei. Art. 74 Nas Zonas de Corredores de Transporte - ZCT, não serão permitidas construções de edificações em madeira, exceto quando estas atravessarem uma ZEIS. **SEÇÃO IX** DAS ZONAS DE ADENSAMENTO - (ZAD) Art. 75 Nas Zonas de Adensamento - ZAD, o licenciamento de atividades e de empreendimentos das categorias Grupo 3, (Geradores de Incômodo) e Grupo 4 (Geradores de Impacto), estarão sujeitos às condições de uso contidas nas Tabelas Anexas. Art. 76 Nas Zonas de Adensamento - ZAD, não serão permitidas construções de edificações em madeira.

CAPÍTULO IV

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 77 A inobservância das disposições estabelecidas nesta parte da lei e respectivas regulamentações ensejarão a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência ou notificação;

II - embargo da obra;

III - multa;

IV - cassação de Alvará ou Licença;

V - interdição;

VI - demolição da obra ou edificação.

Art. 78 Consideram-se infrações nas disposições desta Lei:

I - construir, reformar ou ampliar qualquer edificação em desacordo com as suas exigências;

II - inobservar projeto aprovado;

III - ocupar terrenos em desacordo com as restrições estabelecidas;

IV - exercício de atividades e de empreendimentos em desacordo com as exigências da Lei e de seus desdobramentos;

V - desrespeitar embargos, intimações, prazos e outras determinações previstas na Lei e em seus desdobramentos;

VI - outras ações em desacordo com a presente Lei e com seus desdobramentos. § 1º Para os incisos I a III do caput deste artigo aplicam-se, no que couber, as seguintes penalidades: advertência ou notificação, interdição, cassação de Alvará ou Licença, embargo e/ou demolição. § 2º Para o inciso V aplica-se multa, a ser definida pelo órgão competente do Município. Art. 79 A modificação da denominação das vias públicas urbanas utilizadas como limites nas zonas descritas nesta Lei não altera os perímetros das mesmas. Art. 80 Integram esta Lei os seguintes anexos: ANEXO 1 - Mapa das Zonas Urbanas da Cidade de Nova Nazaré na escala de 1:10. 000. ANEXO 2 - Representação Gráfica dos Conceitos de Ocupação do Solo Urbano. ANEXO 3 - Exigências mínimas de vagas de estacionamento. ANEXO 4 - Tabela de Uso e Ocupação do Solo Urbano. ANEXO 5 - Tipos de Uso. **CAPÍTULO V**

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 81 As edificações executadas antes da publicação desta Lei, que não estejam de acordo com as exigências aqui estabelecidas, somente poderão ser ampliadas ou modificadas, quando tais ampliações ou modificações não venham transgredir esta legislação. Art. 82 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de Nova Nazaré, em 03 de junho de 2015.

RAILDA DE FATIMA ALVES Prefeita Municipal REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DECRETO MUNICIPAL Nº 039 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

"QUE DISPOE SOBRE LUTO OFICIAL NO MUNICIPIO."

CRISTÓVÃO MASSON, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado **Luto Oficial** no município de Nova Olímpia-MT, **no dia 19 de junho de 2015**, em função do falecimento do Servidor Senhor **Jair Alves Torres.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia-MT, aos 18 dias do mês de junho de 2015.

CRISTÓVÃO MASSON

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na sua data supra.

Adilson Alves Pessoa

Sec. Mun. de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 011/2015 PREGÃO PRESENCIAL 022/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL: N° 022/2015 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2015

VALIDADE: 12(doze) meses oficiais

VIGÊNCIA: 19 de junho de 2016.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS E ELETRO-ELETRÔNICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEÍCULOS E MAQUINAS, COM FORNECIMENTO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS E PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, PARA ATENDER AS OS ÓRGÃOS/ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

2875 **E.L.SOARES - ME** 17.697.089/0001-90

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	900,000	1,000	900,000
2	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	1.100,000	1,000	1.100,000
3	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	870,000	1,000	870,000
4	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	800,000	4,000	3.200,000
5	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	650,000	2,000	1.300,000
6	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	600,000	3,000	1.800,000
7	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	530,000	1,000	530,000
8	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	500,000	2,000	1.000,000
9	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	370,000	1,000	370,000
10	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	90,000	5,000	450,000
11	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	140,000	1,000	140,000
12	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	130,000	1,000	130,000
13	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	124,000	1,000	124,000
14	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	120,000	2,000	240,000
15	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	60,000	1,000	60,000
16	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	100,000	1,000	100,000
17	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	70,000	3,000	210,000
18	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	110,000	1,000	110,000
19	17687	BATERIA 100 A	UNIDADE	300,000	31,000	9.300,000
20	17687	BATERIA 100 A	UNIDADE	280,000	5,000	1.400,000
21	17627	BATERIA 150 HA	UNIDADE	490,000	34,000	16.660,000
22	17627	BATERIA 150 HA	UNIDADE	450,000	3,000	1.350,000
23	17679	BATERIA 70 A	UNIDADE	280,000	6,000	1.680,000
24	17628	BENDIX	UNIDADE	80,000	1,000	80,000
25	17628	BENDIX	UNIDADE	149,000	1,000	149,000
26	17628	BENDIX	UNIDADE	130,000	1,000	130,000
27	17628	BENDIX	UNIDADE	95,000	1,000	95,000

28	17628	BENDIX	UNIDADE	89,000	2,000	178,000
29	17628	BENDIX	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
30	17628	BENDIX	UNIDADE	69,000	4,000	276,000
31	17628	BENDIX	UNIDADE	68,000	1,000	68,000
32	17628	BENDIX	UNIDADE	40,000	1,000	40,000
33	17628	BENDIX	UNIDADE	48,000	1,000	48,000
34	17628	BENDIX	UNIDADE	60,000	1,000	60,000
35	11003	BICO INJETOR	UNIDADE	100,000	4,000	400,000
36	11003	BICO INJETOR	UNIDADE	130,000	4,000	520,000
37	11003	BICO INJETOR	UNIDADE	125,750	4,000	503,000
38	11003	BICO INJETOR	UNIDADE	105,000	4,000	420,000
39	11003	BICO INJETOR	UNIDADE	110,000	8,000	880,000
40	11003	BICO INJETOR	UNIDADE	115,000	4,000	460,000
41	17660	BOBINA DE CAMPO	UNIDADE	190,000	1,000	190,000
42	17660	BOBINA DE CAMPO	UNIDADE	60,000	1,000	60,000
43	17660	BOBINA DE CAMPO	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
44	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	80,000	1,000	80,000
45	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	60,000	1,000	60,000
46	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	90,000	4,000	360,000
47	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	140,000	3,000	420,000
48	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	160,000	1,000	160,000
49	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	130,000	3,000	390,000
50	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	130,000	2,000	260,000
51	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	148,000	1,000	148,000
52	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	49,000	1,000	49,000
53	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	69,000	2,000	138,000
54	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	60,000	1,000	60,000
55	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	110,000	2,000	220,000
56	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	99,000	2,000	198,000
57	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	90,000	2,000	180,000
58	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	79,000	1,000	79,000
59	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	70,000	2,000	140,000
60	17631	BUZINA	UNIDADE	49,000	15,000	735,000
61	17631	BUZINA	UNIDADE	30,000	1,000	30,000
62	17632	CABO BATERIA (1 METRO)	UNIDADE	48,000	2,000	96,000
63	17632	CABO BATERIA (1 METRO)	UNIDADE	38,000	28,000	1.064,000
64	17632	CABO BATERIA (1 METRO)	UNIDADE	25,000	2,000	50,000
65	17683	CABO DE VELA	UNIDADE	69,000	3,000	207,000
66	17683	CABO DE VELA	UNIDADE	59,000	3,000	177,000
67	17683	CABO DE VELA	UNIDADE	53,000	1,000	53,000
68	17633	CEBOLAO DO RADIADOR	UNIDADE	30,000	1,000	30,000
69	17633	CEBOLAO DO RADIADOR	UNIDADE	40,000	7,000	280,000
70	17633	CEBOLAO DO RADIADOR	UNIDADE	25,000	1,000	25,000
71	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	70,000	1,000	70,000
72	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	250,000	1,000	250,000
73	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	40,000	1,000	40,000
74	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	280,000	1,000	280,000
75	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	90,000	2,000	180,000
76	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	110,000	2,000	220,000
77	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	190,000	1,000	190,000
78	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	130,000	2,000	260,000
79	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	140,000	2,000	280,000
80	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	150,000	1,000	150,000
81	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	39,000	2,000	78,000
82	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	200,000	1,000	200,000
83	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	40,000	2,000	80,000
84	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	60,000	1,000	60,000
85	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	69,000	2,000	138,000
86	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	70,000	1,000	70,000
87	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	100,000	1,000	100,000
88	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	110,000	1,000	110,000
89	17634	CHAVE DE IGNICAO MB (NOVO)	UNIDADE	69,000	2,000	138,000
90	17634	CHAVE DE IGNICAO MB (NOVO)	UNIDADE	40,000	1,000	40,000
91	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	250,000	1,000	250,000
92	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
93	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	130,000	3,000	390,000
94	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	280,000	1,000	280,000
95	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	190,000	1,000	190,000
96	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	169,000	1,000	169,000
97	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	160,000	2,000	320,000
98	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	150,000	2,000	300,000
99	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	55,000	1,000	55,000
100	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	79,000	1,000	79,000
101	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	120,000	1,000	120,000
102	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	160,000	1,000	160,000
103	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	89,000	1,000	89,000
104	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	110,000	1,000	110,000

105	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	130,000	4,000	520,000
106	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	150,000	1,000	150,000
107	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	169,000	1,000	169,000
108	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	190,000	1,000	190,000
109	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	250,000	1,000	250,000
110	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	280,000	1,000	280,000
111	17684	CHICOTE DO MOTOR	UNIDADE	90,000	2,000	180,000
112	17684	CHICOTE DO MOTOR	UNIDADE	150,000	4,000	600,000
113	17684	CHICOTE DO MOTOR	UNIDADE	130,000	1,000	130,000
114	17663	CHICOTE ELETRICO	UNIDADE	200,000	1,000	200,000
115	17637	DIODO NEGATIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	17,000	3,000	51,000
116	17637	DIODO NEGATIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	18,000	42,000	756,000
117	17637	DIODO NEGATIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	12,000	3,000	36,000
118	17638	DIODO POSITIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	20,000	42,000	840,000
119	17638	DIODO POSITIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	10,000	3,000	30,000
120	17638	DIODO POSITIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	19,000	3,000	57,000
121	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	10,000	33,000	330,000
122	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	8,000	3,000	24,000
123	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	3,000	3,000	9,000
124	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	15,000	6,000	90,000
125	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	10,000	3,000	30,000
126	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	3,000	3,000	9,000
127	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	5,000	42,000	210,000
128	17846	ESCOVAS DO MOTOR DE ARRANQUE	PAR	15,000	3,000	45,000
129	11821	ESTATOR	UNIDADE	120,000	1,000	120,000
130	11821	ESTATOR	UNIDADE	80,000	1,000	80,000
131	11821	ESTATOR	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
132	11821	ESTATOR	UNIDADE	210,000	2,000	420,000
133	11821	ESTATOR	UNIDADE	190,000	3,000	570,000
134	11821	ESTATOR	UNIDADE	160,000	2,000	320,000
135	11821	ESTATOR	UNIDADE	159,000	1,000	159,000
136	17666	ESTATOR 12 V	UNIDADE	110,000	2,000	220,000
137	17666	ESTATOR 12 V	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
138	17666	ESTATOR 12 V	UNIDADE	120,000	1,000	120,000
139	17662	ESTATOR 24 V	UNIDADE	210,000	1,000	210,000
140	14658	FAROL	UNIDADE	110,000	6,000	660,000
141	14658	FAROL	UNIDADE	100,000	2,000	200,000
142	14658	FAROL	UNIDADE	70,000	2,000	140,000
143	14658	FAROL	UNIDADE	135,000	2,000	270,000
144	14658	FAROL	UNIDADE	160,000	2,000	320,000
145	14658	FAROL	UNIDADE	169,000	2,000	338,000
146	14658	FAROL	UNIDADE	170,000	2,000	340,000
147	14658	FAROL	UNIDADE	210,000	10,000	2.100,000
148	14658	FAROL	UNIDADE	230,000	2,000	460,000
149	14658	FAROL	UNIDADE	115,000	2,000	230,000
150	15193	FILTRO DE AR CONDICIONADO	UNIDADE	80,000	1,000	80,000
151	17696	FILTRO DO AR CONDICIONADO	UNIDADE	110,000	1,000	110,000
152	17696	FILTRO DO AR CONDICIONADO	UNIDADE	80,000	1,000	80,000
153	17696	FILTRO DO AR CONDICIONADO	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
154	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	80,000	2,000	160,000
155	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	240,000	1,000	240,000
156	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	230,000	1,000	230,000
157	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	190,000	1,000	190,000
158	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	170,000	1,000	170,000
159	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	130,000	1,000	130,000
160	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	140,000	5,000	700,000
161	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	110,000	1,000	110,000
162	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	160,000	4,000	640,000
163	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	20,000	1,000	20,000
164	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	45,000	2,000	90,000
165	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	35,000	2,000	70,000
166	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	58,000	1,000	58,000
167	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	39,000	1,000	39,000
168	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	40,000	1,000	40,000
169	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	69,000	1,000	69,000
170	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	70,000	1,000	70,000
171	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	89,000	1,000	89,000
172	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	90,000	2,000	180,000
173	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	120,000	1,000	120,000
174	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	49,000	2,000	98,000
175	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	15,000	1,000	15,000
176	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	20,000	1,000	20,000
177	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	89,000	1,000	89,000
178	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	30,000	1,000	30,000
179	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	35,000	2,000	70,000
180	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	49,000	1,000	49,000
181	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	55,000	1,000	55,000

182	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	70,000	3,000	210,000
183	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	25,000	2,000	50,000
184	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
185	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	110,000	1,000	110,000
186	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	69,000	1,000	69,000
187	17643	LAMPADA DA LANTERNA	UNIDADE	4,000	64,000	256,000
188	17644	LAMPADA DO FAROL 12 V	UNIDADE	10,000	2,000	20,000
189	17644	LAMPADA DO FAROL 12 V	UNIDADE	20,000	26,000	520,000
190	17644	LAMPADA DO FAROL 12 V	UNIDADE	35,000	2,000	70,000
191	17645	LAMPADA DO PISCA	UNIDADE	20,000	4,000	80,000
192	17645	LAMPADA DO PISCA	UNIDADE	5,000	50,000	250,000
193	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	130,000	2,000	260,000
194	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	90,000	4,000	360,000
195	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	80,000	2,000	160,000
196	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	70,000	4,000	280,000
197	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	40,000	2,000	80,000
198	12411	LANTERNA TRAZEIRA	UNIDADE	90,000	2,000	180,000
199	17664	MAGNETICO COMPLETO	UNIDADE	160,000	1,000	160,000
200	17695	MANGUEIRA DO AR CONDICIONADO	UNIDADE	38,000	2,000	76,000
201	17677	MANGUEIRA DO AR CONDICIONADO (1 METRO)	UNIDADE	38,000	1,000	38,000
202	17677	MANGUEIRA DO AR CONDICIONADO (1 METRO)	UNIDADE	5,000	1,000	5,000
203	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	40,000	1,000	40,000
204	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	60,000	1,000	60,000
205	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	39,000	1,000	39,000
206	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	30,000	1,000	30,000
207	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	70,000	2,000	140,000
208	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	170,000	2,000	340,000
209	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	140,000	1,000	140,000
210	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	130,000	1,000	130,000
211	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	110,000	2,000	220,000
212	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	100,000	1,000	100,000
213	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
214	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	89,000	1,000	89,000
215	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	69,000	1,000	69,000
216	17697	MIOLO DA PARTIDA	UNIDADE	60,000	1,000	60,000
217	4805	MIOLO PARTIDA	UNIDADE	40,000	2,000	80,000
218	4805	MIOLO PARTIDA	UNIDADE	69,000	3,000	207,000
219	4805	MIOLO PARTIDA	UNIDADE	30,000	1,000	30,000
220	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	120,000	1,000	120,000
221	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	130,000	1,000	130,000
222	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	190,000	3,000	570,000
223	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
224	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	110,000	1,000	110,000
225	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	264,000	1,000	264,000
226	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	280,000	2,000	560,000
227	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	250,000	1,000	250,000
228	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	230,000	1,000	230,000
229	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	190,000	1,000	190,000
230	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	290,000	1,000	290,000
231	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	250,000	1,000	250,000
232	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	100,000	1,000	100,000
233	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	230,000	2,000	460,000
234	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	310,000	1,000	310,000
235	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	290,000	1,000	290,000
236	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	280,000	1,000	280,000
237	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	190,000	1,000	190,000
238	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	260,000	2,000	520,000
239	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	177,000	1,000	177,000
240	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	240,000	1,000	240,000
241	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	320,000	2,000	640,000
242	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	150,000	1,000	150,000
243	7233	RELE DE PISCA	UNIDADE	25,000	1,000	25,000
244	7233	RELE DE PISCA	UNIDADE	15,000	1,000	15,000
245	7233	RELE DE PISCA	UNIDADE	30,000	15,000	450,000
246	17657	RELE DA BOMBA DE COMBUSTIVEL	UNIDADE	15,000	1,000	15,000
247	17657	RELE DA BOMBA DE COMBUSTIVEL	UNIDADE	30,000	7,000	210,000
248	17681	RELE DA BOMBA DE GASOLINA	UNIDADE	20,000	1,000	20,000
249	17681	RELE DA BOMBA DE GASOLINA	UNIDADE	30,000	4,000	120,000
250	17681	RELE DA BOMBA DE GASOLINA	UNIDADE	25,000	2,000	50,000
251	17682	RELE DA VENTOINHA	UNIDADE	30,000	4,000	120,000
252	17682	RELE DA VENTOINHA	UNIDADE	25,000	3,000	75,000
253	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	30,000	15,000	450,000
254	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	15,000	1,000	15,000
255	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	20,000	1,000	20,000
256	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	59,000	2,000	118,000
257	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	25,000	2,000	50,000
258	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	69,000	2,000	138,000

259	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	29,000	1,000	29,000
260	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	49,000	7,000	343,000
261	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	35,000	1,000	35,000
262	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	59,000	2,000	118,000
263	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	25,000	1,000	25,000
264	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	35,000	4,000	140,000
265	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	39,000	2,000	78,000
266	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	49,000	1,000	49,000
267	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	65,000	2,000	130,000
268	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	67,000	1,000	67,000
269	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	69,000	1,000	69,000
270	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	45,000	1,000	45,000
271	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	30,000	1,000	30,000
272	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	40,000	15,000	600,000
273	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	20,000	1,000	20,000
274	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	30,000	6,000	180,000
275	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	25,000	1,000	25,000
276	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	20,000	1,000	20,000
277	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	55,000	1,000	55,000
278	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	69,000	1,000	69,000
279	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	45,000	5,000	225,000
280	17656	RELE DO PAINEL	UNIDADE	30,000	10,000	300,000
281	17656	RELE DO PAINEL	UNIDADE	20,000	6,000	120,000
282	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	24,000	4,000	96,000
283	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	25,000	5,000	125,000
284	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	21,000	10,000	210,000
285	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	17,000	4,000	68,000
286	17957	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	45,000	2,000	90,000
287	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	15,000	2,000	30,000
288	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	29,000	3,000	87,000
289	17676	ROLAMENTO DO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO	UNIDADE	90,000	3,000	270,000
290	17955	ROLAMENTO DO COMPRESSOR DO AR CONDICIONADO	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
291	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	160,000	1,000	160,000
292	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
293	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	85,000	1,000	85,000
294	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	170,000	1,000	170,000
295	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	190,000	6,000	1.140,000
296	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	210,000	2,000	420,000
297	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	240,000	1,000	240,000
298	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	259,000	1,000	259,000
299	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	290,000	1,000	290,000
300	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	120,000	1,000	120,000
301	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	40,000	6,000	240,000
302	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	30,000	10,000	300,000
303	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	50,000	2,000	100,000
304	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	20,000	4,000	80,000
305	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	22,500	2,000	45,000
306	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	29,000	2,000	58,000
307	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	25,000	4,000	100,000
308	17670	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DO FAROL	UN	40,000	10,000	400,000
309	17670	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DO FAROL	UN	30,000	10,000	300,000
310	17670	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DO FAROL	UN	20,000	2,000	40,000
311	17670	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DO FAROL	UN	25,000	8,000	200,000
312	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	70,000	4,000	280,000
313	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	80,000	2,000	160,000
314	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	60,000	12,000	720,000
315	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	59,000	2,000	118,000
316	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	50,000	6,000	300,000
317	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	45,000	2,000	90,000
318	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	20,000	2,000	40,000
319	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	80,000	2,000	160,000
320	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	70,000	4,000	280,000
321	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	60,000	12,000	720,000
322	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	50,000	10,000	500,000
323	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	45,000	2,000	90,000
324	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	10,000	4,000	40,000
325	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	22,500	2,000	45,000
326	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	45,000	2,000	90,000
327	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	40,000	10,000	400,000
328	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	30,000	12,000	360,000
329	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	20,000	2,000	40,000
330	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	10,000	4,000	40,000
331	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	5,000	24,000	120,000
332	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	10,000	2,000	20,000
333	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	6,000	30,000	180,000
334	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	20,000	3,000	60,000
335	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	22,000	1,000	22,000

336	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	15,000	11,000	165,000
337	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	25,000	2,000	50,000
338	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	19,000	2,000	38,000
339	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	75,000	1,000	75,000
340	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	47,000	6,000	282,000
341	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	20,000	1,000	20,000
342	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	30,000	3,000	90,000
343	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	35,000	1,000	35,000
344	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	49,000	2,000	98,000
345	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	70,000	2,000	140,000
346	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
347	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	69,000	1,000	69,000
348	3048	TERMINAL DE BATERIA	UNIDADE	5,000	30,000	150,000
349	17665	TERMOSTATO UNIVERSAL	UNIDADE	80,000	1,000	80,000
350	17678	VALVULA SOLENOIDE	UNIDADE	120,000	12,000	1.440,000
351	17678	VALVULA SOLENOIDE	UNIDADE	105,000	4,000	420,000
352	17678	VALVULA SOLENOIDE	UNIDADE	100,000	4,000	400,000
353	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
354	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	550,000	1,000	550,000
355	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	60,000	1,000	60,000
356	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	70,000	2,000	140,000
357	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	130,000	2,000	260,000
358	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	190,000	3,000	570,000
359	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	200,000	1,000	200,000
360	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	290,000	1,000	290,000
361	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	300,000	1,000	300,000
362	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	450,000	1,000	450,000
363	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	110,000	1,000	110,000
364	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	301,000	1,000	301,000
		TOTAL DO VENCEDOR				109.833,000

1039 **F. E. CRISTOVAO- ME** 06.070.840/0001-07

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	17698	ALTERNADOR	UNIDADE	700,000	1,000	700,000
2	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	959,860	1,000	959,860
3	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	500,000	1,000	500,000
4	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	635,750	1,000	635,750
5	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	550,000	1,000	550,000
6	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	676,350	1,000	676,350
7	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	700,000	3,000	2.100,000
8	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	726,350	1,000	726,350
9	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	800,000	2,000	1.600,000
10	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	756,420	1,000	756,420
11	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	640,470	1,000	640,470
12	17659	ALTERNADOR 24 V	UNIDADE	869,320	1,000	869,320
13	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	175,000	1,000	175,000
14	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	200,000	1,000	200,000
15	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	165,000	1,000	165,000
16	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	160,000	1,000	160,000
17	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	150,000	2,000	300,000
18	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	140,000	1,000	140,000
19	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	131,670	1,000	131,670
20	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	115,000	1,000	115,000
21	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	106,670	1,000	106,670
22	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	100,000	1,000	100,000
23	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	80,000	1,000	80,000
24	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	67,110	1,000	67,110
25	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	50,000	1,000	50,000
26	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	96,820	1,000	96,820
27	17687	BATERIA 100 A	UNIDADE	300,000	4,000	1.200,000
28	17687	BATERIA 100 A	UNIDADE	340,000	3,000	1.020,000
29	17687	BATERIA 100 A	UNIDADE	366,000	5,000	1.830,000
30	17687	BATERIA 100 A	UNIDADE	370,000	3,000	1.110,000
31	17687	BATERIA 100 A	UNIDADE	371,670	5,000	1.858,350
32	17627	BATERIA 150 HA	UNIDADE	550,000	5,000	2.750,000
33	17627	BATERIA 150 HA	UNIDADE	500,000	3,000	1.500,000
34	17627	BATERIA 150 HA	UNIDADE	565,000	5,000	2.825,000
35	17627	BATERIA 150 HA	UNIDADE	541,000	13,000	7.033,000
36	17627	BATERIA 150 HA	UNIDADE	520,000	8,000	4.160,000
37	17627	BATERIA 150 HA	UNIDADE	530,000	8,000	4.240,000
38	17627	BATERIA 150 HA	UNIDADE	566,000	8,000	4.528,000
39	17679	BATERIA 70 A	UNIDADE	300,000	6,000	1.800,000
40	17628	BENDIX	UNIDADE	160,000	1,000	160,000
41	17628	BENDIX	UNIDADE	139,670	1,000	139,670
42	17628	BENDIX	UNIDADE	130,000	3,000	390,000
43	17628	BENDIX	UNIDADE	106,670	2,000	213,340

44	17628	BENDIX	UNIDADE	100,000	1,000	100,000
45	17628	BENDIX	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
46	17628	BENDIX	UNIDADE	70,720	1,000	70,720
47	17628	BENDIX	UNIDADE	64,000	1,000	64,000
48	17628	BENDIX	UNIDADE	60,000	1,000	60,000
49	17628	BENDIX	UNIDADE	57,330	1,000	57,330
50	17628	BENDIX	UNIDADE	15,000	1,000	15,000
51	17628	BENDIX	UNIDADE	80,000	1,000	80,000
52	11003	BICO INJETOR	UNIDADE	100,000	4,000	400,000
53	11003	BICO INJETOR	UNIDADE	300,000	8,000	2.400,000
54	11003	BICO INJETOR	UNIDADE	118,000	4,000	472,000
55	11003	BICO INJETOR	UNIDADE	119,000	4,000	476,000
56	11003	BICO INJETOR	UNIDADE	38,330	4,000	153,320
57	17660	BOBINA DE CAMPO	UNIDADE	110,000	1,000	110,000
58	17660	BOBINA DE CAMPO	UNIDADE	160,000	1,000	160,000
59	17660	BOBINA DE CAMPO	UNIDADE	138,000	1,000	138,000
60	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	105,000	1,000	105,000
61	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	151,670	1,000	151,670
62	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	148,830	1,000	148,830
63	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	146,000	1,000	146,000
64	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	121,560	1,000	121,560
65	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	101,670	1,000	101,670
66	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	99,670	1,000	99,670
67	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	38,330	1,000	38,330
68	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	80,000	3,000	240,000
69	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	142,000	1,000	142,000
70	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	102,000	1,000	102,000
71	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	140,000	1,000	140,000
72	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	135,000	1,000	135,000
73	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	134,330	1,000	134,330
74	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	134,000	1,000	134,000
75	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	100,000	2,000	200,000
76	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
77	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	80,000	3,000	240,000
78	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	76,810	1,000	76,810
79	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	28,330	1,000	28,330
80	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	128,330	1,000	128,330
81	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	122,000	1,000	122,000
82	17631	BUZINA	UNIDADE	55,000	1,000	55,000
83	17631	BUZINA	UNIDADE	74,330	1,000	74,330
84	17631	BUZINA	UNIDADE	60,000	1,000	60,000
85	17631	BUZINA	UNIDADE	54,330	1,000	54,330
86	17631	BUZINA	UNIDADE	50,000	9,000	450,000
87	17631	BUZINA	UNIDADE	15,000	1,000	15,000
88	17631	BUZINA	UNIDADE	64,000	1,000	64,000
89	17632	CABO BATERIA (1 METRO)	UNIDADE	14,000	2,000	28,000
90	17632	CABO BATERIA (1 METRO)	UNIDADE	28,000	2,000	56,000
91	17632	CABO BATERIA (1 METRO)	UNIDADE	30,000	10,000	300,000
92	17632	CABO BATERIA (1 METRO)	UNIDADE	31,180	2,000	62,360
93	17632	CABO BATERIA (1 METRO)	UNIDADE	33,330	2,000	66,660
94	17632	CABO BATERIA (1 METRO)	UNIDADE	45,000	2,000	90,000
95	17632	CABO BATERIA (1 METRO)	UNIDADE	40,000	6,000	240,000
96	17632	CABO BATERIA (1 METRO)	UNIDADE	47,000	4,000	188,000
97	17683	CABO DE VELA	UNIDADE	80,000	1,000	80,000
98	17683	CABO DE VELA	UNIDADE	29,330	1,000	29,330
99	17683	CABO DE VELA	UNIDADE	60,000	1,000	60,000
100	17683	CABO DE VELA	UNIDADE	77,330	2,000	154,660
101	17683	CABO DE VELA	UNIDADE	70,000	1,000	70,000
102	17633	CEBOLAO DO RADIADOR	UNIDADE	43,670	1,000	43,670
103	17633	CEBOLAO DO RADIADOR	UNIDADE	15,000	1,000	15,000
104	17633	CEBOLAO DO RADIADOR	UNIDADE	40,000	2,000	80,000
105	17633	CEBOLAO DO RADIADOR	UNIDADE	49,000	1,000	49,000
106	17633	CEBOLAO DO RADIADOR	UNIDADE	48,330	2,000	96,660
107	17633	CEBOLAO DO RADIADOR	UNIDADE	50,000	2,000	100,000
108	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	120,000	1,000	120,000
109	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	83,330	1,000	83,330
110	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	80,000	2,000	160,000
111	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	57,930	1,000	57,930
112	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	50,000	1,000	50,000
113	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	85,000	1,000	85,000
114	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	113,330	1,000	113,330
115	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	140,000	1,000	140,000
116	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	150,000	1,000	150,000
117	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	180,000	1,000	180,000
118	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	191,410	1,000	191,410
119	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	220,000	1,000	220,000
120	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	100,000	2,000	200,000

121	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	120,000	2,000	240,000
122	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	93,330	1,000	93,330
123	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
124	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	88,000	1,000	88,000
125	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	80,670	1,000	80,670
126	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	75,000	1,000	75,000
127	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	148,330	1,000	148,330
128	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	69,000	1,000	69,000
129	17634	CHAVE DE IGNICAO MB (NOVO)	UNIDADE	105,000	1,000	105,000
130	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	86,670	1,000	86,670
131	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	100,000	2,000	200,000
132	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	120,000	2,000	240,000
133	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	142,000	1,000	142,000
134	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	150,000	4,000	600,000
135	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	192,000	1,000	192,000
136	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	205,000	1,000	205,000
137	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	210,000	1,000	210,000
138	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	120,000	3,000	360,000
139	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	100,000	2,000	200,000
140	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	70,000	1,000	70,000
141	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	78,330	1,000	78,330
142	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	145,000	1,000	145,000
143	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	146,000	1,000	146,000
144	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	150,000	1,000	150,000
145	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	240,000	1,000	240,000
146	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	86,670	1,000	86,670
147	17684	CHICOTE DO MOTOR	UNIDADE	150,000	1,000	150,000
148	17684	CHICOTE DO MOTOR	UNIDADE	115,000	1,000	115,000
149	17684	CHICOTE DO MOTOR	UNIDADE	200,000	2,000	400,000
150	17684	CHICOTE DO MOTOR	UNIDADE	240,000	1,000	240,000
151	17684	CHICOTE DO MOTOR	UNIDADE	250,000	1,000	250,000
152	17663	CHICOTE ELETRICO	UNIDADE	250,000	1,000	250,000
153	17637	DIODO NEGATIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	30,000	3,000	90,000
154	17637	DIODO NEGATIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	14,530	3,000	43,590
155	17637	DIODO NEGATIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	14,000	3,000	42,000
156	17637	DIODO NEGATIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	2,330	3,000	6,990
157	17637	DIODO NEGATIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	15,000	6,000	90,000
158	17637	DIODO NEGATIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	14,630	27,000	395,010
159	17638	DIODO POSITIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	30,000	3,000	90,000
160	17638	DIODO POSITIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	2,330	3,000	6,990
161	17638	DIODO POSITIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	13,000	3,000	39,000
162	17638	DIODO POSITIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	15,000	3,000	45,000
163	17638	DIODO POSITIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	15,200	3,000	45,600
164	17638	DIODO POSITIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	15,300	30,000	459,000
165	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	2,330	3,000	6,990
166	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	14,000	3,000	42,000
167	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	15,000	6,000	90,000
168	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	15,330	3,000	45,990
169	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	16,000	3,000	48,000
170	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	18,970	6,000	113,820
171	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	19,670	3,000	59,010
172	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	10,000	3,000	30,000
173	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	20,000	3,000	60,000
174	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	26,090	3,000	78,270
175	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	30,000	3,000	90,000
176	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	13,000	3,000	39,000
177	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	38,670	3,000	116,010
178	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	48,000	3,000	144,000
179	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	47,670	3,000	143,010
180	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	16,330	3,000	48,990
181	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	40,670	3,000	122,010
182	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	32,670	3,000	98,010
183	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	30,000	3,000	90,000
184	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	24,000	3,000	72,000
185	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	22,670	3,000	68,010
186	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	21,000	3,000	63,000
187	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	16,670	3,000	50,010
188	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	10,000	6,000	60,000
189	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	12,670	3,000	38,010
190	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	60,000	3,000	180,000
191	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	1,000	3,000	3,000
192	11821	ESTATOR	UNIDADE	125,000	1,000	125,000
193	11821	ESTATOR	UNIDADE	53,330	1,000	53,330
194	11821	ESTATOR	UNIDADE	235,000	1,000	235,000
195	11821	ESTATOR	UNIDADE	166,670	1,000	166,670
196	11821	ESTATOR	UNIDADE	158,000	1,000	158,000
197	11821	ESTATOR	UNIDADE	150,000	2,000	300,000

198	11821	ESTATOR	UNIDADE	140,000	1,000	140,000
199	11821	ESTATOR	UNIDADE	120,000	1,000	120,000
200	11821	ESTATOR	UNIDADE	80,000	1,000	80,000
201	11821	ESTATOR	UNIDADE	142,670	1,000	142,670
202	17666	ESTATOR 12 V	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
203	17666	ESTATOR 12 V	UNIDADE	100,000	1,000	100,000
204	17666	ESTATOR 12 V	UNIDADE	125,000	1,000	125,000
205	17662	ESTATOR 24 V	UNIDADE	150,000	1,000	150,000
206	14658	FAROL	UNIDADE	154,330	2,000	308,660
207	14658	FAROL	UNIDADE	48,330	2,000	96,660
208	14658	FAROL	UNIDADE	160,000	2,000	320,000
209	14658	FAROL	UNIDADE	110,000	2,000	220,000
210	14658	FAROL	UNIDADE	220,000	2,000	440,000
211	14658	FAROL	UNIDADE	241,330	2,000	482,660
212	14658	FAROL	UNIDADE	150,000	6,000	900,000
213	14658	FAROL	UNIDADE	140,000	2,000	280,000
214	14658	FAROL	UNIDADE	120,000	2,000	240,000
215	14658	FAROL	UNIDADE	80,000	2,000	160,000
216	14658	FAROL	UNIDADE	70,000	4,000	280,000
217	14658	FAROL	UNIDADE	90,000	2,000	180,000
218	15193	FILTRO DE AR CONDICIONADO	UNIDADE	65,000	1,000	65,000
219	17696	FILTRO DO AR CONDICIONADO	UNIDADE	75,000	1,000	75,000
220	17696	FILTRO DO AR CONDICIONADO	UNIDADE	50,000	1,000	50,000
221	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	250,000	1,000	250,000
222	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	219,000	1,000	219,000
223	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	180,000	1,000	180,000
224	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	38,330	1,000	38,330
225	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	160,000	1,000	160,000
226	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	84,900	1,000	84,900
227	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	163,000	1,000	163,000
228	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	100,000	3,000	300,000
229	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	141,670	1,000	141,670
230	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	150,000	2,000	300,000
231	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	170,000	1,000	170,000
232	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	175,000	1,000	175,000
233	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	60,670	1,000	60,670
234	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	44,330	1,000	44,330
235	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	42,000	1,000	42,000
236	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	34,670	2,000	69,340
237	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	33,000	1,000	33,000
238	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	30,000	1,000	30,000
239	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	8,330	1,000	8,330
240	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	66,000	1,000	66,000
241	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	60,000	1,000	60,000
242	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	57,000	1,000	57,000
243	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	56,330	1,000	56,330
244	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	50,000	1,000	50,000
245	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	54,330	1,000	54,330
246	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	55,000	1,000	55,000
247	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	35,000	1,000	35,000
248	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	24,670	1,000	24,670
249	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	27,000	1,000	27,000
250	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	81,000	1,000	81,000
251	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	40,670	1,000	40,670
252	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	45,000	1,000	45,000
253	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	45,330	1,000	45,330
254	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	49,330	1,000	49,330
255	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	51,330	1,000	51,330
256	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	54,000	1,000	54,000
257	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	55,330	1,000	55,330
258	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	75,000	1,000	75,000
259	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
260	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	25,000	1,000	25,000
261	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	107,000	1,000	107,000
262	17643	LAMPADA DA LANTERNA	UNIDADE	3,330	48,000	159,840
263	17643	LAMPADA DA LANTERNA	UNIDADE	4,270	4,000	17,080
264	17643	LAMPADA DA LANTERNA	UNIDADE	5,000	4,000	20,000
265	17643	LAMPADA DA LANTERNA	UNIDADE	0,670	4,000	2,680
266	17644	LAMPADA DO FAROL 12 V	UNIDADE	24,000	4,000	96,000
267	17644	LAMPADA DO FAROL 12 V	UNIDADE	5,000	2,000	10,000
268	17644	LAMPADA DO FAROL 12 V	UNIDADE	15,000	4,000	60,000
269	17644	LAMPADA DO FAROL 12 V	UNIDADE	18,000	6,000	108,000
270	17644	LAMPADA DO FAROL 12 V	UNIDADE	23,330	2,000	46,660
271	17644	LAMPADA DO FAROL 12 V	UNIDADE	18,330	10,000	183,300
272	17645	LAMPADA DO PISCA	UNIDADE	3,670	12,000	44,040
273	17645	LAMPADA DO PISCA	UNIDADE	1,000	4,000	4,000
274	17645	LAMPADA DO PISCA	UNIDADE	3,500	4,000	14,000

275	17645	LAMPADA DO PISCA	UNIDADE	4,000	8,000	32,000
276	17645	LAMPADA DO PISCA	UNIDADE	5,330	4,000	21,320
277	17645	LAMPADA DO PISCA	UNIDADE	5,670	18,000	102,060
278	17645	LAMPADA DO PISCA	UNIDADE	5,000	4,000	20,000
279	14487	LAMPADA FAROL	UNIDADE	22,000	2,000	44,000
280	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	105,000	2,000	210,000
281	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	123,330	2,000	246,660
282	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	90,000	2,000	180,000
283	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	21,670	2,000	43,340
284	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	50,000	2,000	100,000
285	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	81,670	2,000	163,340
286	12411	LANTERNA TRAZEIRA	UNIDADE	45,000	2,000	90,000
287	17664	MAGNETICO COMPLETO	UNIDADE	240,000	1,000	240,000
288	17695	MANGUEIRA DO AR CONDICIONADO	UNIDADE	40,000	1,000	40,000
289	17695	MANGUEIRA DO AR CONDICIONADO	UNIDADE	41,330	1,000	41,330
290	17677	MANGUEIRA DO AR CONDICIONADO (1 METRO)	UNIDADE	39,000	1,000	39,000
291	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	70,000	1,000	70,000
292	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	80,000	1,000	80,000
293	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	45,000	1,000	45,000
294	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	75,000	1,000	75,000
295	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	40,330	1,000	40,330
296	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	100,000	2,000	200,000
297	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	104,330	1,000	104,330
298	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	87,670	1,000	87,670
299	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	94,000	1,000	94,000
300	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	94,330	1,000	94,330
301	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	118,330	1,000	118,330
302	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	108,330	1,000	108,330
303	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	50,000	2,000	100,000
304	4805	MIOLO PARTIDA	UNIDADE	134,670	1,000	134,670
305	4805	MIOLO PARTIDA	UNIDADE	73,330	1,000	73,330
306	4805	MIOLO PARTIDA	UNIDADE	78,330	1,000	78,330
307	4805	MIOLO PARTIDA	UNIDADE	80,000	1,000	80,000
308	4805	MIOLO PARTIDA	UNIDADE	50,000	1,000	50,000
309	4805	MIOLO PARTIDA	UNIDADE	11,670	1,000	11,670
310	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	750,000	1,000	750,000
311	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	195,000	1,000	195,000
312	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	190,000	1,000	190,000
313	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	150,000	1,000	150,000
314	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	120,000	1,000	120,000
315	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	116,670	1,000	116,670
316	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	163,000	1,000	163,000
317	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	93,330	1,000	93,330
318	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	160,000	1,000	160,000
319	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	100,000	1,000	100,000
320	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	150,000	1,000	150,000
321	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	299,000	1,000	299,000
322	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	160,000	1,000	160,000
323	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	280,000	1,000	280,000
324	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	260,000	1,000	260,000
325	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	240,000	1,000	240,000
326	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	180,000	2,000	360,000
327	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	150,000	2,000	300,000
328	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	120,000	2,000	240,000
329	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	78,670	1,000	78,670
330	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	235,000	1,000	235,000
331	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	350,000	1,000	350,000
332	7233	RELE DE PISCA	UNIDADE	25,000	2,000	50,000
333	7233	RELE DE PISCA	UNIDADE	29,000	3,000	87,000
334	7233	RELE DE PISCA	UNIDADE	25,670	2,000	51,340
335	7233	RELE DE PISCA	UNIDADE	5,670	1,000	5,670
336	7233	RELE DE PISCA	UNIDADE	24,330	3,000	72,990
337	7233	RELE DE PISCA	UNIDADE	23,000	1,000	23,000
338	7233	RELE DE PISCA	UNIDADE	22,670	1,000	22,670
339	7233	RELE DE PISCA	UNIDADE	24,000	1,000	24,000
340	17657	RELE DA BOMBA DE COMBUSTIVEL	UNIDADE	24,670	1,000	24,670
341	17657	RELE DA BOMBA DE COMBUSTIVEL	UNIDADE	24,000	1,000	24,000
342	17657	RELE DA BOMBA DE COMBUSTIVEL	UNIDADE	23,000	1,000	23,000
343	17657	RELE DA BOMBA DE COMBUSTIVEL	UNIDADE	19,000	1,000	19,000
344	17657	RELE DA BOMBA DE COMBUSTIVEL	UNIDADE	24,330	1,000	24,330
345	17657	RELE DA BOMBA DE COMBUSTIVEL	UNIDADE	30,000	1,000	30,000
346	17657	RELE DA BOMBA DE COMBUSTIVEL	UNIDADE	31,330	1,000	31,330
347	17681	RELE DA BOMBA DE GASOLINA	UNIDADE	22,000	1,000	22,000
348	17681	RELE DA BOMBA DE GASOLINA	UNIDADE	22,670	1,000	22,670
349	17681	RELE DA BOMBA DE GASOLINA	UNIDADE	26,000	1,000	26,000
350	17681	RELE DA BOMBA DE GASOLINA	UNIDADE	20,000	1,000	20,000
351	17681	RELE DA BOMBA DE GASOLINA	UNIDADE	17,330	1,000	17,330

352	17681	RELE DA BOMBA DE GASOLINA	UNIDADE	8,330	1,000	8,330
353	17682	RELE DA VENTOINHA	UNIDADE	22,670	2,000	45,340
354	17682	RELE DA VENTOINHA	UNIDADE	3,330	1,000	3,330
355	17682	RELE DA VENTOINHA	UNIDADE	17,670	1,000	17,670
356	17682	RELE DA VENTOINHA	UNIDADE	20,000	1,000	20,000
357	17682	RELE DA VENTOINHA	UNIDADE	21,670	1,000	21,670
358	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	22,670	1,000	22,670
359	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	25,670	2,000	51,340
360	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	5,670	1,000	5,670
361	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	20,000	1,000	20,000
362	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	21,000	1,000	21,000
363	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	21,330	1,000	21,330
364	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	22,000	1,000	22,000
365	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	24,000	2,000	48,000
366	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	24,330	2,000	48,660
367	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	25,000	1,000	25,000
368	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	27,330	1,000	27,330
369	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	40,000	1,000	40,000
370	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	25,000	1,000	25,000
371	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	2,670	1,000	2,670
372	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	17,330	1,000	17,330
373	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	20,000	2,000	40,000
374	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	21,000	1,000	21,000
375	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	24,500	1,000	24,500
376	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	27,330	1,000	27,330
377	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	30,670	1,000	30,670
378	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	31,330	1,000	31,330
379	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	34,000	1,000	34,000
380	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	34,330	1,000	34,330
381	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	35,670	1,000	35,670
382	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	38,670	1,000	38,670
383	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	22,670	1,000	22,670
384	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	22,670	1,000	22,670
385	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	2,670	1,000	2,670
386	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	19,670	1,000	19,670
387	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	23,930	1,000	23,930
388	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	25,000	1,000	25,000
389	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	25,330	1,000	25,330
390	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	27,000	1,000	27,000
391	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	28,000	1,000	28,000
392	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	30,000	1,000	30,000
393	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	35,000	2,000	70,000
394	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	39,330	1,000	39,330
395	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	16,670	1,000	16,670
396	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	32,000	1,000	32,000
397	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	26,000	1,000	26,000
398	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	28,000	1,000	28,000
399	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	30,670	1,000	30,670
400	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	31,000	2,000	62,000
401	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	30,000	2,000	60,000
402	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	40,000	1,000	40,000
403	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	27,670	1,000	27,670
404	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	25,000	1,000	25,000
405	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	24,200	1,000	24,200
406	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	24,000	1,000	24,000
407	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	2,670	1,000	2,670
408	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	27,330	2,000	54,660
410	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	20,000	1,000	20,000
411	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	21,000	1,000	21,000
412	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	22,670	3,000	68,010
413	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	23,000	1,000	23,000
414	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	25,000	1,000	25,000
415	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	35,000	1,000	35,000
416	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	45,670	1,000	45,670
417	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	2,670	1,000	2,670
418	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	30,000	2,000	60,000
419	17656	RELE DO PAINEL	UNIDADE	34,000	1,000	34,000
420	17656	RELE DO PAINEL	UNIDADE	2,670	1,000	2,670
421	17656	RELE DO PAINEL	UNIDADE	20,000	2,000	40,000
422	17656	RELE DO PAINEL	UNIDADE	17,670	2,000	35,340
423	17656	RELE DO PAINEL	UNIDADE	18,000	1,000	18,000
424	17656	RELE DO PAINEL	UNIDADE	18,270	1,000	18,270
425	17656	RELE DO PAINEL	UNIDADE	19,000	1,000	19,000
426	17656	RELE DO PAINEL	UNIDADE	19,670	1,000	19,670
427	17656	RELE DO PAINEL	UNIDADE	21,000	2,000	42,000
428	17656	RELE DO PAINEL	UNIDADE	22,330	1,000	22,330
429	17656	RELE DO PAINEL	UNIDADE	22,670	1,000	22,670

430	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	30,000	3,000	90,000
431	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	25,000	6,000	150,000
432	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	21,330	2,000	42,660
433	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	23,330	2,000	46,660
434	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	7,330	2,000	14,660
435	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	25,670	2,000	51,340
436	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	27,330	2,000	54,660
437	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	29,000	2,000	58,000
438	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	24,330	4,000	97,320
439	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	31,670	2,000	63,340
440	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	28,000	2,000	56,000
441	17676	ROLAMENTO DO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
442	17676	ROLAMENTO DO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO	UNIDADE	61,000	1,000	61,000
443	17676	ROLAMENTO DO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO	UNIDADE	80,000	1,000	80,000
444	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	130,000	1,000	130,000
445	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	220,000	1,000	220,000
446	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	180,000	2,000	360,000
447	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	140,000	3,000	420,000
448	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	120,000	2,000	240,000
449	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	100,900	1,000	100,900
450	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	100,000	2,000	200,000
451	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	60,000	1,000	60,000
452	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	53,330	1,000	53,330
453	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	150,670	1,000	150,670
454	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	39,000	2,000	78,000
455	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	40,000	2,000	80,000
456	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	34,000	2,000	68,000
457	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	20,000	10,000	200,000
458	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	30,000	15,000	450,000
459	17670	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DO FAROL	UN	70,000	2,000	140,000
460	17670	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DO FAROL	UN	50,000	2,000	100,000
461	17670	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DO FAROL	UN	45,000	2,000	90,000
462	17670	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DO FAROL	UN	25,000	2,000	50,000
463	17670	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DO FAROL	UN	20,000	8,000	160,000
464	17670	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DO FAROL	UN	30,000	12,000	360,000
465	17670	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DO FAROL	UN	40,000	4,000	160,000
466	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	47,500	2,000	95,000
467	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	75,000	4,000	300,000
468	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	70,000	12,000	840,000
469	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	50,000	4,000	200,000
470	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	60,000	10,000	600,000
471	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	52,500	4,000	210,000
472	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	72,500	2,000	145,000
473	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	70,000	12,000	840,000
474	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	60,000	10,000	600,000
475	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	50,000	2,000	100,000
476	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	65,000	2,000	130,000
477	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	20,000	6,000	120,000
478	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	52,500	2,000	105,000
479	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	40,000	12,000	480,000
480	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	35,000	2,000	70,000
481	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	34,500	2,000	69,000
482	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	30,000	2,000	60,000
483	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	25,000	2,000	50,000
484	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	42,000	2,000	84,000
485	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	12,330	2,000	24,660
486	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	11,970	2,000	23,940
487	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	9,000	6,000	54,000
488	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	8,330	4,000	33,320
489	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	8,000	2,000	16,000
490	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	7,670	3,000	23,010
491	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	7,000	2,000	14,000
492	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	6,670	2,000	13,340
493	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	1,670	2,000	3,340
494	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	17,670	2,000	35,340
495	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	7,330	2,000	14,660
496	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	9,000	2,000	18,000
497	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	7,170	2,000	14,340
498	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	7,000	4,000	28,000
499	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	6,830	2,000	13,660
500	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	6,670	2,000	13,340
501	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	6,000	2,000	12,000
502	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	5,670	4,000	22,680
503	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	4,670	2,000	9,340
504	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	3,670	2,000	7,340
505	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	1,000	2,000	2,000
506	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	8,330	2,000	16,660

507	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	7,600	2,000	15,200
508	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	23,330	1,000	23,330
509	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	45,000	1,000	45,000
510	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	40,000	1,000	40,000
511	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	39,640	1,000	39,640
512	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	34,630	1,000	34,630
513	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	33,000	1,000	33,000
514	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	28,330	1,000	28,330
515	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	26,330	1,000	26,330
516	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	25,000	1,000	25,000
517	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	15,000	1,000	15,000
518	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	68,330	1,000	68,330
519	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	55,000	1,000	55,000
520	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	59,000	1,000	59,000
521	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	63,000	1,000	63,000
522	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	53,000	2,000	106,000
523	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	90,000	1,000	90,000
524	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	71,000	1,000	71,000
526	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	42,000	1,000	42,000
527	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	34,970	1,000	34,970
528	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	59,670	1,000	59,670
529	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	37,000	2,000	74,000
530	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	40,000	3,000	120,000
531	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	65,670	1,000	65,670
532	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	65,000	1,000	65,000
533	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	60,000	1,000	60,000
534	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	43,330	1,000	43,330
535	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	54,000	1,000	54,000
536	3048	TERMINAL DE BATERIA	UNIDADE	7,000	2,000	14,000
537	3048	TERMINAL DE BATERIA	UNIDADE	6,100	25,000	152,500
538	3048	TERMINAL DE BATERIA	UNIDADE	6,000	2,000	12,000
539	17665	TERMOSTATO UNIVERSAL	UNIDADE	63,000	1,000	63,000
540	17678	VALVULA SOLENOIDE	UNIDADE	188,000	4,000	752,000
541	17678	VALVULA SOLENOIDE	UNIDADE	132,330	4,000	529,320
542	17678	VALVULA SOLENOIDE	UNIDADE	155,670	4,000	622,680
543	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	180,000	1,000	180,000
544	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	85,000	1,000	85,000
545	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	100,000	1,000	100,000
546	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	160,000	1,000	160,000
547	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	232,590	1,000	232,590
548	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	240,000	1,000	240,000
549	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	250,000	2,000	500,000
550	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	279,800	1,000	279,800
551	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	300,000	1,000	300,000
552	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	625,000	1,000	625,000
553	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	200,000	3,000	600,000
554	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	320,000	1,000	320,000
		TOTAL DO VENCEDOR				109.665,000

1368 **LAURI LEMES DA SILVA ME** 08.805.965/0001-63

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	680,000	1,000	680,000
2	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	1.280,000	1,000	1.280,000
3	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	1.380,000	1,000	1.380,000
4	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	1.390,000	1,000	1.390,000
5	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	1.180,000	1,000	1.180,000
6	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	930,000	1,000	930,000
7	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	800,000	1,000	800,000
8	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	750,000	1,000	750,000
9	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	670,000	1,000	670,000
10	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	660,000	1,000	660,000
11	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	600,000	1,000	600,000
12	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	1.195,000	1,000	1.195,000
13	17625	ALTERNADOR 12 V	UNIDADE	780,000	2,000	1.560,000
14	17659	ALTERNADOR 24 V	UNIDADE	1.350,000	1,000	1.350,000
15	17659	ALTERNADOR 24 V	UNIDADE	1.190,000	1,000	1.190,000
16	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	150,000	3,000	450,000
17	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	135,000	1,000	135,000
18	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	185,000	1,000	185,000
19	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	177,000	1,000	177,000
20	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	175,000	1,000	175,000
21	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	155,000	1,000	155,000
22	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	115,000	2,000	230,000
23	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	105,000	1,000	105,000
24	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	88,00	1,00	88,000
25	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	85,000	1,000	85,000

26	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	125,000	1,000	125,000
27	17626	AUTOMATICO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	165,000	2,000	330,000
28	17687	BATERIA 100 A	UNIDADE	485,000	5,000	2.425,000
29	17687	BATERIA 100 A	UNIDADE	287,000	3,000	861,000
30	17687	BATERIA 100 A	UNIDADE	290,000	7,000	2.030,000
31	17687	BATERIA 100 A	UNIDADE	350,000	5,000	1.750,000
32	17687	BATERIA 100 A	UNIDADE	460,000	4,000	1.840,000
33	17687	BATERIA 100 A	UNIDADE	480,000	10,000	4.800,000
34	17687	BATERIA 100 A	UNIDADE	245,000	3,000	735,000
35	17627	BATERIA 150 HA	UNIDADE	555,000	45,000	24.975,000
36	17679	BATERIA 70 A	UNIDADE	290,000	3,000	870,000
37	17628	BENDIX	UNIDADE	85,000	8,000	680,000
38	17628	BENDIX	UNIDADE	95,000	1,000	95,000
39	17628	BENDIX	UNIDADE	98,000	1,000	98,000
40	17628	BENDIX	UNIDADE	65,000	1,000	65,000
41	17628	BENDIX	UNIDADE	55,000	1,000	55,000
42	17628	BENDIX	UNIDADE	75,000	2,000	150,000
43	17628	BENDIX	UNIDADE	45,000	1,000	45,000
44	17628	BENDIX	UNIDADE	135,000	1,000	135,000
45	11003	BICO INJETOR	UNIDADE	115,000	8,000	920,000
46	11003	BICO INJETOR	UNIDADE	120,000	4,000	480,000
47	11003	BICO INJETOR	UNIDADE	110,000	4,000	440,000
48	11003	BICO INJETOR	UNIDADE	145,000	8,000	1.160,000
49	11003	BICO INJETOR	UNIDADE	125,000	4,000	500,000
50	17660	BOBINA DE CAMPO	UNIDADE	110,000	1,000	110,000
51	17660	BOBINA DE CAMPO	UNIDADE	130,000	1,000	130,000
52	17660	BOBINA DE CAMPO	UNIDADE	79,000	1,000	79,000
53	17660	BOBINA DE CAMPO	UNIDADE	160,000	1,000	160,000
54	17660	BOBINA DE CAMPO	UNIDADE	95,000	1,000	95,000
55	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	83,000	1,000	83,000
56	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	85,000	4,000	340,000
57	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	110,000	1,000	110,000
58	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	135,000	3,000	405,000
59	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	145,000	1,000	145,000
60	17629	BOBINA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	70,000	1,000	70,000
61	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	83,000	1,000	83,000
62	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	74,000	1,000	74,000
63	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	85,000	2,000	170,000
64	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	110,000	2,000	220,000
65	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	115,000	6,000	690,000
66	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	125,000	1,000	125,000
67	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	135,000	2,000	270,000
68	17630	BOIA DO TANQUE	UNIDADE	96,000	1,000	96,000
69	17631	BUZINA	UNIDADE	32,000	2,000	64,000
70	17631	BUZINA	UNIDADE	28,000	1,000	28,000
71	17631	BUZINA	UNIDADE	38,000	1,000	38,000
72	17631	BUZINA	UNIDADE	55,000	10,000	550,000
73	17631	BUZINA	UNIDADE	58,000	1,000	58,000
74	17631	BUZINA	UNIDADE	35,000	1,000	35,000
75	17632	CABO BATERIA (1 METRO)	UNIDADE	38,000	20,000	760,000
76	17632	CABO BATERIA (1 METRO)	UNIDADE	28,000	10,000	280,000
77	17632	CABO BATERIA (1 METRO)	UNIDADE	32,000	2,000	64,000
78	17683	CABO DE VELA	UNIDADE	98,000	1,000	98,000
79	17683	CABO DE VELA	UNIDADE	135,000	2,000	270,000
80	17683	CABO DE VELA	UNIDADE	88,000	2,000	176,000
81	17683	CABO DE VELA	UNIDADE	78,000	1,000	78,000
82	17683	CABO DE VELA	UNIDADE	145,000	1,000	145,000
83	17674	CARGA DE GAS	UNIDADE	120,000	2,000	240,000
84	17633	CEBOLAO DO RADIADOR	UNIDADE	35,000	4,000	140,000
85	17633	CEBOLAO DO RADIADOR	UNIDADE	32,000	3,000	96,000
86	17633	CEBOLAO DO RADIADOR	UNIDADE	45,000	2,000	90,000
87	17633	CEBOLAO DO RADIADOR	UNIDADE	72,000	1,000	72,000
88	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	155,000	1,000	155,000
89	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	95,000	1,000	95,000
90	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	164,000	1,000	164,000
91	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	135,000	1,000	135,000
92	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	130,000	1,000	130,000
93	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	110,000	1,000	110,000
94	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	99,000	1,000	99,000
95	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	45,000	1,000	45,000
96	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	55,000	1,000	55,000
97	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	75,000	6,000	450,000
98	17636	CHAVE DA LUZ	UNIDADE	248,000	1,000	248,000
99	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	65,000	1,000	65,000
100	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	110,000	1,000	110,000
101	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	85,000	5,000	425,000
102	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	79,000	1,000	79,000

103	17661	CHAVE DE IGNICAO	UNIDADE	76,000	1,000	76,000
104	17634	CHAVE DE IGNICAO MB (NOVO)	UNIDADE	85,000	5,000	425,000
105	17634	CHAVE DE IGNICAO MB (NOVO)	UNIDADE	75,000	1,000	75,000
106	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	160,000	1,000	160,000
107	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	145,000	2,000	290,000
108	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	165,000	1,000	165,000
109	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	140,000	1,000	140,000
110	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	135,000	6,000	810,000
111	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	128,000	1,000	128,000
112	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	86,000	1,000	86,000
113	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	230,000	1,000	230,000
114	5131	CHAVE DE SETA	UNIDADE	235,000	1,000	235,000
115	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	145,000	1,000	145,000
116	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	79,000	1,000	79,000
117	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	128,000	1,000	128,000
118	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	140,000	2,000	280,000
119	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	230,000	1,000	230,000
120	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	245,000	1,000	245,000
121	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	115,000	2,000	230,000
122	17635	CHAVE DO LIMPADOR	UNIDADE	228,000	1,000	228,000
123	17684	CHICOTE DO MOTOR	UNIDADE	250,000	1,000	250,000
124	17684	CHICOTE DO MOTOR	UNIDADE	728,000	1,000	728,000
125	17684	CHICOTE DO MOTOR	UNIDADE	880,000	2,000	1.760,000
126	17684	CHICOTE DO MOTOR	UNIDADE	793,000	1,000	793,000
127	17684	CHICOTE DO MOTOR	UNIDADE	755,000	1,000	755,000
128	17684	CHICOTE DO MOTOR	UNIDADE	345,000	1,000	345,000
129	17663	CHICOTE ELETRICO	UNIDADE	1.300,000	1,000	1.300,000
130	17663	CHICOTE ELETRICO	UNIDADE	1.290,000	1,000	1.290,000
131	17675	CONECCAO DE AR	UNIDADE	32,000	2,000	64,000
132	17637	DIODO NEGATIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	6,000	3,000	18,000
133	17637	DIODO NEGATIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	7,000	42,000	294,000
134	17637	DIODO NEGATIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	8,000	3,000	24,000
135	17638	DIODO POSITIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	6,000	3,000	18,000
136	17638	DIODO POSITIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	7,000	42,000	294,000
137	17638	DIODO POSITIVO DO ALTERNADOR	UNIDADE	8,000	3,000	24,000
138	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	6,000	3,000	18,000
139	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	5,000	33,000	165,000
140	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	8,000	6,000	48,000
141	17640	ESCOVA DO MOTOR ARRANQUE	UNIDADE	4,000	3,000	12,000
142	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	5,000	12,000	60,000
143	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	6,000	3,000	18,000
144	17639	ESCOVAS DO ALTENADOR	PAR	3,000	30,000	90,000
145	17846	ESCOVAS DO MOTOR DE ARRANQUE	PAR	3,000	3,000	9,000
146	11821	ESTATOR	UNIDADE	175,000	1,000	175,000
147	11821	ESTATOR	UNIDADE	169,000	1,000	169,000
148	11821	ESTATOR	UNIDADE	160,000	1,000	160,000
149	11821	ESTATOR	UNIDADE	155,000	1,000	155,000
150	11821	ESTATOR	UNIDADE	55,000	1,000	55,000
151	11821	ESTATOR	UNIDADE	120,000	1,000	120,000
152	11821	ESTATOR	UNIDADE	125,000	1,000	125,000
153	11821	ESTATOR	UNIDADE	133,000	1,000	133,000
154	11821	ESTATOR	UNIDADE	135,000	5,000	675,000
155	11821	ESTATOR	UNIDADE	65,000	1,000	65,000
156	17662	ESTATOR 24 V	UNIDADE	135,000	2,000	270,000
157	14658	FAROL	UNIDADE	95,000	4,000	380,000
158	14658	FAROL	UNIDADE	165,000	12,000	1.980,000
159	14658	FAROL	UNIDADE	135,000	6,000	810,000
160	14658	FAROL	UNIDADE	125,000	5,000	625,000
161	14658	FAROL	UNIDADE	124,000	2,000	248,000
162	14658	FAROL	UNIDADE	185,000	2,000	370,000
163	15193	FILTRO DE AR CONDICIONADO	UNIDADE	35,000	3,000	105,000
164	17696	FILTRO DO AR CONDICIONADO	UNIDADE	45,000	1,000	45,000
165	17696	FILTRO DO AR CONDICIONADO	UNIDADE	16,000	1,000	16,000
166	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	180,000	6,000	1.080,000
167	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	95,000	1,000	95,000
168	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	185,000	2,000	370,000
169	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	165,000	1,000	165,000
170	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	105,000	1,000	105,000
171	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	115,000	1,000	115,000
172	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	128,000	1,000	128,000
173	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	130,000	1,000	130,000
174	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	160,000	1,000	160,000
175	17641	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	170,000	1,000	170,000
176	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	38,000	1,000	38,000
177	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	28,000	1,000	28,000
178	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	32,000	4,000	128,000
179	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	30,000	2,000	60,000

180	5552	INTERRUPITOR DE TEMPERATURA	UNIDADE	35,000	8,000	280,000
181	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	47,000	1,000	47,000
182	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	23,000	1,000	23,000
183	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	45,000	4,000	180,000
184	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	42,000	4,000	168,000
185	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	35,000	2,000	70,000
186	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	32,000	2,000	64,000
187	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	28,000	1,000	28,000
188	17642	INTERRUPITOR DO OLEO (CEBOLAO)	UNIDADE	25,000	1,000	25,000
189	17643	LAMPADA DA LANTERNA	UNIDADE	2,000	60,000	120,000
190	17643	LAMPADA DA LANTERNA	UNIDADE	2,500	4,000	10,000
191	17644	LAMPADA DO FAROL 12 V	UNIDADE	17,000	2,000	34,000
192	17644	LAMPADA DO FAROL 12 V	UNIDADE	18,000	2,000	36,000
193	17644	LAMPADA DO FAROL 12 V	UNIDADE	15,000	22,000	330,000
194	17644	LAMPADA DO FAROL 12 V	UNIDADE	12,000	2,000	24,000
195	17644	LAMPADA DO FAROL 12 V	UNIDADE	22,000	4,000	88,000
196	17645	LAMPADA DO PISCA	UNIDADE	2,500	48,000	120,000
197	17645	LAMPADA DO PISCA	UNIDADE	3,000	8,000	24,000
198	17645	LAMPADA DO PISCA	UNIDADE	5,000	2,000	10,000
199	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	60,000	2,000	120,000
200	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	75,000	2,000	150,000
201	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	85,000	2,000	170,000
202	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	88,000	2,000	176,000
203	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	95,000	4,000	380,000
204	17685	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UNIDADE	105,000	2,000	210,000
205	12411	LANTERNA TRAZEIRA	UNIDADE	135,000	4,000	540,000
206	17664	MAGNETICO COMPLETO	UNIDADE	160,000	2,000	320,000
207	17695	MANGUEIRA DO AR CONDICIONADO	UNIDADE	35,000	1,000	35,000
208	17695	MANGUEIRA DO AR CONDICIONADO	UNIDADE	25,000	1,000	25,000
209	17677	MANGUEIRA DO AR CONDICIONADO (1 METRO)	UNIDADE	25,000	4,000	100,000
210	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	75,000	1,000	75,000
211	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	40,000	1,000	40,000
212	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	190,000	1,000	190,000
213	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	180,000	1,000	180,000
214	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	145,000	1,000	145,000
215	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	140,000	1,000	140,000
216	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	125,000	4,000	500,000
217	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	115,000	2,000	230,000
218	17856	MEDIDOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	110,000	4,000	440,000
219	4805	MIOLO PARTIDA	UNIDADE	157,000	1,000	157,000
220	4805	MIOLO PARTIDA	UNIDADE	170,000	1,000	170,000
221	4805	MIOLO PARTIDA	UNIDADE	190,000	1,000	190,000
222	4805	MIOLO PARTIDA	UNIDADE	214,000	1,000	214,000
223	4805	MIOLO PARTIDA	UNIDADE	168,000	1,000	168,000
224	4805	MIOLO PARTIDA	UNIDADE	160,000	1,000	160,000
225	4805	MIOLO PARTIDA	UNIDADE	45,000	1,000	45,000
226	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	310,000	2,000	620,000
227	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	98,000	1,000	98,000
228	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	180,000	1,000	180,000
229	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	260,000	1,000	260,000
230	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	280,000	1,000	280,000
231	17686	MODULO DE IGNICAO	UNIDADE	480,000	1,000	480,000
232	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	297,000	1,000	297,000
233	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	280,000	1,000	280,000
234	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	232,000	1,000	232,000
235	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	210,000	1,000	210,000
236	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	198,000	1,000	198,000
237	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	180,000	1,000	180,000
238	17680	MOTOR DA VENTOINHA	UNIDADE	176,000	1,000	176,000
239	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	297,000	1,000	297,000
240	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	75,000	1,000	75,000
241	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	245,000	1,000	245,000
242	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	250,000	3,000	750,000
243	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	290,000	4,000	1.160,000
244	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	330,000	2,000	660,000
245	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	385,000	1,000	385,000
246	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	280,000	2,000	560,000
247	17647	MOTOR LIMPADOR DE PARA-BRISA	UNIDADE	345,000	1,000	345,000
248	7233	RELE DE PISCA	UNIDADE	18,000	1,000	18,000
249	7233	RELE DE PISCA	UNIDADE	15,000	2,000	30,000
250	7233	RELE DE PISCA	UNIDADE	16,000	1,000	16,000
251	7233	RELE DE PISCA	UNIDADE	17,000	10,000	170,000
252	7233	RELE DE PISCA	UNIDADE	8,000	1,000	8,000
253	17657	RELE DA BOMBA DE COMBUSTIVEL	UNIDADE	8,000	6,000	48,000
254	17657	RELE DA BOMBA DE COMBUSTIVEL	UNIDADE	10,000	1,000	10,000
255	17681	RELE DA BOMBA DE GASOLINA	UNIDADE	7,000	2,000	14,000
256	17681	RELE DA BOMBA DE GASOLINA	UNIDADE	8,000	1,000	8,000

257	17681	RELE DA BOMBA DE GASOLINA	UNIDADE	12,000	3,000	36,000
258	17681	RELE DA BOMBA DE GASOLINA	UNIDADE	17,000	1,000	17,000
259	17682	RELE DA VENTOINHA	UNIDADE	7,000	2,000	14,000
260	17682	RELE DA VENTOINHA	UNIDADE	8,000	5,000	40,000
261	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	8,000	1,000	8,000
262	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	16,000	1,000	16,000
263	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	17,000	11,000	187,000
264	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	15,000	2,000	30,000
265	17653	RELE DE ALERTA	UNIDADE	18,000	1,000	18,000
266	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	7,000	2,000	14,000
267	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	10,000	1,000	10,000
268	17654	RELE DE LUZ DE FREIO	UNIDADE	8,000	13,000	104,000
269	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	8,000	13,000	104,000
270	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	10,000	1,000	10,000
271	17655	RELE DE LUZ DE MACHA RE	UNIDADE	7,000	2,000	14,000
272	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	10,000	1,000	10,000
273	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	7,000	2,000	14,000
274	17652	RELE DO FAROL	UNIDADE	8,000	12,000	96,000
275	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	10,000	1,000	10,000
276	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	7,000	2,000	14,000
277	17658	RELE DO LIMPADOR PARA-BRISA	UNIDADE	8,000	13,000	104,000
278	17656	RELE DO PAINEL	UNIDADE	10,000	1,000	10,000
279	17656	RELE DO PAINEL	UNIDADE	7,000	2,000	14,000
280	17656	RELE DO PAINEL	UNIDADE	8,000	13,000	104,000
281	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	20,000	2,000	40,000
282	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	22,000	22,000	484,000
283	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	26,000	2,000	52,000
284	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	27,000	4,000	108,000
285	17648	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	UNIDADE	18,000	2,000	36,000
286	17676	ROLAMENTO DO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO	UNIDADE	35,000	5,000	175,000
287	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	180,000	1,000	180,000
288	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	170,000	1,000	170,000
289	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	115,000	1,000	115,000
290	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	149,000	1,000	149,000
291	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	129,000	1,000	129,000
292	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	140,000	1,000	140,000
293	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	160,000	7,000	1.120,000
294	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	130,000	1,000	130,000
295	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	145,000	1,000	145,000
296	17649	ROTOR ALTENADOR	UNIDADE	110,000	1,000	110,000
297	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	14,000	2,000	28,000
298	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	30,000	2,000	60,000
299	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	25,000	6,000	150,000
300	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	15,000	6,000	90,000
301	17671	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DA LANTERNA	SERV	20,000	14,000	280,000
302	17670	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DO FAROL	UN	25,000	6,000	150,000
303	17670	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DO FAROL	UN	20,000	14,000	280,000
304	17670	SERVICO DE INSTALACAO DE CHICOTE DO FAROL	UN	15,000	10,000	150,000
305	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	70,000	4,000	280,000
306	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	120,000	2,000	240,000
307	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	110,000	2,000	220,000
308	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	90,000	10,000	900,000
309	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	75,000	4,000	300,000
310	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	65,000	2,000	130,000
311	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	55,000	2,000	110,000
312	17668	SERVICO DO ALTERNADOR	SERV	85,000	4,000	340,000
313	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	70,000	4,000	280,000
314	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	80,000	4,000	320,000
315	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	65,000	4,000	260,000
316	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	75,000	4,000	300,000
317	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	90,000	10,000	900,000
318	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	110,000	2,000	220,000
319	17669	SERVICO DO MOTOR DE PARTIDA	SERV	120,000	2,000	240,000
320	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	20,000	2,000	40,000
321	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	10,000	6,000	60,000
322	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	12,500	4,000	50,000
323	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	14,500	2,000	29,000
324	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	15,000	4,000	60,000
325	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	19,500	8,000	156,000
326	17667	SERVICO NO LIMPADOR DE PARA-BRISA	SERV	18,500	4,000	74,000
327	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	2,500	2,000	5,000
328	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	15,000	2,000	30,000
329	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	5,000	26,000	130,000
330	17577	SOQUETE FAROL	UNIDADE	4,000	2,000	8,000
331	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	3,000	30,000	90,000
332	11301	SOQUETE LANTERNA	UNIDADE	2,000	2,000	4,000
333	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	25,000	10,000	250,000

334	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	24,000	1,000	24,000
335	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	35,000	4,000	140,000
336	17650	SUPORTE DE ESCOVA DO ALTERNADOR	UNIDADE	38,000	1,000	38,000
337	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	25,000	2,000	50,000
338	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	30,000	1,000	30,000
339	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	65,000	2,000	130,000
340	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	55,000	1,000	55,000
341	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	45,000	8,000	360,000
342	17651	SUPORTE DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	35,000	2,000	70,000
343	3048	TERMINAL DE BATERIA	UNIDADE	7,000	32,000	224,000
344	17665	TERMOSTATO UNIVERSAL	UNIDADE	35,000	2,000	70,000
345	17678	VALVULA SOLENOIDE	UNIDADE	145,000	8,000	1.160,000
346	17678	VALVULA SOLENOIDE	UNIDADE	115,000	4,000	460,000
347	17678	VALVULA SOLENOIDE	UNIDADE	155,000	4,000	620,000
348	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	75,000	2,000	150,000
349	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	70,000	2,000	140,000
350	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	85,000	6,000	510,000
351	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	110,000	3,000	330,000
352	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	115,000	1,000	115,000
353	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	121,000	1,000	121,000
354	4814	VELOCIMETRO	UNIDADE	65,000	1,000	65,000
		TOTAL DO VENCEDOR				125.879,000

R$ 345.377,00 (Trezentos e quarenta e cinco mil trezentos e setenta e sete reais).

Nova Santa Helena - MT, 19 de junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 022/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2015

TIPO DE LICITAÇÃO: **MENOR PREÇO POR ITEM**

INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT

AUTORA: Comissão de Apoio

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS E ELETRO-ELETRÔNICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEÍCULOS E MAQUINAS, COM FORNECIMENTO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS E PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, PARA ATENDER AS OS ÓRGÃOS/ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. A Comissão de Apoio da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT torna público aos interessados que o Pregão Presencial nº. 022/2015, cujo objeto acima identificado, foi HOMOLOGADO em favor das empresas: LAURI LEMES DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ nº 08.805.965/0001-63 no valor de R$ 125.879,00 (Cento e vinte e cinco mil oitocentos e setenta e nove reais), FE CRISTOVÃO - ME, inscrita no CNPJ nº 06.070.840/0001-07 no valor de R$ 109.665,00 (Cento e nove mil seiscentos e sessenta e cinco reais) e E L SOARES - ME, inscrita no CNPJ nº 17.697.089/0001-90 no valor de R$ 109.833,00 (Cento e nove mil oitocentos e trinta e três reais)**.** Nova Santa Helena – MT, 19 de junho de 2015, **JEFFERSON A. SOTINI DO NASCIMENTO – Pregoeiro.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 010/2015 PREGÃO PRESENCIAL 023/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL: N° 023/2015 – ATA DE **REGISTRO DE PREÇOS** N° 010/2015

VALIDADE: 12(doze) meses oficiais

VIGÊNCIA: 19 de junho de 2016.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA ATENDER A DEMANDA DOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DESTE MUNICIPIO DE NOVA SANTA HELENA, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.**

2608DENTAL REZENTE LTDA EPP08.593.452/0001-36

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Marca	Valor Unit.	Qtde	Total
1	25783	AMALGAMA EM CAPSULAS DE PRESA REGULAR, 50 CPS DE 02 PORCOES	CAIXA	SDI	115,470	5,000	577,350
2	25679	ANESTESICO INJETAVEL LOCAL A BASE DE CLORIDRATO DE ARTICAINA COM EPINEFRIN 1:100.000 CX COM50 TUBETES DE 1,8MLACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA.	CAIXA	DFL	82,140	50,000	4.107,000
3	25785	ANESTESICO INJETAVEL LOCAL A BASE DE LIDOCAINA COM EPINEFRINA 1:100.000, CX COM50 TUBETES DE 1,8ML ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS CO 10 TUBETES CADA.	CAIXA	DENTSPLY	54,100	50,000	2.705,000
4	25786	ANESTESICO INJETAVEL LOCAL A BASE DE MEPIVACAINA 3% SEM VASOCONSTRITOR, CAIXA C/ 50 TUBETES DE 1,8ML, ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA.	UNIDADE	DFL	5,420	12,000	65,040
5	25790	BABADOR ABSORVENTE, DESCARTAVEL E IMPERMEAVEL, EMBALAGEM C/ 100UN	PACOTE	SS PLUS	11,580	50,000	579,000
6	25796	BROCA CARBIDE Nº 245 CONICA INVERTIDA - FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	KAVO	7,430	20,000	148,600
7	25797	BROCA CARBIDE Nº 246 CONICA INVERTIDA - FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	KAVO	7,430	20,000	148,600

8	25795	BROCA CIRURGICA Nº 0825MM, EM ACO CARBIDE, ESFERICA LAMINADAALTA ROTACAO	UNIDADE	KAVO	8,680	10,000	86,800
9	25794	BROCA CIRURGICA Nº 701 25MM, EM ACO CARBIDE, TRONCO-CONICO DENTADA , ALTA ROTACAO	UNIDADE	KAVO	8,680	10,000	86,800
10	25793	BROCA CIRURGICA ZEKRYA 28MM, EM ACO CARBIDE, TRONCO-CONICO, PONTA ATIVA 0,8MM DIAMETRO, ALTA ROTACAO	UNIDADE	MK LIFE	33,170	15,000	497,550
11	25812	ESPONJA HEMOSTATICA A BASE DE COLAGENO, ESTERILIZADA, INDICADA P/ CIRURGIA. BLISTER C/ 10UN	CAIXA	TECNEW	23,090	6,000	138,540
12	25814	FILME RADIOGRAFICO DENTAL, INTRAORAL, PERIAPICAL, VELOCIDADE F - (INTERMEDIARIA). CX C/150UN TAM 31MM X 35MM COR AZUL	CAIXA	AGFA	136,390	2,000	272,780
13	25815	FILME RADIOGRAFICO INFANTIL, INTRAORAL, PERIAPICAL, VELOCIDADE F - (INTERMEDIARIA). CX C/100UN TAM 22MM X 35MM COR ROXO	CAIXA	KODAK	151,890	2,000	303,780
14	25828	IONOMETRO DE VIDRO PARA RESTAURACAO. EMBALAGEM C/ 01 FRASCO DE CIMENTO EM PO C/10G, 01 FRASCO DE LIQUIDO C/8G, 01 DOSADOR DE PO, 01 BLOCO DE ESPATULACAO. COR A2FRASCO DE LIQUIDO C/8G, 01 DOSADOR DE PO, 01 BLOCO DE ESPATULACAO. COR A2	CAIXA	FGM	17,820	30,000	534,600
15	25841	PASTA PROFILATICA COM FLUOR. BISNAGA 90G	UNIDADE	VIGODENT	5,520	24,000	132,480
16	25843	PEDRA DE AFIAR BRANCA	UNIDADE	PRATA	24,090	2,000	48,180
17	25865	PONTAS ABRASIVAS DE RESINA E OXIDO DE ALUMINIO P/ POLIMENTO. CAIXA C/07UN SORTIDAS(2 DISCOS, 02 TACAS, 03 CHAMAS DE VELA)	CAIXA	DENTSPLY	47,850	12,000	574,200
18	25867	RESINA COMPOSTA MICRO-HIBRIDA, PARTICULAS C 0,6 MICROMETROS, FOTOPOLIMERIZAVEL, TEMPO DE POLIMERIZACAO DE 20SEGUNDOS. SERINGA C/ 4G. COR A1	UNIDADE	3MZ-250	77,830	12,000	933,960
19	25868	RESINA COMPOSTA MICRO-HIBRIDA, PARTICULAS C 0,6 MICROMETROS, FOTOPOLIMERIZAVEL, TEMPO DE POLIMERIZACAO DE 20SEGUNDOS. SERINGA C/ 4G. COR A2	UNIDADE	3MZ-250	77,830	24,000	1.867,920
20	25869	RESINA COMPOSTA MICRO-HIBRIDA, PARTICULAS C 0,6 MICROMETROS, FOTOPOLIMERIZAVEL, TEMPO DE POLIMERIZACAO DE 20SEGUNDOS. SERINGA C/ 4G. COR A3	UNIDADE	3M Z-250	77,830	24,000	1.867,920
21	25870	RESINA COMPOSTA MICRO-HIBRIDA, PARTICULAS C 0,6 MICROMETROS, FOTOPOLIMERIZAVEL, TEMPO DE POLIMERIZACAO DE 20SEGUNDOS. SERINGA C/ 4G. COR A3,5	UNIDADE	3M Zz-250	77,830	12,000	933,960
22	25877	SANEANTE, DETERGENTE ENAZIMATICO A BASE DE 6 ENZIMAS. EMBALAGEM COM 5LT	UNIDADE	KELDRIN	120,000	4,000	480,000
23	25878	SELANTE RESINOSO DEFOSSULAS E FISSURAS, FOTOPOLIMERIZAVEL, C/ CARGA IONOMERICA. SERINGA2G	UNIDADE	DENTSPLY	28,430	30,000	852,900
24	25881	SUGADORES ODONTOLOGICOS DESCARTAVEIS. COM 40UN	PACOTE	SS PLUS	4,640	100,000	464,000
		TOTAL DO VENCEDOR		**18.406,960**			

3186HIPERDENTAL COM.REP.DE PROD.ODONT MED.HOSP LTDA ME13.994.852/0001-93

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Marca	Valor Unit.	Qtde	Total
1	25789	AGULHA GENGIVAL ODONTOLOGICA,CAIXA C/ 100 AGULHAS ESTERILZADAS DESCARTAVEIS(TAM;27 G LONGA)	CAIXA	STAR	23,400	8,000	187,200
2	25787	AGULHA GENGIVAL ODONTOLOGICA,CAIXA C/ 100 AGULHAS ESTERILZADAS DESCARTAVEIS(TAM;30G CURTA)	CAIXA	INJEX	23,400	10,000	234,000
3	25788	AGULHA GENGIVAL ODONTOLOGICA,CAIXA C/ 100 AGULHAS ESTERILZADAS DESCARTAVEIS(TAM;30G EXTRA CURTA)	CAIXA	INJEX	23,400	17,000	397,800
4	25784	ANESTESICO INJETAVEL LOCAL A BASE DE LIDOCAINA COM EPINEFRINA 1:100.000, CX COM50 TUBETES DE 1,8ML ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS CO 10 TUBETES CADA.	CAIXA	DENTSPLY	50,000	10,000	500,000
5	25792	BANDA MATRIZ DE ACO INOX. BOBINA COM 50CM , ESPESSURA 0,05MM X 7MM	UNIDADE	PREVEN	1,180	100,000	118,000
6	25798	BROCA MAXCUTI CARBONETO DE TUNGSTENIO Nº 1509 - PM, PECA DE MAO	UNIDADE	DHPRO	77,000	2,000	154,000
7	25799	BROCA MINICUT CARBONETO DE TUNGSTENIO Nº 1511 - PM, PECA DE MAO	UNIDADE	DHPRO	77,000	2,000	154,000
8	25801	CIMENTO A BASE DE HIDROXIDO DE CALCIO RADIOPACO E AUTO ENDURECIVEL. EMBALAGEM C/ 01 TUBO DE PASTA BASE COM 13G, 01 TUBO DE PASTA CATALISADORA COM 11G, E 01 BLOCO DE MISTURA	CAIXA	TECHNEW	17,500	12,000	210,000
9	25802	CIMENTO A BASE DE OXIDO DE ZINCO E EUGENOL REFORCADO POR POLIMEROS. EMBALAGEM C/ 01 FRASCO DO PO COM 38G E 01 FRASCO DO LIQUIDO COM 15ML	CAIXA	IODONTOSUL	40,500	8,000	324,000
10	25805	CUNHA ANATOMICA DE MADEIRA, EMBALAGEM C/100UN	PACOTE	IODONTOSUL	7,700	10,000	77,000
11	25813	ESPELHO BUCAL Nº 05 C/ DIAMENTRO DE 2,9CM	UNIDADE	IODONTOSUL	2,320	50,000	116,000
12	25818	FIO DE SUTURA AGULHADO TIPO NYLON 3-0 MONOFILAMENTO PRETO, ESTERILIZADO, DE USO ODONTOLOGICO, AGULHA EM ACO - INOX SILICONIZADA, 3/8 CIRCULO CORTANTE 2,0 CM, C/ 24UN	CAIXA	TECHNOFIO	33,320	15,000	499,800
13	25819	FIO DE SUTURA AGULHADO TIPO NYLON 4-0 MONOFILAMENTO PRETO, ESTERILIZADO, DE USO ODONTOLOGICO, AGULHA EM ACO - INOX SILICONIZADA, 3/8 CIRCULO CORTANTE 2,0 CM, C/ 24UN	CAIXA	TECHNOFIO	33,320	15,000	499,800
14	25820	FIO DE SUTURA AGULHADO TIPO NYLON 6-0 MONOFILAMENTO PRETO, ESTERILIZADO, DE USO ODONTOLOGICO, AGULHA EM ACO - INOX SILICONIZADA, 3/8 CIRCULO CORTANTE 2,0 CM, C/ 24UNODONTOLOGICO, AGULHA EM ACO - INOX SILICONIZADA, 3/8 CIRCULO CORTANTE 2,0 CM, C/ 24UN	CAIXA	TECHNOFIO	33,320	5,000	166,600
15	25816	FIO DENTAL. EMBALAGEM C/ 500M	CAIXA	PREVEN	7,430	25,000	185,750
16	25822	FIXADOR DE FILMES RADIOGRAFICOS DENTAIS INTRAORAIS. FRASCO DE 475ML	UNIDADE	KODAK	9,140	12,000	109,680
17	25824	FLUOR GEL ACIDULADO, FLUORETO FOSFATADO ACIDULADO A 1,23%. FRASCO C 200ML	UNIDADE	IODONTOSUL	3,310	30,000	99,300
18	25823	FLUOR GEL NEUTRO A 2% DE FLUORETO DE SODIO. FRASCO C 200ML	UNIDADE	IODONTOSUL	3,310	30,000	99,300
19	25827	HIDROXIDO DE CALCIO FOTOPOLIMERIZAVEL, DENTINA. SERINGA DE 2G	UNIDADE	MAQUIRA	27,100	25,000	677,500
20	25829	LAMINA DE BISTURI DE ACO CARBONO, ESTERIL, Nº 11.C/100UN	CAIXA	ADVANTIVE	18,950	2,000	37,900
21	25830	LAMINA DE BISTURI DE ACO CARBONO, ESTERIL, Nº 12.C/100UN	CAIXA	ADVANTIVE	18,950	2,000	37,900
22	25831	LAMINA DE BISTURI DE ACO CARBONO, ESTERIL, Nº 15.C/100UN	CAIXA	ADVANTIVE	18,950	4,000	75,800
23	25832	LAMINA DE BISTURI DE ACO CARBONO, ESTERIL, Nº 15C. C/100UN	CAIXA	ADVANTIVE	18,950	4,000	75,800
24	25834	MICROAPLICADOR ODONTOLOGICO FLEXIVEL E DESCARTAVEL, TIPO BRUSH, FRASCO C/ 100 UN EXTRA FINO	UNIDADE	KG	9,140	10,000	91,400

25	25835	MICROAPLICADOR ODONTOLOGICO FLEXIVEL E DESCARTAVEL, TIPO BRUSH, FRASCO C/ 100UNFINO	UNIDADE	KG	9,140	10,000	91,400
26	25836	MICROAPLICADOR ODONTOLOGICO FLEXIVEL E DESCARTAVEL, TIPO BRUSH, FRASCO C/ 100UNREGULAR	UNIDADE	KG	9,140	10,000	91,400
27	25837	OCULOS DE PROTECAO C/ LENTE TRANSPARENTE	UNIDADE	SS PLU	4,640	12,000	55,680
28	25838	OLEO MINERAL ATOXICO DE BAIXA VISCOSIDADE,P/ LUBRIFICACAO INTERNA DE TURBINAS, MICROMOTORES E INSTRUMENTOS. FRASCO C/250ML	UNIDADE	PREVEN	17,040	4,000	68,160
29	25839	OSTOPORIN, SUSPENSAO OTOLOGICA, HIDROCORTISONA 10MG/ML + SULFATO DE NEOMICINA 5MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000 UI/ML - EMBALAGEM C/ FRASCO GOTEJADOR DE 10ML	UNIDADE	FQM	13,290	6,000	79,740
30	25840	PAPEL CARBONO P/ CONTATOS OCLUSAIS. EMBALAGEM C/12 TIRAS	UNIDADE	PREVEN	1,790	30,000	53,700
31	25842	PEDRA POMES. FRASCO 100G	UNIDADE	IODONTOSUL	3,620	6,000	21,720
32	25866	PRENDEDOR DE BABADOR, CORRENTE DE METAL, TIPO JACARE	UNIDADE	PREVEN	7,100	6,000	42,600
33	25871	RESINA COMPOSTA MICRO-HIBRIDA, PARTICULAS C 0,6 MICROMETROS, FOTOPOLIMERIZAVEL, TEMPO DE POLIMERIZACAO DE 20SEGUNDOS. SERINGA C/ 4G. COR UD	UNIDADE	3M Z-100	49,590	6,000	297,540
34	25872	RESINA FLUIDA NANOPARTICULADA, FOTOPOLIMERIZAVEL, TEMPO DE POLIMERIZACAO DE20SEGUNDOS. SERINGA C/ 2G. COR A1	UNIDADE	FGM	41,000	2,000	82,000
35	25873	RESINA FLUIDA NANOPARTICULADA, FOTOPOLIMERIZAVEL, TEMPO DE POLIMERIZACAO DE 20SEGUNDOS. SERINGA C/ 2G. COR A2	UNIDADE	FGM	41,000	2,000	82,000
36	25874	RESINA FLUIDA NANOPARTICULADA, FOTOPOLIMERIZAVEL, TEMPO DE POLIMERIZACAO DE20SEGUNDOS. SERINGA C/ 2G. COR A3	UNIDADE	FGM	41,000	2,000	82,000
37	25875	REVELADOR DE FILMES RADIOGRAFICOS DENTAIS INTRAORAIS. FRASCO DE 475ML	UNIDADE	KODAK	9,140	20,000	182,800
38	25879	SISTEMA ADESICO CONVENCIONAL DE DOIS PASSOS(PRIMER E ADESIVO EM UM SO FRASCO) SOLVENTE NA BASE DE AGUA E ALCOOL, ADESIVO COM NANOTECNOLOGIA. FRASCO C/6G E TAMP FLIP TOP.	UNIDADE	3M	119,080	24,000	2.857,920
39	25882	TIRA DE LIXA EM ACO 4MM. EMBALAGEM C/ 12UN	CAIXA	PREVE	5,900	50,000	295,000
40	25883	TIRA DE LIXA EM POLIESTER.CAIXAC/ 50UN DE 4MM X 170MM	CAIXA	PREVEN	2,000	12,000	24,000
		TOTAL DO VENCEDOR					**9.536,190**

3153L. P. COM E REPR. ASS. E PRESTACAO DE SERVICO LTDA10.832.896/0001-29

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Marca	Valor Unit.	Qtde	Total
1	25808	ENXAGUANTE BUCAL DE GLUCONATO DE CLORHEXIDINA A 0,12% SEM ALCOOL, FRASCO C/ 02 LITROS E DIPENSADOR TIPO PUMP.	UNIDADE	DMS	30,690	10,000	306,900
2	25821	FICHA DE RAIO -X -2 ESPACOS ADULTO, 11CM X 8CM, PAPEL OFF SET 240G C/ 100UN	UNIDADE	DMS	6,360	3,000	19,080
3	25844	PLACA DE VIDRO INCOLOR LISA LAPIDADA, MEDIA, 9,5CM X 15CM X 10MM	UNIDADE	DMS	6,980	6,000	41,880
4	25858	PONTA DIAMANTADA ESFERICA Nº 1010 -FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	50,000	74,500
5	25859	PONTA DIAMANTADA ESFERICA Nº 1011 -FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	50,000	74,500
6	25860	PONTA DIAMANTADA ESFERICA Nº 1012 -FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	50,000	74,500
7	25861	PONTA DIAMANTADA ESFERICA Nº 1013 -FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	50,000	74,500
8	25862	PONTA DIAMANTADA ESFERICA Nº 1014 -FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	50,000	74,500
9	25863	PONTA DIAMANTADA ESFERICA Nº 1015 -FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	50,000	74,500
10	25864	PONTA DIAMANTADA ESFERICA Nº 1016 -FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	50,000	74,500
11	25851	PONTA DIAMANTADA Nº 1090 -FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	25,000	37,250
12	25852	PONTA DIAMANTADA Nº 1095 -FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	25,000	37,250
13	25853	PONTA DIAMANTADA Nº 1112 -FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	25,000	37,250
14	25850	PONTA DIAMANTADA Nº 1112FF -FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	25,000	37,250
15	25849	PONTA DIAMANTADA Nº 2000FF -FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	25,000	37,250
16	25854	PONTA DIAMANTADA Nº 2135-FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	25,000	37,250
17	25846	PONTA DIAMANTADA Nº 2137F -FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	25,000	37,250
18	25855	PONTA DIAMANTADA Nº 2200-FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	25,000	37,250
19	25847	PONTA DIAMANTADA Nº 3118FF -FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	25,000	37,250
20	25856	PONTA DIAMANTADA Nº 3118-FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	25,000	37,250
21	25845	PONTA DIAMANTADA Nº 3138F -FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	25,000	37,250
22	25848	PONTA DIAMANTADA Nº 3168FF -FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	25,000	37,250
23	25857	PONTA DIAMANTADA Nº 3168-FG, ALTA ROTACAO	UNIDADE	FAVA	1,490	25,000	37,250
24	25880	SOLUCAO EVIDENCIADORA DE PLACA BACTERIANA, FRASCO C/500ML	UNIDADE	IODONTO	13,180	20,000	263,600
		TOTAL DO VENCEDOR					**1.637,210**

3187POLYPHARMA DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA ME07.886.006/0001-57

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Marca	Valor Unit.	Qtde	Total
1	25791	BANDA MATRIZ DE ACO INOX. BOBINA COM 50CM , ESPESSURA 0,05MM X 5MM	UNIDADE	PREVEN	1,060	100,000	106,000
2	25800	CAPEADOR PULPAR, HIDROXIDO DE CALCIO P. A. FRASCO C/10G	UNIDADE	BIODINAMICA	3,700	12,000	44,400
3	25804	CONDICIONADOR DENTAL A BASE DE ACIDO FOSFORICO A 37% ENVELOPE PLASTICO C/ 03 SERINGAS DE 2,5ML	PACOTE	BIODINAMICA	4,110	50,000	205,500
4	25806	DISCOS DE POLIESTER ABRASIVO P/ ACABAMENTO E POLIMENTO, EM BORRACHA DE SILICONE ADESIVO. EMBALAGEM C/ 26UN, GRANULACAO EXTRA FINA 8/12MM	CAIXA	FGM	27,710	2,000	55,420
5	25807	DISCOS DE POLIESTER ABRASIVO P/ ACABAMENTO E POLIMENTO, EM BORRACHA DE SILICONE ADESIVO. EMBALAGEM C/ 26UN, GRANULACAO GROSSA 8/12MM	CAIXA	FGM	27,710	2,000	55,420
6	25809	ESCOVA DE ACO PARA LIMPAR BROCAS	UNIDADE	PREVEN	4,980	6,000	29,880
7	25810	ESCOVA DE ROBSON TIPO CONICA, COR BRANCA P/ CONTRA ANGULO	UNIDADE	PREVEN	1,150	30,000	34,500
8	25811	ESCOVA DE ROBSON TIPO RETA, COR BRANCA P/ CONTRA ANGULO	UNIDADE	PREVEN	1,150	40,000	46,000

9	25817	FIO DE SUTURA AGULHADO TIPO SEDA-4-0 NATURAL TRANCADA, ESTERILIZADO, DE USO ODONTOLOGICO, AGULHA EM ACO - INOX SILICONIZADA, 3/8 CIRCULO CORTANTE 1,7CM, C/ 24UN	CAIXA	PREVEN	23,250	15,000	348,750
10	25825	FORMOCRESOL.FRASCO C/10ML	UNIDADE	BIODINAMICA	4,840	2,000	9,680
11	25826	GEL DESSENSIBILIZANTE DE BAIXA VISCOSIDADE A BASE DE NITRATO DE POTASSIO (5%) E FLUORETO DE SODIO (2%). EMBALAGEM C/ 01 SERINGA DE 2,5G	UNIDADE	FGM	13,020	15,000	195,300
12	25833	MATRIZ DE POLIESTER 10MM X 120MM X 0,5MM. EMBALAGEM C/50TIRAS	CAIXA	QUIMIDROL	1,110	20,000	22,200
13	25876	ROLETE DE ALGODAO Nº 02.EMBALAGEM C/100UN	UNIDADE	FAROL	1,580	100,000	158,000
		TOTAL DO VENCEDOR					**1. 311,050**

R$ 30.891,41 (Trinta mil oitocentos e noventa e um reais e quarenta e um centavos).

Nova Santa Helena - MT, 19 de junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA 001-2015

AVISO DE LICITAÇÃO – CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2.015.

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar a Chamada Pública n.º 001/2.015, para o objeto: Contratação de Médicos (pessoa física), com o objetivo de efetivarem as devidas Perícias Médicas e Relatórios Sociais necessários, de avaliação e/ou reavaliação, nos segurados desta Autarquia Municipal, em gozo de licença de tratamento de saúde. Data de abertura dos envelopes: *02/07/2.015, às 14h00min* (horário Brasília), no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado.

Nova Xavantina – MT, 22 de junho de 2.015.

WALMIR ARRUDA COSTA Presidente da CPL.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DISPENSA 003-2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 003/2.015

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, comunica a todos os interessados que após todos os procedimentos necessários e de acordo com Parecer Jurídico, exarado pela Procuradoria Geral do Município, procedeu a Dispensa de Licitação nº 003/2.015, objetivando a Contratação da prestação de serviço de Gestor Financeiro, cuja finalidade é a análise financeira do PREVINX, o fluxo da meta atuarial, taxa SELIC que é de fundamental importância quando se fala em gestão de investimentos.

Nova Xavantina – MT, 22 de junho de 2.015.

WALMIR ARRUDA COSTA

Presidente da CPL.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DISPENSA 001-2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2.015

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, comunica a todos os interessados que após todos os procedimentos necessários e de acordo com Parecer Jurídico, exarado pela Procuradoria Geral do Município, procedeu a Dispensa de Licitação nº 001/2.015, objetivando a LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA ATENDER AS DETERMINAÇÕES DO MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA SOCIAL VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DOS DADOS CADASTRAIS ATUALIZADOS, HISTÓRICO DE DADOS FUNCIONAIS, PREVIDENCIÁRIOS, FINANCEIROS, EMISSÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E SIMULAÇÃO E CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS.

Nova Xavantina – MT, 22 de junho de 2.015.

WALMIR ARRUDA COSTA

Presidente da CPL.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO TP 008-2015

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

Resultado resumido de Julgamento, da Homologação e Adjudicação

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2.015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público o resultado do julgamento, homologação e adjudicação, referente à TOMADA DE PREÇOS nº 008/2.015, **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PALCO, SOM, LUZ, TENDAS COM SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA USO EM DIVERSOS EVENTOS A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA/MT, NO DECORRER DO ANO. A Licitante habilitada e vencedora foi: CELSO LUIZ MARCA – pessoa jurídica, com o valor global de R$ 280.411,00 (duzentos e oitenta mil quatrocentos e onze reais).

Nova Xavantina – MT, 22 de junho de 2.015.

WALMIR ARRUDA COSTA

Presidente da CPL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DISPENSA 002-2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2.015

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, comunica a todos os interessados que após todos os procedimentos necessários e de acordo com Parecer Jurídico, exarado pela Procuradoria Geral do Município, procedeu a Dispensa de Licitação nº 002/2.015, objetivando a Contratação de consultoria especializada em CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS **- para apoiar a PREVINX na elaboração e e**missão de pareceres técnicos sobre as melhores alternativas de investimento de recursos das reservas técnicas dos benefícios, acompanhar e elaborar relatório do enquadramento dos investimentos quanto a Política de Investimentos 2015 e dar instrução por escrito quando houver necessidade de alteração na política 2015. Suporte online aos membros do CMP – Conselho Municipal de Previdência e a equipe gestora do RPPS; Envio de DAIR ao Ministério da Previdência – SPS, confecção de Autorização de Aplicação e Resgate – APR.

Nova Xavantina – MT, 22 de junho de 2.015.

WALMIR ARRUDA COSTA

Presidente da CPL.

CONTRATO

Contrato entre o Município de Nova Xavantina, MT e o Banco do Brasil S. A, agência 1322-6 – Nova Xavantina, MT para prestação de serviços de arrecadação dos tributos e demais receitas públicas do município. Valor: R$ 2,50 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN. VIGENCIA: 19.12.2013 a 18.12.2018.

GERCINO CAETANO ROSA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL N.º 001/2015
BENS MÓVEIS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE - MT, situada a Rua Augusto de Souza, n.º 171, Centro no município de Novo Horizonte do Norte/MT através da Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que realizará, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações às **08h00min horas do dia 08 de Julho de 2015**, na sala de licitações desta Prefeitura, *Leilão Presencial* do tipo Maior Lance, para alienação de bens móveis inservíveis. Os bens a serem leiloados poderão ser examinados pelos interessados no local do leilão a partir do dia 23/06/2015, em dias úteis das 07h00m as 11h00m e das 13h00m as 17h00m. Os interessados a adquirir cópia do edital e seu anexo, deverão Solicitar informações no endereço supracitado, no fone (66) 3559-1900 ou endereço de email licitacaonhn@hotmail.com, disponível também no site oficial deste município, no endereço http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br/Transparencia/Leilao/.

Novo Horizonte do Norte - MT, 19 de Junho de 2015.

Juliano Gamba

Presidente C.P.L.

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - SRP N.º 007/2015 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT, através de seu pregoeiro e equipe de apoio, torna público aos interessados que o processo licitatório Pregão Presencial - SRP n.º 007/2015, com o objeto de **Registro de preços para futura e eventual aquisição de merenda escolar, gêneros higiene e limpeza, copa e cozinha em atendimento a secretaria municipal de Educação**, conforme especificado no anexo I – Termo de referencia do edital, onde se sagrou vencedora a empresa **Tânia Cristina Vieira - ME**, inscrita no *CNPJ: 05.939.308/0001-10,* com proposta no valor global de **R$ 242.354,32 (duzentos e quarenta e dois mil, trezentos e cinqüenta e quatro reais e trinta e dois centavos)** para os itens 01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37,38,39,40,41,42,43,44,45,46,47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,58,59,60,61,62,63,64,65,66,67,68,70,71,72,73,74,75,76,77,78,79,80,81,82,83,84,85,86,87,88,89,90,91,92,93,95,96,97,98,99,100,101,102,103,104,105,106,107,108,109,110,111,112,113,114,115,116,117,118,119,120,121,122,123,124,125,126,127,128,129,130,131,132,133,134,135,136,137,138,139,140,141,142,143,144,145,146,147,148,149,150,151,152,153,154,155,156,157,158,159,160,161,162,163,164,165,166,167,168,169,171,172,173,174,175,176,177,178,179,180,181,182,183,184,185,186,187,188,189,190,191,192,193,194,195,196,197,198,199 e 200. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada a Rua Augusto de Souza, 171 centro - Novo Horizonte do Norte - MT.

Novo Horizonte do Norte-MT, 19 de Junho de 2015.

JULIANO GAMBA

Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 126/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora Srª: **Neuma Terezinha Gonçalves da Costa** brasileira, maior, portadora do RG: nº 846.063 SSP/MT e do CPF:nº 825.342.411-68,servidora publica municipal lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Agente de Endemias**, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a partir do dia 22/06/2015 a 06/07/2015 com retorno no dia 07/07/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 22 de junho de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 18 de junho de 2015.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 127/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Artigo 1º- Exonerar a servidora **Suzi Quelly Santana de Oliveira,** brasileira, maior, portadora do RG: nº 1797023-7 SSP/MT e do CPF: nº 039.799.731-07, do cargo Comissionado de Secretária Adjunto de Saúde,lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º- A exoneração a que se refere no artigo 1º se faz em virtude do retorno da servidora ao cargo de origem (Agente de Serviços Gerais).

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 19 de junho de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 128/2015

CONCEDER VACÂNCIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA no uso das suas atribuições legais, tendo em vista o Requerimento de Vacância datado de *19/06/2015*, resolve:

Art. 1º CONCEDER vacância ao cargo de **Agente de Serviços Gerais** ocupada pela servidora **Suzi Quelly Santana de Oliveira** portadora do RG nº 1797023-7 SSP/MT e do CPF nº 039.799.731-07, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer conforme Portaria n°: 081/2009, sob matrícula nº **634**, a partir de 19/06/2015, por posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 35, da Lei Municipal 429/98.

Art. 2º Declarar vago o cargo supramencionado.

Novo Horizonte do Norte, 19 de Junho de 2015

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 129/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Artigo 1º - Nomear **Amanda Costa Zanovello,** brasileira, maior, portadora do RG: nº 1881113-2 SSP/MT e do CPF: nº 042.299.941-50, para exercer o cargo de **Especialista de Saúde Farmacêutica** conforme aprovação e classificação no concurso público municipal realizado no dia 08 de setembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 19 de junho de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 131, DE 19 DE JUNHO DE 2015

O Prefeito Municipal João Antônio de Oliveira, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 45 inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º. Fica nomeada a servidora *Maria Aparecida de Souza - matrícula nº 43,* para atuar como **Responsável pelo Controle de Frotas** do Poder Executivo do Município de Novo Horizonte do Norte-MT.

Art. 2º. Fica nomeado o servidor **Wanderley Vieira – matrícula nº 62,** para atuar como **Responsável pelo Registro e Baixa do Patrimônio Público** do Poder Executivo do Município de Novo Horizonte do Norte-MT.

Art. 3º.Estabelece os seguintes conceitos nesta Portaria:

I) Alienação - Processo pelo qual o município transfere o domínio de seus bens a terceiros, mediante venda (leilão), permuta ou doação, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, obedecidas às exigências legais pertinentes.

II) Autorização de Saída de Material Permanente do Órgão - Documento de formalização da saída de bens patrimoniais móveis do órgão.

III) Avaliação - Valor monetário atribuído a um bem patrimonial para fins de aquisição, contabilização e alienação, observadas as normas técnicas e legais específicas.

IV) Baixa de Bens - É a retirada oficial de um bem patrimonial móvel do cadastro de patrimônio do município, gerando contabilmente a diminuição do saldo patrimonial, em decorrência de alienação, descarte, roubo, furto ou sinistro.

V) Bem de Terceiro - Bem que não integra o patrimônio do município, mas que, em decorrência de negócio jurídico celebrado com terceiro, recebe codificação diferenciada dos bens patrimoniais do Município, e sobre o qual não incide processamento financeiro, mas apenas controle físico.

VI) Bem Inservível - É todo bem desativado pelo órgão que utiliza, danificado ou obsoleto, encaminhado para o depósito de inservíveis da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, para fins de alienação, podendo, ou não ser reaproveitado por outros órgãos ou entidades do Município.

VII) Bem Patrimonial Antieconômico - Todo bem patrimonial com manutenção onerosa, rendimento precário ou com recuperação economicamente inviável.

VIII) Bem Patrimonial Obsoleto - Todo bem patrimonial em desuso, considerado antiquado ou antieconômico para o fim a que se destina.

IX) Bem Permanente - Todo material que, em razão do uso, não perca sua identidade física e autonomia de funcionamento, mesmo quando incorporado a outro bem e tenha durabilidade prevista superior a dois anos.

X) Bem Plaquetável/Etiquetável - Aquele em que é possível a colocação de plaqueta/etiqueta de identificação patrimonial.

XI) Bem Não Plaquetável/Etiquetável - Aquele que não possui local para fixação de plaqueta ou etiqueta de identificação patrimonial ou que não seja adequada a sua colocação. O fato não impede que o mesmo deixe de receber uma numeração para registro, logo, todos os bens, independentemente de colocação de plaqueta, receberão um número de registro patrimonial.

XII) Bem Próprio - Todo bem adquirido com recursos próprios, do tesouro ou convênios, que não exijam a vinculação do bem à unidade financiadora, ou ainda todo aquele recebido por doação, premiação, bem como os incorporados através de inventários.

XIII) Bem Relacionado - Bem permanente que, em razão de sua estrutura física não podem ser marcados ou gravados seus respectivos números de tombamento.

XIV) Cessão De Uso - Disponibilização de um bem patrimonial móvel, por tempo determinado, para utilização gratuita ou em condições especiais, para entidades da administração indireta do município ou a outras entidades.

XV) Comissão de Avaliação - Grupo de pessoas nomeadas para avaliar bens da Instituição.

XVI) Descarte - Processo pelo qual o município desfaz-se de um bem patrimonial móvel em razão do seu estado de conservação, inservível e/ou irrecuperável, bem como sem que haja arrematamento em pelo menos um leilão, mediante avaliação do estado do bem.

XVII) Depreciação - Perda progressiva de valor econômico ou do preço de um bem patrimonial em decorrência do seu uso, levando-se em consideração, além de exigências legais, o valor de aquisição e o tempo de vida útil, em face das condições objetivas de sua utilização.

XVIII) Entrada de Materiais - Documento de confirmação da entrada de bens patrimoniais móveis no órgão, emitido pelo sistema informatizado de gestão de materiais e patrimônio.

XIX) Etiqueta de Identificação Patrimonial - Identificação colocada no bem patrimonial móvel que, pelo seu formato, não comporta plaqueta de identificação patrimonial, tendo as mesmas informações que as plaquetas.

XX) Extravio - É o desaparecimento de um bem, sem que seja identificada a origem do fato.

XXI) Incorporação - Registro contábil da inclusão ou entrada de um bem patrimonial, em decorrência de aquisição, nas suas diversas modalidades.

XXII) Inventário - Instrumento de controle que permite a conciliação dos registros do cadastro de bens patrimoniais móveis com a posição física, bem como dos valores cadastrados e os escriturados. Tem como objetivo o controle quantitativo e qualitativo dos bens patrimoniais móveis do município.

XXIII) Plaqueta de Tombamento - Identificação que é colocada no bem patrimonial móvel, personalizada, com numeração individual única e código de barras.

XXIV) Registro Patrimonial - Processo de cadastramento de um bem patrimonial móvel no Sistema Integrado de Gestão de Material e Patrimônio, após o seu tombamento.

XXV) Sinistro - Acontecimento de qualquer natureza que sobrevém ao bem patrimonial móvel, causando-lhe danos, perda total ou parcial.

XXVI) Termo de Cessão de Uso - Instrumento de formalização da cessão de uso de bens patrimoniais móveis do município.

XXVII) Termo de Responsabilidade - Documento no qual um bem patrimonial móvel ou um conjunto de bens patrimoniais móveis é posto sob a guarda, conservação e controle do gestor de uma unidade administrativa, mediante sua assinatura.

XXVIII) Tombamento - Processo constituído de identificação do bem patrimonial móvel, por intermédio de plaquetas ou etiquetas de identificação, com o levantamento de todas as características e dados relacionados ao mesmo, para que seja efetuado registro patrimonial.

XIX) Transferência - Movimentação dos bens patrimoniais móveis entre unidades administrativas de um mesmo órgão ou de diferentes órgãos da Administração Direta Municipal, exigindo-se emissão e assinatura do termo de Transferência, anotação da mudança de guarda do bem e atualização do registro patrimonial.

XXX) Unidade Administrativa - Toda unidade integrante da estrutura organizacional formal de um órgão, que responde pelas ocorrências com os bens patrimoniais móveis sob sua responsabilidade.

Art. 3º. Compete ao responsável pelo controle de patrimônio as seguintes atribuições:

I – Programar, coordenar, orientar, controlar e fiscalizar as atividades referentes ao Patrimônio da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

II - Realizar levantamentos periódicos ou específicos no tocante ao uso e disponibilidade de bens integrantes do cadastro patrimonial;

III - Manter o registro dos responsáveis por bens integrantes do patrimônio de acordo com cada departamento;

IV – encaminhar relatórios à Comissão para que a mesma possa promover a devida avaliação;

V – alimentar o sistema referente ao patrimônio, mantendo-o devidamente atualizado;

VI – manter arquivados todos os documentos que envolvam suas atividades;

VII – prestar informações referente ao controle de patrimônio, sempre que solicitada por qualquer departamento desta Casa;

VIII – realizar outras atividades correlatas;

Art. 4º. Compete aos responsáveis pela AVALIAÇÃO, REGISTRO E BAIXA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E FROTAS:

I – Promover a avaliação e registro dos bens integrantes do acervo da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, através de seu cadastro central e de relatórios de situação enviadas pelo Responsável pelo patrimônio;

II - Realizar o inventário anual dos bens patrimoniais;

III - Avaliar o estado dos bens e propor o seu reparo, reposição e baixa, remetendo relatório ao Responsável para as devidas providências;

IV - Emitir Ata circunstanciada após realização de todo trabalho;

V – Realizar outras atividades correlatas.

Art. 5º. Os servidores nomeados através desta Portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 131/2013 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, aos 19 (dezenove) dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

João Antônio de Oliveira

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 130/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Artigo 1º- Designar o servidor **Marcos Rafael de Souza, matrícula nº 836,** brasileiro, maior, portador do RG. nº 4.601.433-0 e CPF. nº 005.794. 349-40, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, exercendo o cargo de **Técnico de Controle Interno**, para responder pelo Sistema do **APLIC – Auditoria Pública Informatizada de Contas**, desta Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 111/2013 e demais disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 19 de junho de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

CAMARA MUNICIPAL
SEGUNTO ADITIVO AO CONTRATO 004/2013

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO 004/2013

CONTRATANTE: **CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO – MT**

CONTRATADO: **ÁGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA**

CNPJ: 26.804.377/0001-97, situada à Av. Natalino João Brescansin, n. ° 499, Centro, na cidade de Sorriso – Estado de Mato Grosso.

O objeto do presente contrato é a Aquisição por parte do CONTRATANTE e o Fornecimento por parte da CONTRATADA, de licenças de uso de soluções informatizadas (programas) de gestão pública, em conformidade com exigências do Edital TP 001/2013 e seus anexos.

VALOR: R$: **R$ 29.400,00 (VINTE E NOVE MIL E QUATROCENTOS REAIS).**

PRAZO FINAL: 31/12/2015

CAMARA MUNICIPAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO 002/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO 002/2015

CONTRATANTE: **CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO – MT**

CONTRATADO: **JASSON ALVES DA SILVA**

Serviços técnicos na área de informática, compreendendo manutenção e configuração de equipamentos de informática e manutenção e configuração de rede de computadores e internet.

VALOR: R$: **R$ 14.220,00 (Quatorze mil, duzentos e vinte reais).**

PRAZO: 31/12/2015

DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 01/04/2015.

ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO SOBRE RECURSO REFERENTE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 01/2015

DECISÃO

Assunto: Decisão sobre Recurso referente Processo Seletivo Público n.º 01/2015

Esta Comissão do Processo Seletivo Público n.º 001/2015, para seleção de pessoal ao Cargo de Agente Comunitário de Saúde, recepcionou o Re-

curso Administrativo apresentado pela candidata JAQUELINE OLIVEIRA KIISTER, questionando que o candidato Daniel da Costa Barbosa, quando da realização de sua inscrição primitiva ao cargo, não atendia ao requisito estabelecido no item 4.1, letra "b", do Edital n.º 001/2015, afirmando que o recorrido, quando da publicação do Edital, não residia na micro-área, na região onde pretendia atuar, em sendo aprovado.

Diante destes denunciados fatos, parte da Comissão do Processo Seletivo Público n.º 001/2015, representado pelas pessoas de *Adriana Campos Barbosa, Gabriela de Freitas Assis, Lucimar dos Santos* e *Poliana Renata da Silva Bazzana,* no dia 13 de Maio, do corrente ano, realizaram diligência investigativa *"in loco"* junto à Comunidade Cinco Mil, onde, averiguaram os registros do PSF, utilizaram de um questionário próprio (Anexo II) e, em contatos pessoais com os munícipes residentes naquela comunidade, e especificamente nos endereços informados no ato das inscrições ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, para às respectivas micro-áreas (33).

Com o encerramento da fase investigativa, a Comissão do Processo Seletivo n.º 001/2015 concluiu, que, no ato da inscrição ao teste seletivo ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, tanto a recorrida quanto o recorrido, *não residiam*, na data da publicação do Edital nº 001/2015, de fato, nos endereços facultativamente informados pelo inscritos e consignados nas fichas de inscrições.

Diante destas reais constatações, a Comissão do Processo Seletivo Público n.º 001/2015, com atribuição para realizar a seleção de pessoal ao Cargo de Agente Comunitário de Saúde, poderes e deveres conferindo pela Portaria nº 063/2015, *por unanimidade*, no mérito, decidiram acolher o questionamento formulado pela recorrente Jaqueline Oliveira Kiister, INDEFERINDO a inscrição do recorrido DANIEL DA COSTA BARBOSA e, também, da própria recorrente, visto que, ambos, faltaram com a verdade real ao realizarem as suas inscrições ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, posto que não residiam na micro-área 33, quando da publicação do Edital ocorrido no dia 16/03/2015, com supedâneo nos princípios constitucionais da transparência, legalidade e o da isonomia, que norteiam as ações das administrações públicas em quaisquer esferas.

Intime-se a Recorrente e o Recorrido.

Junte-se aos autos do processo administrativo seletivo ao cargo de agente comunitário 2015.

Publique-se.

Novo Mundo-MT., 27 de maio de 2015.

CAMARA MUNICIPAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO 001/2015

CONTRATO DE ASSOCIAÇAO Nº 001/2015

ASSOCIADA: CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO – MT

ASSOCIANTE: UCMMAT- UNIAO DAS CAMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO

OBJETO: ASSOCIAÇAO DA CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO À UCMMAT.

VALOR: R$- 7.200,00,00 (SETE MIL E DUZENTOS REAIS)

PRAZO: 02/01/2015 A 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO DO SEVIDOR- MARIA DE LOURDES GONÇALVES

EDITAL Nº 002/2015

19 de Junho de 2015

CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR

Assunto: Retorno às Atividades Laborais

Pelo presente fica **CONVOCADA**, a Servidora Pública Municipal, senhora, **MARIA DE LOURDES GONCALVES**, portadora do RG: 1586181-3 SSP/MT e CPF nº 006.875.651.89, Auxiliar De serviços Gerais, Lotada na Secretaria de Educação, no Cargo de Apoio Administrativo educacional Profissionalizado(Zeladora), para que compareça ao Departamento de Recursos Humanos para o retorno às suas atividades no Prazo de 5 dias. O não comparecimento implicará no desconto de faltas nos vencimentos do servidor, e implicará na abertura de processo administrativo disciplinar.

Novo Mundo – MT, 19 de Junho de 2015.

Sem mais para o momento,

Subscrevo-me

_____

CLEBER VALSOLER

Secretário de Administração

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO

AO CONTRATO

Nº 046/2012

ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**PAULO CESAR ZANCO & CIA LTDA ME**, CNPJ nº. 15.069.351/0001-26 e Inscrição Estadual 13.448.174-7, com sede na Rua Manaus, nº 1.241, Bairro Jardim Vitória, Guarantã do Norte/MT, CEP 78.520-000, neste ato representado pelo seu sócio **Paulo Cesar Zanco,** portador da CI/RG nº. 1717365-5 e do CPF/MF nº. 004.426.971-47, residente e domiciliado em Guarantã do Norte/MT.
Objeto	Ficam acordados entre as partes que, o presente termo aditivo será prorrogado pelo prazo de **120 (cento e vinte) dias** a partir da data da sua assinatura, ou seja, **14/06/2015 até 10/10/2015.**
Valor	**O VALOR PERMANECERÁ O MESMO CONTRATADO, SEM QUALQUER ALTERAÇÃO**

Novo Mundo/MT, 04 de Junho de 2015.

Jose Helio Ribeiro da SilvA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR - SIRLENE DA SILVA SOUTO

EDITAL Nº 001/2015

19 de Junho de 2015

CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR

Assunto: Retorno às Atividades Laborais

Pelo presente fica **CONVOCADA**, a Servidora Pública Municipal, senhora, **SIRLENE DA SILVA SOUTO**, portadora do RG: 10327509 SSP/MT e CPF nº 695.730.771.91, cargo de PROFESSORA 30 HORAS, para que compareça ao Departamento de Recursos Humanos para o retorno às suas atividades no Prazo de 5 dias. O não comparecimento implicará no desconto de faltas nos vencimentos do servidor, e implicará na abertura de processo administrativo disciplinar.

Novo Mundo – MT, 19 de Junho de 2015.

Sem mais para o momento,

Subscrevo-me

_____

CLEBER VALSOLER

Secretário de Administração

CAMARA MUNICIPAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO 003/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO 003/2015

CONTRATANTE: **CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO – MT**

CONTRATADO: **WESLEY SANCHES DA SILVA**

Prestação de serviços de filmagem e edição de imagens e áudio para divulgação no site oficial da Câmara Municipal de Novo Mundo e demais mídias sociais, incluindo as atividades do legislativo, com destaque para o trabalho desenvolvido pelos Vereadores em plenário e gravações externas nas Sessões Itinerantes, Reuniões e Audiências Públicas, e demais eventos a serem realizados pelo legislativo no ano de 2015.

VALOR: R$: **R$ 12.150,00 (Doze Mil, cento e cinquenta reais).**

PRAZO: 31/12/2015

DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 01/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 67/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 22/2015.

PREGÃO ELETRONICO: Nº 02/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS, QUANTITATIVAS E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 22/2015, QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA CITADA LICITAÇÃO E QUE ORA O INTEGRA

Contratante:Município de Novo São Joaquim **/ Mato Grosso**

Contratada:SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI

Valor: R$ 4.700,00 (Quatro mil, setecentos reais).

Período de vigência: 19/06/2015 à 19/06/2016.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 19 de Junho de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 66/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 22/2015.

PREGÃO ELETRONICO: Nº 02/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DE USO HOSPITALAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS, QUANTITATIVAS E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 22/2015, QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA CITADA LICITAÇÃO E QUE ORA O INTEGRA

Contratante:Município de Novo São Joaquim **/ Mato Grosso**

Contratada:HOMINUM COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-EPP

Valor: R$ 1.890,00 (Hum mil, oitocentos e noventa reais).

Período de vigência: 19/06/2015 à 19/06/2016.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 19 de Junho de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 68/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 22/2015.

PREGÃO ELETRONICO: Nº 02/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS, QUANTITATIVAS E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 22/2015, QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA CITADA LICITAÇÃO E QUE ORA O INTEGRA

Contratante:Município de Novo São Joaquim **/ Mato Grosso**

Contratada:LEANDRO SANTOS DA SILVA ODONTOLÓGICOS – ME

Valor: R$ 1.592,00 (Hum mil, quinhentos e noventa e dois reais).

Período de vigência: 19/06/2015 à 19/06/2016.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 19 de Junho de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

LICITAÇÃO
RESCISÃO CONTRATUAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 040/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT

CONTRATADA: JOÃO MOREIRA DOS SANTOS 84663782191

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA: As partes, CONTRATADA e CONTRATANTE resolvem de comum acordo, que melhor se apresenta é a rescisão do presente contrato, assim, sendo a vontade das partes, decidem rescindir amigavelmente e sem qualquer tipo de penalidade o Contrato Administrativo nº. 040/2014, autuado no Processo de Licitação Pregão Presencial nº. 039/2014, em conformidade com o artigo 79, inciso II, da Lei 8.666/93.

Paranaíta/MT, 19 de Junho de 2015.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 023/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 036/2015

PREGÃO PRESENCIAL: N° 032/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. Antonio Domingo Rufatto, RESOLVE registrar os preços das empresas CENTROESTE RESÍDUOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ 09.255.903/0001-98, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços.

DO OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos de serviços de saúde das classes A, B e E do Município de Paranaíta/MT.

DO CONTRATADO:CENTROESTE RESÍDUOS LTDA - EPP	
DO ITEM/DO VALOR UNITÁRIO	
ITEM 01	VALOR UNITÁRIO R$ 2.949,00

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. Paranaíta - MT, 19 de Junho de 2015.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2015

A Prefeitura Municipal de Paranaíta, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 154/2015 torna público que no Pregão Presencial que se trata o Edital nº. 033/2015, levado a efeito às 08h00min horas do dia 11 de Junho de 2015, foi declarada vencedora do Certame a Empresa WALMOR HENRINCH – ME, inscrita no CNPJ nº. 09.488.932/0001-08.

Paranaíta/MT, 19 de Junho de 2015.

Luciane Raquel Brauwers

Pregoeira

Publique – se

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2015

A Prefeitura Municipal de Paranaíta, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 154/2015 torna público que no Pregão Presencial que se trata o Edital nº. 029/2015, levado a efeito às 08h00min horas do dia 02 de Junho de 2015, foi declarada vencedora do Certame a Empresa CASA DA LAVOURA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº. 01.721.310/0001-68.

Paranaíta/MT, 19 de Junho de 2015.

Luciane Raquel Brauwers

Pregoeira

Publique – se

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA N.º 201- 2015- FÉRIAS REGULARES- ZILDINEI DE SOUZA PEREIRA

PORTARIA Nº 201/2015.

DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora da Secretaria Geral de Coord. Administrativa e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de 01/04/2013à 01/04/2014.

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Geral de Coord. Administrativa, a serem usufruídas no período de **15/06/2015 à 05/07/2015.**

ZILDINEI DE SOUZA PEREIRA

Chefe de Depto de Contabilidade

***ART. 2º* -** Esta portaria entra vigor na data da sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PORTARIA N.º 200- 2015- FÉRIAS REGULARES- EDER DA SILVA ENGEL

PORTARIA Nº 200/2015.

DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES ao Servidor da Secretaria Geral de Coord. Administrativa e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de 11/01/2013à 11/01/2014.

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Geral de Coord. Administrativa, a serem usufruídas no período de **15/06/2015 à 14/07/2015.**

EDER DA SILVA ENGEL

Chefe do Depto de Compras

***ART. 2º* -** Esta portaria entra vigor na data da sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa

CÂMARA MUNICIPAL
RESUMO DO CONTRATO Nº 007/2015

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 007/2015

CONTRATANTE: ***Câmara Municipal de Pedra Preta - MT*****,** CNPJ nº 01.974.021/0001-70, estabelecida na Av. Noda Guenko, nº. 338, Centro, na Cidade de Pedra Preta – MT, CEP 78795-000.

CONTRATADO: o ADVOGADO Sr. *João Faustino Neto*, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MT sob o nº. 10.364-A/MT, com CPF nº 144.296.938-54, e RG nº. 24.696.856-4 SSP/SP, com escritório profissional estabelecido a Av. Frei Servácio, Centro, Pedra Preta - MT, CEP 78.795-000.

OBJETO: O objeto do atual contrato é a representação da Contratante pelo Contratado no desenrolar da ADIN nº. 40327/2015, com prestação de

serviços Jurídicos-Advocatícios na elaboração de documentos de defesa da Câmara Municipal de Pedra Preta - MT.

VALOR: R$ 7.000,00 (Sete Mil Reais).

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015 ou até o trânsito em julgado do acórdão a ser prolatado na ADIN 40327/2015, podendo ser prorrogado por Termo Aditivo conforme prevê o item IV do § 4º do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

LAUDIR MARTARELLO

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
RESUMO DO CONTRATO Nº 006/2015

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 006/2015

CONTRATANTE: ***Câmara Municipal de Pedra Preta - MT*****,** CNPJ nº 01.974.021/0001-70, estabelecida na Av. Noda Guenko, nº. 338, Centro, na Cidade de Pedra Preta – MT, CEP 78795-000.

CONTRATADO: UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 33.003.757/0001-98, sito na Rua Joaquim Murtinho nº 1.713, esquina com a Rua Senador Metello, na cidade de Cuiabá – MT.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a associação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Pedra Preta/MT a UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO.

VALOR: R$ 5.460,00 (cinco mil quatrocentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato associativo, pela sua natureza, é de execução continuada e terá vigência com início na data da assinatura do presente contrato e término em 31 de dezembro de 2015, e poderá ser aditivado de mútuo acordo.

LAUDIR MARTARELLO

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 044/2015

PORTARIA Nº 044/2015

PEDRA PRETA, 22 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a Revisão Geral Anual concedida por meio da Lei Municipal nº 847/2015, de 20 de maio de 2015, a título de correção monetária, referente ao período compreendido entre, maio de 2014 a abril de 2015, aos Servidores Públicos Municipais de todas as categorias e dá outras providências.

Considerando o disposto no Artigo 37, X, da Constituição Federal.

LAUDIR MARTARELLO, Presidente da Câmara Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

*Art. 1º*Conceder, no âmbito do Poder Legislativo, a todos os Servidores, efetivos, estáveis e comissionados, para pagamento na folha referente ao mês de maio de 2015 a Revisão Geral Anual de que trata a Lei Municipal nº 847/2015, de 20 de maio de 2015, a título de correção monetária, referente ao período compreendido entre maio de 2014 a abril de 2015.

*Art. 2º*Em obediência à Lei nº 847/2015, ficam reajustados em 8,34% (oito vírgula trinta e quatro) por cento, os valores constantes dos Anexos I e II da Lei nº 582/2010, de 12 de agosto de 2010.

*Art. 3º*Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

LAUDIR MARTARELLO

Presidente

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação, no lugar público de costume, na data supra.

Luiz André dos Santos

Sec. Leg. de Administração

ANEXO I

TABELA DE CLASSES E FAIXAS DE VENCIMENTOS

NÍVEL	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
A	788,00	851,04	919,12	992,65	1.072,07	1.157,83	1.250,46	1.350,49	1.458,53	1.575,22	1.701,23	1.837,33
B	788,00	851,04	919,12	992,65	1.072,07	1.157,83	1.250,46	1.350,49	1.458,53	1.575,22	1.701,23	1.837,33
C	914,39	987,54	1.066,54	1.151,87	1.244,02	1.343,54	1.451,02	1.567,10	1.692,47	1.827,87	1.974,10	2.132,03

D	1.087,73	1.174,75	1.268,73	1.370,23	1.479,84	1.598,23	1.726,09	1.864,18	2.013,31	2.174,38	2.348,33	2.536,19
E	1.254,58	1.354,95	1.463,34	1.580,41	1.706,84	1.843,39	1.990,86	2.150,13	2.322,14	2.507,91	2.708,54	2.925,23
F	1.556,97	1.681,53	1.816,05	1.961,33	2.118,24	2.287,70	2.470,72	2.668,37	2.881,84	3.112,39	3.361,38	3.630,29
G	2.278,15	2.460,40	2.657,23	2.869,81	3.099,40	3.347,35	3.615,14	3.904,35	4.216,70	4.554,03	4.918,35	5.311,82

ANEXO II

VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS

Denominação do Cargo	Vencimento (em Reais)
Assessor Jurídico Legislativo	**3.013,26**
Secretário Legislativo de Administração	**2.259,96**
Secretário Legislativo de Finanças	**2.259,96**
Assessor Administrativo da Presidência	**1.136,00**
Chefe de Departamento de Recursos Humanos	**1.621,68**
Chefe de Gabinete Parlamentar	**1.136,00**

PORTARIA N.º 202- 2015 - SINDICÂNCIA

PORTARIA Nº 202/2015.

DE 19 DE JUNHO DE 2.015.

Institui a Comissãode **SINDICÂNCIA**, para apuração dos fatos relacionados na Comissão Especial de Investigação n.º 001/2015 da Câmara Municipal e dá outras providências;

***MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI*, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o recebimento do ofício 093/2015 da CMPP/GP;

RESOLVE:

ART. 1º - Instituir a Comissão de **SINDICÂNCIA** e conseqüentemente, nomear os Servidores Municipais, **ANDRÉIA MARIA NEGRI, DIASSIS MOREIRA DE AZEVEDO** e **CARLOS INÁCIO BALLIN SCHUSTER,** para sob a presidência do primeiro, atuar na averiguação dos fatos apontados, conforme documentos em anexo.

ART. 2º - A Comissão deverá, com censo de responsabilidade praticar todos os atos necessários à apuração dos fatos , em conformidade a Lei n. º 078/98 e outras pertinentes à espécie, e apresentar no prazo de até 30 (trinta) dias um relatório final.

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZENOVE DIAS DE JUNHO DO ANO DE 2.015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PÍCOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

EDITAL Nº 002/2015/CMDCA

CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PEIXOTO DE AZEVEDO – MT.

Lei municipal nº 588/06, alterada pela lei 851/2013 e 853/2013

EDITAL Nº 002/2015/CMDCA

Altera o artigo 4ºe artigo 28 do edital nº 01/2015

O CMDCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT, através de sua presidente Ana Izolina Seibel,no uso de sua competência atribuída pela Lei Municipal de nº 588, de 22 de dezembro de 2006, através da Comissão Eleitoral, altera os artigos 4º e 28 do edital nº 01/2015 do CMDCA, que passa a vigorar da seguinte forma:

Art. 4º. Dos requisitos exigidos para a candidatura :

a) Reconhecida idoneidade moral, com apresentação dos seguintes documentos:
1 Atestado de antecedentes civil e criminal e folha de antecedentes;
2 Se já foi conselheiro tutelar certidão negativa fornecida pelo CMDCA;
3 declaração expressa atestando que não foi condenado em processo administrativo disciplinar;
b) Idade mínima de 21 (vinte e um) anos.
c) Escolaridade mínima de ensino médio completo;
d) Residir no Município há pelo menos cinco anos;
e) Efetivo trabalho com criança e/ou adolescentes ou em defesa da criança e do adolescente de, no mínimo 02 (dois) anos atestado pelo Ministério Público, pelo Juízo da Infância e Juventude, CMDCA, ou entidade onde haja prestado serviços.
f)Não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar, nos termos em que dispõe esta lei, e nem possuir antecedentes criminais, nos cinco anos antecedentes à eleição;

g) Não ocupar cargo de confiança ou eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo;
h) Não fazer parte da diretoria executiva de partido político;
i) Afinidade com informática, Word, Excel e Internet;
j) Fotografia 3x4;
k) Ter votado nas duas ultimas eleições;
l) Cédula de identidade e CPF.

72

Art.28. DA SEXTA ETAPA - DIPLOMAÇÃO E POSSE:

I – são requisitos para posse:

a) Ser aprovado em prova de conhecimentos gerais sobre Lei 8.069/90- ECA e estudo de caso;

b) Estar em pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de Conselheiro Tutelar, atestado através de exame psicológico feito por psicólogo do hospital regional de Peixoto de Azevedo-MT.

II - A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada no dia 10 de janeiro de 2016, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Este edital entra em vigor a partir da sua publicação.

Peixoto de Azevedo-MT, 18 de Junho de 2015.

Ana Izolina Seibel

Presidente do CMDCA/P.AZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015- PR PRESENCIAL Nº 010/2015- PROCESSO Nº 019/2015.

OBJETO: F**utura e eventual** aquisição de materiais de limpeza e higiene, gêneros alimentícios e utensílios para manutenção das Secretarias da Administração pública Municipal de Planalto da Serra – MT, que será adquirido com recursos oriundos do PNAE – Programa Nacional De Alimentação Escolar, outros programas/convênios federais, estaduais e recursos próprios. **Ass: 16/06/2015**. **Vigência:** 12 meses. **Promitente Fornecedora J. H. STOCCO COMÉRCIO - ME, CNPJ sob nº 14.678.027/0001-42,** com o valor total de

R$ 384.954,30

. Ata ratificada por ANGELINA BENEDITA PEREIRA - Prefeita Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2015- PR PRESENCIAL Nº 010/2015- PROCESSO Nº 019/2015.

OBJETO: F**utura e eventual** aquisição de materiais de limpeza e higiene, gêneros alimentícios e utensílios para manutenção das Secretarias da Administração pública Municipal de Planalto da Serra – MT, que será adquirido com recursos oriundos do PNAE – Programa Nacional De Alimentação Escolar, outros programas/convênios federais, estaduais e recursos próprios. Ass: 16/06/2015. Vigência: 12 meses. Promitente Fornecedora ADEMILSON FRANÇA DE QUEIROZ-ME, CNPJ nº 07.591.301/0001-86, com o valor total de R$ 288.714,00. Ata ratificada por ANGELINA BENEDITA PEREIRA - Prefeita Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015- PR PRESENCIAL Nº 010/2015- PROCESSO Nº 019/2015.

OBJETO: F**utura e eventual** aquisição de materiais de limpeza e higiene, gêneros alimentícios e utensílios para manutenção das Secretarias da Administração pública Municipal de Planalto da Serra – MT, que será adquirido com recursos oriundos do PNAE – Programa Nacional De Alimentação Escolar, outros programas/convênios federais, estaduais e recursos próprios. Ass: 16/06/2015. Vigência: 12 meses. Promitente Fornecedora VANTUIR BENEDITO PEREIRA62794043153, CNPJ nº 11.685.008/0001-55, com o valor total de R$ 66.650,00. Ata ratificada por ANGELINA BENEDITA PEREIRA - Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO PREGÃO N°012/2015

A Comissão Permanente de Licitação, da PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria N° 106/2015, de 15/04/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE HOTELARIA CIRÚRGICA E HOSPITALAR DO PAM E DAS UBS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT, foi:

Empresa: **LAVANDERIA ALBA LTDA EPP CNPJ: 03.481.736/0001-17**

POCONE - MT, 19 de Junho de 2015

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÕES
SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO PREGÃO N°013/2015

A Comissão Permanente de Licitação, da PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria N° 106/2015, de 15/04/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL COMPRA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT, foi:

Empresa: **B A TOMASELLI- ME CNPJ: 22.044.498/0001-27**

POCONE - MT, 19 de Junho de 2015

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÕES
SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO DE CARTA CONVITE N°01/2015

A Comissão Permanente de Licitação, da PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria N° 105/2015, de 15/04/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para SERVIÇOS

TOPOGRAFOS COM MAPEAMENTO E QUANTIFICAÇÃO EM KM A SEREM ELABORADOS NESTE MUNICIPIO DE POCONÉ/MT, foi o engenheiro Sr. JOSE GONÇALO DE CAMPOS MIRANDA INSCRITO NO CPF:346.639.161-04

Poconé/MT, 19 de Junho de 2015

ERASMO PAULO DE LIMA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

LEI Nº 537/2015

Lei Municipal nº.537/2015 , 18 de Junho de 2015.

Dispõe sobre a autorização de abertura de ***Crédito Adicional Especial,*** *e inclusão de metas, ações e programas no PPA 2014/2017, e LDO/2014, e dá outras providências.*

O **Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT**, Senhor **Humberto Luiz Nogueira de Menezes**, **faz saber** que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial para inclusão de elemento de despesas no valor de *R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais),* no Orçamento Municipal vigente.

Órgão: 01 Câmara Municipal de Ponte Branca

010102 Secretaria da Câmara

Atividade: 2002 Manter Atividades da Câmara

Elemento de Despesa: 3191130000 - Obrigações Patronais RPPS R$ 12.000,00

Fonte: 100 Ordinários

Art. 2º - Os recursos para cobertura do Crédito Especial aberto no artigo anterior, virão por ocasião da anulação parcial de dotação orçamentária na forma do inciso III, §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, que segue abaixo:

Órgão: 01 Câmara Municipal de Ponte Branca

010102 Secretaria da Câmara

Atividade: 2002 Manter Atividades da Câmara

Elemento de Despesa: 3190130000 – Obrigações Patronais R$ 12. 000,00

Fonte: 100 Ordinários

Art. 4º - Fica autorizado a inclusão e atualização destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela **Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).**

Art. 5º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos orçamentários e financeiros a primeiro de janeiro do corrente ano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT, 18 de junho de 2015.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 536/2015

Lei Municipal nº. 536 /2015 **de** 18 de Junho de 2015.

"Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores municipais e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Ponte Branca-MT, Estado de Mato Grosso, ***Sr. HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES***, FAZ SABER a toda a população do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores de Carreira do município, reajuste em seus vencimentos o percentual de 13,34% (treze, virgula, trinta e quatro por cento).

Parágrafo único. O percentual acima se compõe de: 8,34% (oito, vírgula trinta e quatro por cento), a título de reposição salarial, tendo por base o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado nos últimos doze meses, referente a abril de 2.014 a abril de 2.015 e, 5,0 % (cinco por cento) de aumento salarial.

Art. 2º -*O reajuste de índice* 8,34% (oito, vírgula trinta e quatro por cento) será extensivo aos Pensionistas e Servidores Aposentado do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social de Ponte Branca – IMPBRAN.

Art. 3º - A remuneração dos servidores de carreira do Município será reajustado sempre no mês de Maio de cada ano subseqüente, tendo como índice de reajuste o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado nos últimos doze meses anteriores.

Art. 4º - Está lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos dezoito dias do mês de Junho de dois mil e quinze.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 026/2015

DECRETO Nº 026/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre regulamentação e

Cobrança do IPTU na cidade de Ponte Branca.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere os Art. 46, IV e Art. 52, II da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 292 de 14 de dezembro de 2001

Considerando que se faz necessário a definição de valores para cobrança do IPTU.

Considerando que a Lei nº 358/2007, estipula índice para a cobrança,

Considerando ainda que a Lei nº 539/2015, define norma de reajuste dos impostos e taxas do município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a tabela II, para calculo do IPTU e ITBI, que irá incidir na cobrança de Limpeza pública e na venda de Imóvel com construção e terreno sem benfeitorias, conforme se específica:

TABELA II

VALORES UNITÁRIOS DE METRO QUADRADO DE CONSTRUÇÃO CORRESPONDENTES AOS TIPOS DE PADRÕES DA TABELA I

TIPO	PADRÃO	VALOR UNITÁRIO POR METRO DE AREA CONSTUIDA.
1	A	250,00
1	B	270.00
1	C	300,00
1	D	480,00
2	A	280,00
2	B	360,00
2	C	440,00
2	D	490,00
3	A	320,00
3	B	335,00
3	C	350,00
4	A	320,00
SEM BENFEITORIA	LOCALIZAÇÃO	VALOR M²
TERRENO	AREA CENTRAL	30,00

TERRENO	**SETORES PERIFÉRICOS**	**20,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, revogando o Decreto 024 de 10 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, aos 19 dias de junho de 2015.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

PREFEITO MUNICIPAL

,

LEI Nº 539/2015

Lei Complementar nº. 539/2015 de 18 de junho de 2015.

"Altera dispositivos da Lei Municipal nº. 292 de 24 de dezembro de 2001 e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Ponte Branca-MT, Estado de Mato Grosso, ***Sr. HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES***, FAZ SABER a toda a população do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. – **Altera o artigo 194 da Lei 292 de 14 de Dezembro de 2001, e acrescentando parágrafo único, passando a ter a seguinte redação:**

Art. 194 – Fica Criada a Unidade Padrão do Município de Ponte Branca no valor de R$ 53,50 **(Cinqüenta Três Reais, Cinqüenta centavos),** como medida de valor e parâmetro de atualização monetária de tributos na legislação tributária municipal, para servir como instrumento de identificação numérica para todos os tributos, contribuições, preços, penalidades fiscais e administrativas municipais, e também todos os valores passiveis de inscrição no registro de dívida ativa em caso de inadimplemento.

Parágrafo único – Para a correção anual da **UPFM** será utilizado o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do ano imediatamente anterior.

Art. 2º - Está lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e quinze.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

LEI Nº 538/2015

Lei Municipal nº. 538/2015 de 18 de junho de 2015.

"Autoriza fornecimento de conexão de internet Wi-Fi gratuitamente em local público e da outras providências."

O Prefeito Municipal de Ponte Branca-MT, Estado de Mato Grosso, ***Sr. HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES***, FAZ SABER a toda a população do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º -Fica autorizada a Prefeitura Municipal de Ponte Branca - MT a disponibilizar gratuitamente sinal de internet Wi-Fi na Praça da Matriz, localizada na Avenida Cel. Belmiro Nogueira da Silva, Centro, na cidade de Ponte Branca - MT.

Art. 2º -Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ponte Branca - MT de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

Entidade 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

Órgão: 12 – Secretaria Mun. de Comunicação Social e Cultura

Unidade: 12.001 – Gabinete da Secretaria

Proj./Ativ.: Internet para Todos

33.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica .....R$ 7.800,00

33.90.30.00.00 Material de Consumo.....R$ 2.000,00

44.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente.....R$ 5.000,00

Art. 3º -Os recursos para a realização da abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo 43, inciso III, da Lei 4.320/64 ficará por conta da seguinte dotação orçamentária: Entidade 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 06.001 – Gabinete da Secretaria

Proj./Ativ.: 2009 - Manter as atividades da Secretaria

33.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 14.800,00

Art. 4º - Está lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e quinze.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

EDITAL 002/2015

EDITAL 002/2015

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Laudemira Ana de Rezende Gregório, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura para as inscrições e estabelece as normas relativas ao Processo Seletivo para Eleição do quadro de Conselheiros Tutelares do Município de Ponte Branca – MT, observando as disposições da Lei 529/2015 de 06 de maio de 2015.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 – DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA ELEIÇÃO

Será responsável pela operacionalização do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, a Comissão Organizadora da Eleição, constituída por decisão Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme reunião do dia 25/05/2015, com a seguinte composição:

Presidente: Camila de Sousa Lima

Vice – Presidente : Renata Domingos Soares

Membros: Rosângela Gonçalves de Souza Nascimento,

Natálye Wgner de Souza,

Gisselle Lubia Martins Honorio,

Nivaldo Mariano Canedo,

Sebastião Gustavo Primo Parreira,

Marcia Monteiro da Silva .

2 – DAS ETAPAS DO PROCESSO O

Processo Seletivo de Escolha dos Conselheiros Tutelares se dará em 04 (quatro) etapas, de acordo com a seguinte ordem:

1º - Inscrição dos Candidatos;

2º - Idade Superior a 21 anos;

3º - Residir no Município de Ponte Branca-MT;

4º - Escolaridade Segundo Grau Completo.

3 – REQUISITOS PARA CONCORRER AO CARGO

1º - Reconhecida Idoneidade Moral, comprovada por Certidão Negativa do Cartório Distribuidor;

2º - Idade Superior a 21 anos;

3º - Residir no Município de Ponte Branca – MT ;

4º - Escolaridade Segundo Grau Completo;

3 – DA COMPOSIÇÃO, RENUMERAÇÃO E BENEFICIOS

1º - O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) suplentes, para o mandato de 04 (quatro) anos.

2º - Na Qualidade de membros eleitos, os conselheiros tutelares não serão funcionários públicos dos quadros da Administração Municipal, mas como atividade do Conselho Tutelar é permanente, os mesmos terão remuneração conforme a Lei Municipal 321/2013, além dos seguintes benefícios:

- Cobertura Previdenciária;

- Gozo de Férias anuais renumeradas, acrescidas das 1/3 (um terço) do valor da remumeração mensal; Licença Maternidade ;

- Licença Paternidade;

Gratificação Natalina.

II – DA REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

1 - As inscrições serão realizadas de 15 a 26 de junho de 2015

2 – As inscrições serão feitas em formulários próprios, que serão distribuídos gratuitamente pelo CMDCA, devendo ser preenchido, datado e assinado pelo próprio candidato. Os candidatos deverão anexar juntos ao Formulário de Inscrição copias dos seguintes documentos: RG, CPF, COMPROVANTE DE ENDEREÇO, TITULO DE ELEITOR, RESERVISTA (HOMENS), PIS ou PASEP, CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CÍVEIS E CRIMINAIS, DIPLOMA OU DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO E CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL na sede da Prefeitura, na sala dos RH, no período das 07 às 12 horas;

3 – As inscrições serão analisadas por comissão composta de membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, exclusivamente nomeados para essa finalidade.

4- As inscrições serão encaminhadas ao Ministério Público Estadual para o fim de manifestação quanto a impugnação das inscrições, no dia 29 de junho de 2015.

5 – O resultado das inscrições deferidas será publicado no dia 6 de julho de 2015 no site www.prefeituadepontebranca-mt.com.br. no mural informativo da Prefeitura Municipal de Ponte Branca, no Mural informativo do CRAS e no Mural Informativo da Câmara Municipal de Vereadores.

6 – Os candidatos cujas inscrições forem deferidas, estarão aptos a participarem da segunda etapa do processo – a prova de aferição de conhecimento.

III – DA REALIZAÇÃO DA PROVA

1- A Prova de Aferição de conhecimentos tem caráter classificatório. Contará com 20 (vinte) questões objetivas sobre artigos da Lei Federal 8.069/1990

– Estatuto da Criança e Adolescente e 10 (dez) questões sobre conhecimentos básicos de informática. Cada questão terá o valor de 03 (três) pontos.

2 - A Prova será realizada no dia 27 de julho de 2015, das 8:00 às 11horas, na Escola Municipal Padre Humberto Angeloni, localizada na Rua Gustavo Nogueira da Silva. Os candidatos deverão comparecer com 30 (trinta) minutos de antecedência, portando caneta esferográfica azul, documento com foto e comprovante de inscrição. Será impedidos de realizar essa etapa o candidato que não apresentar os documentos exigidos, assim como aqueles que se apresentarem após o inicio da prova.

2- O resultado classificatório da Prova de Conhecimento será publicado até o dia 03 de agosto de 2015 no site www.prefeituradepontebrancamt.com.br, no mural informativo da Prefeitura Municipal, no Mural Informativo do CRAS e no Mural Informativo da Câmara Municipal de Vereadores.

3- 4- O candidato terá o prazo de 03(três) dias, a partir da data de publicação, (03 a 05 de agosto) para interposição de recursos referente a prova, cabendo aos CMDCA publicar a decisão final até 12 de agosto 03 dias úteis, para publicação da decisão da comissão.

IV- DA CAMPANHA ELEITORAL

1º - É vedada a propaganda eletiva nos veículos de comunicação social, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas.

2º - É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público.

V- DA REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO

1º - A eleição será realizada no dia 04 de outubro, das 08:00 as 17:00 horas no na Escola Municipal Padre Humberto Angeloni Rua Gustavo Nogueira , s/nº, centro de Ponte Branca – MT.

2º - A eleição será direta, universal e facultativa. Pelo Voto secreto, poderão votar todas as pessoas maiores de 16 anos, moradores desse município, que se apresente portando o documento com foto e titulo de eleitor.

3º - A votação será realizada através de voto manual, em cédulas previamente rubricada por Membros do CMDCA, onde constará o nome e o numero do Candidato.

4º - Cada eleitor terá direito a votar em apenas 1(um) candidato, sendo para todos os efeitos, considerado ANULADA a cédula que contiver mais de uma indicação de voto.

5º - Cada voto terá o valor de 01(um) ponto.

VI – DOS RESULTADOS

1º - Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem maior pontuação no somatório de resultados da Prova e Eleição, sendo os cinco primeiros eleitos como Conselheiros Tutelares e os cinco subsequentes como suplentes.

2º - Considera-se a como critério de desempate o resultado da Prova de Conhecimento.

3º - O resultado da Classificação geral será publicado no dia 06 de outubro de 2015 no site www.prefeituradepontebranca-mt.com.br, no mural informativo da Prefeitura Municipal, no Mural Informativo do CRAS e no Mural Informativo da Câmara Municipal de Vereadores

. 4º - No dia 30 de outubro de 2015, os 10 (dez) primeiros colocados serão convocados para a Entrevista Psicossocial, que será composta por teste psicológico e entrevista com os membros do CMDCA, na sede do CRAS às 08:00 horas. (Horário Oficial de Brasília).

VII- DA ASSUNÇÃO DO CARGO

1º - A convocação para assunção do cargo será realizada no dia 05 de janeiro de 2016 no site www.prefeituradepontebranca-mt.com.br, no mural informativo da Prefeitura Municipal e no Mural Informativo do Conselho Tutelar.

2º -A Assunção do Cargo se dar no dia 10 de janeiro de 2016.

VIII – CRONOGRAMA

15 a 26 de Junho de 2015 Registro de Candidatura

29 de Junho de 2015 Publicação do Resultado das Inscrições

27 de Julho de 2015 Prova de Aferição de Conhecimentos.

10 de Agosto de 2015 Publicação de Resultados da Prova de Aferição de Conhecimentos

12 a 14 de Agosto de 2015 Prazo para Interposição de recursos referente a Prova

04 de outubro de 2015 Eleição

10 de outubro de 2015 Publicação do Resultado da Eleição e Publicação Final

30 de outubro de 2015 Convocação para Avaliação Psicossocial

05 janeiro de 2016 Convocação para assunção do cargo

10 de janeiro de 2016 às 10 horas na sede do CRAS Posse na função de Conselheiro Municipal.

PONTE BRANCA, 08 DE JUNHO DE 2015.

LAUDEMIRA ANA DE REZENDE GREGORIO

PRESIDENTE DO MCDA

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 540/2015

LEI Nº 540/2015 DE 18 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a revisão e alteração do PME - Plano Municipal de Educação, instituído pela Lei nº 365, de 02 de setembro de 2008.

O POVO DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA, ESTADO DE MATO GROSSO, por seus Representantes na Câmara Municipal, aprovou, e, eu, ***HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES*** Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o documento anexo da Lei nº 365, de 02 de setembro de 2008, que instituiu o Plano Municipal de Educação de Ponte Branca – Mato Grosso, cujas metas passam a vigorar nos termos do Anexo Único desta Lei, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta.

Art. 2º - As metas e estratégias especificas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME.

Art. 3° - O município, através da Secretaria Municipal de Educação, procederá avaliações do PME – Plano Municipal de Educação.

§ Único - O Poder Legislativo, por intermédio da Comissão Especial da Câmara, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

Art. 4° - Os Poderes do Município empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de suas estratégias e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 5° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso aos 18 dias do mês de junho de 2015.

Humberto Luiz Nogueira de Menezes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO JUNHO/ 2015

Contrato n.º 070/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada: Empresa Individual *JAIRI ALMEIDA DOS REIS 04594643108*

Objeto: A **CONTRATADA** prestará para o **CONTRATANTE,** serviços de instrutor para treinamento do grupo de fanfarra da Escola Municipal Alcides Franco da Rocha, nos termos do Edital e anexos do Pregão nº. 066/2015/PMPL, pertinente ao item 01, proposta da **CONTRATADA** que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Pregão nº. 066/2015 **Valor:**

R$ 4.800,00

Data: 15/06/2015 Vigência: 30/10/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/JUNHO/2015

DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 240/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E *LACERDA*

CONTRATADA: EMPRESA CONSTRUTORA EMA LTDA

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL, POR MAIS 06 (SEIS) MESES, ESTENDENDO SEU TERMO FINAL PARA 31/12/2015.

DISPOSIÇÕES LEGAIS: TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2009, REPASSE Nº. 2628.0263065-23/2008/MINISTÉRIO DO ESPORTE. DATA: 01/06/2015 PRAZO: 31/12/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO JUNHO/ 2015

Contrato n.º 069/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada: *Empresa MED ODONTO LTDA-ME*

Objeto: A **CONTRATADA** prestará para o **CONTRATANTE,** serviços de laudos de RX, Ultrassonografias e responsável técnico pelo Setor de Radiologia do Município, Centro de Especialidades Médicas, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Edital e anexos do Pregão nº. 064/2015/PMPL, pertinente ao item 01, proposta da **CONTRATADA** que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Pregão nº. 064/2015 **Valor:**

R$ 51.800,00

Data: 11/06/2015

Vigência: 31/12/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO JUNHO/ 2015

Contrato n.º 068/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada: Empresa *A. DA ROCHA LIMA & CIA LTDA-ME*

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento, a prestação de serviços de análise de ensaio SPT misto utilizando de sondagem rotativa, coletando amostras do material retirado para construção de pontes de concreto nas zonas rurais do Município, cujas especificações e quantitativos estão descritos no Termo de Referência nº. 12/181/2015 e demais documentos pertinentes à licitação na modalidade Convite nº. 007/2015, que passam a integrar o presente contrato, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Convite n.º. 007/2015 Valor: R$ 70.000,00

Data

: 11/06/2015

Vigência: 30/07/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO JUNHO/ 2015

Contrato n.º 067/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada: Empresa *MACIEL DA SILVA & CIA LTDA - ME*

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de confecção gráfica para utilização da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, conforme discriminado no Termo de Referência nº. 07/175/2015 e demais documentos pertinentes ao Processo de Dispensa por valor nº. 083/2015, que passam a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Processo de Dispensa nº. 083/2015 **Valor: R$ 5.350,00**

Data

: 11/06/2015 Vigência: 30/06/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO JUNHO/ 2015

Contrato n.º 066/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada: Empresa *LEGO CURSOS EIRELLI-ME*

Objeto: A **CONTRATADA** executará **para o CONTRATANTE, serviços na realização de curso de capelania hospitalar e prisional para atender a Secretaria Municipal Assistência Social e Trabalho,** conforme especificações contidas no Termo de Referência nº. 07/156/2015 e demais anexos que compõem o processo de licitação, na modalidade Pregão nº. 060/2015/PMPL, vinculando-se a proposta apresentada e devidamente registrada na respectiva ata que passam a integrar o presente instrumento, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Pregão de nº. 060/2015 **Valor:** R$ 13.200,00 Data: 11/06/2015

Vigência: 30/06/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº. 122/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: **EMPRESA C M CAMPOS DE ALMEIDA & CIA LTDA**

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 122/2012, FACE À EMPRESA C M CAMPOS DE ALMEIDA LTDA-ME, QUE SE REFERE À OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO COM A CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS ESPORTIVOS NO GINÁSIO LARISSA, NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA.

DISPOSIÇÕES GERAIS: TOMADA DE PREÇOS Nº. 014/2012,

DATA: 17/06/2015

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA JUNHO/2015

Decreto nº 104/2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015

Data: 19/06/2015

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA JUNHO/2015

Decreto nº 100/2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015

Data: 02/06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUB DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO ADESÃO A ATA DE Nº 04/2015

PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 048/2015

ADESÃO A ATA DE Nº 04/2015

O prefeito Municipal de Porto Esperidião-MT, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas torna público aos interessados a **RATIFICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO** doprocesso licitatório de **ADESÃO A ATA DE Nº 03/2015. Do Pregão Presencial Registro de Preço12/2015 do município de VALE DO SÃO DOMINGO-MT. Referente ao objeto definido como: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS E EQUIPAMENTOS PARA INFRAESTRUTURA.**

Teve como vencedora a empresa:

CARLOS DOMINGOS DA COSTA-EPP CNPJ: 00.754.624/0001-02

Porto Esperidião - MT, 19 de junho de 2015. GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA- Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2015

ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2015 REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2015

Na Edição nº 2.248, página 244, do Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na Publicação do Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 016/2015.

Onde se lê: **Aquisição Futura de Combustíveis, direto na bomba de combustível da proponente na cidade de Cuiabá, para atender a frota Municipal, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do edital (Termo de Referência)**

Leia-se: **Aquisição Futura de Combustíveis, direto na bomba de combustível da proponente na cidade de Poxoréu, para atender a frota Municipal, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do edital (Termo de Referência).**

Poxoréu-MT, 19 de junho de 2015.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015 REGISTRO DE PREÇO N° 013/2015**

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de POXORÉU-MT, torna-se publico aos interessados que no **PREGÃO PRESENCIAL 015/2015**, cujo o objeto**Aquisição Futura de Combustíveis, direto na bomba de combustível da proponente na cidade de Cuiabá, para atender a frota Municipal**, cuja a abertura ocorreu as catorze horas, do dia 19 de junho de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT, não houve interessado para este certame, ficando assim

"DESERTA".

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 19 de junho de 2015.

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 1.453/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS

APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e, considerando o resultado final do Concurso Público n° 001/ 2.014,

DECRETA.

Artigo 1° - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, a comparecerem ao edifício sede desta Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para apresentarem os documentos exigidos no Edital de Concurso Público 001/2014.

Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo, implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Artigo 2° - Os candidatos aprovados são os seguintes:

001. Farmacêutico Bioquímico - Sede

LAIARA BERGO
LAIS DE BARROS FREITAS
002. Médico Clinico Geral
GABRIEL FOGAÇA LOPES
003. Agente de Serviços Diversos de Saúde – Sede
TATIANA DO NASCIMENTO DUTRA
LUCILVANE PEREIRA DOS SANTOS
MARIA DO CARMO GONÇALVES RODRIGUES
LUANA MARLUCE DE CARVALHO
NEUZA SOARES DOS REIS
EDNA MARIA LEONARDO DE OLIVEIRA
004. Agente Administrativo – Sede
JORGE LUIS SOTT DA COSTA

Artigo. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência - MT, 19 de Junho de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 001/2015

O (A) PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE QUERÊNCIA – CMDCA/MT, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 744 de 15 de Julho de 2013; Lei Municipal 800 de 08 de abril de 2014, visando atender ao princípio da publicidade:

RESOLVE:

I- Prorrogar as inscrições do Processo de escolha, por eleição para membros do Conselho Tutelar, Edital nº 001/2015/CMDCA/QUERÊNCIA, até o dia 26 de junho de 2015, bem como prorrogar a data de análise das inscrições para os dias 26 a 30 de junho de 2015.

Querência –MT, 19 de junho de 2015.

_____

Daniel de Freitas Almeida

Presidente do CMDCA

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 341/2015

"Nomeia Comissão responsável pela Organização e a realização do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da pessoa com deficiência no Município de Querência."

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1° Nomear a Comissão responsável pela Organização e a realização do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da pessoa com deficiência que realizará nos dias 29 e 30 de junho de 2015, no Município de Querência.

Art. 2° Constitui-se como tema do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência: "Os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência; a transversalidade como radicalidade dos Direitos Humanos".

Art. 3° O I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência tem por objetivo geral garantir a implementação de um espaço de dialogo sobre os aspectos que dizem respeito a pessoa com deficiência.

Art. 4º. São objetivos específicos do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I – Sensibilizar e mobilizar a sociedade em geral na defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

II – Fortalecer a participação da sociedade em geral, em especial, das crianças e dos adolescentes, na formulação, monitoramento e avaliação da Política Intersetorial, buscando a efetividade do processo de inclusão.

III _ Superar a forma tradicional e compartimentalizada das políticas sociais, tendo em vista a necessidade de interação e transversalidade das áreas.

IV _ Debater as políticas da pessoa com deficiência, por meio de uma abordagem ampla e agregadora, tanto no que se refere as políticas setoriais, quanto no dialogo com outras temáticas afetas aos direitos humanos: gênero, raça, orientação sexual e ciclos de vida.

V _ Apontar diretrizes e ações que deem conta dos elementos de conexão entre deficiência, gênero, raça, ciclos de vida e orientação sexual.

VI _ Aprimorar as políticas públicas frente aos desafios que estão colocados.

VII _ Transversalizar as políticas da infância e do adolescente na perspectiva da Convenção da ONU dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

VIII _ estimular a criação de órgãos gestores da política da pessoa com deficiência.

IX _ Promover acessibilidade no âmbito do Poder Legislativo.

Art. 5º. As discussões e deliberações do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, visando seus objetivos geral e específicos, considerando a mobilização e implementação de ações em prol da comunidade, serão desenvolvidas sob os seguintes eixos temáticos:

Eixo I - Identidade de gêneros e raça, diversidade sexual e geracional, com ênfase:

Eixo II - Órgãos gestores e de instâncias de participação social.

Eixo III - Interação entre os poderes federados.

Art. 6º. O I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Querência formulará propostas para a II Conferência Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Mato Grosso, que ocorrerá em Cuiabá, no período de 16 a 18 de setembro de 2015.

Art.7º. Integram a Comissão Organizadora:

I – **EDILEUSA SOARES DA SILVA PASSOS,** CPF n° 110.736.238-58, e **EDINEIA DE CAMPOS,** CPF n° 031.428.529-64 - representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II – **FÁTIMA BEATRIZ HERMANN**, CPF nº. 310.149.760-49, e ROSANE KUHN SCHUH, CPF nº. 529.704.340-91 - representantes da Secretaria Municipal de Educação, Desporto, Lazer e Cultura.

III – **SALETE TEREZINHA MIKOCZAK**, CPF nº. 429.593.140-34, e **CELITA GOMES**, CPF nº. 784.853.201-15 - representantes da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Querência-MT.

Parágrafo único. A Comissão Organizadora será coordenada pela Presidente/Direção da APAE de Querência _MT.

Art. 8º. A Secretaria Municipal de Educação, Desporto, Lazer e Cultura, proporcionará o apoio administrativo, técnico e jurídico necessário ao funcionamento do Fórum.

Art. 9º. Compete a Comissão Organizadora de Mobilização e Temática aprovar resolução dispondo sobre as deliberações do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Querência.

Art. 10. Caberá a Secretaria Municipal Educação, Desporto, Lazer e Cultura e a APAE adotar as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Parágrafo único. A SEMEC responsabilizar-se-á pelo suporte operacional e apoio administrativo e financeiro necessários ao desenvolvimento dos trabalhos Do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Querência.

Art. 11. Os eixos temáticos do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão discutidos por meio de palestras, grupos de trabalho e debates, conforme programação oficial definida pela Comissão Organizadora, referendada e amplamente publicada pela SEMEC.

Art. 12. Participarão do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência todos os cidadãos, os candidatos a delegados, os convidados, os observadores e os palestrantes.

Art. 13. Os participantes serão admitidos nos seguintes termos:

§1º. Como delegados:

I– delegados adultos;

§2º. Como convidados:

I - instituições governamentais e não governamentais representantes do Sistema de Garantia de Direitos do Ser Humano.

§3º. Como observadores:

I - os primeiros cidadãos credenciados para o I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência poderão ser inscritos como observadores, no caso de existirem desistências de convidados.

§4º. Como palestrantes:

I - os cidadãos indicados pela Comissão Organizadora Central, para procederem à exposição teórica do tema do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dos eixos temáticos.

Art. 14. Ao delegado é assegurado o direito de voz e voto em todos os trabalhos da I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 15. Os convidados e observadores terão direito a voz em todos os trabalhos do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 16. O credenciamento dos delegados titulares, convidados e observadores será realizado pela equipe de credenciamento, no local do evento, as 18:30 h do dia 29 de junho de 2015.

Art. 17. A formalização da escolha de delegados para o I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência será feita em formulário padronizado, confeccionado pela Comissão Organizadora.

Art. 18. Serão eleitos para representar o Município de Querência_ MT na II Conferência Estadual de defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Mato Grosso, delegados titulares e suplentes na mesma proporção e categoria, em conformidade com as diretrizes a serem disponibilizadas pela comissão organizadora.

Art. 19. As inscrições para o I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão realizadas a partir de 29 de junho de 2015, com ampla divulgação.

Art. 20. A Assembleia Geral da I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência será dividida em Sessão Solene, Grupos de Trabalho e Sessão Plenária Final.

Parágrafo único. O Regimento Interno constante no Anexo Único desta Portaria regulará os trabalhos da I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, após a sua apreciação e aprovação na sessão solene de abertura dos trabalhos.

Art. 21. Participarão do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência os delegados, observadores, convidados e palestrantes.

Art. 22. A Sessão Plenária Final tem como objetivos deliberar, aprovar ou rejeitar, em parte ou na totalidade, as ações propostas pelos grupos de trabalho, de acordo com os eixos estratégicos do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

§1º. As moções porventura apresentadas pelos participantes deverão estar em conformidade com os critérios estabelecidos no Regimento Interno do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

§2º. O funcionamento dos Grupos de Trabalho será estabelecido no Regimento Interno do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 23. A SEMEC tornará público todos os encaminhamentos e decisões adotadas durante a realização do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que serão constituídos em diretrizes para a Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com vistas a subsidiar a elaboração dos Planos Municipal, Estadual e Nacional.

Art. 24. Para atender às necessidades e demandas da realização do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, poderão ser incorporados colaboradores as Comissões Organizadora, de Mobilização e Temática.

Art. 25. Os casos omissos desta Portaria serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Art. 26. A Comissão Organizadora, de Mobilização e Temática, serão extintas após a realização do I Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 27. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 04 de Maio de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 047/2015

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 047/2015, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 047/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial 037/2015

OBJETO: Pregão presencial para contratação de 01 instrutor (a) de danças gaúcha CTG (centro de tradições gaúchas), para uso as Secretaria de Educação do Município de Querência – MT.

Vencedora:

Soly Pereira Junior, CPF: 012.921.710-10 Foi a vencedora do item 01 com um valor de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

Querência - MT, 19 de junho de 2015.

Daniel Stefanello

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTABILIDADE
RELATÓRIO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO

ANEXO IV – RELATÓRIO SOBRE OS PROJETOS EM ANDAMENTO E DESPESA COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NO EXERCÍCIO DE 2015

RELATÓRIO DE PROJETO EM ANDAMENTO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO Art. 45 da LRF									
IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES		DATA DO INICIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO ATIVIDADE	EXECUÇÃO				REC. PRIORIZADO P/ 2015	
				ATÉ 2014	ATÉABR 2015	PREVIST. 2015	REVIS. P/2016	CONSERV. PATRIMÔNIO	PROJETOS EM EXECUÇ.
1	CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA – ESPAÇO EDUCACIONAL II COM 06 SALAS, BLOCO ADMINISTRATIVO, BLOCO DE SERVIÇOS, BLOCO PEDAGÓGICO E BLOCO DE RECREIO COBERTO.	13/11/2014	939.122,04	58.223,60	172.360.74	880.898,44	0,00	----	880.898,44
2	CONSTRUÇÃO DE PORTAL E CALÇADAS NA ORAL DO RIO CABAÇAL	04/05/2015	497.449,00	0,00	0,00	497.499,00	0,00	---	497.449,00

Reserva do Cabaçal-MT, 30 de abril de 2015

_____ _____

TARCÍSIO FERRARI MARCO ANTONIO MOLINA GOMES

Prefeito de Reserva do Cabaçal Secretário Municipal de Finanças

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 29 DE 19 DE JUNHO DE 2015.

"DECRETA HORÁRIO OFICIAL DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO PELOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, Estado de Mato Grosso, Senhor TARCÍSIO FERRARI, no uso de suas atribuições legais resolve:

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido que a partir do dia 22 de Junho de 2015, conforme Art. 378 da Lei Complementar n.º 60/2010 de 26 de Outubro de 2010, o horário oficial para atendimento ao público nas Secretarias abaixo relacionadas:

- Prefeitura Municipal – secretaria de Finanças, Administração e Gabinete: das 7:00 às 13:00 horas.

- Secretaria Municipal de Saúde – das 7:00 às 13:00 horas com escalas para atendimento de Urgência e emergência;

- Secretaria Municipal de Assistência Social - das 7:00 às 13:00 horas;

- Secretaria Econômico e Ambiental - das 7:00 às 13:00 horas;

- Secretaria de Cultura- das 7:00 às 13:00 horas;

- Departamento de Água e Esgoto – das 7:00 às 13:00 horas com escalas para atendimento aos serviços extraordinários.

Art. 2º - As demais secretarias continuarão com seus expedientes e atendimento ao público nos horários normais, ou seja: das 7:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Art. 3º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, aos 19 dias do Mês de Junho de 2015.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Tarcísio Ferrari.

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISP. 003/2015

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA O FESTIVAL REGIONAL DE QUADRILHAS DO ARAGUAIA 2015 – FESTRILHA**.
Favorecidos:	MARCELO VICENTE DE ALMEIDA CNPJ 20.743.938/0001-09, situado na Avenida Padre João Bosco, n.º 966, Setor Central – Ribeirão Cascalheira - MT, no valor de R$ 7.850,00 (sete mil oitocentos e cinquenta reais).
Fundamento Legal	Artigo 24, inciso II e Art. 26 parágrafo único da Lei nº 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do processo de Dispensa nº 004/2015.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela responsável pelos processos de licitação e de acordo com o Parecer Jurídico constantes do Processo de Dispensa n.º 004/2015, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Ribeirão Cascalheira, 17 de junho de 2015.

_____

Reynaldo Fonseca Diniz

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI N. 719/2015

DATA: 03 DE JUNHO DE 2015

ALTERA O ARTIGO 29 DA LEI MUNICIPAL 648/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de MatoGrosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o Art. 29 da Lei Municipal 648 de 07 de maio de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29 - *Na qualidade de membros eleitos por mandato, os Conselheiros não serão funcionários do quadro da Administração Municipal, mas serão remunerados pelo Poder Executivo Municipal, vinculados à Secretaria do Bem Estar Social, cujos vencimentos mensais serão de R$ 1.100,00 (Um mil e cem reais), com dotação própria. Será ainda, assegurado ao conselheiro, o direito a:*

I - *Cobertura previdenciária;*

II - *Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;*

III - *Licença-maternidade;*

IV - *Licença-paternidade;*

V *– Gratificação natalina*

Parágrafo Primeiro - *Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.*

Parágrafo Segundo - *No caso de eleição de servidor publico efetivo para o cargo de conselheiro tutelar, este deverá optar pela remuneração do cargo de origem ou àquela destinada aos conselheiros, vedada, sob qualquer hipótese, a acumulação.*

Parágrafo Terceiro -*O Conselheiro Tutelar será segurado do Regime Geral de Previdência – RGPS, ficando a Prefeitura Municipal obrigada a proceder o recolhimento devido ao INSS."*

Art. 2º - Os demais dispositivos da Lei Municipal n. 648 de 07 de maio de 2013, permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 03 de junho de 2015.

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 720/2015

DATA: 16 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RIBEIRÃO CASCALHEIRA

2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015

EQUIPE DE GESTÃO:

Prefeito Municipal: Reynaldo Fonseca Diniz

Secretária de Educação: Vivian Ferreira Simão Cabral

COMISSÃO DE REELABORAÇÃO:

Valdivino Rodrigues da Silva – Administração Pública Municipal

Valfliene Aparecida de Melo – Secretaria Municipal de Educação

Fabrícia Socorro de Oliveira – Conselho Municipal de Educação

Lorena de Oliveira – Conselho do FUNDEB

Ana Vitória Pimentel Alves – Conselho de Alimentação Escolar

Roselina Vieira da Cunha - Comissão de Transporte Escolar

Carlice Pinto Morais – Dirigentes das Escolas Municipais

Aparecida Julião Frazão – Conselho Deliberativo das Unidades Escolares

Hector Silva de Freitas – Universidade Aberta do Brasil

Raila Socorro de Oliveira – Rede Estadual

Ana Lúcia Antonia da Silva – SINTEP

Vanuza Leite dos Santos – APAE

Robson P. dos Santos e Mario R. Valadares - Câmara Municipal de Vereadores

EQUIPE TÉCNICA:

Claudeci da Costa Silva – Escolas Municipais de Ensino Fundamental

Osmarina Vieira dos Santos – Escolas de Educação Infantil

Luís Claudio da Silva – Programa Mais Educação

Francielle Bevilaqua – Assessoria Pedagógica Municipal

Hector Silva de Freitas – UAB

Valfliene Aparecida de Melo – Secretaria Municipal de Educação

Sebastião Felipe de Oliveira – Secretaria Municipal de Finanças

Luiz Eduardo Pereira de Morais – Assessoria Municipal de Planejamento

O presente Plano Municipal de Educação – PME, é um forte instrumento que embasará as Políticas Públicas Educacionais para os próximos 10 anos no município de Ribeirão Cascalheira.

Tem como base o Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso e foram considerados e avaliados elementos ainda válidos e pertinentes do Plano Municipal de Educação que estava em vigor.

Para sua atualização quanto às políticas públicas a serem desenvolvidas no próximo decênio, foram constituídas através de Portarias do Poder Executivo Municipal, comissões técnicas e de análise, com assessoria do MEC e Seduc que trabalham a cerca de dois anos.

O PME trata-se de uma exigência prevista na *Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE)*. O PME abrange não somente a educação na rede municipal de ensino, mas deve estabelecer diretrizes e metas para o ensino médio e para a educação superior no município, em diálogo permanente com os(as) responsáveis por esses níveis de ensino. Mesmo em criteriosa consonância com os Planos de Educação a nível Estadual e Nacional, é fundamental a garantia de nossa identidade e autonomia, preservando o que nos é mais característico.

A Construção de um Plano de Educação é significativo no estabelecimento dos eixos que balizam o ensino, na elaboração de objetivos, metas e estratégias em educação, no campo, na aldeia e na cidade, como Política Pública Educacional Municipal, que vai muito além de um período de uma gestão municipal, cujo cumprimento independe do(a) gestor(a) em exercício de seu mandato.

Por fim, os segmentos sociais que lidam de forma direta e indireta com educação, educadores e educadoras, técnicos(as) e demais segmentos da sociedade civil organizada, foram chamados a responsabilidade na construção do Presente Plano, ouvidas e consideradas as mais diversas opiniões, questionamentos e sugestões, em Audiência Pública, realizada na Câmara Municipal de Vereadores.

Esperamos assim, a construção de uma Educação cidadã e plena, que contribua ao presente e futuro das novas gerações.

Vivian Ferreira Simão Cabral

Secretária Municipal de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	**07**
2 IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO	**09**
2.1 Aspectos Geográficos	**12**
2.2 Aspectos Demográficos	**13**
2.3 Aspectos Econômicos	**13**
3 GESTÃO DEMOCRÁTICA	**13**
4 OBJETIVOS E PRIORIDADES	**15**
4.1 Objetivos	**15**
4.2 Prioridades	**16**
5 PAPEL DO MUNICÍPIO FINANCIAMENTO E CONTROLE SOCIAL	**18**
5.1 Diagnóstico	**18**
5.2 Metas e Estratégias	**20**
6 NÍVEIS DE ENSINO	**25**
6.1 Educação Infantil	**25**
6.1.1 Diagnóstico	**25**
6.1.2 Metas e Estratégias	**27**
6.2 Ensino Fundamental	**30**

6.2.1 Diagnóstico	**30**
6.2.2 Metas e Estratégias	**31**
6.3 Ensino Médio	**34**
6.3.1 Diagnóstico	**34**
6.3.2 Metas e Estratégias	**37**
6.4 Educação de Jovens e Adultos – EJA	**38**
6.4.1 Diagnóstico	**38**
6.4.2 Metas e Estratégias	**40**
6.5 Educação Do Campo	**42**
6.5.1 Diagnóstico	**42**
6.5.2 Metas e Estratégias	**44**
6.6 Educação Especial	**45**
6.6.1 Diagnóstico	**45**
6.6.2 Metas e Estratégias	**47**
6.7 Educação Indígena	**48**
6.7.1 Diagnóstico	**48**
6.7.2 Metas e Estratégias	**50**
6.8 Educação Superior	**50**
6.8.1 Diagnóstico	**50**
6.8.2 Metas e Estratégias	**53**
7 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	**54**
REFERÊNCIAS	**56**

1 INTRODUÇÃO

O Município de Ribeirão Cascalheira, visando à implementação de uma política educacional consistente, duradoura e universal reelaborou o Plano Municipal de Educação do próximo decênio, respeitando as conquistas e avanços garantidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96.

De acordo com o que determina a Lei Federal N°13.005/2014 de 25 de junho de 2014 nos artigos 8° ao 10° e a Lei Estadual N° 10.111, de 06 de junho de 2014, na qual ficou instituído que “A partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com base no Plano Nacional de Educação, elaborassem seus planos de educação correspondentes”, a Secretaria Municipal de Educação na compreensão mobilizou a comunidade em geral a reelaborar seu Plano de Educação, tendo por base as diretrizes, metas e estratégias estabelecidas no Plano Estadual e Plano Nacional de Educação.

Nessa perspectiva, o Plano Municipal de Educação de Ribeirão Cascalheira caracteriza-se por ser um plano que norteará a Educação no Território Municipal, articulando os demais planos, por isso buscará a integração dos diversos setores da administração pública e da sociedade em geral na sua discussão e reelaboração a fim de atingirmos uma educação que seja inclusiva e ideal onde possam atender as crianças, os adolescentes, os jovens e adultos que residem neste território de Ribeirão Cascalheira.

O Plano Municipal de Educação de Ribeirão Cascalheira trata-se da construção de um projeto com visão integradora de dinâmicas relacionadas com as iniciativas de todos os membros da comunidade educativa, tendo por finalidade principal dotar os estabelecimentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental de nove anos, Educação Indígena, Educação Especial, Educação do Campo, Ensino Médio e Ensino Superior, atendendo as especificidades distintas contidas em cada modalidade, utilizando de recurso que favoreça a relação Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria do Estado de Educação, a União e a sociedade, em busca de efetivo exercício de cidadania.

Com a colaboração e participação dos diversos setores sociais, pode ser garantida a transparência e a tomada de decisão, e alcançar os objetivos do PME, cuja intencionalidade deve ser constantemente redefinida pela relação de reciprocidade entre os setores governamentais e não governamentais.

Com base nas legislações vigentes, a reelaboração do Plano Municipal de Educação de Ribeirão Cascalheira, traz uma organização na proposição e materialização das políticas públicas educativas. De acordo com a gestão democrática é possível consolidar novas bases na relação do poder público e sociedade, garantindo de fato o direito a educação e a escola com qualidade social.

Dessa forma, considerando a Educação do Município de Ribeirão Cascalheira, como um diferencial na educação, o PME vem trazer metas e estratégias para o combate à exclusão social e atender todas as modalidades de ensino, procurando contemplar as aprendizagens necessárias ao mundo contemporâneo.

E o Plano Municipal de Educação oportunizará condições de transformação da realidade social permitindo a contribuição efetiva das diversas esferas de governo conjugadas com ampla participação da população de Ribeirão Cascalheira, assegurando:

1- A universalização da Educação Básica gratuita, compreendendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental para toda a população em idade escolar, bem como o acesso à Educação Básica de Jovens e Adultos – EJA, a necessária inclusão e atendimento a pessoas com necessidades especiais; 2- As comunidades Indígenas e a Educação do Campo, Ensino Médio e Superior; 3- A qualidade de ensino construída a partir de uma política de formação inicial e continuada de professores, práticas democráticas e atitudes de efetiva realização educativa dos profissionais de educação, para a promoção do desenvolvimento social, político, econômico e cultural sustentável, visando corrigir as desigualdades historicamente acumuladas; 4- A garantia de política de formação e valorização dos profissionais da educação, avaliando a formação e a ação dos mesmos, num amplo processo de compromisso com a qualidade social de educação; 5- A gestão democrática no âmbito educacional, como exercício contínuo de cidadania e pela qual a escola pública possa exercer plenamente a sua função estratégica no desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas e sociais; 6- Valorização dos profissionais de educação como direito, como instrumento do desenvolvimento econômico e social como fator de inclusão social; 7- A compreensão ampla de ideias e valores, indispensáveis ao exercício da cidadania; 8- Aquisição de conhecimentos e habilidades cognitivas básicas que assegurem o preparo para o desempenho profissional conforme os novos padrões tecnológicos; 9- O desenvolvimento de atitudes e habilidades que permitam ao conjunto da sociedade apropriar-se dos instrumentos tecnológicos; 10- A formação de hábitos e valores que favoreçam o convívio com as mudanças, respeitando as diferenças, promovendo a solidariedade, a justiça e a rejeição das desigualdades sociais.

2 IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

Ribeirão Cascalheira é município brasileiro do Estado de Mato Grosso. Localizado a uma latitude 12º56'30" sul, a uma longitude 51º49'27" oeste, estando a uma altitude de 386 metros, com relação do nível ao mar. Situada no nordeste mato-grossense, possui 9.940 habitantes, com área da unidade territorial de 1.354.805 (Km2), 0,78 (hab./ Km2), dados referentes ao censo IBGE/2010- estimativa 2015.

Antes de ser colonizado pelo dito "homem civilizado", o território que hoje se constitui no Município de Ribeirão Cascalheira, foi habitado por povos indígenas, notadamente o Xavante.

Com a abertura da rodovia BR – 158 em 1966 ligando Barra do Garças a São Félix do Araguaia. Esta foi aberta em benefício às grandes fazendas. Inúmeras propriedades de grande porte instalaram-se as suas margens, especialmente motivadas pelos financiamentos advindos da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Pela BR-158 passavam famílias de retirantes, caminhões lotados de peões maltratados, boiadas... Assim foi chegando a Ribeirão Cascalheira e sertão vizinho, gente de muitos lugares. Gente tocada por "tubarões" ou fugindo da seca, povo retirante buscando terra devoluta para criar filhos e filhas.

Vieram junto trabalhadores(as) rurais do Nordeste e do Estado de Goiás (Ilha do Bananal), que vendiam barato sua mão de obra. Grande parte deste contingente não recebia seu pagamento a contento. Não podendo nem mesmo voltar à sua região de origem, muitos acabaram ficando e povoando as margens da "federal", como ficou sendo conhecida a BR-158. Povo humilde, pioneiro e desbravador. Ao longo da BR-158, abriram na força de seus braços, as estradas do sertão. Sem muitas opções, se iniciavam na lida agrícola para fins de subsistência.

Ainda neste ano embrenharam-se sertão adentro outros desbravadores, dentre os quais registram alguns nomes: Pernambuco, Raimundo Grosso, Abílio, Antônio Cícero, Albertino e outros.

Em 1968 chegou Zacarias Guedes, que abriu a Pensão e Comércio Ribeirão Bonito – comércio pioneiro. Neste mesmo ano se estabeleceram Ireno e Benedito, também comerciantes.

Todos estes pioneiros, salvo raras exceções, vinham com suas famílias a tiracolo: mulheres, filhos, parentes e via de regra, amigos. Na sua totalidade, sertanejos que acabaram atraídos pelas terras férteis e oportunidades de fazer fortuna. Formou-se então o núcleo de povoação primitiva, a célula *mater* que gerou o atual município.

A primeira denominação dada ao município de Ribeirão Cascalheira foi Ribeirão Bonito, por volta de 1968. Nesta época, instalaram-se às margens da federal, nas proximidades do córrego Suiazinho, os pioneiros Juca e Quintino. Além da denominação Ribeirão Bonito o lugar foi chamado de Campo Limpo, Guedolândia, (por influência do comerciante Zacarias Guedes), Divinéia (dos comerciantes Frederico Reimer, Otto Reimer Neto e Minervino Machado Reimer), Cascalheira, (em face de a região ter muito cascalho) e por último Ribeirão Cascalheira.

Influenciado pela instalação de grandes fazendas, o povoado foi logo assumindo sua vocação de pecuária de corte, embora seu solo fértil seja apto à agricultura.

No começo, toda a influência do comércio pesado era recebida de Barra do Garças, apesar da distância – 385 Km. Neste período o território do povoado de Ribeirão Bonito estava jurisdicionado ao município de Barra do Garças, que no entanto, ignorava suas obrigações e pouco ou quase nada fazendo de útil.

Na década de 1970 e meados da década de 1980, o município foi palco de vários conflitos agrários entre posseiros e fazendeiros. Alguns *flashes* da luta do povo pela posse da terra no município de Ribeirão Cascalheira:

Em 1972, o grileiro P. Guaxo partiu com pressão de polícia e pistoleiro para cima dos posseiros. O gerente da fazenda Pinto queimou casa e matou gado dos lavradores e expulsou todo mundo. O Zacarias Guedes do Ribeirão Bonito, além de expulsar posseiros, tentou matar o Padre Manoel. Na Gleba Piabanha, a Fazenda Amélia Junqueira, em 1971 derrubou ponte, intimidou posseiro, queimou casas e um jagunço baleou o lavrador Cristino. De umas cem famílias, ficaram só umas trinta. Em 1976 a polícia tomou as armas de caça dos posseiros da Gleba Gengibre. No Corixão teve tanta pressão que um posseiro se suicidou. A polícia e seus "bate - paus" mataram muito peão no Córrego do Ribeirão Bonito. Uma vez, conforme testemunhas, foram mortos 18 só em uma semana. O povo foi se juntando para se defender e muitos posseiros conseguiram resistir, garantindo o direito à terra, e com eles, o direito à vida. Já a chegada de migrantes sulistas foi mais tardia e bem diferente. Em princípio se deu através da colonização e dentro da mentalidade e da possibilidade de compra legal da terra. Diante disso, foi difícil para os sulistas entender a situação e o "direito dos posseiros", dos grileiros de terras. No dia 11 de outubro de 1976 chegaram o Padre João Bosco e o Bispo Pedro ao Ribeirão Bonito, que estava de festejos, celebrando a Padroeira do lugar, Nossa Senhora Aparecida. De noite o padre foi com o Bispo Pedro a delegacia para interceder pelas mulheres Margarida e Santana as quais estavam sendo torturadas pela polícia. Eles chegaram, falaram com os soldados pedindo que libertassem aquelas mulheres inocentes. Falaram com jeito, mas a polícia xingou - os e os ameaçou. Pois o padre disse que iriam denunciar eles as altas autoridades da cidade de Cuiabá, pois a Lei do país proíbe a tortura aos povos. O soldado Ezy Feitosa Ramalho pulou até ele, dando-lhe uma bofetada, em seguida um golpe de revólver também no rosto e logo um tiro na cabeça. O padre caiu, vítima da prepotência.

Em sua agonia Padre João Bosco ofereceu a vida pelo CIMI e pelo Brasil, invocou ardentemente o nome de Jesus e recebeu a unção. Foi morrer gloriosamente mártir, no dia seguinte, festa da Mãe Aparecida, em Goiânia, coroando assim uma vida santa. Suas últimas palavras foram as do próprio mestre: "*Acabamos a nossa tarefa!".* O Santuário dos Mártires da Caminhada foi erguido após a morte do Padre João Bosco Penido Burnier. Nos dias atuais motivado por este acontecimento o Santuário é palco de visitações religiosas que acontecem de 5 em 5 anos, a Romaria dos Mártires e visitação turística no decorrer do ano.

O município de Ribeirão Cascalheira foi criado em 3 de maio de 1988, através da Lei nº 5.267, com território desmembrado de Canarana e São Félix do Araguaia. Distante 960 km de Cuiabá, tem como principais atrações turísticas o Balneário Recanto do Tunicão, o Santuário dos Mártires da Caminhada e as praias do rio das Mortes. A economia do município é baseada na atividade pecuária.

2.1 Aspectos Geográficos

O município de Ribeirão Cascalheira é um lugar privilegiado pela natureza com locais a ser explorado pelo ecoturismo, historiadores e arqueólogos.

O clima no extremo-norte é equatorial quente e úmido. No centro-sul tropical e subsumido. Passa por um período de seca de seis meses, de abril a setembro. Precipitação pluviométrica média de 1.750mm, com intensidade máxima em janeiro, fevereiro e março com temperatura média anual de 24º C.

A vegetação de Ribeirão Cascalheira é composta por matas, cerrado e campos. Predomina a vegetação tipo cerrado, cobrindo aproximadamente 60% da área do município, seguindo das matas com 25% e campos e várzeas com 15%. Nosso município é uma zona de transição entre bioma cerrado e mata amazônica.

2.2 Aspectos Demográficos

Nos anos de 60 e 70, em um primeiro momento eram largas regiões de mata (gerais) para onde ocorreram num primeiro momento, grupos migrantes – que aqui se instalavam como posseiros, em sua maioria, vindos do nordeste brasileiro e posteriormente, de Goiás, mais especificamente da Ilha do Bananal – tratava - se de uma região muito violenta e de grandes conflitos agrários, que culminaram com a morte de um padre, no Ribeirão Bonito. Seu índice de Desenvolvimento Humano Municipal, dado de 2010 (IDHM) é de 0.670. Possui matriculados(as), segundo dados de 2015, na Educação Infantil 376 alunos(as), no Ensino Fundamental 1.403 alunos(as) e no Ensino Médio 513 alunos(as) e Ensino Superior via UAB 100 alunos(as). O Município de Ribeirão Cascalheira tem uma população estimada de 9.940 habitantes (área da unidade territorial) 1.354.805 (Km2), 0,78 (hab./Km2), dados referentes ao Censo IBGE/2010 estimativa populacional 2015.

2.3 Aspectos Econômicos

O município se destaca na agropecuária, com criação de gado basicamente extensivo na base de cria, recria, corte e leite; possuindo grandes fazendas que com criação intensiva de seu gado com a prática de confinamento.

Na agricultura se destaca na produção de arroz, milho e soja. A soja vem ganhando grande ênfase nestes últimos anos. Havendo um maior crescimento nos últimos 05 anos, da monocultura de grãos (principalmente a soja).

3 GESTÃO DEMOCRÁTICA

As legislações dos sistemas Estadual e Municipal de Educação, a partir do estabelecido pela Constituição Federal e LDB com referência a gestão democrática, implementaram dispositivos como gestão colegiada, descentralização administrativa, autonomia das escolas e eleições de diretores.

E, nessa perspectiva, a organização e reelaboração do Plano Municipal de Educação partiu de uma construção baseada em diagnósticos, metas e estratégias. A estrutura temática do Plano Municipal de Educação segue: O papel do Município; Controle Social Financeiro; Formação e Valorização do(as) Profissionais da Educação e Gestão Democrática.

4 OBJETIVOS E PRIORIDADES

4.1 Objetivos

O Plano Municipal de Educação de Ribeirão Cascalheira tem como referência o Plano Estadual e o Plano Nacional de Educação, que se caracterizam como um Plano Global, tendo como validade de 10 anos, após sua aprovação. Não sendo, um plano de governo, de apenas uma rede de ensino, desarticulando dos vários setores da administração pública e da sociedade, mas sim de todo território.

Sendo assim, a educação é uma prática social, construída nas relações sociais e culturais. Contudo, para se concretizá-la como direito humano do cidadão e da cidadã, conforme o que diz a LDB Art. 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Para tanto o PME busca uma educação de qualidade que respeite as diferenças culturais e étnico-raciais e as diversas modalidades de ensino do município de Ribeirão Cascalheira propõem-se os seguintes objetivos:

Elevar a escolaridade da população; Garantir a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis de ensino; Proporcionar a redução das desigualdades educativas e sociais; Promover a democratização da gestão do ensino público; Garantir o acesso e a permanência, com sucesso dos(as) alunos(as) na escola; Promover a formação inicial e continuada a todos(as) os(as) profissionais da Educação do Município, melhorando a qualidade da educação; Disponibilizar parcerias para que se crie uma equipe multidisciplinar (Pedagogo, Psicopedagogo, Psicólogo, Fonoaudiólogo, Nutricionista e Neurologista), para atender os alunos e professores. Com apoio da Secretaria de Saúde, Assistência Social, Ministério Público e outros órgãos competentes.

4.2 Prioridades

Considerando que os recursos financeiros são limitados e que a capacidade para responder ao desafio de oferecer uma educação de qualidade que venha atender as necessidades no desenvolvimento do ensino e aprendizagem com eficácia, este plano compreende a necessidades de construção progressiva, com articulação entre as esferas governamentais sendo estabelecidas prioridades segundo as intenções sócio-educativas apresentadas por documentos oficiais e pelas demandas dos movimentos sociais:

1- Garantia do Ensino Fundamental obrigatório de 9 anos, sendo responsabilidade do município a Educação Infantil, Ensino Fundamental, assegurando seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse Ensino. Este nível de educação básica desenvolverá esforços para formação mínima para o exercício da cidadania e a aquisição e usufruto do patrimônio cultural da sociedade contemporânea; 2- Oferta de educação básica para jovens e adultos que a ela não tiveram acesso ou não concluíram o Ensino Fundamental e Médio na idade apropriada. A erradicação do analfabetismo está incluída nesta prioridade. A alfabetização dessa população é entendida no sentido de garantir o amplo domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana e brasileira e da diversidade do espaço físico e político mundial; 3- Progressiva universalização do Ensino Médio, com garantia de acesso a todos os jovens que completarem a etapa anterior; 4- Valorização dos profissionais da educação: a formação inicial dos professores da educação básica, ao incremento de uma política de oferta de formação continuada a esses profissionais ao longo da carreira a garantia de condições adequadas de trabalho e com garantia do piso profissional salarial nacional, visando a melhoria permanente e promovendo a qualidade de ensino; 5- Ampliação do atendimento a Educação Superior nos diferentes tipos de instituições do sistema de ensino. A elevação do padrão cultural, econômico, tecnológico do país e do mundo requer a progressiva ampliação de acesso a Educação

Superior nas suas diferentes modalidades, para assegurar a população de Ribeirão Cascalheira, formação e condições para efetiva participação política, técnica, cultural e produtiva no interesse da sociedade brasileira; 6- Garantir a obrigatoriedade da oferta da Educação Infantil de 4 e 5 anos; 7- Ampliar atendimento a Educação Infantil de 0 a 3 anos; 8- Desenvolvimento integral da pessoa com deficiência que exija necessidades educacionais especiais; 9- Construção de mais uma Escola Estadual; 10- Criação de condições para ampliação do tempo de permanência da criança na escola, possibilitando a implantação da escola em tempo integral, conforme legislação vigente.

5 O PAPEL DO MUNICÍPIO, FINANCIAMENTO E CONTROLE SOCIAL

5.1 Diagnóstico

A garantia do direito à educação constitui-se em um dever do Estado em conjunto com a família e a sociedade, estabelecida na Constituição Brasileira de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), bem como no Plano Nacional de Educação (PNE 2001 – 2010) e Plano Estadual de Educação (PEE 2006 -2016), sendo considerado direito social e individual, por ser inalienável com estatuto reconhecido de direito humano consignado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Sociais Econômicos e Culturais de 1966, o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos. Nesse quadro, cabe assim, proporcionar uma compreensão de como tem sido, historicamente, a postura do Estado brasileiro no cumprimento da responsabilidade que lhe é devida.

A história do Brasil, dita e escrita por diversos pensadores demonstra que o País tem se caracterizado como uma Nação marcada por diversas desigualdades em função da debilidade das políticas sociais implementadas ao longo da construção da sociedade brasileira, gerado uma das mais altas concentrações de renda do mundo, onde mais de 50% (cinquenta por cento) da população se encontra no nível de pobreza, com grande vulnerabilidade sócio-educativa, conforme diagnóstica do documento da CONAE/2010.

O cenário que apresenta a vida da população do Brasil é visivelmente injusto e coloca partes da população em condições precárias. A situação fica grave porque impede a ampliação do acesso de pessoas a bens culturais, educacionais e sociais importantes para a humanização dos indivíduos. A condição de existência acaba por promover uma exigência de luta pela sobrevivência maior que a convivência socioambiental das pessoas.

O Estado tem o dever constitucional de assegurar o Ensino Fundamental obrigatório, bem como a progressiva universalização do Ensino Médio e gratuito. Os Municípios organizarão igualmente seus sistemas de Ensino e responsabilizar-se-ão, prioritariamente, pelo Ensino Fundamental – inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade apropriada – e pela Educação Infantil.

Para o fiel cumprimento desses deveres, o município deve elaborar e executar políticas públicas que estejam em consonância com os preceitos constitucionais vigentes e com as diretrizes emanadas do Plano Nacional de Educação, de modo a possibilitar a integração e a coordenação de suas ações no âmbito educacional.

Em função da natureza federativa do Estado brasileiro, a Constituição Federal definiu uma divisão de responsabilidade entre União, Estados e Municípios que determina a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração. Para tanto, a União, no exercício de sua função redistributiva e supletiva, incumbir-se-á garantir a equalização de oportunidades educacional, bem como o padrão mínimo de qualidade do ensino diante efetiva assistência técnica e financeira a todos os Estados e Municípios. Cabe, portanto, ao Estado e aos seus Municípios definirem, conjuntamente, as formas de colaboração na oferta do Ensino Fundamental, assegurando a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma das esferas do poder público.

Para garantir plenamente a execução dos seus programas e das diretrizes do Plano Municipal de Educação, assegurando o atendimento de acordo com os dispositivos da Lei Orgânica do Município de Ribeirão Cascalheira aplicará, anualmente, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo, 25%(vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluindo os recursos provenientes de transferências.

Doravante, o grande desafio educacional para o município é garantir o padrão de qualidade do ensino nas escolas, visando o desenvolvimento pleno do(a) educando(a), seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para enfrentar um mercado de trabalho altamente tecnológico e competitivo, que caracteriza a sociedade na qual vivemos. Portanto, melhorar a qualidade de ensino no município é objetivo Institucional de suma importância, considerando que tal medida beneficiará todos os segmentos sociais, transformando a educação num eficaz instrumento de promoção e de inclusão social.

Dessa forma o PME, para fundamentar uma educação de qualidade, deverá fazer articulações entre os sistemas para o desenvolvimento das potencialidades em regime de cooperação. Estes esforços e ações devem buscar o alcance da erradicação do analfabetismo, com intuito de impedir o analfabetismo funcional, aumentando o potencial escolar em todas as etapas da Educação Básica, ampliando o tempo escolar e o desenvolvimento de sólidas políticas de valorização dos profissionais da educação.

O financiamento e a gestão da educação têm como prescrição legal da Constituição Federal. Com o advento FUNDEB, que regulamentou a responsabilidade financeira de cada ente federado e com a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi determinada no País uma política ordenadora de gestão financeira para a educação.

Por sua vez, ao seguir as prescrições normativas nacionais, o Estado de Mato Grosso editou a Lei Complementar 49 e a Lei 7.040. As duas regulamentações em 01/10/1998, buscando fazer cumprir as determinações constitucionais e infraconstitucionais, visando alcançar a qualidade da Educação Básica. Essas normativas expõem a questão financeira relacionada à área pedagógica e à gestão democrática escolar, compreendendo como fatores fundamentais para a implementação eficaz da política governamental para o ensino.

Sendo assim, torna-se indispensável que os governantes tenham absoluta clareza quanto à necessidade da adoção de uma política integrada de financiamento para o desenvolvimento da Educação Básica, uma vez que a equalização do funcionamento e a garantia de recursos estão diretamente ligadas ao padrão de qualidade de ensino pretendido pelo Governo, com vistas à construção de um sistema educacional que garanta, efetivamente, a equidade de oportunidades educacionais para todos os cidadãos do Município de Ribeirão Cascalheira.

5.2 Metas e Estratégias

Para a implementação do Plano Municipal de Educação (PME), os entes da Federação, fortalecerão as diferentes formas de colaboração e parcerias, com vistas ao atendimento da demanda no âmbito da Educação Básica. Para tanto, tais propostas deverão manter estreita sintonia, tendo em vista garantir os recursos financeiros necessários e a mobilização de maiores e mais estáveis fontes de financiamento para a execução satisfatória do PME.

1 – Estabelecer mecanismos que assegurem o cumprimento dos artigos 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases, que definem os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não podem ser incluídos nessa rubrica.

2 – Estabelecer políticas públicas de financiamento em parceria com o MEC e o Estado, que possibilitem garantir o transporte escolar, incluindo o acesso adaptado aos educandos(as) com deficiência ou necessidades múltiplas, de acordo com as normas estabelecidas pela ABNT.

3 – Garantir a continuidade do programa de merenda escolar, fornecendo às escolas da rede o indispensável suporte para que a Merenda Escolar seja preparada e distribuída, diariamente, aos alunos de todos os níveis de ensino.

4 – Garantir, entre as metas dos Planos Plurianuais vigentes nos próximos 10 anos, a previsão do suporte financeiro às metas constantes destes PME.

5 – Estabelecer a Educação Infantil e Ensino Fundamental como prioridade para a aplicação dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

6 – Aumentar os recursos destinados à Educação Especial, viabilizando parcerias com áreas de saúde, assistência social, trabalho e previdência, em todos os níveis de ensino.

7 – Dar continuidade e estimular parcerias envolvendo União, Estado e o Município, para a manutenção da Educação Básica Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, tendo em vista suprir o transporte escolar, a merenda, o livro didático e material pedagógico adequado para a execução dos projetos das escolas públicas.

8 – Continuar a promover a equidade entre os alunos e entre as escolas pertencentes a um mesmo sistema de ensino.

9 – Dar continuidade à política de descentralização, consolidando a autonomia financeira das escolas mediante repasse de recursos diretamente aos estabelecimentos públicos de ensino, a partir de critérios objetivos.

10 – Investir em programas de formação continuada que ofereça aos profissionais que atuam em atividades docentes e de suporte pedagógico, na rede pública do município, a oportunidade de aperfeiçoamento permanente, que resulte no aprimoramento das práticas escolares e garanta contínuas melhorias do processo ensino-aprendizagem.

11 – Estabelecer políticas voltadas para a Educação Indígena e investir na capacitação de seus professores, para garantir educação escolar bilíngue e intelectual aos povos indígenas.

12 – Investir na implementação de programas de Educação a Distância, voltados aos diversos níveis e modalidades de ensino, incorporando a utilização de diferentes tecnologias, seja por intermédio de transmissão televisiva, programas de computador ou rede de comunicação multimídia.

13 – Assegurar mecanismos de fiscalização e controle que garantam o rigoroso cumprimento do artigo 212, da Constituição Federal, em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e do artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em termos do que pode ser considerada despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino.

14 – Melhorar as condições de trabalho e garantir piso salarial nacional para os profissionais de educação, observando também critérios de evolução na carreira.

15 – Garantir, em cada unidade escolar, normas de gestão democrática do ensino público, por intermédio da ampliação do processo de democratização e participação da comunidade de todos os segmentos da sociedade, promovendo a concretização de todos quanto aos seus respectivos papéis na melhoria do padrão de qualidade da escola pública, no município de Ribeirão Cascalheira.

16 – Consolidar a integração com a comunidade e incentivar os jovens para a realização de atividades extracurriculares, transformando as relações humanas no ambiente escolar, possibilitando vivenciar, na escola, os valores do indivíduo como pessoa, como cidadão solidário e como partícipe de outros sociais.

17 – Expandir as parcerias entre estabelecimento de ensino, empresas ONGs, sociedade civil e outras instituições, tendo em vista propiciar uma reflexão quanto ao aprimoramento da escola pública e ao processo de construção da verdadeira escola-cidadã.

18 – Lançar, no sistema de ensino, normas e diretrizes gerais desburocratizantes e flexíveis que estimulem a iniciativa e o desenvolvimento de ações inovadoras nas escolas.

19 – Fortalecer a gestão para que a mesma priorize a destinação de recursos para as atividades a fim da descentralização, da autonomia da escola, da equidade, foco na aprendizagem dos(as) alunos(as) e a participação da comunidade.

20 – Criar no Município de Ribeirão Cascalheira, o Sistema de Informação Escolar, de maneira a possibilitar a interligação das Unidades Escolares e a Secretaria Municipal de Estado da Educação, viabilizando maior agilidade e eficácia na administração escolar.

21 – Proporcionar uma Educação para todos, por intermédio da implementação de metodologias facilitadoras da inclusão dos alunos com necessidades especiais, fazendo prevalecer o respeito às diferenças para que possam conviver numa sociedade heterogênea, de maneira integrada e harmônica.

22 – Estabelecer e ampliar as políticas de gestão e de avaliação educacional, garantindo democratização dos processos e o alcance da qualidade da educação.

23 – Elaborar instrumentos de fiscalização dos programas de renda mínima associados à educação, a fim de garantir o acesso, a permanência e o sucesso na escola para toda a população.

24 – Garantir a consolidação do Conselho Municipal de Educação, autônomo, com função deliberativa, fiscalizadora e de assessoramento, composto, de forma partidária, por representantes dos/das trabalhadores/as, estudantes, tanto do setor público quanto do privado, bem como conselhos e órgãos de deliberação coletivos nas instituições educativas, com diretrizes comuns e articuladas quanto à natureza de suas atribuições.

25 – Assegurar a realização de no máximo até dois anos da Conferência Municipal de Educação para a avaliação das metas e estratégias.

Com a aprovação do Plano Municipal de Educação o mesmo deverá realizar as seguintes ações para promover uma educação de qualidade:

Estratégias:

a) Oferecer ambiente adequado à realização de atividades de ensino, pesquisa, lazer e recreação, práticas desportivas e culturais e reuniões com a comunidade; b) Adquirir laboratórios de ensino, informática, brinquedoteca, garantindo sua utilização adequada, em termos de suporte técnico fornecido por profissionais qualificados(as), bem como em termos das atividades didático/pedagógicas neles desenvolvidos por docentes; c) Disponibilizar tecnologias educacionais e recursos pedagógicos apropriados ao processo de aprendizagem; d) Criar processos orientativos e avaliativos voltados para a identificação, monitoramento e solução dos problemas de aprendizagem e para o desenvolvimento da instituição educativa; e) Assegurar aos profissionais da educação que prestam serviço na secretaria de educação, diretores(as), coordenadores(as), assessores(as) e secretários(as) escolares, como mediadores da política de gestão escolar, as condições adequadas e necessárias à atualização profissional. f) Garantir a transparência na aplicação da totalidade dos recursos da educação; g) Garantir o pagamento do Piso Salarial Nacional em regime de trabalho de trinta horas, condições dignas de trabalho e valorização dos profissionais da educação em todas as esferas administrativas. h) Garantir com transparência o regime de colaboração entre a União, o Estado e o município, de acordo com a capacidade financeira de cada ente federado, impedindo sacrifícios financeiros do último ente federado. **6 NÍVEIS DE ENSINO 6.1 Educação Infantil**

6.1.1 Diagnóstico

As estatísticas, no Estado de Mato Grosso, confirmam a tendência nacional de crescimento do atendimento em Educação Infantil a crianças menores de 05 anos e 11 meses. Definida como primeira etapa da Educação Básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Infantil, de competência dos Municípios, é oferecida a modalidade Creches para crianças de 0 a 3 anos de idade e em pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e 11 meses.

O município de Ribeirão Cascalheira começou a ofertar a Educação Infantil em 1990 onde havia uma demanda de 35 crianças matriculadas na modalidade Creche, já em 2004 atendia 298 crianças na mesma modalidade.

Nos últimos anos o município tem o seguinte número de crianças na faixa etária de Educação Infantil:

NÚMERO DE CRIANÇAS DO MUNICÍPIO DE 0 A 5 ANOS

2013 A 2015

Ano/Idade	0 a 1 ano	1 a 3 anos	4 anos	5 anos
2013	92	420	143	139
2014	79	412	135	130
2015	80	369	125	129

(Dados da Secretaria Municipal de Saúde)

TABELA DE MATRÍCULAS DOS ÚLTIMOS 03 ANOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dependência Administrativa	Ano	Creches	Pré - escola (4 e 5 anos)	Total	Docentes	TDI*[1]
MUNICIPAL E PARTICULAR	2013	226	260	486	11	21
	2014	172	282	454	13	17
	2015	145	231	376	12	20

(Dados das Escolas Municipais de Educação Infantil e Rede Privada)

*[1]TDI- Técnica Em Desenvolvimento Infantil

Em Ribeirão Cascalheira há um crescimento acentuado de matrículas, desde o início da oferta da modalidade Creche/Educação Infantil, observado nos últimos anos que pode ser explicado por alguns fatores básicos:

A mudança na organização e estrutura familiar contemporânea (principalmente daquela cujos pais trabalham fora de casa), transformando o conceito e as necessidades de crianças pequenas; Avanço nas pesquisas científicas sobre o desenvolvimento da criança e consequente reconhecimento da importância da Educação nos primeiros anos de vida; Hoje a família está tendo uma nova concepção de ensino, nesta fase de aprendizagem, pois é no processo do brincar que a criança interage com o mundo no qual a ótica das interações ocorre entre as crianças e os adultos, entre si, entre os brinquedos e o ambiente; Nesse novo contexto a Educação Infantil não deve ser compreendida somente em ações de cuidar e educar, mas entender que o brincar e a brincadeira são considerados com o mesmo significado neste texto, sendo a atividade principal da criança; Sua importância reside no fato de ser uma ação livre, iniciada e conduzida pela criança com finalidade de tomar decisões, expressar sentimentos e valores conhecer a si mesma, as outras pessoas e o mundo em que vive; Brincar é repetir e recriar ações prazerosas, expressar situações imaginárias criativas, compartilhar brincadeiras com outras pessoas, expressar cultura individualmente e sua identidade, explorar a natureza, os objetos, comunicar-se e participar da cultura lúdica para compreender seu universo. Ainda que o brincar possa ser considerado um ato inerente à crianças, exige um conhecimento, um repertório que ela precisa aprender; O desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, cognitivo, emocional, ético, estético, social e espiritual, complementando a ação da família e da comunidade, visando à cooperação e a autonomia.

No entanto, observa-se que um número de crianças está sem atendimento motivado por alguns fatores dentre os quais destacamos:

Falta de espaço físico para o atendimento à Etapa; Resistência de alguns pais ou responsáveis em matricular a criança; **2 2.1.1 6.1.2 Metas e Estratégias**

Meta 1. Expandir a oferta da Educação Infantil na modalidade Creche para atender, em cinco anos, 60% (sessenta por cento) da população de 0 a 3 anos de idade e, até o final da década, atingir 80% (oitenta por cento) da demanda dessa faixa etária.

Indicador – número de crianças de 0 a 3 anos atendidas em relação ao total de crianças nessa faixa etária, sendo que o percentual do município, com base no senso de 2010, atende somente 17% (dezessete por cento).

Meta 2. Expandir a oferta da Educação Infantil na modalidade pré – escola para atender 100% (cem por cento) da população de 04 e 05 anos de idade a partir de 2016.

Meta 3. Estabelecer, no prazo de dois anos, padrões básicos de infra-estrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil, que atendam às Diretrizes Nacionais Curriculares desse Nível de Ensino, às características das distintas faixas etárias e às necessidades do processo educativo nas Creches e Pré-escolas públicas e privadas.

Estratégias:

a) Estabelecer parâmetros de qualidade do serviço de Educação Infantil como referencial para orientação, controle, avaliação e como instrumento para a adoção de medidas que levem à eficiência do serviço prestado. b) Autorizar somente a construção/instalação e o funcionamento das instituições, tanto públicas quanto privadas que atendam aos padrões básicos de infra-estrutura estabelecidos para o município. c) Estabelecer programas de formação de professores de Educação Infantil de forma que, até o final da década, os professores atinjam a formação específica em Nível Superior. d) A partir da vigência deste Plano, somente serão admitidos, na Educação Infantil, novos profissionais que possuam a titulação mínima em nível médio e dando-se preferência à admissão de profissionais graduados em cursos específicos de Nível Superior de Licenciatura em Educação Infantil ou Pedagogia. e) Assegurar, em dois anos, a contar da vigência deste Plano, a execução de um programa de formação em serviço, nos Municípios, preferencialmente em articulação com Instituições de Ensino Superior, com a cooperativa técnica do Estado, para atualização permanente e o aprofundamento dos conhecimentos dos profissionais que atuam na Educação Infantil, bem como para a formação do pessoal auxiliar. f) Instituir mecanismos de colaboração entre os setores da Educação, Saúde, Assistência Social e Poder Judiciário, na manutenção, administração, controle e avaliação das Instituições de atendimento das crianças de 0 a 3 anos de idade. g) Implantar conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar e local visando à melhoria das Instituições de Educação Infantil e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos. h) A partir da aprovação deste plano, assegurar que 100% (cem por cento) dos concursos públicos ou testes seletivos realizados, somente sejam admitidos novos profissionais de ensino que tenham finalizado o Ensino Superior devendo ser priorizada a admissão de profissionais graduados em licenciatura, Educação Infantil ou Pedagogia. i) Garantir que as escolas organizem grupos de crianças de acordo com as especificidades das faixas etárias, seguindo a relação professor/aluno, tendo todas as escolas adequadas até o ano de 2022 em consonância com a legislação vigente. j) Garantir ações complementares sócio-educativas de apoio as famílias de crianças de 0 a 5 anos, tais como: palestra sobre desenvolvimento infantil e oficinas pedagógicas promovendo a interação pais/criança/instituição. k) Construir e equipar um Centro de Educação Infantil em parceria com o Governo Federal. l) Reformar os espaços pedagógicos de atendimento infantil existentes com recursos próprios ou em parceria com o Governo Estadual e Federal. m) Assegurar a implementação dos planos de cargos e carreira dos profissionais da educação.

6.2 Ensino Fundamental

6.2.1 Diagnóstico

O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, obrigatório e gratuito, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, está garantido, em seu artigo 208, como direito público subjetivo. Assim, é responsabilidade do poder público ofertar a todas as crianças e adolescentes de 06 a 14 anos, assegurando-lhes o acesso, a permanência e a aprendizagem bem sucedida.

Esse é um forte indicador de que a universalização do Ensino Fundamental está sendo buscada em nosso Município e, portanto, o acesso está sendo garantido.

O quadro abaixo é resultado da avaliação do atendimento a esta etapa no município e mostra uma contínua e progressiva evolução dos índices de aprovação no Ensino Fundamental. A melhora é mais acentuada com relação à evasão e consta-se uma diminuição significativa nos primeiros anos.

QUADRO DEMONSTRATIVO – REDIMENTO ESCOLAR PERÍODO DE 2013 A 2015

ANO	2013 INICIAIS	2013 FINAIS	2014 INICIAIS	2014 FINAIS	2015 INICIAIS	2015 FINAIS
Alunos Matriculados	744	742	797	716	740	663
Total De Matrículas	1486		1513		1403	
Docentes	89		99		98	
Aprovados	82,40%		80,02%		-	
Evadidos	4,24%		4,27%		-	
Reprovados	8,18%		8,42%		-	
Transferidos	5,18%		7,29%		-	

(Fonte: Censo Escolar 2013 e 2014/ SME e Secretaria das Instituições 2015

Docentes e Discentes da Rede Municipal, Estadual e da Rede Privada)

1. Valorização dos(as) profissionais do Ensino, Especialmente os(as) docentes; 2. Redirecionamento da formação inicial e continuidade de investimentos na educação permanente do professor de modo a torná-las mais adequadas às necessidades dos novos educandos que frequentam a escola; 3. Fortalecimento da autonomia das unidades escolares com investimentos e recursos financeiros para ampliação e melhoria da infraestrutura física, material, tecnológica e humana, com estímulos ao desenvolvimento de projetos curriculares inovadores em suas propostas pedagógicas. **2 2.1 6.2.2 Metas e Estratégias**

Meta 1. Atender 100% (cem por cento) da população escolarizável do Ensino Fundamental na idade apropriada com qualidade.

Meta 2. Aumentar gradativamente a carga horária em 1 hora anual de forma a completar 7 horas, para 50% (cinquenta por cento) dos estudantes matriculados na Educação Básica até a vigência do plano.

Indicador – Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares, sendo o percentual do município de 13,9%(treze virgula nove por cento).

Meta 3. Assegurar, até o final da década, infraestrutura física e pedagógica compatível para o Ensino Fundamental, de acordo com os padrões nacionais.

Meta 4. Alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

Estratégias:

a) Regularizar o fluxo escolar, reduzindo em 100%(cem por cento), a defasagem idade/ciclo atual, nos primeiros três anos de vigência deste Plano.

b) Assegurar as condições para que todas as escolas, progressivamente, no exercício de sua autonomia, executem seus projetos pedagógicos, com observância das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais e as necessidades específicas de cada uma, considerando sua demanda, sua comunidade, seus profissionais de educação e seu entorno.

c) Promover a participação da comunidade escolar e local na gestão das escolas, universalizando, progressivamente, a instituição e o efetivo funcionamento dos conselhos escolares ou órgãos equivalentes.

d) Garantir, para todos os alunos e alunas, os livros didáticos e obras ficcionais e não ficcionais, bem como assegurar condições de aprendizagem que resultem no domínio da leitura e da escrita, considerando que o desenvolvimento dessas habilidades é de responsabilidade de todos os profissionais da educação em todas as áreas de conhecimento.

e) Prover a biblioteca de cada escola de um sistema de acesso informatizado, permitindo que docentes, discentes e funcionários (as) estejam em contato com outras bibliotecas do Estado e do País, de modo a garantir a possibilidade de uma atualização permanente.

f) Assegurar, na proposta pedagógica da escola, o atendimento das crianças e adolescentes com necessidades especiais e dos jovens em situação de conflito com a Lei.

g) Garantir mecanismos de recuperação e de acompanhamento escolar, contínuos e sistemáticos, e de classificação/reclassificação, sempre que necessários.

h) Respeitar o limite mínimo do espaço recomendado para cada aluno dentro da sala de aula, no momento da definição do número máximo de estudantes por classe, em cada unidade escolar.

i) Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação democrática, formação de lideranças políticas e exercício da cidadania.

j) Fortalecer a autonomia das escolas na gestão pedagógica, administrativa e financeira.

k) Prover, em parceria com as comunidades, o transporte escolar, prioritariamente nas zonas rurais e, quando necessária, nas urbanas de forma a garantir o acesso e a escolarização dos alunos.

l) Garantir, com a colaboração do MEC e SEDUC, a merenda escolar.

m) Aprimorar o regime de colaboração entre Estado e Município quanto ao atendimento das necessidades educacionais das comunidades locais, tornando mais eficientes os dispositivos que orientam as relações governamentais nesse sentido.

n) Aperfeiçoar os mecanismos de cooperação entre Estado e Município para garantir o cadastramento conjunto dos(as) alunos(as) para matrícula antecipada anualmente, possibilitando o planejamento de medidas necessárias quanto a construções escolares, transporte e outras.

o) Reafirmar o papel articulador do município com relação às políticas educacionais locais, visando assegurar a unidade na diversidade, fornecendo apoio técnico necessário à garantia de qualidade do Ensino Público, instituindo mecanismos para atender a desigualdades internas.

p) Intensificar os mecanismos de eliminação da distorção ano/idade, potencializando a correção de fluxos, com qualidade a partir da aprovação deste plano.

q) Garantir que anualmente seja ofertados cursos de capacitação, aperfeiçoamento e atualização para professores(as), técnicos(as) e gestores(as).

r) Promover cotidianamente a inclusão digital aos profissionais da educação e aos alunos da rede pública.

s) Equipar as escolas Municipais, gradativamente com materiais adequados, tanto de esporte quanto de informática.

t) Disponibilizar professor(a) articulador(a) que venha atuar junto com o professor regente no atendimento aos estudantes com defasagem de aprendizagem (PPAP) – Progressão Parcial com Apoio Pedagógico, no contra turno escolar.

u) Assegurar a implementação dos Planos de Cargos e Carreira dos Profissionais da Educação. **6.3 Ensino Médio 6.3.1 Diagnóstico**

O Ensino Médio brasileiro, no discurso de sua história, tem sido recorrentemente identificado como um espaço identificado, ainda em busca de sua identidade. Contudo, observando-se as funções que lhe foram atribuídas nos últimos tempos, não há dúvida a respeito do caráter marcadamente propedêutico a ele associado. Organizado com base no modelo de seminário-escola dos Jesuítas, o Ensino Médio no Brasil nasce como um lugar para poucos, cujo principal objetivo é preparar a elite local para os exames de ingresso aos Cursos Superiores, com um currículo centrado nas humanidades, pouco relacionado às ciências experimentais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9394/96, propôs uma importante alteração na estrutura da Educação Básica, que passa a ser composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Integrado deste modo, o Ensino Médio, pela disposição contida no Artigo 10 da LDBEM (Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Médio), em seu Inciso VI definiu como responsabilidade e prioridade exclusiva do Estado nos modos de financiamento. Portanto, devendo oferecer essa etapa de Ensino e assegurar acesso, permanência, características e sucesso dessa etapa de escolarização.

O Ensino Médio do município de 2013 em diante vem apresentando um novo perfil, pois antes os alunos que faziam parte do mesmo eram alunos que por algum motivo na idade/série não pode frequentar a escola.

Hoje, a demanda que compõe o Ensino Médio da escola é, em sua maioria, alunos na faixa etária de 14 anos a 17 anos, onde o direcionamento da aprendizagem para educandos muito mais jovem. Cobra se de professores(as) conteúdos voltados para as provas de avaliação externa da escola como: ENEM(Exame Nacional do Ensino Médio) e vestibular. O novo foco dos alunos é pautado em conhecimentos que são amparados pela LDB (Lei de Dire-

trizes e Bases) e as DCNEM (Diretrizes Curriculares Nacionais de Ensino Médio). Seu objetivo central é possibilitar a definição de uma matriz curricular mais atrativa e flexível, capaz de atrair o aluno para o Ensino Médio e combater a repetência e a evasão. As novas DCNEM apontam que o Ensino Médio vem passando por diversas transformações na sua forma de organização, estrutura, objetivos e currículo, algumas mais amplas, outras menos perceptíveis. Um aspecto que tem permeado o debate sobre esse Nível de Ensino, quase desde a sua origem no Brasil, é a sua própria identidade, questão que ganha hoje maior relevância. O Ensino Médio, ao passar de educação intermediária, situada até então entre a educação obrigatória e a Superior, à última etapa da Educação Básica obrigatória, parece ser um dos grandes desafios atuais na formulação de políticas públicas educacionais, pensando-se nos quatro eixos norteadores do Ensino Médio: ciência, tecnologia, cultura e trabalho no intuito de assegurar a formação integral

Entende-se que investir no Ensino Médio é assegurar o processo de crescimento do ser humano, imprescindível ao desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do País. Ao lado do direito à educação, está o dever do Estado de educar. A Constituição Estadual de Mato Grosso e a LC 49/98 determinam que o Ensino Médio seja etapa obrigatória e gratuita, portanto, o Estado deve garantir sua oferta, manutenção, desenvolvimento, universalização e qualidade, independentemente de modalidade ou turnos. (PEE, 2006, p. 24).

A partir dessa compreensão pode-se dizer que o Ensino Médio deve estar garantido a todo cidadão de Ribeirão Cascalheira e que o Sistema Municipal de Educação deve envidar esforços para sua consecução.

QUADRO DEMONSTRATIVO – RENDIMENTO ESCOLAR

PERÍODO DE 2013 A 2015

ESCOLA ESTADUAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

ALUNOS	2013	2014	2015
Matriculados	544	555	447
Aprovados	58,04%	70,87%	-
Evadidos	22,37%	0,0	-
Reprovados	15,67%	22,81%	-
Transferidos	3,92%	6,32%	-
Docentes	38	41	33

(Dados Escola Estadual Cronel Ondino Rodrigues Lima)

Ao se considerarem as taxas de aprovação, reprovação e abandono do Ensino Médio, nos últimos anos, combinadas com os indicadores de desempenho, como o do ENEM, fica evidente o grande investimento que Estados e Municípios ainda devem fazer para garantir aos que ingressam e se mantêm nessa etapa de Ensino numa escola que promova aprendizagem com qualidade. A melhora da qualidade de Ensino passa pela integração de múltiplos e complexos fatores.

No entanto, há consenso a respeito da interferência direta de algumas variáveis sobre o desempenho dos alunos. Assim, em relação à infra-estrutura, é fundamental dispor de ambientes de aprendizagem diversificados e bem equipados – tais como biblioteca, laboratórios, salas de informática, salas – ambiente, quadras esportivas – e utilizá-los adequada e regularmente, e ainda o município sente a necessidade de uma nova escola estadual pela grande demanda que vem surgindo nos dias atuais. Integrando a infra-estrutura essencial para a realização de um bom trabalho pedagógico às atividades coletivas.

O uso adequado desses recursos como meio para promover aprendizagem com qualidade depende da atuação de docentes comprometidos com o sucesso dos alunos, bem preparadas e competentes para utilizar procedimentos metodológicos diversificados. Para isso, é fundamental o desenvolvimento profissional permanente que envolva toda a equipe docente.

A equipe de gestão, do mesmo modo, tem igual papel na consolidação de uma escola de Ensino Médio que, de fato, atenda às expectativas e necessidades de seus alunos, razão pela qual devem ser previstos programas de formação permanente voltados para o desenvolvimento profissional de toda a equipe escolar.

Em vista do diagnóstico, o desafio a ser enfrentado pelos responsáveis por essa etapa de Ensino é o de garantir a oferta de escola de Ensino Médio de qualidade a toda a demanda que se seguirá na próxima década e, assim universalizar a Educação Básica à população.

2 2.3.1

6.3.2 Metas e Estratégias

Meta 1. Garantir a oferta de Ensino Médio a 100% (cem por cento) da demanda a partir de 2016.

Estratégias:

a) Consolidar a identidade do Ensino Médio, aperfeiçoando a concepção curricular que proporciona formação geral específica. b) Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aula de reforço no turno complementar, estudo de recuperação e progressão parcial. c) Implantar, imediatamente, em todas as escolas, uma organização curricular para o Ensino noturno regular, de modo a atender as especificidades do aluno trabalhador. d) Garantir no currículo a inserção de atividades que utilizem outros espaços pedagógicos além da sala de aula possibilitando o acesso a esses locais em todos os turnos. e) Prover nas escolas equipamentos de informática na proporção mínimna de um conjunto (computador conectado à *internet*, impressora e data *show*) para cada grupo de 35 alunos(as) em parceria com os Entes Federados. f) Atender, imediatamente a demanda por Ensino Médio das populações do Campo, nas comunidades Indígenas. g) Oportunizar momentos de debates entre jovens e autoridades da sociedade civil para que haja melhor esclarecimento de direitos e deveres em exercício a cidadania valorizando o protagonismo juvenil. h) Fomentar a oferta de Educação Profissional aos estudantes desta etapa. i) Assegurar a implementação dos planos de cargos e carreira dos profissionais da educação. **6.4 Educação de Jovens e Adultos – EJA 6.4.1 Diagnóstico**

O atendimento deficitário, em décadas, passadas, no Ensino Regular, principalmente no Fundamental, deixou como legado um contingente populacional que não teve acesso à escola na idade própria ou – quando o teve dada a inadequação da estrutura de ensino- evadiu-se e ficou à margem do processo de escolarização.

Esse fato está na causa do quadro existente que se traduz no grande número de analfabetos em nosso País, assim como na necessidade de atendimento em programas de Educação em Educação de Jovens e Adultos - EJA. Busca-se, hoje, suprir o direito que lhes foi negado a época apropriada e o enfrentamento desse problema deve ser realizado pelo Poder Público e pela sociedade em geral.

Tradicionalmente, consideram-se analfabetos aqueles indivíduos que contam com 15 anos de idade ou mais; isto é, apenas aqueles que ultrapassaram a idade constitucional de frequência ao Ensino Fundamental obrigatório.

A taxa de analfabetos entre 15 e 19 anos é considerada crucial para o desenvolvimento sócio econômico no município de Ribeirão Cascalheira porcentagem de analfabetos, funciona como um dos indicadores que compõe o índice de desenvolvimento humano (IDH) sendo em nosso município 14%(quatorze por cento) e 34,8%(trinta e quatro virgula oito por cento) considerados analfabetos funcionais.

Essa faixa correspondente às iniciais da população economicamente ativa (PEA) ou idade ativa (PIA), que está compreendida até o grupo de 40 a 49 anos. A escolarização e qualificação desse público são de fundamental importância para averiguar ocupação, renda e qualidade de vida e, consequentemente, formular diagnósticos econômicos e sociais.

Em 1958, a UNESCO definia como analfabeto o indivíduo que não conseguia ler ou escrever um bilhete simples ou que apenas assinava o próprio nome. Incluída também os que aprenderam a ler e escrever, mas regrediram a estágios anteriores de analfabetismo porque a continuidade dos estudos não foi assegurada. Vinte aos depois, esse conceito foi revisto, tendo sido adotado o conceito de analfabeto funcional para designar a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não possui as habilidades necessárias para satisfazer as demandas do seu dia-a-dia, bem como continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.

O IBGE identificava os analfabetos diretamente com a pergunta “sabe ler ou escrever?”. A partir de 1980, a questão foi alterada para “anos de estudo”, sendo considerado não alfabetizado quem respondesse ter “nenhum ou um”. Já o indicador para analfabeto funcional é o nível de instrução, obtido com as seguintes questões: “Os dados disponíveis, aqui utilizados, consideram a população residente analfabeta quando o número de anos de estudos for inferior a quatro.

A defasagem educacional de contingente expressivo da população, decorrente do abandono precoce da escola – causado por circunstâncias desfavoráveis no processo de escolarização e/ou problemas socioeconômicos diversos refletem no aparecimento de uma massa de jovens e adultos que demanda formas alternativas de estudos para suprir suas necessidades educacionais.

Embora a meta da universalização do atendimento educacional gratuito para toda a população dos 06 anos 14 anos esteja perto de ser concretizadas em Ribeirão Cascalheira atuando preventivamente sobre demandas futuras ainda existe um grupo de

alunos com defasagem na relação idade-ano e também um contingente populacional de jovens e adultos mais idosos com sérias lacunas no seu processo de escolarização.

DEMONSTRATIVO – RENDIMENTO ESCOLAR

PERÍODO DE 2013 A 2015

ALUNOS	2013 Anos Inicias	2013 Anos Finais	2013 Ensino Médio	2014 Anos Inicias	2014 Anos Finais	2014 Ensino Médio	2015 Anos Inicias	2015 Anos Finais	2015 Ensino Médio
Matriculados	77	107	72	39	106	56	18	37	51
Aprovados	76,36%	28,09%	42,77%	57,14%	34,69%	44,65%	-	-	-
Evadidos	-	51,69%	-	-	-	-	-	-	-
Reprovados	23,64%	20,22%	47,23%	42,86%	65,31%	55,35%	-	-	-
Transferidos	-	-	--	-	-	-	-	-	-
Docentes	03	15	07	04	17	18	01	08	13

(Dados Escola Estadual Cronel Ondino Rodrigues Lima)

A Educação de Jovens e Adultos no município é atendida pela rede Estadual de Ensino.

6.4.2 Metas e Estratégias

Meta 1. Estabelecer e potencializar inclusão social de jovens e adultos em projetos e programas específicos dessa modalidade ao longo da vigência desse plano

Estratégias:

a) Realizar, anualmente, levantamentos e avaliação de experiências em alfabetização de jovens e adultos que constituam referencia para os agentes integrados ao reforço estadual de erradicação do analfabetismo. b) Estabelecer políticas para a Educação de Jovens e Adultos que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços existentes na comunidade, bem como o efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil. c) Mapear, por meio de censo educacional, nos termos do artigo 5º,§ 1º da LDB, a população analfabeta, por bairro ou distrito, nas residências e/ou locais de trabalho, visando localizar a demanda e viabilizar a oferta de Educação de Jovens e Adultos para essa população. d) Ampliar a capacidade de atendimento nos cursos de Nível Médio para jovens e adultos. e) Realizar, no Sistema de Ensino, a cada dois anos, avaliação e divulgação dos resultados dos programas de Educação de Jovens e Adultos, como instrumentos capaz de assegurar o cumprimento da meta deste plano. f) Incentivar, nas empresas públicas e privadas, a criação de programas permanentes de Educação de Jovens e Adultos para seus trabalhadores, assim como dar condições para participar de Educação a Distância. g) Proporcionar ações de incentivo que envolvam a comunidade educacional interna e externa na frequência e permanência dos educandos na escola minimizando o processo de evasão escolar. h) Possibilitar a participação dos docentes em formação, encontros, fóruns específicos da modalidade. i) Promover parcerias com Instituições Governamentais e não Governamentais a realização

de cursos profissionalizantes aos estudantes da modalidade. j) Verificar a demanda de estudantes do Campo para que se institua no Campo esta modalidade de atendimento.

6.5 Educação do Campo

6.5.1 Diagnóstico

A Política Agrícola e a Reforma Agrária são desafios afetos a educação, justamente por ser a Educação do Campo maior que o Ensino Escolar. Assim, ao pensar o campo, a Educação do Campo, pensa-se em políticas que educam para a vida, para a vida do campo, para a vida no mundo. Buscando dialogar com esses pressupostos, a política e os programas de reforma agrária precisam compreender que: Terra é mais do que terra, entendendo que a terra conquistada na luta deixa de ser apenas terra, para ser terra com pessoas, buscando encontrar o melhor jeito de trabalhar e de viver nela, o que exige a preocupação com um conjunto bem maior de dimensões humanas, e com um tipo de organização que dê conta delas (CALDART,2000, p.89)

Recentemente, as transformações ocorridas no campo influenciaram decisivamente nas Diretrizes e Bases da Educação Escolar. Nos artigos 208 e 210 da Constituição de 1988, a concepção de mundo rural enquanto espaços específicos, diferenciando e ao mesmo tempo integrando ao conjunto da sociedade. A lei 9394/96 LDB contempla uma Base Nacional comum, e as especificidades regionais e locais.

A luz das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo no seu artigo 13 destaca:

I – Estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva da região, do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva da região, do país e do mundo;

II- Propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectiva contribuição para a melhoria das condições de vida e fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

A Educação do e no Campo representa uma importante modalidade, pois configura um modelo educativo diferenciado que permite a organização da escolarização de uma maneira específica para atendimento de um grupo singular da sociedade. Para tanto essa modalidade deve estar organizada de maneira que atenda a especificidade curricular, temporal e cultural desta camada significativa do tecido social.

A Educação do e no Campo no Município de Ribeirão Cascalheira necessita de políticas públicas que atendam as peculiaridades e inerentes ao campo, articulando uma educação que envolva os conhecimentos científicos escolares e os saberes populares e que esteja voltada para o reconhecimento e valorização do próprio campo de trabalho, que acontece na lavoura, particularmente com a produção familiar. Neste sentido, estas

políticas devem respeitar todas as formas e modalidades de ensino e aprendizagem que se orientem pela existência do campo como um espaço de vida e de relações vivenciadas e ao mesmo tempo reconheça o espaço rural como produto e produtor de culturas. Sabe-se que hoje existem muitas iniciativas promissoras e investimentos importantes na Educação do Campo, mas ainda encontramos muitos desses Estabelecimentos de Ensino em situações precárias quanto à estrutura física e alguns recursos tecnológicos, o que dificulta o desenvolvimento das atividades propostas.

Verifica-se que parte dos(as) alunos(as) do campo são atendidos(as) em escolas da zona urbana, isso faz com que os alunos que saem do campo deixam de ver conteúdos específicos e direcionados a vivencia do campo.

É importante ressaltar que na Educação do Campo, a existência de alunos em salas multicicladas/multifaseadas dificultam o aprendizado dos(as) educandos(as) e o trabalho dos(as) docentes.

DEMONSTRATIVO – RENDIMENTO ESCOLAR E MATRÍCULAS

PERÍODO DE 2013 A 2015

ANO	2013 INICIAIS	2013 FINAIS	2014 INICIAIS	2014 FINAIS	2015 INICIAIS	2015 FINAIS
Alunos Matriculados	264	188	256	156	262	174
Aprovados	80,01%		77,47%		-	
Evadidos	2,44%		3,15%		-	
Reprovados	6,06%		8,38%		-	
Transferidos	11,50%		11,00%		-	
Docentes	37		36		38	

(Dados da Secretária Municipal de Educação)

6.5.2 Metas e Estratégias

Meta 1. Ofertar Educação Básica a toda a população escolarizável que mora no campo, em escolas do e no campo até a vigência do PME.

Meta 2. Iniciar uma pesquisa da demanda e mapear no Campo um local apropriado, para que seja implantada a estrutura de uma nova escola para atender a demanda conjunta de várias comunidades escolares com parceria do Governo Federal, Estadual e sociedade civil no decorrer da vigência deste PME.

Estratégias:

a) Criar e executar políticas públicas de Educação no Campo que propiciem o respeito e a valorização do meio ambiente em suas quatro determinações: Cultural, Social, Natural e do Trabalho. b) Criar, ampliar e reformar as estruturas físicas das escolas do campo atendendo os padrões básicos de infraestrutura descritos na LDB 9394/96. c) Estabelecer parcerias com o Estado e Município para a realização de mapeamentos e busca ativa de estudantes fora da escola em parceria com as áreas de Assistência Social, saúde e de mais instituições de Assistência ao Homem do Campo, por residência ou local de trabalho. d) Proporcionar formação continuada e inicial específica para os profissionais da Educação do Campo. e) Ampliar a oferta de Educação Infantil nas escolas do campo. f) Garantir, prioritariamente, a formação continuada para os profissionais da Educação do Campo nas próprias unidades escolares. g) Buscar parcerias com Associações, Sindicatos e Cooperativas de Agricultores, Órgãos Governamentais ligados ao campo, com acompanhamento especializado, para ampliação da diversidade, organização das formas de aquisição e melhoria da alimentação escolar. h) Ofertar e readequar o atendimento em laboratórios de informática nas escolas do campo. i) Promover parcerias com Instituições Governamentais e não Gover-

namentais a realização de cursos profissionalizantes aos estudantes e ou pais/estudantes da modalidade. **6.6 Educação Especial 6.6.1 Diagnóstico** As Constituições Federais e Estaduais, respectivamente em seus artigos 208, III e 239, § 2º, estabelecem o direito à educação para todas as pessoas, assegurando àquelas com necessidades educacionais especiais ou com deficiência o atendimento especializado preferencialmente na Rede Regular de Ensino, garantindo condições qualificadas de acesso de permanência, terminalidade com sucesso da vida escolar. Portanto, é dever do Estado desenvolver políticas públicas que garantam a efetivação desse direito. Dessa forma, o acesso e permanência desses alunos deverão ser orientados por relação de acolhimento à diversidade humana, na aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento com qualidade e em todas as dimensões da vida, incluindo aspectos de valores éticos, de espiritualidade e da relação com o meio ambiente. Assim, a Educação Especial destinada às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de altas habilidades, superlotação ou talentos e ainda de condutas típicas, precisam desenvolver-se no limite de sua potencialidade e interesses, favorecendo sua inserção na sociedade. Assim com base nos dados levantados dos últimos 3 anos, os alunos com tais necessidades, necessita-se de metas e estratégias que viabilizem o atendimento.

QUADRO DEMONSTRATIVO – DO NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS COM DEFICIÊNCIA

PERÍODO DE 2013 A 2015

Tipos de deficiência	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Autismo infantil	01	-	-
Baixa Visão	02	01	01
Deficiência Auditiva	04	02	03
Deficiência Física	05	02	-
Deficiência Intelectual	47	17	20
Deficiência Múltipla	05	01	08
Transtorno Desintegrativo da Infância	03	03	-
Total	67	26	32
Docentes	04	04	04

(Dados Fornecidos pela APAE)

6.6.2 Metas e Estratégias

Meta 1. Expandir o atendimento aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, atendendo a 80% (oitenta por cento) da demanda até a vigência do Plano.

Estratégias:

a) Estabelecer parcerias Estado/Município para realização de mapeamento e busca ativa de pessoas com deficiência fora da escola, em parcerias com as áreas de Assistência Social e Saúde, por residência ou local de trabalho. b) Implementar e generalizar, como parte dos programas de formação em serviço, a oferta de cursos sobre o atendimento básico a educandos especiais, para os professores em exercício na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e Médio tanto em salas multifuncionais quanto em salas comuns. c) Estabelecer os padrões mínimos de estrutura ambiental das escolas para o recebimento dos alunos especiais. d) Estabelecer os padrões mínimos de acessibilidade das escolas para o recebimento dos alunos. e) Adaptar os prédios escolares existentes, conforme os padrões mínimos estabelecidos. f) Assegurar transportes escolares com as adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldade de locomoção, em convênio com a APAE, com a União e o Estado, quando contemplados. g) Adotar procedimentos de avaliação que leve em conta a diversidade das necessidades especiais e deficiências. h) Garantir a generalização da aplicação de teste de acuidade visual e auditiva em todas as escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Indígena e Educação do Campo, em parceria com as Secretárias de Assistência Social e Saúde para detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças com necessidades especiais e deficiências, disponibilizando, efetivamente, os recursos necessários. i) Estabelecer parceria com as áreas de Assistência Social e Cultural e com Organizações não Governamentais, redes municipais ou intermunicipais para tornar disponíveis aos alunos cegos e aos de baixa visão livros de literatura falados, em *Braille* e em caracteres ampliados. j) Implantar e generalizar o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os educandos surdos, sem prejuízo da aprendizagem da Língua Portuguesa escrita e, sempre que possível, para seus familiares e para o pessoal da unidade escolar, mediante um programa de formação de monitores, em parceria com Organizações não Governamentais e Seduc.

6.7 Educação Indígena

6.7.1 Diagnóstico

No Brasil, desde o século XVI, a oferta de programas de educação escolar as comunidades indígenas esteve pautada pela catequização, civilização e integração forçada dos índios a sociedade nacional. Dos missionários jesuítas aos positivistas do serviço de proteção aos índios, do Ensino Catequético ao Ensino Bilíngue, a tônica foi uma só: negar a diferença, assimilar os índios fazer com que eles se transformassem em algo diferente do que eram. Nesse processo, a instituição da escola entre grupos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e negação de identidade e culturas diferenciadas.

Apenas recentemente, esse quadro começou a mudar. Grupos organizados da sociedade civil passaram a trabalhar junto à comunidade indígena, buscando alternativa a submissão delas, como a garantia de seus territórios e formas menos violentas de relacionamento e convivência entre essas populações e outros segmentos da sociedade nacional.

A previsão de desaparecimento físico de povos indígenas e postura integracionista que busca assimilá-los a comunidade nacional, porque os entendia como categorias étnicas e sociais transitórias e fadadas à extinção foram abandonadas e não contemplados no texto constitucional. Mudanças e inovações foram garantidas pela atual Constituição, fundamentando – se no reconhecimento da extraordinária capacidade de sobrevivência e mesmo de recuperação demográfica, como se verifica hoje, após séculos de práticas genocidas.

Com a promulgação da nova LDB, em 1996, bem como, com as demais alterações da Legislação Federal, a Escola Indígena ganha um novo significado oficial. Passa a ser um instrumento que vai assegurar ao aluno o acesso a reconhecimento geral, sem negar as especificidades culturais e a própria

identidade dos diferentes grupos, praticando a interculturalidade e o bilinguismo. Torna-se, então, uma pedra fundamental para a elaboração e realização de projetos de futuro.

Apesar da boa vontade de setores de Órgãos Governamentais, o quadro geral da educação escolar indígena ainda é permeado por experiências fragmentadas e descontinuas. Portanto, ainda há muito a ser feito no sentido da universalização da oferta de uma educação escolar de qualidade para os povos indígenas. É preciso construir um ensino que venha ao encontro de seus projetos de futuro, de autonomia e que garanta a sua inclusão no universo dos Programas Governamentais de melhoria educacional, nos termos da Declaração Mundial de Educação para Todos.

QUADRO DE MATRÍCULAS E RENDIMENTO DA ESCOLA INDÍGENA PERÍODO DE 2013 A 2015

ALUNOS	2013	2014	2015
Matriculados	116	108	119
Aprovados	94,82%	82,43%	-
Evadidos	0,88%	5,55%	-
Reprovados	2,58%	7,40%	-
Transferidos	1,72%	4,62%	-
Docentes	07	08	08

(Dados Secretaria Municipal de Educação**)**

6.7.2 Metas e Estratégicas

Meta 1. Garantir aos estudantes indígenas, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias, na vigência deste plano.

Estratégias: a) Fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena. b) Desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades. c) Manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas. d) Possibilitar a participação dos docentes em formação inicial e continuada, encontros e fóruns específicos da modalidade. e) Criar, ampliar e reformar as estruturas físicas das escolas indígenas atendendo os padrões básicos de infraestrutura descritos na LDB 9394/96.

6.8 Educação Superior

6.8.1 Diagnóstico

A expansão da oferta do Ensino superior em Ribeirão Cascalheira é questão fundamental para garantir a ampliação do universo cultural dos jovens e o desenvolvimento da qualidade do ensino ministrado nas escolas.

A necessidade dessa expansão se expressa no interesse manifestado por toda comunidade, bem como nas exigências da sociedade atual que é constituída de constantes mudanças forçadas pela globalização do mundo pós-moderno.

O Ensino Superior de Ribeirão Cascalheira fundamenta – se no pressuposto que a educação é um direito social e uma obrigação do poder público.

O município de Ribeirão Cascalheira, iniciou se desde 2001 com posicionamento firme no sentido de atender a este direito da população. Para tanto, o município recorreu à Universidade Federal de Mato Grosso para que a mesma colocasse aqui uma extensão que atendesse os jovens egressos do Ensino Médio e demais pessoas interessadas, em cursos de bacharelado, tecnólogos, licenciaturas, pós-graduação e técnica.

Além da extensão da UFMT, o município, através de um consórcio com os demais municípios da região, a SEDUC e a UNEMAT, atendeu, desde 1996 aos professores da rede pública Estado/Município. Em 2007 foi instalado o Pólo da Universidade Aberta do Brasil, passando a ser referência de Ensino Superior no município e região na oferta de cursos de graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão das Instituições Públicas Federais e Estaduais.

Sabendo que a Educação Superior está assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Nacional, Lei nº 9394/96, quatro funções essenciais: formar profissionais nas mais diversas áreas; oferecer educação em nível avançado; realizar investigações científicas, disseminar saberes e ser uma instituição marcadamente com características de envolvimento social.

Em Mato Grosso, a Educação Superior está assegurada na Constituição Estadual e na Lei Complementar nº 049, de 1998. Essa normativa define que as instituições de Educação Superior do Sistema Estadual são mantidas pelos poderes públicos, Estadual e Municipal, podendo se organizar de diversas formas contidas na referida legislação.

A administração municipal é sabedora do que preceitua a LDB no art. 211, § 2º *"Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil".* Entretanto, o mesmo art. 211 apresenta *"a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino*". Com base neste artigo da LDB e diante da constatação de que, no Sistema Educacional Brasileiro, principalmente nos municípios do interior, há um descompasso no Ensino Superior, entre a oferta e a demanda presente na sociedade, elitizando o mundo do saber e reiterando a exclusão de um grande contingente da população brasileira. Para corrigir esta distorção o município deve envidar esforços, através do regime de colaboração e, criar todos os mecanismos necessários para atenderem pressupostos de que a educação, em todos os níveis, é um direito de todos em um processo que deve dar-se durante toda a vida.

Isso não significa que o município está deslocando para a esfera municipal uma função de outros entes da federação, e deixando de cumprir a sua responsabilidade com o Ensino Fundamental e a Educação Infantil, o propósito é atender as necessidade de acesso ao conhecimento, a técnica, a pesquisa e a capacidade permanente dos municípios de Ribeirão Cascalheira, atendendo a um direito do cidadão e às exigências que nos impõe a sociedade atual.

Quanto ao financiamento do Ensino Superior, não pode ser visto como uma sobrecarga para os cofres públicos das diferentes esferas de Governo, e sim como investimento no desenvolvimento cultural da sociedade como um todo.

O Censo da Educação Superior de 1999 aponta um crescimento, em apenas um ano, de 11,8% (onze vírgula oito por cento) do número de estudantes nas faculdades e universidades brasileiras. A oferta de cursos noturnos cresceu de 1994 a 1999, 39,4% (trinta e nove vírgula quatro por cento), criando mais oportunidades para estudantes trabalhadores.

Estes resultados terão influencias nas demais modalidades de ensino, no sentido de contemplar o ciclo: mais estudantes concluindo o Ensino Médio, que lhe permitira entrar no Ensino Superior mais cedo.

Diante deste cenário contraditório, de um lado a escassez de investimentos no Ensino Superior, que contrapõe com a necessidade de expansão e democratização do acesso ao Ensino Superior, em Ribeirão Cascalheira e região a situação se agregava devido o poder aquisitivo da população e aos grandes centros.

Isto justifica e de certa forma obriga o município a recorrer às diferentes formas de parcerias, bem como disponibilizar recursos de acordo com a Lei Orgânica e Autorizada da Câmara Municipal que garante o acesso a técnica e a pesquisa comprometida com o desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural da Comunidade de Ribeirão Cascalheira.

O conjunto de ações desencadeadas pelo município em parceria com a União e o Estado ampliará a oferta do Ensino Superior tanto nos cursos de licenciaturas como nos de bacharelado.

QUADRO DE MATRÍCULAS E DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

2013 A 2015

ALUNOS	2013	2014	2015
Matriculados	97	52	100
Docentes	6	6	6

(Dados fornecidos pelo Pólo da Universidade Aberta do Brasil -Ribeirão Cascalheira)

6.8.2 Metas e Estratégias

Meta 1. Promover a oferta de Educação Superior em nosso município em consonância com o PEE - Plano Estadual de Educação, durante a vigência do plano.

Indicador – Percentual de professores(as) da Educação Básica com Pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, sendo o percentual do município de 44,2% (quarenta e quatro vírgula dois por cento).

a) Ampliar as parcerias com a União, o Estado e consórcio a oferta de Ensino Intermunicipal público de Nível Superior, de modo a garantir que até o final da década de vigência, este município tenha maior acesso a este Nível de Ensino. b) Garantir juntamente com os órgãos componentes, a diversificação dos cursos e das modalidades de ensino. c) Incentivar as instituições de Ensino Superior com ação no município, a ações educativas e culturais de a forma a tender toda a comunidade. d) Buscar programas interinstitucionais de Pós-graduação (especialização e mestrado) de maneira a titular os docentes das escolas públicas do município de Ribeirão Cascalheira. e) Ampliar e adequar os números de laboratórios, bibliotecas, e equipamentos no Pólo da UAB (Universidade Aberta do Brasil). f) Apoiar a implantação de curso superior com instituições privadas.

7 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A implementação, com sucesso, deste Plano Municipal de Educação (PME) de Ribeirão Cascalheira vai depender, não só da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas também de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas no ensino nos dez anos de sua vigência. Sendo que ocorrerá avaliação a cada dois anos para análise do cumprimento das metas. A Secretaria Municipal de Educação é, no âmbito do município, responsável pela coordenação desse processo de implementação e consolidação do Plano. Além dela, desempenha papel relevante, no acompanhamento das questões ligadas à Educação Básica, o Conselho Municipal de Educação, o SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público, a Câmara Municipal de Vereadores e as entidades representativas de estudantes, mães e pais. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto dessas instituições, sejam elas governamentais ou não, deve assumir o compromisso de acompanhamento e avaliação das diretrizes, objetivos e metas aqui estabelecidas, usando para isso s instrumentos e mecanismos de que cada uma dispõe e sugerindo, sempre que necessário, as intervenções para correção de rumos ou adaptações de percurso. Além de dados quantitativos levantados nos índices de atendimento, matrícula e evasão, as informações qualitativas sobre a aprendizagem resultante de avaliação externa são relevantes nesse acompanhamento. O Sistema de Avaliação do Ensino Médio (SAEB), o Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (IDEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) constituem instrumentos orientados para a gestão da Educação Básica, notadamente para subsidiar o processo decisório relativo à Política Educacional do Município.

Os dados e análises fornecidos por esses sistemas de avaliação configuram indicadores qualitativos e quantitativos para:

Acompanhar o desempenho escolar dos alunos; Identificar como vem se processando a aprendizagem; Criar novas formas de gerir o sistema de ensino e as escolas; Reorganizar as ações educacionais com adoção de estratégias diferenciadas; Instaurar uma reflexão sobre a qualidade de ensino nas instâncias centrais do sistema educacional; Estabelecer uma cultura avaliativa no município de Ribeirão Cascalheira e engajar a sociedade civil, através da divulgação dos resultados da avaliação, na promoção da melhoria da qualidade de ensino.

Este Plano deve ser assumido, então, como um compromisso da própria sociedade, condição essencial para que seus objetivos e metas sejam plenamente alcançadas. Sua aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores, num contexto de expressiva participação social, seu acompanhamento e avaliação pelas instituições governamentais e da sociedade civil são fatores decisivos para que a Educação produza a grande mudança na perspectiva da inclusão social e da cidadania plena.

Nesse sentido, deve ficar assegurada uma ação supervisora da Prefeitura Municipal, como forma de possibilitar o melhor acompanhamento da execução deste Plano Municipal de Educação. As diferentes Escolas e Instituições do Município ligadas à educação deverão, portanto, dar ênfase à implementação de uma política voltada para divulgação e socialização dos resultados das experiências vivenciadas, ajudando a romper com o isolamento que

impede a relação e o intercâmbio entre os sistemas educacionais que têm a responsabilidade de garantir a qualidade e a integridade em todos os níveis e modalidades de ensino.

REFERÊNCIAS

RECK, J. Fundamentos Teóricos e Práticos da Educação do Campo I e II. EDUFMT, 2014, Cuiabá – MT.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brincadeira e interações nas diretrizes curriculares para a Educação Infantil: Manual de orientações pedagógicas: Módulo 1/Brasil. MEC, SEB, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Indicadores da qualidade na Educação Infantil. Brasília, 2009. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Brasília, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada. Alfabetização e Diversidade. Orientações e ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação/Conselho Nacional da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

http://pne.mec.gov.br/alinhando-os-planos-de-educa... http://idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-public... http://ide.mec.gov.br/2014/ http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais_novosite.asp http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index... http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php http://conae2014.mec.gov.br/ http://www.deolhonosplanos.org.br/colecao/ http://pne.mec.gov.br/perguntas-frequentes http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&... http://painel.mec.gov.br/ http://www.qedu.org.br/ http://www.observatoriodopne.org.br/

http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.a... http://foradaescolanaopode.org.br/home http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope...

REYNALDO FONSECA DINIZ

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISP. 003/2015

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto:	**Contratação De Empresa Especializada na confecção de 250 (Duzentos e cinquênta) camisetas para o Festival Regional De Quadrilhas Do Araguaia 2015 – Festrilha**.
Favorecidos:	VALDINEI CORDEIRO DOS SANTOS CNPJ 19.397.278/0001-72, situado na Avenida Mato Grosso, n.º 55, Setor Central – Nova Xavantina - MT, no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).
Fundamento Legal	Artigo 24, inciso II e Art. 26 parágrafo único da Lei nº 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do processo de Dispensa nº 003/2015.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela responsável pelos processos de licitação e de acordo com o Parecer Jurídico constantes do Processo de Dispensa n.º 003/2015, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Ribeirão Cascalheira, 17 de junho de 2015.

_____

Reynaldo Fonseca Diniz

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI N. 721/2015

DATA: 18 DE JUNHO DE 2015

INSTITUI O CÓDIGO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, O SISTEMA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA**.**

O Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CÓDIGO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei, fundamentada no interesse local, resguardada a competência da União e do Estado, institui o Código Ambiental Municipal de Ribeirão Cascalheira/MT, que regula a ação do Poder Público Municipal e sua relação com os cidadãos e instituições públicas e privadas na preservação, conservação, defesa, melhoria, controle e recuperação do meio ambiente, considerando o interesse local, o direito de todos à qualidade de vida e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, estabelecendo as bases normativas para a Política Municipal do Meio Ambiente.

§1? A administração do uso dos recursos naturais do Município de Ribeirão Cascalheira - MT compreende, ainda, a observância das diretrizes norteadoras do disciplinamento do uso do solo e da ocupação territorial previstos na Lei Orgânica, no Plano Diretor Municipal – PDM, e legislação correlata.

§2?Para efeito de aplicação deste Código Ambiental Municipal considerar-se-ão os conceitos já adotados na legislação ambiental federal e estadual.

TÍTULO II - DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 2º. A Política do Meio Ambiente do Município de Ribeirão Cascalheira – MT, objetiva propiciar e manter o meio ambiente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida em suas diferentes manifestações, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de promover sua proteção, conservação, controle, preservação e recuperação para a presente e as futuras gerações.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º Para elaboração, implementação e acompanhamento da Política Municipal de Meio Ambiente serão observados os seguintes princípios:

I – o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a obrigação de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações;

II – a promoção do desenvolvimento integral do ser humano em equilíbrio com o meio ambiente;

III – a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade no trato das questões ambientais;

IV – integração com as demais políticas e ações de governo em nível nacional, estadual, regional ou setorial;

V – a cooperação e a parceria com outros municípios;

VI – O desenvolvimento sustentável por meio da otimização e garantia da continuidade da utilização qualitativa e quantitativa dos recursos naturais;

VII – a função socioambiental da propriedade rural e urbana;

VIII – a garantia do acesso às informações relativas ao meio ambiente;

IX – garantir a participação popular na defesa do meio ambiente, bem como a prestação de informações relativas ao mesmo;

X – Princípio da ubiquidade: as questões ambientais devem ser consideradas em todas as atividades, sejam individuais ou coletivas, bem como, nas políticas públicas e privadas, planos, programas, projetos, ações e normas do município;

XI – Princípio do poluidor pagador: a obrigação do poluidor/degradador de reparar integralmente o dano ambiental;

XII – Princípio do usuário pagador: visando o uso racional dos recursos naturais, caberá ao usuário, que se utiliza de tais recursos com fins econômicos, o pagamento da devida contribuição;

XIII – Princípio da prevenção: a obrigação de evitar o dano ambiental por meio da adoção de medidas preventivas e mitigadoras;

XIV – Princípio da precaução: havendo ameaça de danos graves ou irreversíveis ao meio ambiente, a ausência de certeza científica absoluta não servirá de pretexto para o adiamento da adoção de medidas para prevenir a degradação ambiental;

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente:

I –compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a proteção da qualidade do meio ambiente e o equilíbrio ecológico;

II – definir áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses do Município;

III – adotar, nos Planos Municipais, diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano que levem em conta a proteção ambiental;

IV – realizar ações que promovam a redução dos níveis de poluição atmosférica, hídrica, sonora, visual e do solo, conforme os critérios e padrões técnicos estabelecidos pelas normas vigentes;

V – estabelecer critérios, parâmetros e padrões da qualidade ambiental e normas concernentes ao uso e manejo de recursos ambientais, adequando-os permanentemente em face da lei e de inovações tecnológicas, respeitando os parâmetros mínimos exigidos em Lei Federal e Estadual;

VI – articular e integrar, quando necessário, as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades municipais, com aquelas desenvolvidas pelos órgãos federais e estaduais;

VII – articular e integrar ações e atividades ambientais intermunicipais, favorecendo consórcios e outros instrumentos de cooperação;

VIII – incentivar e promover o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias orientadas para o uso racional e adequado de recursos ambientais;

IX – controlar as atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;

X – a proteção e recuperação de áreas degradadas;

XI – a fiscalização ambiental permanente visando à adoção de medidas corretivas e punitivas;

XII – identificar e caracterizar os ecossistemas do município, definindo as funções específicas de seus componentes, as fragilidades, as ameaças, os riscos e os usos compatíveis;

XIII – estabelecer e manter espaços especialmente protegidos no território do município com o fito de promover a qualidade de vida e, a manutenção da biodiversidade, em conformidade com a legislação federal e estadual vigente;

XIV – garantir crescentes níveis de saúde ambiental da coletividade humana e dos indivíduos, por meio do provimento de infra-estrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, vias e logradouros públicos;

XV – promover a conservação, preservação da biodiversidade do município defendendo o patrimônio ambiental;

XVI – proteger o patrimônio natural abrangendo os seus aspectos artístico, histórico, estético, arqueológico, paleontológico, espeleológico, paisagístico, cultural, turístico e ecológico do município;

XVII – recuperar e proteger os cursos d'água, nascentes e demais mananciais hídricos, assim como a vegetação que protege suas margens;

XVIII – promover o zoneamento ambiental;

XIX – implementar e fomentar a educação ambiental;

XXX – Elaborar o inventário do patrimônio ambiental do Município.

TÍTULO III

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SIMMARC

CAPÍTULO I - DA ESTRUTURA

Art. 5º O **Sistema Municipal do Meio Ambiente de Ribeirão Cascalheira - SIMMARC**, constitui-se de um conjunto de órgãos e entidades públicas os quais de maneira integrada atuam para a implementação da Política Municipal de Meio Ambiente.

Art. 6º Compõem o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMARC):

I – Órgão Executor: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA);

II – Órgão Consultivo e Deliberativo: Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA);

III – Órgãos Setoriais: órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública Estadual e Municipal ou a elas vinculados;

IV – Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA).

Parágrafo único. Os órgãos e entidades que compõem o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMA) atuarão de forma integrada.

CAPÍTULO II

DO ÓRGÃO EXECUTIVO

Art. 7º A Secretaria Municipal de Meio Ambiente é órgão de coordenação, controle e execução da política municipal de meio ambiente, tendo, por competência, a gestão do Sistema Municipal de Meio Ambiental (SIMMARC), o controle e a fiscalização das atividades por ela licenciadas e a imposição das sanções cabíveis em cada caso concreto.

Art. 8º. Compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

I – participar do planejamento das políticas públicas do Município;

II – coordenar as ações dos órgãos integrantes do SIMMA;

III – Elaborar um Plano de Ação Ambiental, de forma a priorizar a implementação da política estabelecida neste código, com recursos próprios, expressos no orçamento do município;

IV – manifestar-se mediante estudos e pareceres técnicos sobre questões de interesse ambiental para a população;

V – articular-se com organismos federais, estaduais, municipais e organizações não governamentais – ONG's, para a execução coordenada e obtenção de financiamentos à implantação de programas relativos à preservação, conservação e recuperação dos recursos ambientais;

VI – apoiar as ações das organizações da sociedade civil que tenham a questão ambiental entre seus objetivos;

VII – promover e apoiar a educação ambiental;

VIII – coordenar a gestão do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, segundo as diretrizes fixadas pelo CMMA;

IX – propor a criação de espaços especialmente protegidos;

X – gerenciar as unidades de conservação municipal;

XI – elaborar e propor ao CMMA a edição de normas que julgar necessárias à sua atuação e do Conselho, no controle, conservação e preservação do meio ambiente;

XII – desenvolver com a participação dos órgãos e entidades do SIMMA, o Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico (ZSEE);

XIII – fixar diretrizes ambientais para elaboração de projetos de parcelamento do solo urbano, bem como para a instalação de atividades e empreendimentos no âmbito da coleta e disposição de resíduos;

XIV – manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisa e de atuação no meio ambiente;

XV – promover as medidas administrativas e provocar a iniciativa dos órgãos legitimados para propor medidas judiciais cabíveis para coibir, punir e responsabilizar os agentes poluidores e degradadores do meio ambiente;

XVI – emitir pareceres técnicos quando solicitado pelo executivo municipal;

XVII – decidir sobre multas e outras penalidades impostas pelas Secretaria;

XVIII – atuar, em caráter permanente, na recuperação de áreas e recursos ambientais poluídos ou degradados;

XIX – exigir o poder de polícia administrativa ambiental, no âmbito municipal, por meio de:

a) licenciamento ambiental das atividades utilizadoras dos recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do meio ambiente;

b) fiscalização e aplicação das penalidades por infração à legislação de proteção ambiental;

c) controle e monitoramento das atividades de exploração dos recursos minerais, hídricos, florestais e faunísticos;

XX – dar apoio técnico, administrativo e financeiro ao CMMA;

XXI – elaborar e executar, direta ou indiretamente, projetos ambientais de interesse do Município;

XXII – garantir a manutenção das condições ambientais nas unidades de conservação e fragmentos florestais urbanos, sob sua responsabilidade, bem como nas áreas verdes;

XXIII – promover a sensibilização pública para a proteção do meio ambiente, criando os instrumentos necessários para a educação ambiental como processo permanente;

XXIV – garantir aos cidadãos o livre acesso às informações e aos dados sobre as questões ambientais do Município;

XXV – celebrar convênios e/ou termos de cooperação técnica com qualquer organismo público ou privado, com o intuito de executar a Política Ambiental Municipal, que tenha por objeto ações de natureza ambiental.

Art. 9°. Para a execução das competências previstas neste Código o município poderá exercê-la diretamente por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou firmar Consórcio Intermunicipal;

Art. 10°. O cumprimento dos dispositivos deste Código Ambiental será exercido por agentes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente isoladamente e/ou em conjunto com outros órgãos afins da Administração Pública Municipal, e do Consórcio Intermunicipal.

Art. 11. Lei especifica criará os cargos e funções para o exercício das competências fixadas neste Código, nos termos da Lei Orgânica do Município.

§ 1º Os atos administrativos decorrentes de controle, monitoramento e da administração serão praticados por servidores do quadro de pessoal do município de Ribeirão Cascalheira ou do Consórcio Intermunicipal, designados para tais atividades;

§ 2º Os atos administrativos decorrentes da ação fiscalizadora serão praticados por servidores titulares de cargo efetivo do município de Ribeirão Cascalheira ou do Consórcio Intermunicipal;

§ 3º A qualificação voltada às atividades de controle, monitoramento e fiscalização poderá ser objeto de convênios e acordos de cooperação com outros municípios, Consórcio Intermunicipal, SEMA, instituições sem fins lucrativos, e instituições de ensino de nível superior que tenham cursos nas áreas das chamadas ciências da terra e na área jurídica.

CAPÍTULO III

DO ÓRGÃO CONSULTIVO E DELIBERATIVO

Art. 12º- O Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) é órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo e normativo, com a finalidade precípua de contribuir com a implementação da Política Municipal Ambiental.

Parágrafo único. **O Conselho Municipal de Meio Ambiente será regulamentado por meio de lei específica.**

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS SETORIAIS

Art. 13º - São considerados Órgão Setoriais aqueles integrantes da Administração Pública Estadual e Municipal, ou a elas vinculados, cujas atividades estejam associados à preservação e conservação do meio ambiente.

CAPÍTULO V

DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 14º - Fica criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), como instrumento de custeio da Política Municipal de Meio Ambiente e do Sistema Municipal de Meio Ambiente, cuja finalidade precípua é financiar as políticas, planos, programas e projetos voltados aos objetivos desta lei.

Parágrafo único. **O Fundo Municipal de Meio Ambiente será regulamentado por meio de lei específica.**

TÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA AMBIENTAL MUNICIPAL

CAPÍTULO I –

DOS INSTRUMENTOS

Art. 15º - São instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente:

I – As medidas diretivas que promovam a melhoria, conservação, preservação ou recuperação do meio ambiente;

II – Planejamento Ambiental;

III – Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico (ZSEE);

IV – Licenciamento Ambiental;

V – **Controle e Monitoramento;**

VI – Estabelecimento de parâmetros e padrões de qualidade ambiental;

VII – Sistema Municipal de Registro, Cadastro e Informações Ambientais;

VIII – Criação de espaços territoriais especialmente protegidos;

IX – Instrumentos Econômicos;

X – Educação Ambiental;

XI – Sanções.

Art. 16º - Cabe ao Município a implementação dos instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente, para a perfeita consecução dos objetivos definidos neste Código.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS DIRETIVAS

Art. 17º - O estabelecimento das normas disciplinadoras do meio ambiente, incluindo as de utilização e exploração de recursos naturais, atenderá, com o objetivo primordial o princípio da orientação preventiva na proteção ambiental, sem prejuízo da adoção de normas e medidas corretivas e de imputação de responsabilidade por dano ao meio ambiente.

CAPÍTULO III

DO PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Art. 18º - O Planejamento Ambiental é o instrumento da Política Ambiental, que estabelece as diretrizes visando o desenvolvimento sustentável do Município, com vistas a preservar, conservar, controlar e recuperar o meio ambiente natural.

Parágrafo único. O planejamento é um processo dinâmico, participativo, descentralizado e lastreado na realidade sócio-econômica e ambiental local que deve levar em conta as funções da zona rural e da zona urbana, resultando em um Plano de Ação Ambiental.

Art. 19º - O Planejamento Ambiental deve:

I – elaborar o diagnóstico ambiental considerando:

a) as condições dos recursos ambientais e da qualidade ambiental, as fontes poluidoras e o uso e a ocupação do solo no território do Município;

b) as características locais e regionais de desenvolvimento socioeconômico;

c) o grau de degradação dos recursos naturais;

II – definir as metas anuais e plurianuais a serem atingidas para a qualidade da água, do ar, do parcelamento, uso e ocupação do solo e da cobertura vegetal;

III – determinar a capacidade de suporte dos ecossistemas, bem como o grau de saturação das zonas urbanas, indicando limites de absorção dos impactos provocados pela instalação de atividades produtivas e de obras de infra-estrutura.

IV – adotar as micro-bacias como unidades físico-territoriais para planejamento e gestão ambiental, considerando-se na zona urbana, o ordenamento territorial;

V – promover a participação de toda a sociedade e todos os segmentos produtivos na sua elaboração e na sua aplicação.

Art. 20º - Caberá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente a coordenação e a elaboração do Planejamento Ambiental, podendo estabelecer convênios com outras instituições e/ou órgãos para a sua elaboração.

Parágrafo único. O Planejamento Ambiental de que trata esta Seção deverá ser aprovado pelo CMMA.

CAPÍTULO IV

DO ZONEAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO-ECOLÓGICO – ZSEE

Art. 21º -O Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico (ZSEE) é o instrumento da Política Municipal de Meio Ambiente que organiza o território do município, estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental com o fito de assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos, do solo e a conservação da biodiversidade, e deve ser adotado na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

§ 1º O ZSEE será regulamentado por lei específica, integrado ao Plano Diretor do Município, e estabelecerá as Zonas de Proteção Ambiental, respeitados, em qualquer caso, os princípios, objetivos e as normas gerais consagrados neste Código.

§ 2º. A lei do ZSEE estabelecerá os critérios de ocupação e/ou utilização do solo nas Zonas de Proteção Ambiental, Zona Residencial, Comercial, Industrial, entre outras.

§ 3º. O ZSEE do município deverá gerar produtos e informações na escala de referência de 1:250.000 e maiores, conforme dispõe o Decreto Federal 6.288 de 06/12/2007.

§ 4º. No processo de elaboração e implementação do ZSEE valorizar-se-á o conhecimento científico multidisciplinar e contará com ampla participação da sociedade.

Art. 22º - O ZSEE tem por objetivo buscar a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural permitindo o uso racional dos recursos naturais, assegurando a manutenção dos serviços ambientais dos ecossistemas.

Art. 23º - Compete ao Poder Público Municipal a elaboração e execução do ZSEE do Município, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal poderá, mediante celebração de termo apropriado, elaborar e executar o ZSEE em articulação e cooperação com o Estado, cumprindo os requisitos estabelecidos na norma vigente.

CAPÍTULO V

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 24.O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo que tem como objetivo disciplinar a localização, implantação, funcionamento e ampliação de empreendimentos e atividades que utilizem recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente, gerando informações que contribuam com a gestão ambiental.

§ 1º Sujeitam-se ao licenciamento ambiental, para o exercício das atividades descritas no caput, sem prejuízo de outras exigências legais, as pessoas físicas ou jurídicas, inclusive os órgãos e entidades da administração pública.

§ 2º Os pedidos de licenciamento serão objeto de publicação resumida no quadro de editais da Prefeitura e da Câmara Municipal e na imprensa local ou regional.

§ 3º O Município de Ribeirão Cascalheira realizará o licenciamento ambiental das atividades consideradas de pequeno e médio impacto, cujos efeitos restringem-se ao território municipal.

Art. 25º - O órgão ambiental municipal poderá, excepcionalmente, exigir o cadastramento de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais, quando estas não estiverem sujeitas ao licenciamento ambiental, na forma do regulamento.

Art. 26º - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no exercício de sua competência, poderá expedir as seguintes licenças, de caráter obrigatório:

I – Licença Prévia (LP): será concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental, devendo ser observados os planos municipais, estaduais e federais de uso dos recursos naturais e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II – Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III – Licença de Operação (LO): será concedida depois de cumpridas todas as exigências feitas por ocasião da expedição da LI, autorizando a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumpri-

mento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação;

Art. 27º - O Município, através de seu órgão competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar qualquer licença expedida, quando ocorrer:

I – Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II – Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiariam a expedição da licença;

III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

Art. 28º - Para a obtenção de licença ambiental das atividades industriais e prestação de serviços, o interessado apresentará à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, informações sobre as características de seus produtos, matéria prima utilizada, processo industrial adotado e características, quantidade e destino final dos resíduos gerados, de acordo com a capacidade instalada.

Art. 29º - O Município estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença ou autorização ambiental, observado o cronograma apresentado pelo empreendedor e os limites máximos de até:

I – Licença Prévia: 4 (quatro) anos;

II – Licença de Instalação: 5 (cinco) anos;

III – Licença de Operação: 6 (seis) anos;

§ 1º. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente regulamentará os prazos de validade de cada tipo de atividade desenvolvida.

§ 2º A disciplina do licenciamento ambiental, que define os prazos de validade, o procedimento para renovação, a suspensão, nulidade da licença ambiental, e o rol de atividades a serem licenciadas, será realizada por decreto.

§ 3º Os responsáveis pelas atividades licenciadas são obrigados a implantar sistema de tratamento de efluentes e a promover todas as medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes e danos decorrentes da poluição/degradação.

Art. 30º - A revisão da LO, independente do prazo de validade, ocorrerá sempre que:

I – a atividade colocar em risco a saúde ou a segurança da população, para além daquele normalmente considerado quando do licenciamento;

II – a continuidade da operação comprometer de maneira irremediável recursos ambientais não inerentes à própria atividade;

III – ocorrer descumprimento às condicionantes do licenciamento.

Art. 31º - A renovação da LO deverá ser requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de expiração de seu prazo de validade, que ficará automaticamente prorrogada até manifestação definitiva do órgão competente pelo Licenciamento Ambiental.

Parágrafo único. Os empreendimentos e atividades que possuam Sistema de Gestão Ambiental – SGA e tiverem fornecido ao órgão ambiental relatórios de auditoria periódicos, terão a LO renovada automática e precariamente, até manifestação definitiva do setor de licenciamento, quando requerida com antecedência mínima de 15 dias.

Art. 32º - As licenças de operação de diferentes atividades desenvolvidas em um mesmo local, sob a responsabilidade de um único empreendedor, poderão ter sua renovação concedida mediante a emissão de uma única licença.

§ 1º. A previsão do caput dependerá de realização de auditoria ambiental das diferentes atividades desenvolvidas e prévio requerimento do empreendedor.

§ 2º. Caberá ao órgão ambiental avaliar a viabilidade técnica da concessão de licença única.

§ 3º. A realização de auditoria não implicará, por parte do órgão ambiental estadual e perante terceiros, em certificação de qualidade.

Art. 33º - Os cartórios de registro de imóveis deverão exigir a apresentação da Licença de Instalação, emitida pelo órgão ambiental, antes de efetuar o registro de loteamento.

Parágrafo único. Para fins de registro de loteamento será exigida a averbação de, no mínimo, 10% (dez por cento) de área verde, incluindo praças públicas, parques e canteiros centrais.

Art. 34º - **Os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental deverão comunicar ao órgão ambiental a suspensão, encerramento ou desativação das suas atividades.**

§ 1º. A comunicação a que se refere o caput deverá ser acompanhada de um Plano de Desativação que contemple a situação ambiental existente e, se for o caso, informe a implementação das medidas de restauração e de recuperação da qualidade ambiental das áreas que serão desativadas ou desocupadas.

§ 2º. O órgão ambiental competente deverá analisar o Plano de Desativação, verificando a adequação das propostas apresentadas.

§ 3º. Após a restauração ou recuperação da qualidade ambiental, o empreendedor deverá apresentar relatório final, acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica, atestando o cumprimento das normas estabelecidas no Plano de Desativação.

SEÇÃO I

Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV

Art. 35º - O licenciamento ambiental de parcelamento, construção, ampliação e alvará de renovação ou funcionamento promovidos por entidades públicas ou privadas de significativa repercussão no ambiente e/ou na infra-estrutura urbana deverão ser instruídos com Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) e respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV).

Parágrafo único. O EIV será apreciado pelo órgão ambiental competente, ouvido o CMMA.

Art. 36º - Será exigida a apresentação de EIV/RIV para os seguintes empreendimentos ou atividades públicas ou privadas, para se obter licença ou autorização para parcelamento, construção, ampliação, alvará de renovação ou funcionamento:

I - aterros sanitários;

II - cemitérios;

III - postos de abastecimento e de serviços para veículos;

IV - depósitos de gás liquefeito;

V - hospitais e casas de saúde com 4.500,00m² (quatro mil e quinhentos metros quadrados) ou mais de área construída, excluídas as áreas de estacionamento e garagem;

VI - casas de culto e igrejas com capacidade para 300 (trezentas) pessoas ou mais;

VII - estabelecimentos de ensino com atendimento a 30 (trinta) alunos ou mais por período;

VIII - estabelecimentos de festas, shows e eventos, inclusive bares e restaurantes que promovam tais atividades com habitualidade, com área total ocupada pela atividade maior que 200,00m² (duzentos metros quadrados);

IX - atividades industriais que se situem numa distância de até 200,00m (duzentos metros) de áreas residenciais;

X - grandes loteamentos e grandes conjuntos habitacionais ou similares, acima de 500 (quinhentos) lotes e/ou unidades, ou 30 ha (trinta hectares)

de área total, ou quando quaisquer de seus lados seja maior do que 1. 000m (mil metros) lineares;

XI - matadouros;

XII - empresas de reciclagem de lixo;

XIII - outras atividades consideradas como pólo gerador de tráfego, conforme disposto no Código de Urbanismo;

XIV - intervenções e empreendimentos que constituam objeto de uma operação urbana consorciada;

XV - terminais rodoviários urbanos ou intermunicipais;

XVI - túneis, viadutos e vias expressas ou regionais.

Art. 37º - O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

I – adensamento populacional;

II – equipamentos urbanos e comunitários;

III – uso e ocupação do solo;

IV – valorização imobiliária;

V – geração de tráfego e demanda por transporte público;

VI – ventilação, iluminação e ruídos;

VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado.

Art. 38º - A elaboração do EIV/RIV não substitui a elaboração e a aprovação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental, requeridas nos termos da legislação ambiental.

Parágrafo único. A apresentação do EIV/RIV poderá ser dispensada nos casos em que o empreendimento necessite de apresentação de Estudo de Impacto Ambiental, desde que no mesmo esteja contemplado o devido Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança e respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança.

CAPÍTULO VI

DO CONTROLE E MONITORAMENTO

Art. 39º - O controle e o monitoramento das atividades, processos e obras que causem ou possam causar degradação ambiental, serão exercidos pelo órgão ambiental, por meio de seus agentes.

Art. 40º - O controle ambiental será realizado por todos os meios e formas legalmente permitidos, compreendendo o acompanhamento regular das atividades, processos e obras públicas e privadas, sempre tendo como objetivo a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Art. 41. O monitoramento ambiental consiste no acompanhamento da qualidade e disponibilidade dos recursos ambientais, com o objetivo de:

I – aferir o atendimento aos padrões de qualidade ambiental e aos padrões de emissão;

II – controlar o uso e a exploração de recursos ambientais;

III – avaliar os efeitos de planos, políticas e programas de gestão ambiental e de desenvolvimento econômico e social;

IV – acompanhar o estágio populacional de espécies da flora e fauna, especialmente as ameaçadas de extinção e em extinção;

V – subsidiar medidas preventivas e ações emergenciais em casos de acidentes ou episódios críticos de poluição;

VI – acompanhar e avaliar a recuperação de ecossistemas ou áreas degradadas;

VII – subsidiar a tomada de decisão quanto à necessidade de auditoria ambiental.

Art. 42. São atribuições dos servidores municipais encarregados do controle e monitoramento ambiental:

I- realizar levantamentos, vistorias e avaliações;

II- efetuar medições e coletas de amostras para análises técnicas de controle;

III- proceder a inspeções e visitas de rotina;

IV- verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes;

V- lavrar auto de inspeção e termo de notificação.

Parágrafo único. No exercício das suas funções, os agentes terão a entrada franqueada nas dependências das fontes poluidoras localizadas ou que se instalarem no Município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário e terão livre acesso a informações, visitas a projetos, instalações, dependências ou produtos sob inspeção.

CAPÍTULO VII

DA QUALIDADE AMBIENTAL E PADRÕES DE EMISSÃO

Art. 43º. Os padrões e parâmetros de emissão e de qualidade ambiental são aqueles estabelecidos pelos poderes públicos, Estadual e Federal, podendo o Município estabelecer padrões locais mais restritivos ou acrescentar padrões para parâmetros não fixados pelos órgãos Estadual e Federal, fundamentados em parecer encaminhado pela SMMA e aprovado pelo CMMA.

§ 1º.Os padrões de qualidade ambiental serão expressos, quantitativamente, indicando as concentrações máximas de poluentes suportáveis em determinados ambientes, devendo ser respeitados os indicadores ambientais de condições de autodepuração do corpo receptor.

§ 2° – Os padrões de qualidade ambiental incluirão, entre outros, as condições de normalidade do ar, das águas e do solo, entre outros.

Art. 44º. Padrão de emissão é o limite máximo estabelecido para lançamento de poluente por fonte emissora que, ultrapassado, poderá afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à fauna, à flora, às atividades econômicas e ao meio ambiente em geral.

Art. 45º. O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, tem o dever de determinar medidas de emergência a fim de evitar episódios críticos de poluição ou degradação do meio ambiente ou impedir sua continuidade, em casos de grave ou iminente risco para a saúde pública e ao meio ambiente, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. Em caso de episódio crítico e durante o período em que esse estiver em curso poderá ser determinada a redução ou paralisação de quaisquer atividades nas áreas abrangidas pela ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

CAPÍTULO VIII – DO SISTEMA MUNICIPAL DE REGISTRO,

CADASTRO E INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Art. 46º – Fica criado o Sistema Municipal de Informações e Cadastro Ambiental (SICA) com o propósito de possibilitar o acesso público aos dados e informações ambientais relativas ao uso dos recursos ambientais no território do Município.

Parágrafo único. Consiste num conjunto sistematizado de ações voltados à coleta, organização, gerenciamento e atualização permanente de informações ambientais, que poderão subsidiar a Política Ambiental Municipal e o uso de seus instrumentos com maior eficiência.

Art. 47º. O Sistema Municipal de Informações e Cadastro Ambiental, integrado com os órgãos e entidades ambientais, será organizado, mantido e atualizado sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambi-

ente (SMMA) para utilização, pelo Poder Público e pela sociedade, tendo como objetivos, entre outros:

I – coletar e sistematizar dados e informações de interesse ambiental;

II – Coligir de forma ordenada, sistêmica e interativa os registros e as informações dos órgãos, entidades, atividades, obras, infrações ambientais e congêneres, ocorridos no território municipal;

III – cadastrar e manter atualizadas as informações sobre órgãos, entidades e empresas, atuantes no município, de interesse para a qualidade ambiental;

IV – oferecer subsídios para atividade de monitoramento e fiscalização do uso e exploração de recursos ambientais;

V – avaliar os efeitos de planos, políticas e programas de gestão ambiental e de desenvolvimento econômico e social;

VI – subsidiar medidas preventivas e ações emergenciais em casos de acidentes ou episódios críticos de poluição;

VII – gerar relatórios de qualidade ambiental;

VIII – colocar à disposição da população instrumento hábil para receber denúncias de infrações ao Código;

IX – manter permanentemente disponibilizada ao público, listagem da legislação aplicável ao município, assim como as demais leis municipais, estatuais e federais no âmbito de suas correlações;

X – estabelecer, indicadores ambientais

Art. 48º. É obrigatório o cadastro e atualização periódica junto ao Sistema Municipal de Meio Ambiente – SIMMARC, de:

I – órgãos, entidades e pessoas jurídicas, de caráter privado ou público, com atuação no território do Município, com ação na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;

II – pessoa jurídica ou pessoa física que atuem na área ambiental na prestação de serviços de consultoria, assessoria, elaboração de projetos;

III – todos os empreendimentos, obras e atividades sujeitas a licenciamento ambiental Federal e Estadual, implantados ou que venham a se implantar no Município.

§ 1º Todos os empreendimentos, obras e atividades licenciadas pelo Município estarão automaticamente cadastradas no SMMA.

§ 2º O cadastro descrito no caput é gratuito,

§ 3° O não cadastramento implicará no embargo da atividade.

Art. 49º – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente fornecerá certidões, relatórios ou cópia dos dados e proporcionará consulta às informações de que dispõe, observados os direitos individuais e o sigilo industrial.

CAPÍTULO IX

DOS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

Art. 50º. Compete ao Poder Público Municipal criar, definir, implantar e gerenciar os espaços territoriais especialmente protegidos, com a finalidade de resguardar atributos especiais da natureza, conciliando a proteção integral da fauna, flora e das belezas naturais com a utilização dessas áreas para objetivos educacionais, recreativos e científicos, cabendo ao Município sua delimitação quando não definidos em lei.

Parágrafo único. **Os espaços territoriais especialmente protegidos possuem regime jurídico especial.**

Art. 51º. São espaços territoriais especialmente protegidos:

I – as áreas de preservação permanente;

II – **as unidades de conservação;**

III – **zonas de proteção histórica, artística e cultural;**

IV – **as áreas verdes e espaços livres;**

V – os fragmentos florestais urbanos;

VI – **as ilhas, as cachoeiras, a orla fluvial e os afloramentos rochosos associados aos recursos hídricos;**

VII – As cavidades naturais subterrâneas e cavernas, onde são permitidas visitação turística, contemplativa e atividades científicas, além daquelas previstas em zoneamento específico;

VIII – Outras áreas instituídas pela União, Estado e Município.

SEÇÃO I

Das Áreas de Preservação Permanente

Art. 52º. As Áreas de Preservação Permanente (APP), cobertas ou não por vegetação nativa, cumprem papel relevante para a preservação e conservação dos mananciais hídricos, estabilidade geológica, fluxo gênico biodiversidade e proteção do solo.

Parágrafo único. A Área de Preservação Permanente e suas determinações, estão definidas na legislação Federal e Estadual.

Art. 53º. Visando apoiar os proprietários no reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente, o Executivo Municipal poderá firmar convênios de cooperação técnica e financeira com órgãos estaduais e federais, bem como manter estrutura adequada e viveiro de espécies nativas.

SEÇÃO II

Das Áreas de Reserva Legal

Art. 54º. Reserva legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais, auxiliando a conservação e reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, o abrigo e proteção de fauna e flora nativa.

Parágrafo único. A Área de Reserva Legal e suas determinações, estão definidas na legislação Federal e Estadual.

SEÇÃO III

Do Sistema Municipal de Unidade de Conservação

Art. 55º. Compreende-se por Unidade de Conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais e relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público Municipal, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Art. 56º. Para efeitos desta lei, entende-se por Sistema Municipal de Unidades de Conservação o conjunto de Unidades de Conservação instituídas pelo Poder Público Municipal e classificadas em regulamento, podendo ser integrado ao Sistema Federal e Estadual.

§ 1º A classificação, características, objetivos e peculiaridades das Unidades Municipais de conservação serão estabelecidas em lei específica, obedecendo as normas Federais e Estaduais.

§ 2º O ato de criação de uma Unidade de Conservação Municipal deverá conter diretrizes para regulamentação fundiária, demarcação, plano de manejo e fiscalização adequada, bem como a indicação da respectiva área do entorno e estrutura de funcionamento, sendo vedadas quaisquer ações ou atividades que comprometam ou possam vir comprometer os atributos e características especialmente protegidos nessas áreas.

§ 3º As Unidades de Conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão.

Art. 57º. A criação das Unidades de Conservação no âmbito Municipal, obedecerá, dentre outros, os seguintes critérios:

I – A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnico-científicos, de consulta e audiência pública que permitam iden-

tificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

II – As unidades de conservação a serem criadas deverão preferencialmente estar elencadas como áreas prioritárias para a conservação.

III – A ampliação da área de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecido no inciso I deste artigo.

IV – A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica, que deve ser precedida de estudos técnicos e de audiência pública.

SEÇÃO IV

Das Áreas Verdes

Art. 58º. As Áreas Verdes são espaços territoriais urbanos constituídos por florestas ou demais formas de vegetação, primária ou plantada, com objetivos de melhoria da paisagem, recreação e turismo para fins educativos, bem como para a melhoria da qualidade de vida.

Parágrafo único. As áreas verdes são de natureza inalienável e podem ser de domínio público ou privado.

Art. 59º. Depende de prévia autorização da SMMA a utilização de áreas verdes e praças para a realização de espetáculos ou shows, comícios, feiras e demais atividades cívicas, religiosas ou esportivas que possam alterar ou prejudicar suas características.

Parágrafo único. O pedido de autorização deverá ser apresentado por pessoa física ou jurídica, que assinará um Termo de Responsabilidade por danos causados pelos participantes do evento, e, havendo possibilidade de danos de vulto, a autorização será negada, ou exigir-se-á depósito prévio de caução destinada a repará-los.

Art. 60º. A SMMA definirá e o CMMA aprovará que áreas verdes e de domínio particular poderão ser integradas aos espaços territoriais especialmente protegidos do Município de Ribeirão Cascalheira.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal adotará as medidas necessárias para regularizar a posse dessas áreas, conforme dispuser legislação pertinente.

Art. 61º. O Município não pode alienar, dar em comodato ou doar a particulares ou a entes públicos as áreas verdes, respeitadas as disposições da Lei de Parcelamento do Solo.

Art. 62º. As áreas verdes e praças não podem sofrer alterações que descaracterizem suas finalidades principais que visem ao lazer e a saúde da população.

Art. 63º. A poda de árvores existentes nas áreas verdes deverá ser realizada com base em técnica que não comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

Parágrafo único. Ato normativo específico regulamentará a atividade de poda.

Art. 64º. O Poder Público Municipal poderá, por meio de instrumento legal, instituir proteção especial para conservação de uma determinada árvore, por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição de portasementes, a ela concedendo "declaração de imune de corte".

Art. 65º. O Município poderá celebrar acordo de parceria com a iniciativa privada para manutenção de áreas verdes e de espaços públicos, ouvindo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente se os mesmos implicarem em veiculação de publicidade na área, por parte do patrocinador.

Art. 66º. A Município poderá celebrar acordos de parceria com a comunidade para executar e manter áreas verdes e espaços públicos, desde que:

I - a comunidade esteja organizada em associação;

II - o projeto para a área seja desenvolvido ou aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 67º. As pessoas físicas e jurídicas proprietárias de imóvel urbano, poderão ter o seu Imposto Territorial Urbano reduzido de 20 % (vinte por cento) a 40% (quarenta por cento) do seu valor, caso promovam a plena conservação e manutenção das áreas verdes nele constantes.

Parágrafo Único. As áreas de que trata este artigo terão redução do imposto de acordo com a dimensão da cobertura vegetal conservada, mediante análise do setor competente e autorização expressa do Poder Executivo, por meio de ato normativo específico.

Art. 68º . A ausência de manutenção ou a não recuperação parcial ou total das áreas verdes, faculta ao Poder Executivo Municipal cancelar o benefício previsto no art. 67, cobrando os impostos retroativos à data de seu cadastramento, com caráter progressivo, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

CAPÍTULO X

DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 67º. **Os instrumentos econômicos têm como objetivo incentivar práticas e uso dos recursos naturais que sejam ambientalmente, socialmente, economicamente e culturalmente sustentáveis, primando pelos princípios do poluidor pagador, usuário pagador e protetor recebedor.**

Art. 68º. O Município implementará, dentre outros, os seguintes Instrumentos Econômicos:

I – Incentivos Fiscais e Financeiros;

II – Linha de Crédito e Financiamento Específicos;

III - Depósitos Reembolsáveis;

IV – Pagamento por Serviços Ambientais;

V - Fomento de atividades que contribuam para a conservação da biodiversidade; e

VI - Certificações ou Selos Ambientais.

Parágrafo único. O Município deverá disponibilizar recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) ou de recursos oriundos de fontes nacionais e internacionais destinados especificamente **para implementação dos Instrumentos Econômicos.**

CAPÍTULO XI

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 69º. A educação ambiental, em todos os níveis de ensino da rede municipal, e a conscientização pública para a preservação e conservação do meio ambiente, são instrumentos essenciais e imprescindíveis para a garantia do equilíbrio ecológico e da sadia qualidade de vida da população.

Art. 70º. Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, bem de natureza difusa, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 71º. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação municipal, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Parágrafo único. A educação ambiental será tema transversal obrigatório em toda rede municipal de ensino.

Art. 72º. O Poder Público, na rede escolar municipal e na sociedade, deverá:

I - apoiar ações voltadas para introdução da educação ambiental em todos os níveis de educação formal e não formal;

II - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino da rede municipal;

III - fornecer suporte técnico e conceitual nos projetos ou estudos interdisciplinares das escolas da rede municipal voltados para a questão ambiental;

IV - articular-se com organizações não governamentais para o desenvolvimento de ações educativas na área ambiental no Município, incluindo a formação e capacitação de recursos humanos;

V - desenvolver ações de educação ambiental junto à população do Município;

VI – estimular comportamentos, costumes, posturas, práticas sociais e econômicas que protejam, preservem, defendam, conservem e recuperem o Meio Ambiente.

Art. 73º. São princípios básicos da educação ambiental:

I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III – o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV – a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V – a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI – a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII – a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII – o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 74º. São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II – a garantia de democratização do acesso às informações ambientais;

III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V – o estímulo à cooperação entre os diversos municípios do Estado, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e plurietinicidade;

VI – o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade;

VII – o estímulo ao atendimento por parte da população à legislação ambiental vigente;

VIII – o melhoramento contínuo no tangente à limpeza pública e privada e conservação do município;

IX – a conscientização individual e coletiva para prevenção da poluição em todos os aspectos sociais, morais e físicos.

TÍTULO V

DO CONTROLE AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 75º. O controle das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impactos ambientais será realizado pelo órgão ambiental municipal competente, sem prejuízo das ações de competência do Estado e da União.

§ 1º O controle ambiental será realizado por todos os meios e formas legais permitidos, como o licenciamento, o monitoramento e a fiscalização dos empreendimentos e das atividades públicas e privadas.

§ 2º A SMMA poderá exigir que os responsáveis pelas fontes ou ações degradantes adotem medidas de segurança para evitar os riscos ou a efetiva poluição da água, do ar, do solo e do subsolo e para evitar outros efeitos indesejáveis ao bem-estar da comunidade e à preservação das espécies da fauna e da flora.

Art. 76º. No exercício do controle preventivo, corretivo e repressivo das situações que causam ou possam causar impactos ambientais, cabe a SMMA:

I – efetuar vistorias e inspeções técnicas e fiscalização;

II – analisar, avaliar e emitir pareceres sobre o desempenho de atividades, empreendimentos, processos e equipamentos sujeitos a seu controle;

III – verificar a ocorrência de infrações, aplicando as penalidades previstas neste Código e na legislação pertinente;

IV – convocar pessoas físicas ou jurídicas para prestar esclarecimentos em local, dia e hora previamente fixados;

V – apurar denúncias e reclamações.

Art. 77º. Os técnicos, os fiscais ambientais e as demais pessoas autorizadas pela SMMA são agentes credenciados para o exercício do controle ambiental.

Art. 78º. A SMMA deverá colocar à disposição dos agentes credenciados todas as informações solicitadas e promover os meios adequados à perfeita execução dos deveres funcionais dos agentes.

Parágrafo único - A SMMA poderá requisitar apoio policial para o exercício legal de suas atividades de fiscalização, quando houver impedimento para fazê-lo.

Art. 79º. A SMMA poderá determinar ao responsável pelas fontes poluidoras o seu autocontrole por meio do monitoramento dos níveis e das concentrações de suas emissões e lançamentos de poluentes, sem ônus para o Município.

Art. 80º. Fica o Poder Executivo autorizado a determinar medidas de emergência que visem evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade em caso de grave o iminente risco à saúde humana ou para o Patrimônio Ambiental.

CAPÍTULO II –DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art. 81º. As ações do Município no sentido da gestão, uso, proteção, conservação, recuperação e preservação dos recursos hídricos estão calcadas na legislação federal e estadual pertinentes, colaborando na implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Art. 82º. A utilização da água far-se-á em observância aos critérios ambientais levando-se em conta seus usos preponderantes, garantindo-se sua perenidade, tanto no que refere ao aspecto qualitativo como ao quantitativo.

Parágrafo único. Os usos preponderantes e os critérios para a classificação de cursos d'água são aqueles definidos na legislação federal e estadual.

Art. 83º. As ações do Município para gestão, uso, proteção, conservação, recuperação e preservação dos recursos hídricos atenderão ao disposto na legislação federal pertinente, na Política Estadual de Recursos Hídricos

e nas demais normas estaduais e municipais, com os seguintes fundamentos:

I – a água é um bem de domínio público, limitado e de valor econômico;

II – o poder público e a sociedade, em todos os seus segmentos, são responsáveis pela preservação e conservação dos recursos hídricos;

III – a gestão dos recursos hídricos deve contar com a participação do poder público, das comunidades e dos usuários;

IV – prioritariamente, a água será utilizada para o abastecimento humano, de forma racional e econômica;

V – a gestão municipal considerará a bacia hidrográfica como unidade de pesquisa, planejamento e gestão dos recursos hídricos;

VI – a gestão dos recursos hídricos deverá estar integrada com o planejamento urbano e rural do Município;

VII - proteger a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população;

VIII - proteger e recuperar os ecossistemas aquáticos superficiais e subterrâneos, com especial atenção para as áreas de nascentes, as áreas de várzeas, de igarapés e outras relevantes para a manutenção dos ciclos biológicos;

IX - controlar os processos erosivos que resultem no transporte de sólidos, no assoreamento dos corpos d água e da rede pública de drenagem;

X - garantir o adequado tratamento dos efluentes líquidos, visando preservar a qualidade dos recursos hídricos;

XI – garantir condições que impeçam a contaminação da água potável na rede de distribuição e realização periódica da análise da água;

XII - estimular a redução de consumo e o reuso, total ou parcial, das águas residuárias geradas nos processos industriais e nas atividades domésticas do Município e as águas pluviais coletadas pelos sistemas de drenagem dos estabelecimentos, respeitados os critérios seguros à saúde pública e ao meio ambiente.

Parágrafo único. O modelo de gestão das águas, a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deverá ser informado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CEHIDRO e referendado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica da Região, quando houver.

Art. 84º. As águas somente poderão ser derivadas após a outorga da respectiva concessão, permissão ou autorização, pelos órgãos competentes da União e do Estado.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, entende-se por derivação qualquer utilização ou obra em recursos hídricos, bem como os lançamentos efluentes líquidos em cursos d`água.

Art. 85º. Todo e qualquer uso de águas superficiais e de subsolo será objeto de licenciamento pelo órgão competente que levará em conta a política de uso múltiplo da água, respeitadas as demais competências.

Parágrafo único. Alterações nas condições da concessão, permissão, autorização e licenciamento podem implicar na sua revogação, sem prejuízo das sanções previstas neste Código ou legislação decorrente.

Art. 86º .Fica conferido ao Município o gerenciamento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos municipais, respeitadas as competências estaduais e federais, por meio de estudos que possibilitem:

I – determinar o grau de vulnerabilidade de áreas com potencial de risco de contaminação;

II – identificar e avaliar quantitativamente e qualitativamente a exploração dos recursos hídricos;

III – obter subsídios para análise e aprovação de projetos de poços a serem perfurados;

IV – restringir e disciplinar o uso das águas subterrâneas em locais considerados críticos ou com indícios de exaustão, e que possam interferir no serviço público de abastecimento.

Art. 87º. Deverão ser estudadas alternativas técnicas que visem o reaproveitamento das águas residuárias, de forma integral ou parcial, considerando preceitos estabelecidos pela legislação municipal vigente, ou na sua falta, seguindo os padrões estaduais e, na ausência desses, os federais.

Art. 88º. É proibido desviar o leito das águas correntes, bem como obstruir, de qualquer forma, o seu curso, salvo mediante licença expedida pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo único. As águas correntes, nascidas no limite de um terreno e que têm curso por ele, poderão ser reguladas, dentro dos limites do mesmo, mas nunca desviadas de seu escoamento natural ou represadas, conforme legislação vigente.

Art. 89º. As atividades industriais e os depósitos de substâncias capazes de causar riscos aos recursos hídricos deverão ser dotados de dispositivos de segurança e prevenção de acidentes, e deverão estar localizados a uma distância mínima de 100 (cem) metros dos corpos d'água, em áreas urbanas, e 200 (duzentos) metros, em áreas rurais, respeitada a área de preservação permanente.

Art. 90º. Os poços jorrantes e quaisquer perfurações de solo que coloquem a superfície do terreno em comunicação com aquíferos deverão ser equipados com dispositivos de segurança contra vandalismo, contaminação acidental ou voluntária e desperdícios, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. As perfurações desativadas deverão ser adequadamente tamponadas pelo proprietário do imóvel, sob pena de multa.

Art. 91º. É proibido o lançamento, direto ou indireto em corpos d'água, de qualquer resíduo, sólido, líquido ou pastoso em desacordo com os parâmetros definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual aplicável.

Art. 92º. Todo e qualquer estabelecimento industrial ou de prestação de serviços potencialmente poluidor de águas, deverá possuir sistema de tratamento de efluentes líquidos que garanta a qualidade final dos despejos de forma a não provocar danos ao meio ambiente, dentro dos parâmetros de qualidade definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual e municipal.

Art. 93º. O ponto de lançamento de efluentes de empreendimentos ou atividades em cursos hídricos será obrigatoriamente situado a montante da captação de água do mesmo corpo d'água utilizado pelo agente de lançamento.

Parágrafo único. O somatório da emissão de efluentes não poderá ultrapassar os limites estabelecidos na legislação vigente.

Art. 94º. A diluição de efluentes de uma fonte poluidora por meio da importação intencional de águas não poluídas de qualquer natureza, estranhas ao processo produtivo da fonte poluidora, não será permitida para fins de atendimento a padrões de lançamento final em corpos d'água naturais.

Art. 95º. Toda empresa ou instituição, responsável por fonte de poluição das águas deverá tratar adequadamente seu esgoto sanitário, sempre que não existir sistema público de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos.

Parágrafo único. No caso de loteamento, condomínio, conjunto residencial, parcelamento do solo ou qualquer outra forma de incentivo à aglomeração de casas ou estabelecimentos, onde não houver sistema público de esgotamento sanitário, caberá ao responsável pelo empreendimento prover toda a infraestrutura necessária, incluindo o tratamento dos esgotos.

Art. 96º. As diretrizes deste Código aplicam-se a lançamentos de quaisquer efluentes líquidos provenientes de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras instaladas neste Município, em águas, superficiais ou

subterrâneas, diretamente ou por meio de quaisquer meios de lançamento, incluindo redes de coleta e emissários.

Parágrafo único. Os proprietários de embarcações fluviais serão responsabilizados pela emissão de quaisquer poluentes destas, dentro dos limites de competência do Município.

Art. 97º. É obrigatório o cadastramento na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de toda a empresa e de técnicos que atuem com águas subterrâneas, para que possam prestar serviços dessa natureza no Município.

CAPÍTULO III

DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 98º. As medidas referentes ao saneamento básico, essenciais à proteção do meio ambiente e à saúde pública, constituem obrigação do Poder Público, cabendo-lhe a elaboração da sua política municipal de saneamento e dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, esgotamento sanitário e drenagem no exercício da sua atividade cumprindo as determinações legais.

Art. 99º. Os serviços de saneamento básico, tais como os sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de limpeza pública, de drenagem, de coleta e de destinação final de resíduos sólidos, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao monitoramento da SMMA, sem prejuízo daquele exercido por outros órgãos competentes, observado o disposto nesta Lei, no seu regulamento e nas normas técnicas federais e estaduais correlatas.

Parágrafo único - A construção, reconstrução, ampliação e operação de sistemas de saneamento básico deverão ter seus respectivos projetos aprovados previamente pelos órgãos ambientais competentes e informados à SMMA.

Art. 100º. Os esgotos sanitários deverão ser coletados, tratados e receber destinação adequada, de forma a evitar contaminações de qualquer natureza.

Art. 101º. Os órgãos e entidades responsáveis pela operação do sistema de abastecimento público de água deverão adotar as normas e o padrão de potabilidade do produto, estabelecidos nas normas ambientais.

§ 1º Os órgãos e entidades a que se refere o caput estão obrigados a adotar as medidas técnicas corretivas destinadas a sanar, de imediato, as falhas que impliquem inobservância das normas e do padrão de potabilidade da água.

§ 2º Será garantido o acesso público ao registro permanente de informações sobre a qualidade da água fornecida pelos sistemas de abastecimento público.

Art. 102º. É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações e a sua ligação à rede pública coletora.

§ 1º Quando não existir rede coletora de esgoto, as medidas adequadas ficam sujeitas à aprovação do órgão municipal competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos, federais ou estaduais, que fiscalizará a sua execução e manutenção, sendo vedado o lançamento de esgotos "in natura" a céu aberto ou na rede de águas pluviais.

§ 2º Quando o esgoto doméstico for lançado em galeria pluvial em função da inexistência de rede coletora de esgoto, o mesmo deve receber tratamento adequado, inclusive desinfecção, a nível tal que não provoque qualquer dano a coletividade, cabendo à municipalidade, através do órgão municipal competente, cobrar relatórios e análises periódicas de qualidade do efluente final a ser providenciado pelo responsável gerador do despejo.

Art. 103º. Não é permitida a permanência de água estagnada nos terrenos urbanos, edificados ou não, bem como em pátios dos prédios situados no Município.

CAPÍTULO IV

DA POLUIÇÃO DO SOLO

Art. 104º. A utilização do solo, para quaisquer fins, far-se-á através da adoção de técnicas, processos e métodos que visem a sua conservação, recuperação e melhoria, observadas as características geofísicas, morfológicas, ambientais e sua função sócio econômica.

§ 1° A inobservância das disposições legais de uso e ocupação do solo caracterizará degradação ambiental, passíveis de sansão administrativa e/ou reparação do dano.

§ 2° As restrições aos empreendimentos e/ou atividades de qualquer natureza, que ofereçam risco efetivo ou potencial ao solo, serão disciplinados em norma específica, refletindo o Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico (ZSEE), a Lei de Uso e Ocupação do Solo, entre outros instrumentos normativos congêneres.

Art. 105º. A proteção do solo no Município visa:

I – garantir o uso racional do solo urbano, através dos instrumentos de gestão competentes, observadas as diretrizes ambientais contidas no Plano Diretor Urbano;

II – garantir a utilização do solo cultivável, através de adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologias e manejos;

III – priorizar o controle da erosão, a contenção de encostas, proteção da margem fluvial e o reflorestamento das áreas degradadas;

IV – priorizar o manejo e uso da matéria orgânica bem como a utilização de controle biológico de pragas;

V – aproveitamento adequado e conservação das águas em todas as suas formas;

VI – procedimentos para evitar assoreamento de cursos d'água e bacias de acumulação;

VII – adoção de medidas para evitar processos de desertificação.

Art. 106º. O Município deverá elaborar o seu plano de gestão integrada dos resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

§ 1ºO município sempre que possível deverá optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos.

§ 2º Deverá ser incentivada a implantação da coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 3º O gerenciamento dos resíduos sólidos processar-se-ão em condições que não tragam prejuízo à saúde, ao bem-estar público e ao meio ambiente, observando-se as normas federais, estaduais e municipais.

Art. 107º. Não é permitido depositar, dispor, descarregar, entulhar, infiltrar ou acumular, no solo, resíduos, em qualquer estado de matéria, que alterem as condições físicas, químicas ou biológicas do ambiente.

Art. 108º. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

§ 1º São consideradas atividades de minimização dos resíduos entre outras medidas:

I – a redução do volume total ou da quantidade de resíduos sólidos gerados;

II – a possibilidade de sua reutilização ou reciclagem; e

III – a redução da toxicidade dos resíduos perigosos.

§2ºAs empresas já existentes no Município na data de entrada em vigência deste Código deverão implantar programas de minimização da poluição.

§ 3º Caso a redução na fonte ou sua reciclagem não forem tecnicamente viáveis, os resíduos devem ser tratados ou dispostos de modo a não causar risco ou dano ao ambiente, atendidas as demais exigências desta Lei e de outras normas.

Art. 109º. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos competentes ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Art. 110º. É obrigatória a disposição final em aterro para resíduos de serviços de saúde e industriais, ou sua incineração, em atividades licenciadas com esse fim, bem como, sua adequada triagem, coleta e transporte especial, em atendimento à legislação federal, estadual e municipal.

Parágrafo único.Caberá ao responsável legal dos estabelecimentos industriais e de saúde, a responsabilidade pelo gerenciamento de seus resíduos desde a geração até a disposição final, de forma a atender os requisitos ambientais e de saúde pública, sem prejuízo da responsabilidade civil, penal e administrativa de outros sujeitos envolvidos, em especial os transportadores e depositários finais.

Art. 111º. Os grandes geradores de resíduos sólidos deverão dar destinação adequada aos seus resíduos sólidos produzidos mantendo via original do contrato à disposição da fiscalização.

§ 1º É vedado aos grandes geradores à disposição dos resíduos nos locais próprios da coleta e resíduos domiciliares ou de serviços de saúde, bem como em qualquer área pública, incluindo passeios e sistema viário, sob pena de multa.

§ 2º No caso de descumprimento da norma estabelecida no parágrafo anterior, sem prejuízo da multa nele prevista, o grande gerador arcará com os custos e ônus decorrentes da coleta, transporte, tratamento e destinação final de seus resíduos, recolhendo perante o órgão público competente, os valores correspondentes.

§ 3º Os valores pagos pelo grande gerador para cobrir os custos e ônus mencionados no parágrafo anterior serão destinados a custear o serviço de limpeza urbana de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e serão depositadas na conta vinculada do órgão ambiental competente.

§ 4º São considerados grandes geradores, para efeitos desta lei:

I - os proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, entre outros, geradores de resíduos sólidos caracterizados como resíduos da Classe 2, pela NBR 10.004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, em volume superior a 200 (duzentos) litros diários;

II - os proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, dentre outros, geradores de resíduos sólidos inertes, tais como entulho, terra e materiais de construção, com massa superior a 50 (cinqüenta) quilogramas diários, considerada a média mensal de geração, sujeitos à obtenção de alvará de aprovação e/ou execução de edificação, reforma ou demolição;

III - os condomínios de edifícios não residenciais ou de uso misto, cuja soma dos resíduos sólidos, caracterizados como resíduos Classe 2, pela NBR 10.004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, gerados pelas unidades autônomas que os compõem, seja em volume médio diário igual ou superior a 1.000 (mil) litros;

Art. 112º. A construção civil deverá empregar técnicas de construção que gerem menor volume de resíduos, sendo obrigatória a destinação final desses resíduos a aterros específicos, devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente.

§ 1º Cabe às empresas da construção civil a elaboração de planos de gerenciamento de resíduos da construção civil que privilegiem à reciclagem e a reutilização dos resíduos.

§ 2ºO Poder Público Municipal incentivará a realização de estudos, projetos e atividades que proponham a reciclagem dos resíduos sólidos junto à iniciativa privada e às organizações da sociedade civil.

Art. 113º. As pessoas físicas ou jurídicas que sejam prestadoras de serviços de coleta de resíduos sólidos da construção civil, desentupidoras (limpa-fossa), limpeza de galerias e de canais ficam obrigadas a cadastrar-se e licenciar-se na SMMA e no órgão ambiental competente.

Art. 114º. É vedado, no território do Município:

I – a deposição do lixo em vias públicas, praças, terrenos baldios assim como em outras áreas não designadas para este fim pelo setor competente;

II – a queima e a deposição final de lixo a céu aberto;

III – o lançamento de lixo ou resíduos de qualquer natureza em água de superfície ou subterrânea, sistema de drenagem de águas pluviais e áreas erodidas.

Art. 115º. As n**ormas de postura referente ao uso do solo** deverá observar os princípios, objetivos e instrumentos, bem como as diretrizes estabelecidas em normas correlatas e em conformidade com a Lei Municipal de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS MINERAIS

Art. 116º. A extração de bens minerais sujeitos ao regime de licenciamento mineral será regulada, licenciada, fiscalizada e/ou monitorada pela SMMA, observada a legislação federal pertinente a esta atividade.

Art. 117º. A extração e o beneficiamento de minerais só poderão ser realizados, no mínimo, mediante a apresentação do Plano de Controle Ambiental e Plano de Recuperação de Área Degradada, sem prejuízo de outros estudos ou projetos que serão definidos pelos órgãos ambientais competentes conforme o porte do empreendimento.

Parágrafo único. Quando as instalações facilitarem a formação de depósito de água, o explorador está obrigado a fazer o escoamento ou a aterrar as cavidades com material inerte, na medida em que for retirado o recurso mineral.

Art. 118º. Todas as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades de mineração, mesmo que temporariamente, terão que se cadastrar na SMMA.

CAPÍTULO VI

DA POLUIÇÃO VISUAL

Art. 119º. A paisagem urbana, patrimônio visual de uso comum da população é recurso de planejamento ambiental que requer ordenação, distribuição, conservação e preservação com o objetivo de evitar a poluição visual e de contribuir para a melhoria da qualidade de vida no meio urbano.

Art. 120º. Cabe à comunidade, em especial aos órgãos e às entidades da Administração Pública, zelar pela qualidade da paisagem urbana e promover as medidas adequadas para:

I - disciplinar e controlar os impactos ambientais que possam afetar a paisagem urbana;

II - ordenar a publicidade ao ar livre;

III - implantar e ordenar o mobiliário urbano;

IV - manter as condições de acessibilidade e visibilidade dos espaços livres e de áreas verdes;

V - recuperar as áreas degradadas.

Art. 121º. Para fins desta Lei, entende-se por:

I - anúncios: quaisquer indicações executadas sobre veículos de divulgação presentes na paisagem urbana, visíveis nos logradouros públicos, cuja finalidade seja a de promover estabelecimento comerciais, indústrias, profissionais, empresas, produtos de qualquer espécies, ideias, eventos, pessoas ou coisas;

II - paisagem urbana: a configuração resultante da interação entre os elementos naturais, edificados ou criados e o próprio ser humano, numa constante relação de escala, forma, função e movimento;

III - veículo de divulgação: são considerados veículos de divulgação ou simplesmente veículos qualquer equipamento de comunicação visual ou audiovisual utilizado para transmitir anúncio ao público;

IV - poluição visual: qualquer alteração de natureza visual que ocorra nos recursos paisagístico e cênico do meio ambiente natural ou criado;

V - mobiliário urbano: o conjunto dos equipamentos localizados em áreas públicas da cidade, tais como abrigos de pontos de ônibus, bancos e mesas de rua, telefones públicos, instalações sanitárias, caixas de correio, objetos de recreação.

Art. 122º. Os instrumentos publicitários e a instalação de elementos de comunicação visual e do mobiliário urbano na área do Município só serão permitidos mediante autorização dos órgãos competentes e observadas as disposições pertinentes previstas na legislação específica, sujeitando-se os infratores às sanções e penalidades previstas nas normas.

Art. 123º. Todo anúncio deverá oferecer condições de segurança ao público, bem como deverá ser mantido em bom estado de conservação, no que tange a estabilidade, resistência dos materiais e aspecto visual, devendo atender às normas técnicas pertinentes, observando ainda o Código de Postura do Município.

I - não prejudicar a sinalização de trânsito ou outro sinal de comunicação institucional, destinado à orientação do público, bem como a numeração imobiliária e a denominação dos logradouros;

II - não provocar reflexo, brilho ou intensidade de luz que possa ocasionar ofuscamento, prejudicar a visão dos motoristas, interferir na operação ou sinalização de trânsito de veículos pedestres, quando com dispositivo elétrico ou com película de alta reflexividade.

Art. 124º. Fica proibida a instalação de anúncios em:

I - torres ou postes de transmissão de energia elétrica;

II - nos dutos de gás e de abastecimento de água, hidrantes, torres d'água e outros similares;

III - nas árvores de qualquer porte;

IV - postes de iluminação pública ou de rede de telefonia, inclusive cabines e telefones públicos, conforme autorização específica, exceção feita ao mobiliário urbano nos pontos permitidos pela Prefeitura;

V - veículos automotores, motocicletas, bicicletas e similares e nos trailer ou carretas engatados ou desengatados de veículos automotores, excetuado aqueles para transporte de carga;

VI - vias, parques, praças e outros logradouros públicos, salvo os anúncios de cooperação entre o Poder Público e a iniciativa privada, a serem definidas por legislação específica, bem como as placas e unidades identificadoras de vias e logradouros públicos, instalados nas respectivas confluências;

VII - faixas ou placas acopladas à sinalização de trânsito;

VIII - nos muros, paredes e empenas cegas de lotes públicos ou privados, edificados ou não;

IX - leito dos rios e cursos d'água, reservatórios, lagos e represas, conforme legislação específica; e

X - obras públicas de arte, tais como pontes, passarelas, viadutos e túneis, ainda que de domínio estadual ou federal.

Art. 125º. Caberá aos órgãos municipais competentes e entidades da Administração Pública, o controle das atividades e ações que possam causar impactos ambientais à paisagem urbana.

CAPÍTULO VII

DA EMISSÃO DE RUÍDOS

Art. 126º. O controle da emissão de ruídos no Município visa garantir o sossego e bem-estar público, evitando sua perturbação por emissões excessivas ou incômodas de sons de qualquer natureza ou que contrariem os níveis máximos fixados em lei ou regulamento.

Art. 127º. Considera-se poluição sonora a emissão de sons, ruídos e vibrações em decorrência de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, domésticas, sociais, de trânsito e de obras públicas ou privadas que causem desconforto ou que direta ou indiretamente sejam ofensivas à saúde, à segurança e ao bem estar da coletividade ou, simplesmente, excedam os limites estabelecidos pelo Conselho Nacional de Transito CONTRAN, Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pelas resoluções do CONAMA e demais dispositivos normas em vigor, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público.

§ Único –O uso de som automotivo em veículos particulares, sujeita-se as normas gerais previstas nesta Lei.

Art. 128º. Para prevenir a poluição sonora, o município disciplinará o horário de funcionamento noturno das construções, condicionando a admissão de obras de construção civil aos domingos e feriados desde que satisfeitos as seguintes condições:

I- Obtenção de alvará de licença especial, com discriminação de horários e tipos de serviços que poderão ser executados.

II- Observância dos níveis de som estabelecidos nesta lei.

Art. 129º. Não será expedido Alvará de Funcionamento sem que seja realizada vistoria no estabelecimento pelo órgão municipal responsável pela política de meio ambiente, para que fique registrada sua adequação para emissão de sons provenientes de quaisquer fontes, limitando a passagem sonora para o exterior.

Parágrafo único. Os estabelecimentos vistoriados e considerados adequados receberão autorização especial de utilização sonora.

Art. 130º. A autorização de utilização sonora será emitida pelo órgão responsável pela política de meio ambiente, e terá prazo de validade de 01 (um) ano, podendo ser renovado se atendidos os requisitos legais.

Art. 131º. Compete a SMMA:

I - estabelecer o programa de controle dos ruídos urbanos e exercer o poder de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;

II - aplicar sanções e interdições, parciais ou integrais previstas na legislação vigente;

III - exigir das pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis por qualquer fonte de poluição sonora, apresentação dos resultados de medições e relatórios;

IV - impedir a localização de estabelecimentos industriais, fábricas, oficinas ou outros que produzam ou possam vir a produzir ruídos em unidades territoriais residenciais ou em zonas sensíveis a ruídos;

V - organizar programas de educação e conscientização a respeito de:

a) causas, efeitos e métodos de atenuação e controle de ruídos e vibrações;

b) esclarecimentos sobre as proibições relativas às atividades que possam causar poluição sonora.

VI - autorizar, observada a legislação pertinente e a lei de uso e ocupação do solo, funcionamento de atividades que produzam ou possam vir a produzir ruídos.

Art. 132º. São permitidos, desde que respeitados os limites estabelecidos na legislação federal, estadual e municipal e em normas da ABNT pertinentes, os ruídos que provenham:

I – de alto-falantes utilizados para a propaganda eleitoral durante a época estabelecida pela Justiça Eleitoral;

II – de alto-falantes e de sinos de igrejas ou templos e, bem assim, de instrumentos litúrgicos utilizados no exercício de culto ou cerimônia religiosa, celebrados pelas respectivas denominações, realizadas em sua sede ou em recinto aberto;

III – de bandas de música em desfiles previamente autorizados nas praças e logradouros públicos;

IV – de sirenes ou aparelhos semelhantes que assinalem o inicio e o fim de jornada de trabalho ou de estudos, desde que funcionem apenas em zona apropriada e o sinal não se alongue por mais de 30 (trinta) segundos;

V – de máquinas e equipamentos usados na preparação ou conservação de logradouros públicos;

VI – de máquinas ou equipamentos de qualquer natureza utilizados em construções ou obras em geral;

VII – de sirenes e aparelhos semelhantes, quando usados em ambulâncias ou veículos de prestação de serviço urgente ou, ainda, quando empregados para alarme e advertência, limitado o seu uso ao mínimo necessário, observadas as disposições do Conselho Nacional de Transito - CONTRAN;

VIII – de explosivos empregados em pedreiras, rochas e demolições;

IX – de alto-falantes em praças públicas ou outros locais permitidos pela SMMA, durante o tríduo carnavalesco, e nos 15 (quinze) dias que o antecedem, desde que destinados exclusivamente a divulgar músicas carnavalescas sem propaganda comercial;

X – do exercício das atividades do Poder Publico, nos casos em que a produção de ruídos seja inerente a essas atividades.

CAPÍTULO VIII

DO AR

Art. 133º. A qualidade do ar deverá ser mantida em conformidade com os padrões e normas de emissão definidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e os estabelecidos pela legislação estadual e municipal.

Art. 134º. Na implementação da política municipal de controle da poluição atmosférica, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - exigência da adoção das melhores tecnologias de processo industrial e de controle de emissão, de forma a assegurar a redução progressiva dos níveis de poluição;

II - melhoria na qualidade ou substituição dos combustíveis e otimização da eficiência do balanço energético;

III - implantação de procedimentos operacionais adequados, incluindo a implementação de programas de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de controle da poluição;

IV - adoção de sistema de monitoramento periódico ou contínuo das fontes por parte das empresas responsáveis, sem prejuízo das atribuições de fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

V - integração dos equipamentos de monitoramento da qualidade do ar, numa única rede, de forma a manter um sistema adequado de informações;

VI - proibição de implantação ou expansão de atividades que possam resultar em violação dos padrões fixados;

VII - seleção de áreas mais propícias à dispersão atmosférica para a implantação de fontes de emissão, quando do processo de licenciamento, e a manutenção de distâncias mínimas em relação a outras instalações urbanas, em particular hospitais, creches, escolas, residências e áreas naturais protegidas.

Art. 135º. Ficam vedadas:

I - a queima ao ar livre de materiais que comprometam de alguma forma o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida, sem a autorização do órgão competente;

II - a emissão de fumaça preta acima de 20% (vinte por cento) da Escala Ringelmann, em qualquer tipo de processo de combustão;

III - a emissão visível de poeiras, névoas e gases, fora dos padrões estabelecidos;

IV - a emissão de odores que possam criar incômodos à população;

V - a emissão de substâncias tóxicas, conforme enunciado em legislação específica;

VI - a transferência de materiais que possam provocar emissões de poluentes atmosféricos acima dos padrões estabelecidos pela legislação.

Art. 136º. É proibida a instalação e o funcionamento de incineradores de lixo residenciais.

Parágrafo único. A incineração de resíduos de serviços de saúde, bem como de resíduos industriais ou comerciais, fica condicionada à aprovação do projeto e respectivo Estudo de Impacto Ambiental –EIA, pelo Município e pelos demais órgãos estaduais e federais competentes.

Art. 137º. Decreto do Executivo Municipal estabelecerá os padrões de monitoramento e controle da qualidade do ar, observadas as normas federais, estaduais e municipais, em especial do disposto neste Código.

CAPÍTULO IX

DA ATIVIDADE RURAL REFERENTE AO MEIO AMBIENTE

Art. 138º. Consideram-se dano ambiental de natureza rural todos os efeitos adversos ao meio ambiente decorrentes da prática de atividades rurais, tais como:

I - contaminação do solo, das águas, dos produtos agropecuários, das pessoas e dos animais, devido ao uso e a manipulação inadequados de agrotóxicos e/ou fertilizantes;

II - disposição de embalagem de agrotóxicos sobre o solo, deixando de fazer a entrega ao sistema de coleta junto a Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos;

III - lavagem de recipientes, utensílios e máquinas contaminadas com agrotóxicos, com a disposição das águas contaminadas em rios, lagos ou sobre o solo em concentrações fora dos padrões estabelecidos pela legislação;

IV - disposição de resíduos orgânicos de animais, sobre o solo, exceto através de técnicas adequadas aprovadas pelo Município ou demais órgãos competentes Federal e Estadual obedecendo sempre as normas per-

tinentes, precedidas de digestão e estabilização em instalações apropriadas.

Art. 139º. É vedada em qualquer hipótese a disposição de resíduos orgânicos de animais em cursos d'água, ou nascentes.

Art. 140º. Os estábulos, estrebarias, pocilgas, aviários e currais, bem como esterqueiras e depósitos de lixo, deverão ser localizados a uma distância mínima de 50 (cinqüenta) metros das habitações.

Art. 141º. Compete, também, ao proprietário rural manter:

I - a arborização junto às margens das estradas municipais;

II - a limpeza da testada de seu imóvel e das respectivas margens das estradas;

III - as práticas mecânicas conservacionistas, de forma a não comprometer o sistema previamente implantado.

Art. 142º. O Município, articulado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA e com os demais órgãos estaduais e federais afins, desenvolverá programas de extensão rural, a sensibilização ambiental dos agricultores, bem como o fortalecimento da educação ambiental na zona rural para preservação, conservação, recuperação e manejo do território.

Art. 143º. As disposições deste capítulo não excluem a obrigatoriedade de cumprir as normas ambientais correlatas.

CAPÍTULO X

DO USO DE AGROTÓXICOS

Art. 144º. É vedada a utilização indiscriminada de agrotóxicos, seus componentes e afins de qualquer espécie nas lavouras, salvo produtos devidamente registrados e autorizados pelos órgãos competentes.

§ 1º A comercialização de substâncias agrotóxicas, seus componentes e afins far-se-á mediante receituário agronômico.

§ 2º É proibida a aplicação ou pulverização de agrotóxicos, seus componentes e afins:

I - em toda a zona urbana do Município;

II - em todas as propriedades localizadas na zona rural, limítrofes ao perímetro das zonas urbanas e em uma faixa não inferior a 100m (cem metros) de distância em torno deste perímetro;

III - em área situada a uma distância mínima de 100m (cem metros) adjacente aos mananciais hídricos.

§ 3º Nas áreas de que trata o inciso I e II do parágrafo anterior será permitida a aplicação de agrotóxicos e biocidas nas lavouras de forma controlada, sob orientação de técnico devidamente habilitado em conselho de classe, com a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, desde que:

I - seja mantida uma distância mínima de segurança estabelecida por esse profissional, nunca inferior a 100 (cem) metros dos imóveis urbanos residenciais;

II - em área rural seja mantida uma distância mínima de 100 (cem) metros de imóvel rural com uso residencial (AGRO-VILAS / DISTRITO);

III - em área rural, a aplicação seja efetuada por aparelhos costais ou tratorizados de barra;

IV - em área urbana somente será permitido aplicação com uso de aparelhos costais ou tratorizados sem uso de barra, com jato manual;

V - sejam utilizados preferencialmente agrotóxicos de baixa toxicidade.

§ 4º Em todos os casos, as aplicações somente poderão ser feitas de acordo com orientações técnicas.

§ 5º Na aplicação deste artigo, considerar-se-á perímetro urbano, além das últimas ruas que circundam a cidade, as zonas rurais onde existem escolas, devendo ser respeitadas as distâncias constantes nos parágrafos e incisos anteriores.

Art. 145º. A aviação agrícola, com fins de controle fitossanitário, será permitida mediante a observação dos seguintes parâmetros e requisitos:

I - aplicação de qualquer substância atóxica será permitida, devendo, porém ocorrer sob orientação de profissional devidamente habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, registrada junto ao Conselho de Classe, com respectivo receituário agronômico, respondendo solidariamente por eventuais danos causados o profissional responsável pela referida ART, a empresa de aplicação, o contratante do serviço e o proprietário da aeronave utilizada para tal fim;

II - é proibida aplicação por aviação, de agrotóxicos de classificação toxicológica I;

III - Agrotóxicos de classificação toxicológica II, III e IV poderão ser aplicados, mediante orientação de profissional devidamente habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, registrada junto ao Conselho de Classe, com respectivo receituário agronômico e desde que sejam supervisionados por técnico responsável, devendo ainda observar disposto na alínea "d" deste artigo;

IV - a aplicação de agrotóxicos de qualquer classificação só poderá ser feita na ausência de ventos e desde que a temperatura seja inferior a 30º C; e

V - a responsabilidade residual por quaisquer malefícios oriundos da aplicação de produtos por aviação, será da empresa aplicadora, não excluindo a responsabilidade solidária do contratante, do profissional responsável pela ART, e do proprietário da aeronave utilizada.

CAPÍTULO XI

DA FLORA E FAUNA

Art. 146º. A vegetação de porte arbóreo e as demais formas de vegetação natural ou aquelas de reconhecido interesse para o Município, são bens de interesse comum a todos, cabendo ao Poder Público e aos cidadãos a responsabilidade pela sua conservação.

§ 1º Depende de autorização da SMMA a poda, o transplante ou a supressão de espécimes arbóreos em áreas de domínio público ou privado, podendo ser exigida a reposição dos espécimes suprimidos.

§ 2º As exigências e providências para a poda, corte ou abate de vegetação de porte arbóreo serão estabelecidas por resolução do COMDEMA.

Art. 147º. Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase de seu desenvolvimento, que vivem naturalmente fora de cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são de interesse do Município, sendo vedada sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha, respeitada a legislação federal.

§1º Os responsáveis pelos empreendimentos serão obrigados a apresentar um plano de resgate e monitoramento dos animais, quando solicitarem licença para suas atividades.

§ 2º Qualquer espécie que venha colocar em risco a saúde e a integridade do ecossistema poderá ser controlada, mediante autorização dos órgãos competentes.

§ 3º Fica proibida a introdução de espécimes da fauna e flora silvestre ou exótica, bem como as modificações no ambiente sem autorização dos órgãos competentes.

Art. 148º. Deverão ser incentivadas as pesquisas científicas sobre ecologia de populações de espécies da fauna silvestre regional e estimuladas as ações para a reintrodução de animais silvestres regionais em segmentos dos ecossistemas naturais existentes no Município, notadamente nas Unidades de Conservação.

Parágrafo único. A reintrodução só será permitida com autorização do órgão ambiental competente, após estudos sobre a capacidade de suporte do ecossistema e compatibilidade com as áreas urbanas.

Art. 149º. O Poder Público Municipal, juntamente com a coletividade, promoverá a proteção da fauna local e vedará práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, que provoquem a extinção de espécies ou que submetam os animais à crueldade.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal deverá cooperar com os órgãos federal e estadual de meio ambiente, visando à efetiva proteção da fauna e flora dentro de seu território.

CAPÍTULO XII – LOTEAMENTOS E CONSTRUÇÕES

Art. 150º. A elaboração de normas urbanísticas deverá ser precedida por diretrizes ambientais emitidas pelo Sistema Municipal do Ambiente.

Parágrafo Único. As diretrizes ambientais devem estabelecer os critérios necessários para garantir a conservação dos recursos naturais, bem como exigir medidas preventivas e mitigadoras da poluição, degradação e drenagem das águas.

Art. 151º. As áreas verdes dos loteamentos, conjuntos residenciais ou outras formas de parcelamento do solo deverão atender as determinações constantes na legislação específica, devendo, ainda:

I - localizar-se nas áreas mais densamente povoadas de vegetação;

II - localizar-se de forma contígua às áreas de preservação permanente ou especialmente protegida, de que trata esta Lei, visando formar uma única massa vegetal;

III – ser averbadas no Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 152º. Serão estabelecidas restrições de uso nos seguintes casos:

I – várzeas;

II – morros e encostas de declividade variável associados a solos pouco profundos, exposição rochosa ou pedregosidade, e o seu entorno, definida de acordo com as condições locais;

III – entorno de parques, remanescentes de vegetação natural e de unidades de conservação; e

IV – áreas especificadas no Zoneamento Ambiental.

§ 1º A SMMA cadastrará as áreas com restrição de uso do Município.

§ 2º Na emissão das diretrizes ambientais para os projetos e empreendimentos localizados nas áreas descritas neste artigo serão determinados pelo CMMA.

Art. 153º. Todos os projetos de loteamentos, condomínios, conjuntos habitacionais de interesse social, distritos industriais e arruamentos deverão incluir o projeto de arborização urbana e o tratamento paisagístico das áreas verdes e de lazer, a ser submetido à aprovação da SMMA.

Parágrafo único. Os empreendimentos deverão ser entregues com a arborização de ruas e avenidas concluídas e áreas verdes e de lazer tratadas paisagisticamente.

Art. 154º. Será obrigatória, nos projetos de edificações, residenciais, comerciais e industriais a apresentação de projeto de arborização da propriedade, observada as normas correlatas do uso e ocupação do solo.

Parágrafo único. Quando se tratar de reformas e ampliações, deverá ser indicado a localização das árvores existentes, ficando ao proprietário do imóvel ou ao empreendedor a responsabilidade pela proteção das árvores ali já existentes.

Art. 155º. Caberá à SMMA definir o Sistema de Áreas Verdes de cada empreendimento, em razão de remanescentes florestais e do seu estágio de regeneração ou degradação, de áreas de preservação permanente, de várzeas, de faixas de drenagem e das demais características físicas da circunvizinhança do loteamento.

CAPITULO XIII

DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Art. 156º. O Poder Público Municipal estabelecerá compromisso frente ao desafio das mudanças climáticas globais, dispondo sobre as condições para as adaptações necessárias aos impactos derivados das mudanças climáticas, bem como contribuir para reduzir ou estabilizar a concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera.

§ 1º As ações de âmbito municipal para o enfrentamento das alterações climáticas, atuais, presentes e futuras, devem considerar e integrar as ações promovidas no âmbito nacional e estadual por entidades públicas e privadas;

§ 2º Os princípios, objetivos, diretrizes, instrumentos, e orientações gerais sobre mudança climática serão objetos de Lei Municipal específica, observadas as normas correlatas federais e estaduais.

TÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Das Disposições Preliminares

CAPÍTULO I

DAS INFRAÇÕES

Art. 157º. Para os efeitos deste Código considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão, que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente ou que importe em inobservância das normas ambientais previstas no ordenamento jurídico Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo único. Respondem pela infração, conjunta ou separadamente, todas as pessoas físicas ou jurídicas que, de qualquer forma, concorrerem para sua prática ou deixarem de adotar medidas preventivas destinadas a evitar a sua ocorrência.

Art. 158º. Qualquer pessoa poderá denunciar a prática de infração ambiental cuja procedência será verificada pela autoridade competente.

Parágrafo único. A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental fica obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

Art. 159º. As condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas serão determinadas em legislação municipal específica, devendo até a sua publicação, ser aplicado às normas ambientais federais e estaduais.

CAPÍTULO II

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 160º. A fiscalização das normas ambientais previstas neste Código, e outras no âmbito Federal, Estadual e Municipal, será exercida pelo órgão municipal competente, por meio de servidores designados para as atividades de fiscalização.

Art. 161º. Aos servidores fiscais, no exercício de suas funções, é assegurado livre acesso e permanência nas dependências dos locais fiscalizados, podendo, quando necessário, requisitar força policial para garantir a realização e a segurança da ação fiscalizadora.

Art. 162º. Aos fiscais ambientais compete:

I - efetuar vistorias, levantamentos e avaliações;

II - verificar a ocorrência da infração e lavrar o auto correspondente, fornecendo cópia ao autuado;

III - elaborar laudos ou relatórios técnicos;

IV - intimar ou notificar os responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos em local e data previamente determinados;

V - prestar atendimentos a acidentes ambientais, encaminhando providências no sentido de sanar os problemas ambientais ocorridos;

VI - exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva.

Art. 163º. A fiscalização e a aplicação de penalidades de que trata este Código e normas correlatas dar-se-ão por meio de:

I – auto de inspeção;

II - termo de notificação;

III – auto de infração;

IV – termo de interdição;

V – termo de embargo;

VI – termo de apreensão;

VII – termo de demolição.

Parágrafo único. Os termos e autos serão lavrados em duas vias destinadas:

I – a primeira, ao autuado;

II – a segunda, ao processo administrativo;

Art. 164º. Constatada a irregularidade, será lavrado o auto correspondente, sendo assegurado o direito de ampla defesa ao autuado, dele constando:

I – o nome da pessoa física ou jurídica autuada, o respectivo endereço e o documento que a identifique;

II – o fato constitutivo da infração e o local, hora e data respectivos;

III – o fundamento legal da autuação;

IV – a penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição e, quando for o caso, o prazo para a correção da irregularidade;

V – nome, função e assinatura do autuante;

VI – prazo para recolhimento da multa ou para a apresentação da defesa administrativa.

§ 1º No caso de aplicação das penalidades de embargo, apreensão, interdição e de suspensão de venda de produto, deverá constar no respectivo termo a natureza, quantidade, nome e/ou marca, procedência, estado de conservação em que se encontra o material e o local onde o produto ficará depositado e seu fiel depositário.

§ 2º Os fiscais são responsáveis administrativa e criminalmente pelas declarações constantes do Auto de Infração que subscreverem.

§ 3º As sanções aplicadas pelo agente autuante estarão sujeitas à confirmação pela autoridade julgadora.

§ 4° A penalidade de multa deverá será aplicada após laudo técnico, nos casos em que a norma federal, estadual ou municipal assim estabelecer, sendo elaborado pelo órgão ambiental competente, identificando, no mínimo, a dimensão do dano decorrente da infração e em conformidade com a gradação do impacto.

Art. 165º. **O autuado tomará ciência da lavratura do auto de infração e dos demais atos processuais, das seguintes formas:**

I - pessoalmente;

II - por seu representante legal;

III - por carta registrada com aviso de recebimento;

IV - por edital, se estiver o infrator autuado em lugar incerto ou não sabido.

§ 1º **Se o autuado, intimado pessoalmente, se recusar dar o seu ciente, essa circunstância será expressamente mencionada pelo agente encarregado da diligência, preferencialmente na presença de duas testemunhas,** sendo-lhe enviado uma cópia do auto ou termo, por via postal com 'Aviso de Recebimento', que será anexado ao procedimento, ou ser intimado por edital.

§ 2º Nos casos de evasão ou ausência do responsável pela infração administrativa, e inexistindo preposto identificado, o agente autuante encaminhará o auto de infração por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a sua ciência.

§ 3º Quando o autuado for analfabeto, fisicamente incapacitado de assinar, recusar-se a assinar ou ausente, poderá o auto ser assinado "a rogo" na presença de duas testemunhas e do autuante, relatando a impossibilidade ou recusa da assinatura.

§ 4ºQuando a intimação se der por Aviso de Recebimento - AR, o prazo será contado a partir da sua juntada ao processo.

§ 5º **O edital a que se refere o inciso IV será publicado uma só vez, na imprensa oficial do Estado, considerando-se efetivada a intimação 5 (cinco) dias após a publicação.**

§ 6º O edital será publicado também em jornal de circulação local, se houver.

Art. 166º. O agente autuante descreverá de forma clara e inequívoca os fatos considerados para a classificação da infração, demonstrando a gravidade dos mesmos, os antecedentes e a situação econômica do infrator.

Art. 167º. A fiscalização ambiental nas microempresas e empresas de pequeno porte deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§ 1º Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada infração que caracterize crime ambiental, ou, ainda, na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 2º A primeira visita será para fins de orientação, externalizada pela emissão de notificação.

CAPÍTULO III

DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 168º. **As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:**

I – advertência por escrito, em que o infrator será intimado para fazer cessar a irregularidade sob pena de imposição de outras sanções;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV – apreensão, destruição e inutilização do produto;

V – suspensão de venda e fabricação do produto;

VI - suspensão parcial ou total das atividades; e

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

VIII - demolição de obra;

IX - restritiva de direitos.

§ 1º O órgão ambiental poderá aplicar de forma acautelatória qualquer das sanções previstas neste artigo para evitar risco ou continuidade de dano ambiental.

§ 2º Quando o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

SEÇÃO I

Da Advertência

Art. 169º. **A penalidade de advertência será aplicada quando for constatada infração de menor gravidade, fixando-se quando for o caso, prazo para que a mesma seja sanada.**

§ 1º Considera-se infração de natureza de menor gravidade a que não cause riscos de danos à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 2ºNão caberá advertência no caso de desatendimento de notificação anterior ou embaraço à fiscalização.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no caput, caso o agente autuante constate a existência de irregularidades a serem sanadas, lavrará o auto de infração com a indicação da respectiva sanção de advertência, ocasião em que estabelecerá prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

§ 4º Sanadas as irregularidades no prazo concedido, o agente autuante certificará o ocorrido nos autos e dará seguimento ao processo.

§ 5º Caso o autuado, por negligência ou dolo, deixe de sanar as irregularidades, o agente autuante certificará o ocorrido e aplicará a sanção de multa relativa à infração praticada, independentemente da advertência.

§ 6º A sanção de advertência não excluirá a aplicação de outras sanções.

§ 7º Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de três anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.

SEÇÃO II - Das Multas

Art. 170º. Multa é a imposição pecuniária singular, diária ou cumulativa, de natureza objetiva a que se sujeita o autuado em decorrência da infração cometida.

Art. 171º. A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Parágrafo único. O órgão ou entidade ambiental poderá especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Art. 172º. O valor da multa de que trata esta Lei será corrigido, periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R$ 50,00 (cinqüenta reais) e o máximo de R$ 50.000. 000,00 (cinquenta milhões de reais).

Parágrafo único. Os valores de multa e forma de pagamento serão regulamentados por meio de ato normativo do Poder Público Municipal.

Art. 173º. **Na hipótese de atuações simultâneas feitas pelos agentes federados, em decorrência do mesmo fato, prevalecerá aquele que autuar primeiro.**

Art. 174º. **A multa simples será aplicada para as infrações administrativas em que não couber advertência, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades.**

Parágrafo único. **A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, na forma do regulamento.**

I - O infrator que requerer a conversão será beneficiado com desconto de quarenta por cento do valor da multa consolidada, devendo aplicar os outros sessenta por cento na elaboração e execução de projetos visando a preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

II - Independentemente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.

III – O não cumprimento pelo agente beneficiado com a conversão de multa simples em trabalhos de conservação, melhoria ou recuperação da qualidade do meio ambiente, total ou parcial, implicará na suspensão do benefício concedido e na imediata cobrança da multa imposta.

Art. 175º. **A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo devendo constar no auto de infração o respectivo valor.**

§ 1ºO valor da multa-dia deverá ser fixado de acordo com os critérios estabelecidos neste Código, não podendo ser inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais) nem superior a dez por cento do valor da multa simples máxima cominada para a infração.

§ 2º A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração.

§ 3º Caso a autoridade competente verifique que a situação que deu causa à lavratura do auto de infração não foi regularizada, a multa diária voltará a ser imposta desde a data em que deixou de ser aplicada, sendo notificado o autuado, sem prejuízo da adoção de outras sanções previstas nesta Lei.

§ 4º A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta encerrará a contagem da multa diária a partir da data do protocolo do pedido.

§ 5º Lavrado o auto de infração, será aberto prazo de defesa nos termos estabelecidos nesta lei.

§ 6º Por ocasião do julgamento do auto de infração, a autoridade ambiental deverá, em caso de procedência da autuação, confirmar ou modificar o valor da multa-dia, decidir o período de sua aplicação e consolidar o montante devido pelo autuado para posterior execução.

§ 7º O valor da multa será consolidado e executado periodicamente após o julgamento final, nos casos em que a infração não tenha cessado.

Art. 176º. **As multas podem ter sua exigibilidade suspensa, quando o infrator, por Termo de Ajustamento de Conduta aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA obrigar-se à adoção de medidas específicas, para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental ou se regularizar de acordo com as normas ambientais.**

Parágrafo Único. A multa será reduzida em 90% (noventa por cento) do valor atualizado, monetariamente, quando:

I – a infração consistir irregularidade formal e esta for sanada;

II – nos empreendimentos e atividades licenciados, houver:

a) espontânea e imediata reparação do dano; e

b) requerimento de laudo técnico de constatação de reparação do dano ambiental pelo órgão competente.

III – Quando do cumprimento integral das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta aprovado pela autoridade competente.

Art. 177º. O recolhimento do valor da multa imposta será revertido em favor do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

SEÇÃO III – Da Apreensão, Destruição e Inutilização.

Art. 178º. Serão apreendidos os animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza, objeto de infração administrativa ou utilizada na sua prática, lavrando-se os respectivos termos.

Parágrafo único. Os procedimentos relativos à apreensão obedecerão ao previsto na legislação em vigor.

Art. 179º. **Os** produtos, subprodutos e instrumentos **apreendidos pela fiscalização serão avaliados e posteriormente doados, vendidos, destruídos ou inutilizados conforme decisão motivada da autoridade competente, revertendo os recursos arrecadados pela venda dos produtos ao FMMA, na forma do regulamento.**

§ 1º A autoridade ambiental, mediante decisão fundamentada em que se demonstre a existência de interesse público relevante, poderá autorizar o uso do bem apreendido nas hipóteses em que não haja outro meio disponível para a consecução da respectiva ação fiscalizatória.

§ 2º **Tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, seja destinação final ou destruição, serão determinadas pelo órgão ambiental e correrão às expensas do infrator.**

§ 3º Os equipamentos e veículos de qualquer natureza são considerados instrumentos da infração quando adaptados ou alteradas suas caracterís-

ticas, quer temporária ou definitiva, para a prática da infração, ou ainda, quando utilizados de forma reiterada.

Art. 180º. **Os equipamentos e veículos de qualquer natureza apreendidos poderão ser** confiados a fiel depositário, até o julgamento do processo administrativo, quando serão restituídos ao proprietário, salvo quando os mesmos forem considerados instrumentos da infração.

SEÇÃO IV

Da Suspensão de Venda e Fabricação do Produto

Art. 181º. A suspensão de venda ou fabricação de produto constitui medida que visa a evitar a colocação no mercado de produtos e subprodutos oriundos de infração administrativa ao meio ambiente ou que tenha como objetivo interromper o uso contínuo de matéria-prima e subprodutos de origem ilegal.

Parágrafo único. **A sanção do caput será aplicada de imediato, quando a venda ou fabricação do produto não estiver obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.**

SEÇÃO V

Suspensão Parcial Ou Total Das Atividades

Art. 182º. A suspensão parcial ou total de atividades constitui medida que visa a impedir a continuidade de processos produtivos em desacordo com a legislação ambiental.

SEÇÃO VI

Do Embargo de Obra ou Atividade

Art. 183º. O embargo de obra e/ou atividade e suas respectivas áreas tem por objetivo impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada, devendo restringir-se exclusivamente ao local onde verificou-se a prática do ilícito.

Art. 184º. O descumprimento total ou parcial de embargo, ensejará a aplicação cumulativa das seguintes sanções:

I - suspensão da atividade que originou a infração e da venda de produtos ou subprodutos criados ou produzidos na área ou local objeto do embargo infringido;

II - cancelamento de registros, licenças ou autorizações de funcionamento da atividade econômica junto aos órgãos ambientais e de fiscalização; e

III – aplicação de multa por descumprimento, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. A pedido do interessado, o órgão ambiental autuante emitirá certidão em que conste a atividade, a obra e a parte da área do imóvel que são objetos do embargo, conforme o caso.

Art. 185º.A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade.

SEÇÃO VII

Da Demolição de Obra

Art. 186º. A sanção de demolição de obra poderá ser aplicada pela autoridade ambiental, após o contraditório e ampla defesa, quando:

I - verificada a construção de obra em área ambientalmente protegida em desacordo com a legislação ambiental; ou

II - quando a obra ou construção realizada não atenda às condicionantes da legislação ambiental e não seja passível de regularização.

§ 1º A demolição poderá ser feita pela administração ou pelo infrator, em prazo assinalado, após o julgamento do auto de infração.

§ 2º As despesas para a realização da demolição correrão às custas do infrator, que será notificado para realizá-la ou para reembolsar aos cofres públicos os gastos que tenham sido efetuados pela administração.

§ 3º Não será aplicada a penalidade de demolição quando, mediante laudo técnico, for comprovado que o desfazimento poderá trazer piores impactos ambientais que sua manutenção, caso em que a autoridade ambiental, mediante decisão fundamentada, deverá, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, impor as medidas necessárias à cessação e mitigação do dano ambiental, observada a legislação em vigor.

SEÇÃO VIII

Das Penas Restritivas de Direito

Art. 187º. **As sanções restritivas de direito são:**

I - suspensão ou cancelamento de registro, cadastro, licença ou autorização;

II - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

III - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - proibição de contratar com a Administração Pública.

§ 1º A autoridade ambiental fixará o período de vigência das sanções previstas neste artigo, observando os seguintes prazos:

I - até um ano para a sanção do inciso I do caput deste artigo;

II - até três anos para a sanção prevista nos incisos II, III e IV do caput deste artigo.

§ 2º Em qualquer caso, a extinção da sanção fica condicionada à regularização da conduta que deu origem ao auto de infração, comprovada pelo autuado e devidamente atestada pelo órgão ambiental competente.

Art. 188º.A sanção de suspensão ou cancelamento de registro, cadastro, licença ou autorização será aplicada nas seguintes hipóteses, mediante decisão motivada:

I – Suspensão:

a) Descumprimento injustificado do Termo de Ajustamento de Conduta;

b) Violação de normas legais;

c) Constatação, pelo órgão ambiental, de que as condicionantes não foram cumpridas de forma satisfatória;

II **–** Cancelamento:

a) omissão voluntária ou falsa descrição de informações relevantes;

b) superveniência de graves riscos ambientais ou à saúde;

c) dolo, simulação ou fraude na elaboração do projeto de Licenciamento Ambiental;

d) nos casos de superveniência de fatos modificativos ou impeditivos de direito.

§ 1º A inobservância dos prazos previstos para cumprimento das condicionantes implicará suspensão automática da licença emitida.

§ 2º A sanção de cancelamento prevista neste artigo deverá ser precedida de suspensão cautelar até o cumprimento do devido processo legal.

Art. 189º. As penalidades previstas neste capítulo poderão ser objeto de regulamentação por meio de ato do Poder Executivo Municipal, ouvido o CMMA.

SEÇÃO IX

Das Circunstâncias Agravantes e Atenuantes

Art. 190º. **Para imposição e gradação da penalidade, além das circunstâncias atenuantes e agravantes, a autoridade competente observará:**

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

II - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III - a situação econômica do infrator, no caso de multa.

§ 1º. Para a aplicação do disposto no inciso I, o órgão ou entidade ambiental estabelecerá de forma objetiva critérios complementares para o agravamento e atenuação das sanções administrativas.

§ 2º. As sanções aplicadas pelo agente autuante estarão sujeitas à confirmação pela autoridade julgadora.

Art. 191º. **São circunstâncias que atenuam a sanção:**

I – ser primário o infrator, e de natureza leve a falta por ele cometida;

II - baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator;

III - arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada;

IV - comunicação prévia do infrator às autoridades competentes, em relação ao perigo eminente de degradação ambiental;

V - colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.

Art. 192º. **São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam a infração, a prática de ato infracional:**

I - para obter vantagem pecuniária;

II - coagindo outrem para a execução material da infração;

III - afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;

IV - concorrendo para danos à propriedade alheia;

V - atingindo áreas de unidades de conservação ou áreas sujeitas, por ato do Poder Público, a regime especial de uso;

VI - atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos;

VII - em período de defeso;

VIII - em domingos ou feriados;

IX - à noite;

X - em épocas de seca ou inundações;

XI - no interior do espaço territorial especialmente protegido;

XII - com o emprego de métodos cruéis no abate ou captura de animais;

XIII - mediante fraude ou abuso de confiança;

XIV - mediante abuso do direito de licença, permissão ou autorização ambiental;

XV - no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais;

XVI - atingindo espécies ameaçadas, listadas em relatórios oficiais das autoridades competentes;

XVII - facilitada por funcionário público no exercício de suas funções.

Art. 193º. Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a pena será aplicada em consideração à circunstância preponderante, entendendo-se como tal aquela que caracterize o conteúdo da vontade do autor e as consequências da conduta assumida.

SEÇÃO X

Reincidência

Art. 194º. Constitui reincidência a prática de nova infração administrativa ambiental no período de cinco anos contados da decisão irrecorrível em processo administrativo anterior:

I - específica: cometimento de infração da mesma natureza; ou

II - genérica: o cometimento de infração ambiental de natureza diversa.

Parágrafo único. **No caso de reincidência específica ou genérica, a multa a ser imposta pela prática da nova infração terá seu valor aumentado ao triplo e ao dobro, respectivamente.**

SEÇÃO XI

Prescrição

Art. 195º. Prescreve em cinco anos a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado.

§ 1º Considera-se iniciada a ação de apuração de infração ambiental pela administração com a lavratura do auto de infração.

§ 2º Incide a prescrição no procedimento de apuração do auto de infração paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação.

§ 3º Quando o fato objeto da infração também constituir crime, a prescrição de que trata o caput reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal.

§ 4º A prescrição da pretensão punitiva da administração não elide a obrigação de reparar o dano ambiental.

Art. 196º. Interrompe-se a prescrição:

I - pelo recebimento do auto de infração ou pela cientificação do infrator por qualquer outro meio, inclusive por edital;

II - por qualquer ato inequívoco da administração que importe apuração do fato; e

III - pela decisão administrativa condenatória recorrível.

Parágrafo único. Considera-se ato inequívoco da administração, para o efeito do que dispõe o inciso II, aqueles que impliquem instrução do processo.

Art. 197º. Suspende-se a prescrição durante a vigência do Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo infrator.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 198º. As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições da legislação Federal, Estadual e Municipal.

Art. 199º. O Processo Administrativo Ambiental desenvolver-se-á, ordinariamente, em duas instâncias, a começar pela instauração do procedimento contencioso e terminando com a decisão administrativa irrecorrível exarada no processo ou decurso de prazo para recurso.

Art. 200º. A participação do autuado no Processo Administrativo Ambiental far-se-á, pessoalmente ou por seu representante legal, observado as regras constante do artigo 165 deste código.

Art. 201º. A inobservância, por parte do servidor municipal, dos prazos destinados à instrução, movimentação e julgamento do processo, importa em responsabilidade funcional.

Art. 202º. No recinto da repartição ambiental onde se encontrar o processo, dar-se-á carga a parte interessada ou a seu representante habilitado, durante a fluência dos prazos, independentemente de pedido escrito.

Art. 203º.Quando da infração resultar dano ao meio ambiente, o autuado, independente das penalidades aplicáveis, será obrigado a reparar o dano.

§ 1º A correção da degradação ambiental de que trata este artigo será feita mediante a apresentação de projeto técnico de reparação, aprovado pelo órgão ambiental, exigindo-se, em sendo o caso, assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta.

§ 2º A autoridade competente pode dispensar o infrator de apresentação de projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir.

§ 3º Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental, quer seja por decisão da autoridade am-

biental ou por culpa do infrator, o valor da multa administrativa suspensa será atualizado monetariamente e proporcional ao dano não reparado.

§ 4o A verificação do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental deverá ser realizada mediante laudo de constatação pelo órgão competente.

§ 5° Havendo recusa, ou interrupção sem justificativa técnica do infrator em reparar o dano, a autoridade administrativa encaminhará ao órgão competente, cópia do auto de infração acompanhado de laudo técnico caracterizando o dano ocorrido, para eventual propositura de ação civil visando sua reparação.

Art. 204º. **Nos casos em que a infração administrativa configurar crime incumbe ao agente de fiscalização levar o fato, imediatamente, ao conhecimento da autoridade policial.**

Art. 205º. A assinatura do infrator ou seu representante não constitui formalidade essencial à validade do Auto, nem implica em confissão, nem sua recusa constitui agravante.

Art. 206º. O auto de infração que apresentar vício sanável poderá, a qualquer tempo, ser convalidado de ofício pela autoridade julgadora, mediante despacho saneador.

Parágrafo único. Constatado o vício sanável o procedimento será anulado a partir da fase processual em que o vício foi produzido, reabrindo-se novo prazo para defesa, aproveitando-se os atos regularmente produzidos.

Art. 207º. O auto de infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora competente, que determinará o arquivamento do processo.

§ 1o Para os efeitos do caput, considera-se vício insanável aquele em que a correção da autuação implica modificação do fato descrito no auto de infração.

§ 2o Nos casos em que o auto de infração for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, deverá ser lavrado novo auto, observadas as regras relativas à prescrição.

§ 3o O erro no enquadramento legal da infração não implica vício insanável, podendo ser alterado pela autoridade julgadora mediante decisão fundamentada que retifique o auto de infração.

Art. 208º. Considera-se iniciado o Processo Administrativo Ambiental, com a lavratura de qualquer dos termos ou autos, previsto neste Código, observados o rito e os prazos estabelecidos neste Código e normas correlatas.

Art. 209º. O autuado poderá, no prazo de vinte dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte da intimação, oferecer defesa contra o termo ou auto lavrado:.

§ 1º A defesa deverá no mínimo mencionar:

I - autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - a qualificação do impugnante;

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamentar;

IV - os meios de provas a que o impugnante pretenda produzir, expostos os motivos que as justifiquem, anexando-as a defesa;

§ 2º A defesa não será conhecida quando apresentada:

I - fora do prazo;

II - por quem não seja legitimado; ou

III - perante órgão ou entidade ambiental incompetente.

Art. 210º. Finda a instrução processual, será emitida a decisão interlocutória, que tratará das atenuantes e agravamentos da pena, determinando a notificação do autuado, por meio de aviso de recebimento – AR ou outro meio que assegure a ciência do autuado, para que se manifeste em alegações finais no prazo de 10 dias.

Art. 211º. **Após a apresentação de defesa administrativa e alegações finais ou constatada a sua ausência, caberá à autoridade julgadora formar sua convicção mediante o exame das provas constantes dos autos, proferindo sua decisão, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados do termo final para apresentação de defesa, salvo se forem necessárias diligências probatórias ou informações complementares da autoridade autuante.**

Parágrafo único. Fica facultado ao autuante e ao autuado juntar provas no decorrer do período em que o processo estiver em diligência.

Art. 212º.A decisão da autoridade julgadora não se vincula às sanções aplicadas pelo agente autuante, ou ao valor da multa, podendo, em decisão motivada, de ofício ou a requerimento do interessado, minorar, manter ou majorar o seu valor, respeitados os limites estabelecidos na legislação ambiental vigente.

Art. 213º. Decorrido o prazo de apresentação das alegações finais, o processo será julgado e a decisão administrativa terminativa será emitida e homologada pela autoridade competente.

Art. 214º. Da decisão proferida no julgamento de autuações administrativas caberá pagamento da multa ou recurso para o CMMA no prazo de 20 (vinte) dias.

§ 1º O órgão ambiental responsável aplicará o desconto de trinta por cento sempre que o autuado efetuar o pagamento da penalidade no prazo previsto no caput.

§ 2º Efetuado o pagamento da multa, o comprovante deverá ser anexado aos autos, extinguindo o processo administrativo.

§ 3º As intimações de que trata este artigo se darão por meio de Aviso de Recebimento - AR ou outro meio que assegure a ciência do autuado.

§ 4º O recurso não será conhecido quando apresentado:

I - fora do prazo;

II - por quem não seja legitimado; ou

III - perante órgão ou entidade ambiental incompetente.

Art. 215º. A decisão de primeira e segunda instancia deverá conter no mínimo:

I – o relatório, que é uma síntese do processo;

II – a arguição das alegações de defesa;

III – os fundamentos de fato e de direito;

IV – a conclusão;

V – a ordem de intimação.

Art. 216º. Os recursos interpostos na forma prevista do artigo anterior não terão efeito suspensivo.

§ 1º Na hipótese de justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido do recorrente, conceder efeito suspensivo ao recurso.

§ 2º Quando se tratar de penalidade de multa, os recursos de que trata o artigo anterior terá efeito suspensivo quanto a esta penalidade.

Art. 217º. Ao CMMA caberá a interposição de apenas um recurso, cuja decisão é irrecorrível.

Art. 218º. Transitada em julgado a decisão administrativa será o infrator notificado a recolher, no prazo de trinta dias, a multa.

§ 1 º O infrator deverá comprovar o pagamento da multa, com a juntada de uma via original da guia ao processo administrativo no prazo de cinco dias, contados do último dia do prazo para pagamento.

§ 2 º Verificado o não recolhimento da multa no prazo estabelecido no caput a autoridade administrativa providenciará o encaminhamento do processo a autoridade competente para inscrição em Dívida Ativa e cobrança judicial.

TÍTULO VII –

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 219º. O município promoverá ampla divulgação de sua legislação ambiental, especialmente deste Código, que será distribuído nas instituições de ensino públicas e privadas.

Art. 220º. As atividades econômicas em funcionamento há mais de dois anos, a contar da data de publicação desta lei, sujeitas ao licenciamento ambiental, poderão requerer Licença de Operação, no prazo de 90 (noventa) dias, independentemente de possuírem Licença Prévia ou Licença de Instalação, desde que adequadas a legislação ambiental.

Art. 221º. O cadastramento de que trata o art. 48 deste código, deverá ser feito em 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 222º. As atividades sujeitas ao licenciamento ambiental que estiverem com processo de licenciamento ambiental junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, que passarem a ser licenciados junto ao município, devem apresentar cópia do processo de licenciamento para devida regularização junto ao município, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta Lei, sem prejuízo financeiro ao interessado.

Art. 223º. Fica instituída a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Município de Ribeirão Cascalheira - TCFA, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras dos recursos naturais.

Parágrafo único. Lei específica irá normatizar os valores e cobrança da TCFA, os sujeitos passivos, os casos de isenção, o prazo de recolhimento, as sanções aplicáveis no caso de mora, a destinação, dentre outras especificidades necessárias para o regular exercício da cobrança da TCFA.

Art. 224º. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente expedirá as normas técnicas, padrões e critérios aprovados no Conselho Municipal do Meio Ambiente, destinadas a complementar esta Lei e seu regulamento.

Art. 225º. Serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições constantes das legislações federal e estadual.

Art. 226º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 18 DE JUNHO DE 2015.

Reynaldo Fonseca Diniz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

LEI N.º 669, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

LEI N.º 669, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

"Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento-Programa do Município de Rio Branco e Dá Outras Providências".

ANTÔNIO XAVIER DE ARAÚJO, Prefeito de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito adicional especial no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.05 - PREVIRB-RIO BRANCO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

082 - PREVIDÊNCIA

103 - CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

2.009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A PREVIRB

3.3.90.14.00.00 – DIÁRIAS – CIVIL.....R$ 4.000,00

TOTAL .....R$ 4.000,00

Art. 2º. - A cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta lei, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.05 - PREVIRB-RIO BRANCO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

082 - PREVIDÊNCIA

103 - CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

2.012 - RESERVA DO RPPS

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 4. 000,00

TOTAL .....R$ 4.000,00

Art. 3º. – Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar as devidas alterações nos anexos da Lei nº 638/2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e nos Anexos da Lei nº 622/2013 do Plano Plurianual, para o exercício de 2014 a 2017; Órgão 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; Unidade Orçamentária 03 - PREVIRB-RIO BRANCO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL.

Art. 4º. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Branco-MT, em 11 de junho de 2015.

ANTÔNIO XAVIER DE ARAÚJO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI N° 670, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

LEI N° 670, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Súmula: Dispõe sobre a inclusão de projeto/atividade nos anexos de metas e prioridades da Lei Municipal nº 622/2013 Plano Plurianual do Município de Rio Branco para o Quadriênio 2014/2017.

Antônio Xavier de Araújo, Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o plenário da Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir nova ação (Projeto/Atividade) no Plano Plurianual para o ano 2015, 2016 e 2017, constituído pelo anexo da Lei nº 622/2013 - Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017.

Órgão: 04- Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 003 - Departamento de Cadastro, Tribut. e Fiscalização

Função: 04 – Administração

Subfunção: 129 – Administração de Receitas

Programa: 0007 – Administração

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 1.200 – Promoção de Campanhas de Arrecadação	Dpto Cad., Trib. e Fisc.	A	01	UN	2015	5.211,00
					2016	5.500,00
					2017	5.500,00
			Total			**16.211,00**

Total das Inclusões.....R$ 16.211,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio Branco/MT, aos 11 dias de Junho de 2015.

Antônio Xavier de Araújo

Prefeito

LEI Nº 668, DE 09 DE JUNHO DE 2015.

LEI Nº 668, DE 09 DE JUNHO DE 2015.

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Branco – MT e dá outras providências.

Antônio Xavier de Araújo, Prefeito do Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Faço saber que a Câmara Municipal, pelos seus representantes, aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

TITULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Esta Lei institui o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Rio Branco.

Art. 2º. O Estatuto dos Servidores Públicos Municipais para efeito desta Lei, é o conjunto de preceitos de direitos e deveres, proibições e responsabilidades, dos servidores públicos, estabelecidos com base nos princípios constitucionais que regem as relações entre o município e seus servidores.

Art. 3º. Para efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público;

Art. 4º Cargo público integrante da carreira é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que deve ser cometida a um servidor.

Paragrafo Único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e remuneração paga pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 5º Os cargos de provimento efetivo da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações criadas e mantidas pelo Poder Público, serão organizados e providos em carreiras.

Art. 6º As carreiras serão organizadas em classes de cargos, observadas a escolaridade e a qualificação profissional exigidas, bem assim a natureza e complexidade das atribuições a serem exercidas e manterão correlação com as finalidades dos órgãos ou entidades a que devam atender.

§ 1º Classe é a divisão básica da carreira, que agrupa os cargos da mesma denominação, segundo o nível de atribuições e responsabilidades;

§ 2º As classes serão desdobradas em padrões, aos quais correspondem a remuneração do cargo.

§ 3º As carreiras compreendem classes de cargos do mesmo grupo profissional, reunidas em segmentos distintos, de acordo com a escolaridade exigida para ingresso**.**

Art. 7º Quadro é o conjunto de carreiras, cargos e funções pertencentes à estrutura funcional da administração direta, autárquica e das fundacional da Administração Publica Municipal.

Art. 8º. É proibida a prestação de serviço gratuito, salvo os casos previstos em Lei.

TÍTULO II

Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição.

CAPITULO I

Do Provimento

Seção

Das Disposições Gerais

Art. 9º.:São requisitos básicos para o ingresso no serviço público:

I – a nacionalidade brasileira ou estrangeira;

II – o gozo dos direitos políticos;

III – a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V – a idade mínima prevista em lei;

VI – aptidão física e mental;

§ 1º. A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração,

§ 2º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 3º. Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais fica reservado um percentual nunca inferior a 5% (cinco

por cento) das vagas oferecidas no concurso, observando-se disposição legal.

Art. 10. O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder, do dirigente superior de Autarquia ou de Fundação Pública.

Parágrafo único. As Autarquias e Fundações Públicas, para proverem os seus cargos, dependem de prévia autorização do Prefeito Municipal.

Art. 11. A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 12. São formas de provimento de cargo público:

I – nomeação;

II – readaptação;

III – reversão;

IV – reintegração;

V – transferência;

VI – aproveitamento;

VII – recondução.

Seção II Da Nomeação

Art. 13. A nomeação far-se-á:

I – em caráter efetivo quando se tratar de cargo de carreira;

II – em comissão, para cargo de confiança, de livre nomeação e exoneração.

§ 1º. A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

§ 2º. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, progressão, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Municipal e seus regulamentos.

Seção III

Do Concurso Público

Art. 14. O concurso será de provas ou de provas e títulos, conforme dispuser o regulamento e as disposições do plano de carreira.

Art. 15. O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º. O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização, serão fixadas em edital, que será aplicado conforme normas estabelecidas no edital.

§ 2º. Não se abrirá novo concurso público para o mesmo cargo enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado

Seção IV Da Posse e do Exercício

Art. 16. Posse é investidura no cargo público mediante aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de desempenhá-lo com probidade e obediência às normas legais e regulamentares, formalizada com assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º. A posse deverá ocorrer no prazo de até trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por mais trinta dias, a requerimento do interessado, mediante justificativa.

§ 2º. A posse, excepcionalmente, poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 3º. Em se tratando de servidor em licença, ou em outro afastamento legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 4º. Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 5º. No ato da posse, o servidor deverá apresentar, obrigatoriamente, declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo 1º deste artigo.

Art. 17. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial do Município ou, em sua falta, quem este indicar.

Parágrafo único. Será empossado em cargo público aquele que for julgado apto física e mentalmente pela inspeção médica oficial, excetuando-se os casos previstos no § 3° do Artigo 9° desta lei.

Art. 18. São competentes para dar posse:

I – o Prefeito, aos secretários municipais e demais autoridades que lhe sejam diretamente subordinadas, inclusive os dirigentes de autarquias e fundações públicas;

II – os secretários municipais, aos ocupantes dos cargos em comissão e funções no âmbito das respectivas secretarias;

III – os dirigentes de autarquias e fundações aos ocupantes de cargos em comissão, de funções e cargos efetivos da respectiva entidade;

IV – o secretário de administração ou titular de outro órgão de atribuições afins, cuja competência esteja expressa no Regimento Interno, aos servidores efetivos.

Art. 19. A autoridade que der posse deverá verificar, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições estabelecidas em lei ou regulamento para a investidura no cargo.

Art. 20. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

Art. 21. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único. O início do exercício e as alterações que ocorrerem serão comunicadas ao órgão competente pelo chefe da repartição ou serviço em que estiver lotado o servidor.

Art. 22. Ao chefe da repartição ou serviço onde for designado o servidor, compete dar-lhe exercício.

Art. 23. O exercício do cargo terá início dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, contados:

I – da data da posse;

II – da data da publicação oficial do ato, no caso de remoção, readaptação, reintegração, aproveitamento, reversão, redistribuirão, transferência e recondução.

§ 1º. Os prazos previstos neste artigo poderão ser prorrogados por 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado e a juízo da autoridade competente, devidamente justificado.

§ 2º. O exercício de função gratificada dar-se-á no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da publicação do ato de designação.

§ 3º. No caso de remoção, o prazo para exercício de servidor em férias ou licença será contado da data em que retornar ao serviço.

§ 4º Ao entrar em exercício o servidor apresentará, ao órgão competente, os elementos necessários ao assentamento individual

§5º O servidor empossado que não entrar em exercício dentro do prazo fixado, será exonerado.

Art. 24. A transferência, promoção ou a ascensão não interrompem o tempo de exercício, que é contado do novo posicionamento na carreira, a partir da data da publicação do ato que transferir ou ascender o servidor.

Art. 25. Salvo os casos previstos nesta Lei, o servidor que interromper o exercício por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, ficará sujeito a processo administrativo, com pena de demissão por abandono de cargo.

Parágrafo único Na hipótese do servidor encontrar-se afastado legalmente, o prazo a que se refere este artigo será contado a partir do término do afastamento.

Art. 26. O ocupante de cargo de provimento efetivo, integrante do sistema de carreira, terá a sua opção de carga horaria estabelecida na lei de carreira a que pertence.

Seção V

Da Frequência e do horário

Art. 27. A frequência será apurada por meio de ponto.

§ 1º. Ponto é o registro pelo qual se verificará, diariamente, a entrada e saída dos servidores ao serviço.

§ 2º. Nos registros de ponto, deverão ser lançados todos os elementos necessários a apuração da freqüência.

Art. 28. É vedado dispensar o servidor do registro de ponto, salvo nos casos expressamente previstos em Lei ou regulamento.

§ 1º. A falta abonada é considerada, para todos os efeitos, presença ao serviço.

§ 2º. Excepcionalmente e apenas para elidir efeitos disciplinares, poderá ser justificada falta ao serviço.

§ 3º. O servidor deverá permanecer em serviço durante o horário de trabalho, inclusive nas horas extraordinárias, quando convocado.

§ 4º. Nos dias úteis, somente por determinação expressa do Prefeito Municipal poderão deixar de funcionar os serviços públicos ou serem suspensos os seus trabalhos, no todo ou em parte.

Art. 29. Os ocupantes de cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração, ficando sujeito a carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo quando houver outra Lei que estabeleça horário específico.

Paragrafo Único. A administração poderá modificar a carga horária prevista no *caput* deste artigo, observado o interesse de serviço.

Seção VI Do Estágio Probatório

Art. 30. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão, eficiência e capacidade serão objeto de avaliação de desempenho no cargo, observados os seguintes fatores:

I – assiduidade;

II – eficiência;

III – disciplina;

IV – capacidade de iniciativa;

V – produtividade;

VI – responsabilidade e;

VII – idoneidade moral.

§ 1º. Três meses antes de findar o período de estágio probatório, a Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional submeterá à autoridade competente o resultado da avaliação do servidor realizada de acordo com dispositivos constantes de regulamento próprio para a sua homologação, sem prejuízo da continuidade da apuração dos fatores enumerados nos incisos I ao VII.

§ 2º. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

§ 3° Se, no curso do estágio probatório, for apurada, em processo regular, a inaptidão para exercício do cargo, será exonerado.

§ 4° No curso do processo a que se refere o parágrafo anterior, e desde a sua instauração, será assegurado ao servidor ampla defesa que poderá ser exercitada pessoalmente ou por intermédio de procurador habilitado, conferindo-lhe, ainda, o prazo de 10 (dez) dias, para juntada de documentos e apresentação de defesa escrita.

§ 5° Não constituem provas suficientes e eficazes as certidões ou portarias desacompanhadas dos documentos de atos administrativos para avaliar negativamente a aptidão e capacidade do servidor no desempenho do cargo, sobretudo nos fatores a que refere os incisos I, II, III, IV, V, VI e VII deste artigo.

Seção VII Da Estabilidade

Art. 31. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo efetivo, adquirirá estabilidade no cargo ao completar três anos de efetivo exercício, se aprovado no estágio probatório.

Art. 32. O servidor estável só perderá o cargo:

I – Em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

Seção VIII

Da Transferência

Art.33 Transferência é a passagem do servidor estável de cargo efetivo de carreira para outro de igual denominação, classe e remuneração, pertencente a quadro de pessoal diverso e na mesma localidade.

Art. 34 Será admitida a transferência de servidor ocupante de cargo de quadro em extinção para igual situação em quadro de outro órgão ou entidade.

Parágrafo único A transferência far-se-á a pedido do servidor, atendendo a conveniência do serviço público.

Art. 35 São requisitos essenciais da transferência:

I - interesse comprovado do serviço;

II - existência de vaga;

III - contar, o servidor, com 02 (dois) anos de efetivo exercício no cargo.

Parágrafo único Nos casos de transferência não se aplicam os incisos deste artigo para cônjuge ou companheiro (a).

Art. 36 As transferências não poderão exceder de 1/3 (um terço) das vagas de cada classe.

Seção IX Da Readaptação

Art. 37. Readaptação é a investidura do servidor estável em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial.

§ 1° Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado, nos termos da lei vigente.

§ 2. A readaptação será efetivada em cargo de carreira de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

Art. 38. A readaptação será feita a pedido ou *"ex-offício"* e será processada:

I – quando provisória, mediante ato do Secretário de Administração considerando a redução ou atribuição de novos encargos ao servidor, na mesma ou em outra unidade administrativa, respeitada a hierarquia e as funções do seu cargo;

II – quando definitiva, por ato do Prefeito, em cargo de carreira de atribuições afins, mediante transferência, observados os requisitos de habilitação exigidos.

Art. 39. A readaptação não acarretará aumento ou redução de vencimento ou remuneração do servidor.

Seção X Da Reversão

Art. 40. Reversão é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

§ 1º. A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação, atendendo a habilitação profissional do servidor.

§ 2º. Encontrando-se provido de cargo em comissão, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 41. Não poderá ocorrer reversão quando o aposentado já tiver completado 70(setenta) anos de idade.

Art. 42 A reversão far-se-á a pedido.

Seção XI Da Reintegração

Art. 43. Reintegração é a investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todos os direitos e vantagens.

§ 1º. Se o cargo estiver provido, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização ou aproveitamento em outro cargo equivalente.

§ 2º. Se o cargo houver sido extinto a reintegração far-se-á em cargo equivalente, respeitada a habilitação profissional, ou, não sendo possível, o servidor ficará em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ **3°** O cargo a que se refere o artigo somente poderá ser preenchido em caráter precário até o julgamento final.

Seção XII Da Recondução

Art. 44. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I – inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II – reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro cargo, observado o disposto no art. 43 desta Lei.

Seção XIII Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 45. O servidor estável será posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 46 Aproveitamento é o retorno do servidor em disponibilidade ao exercício do cargo público.

§ 1º O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento, obrigatório no prazo máximo de 12 (doze) meses, em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

§ 2º. O órgão de pessoal determinará o imediato aproveitamento do servidor em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 47. O aproveitamento de servidor que se encontre em disponibilidade dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental, por junta médica oficial.

§ 1º. Se julgado apto o servidor assumirá o exercício do cargo no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de aproveitamento.

§ 2º. Verificada a incapacidade definitiva, o servidor em disponibilidade será aposentado nos termos da legislação vigente.

Art. 48. Será tornado sem efeito o aproveitamento e extinta a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo em caso de doença comprovada por junta médica oficial.

§ 1º. A hipótese prevista neste artigo, configurará abandono do cargo apurado mediante inquérito na forma desta Lei.

§ 2º. Nos casos de extinção de órgão ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade, até seu aproveitamento.

Art. 49. Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, no caso de empate, o de maior tempo de serviço público.

CAPÍTULO II Da Vacância

Art. 50. A vacância do cargo público decorrerá de:

I – exoneração;

II – demissão;

III – transferência;

IV – posse em outro cargo.

V – aposentadoria;

VI – falecimento.

VII - readaptação

Art. 51. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou *"ex-offício".*

Parágrafo único. A exoneração *"ex-offício"* será aplicada:

I – quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II – quando, tendo tomado posse o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido;

III – quando, por decorrência de prazo, ficar extinta a punibilidade para demissão por abandono de cargo.

Art. 52. A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

I – a juízo da autoridade competente;

II – a pedido do próprio servidor.

Parágrafo único. O afastamento do servidor da função de direção, de chefia e assessoramento dar-se-á:

I – a pedido;

II – mediante dispensa nos casos de:

a) promoção;

b) cumprimento do prazo exigido para rotatividade na função;

c) falta de exação no exercício de suas atribuições segundo o resultado do processo de avaliação, conforme estabelecido em lei e regulamento.

Art. 53. A vaga ocorrerá:

I – na data da vigência do ato de promoção funcional, transferência, aposentadoria, exoneração ou demissão do ocupante do cargo;

II – na data do falecimento do ocupante do cargo;

III – na data da vigência do ato que criar o cargo ou permitir seu aproveitamento;

IV – da posse em outro cargo de acumulação proibida.

Art. 54. Quando se tratar de função gratificada, dar-se-á a vacância por dispensa, a pedido, *"ex-offício"* ou por falecimento do ocupante.

CAPÍTULO III Da Remoção e da Redistribuição Seção I Da Remoção

Art. 55. Remoção é deslocamento do servidor, a pedido ou *"ex-offício"*, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, observada a lotação existente em cada órgão.

Art. 56. Dar-se-á a remoção de:

I – uma secretaria para outra;

II – uma localidade para outra dentro do território do Município no âmbito de cada secretaria.

§ 1º. A remoção destina-se a preencher vaga existente na unidade ou localidade vedado seu processamento quando não houver vaga a ser preenchida, exceto no caso de permuta.

§ 2º. A remoção por permuta será processada a requerimento de ambos os interessados, com anuência dos respectivos secretários ou dirigentes de órgão, conforme prescrito neste capítulo.

§ 3º A remoção a pedido para outra localidade, por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, fica condicionada à apresentação de laudo pericial emitido pela junta médica oficial, bem como à existência de vaga.

§ 4º A remoção para outra localidade, baseada no interesse público, deverá ser devidamente fundamentada.

Seção II Da Redistribuição

Art. 57 Redistribuição é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo, para o quadro de pessoal do mesmo ou qualquer órgão ou entidade do governo, cujos planos de carreira e remuneração sejam idênticos, observado sempre o interesse da administração.

§ 1º. A redistribuição dar-se-á exclusivamente para ajustamento do quadro de pessoal às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

§ 2º. Nos casos de extinção de órgão ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade até seu aproveitamento na forma do disposto nesta Lei.

CAPÍTULO IV Da Substituição

Art. 58. Haverá substituição nos impedimentos ocasionais ou temporários dos ocupantes de cargos em comissão de direção superior ou de função gratificada de acordo com seguinte:

I - em caso de afastamento do superior hierárquico, por até 30 (trinta) dias, inclusive férias, os ocupantes dos cargos imediatamente subordinados responderão pelas competências sob sua responsabilidade ou;

II - em não havendo chefia imediatamente subordinada, será feita designação para substituição temporária por meio de portaria emitida pelo titular da pasta e publicada.

Art. 59. A substituição na função gratificada independe de posse e será automática ou dependerá de ato da Administração, devendo recair sempre em servidor do quadro.

§ 1º. A substituição automática é a estabelecida em lei ou regulamento e processar-se-á independentemente de ato.

§ 2º. Quando depender de ato da Administração, se a substituição for indispensável, o substituto será designado por ato do Prefeito ou do titular da secretaria, conforme o caso.

§ 3º. O substituto fará jus à remuneração pelo exercício do cargo em comissão ou função de direção ou chefia, paga na proporção dos dias da efetiva substituição.

§ 4º. A substituição remunerada dependerá de ato da autoridade competente para designar, exceto nos casos de substituição previstos em lei ou regulamento.

§ 5º. Quando se tratar de detentor de cargo em comissão ou função gratificada, o substituto fará jus somente à diferença de remuneração.

TÍTULO III Do Sistema Da Carreira

Art. 60. Carreira é o conjunto de classes e níveis da mesma natureza funcional e hierarquizadas segundo o grau de escolaridade, responsabilidade e complexidade a elas inerentes, para desenvolvimento nas classes dos cargos ou empregos que a integram carreira consolidar-se-á sob a forma de evolução funcional.

CAPÍTULO I Da Evolução Funcional

Art. 61. A evolução funcional dar-se-á de duas formas:

I – progressão horizontal e;

II – progressão vertical.

Art. 62. Progressão horizontal é a passagem de uma classe para outra subsequente, desde que obedecidos os critérios de escolaridade e interstícios.

Art. 63. Progressão vertical é a passagem de um nível para o outro subsequente, desde que cumpridos os critérios de interstício e avaliação de desempenho.

Art. 64. Os critérios para aplicação desde capitulo serão definidos ao instituir os planos de carreira dos servidores públicos municipais.

TÍTULO IV

Dos Direitos e Vantagens

CAPÍTULO I

Dos Direitos

Seção I

Do Sistema Remuneratório

Art. 65. O sistema remuneratório dos servidores públicos municipais será estabelecido através do subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação, ou outra espécie remuneratória, obedecido o disposto no art. 37, X e XI, da Constituição Federal.

Parágrafo único O subsídio de que trata o *caput* deste artigo é o somatório de todas as verbas remuneratórias e demais vantagens pecuniárias atualmente percebidas pelos servidores públicos municipais.

Art. 66 O servidor efetivo nomeado em cargo em comissão ou função de confiança, poderá optar pelo subsídio integral do cargo em comissão ou da função de confiança, ou pelo seu subsídio atual acrescido do percentual de até 50% (cinquenta por cento) do valor do subsídio do cargo em comissão ou função de confiança.

Art. 67. A remuneração dos ocupantes de cargos e funções da administração direta, autárquica e fundacional, pensões ou outra espécie remuneratória, percebida cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O vencimento atribuído ao cargo de carreira não pode ser inferior ao salário mínimo.

Art. 68. Os subsídios dos servidores públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 1º. É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público municipal.

§ 2º. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

Art. 69. A fixação do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Art. 70. O servidor perderá:

I – a remuneração dos dias que faltar ao serviço, salvo motivo legal ou moléstia comprovada;

II – 1/3 (um terço) da remuneração do dia, quando comparecer ao serviço com atraso máximo de uma hora, ou quando se retirar antecipadamente;

III - 1/3 (um terço) da remuneração durante o afastamento por motivo de prisão preventiva, pronúncia por crime comum, denúncia por crime funcional, condenação recorrível por crime inafiançável ou processo no qual haja pronúncia, com direito à diferença, se absolvida;

IV - 2/3 (dois terços) da remuneração durante o período de afastamento em virtude da condenação por sentença definitiva, cuja pena não resulte em demissão

Art. 71. Salvo por imposição legal ou mandada judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

§ 1º. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da Administração e com reposição dos custos, na forma definida em regulamento.

§ 2º. Independente do parcelamento previsto neste artigo, o recebimento de quantias indevidas poderá implicar processo disciplinar para apuração das responsabilidades e aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 72. As reposições e indenizações ao Erário Municipal serão descontadas em parcelas mensais não excedentes à décima parte da remuneração ou provento, em valores atualizados.

Art. 73. O servidor em débito com o Erário Municipal que for demitido, exonerado ou que tiver a sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para quitá-lo.

Parágrafo único. A não quitação do débito no prazo previsto implicará na sua inscrição em dívida ativa.

Art. 74. A remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes da homologação ou decisão judicial.

Seção II

Das Férias

Art. 75. O servidor fará jus anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias, que poderão ser acumuladas até o máximo de 02 (dois) períodos, no caso de necessidade de serviço atestada pelo chefe imediato, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

§ 1° Para o período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2° É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3° Fica proibida a contagem, em dobro, de férias não gozadas, para fins de aposentadoria, nos termos da Constituição Federal.

§ 4° Para gozo das férias previstas neste artigo, deverá ser observada a escala a ser organizada pela secretaria.

§ 5º As férias poderão ser parceladas em até 02 (duas) etapas, se assim requeridas pelo servidor e desde que haja conveniência administrativa, sendo cada uma destas de 15 (quinze dias).

§ 6º Caso não cumprido o estabelecido no *caput* deste artigo, o servidor público, automaticamente, entrará em gozo de férias a partir do primeiro dia do terceiro período aquisitivo.

§ 7º. Os períodos de férias acumulados em desacordo com o caput deste artigo, não serão indenizados, salvo na hipótese de desligamento do servidor.

Art. 76. Poderá a Administração Municipal conceder férias coletivas, desde que os serviços essenciais sejam mantidos em funcionamento.

Art. 77. O servidor que opera direta e permanentemente com Raios X e substâncias radioativas gozará, obrigatoriamente 20 (vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese a acumulação.

Art. 78. As férias somente poderão ser interrompidas por motivos de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo superior de interesse público.

Art. 79. Independente de solicitação será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de férias.

§ 1º. No caso do servidor exercer função gratificada ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

Art. 80 É proibida a transferência e remoção do servidor quando em gozo de férias

CAPÍTULO II

Das Vantagens

Art.81. Além do subsidio poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I – indenizações;

II – gratificações e adicionais

Parágrafo único. As indenizações, as gratificações e os adicionais não se incorporam ao subsidio ou provento, para qualquer efeito.

Art. 82. As vantagens não serão computadas e nem acumuladas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Seção I

Das Indenizações

Art. 83. Constituem indenizações para o servidor:

I – ajuda de custo;

II – diárias;

III – transporte.

Art. 84. Os valores das indenizações, assim como as condições para a sua concessão, serão estabelecidos em regulamento.

Subseção I

Da Ajuda de Custo

Art. 85. A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas do servidor que, no interesse do serviço, for deslocado no Município, para ter exercício em nova sede, com mudança e em caráter permanente.

Art. 86. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.

Art. 87. A ajuda de custo ao servidor não poderá exceder à importância correspondente a três meses de seu vencimento base e será paga uma vez em cada situação.

Art. 88. Nos casos de afastamento para prestar serviços em outro órgão ou entidade, a ajuda de custo deverá ser paga pelo cessionário.

Art. 89. Não será devida ajuda de custo, quando se tratar de mudança de sede ou domicílio, a pedido do servidor.

Art. 90. O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar para as funções, ou ainda, pedir exoneração antes de completar 90 (noventa) dias de exercício para onde foi designado.

Parágrafo único. Não haverá obrigação de restituir, no caso de exoneração *"ex-offício"*, ou quando o retorno for determinado pela Administração ou por motivo de doença comprovada.

Subseção II

Das Diárias

Art. 91. O servidor que a serviço tiver de afastar da sede, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território do Estado ou do País, fará jus a passagens e diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana e rural.

§ 1º. A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.

§ 2º. Não poderão ser pagas mais de 15 (quinze) diárias no mês, por servidor, salvo autorização expressa do Chefe do Poder Executivo nos casos considerados excepcionais.

Art. 92. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede por qualquer motivo ficará obrigado a restitui-las integralmente, no prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo único. Nas hipóteses de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, em igual prazo.

Subseção III

Do Transporte

Art. 93. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força de atribuições próprias do cargo, conforme estabelecido em regulamento.

§ 1º. Somente fará jus à indenização de transporte pelo seu valor integral o servidor que, no mês, haja efetivamente realizado serviços externos durante, pelo menos, 20 (vinte) dias.

§ 2º. Se o número de dias em serviço externo for inferior ao previsto no parágrafo anterior, a indenização será devida na proporção de 1/20 (um vinte avos) por dia de realização de serviço.

Seção III

Das Gratificações e Adicionais

Art. 94. Além da remuneração e das indenizações previstas nesta Lei, serão deferidas aos servidores as seguintes gratificações e adicionais:

I – gratificação natalina;

II – adicional de insalubridade

III – adicional pela prestação de serviço extraordinário;

IV –adicional de férias;

V – adicional noturno;

Subseção I

Da Gratificação Natalina

Art. 95. A gratificação natalina, que equivale ao 13º (décimo terceiro) salário previsto na Constituição Federal, corresponderá a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

Parágrafo único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Art. 96. A gratificação natalina poderá ser paga nas seguintes formas

I – integralmente até o dia vinte do mês de dezembro de cada ano;

II – integralmente no mês do aniversário do servidor pertencente ao quadro permanente dos órgãos públicos municipais;

III – proporcionalmente no mês do aniversário do servidor pertencente ao quadro temporário dos órgãos públicos municipais;

IV – integralmente à época da concessão das férias regulamentares do servidor do quadro permanente.

Art. 97.O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina proporcionalmente aos meses de efetivo exercício, calculada sobre o subsidio do mês da exoneração.

Art. 98. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Subseção II

Do Adicional de Insalubridade

Art. 99. O Adicional de Insalubridade poderá ser pago aos servidores da área de saúde conforme disposto em lei ou regulamento.

Subseção III

Do Adicional por Serviço Extraordinário

Art. 100. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Art. 101. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 02 (duas) horas por jornada.

Art. 102. Ao ocupante do cargo em comissão ou função gratificada não será devido o adicional previsto no artigo anterior.

Subseção IV

Do Adicional de Férias

Art. 103. Independentemente de solicitação será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de férias juntamente com o pagamento do mês.

Parágrafo único No caso do servidor exercer função de direção, chefia, assessoramento ou assistência ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

Art. 104 O servidor em regime de acumulação lícita perceberá o adicional de férias calculado sobre a remuneração do cargo em que for gozar as férias.

Subseção V

Do Adicional Noturno

Art. 105. O serviço noturno prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 05 (cinco) horas do dia seguinte terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como 52' (cinquenta e dois minutos) e 30" (trinta segundos).

CAPÍTULO III

DAS LICENÇAS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 106. Conceder-se-á licença:

I – para tratamento de saúde;

II – por motivo de doença em pessoa da família;

III – à gestante e a adotante;

IV – à paternidade;

V – para prestação de serviço militar;

VI – por motivo de acompanhamento do cônjuge ou companheiro;

VII – para atividade política;

VIII – para prêmio por assiduidade;

IX – para o tratamento de interesse particular;

X – para o exercício de mandato classista;

XI – Licença para qualificação profissional.

§ 1º. O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo os casos dos incisos V, VI, VII e X.

§ 2º. A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie, será considerada como prorrogação.

Art. 107. Terminada a licença, o servidor reassumirá o exercício, salvo nos casos de prorrogação.

§ 1º. O pedido de prorrogação deverá ser apresentado antes de findo o prazo de licença.

§ 2º. Se indeferido o pedido, contar-se-á como licença sem vencimento o período compreendido entre a data de seu término e a do conhecimento oficial do despacho denegatório.

Art. 108. A licença médica será concedida pelo prazo indicado no laudo médico da junta médica oficial.

§ 1º. Dois dias antes de terminado o prazo haverá nova inspeção da junta médica oficial e o laudo médico concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença, pela aposentadoria ou pela readaptação do servidor.

§ 2º. Se o servidor se apresentar à nova inspeção após a época prevista no parágrafo anterior, caso não se justifique a prorrogação, serão considerados como faltas os dias de ausência ao serviço.

Art. 109. O tempo necessário à inspeção médica será sempre considerado como licença, desde que não fique caracterizada a simulação.

Art. 110. Quando se verificar, como resultado de inspeção médica pelo órgão competente do Município, ou a quem este indicar, redução de capacidade física do servidor ou estado de saúde que impossibilite o exercício das funções inerentes ao seu cargo, e desde que não se configure a necessidade de aposentadoria, nem de licença para o tratamento de saúde, poderá o servidor ser readaptado nos termos desta Lei.

§ 1º. Na hipótese deste artigo, o servidor se submeterá, obrigatoriamente, à inspeção médica no término do prazo fixado para a readaptação.

§ 2º. Readquirida a capacidade física, o servidor retornará às atividades próprias de seu cargo.

§ 3º. Por ato do Prefeito o servidor poderá ser readaptado definitivamente, desde que recomendada esta providência por meio da inspeção médica especializada.

Seção II

Da Licença para o tratamento de saúde

Art. 111. A licença para tratamento de saúde será concedida ao servidor por inspeção médica realizada pela Secretaria de Saúde do Município ou na sua falta, quem este indicar.

§ 1º. Incumbirá à chefia imediata facilitar a apresentação do servidor à inspeção médica sempre que este solicitar.

§ 2º. Caso o servidor esteja ausente do Município e absolutamente impossibilitado de locomover-se por motivo de saúde, poderá ser admitido laudo médico particular circunstanciado.

§ 3º. O laudo médico particular somente poderá ser aceito depois de homologado pelo órgão próprio de inspeção médica do Município.

§ 4º. Caso não se justifique a licença, serão considerados como de licença sem vencimento os dias de ausência ao serviço

Art. 112. O servidor não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, exceto nos casos considerados recuperáveis, em que, por proposta da junta médica, poderá ser prorrogado.

§ 1º. Expirado o prazo deste artigo, o servidor será submetido à nova inspeção médica e aposentado, se julgado definitivamente inválido para o serviço público em geral e não puder ser readaptado.

§ 2º. No período em que houver afastamento para tratamento de saúde, desde que superior a quinze dias, o servidor ficará à disposição do PREVIRB e sua remuneração será custeada com recursos da previdência social do município.

Art. 113. Nos processamentos das licenças para tratamento de saúde, será observado o devido sigilo sobre os laudos e atestados médicos.

Art. 114. No curso da licença para tratamento de saúde, o servidor abster-se-á de atividades remuneradas, sob pena de interrupção da licença, com perda total do vencimento, desde o início destas atividades e até que reassuma o cargo.

Parágrafo único. O período compreendido entre a interrupção da licença e a assunção será considerado como licença sem vencimento.

Art. 115. O servidor não poderá recusar-se à inspeção médica, sob pena de suspensão do pagamento do vencimento, até que se realize a inspeção.

Art. 116. Considerado apto em inspeção médica, o servidor reassumirá o exercício, sob pena de serem computados como faltas os dias de ausência.

Art. 117. No curso da licença, poderá o servidor requerer inspeção médica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício.

Art. 118. A remuneração do servidor licenciado para tratamento de saúde será obedecida conforme parágrafo 2.º do art. 106.

Art. 119. Em caso de acidente de trabalho ou de doença profissional, será mantido integralmente, durante a licença, o vencimento do servidor, correndo ainda por conta do município despesas com o tratamento médico e hospitalar do servidor, que será realizado, sempre que possível, em estabelecimento oficial de assistência médica.

§ 1º. Considera-se acidente de trabalho todo aquele que se verifique pelo exercício das atribuições do cargo, provocando, direta ou indiretamente, lesão corporal, perturbação emocional ou doença que ocasione a morte, a perda parcial ou total, permanente ou temporária da capacidade física ou mental para o trabalho.

§ 2º. Equipara-se ao acidente no trabalho a agressão sofrida pelo servidor no serviço ou em razão dele, quando não provocada, e a ocorrida no deslocamento para o serviço ou deste para sua residência.

§ 3º. Por doença profissional entende-se a que se atribuí, como relação de efeito e causa, às condições inerentes ao serviço ou fatos nele ocorridos.

§ 4º. Nos casos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo, o laudo resultante da inspeção realizada pela junta médica oficial deverá estabelecer, rigorosamente, a caracterização do acidente no trabalho e da doença profissional.

Seção III

Da Licença por motivo de doença em pessoa da família

Art. 120. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consangüíneo, ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação médica.

§ 1º. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado por meio de acompanhamento social.

§ 2º. A licença será concedida sem prejuízo de remuneração do cargo de carreira até 180 (cento e oitenta) dias e, com 2/3 (dois terços) da remuneração, excedendo esse prazo, até 01 (um) ano, após sem remuneração.

Seção IV

Da Licença à gestante e à adotante

Art.121. À servidora gestante será concedida a licença maternidade com vencimento integral pelo prazo de cento e vinte dias.

§ 1º. A licença poderá ser concedida a partir do início do 8º (oitavo) mês de gestação, salvo prescrição médica em contrário.

§ 2º. No caso de parto anterior à concessão, o prazo da licença será contado a partir deste evento.

§ 3º. No caso de natimorto a servidora será submetida a exame médico, decorridos 30 (trinta) dias do evento e, se julgada apta, reassumirá o exercício do cargo.

§ 4º. No caso de aborto não criminoso, atestado por médico oficial a servidora terá direito a 60 (sessenta) dias de repouso remunerado, podendo ser prorrogado por inspeção médica.

§ 5º. Quando a saúde do recém-nascido exigir assistência especial será concedida à servidora, pelo prazo necessário e mediante laudo médico, licença por motivo de doença em pessoa da família.

§ 6º. A remuneração relativa à Licença maternidade concedida por período de até cento e oitenta dias poderá ser paga ou ressarcida com recursos da previdência social do município.

Art. 122. A servidora gestante terá direito mediante laudo médico, ao aproveitamento em outra função compatível com seu estado, a contar do 5º (quinto) mês de gestação, sem prejuízo do direito à licença prevista neste artigo.

Art. 123. Para amamentar o próprio filho até a idade de seis meses, a servidora lactante terá direito durante a jornada de trabalho, a 01 (uma) hora de descanso, que poderá ser parcelada em 02 (dois) períodos de trinta minutos.

Art. 124. À servidora que adotar criança ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, será concedida licença remunerada pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 01 (um) ano de idade; de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 01 (um) e 04 (quatro) anos de idade; e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 04 (quatro) a 08 (oito) anos de idade.

Seção V

Da Licença Paternidade

Art. 125. Ao servidor varão será concedida a licença paternidade de cinco dias contados da data do parto ou, no caso de adoção, contada até o 5º (quinto) dia da adoção.

Seção VI

Da Licença para o Serviço Militar obrigatório

Art.126. Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo único Concluído o serviço militar o servidor terá 30 (trinta) dias, com remuneração, para reassumir o exercício do cargo.

.

Seção VII

Da Licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro

Art. 127. Poderá ser concedida a licença sem vencimento ao servidor para acompanhar o cônjuge ou companheiro que for deslocado para outro ponto do território nacional, ou para o exercício de mandato eletivo Municipal, Estadual ou Federal.

Art. 128. A licença prevista neste artigo será por prazo indeterminado e sem remuneração.

Art. 129. Finda a causa da licença, o servidor deverá reassumir o exercício dentro de 30 (trinta) dias a partir dos quais a sua ausência será computada como falta ao serviço.

Art. 130. O servidor poderá reassumir o exercício do seu cargo a qualquer tempo, embora não esteja finda a causa da licença.

Seção VIII

Da Licença para atividade política

Art. 131. O servidor terá direito à licença sem remuneração durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º. O servidor candidato a cargo eletivo que exerça cargo de direção, de chefia, assessoramento ou assistência, ou desempenhar atividades referentes à arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito ou conforme dispuser lei específica.

§ 2º. A partir do registro da candidatura e até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença remunerada, como se em efetivo exercício estivesse.

Seção IX

Da Licença-prêmio por assiduidade

Art. 132. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor estável fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, a ser gozada com a remuneração do cargo paga nos meses da licença.

§ 1º. Em caso de interrupção do período aquisitivo por qualquer razão, a contagem do novo quinquênio começará no dia em que o servidor reassumir o exercício.

§ 2º. A Licença-prêmio não poderá ser convertida em pecúnia e nem poderá ser contada em dobro para fins de aposentadoria.

Art. 133. Não se concederá Licença-prêmio ao servidor que no período aquisitivo:

I – sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II – afastar-se do cargo em virtude de:

a) licença para tratamento em pessoa da família, sem remuneração;

b) licença para tratar de interesses particulares;

c) condenação à pena privativa de liberdade por sentença definitiva;

d) licença para acompanhamento de cônjuge ou parceiro.

Parágrafo único. As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de 01(um) mês para cada três faltas.

Art. 134. O número de servidores em gozo simultâneo de Licença Prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade, considerando a escala anual, feita pelo Departamento Pessoal e apreciadas pelos beneficiados e seu respectivo chefe.

§ 1º O servidor não poderá cumular duas licenças-prêmio.

§ 2º O servidor deverá gozar a licença-prêmio concedida, obrigatoriamente, no período aquisitivo subseqüente.

§ 3º Caso não usufrua no período subseqüente, entrará, automaticamente, em gozo da referida licença a partir do primeiro dia do terceiro período aquisitivo.

Seção X

Da Licença para tratar de interesse particular

Art. 135. A pedido e sem prejuízo do serviço, poderá ser concedida ao servidor estável, licença para tratar de assuntos particulares pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.

Parágrafo único. A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Art. 136. Não se concederá nova licença antes de decorridos 02 (dois) anos do término da licença anterior.

Art. 137. Não se concederá licença a servidor nomeado, removido, redistribuído ou transferido, antes de completar 03 (três) anos de exercício.

Art. 138. O requerente aguardará, em exercício no cargo, a publicação do ato decisório sobre a licença solicitada**.**

Seção XI

Da Licença para o Desempenho de Mandato Classista

Art. 139. É assegurado ao servidor efetivo o direito à licença para o desempenho de mandato de cargo de diretoria em confederação, federação, associação de classe ou sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, sem prejuízo de vencimentos e vantagens do cargo efetivo.

§ 1º. Somente poderão ser licenciados 02 (dois) servidores por entidade prevalecendo os que ocuparem os cargos hierarquicamente superiores.

§ 2º. A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição.

§ 3º. O período em que o servidor permanecer afastado para o desempenho do mandato classista, será computado para todos os efeitos.

Seção XII

Da Licença para qualificação profissional

Art. 140 A licença para qualificação profissional dar-se-á com prévia autorização do Prefeito Municipal e consiste no afastamento do servidor de suas funções, sem prejuízo dos seus vencimentos, assegurada a sua efetividade para todos os efeitos de carreira e será concedida para freqüência de curso de formação, treinamento, aperfeiçoamento e especialização profissional ou em nível de pós-graduação e estágio, no país ou no exterior, se de interesse do Município.

Art. 141 Para concessão da licença de que trata o artigo anterior, terão preferências os servidores que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - residência em localidade onde não existam unidades universitárias ou faculdades isoladas;

II - experiência no máximo de 05 (cinco) anos de Magistério Público e o servidor com 05 (cinco) anos de efetivo exercício no Município;

III - curso correlacionado com a área de atuação.

Art. 142 Realizando-se o curso na mesma localidade da lotação do serviço ou em outra de fácil acesso, em lugar da licença será concedida simples dispensa do expediente pelo tempo necessário à freqüência regular do curso.

Parágrafo único A dispensa de que trata o artigo deverá ser obrigatoriamente comprovado mediante freqüência regular do curso.

CAPÍTULO III

DOS AFASTAMENTOS

Seção I

Do Afastamento para servir em outro órgão ou entidade

Art. 143. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

a) para o exercício de cargo em comissão, ou função de confiança;

b) nos casos previstos em legislação específica.

§ 1° Na hipótese do inciso I deste artigo, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária.

§ 2° Mediante autorização do Prefeito Municipal, o servidor do Poder Executivo poderá ter exercício em outro órgão da Administração Pública Municipal, que não tenha quadro próprio de pessoal, para fim determinado e a prazo certo.

Seção II

Do Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior

Art. 144 O servidor não poderá ausentar-se do Estado ou País para estudo ou missão oficial, sem autorização do Prefeito Municipal, ou Presidente do órgão do Poder Legislativo.

§ 1° A ausência não excederá de 04 (quatro) anos, e finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.

§ 2° Ao servidor beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular, antes de decorrido período igual a do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento da despesa havida com seu afastamento.

Art. 145 O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com direito a opção pela remuneração.

Art. 146 O afastamento para estudo ou missão oficial no exterior obedecerá ao disposto em legislação específica.

Seção III

Do Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo

Art. 147 Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo;

II - investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horários, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

c) não poderá exercer cargo em comissão ou de confiança na administração pública, de livre exoneração.

§ 1° No caso de afastamento do cargo, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.

§ 2° O servidor investido em mandato eletivo ou classista não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa onde exerce o mandato.

CAPÍTULO IV

DAS CONCESSÕES

Art. 148. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I – por um dia, para doação de sangue;

II – até dois dias, para se alistar como eleitor ou para alistamento militar;

III – durante o período em que estiver servindo ao Tribunal do Júri.

IV - até 05 (cinco) dias por motivo de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos ou enteados, irmãos, menor sob sua guarda e avos;

Art. 149. Será concedido horário especial ao estudante quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo, podendo haver compensação de horário.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, poder-se-á exigir a compensação de horário na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

Art. 150. Ao servidor licenciado para tratamento de saúde que necessite ser deslocado do Município para outro ponto do território nacional, para fins de internamento ou exame específico por determinação médica, poderá ser concedido transporte à conta dos cofres Municipais, inclusive para um acompanhante

CAPÍTULO V

DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 151. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Parágrafo único. Na contagem do tempo de serviço para efeito de aposentadoria e disponibilidade, uma vez feita a conversão, a fração superior a 182 (cento e oitenta e dois) dias será considerada um ano.

Art. 152. Os dias de efetivo exercício serão apurados à vista de documentação própria que comprove a frequência.

Art. 153. Admitir-se-á como documentação própria comprobatória de tempo de serviço:

I – certidão circunstanciada firmada por autoridade competente contendo todos os eventos registrados nos assentamentos funcionais do interessado, período por período;

II – certidão de frequência;

III – justificação judicial nos casos de impossibilidade de outros meios de provas, desde que presente o Procurador do Município.

Art. 154. Será considerado como de efetivo exercício o afastamento por motivo de:

I – férias;

II – casamento e luto, até 05 (cinco) dias;

IV – licença-prêmio por assiduidade;

V – licença à gestante e à adotante;

VI – licença à paternidade;

VII – licença para tratamento de saúde, até 02 (dois) anos;

VIII – licença por motivo de doença em pessoa da família;

IX – acidente em serviço ou doença profissional;

X – recolhimento à prisão, se absolvido no final;

XI – suspensão preventiva, se absolvido no final;

XII – convocação para o serviço militar ou encargo de segurança nacional, serviço eleitoral, júri e outros serviços obrigatório por lei;

XIII – faltas por motivo de doença comprovada, inclusive em pessoa da família, até o máximo de 03 (três) durante o mês;

XIV – candidatura a cargo eletivo durante o lapso de tempo entre o registro eleitoral e até o 15º (décimo quinto) dia após a eleição;

XV – mandato legislativo ou executivo, federal ou estadual;

XVI – mandato de Prefeito e Vice-prefeito;

XVII – mandato classista;

XVIII – mandato de Vereador, quando não existir compatibilidade de horário entre o seu exercício e o do cargo público.

XIX – licença para qualificação profissional;

XX - participação em competição desportiva estadual e nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no País ou no exterior, conforme disposto em lei específica.

Art. 155. Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:

I – o tempo de serviço público prestado à União, Estados e outros Município, mediante comprovação do serviço prestado e de recolhimento da previdência social;

II – a licença para atividade política;

III – o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, anterior ao ingresso no serviço público municipal;

IV – o tempo de serviço em atividade privada, vinculado a previdência social, devidamente observado em certidão oficial;

V - o tempo de serviço relativo a tiro de guerra;

§ 1º. O tempo em que o servidor esteve aposentado ou em disponibilidade será apenas contado para nova aposentadoria ou disponibilidade.

§ 2º. É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidade dos poderes da União, Estados, do Distrito Federal ou Municípios.

CAPÍTULO VI

DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 156. É assegurado ao servidor o direito de petição, em sua plenitude, assim como o de representar.

§ 1º. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidir ou se for o caso, encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

§ 2º. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

§ 3º. O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os parágrafos anteriores, salvo os casos que necessitem de diligências ou estudos especiais, deverão ser despachados no prazo de 05 (cinco) dias e decididos em 30 (trinta) dias.

§4º É possibilitado, dependente somente de sindicalização prévia, que o requerimento seja subscrito pelo respectivo Sindicato da categoria do servidor.

Art. 157. Caberá recurso:

I – do indeferimento do pedido de reconsideração;

II – das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1º. O recurso será dirigido ao Prefeito Municipal.

§ 2º. O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 158. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias a contar da publicação ou ciência pelo interessado da decisão recorrida.

Art. 159. O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo a juízo do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou de recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 160. A representação será apreciada sempre pelo Prefeito Municipal.

Art. 161. O direito de petição prescreve:

I – em 05 (cinco) anos quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações do trabalho;

II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando o outro prazo foi fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 162. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Parágrafo único. Interrompida a prescrição, o prazo recomeçará a ser contado, pelo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

Art. 163. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

Art. 164. Para o exercício do direito de petição é assegurada vista do processo ou documento na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído.

Art. 165. A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art. 166. São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo.

TÍTULO V

Do Regime Disciplinar

CAPÍTULO I

Dos Deveres

Art. 167. São deveres do servidor:

I – ser assíduo e pontual no serviço;

II – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

III – ser leal administrativamente à instituição que servir;

IV – observar as normas legais e regulamentares;

V – cumprir as ordens superiores, exceto quando estas forem manifestamente ilegais;

VI – atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas aquelas protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública Municipal;

VII – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VIII – zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

IX – guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

X – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

XI – representar à autoridade superior sobre irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

XII – tratar com urbanidade as pessoas;

XIII – representar contra a ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XI e XIII, será encaminhada pela via hierárquica e obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior aquela contra a qual for formulada, assegurando-se ao representado ampla defesa.

CAPÍTULO II

Das Proibições

Art. 168. Ao servidor público é proibido:

I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II – deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;

III – deixar de prestar declarações em processo administrativo disciplinar quando regularmente intimado;

IV – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

V – recusar fé a documentos públicos;

VI – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

VII – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição, ou tornar-se solidário com ela;

VIII – referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado;

IX – cometer a pessoa estranha a repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;

X – compelir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação à associação profissional ou sindical, ou a partido político;

XI – manter sob chefia imediata cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau;

XII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XIII – participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Município;

XIV – coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza política partidária;

XV – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XVI – praticar usura sob qualquer de suas formas no âmbito do serviço público ou fora dele;

XVII – proceder de forma desidiosa;

XVIII – cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência ou transitórias;

XIX – utilizar pessoal ou recursos materiais e veículos automotores da repartição em serviços ou atividades particulares;

XX – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XXI - assediar sexualmente ou moralmente outro servidor público.

Art. 169. Será aplicada a pena de demissão por transgressão dos incisos XII a XXI referidos no artigo anterior, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO III

Da Acumulação

Art. 170. Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º. A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, dos Estados e dos Municípios.

§ 2º. A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º. A compatibilidade de horários somente será admitida quando houver probabilidade de cumprimento integral da jornada ou do regime de trabalho em turnos completos, fixados em razão do horário de funcionamento do órgão ou entidade a que o servidor pertencer.

Art. 171. O servidor vinculado ao regime desta Lei que acumular licitamente 02 (dois) cargos de carreira, quando investido em cargo de provimento em comissão ficará afastado de ambos os cargos efetivo, recebendo a remuneração do cargo em comissão, facultando-lhe a opção pela remuneração.

Parágrafo único O afastamento previsto neste artigo ocorrerá apenas em relação a um dos cargos, se houver compatibilidade de horários.

Art. 172. Não se compreende na proibição de acumular, a percepção conjunta de:

I – proventos de aposentadoria resultante de cargos legalmente acumuláveis;

II – vencimento, remuneração ou proventos com pensão de qualquer natureza, observado em todos os casos o disposto no § 10 do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 173. A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos especializados, de caráter temporário que se enquadrem nos dispositivos constantes do art. 37 inciso XVI da Constituição Federal.

Art. 174. Sem prejuízo dos proventos, poderá o aposentado perceber gratificação pela participação em órgãos de deliberação coletiva.

Art. 175. O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão ou função de confiança nem participar, remuneradamente, de mais de um órgão de deliberação coletiva.

Art. 176. Verificado mediante processo administrativo que o servidor está acumulando cargos de má fé, fora das condições previstas neste Estatuto, será ele demitido de todos os cargos e funções e obrigado a restituir o que houver recebido ilicitamente.

Paragrafo Único. Provada a boa fé, o servidor será mantido no cargo ou função pela qual optar.

CAPÍTULO IV

Das Responsabilidades

Art. 177. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 178. A responsabilidade civil decorre de ato doloso ou culposo que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

§ 1º. Nos casos de indenização à Fazenda Municipal, o servidor será obrigado a repor de uma só vez a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada de numerário nos prazos legais.

§ 2º. Ressalvados os casos do parágrafo anterior, a indenização de prejuízos causados ao erário poderá ser liquidada na forma prevista nesta Lei.

§ 3º. Tratando-se de dano causado a terceiros, por dolo ou culpa e indenizado pelo Município, responderá o servidor perante a Fazenda Pública em ação regressiva.

§ 4º. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada até o limite do valor da herança recebida.

Art. 179. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor nessa qualidade.

Art. 180. A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 181. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, assim como as respectivas instâncias.

Parágrafo único. A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

CAPÍTULO V

Das Penalidades

Art. 182. São penalidades disciplinares:

I – advertência;

II – suspensão;

III – demissão;

IV – cassação de disponibilidade ou de aposentadoria;

V – destituição de cargo em comissão.

Art. 183. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Art. 184. A pena de advertência será aplicada por escrito, nos casos previstos no art. 168 e de inobservância ao dever funcional previsto em lei.

Art. 185. A pena de suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder de noventa dias.

§ 1º. O servidor suspenso durante o período da pena, perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

§ 2º. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

§ 3º. Será punido com suspensão de até quinze dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

Art. 186. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco meses, respectivamente, de efetivo exercício, se não for praticada nova infração disciplinar nesse período.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeito retroativo.

Art. 187. A pena da demissão será aplicada nos seguintes casos:

I – crime contra a Administração Pública;

II – abandono de cargo;

III – inassiduidade habitual;

IV – prática de improbidade administrativa;

V – incontinência pública e conduta escandalosa;

VI – insubordinação grave em serviço;

VII – ofensa física em serviço a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII – aplicação irregular de dinheiro público;

IX – revelação de segredo apropriado em razão do cargo;

X – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio público;

XI – prática de atos de corrupção ativa ou passiva;

XII – acumulação ilegal de cargos ou funções públicas, após constatação em processo disciplinar;

XIII – transgressão ao art. 167, incisos XII a XXI;

XIV – ineficiência no exercício do cargo;

§ 1º. A pena de demissão prevista no inciso I será aplicada em decorrência de sentença judicial com trânsito em julgado.

§ 2º. Considerar-se-á abandono de cargo, o não comparecimento do servidor por mais de trinta dias consecutivos ao serviço, sem justa causa, devendo a comunicação do abandono ser publicada na imprensa oficial ou em jornal de grande circulação no município.

§ 3º. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

§ 4º. A pena de demissão por ineficiência no serviço, comprovada por meio de avaliação de desempenho funcional, só será aplicada quando verificada a impossibilidade de readaptação do servidor.

Art. 188. A acumulação de que trata o inciso XII do artigo anterior, se de boa fé, acarretará a exoneração de um dos cargos ou funções, dando-se o prazo de quinze dias ao servidor para opção.

§ 1º. Se comprovado que a acumulação se deu por má fé, o servidor será demitido de ambos os cargos e será obrigado a devolver o que houver recebido indevidamente dos cofres públicos, com a devida atualização monetária.

§ 2º. Na hipótese do parágrafo anterior, sendo um dos cargos ou função for exercido na União, Estados, Distrito Federal ou em outro Município, a demissão será comunicada ao outro órgão ou entidade onde exista a acumulação.

Art. 189. A pena de demissão prevista nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 187, implicam na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário municipal, sem prejuízo de ação penal cabível.

Art. 190. A demissão por infringência ao art. 187 incisos XII e XIV incompatibilizará o ex-servidor para nova investidura em cargo ou função pública municipal pelo prazo mínimo de cinco anos.

Art. 191. Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor que for demitido por infringência ao às disposições do art. 187 incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 192. Atendida a gravidade da falta, a pena da demissão poderá ser aplicada como nota pública "a bem do serviço público", a qual constará obrigatoriamente do ato demissionário.

Art. 193. Será cassada a disponibilidade do servidor que não assumir no prazo legal, o exercício do cargo ou função em que for aproveitado.

Art. 194. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Art. 195. A destituição de cargo em comissão, exercido por não ocupante de cargo efetivo, será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Parágrafo único. Ocorrida a exoneração, o ato será convertido em destituição de cargo em comissão.

Art. 196. O ato de imposição de penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 197. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I – pelo Prefeito Municipal:

a) em caso de demissão e cassação de disponibilidade ou aposentadoria;

b) quando se tratar de destituição de cargo em comissão de não ocupante de cargo efetivo;

II – pelo secretário municipal quando se tratar de suspensão superior a trinta dias;

III – pelo chefe imediato nos casos de advertência e suspensão de até trinta dias.

Art. 198. A ação disciplinar prescreverá na esfera administrativa:

I – em cinco anos, quanto às infrações sujeitas à demissão, cassação de disponibilidade ou aposentadoria e destituição de cargo em comissão;

II – em dois anos, as faltas sujeitas à pena de advertência ou suspensão disciplinar.

§ 1º. O prazo de prescrição começa a correr da data em que o ilícito foi praticado ou do momento em que se tornou conhecido.

§ 2º. Aplica-se às infrações disciplinares capituladas também como crime os prazos de prescrição previstos na legislação do Código Penal.

§ 3º. A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º. Interrompido o curso da prescrição, esta recomeçará a correr pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

§ 5° Decorrido o prazo legal para o disposto no § 3º, sem a conclusão e o julgamento, recomeçará a correr o curso da prescrição.

Art. 199. São circunstâncias que atenuam a aplicação da pena:

I – a prestação de mais de cinco anos de serviço com exemplar comportamento e zelo;

II – a confissão espontânea da infração.

Art. 200. São circunstâncias que agravam a aplicação da pena:

I – o conluio para a prática da infração;

II – a acumulação da infração

TÍTULO VI

Do Processo Administrativo Disciplinar

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 201. O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação mediata com atribuições do seu cargo.

Parágrafo único. As disposições deste título aplicam-se a qualquer cargo compreendido no Quadro Permanente, Suplementar ou Provisório do Município, de suas Autarquias e Fundações.

Art. 202. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou inquérito administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 203. As denúncias sobre as irregularidades serão objeto de apuração e serão formuladas por escrito, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

Art. 204. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pelo Prefeito Municipal, que indicará dentre eles, o seu presidente.

§ 1º. A comissão terá como secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 2º. Não poderá participar da comissão de sindicância ou de inquérito administrativo parente do acusado, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 3º. A comissão instalará os respectivos trabalhos dentro de cinco dias da data da publicação do ato de sua constituição.

Art. 205. A comissão de inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato exigido pelo interesse da Administração.

Art. 206. Se, de imediato ou no curso de processo disciplinar, ficar evidenciado que a irregularidade envolve crime, a autoridade instauradora deverá comunicar o fato ao Ministério Público.

Art. 207. Os órgãos e entidades municipais atenderão com presteza as solicitações da comissão processante, inclusive quanto à requisição de téc-

nicos e perito, sob pena de responsabilidade de seus titulares, devendo comunicar prontamente a impossibilidade de atendimento, no caso de força maior.

Art. 208. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame pericial, direto ou indireto, não podendo ser suprida apenas pela confissão do acusado.

Parágrafo único. A autoridade julgadora não ficará adstrita ao laudo pericial, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

Art. 209. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de trinta dias, de demissão, cassação de disponibilidade ou aposentadoria, ou, destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração do inquérito administrativo disciplinar.

Art. 210. O prazo de realização do processo administrativo será de sessenta dias, prorrogável por mais trinta dias mediante autorização da autoridade competente.

CAPÍTULO II

Do Afastamento Preventivo

Art. 211. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração de irregularidade, a autoridade instauradora do inquérito, sempre que julgar necessário, poderá ordenar o seu afastamento do cargo pelo prazo de até trinta dias, sem prejuízo de sua remuneração.

§ 1º. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

§ 2º. Em caso de aplicação de penalidade de suspensão, será computado o afastamento preventivo do servidor.

Art. 212. É assegurada a contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos do período de afastamento por suspensão preventiva, bem como da percepção da diferença de vencimentos e vantagens, devidamente corrigida, quando reconhecida a inocência do servidor ou a penalidade imposta se limitar à repreensão ou multa.

CAPÍTULO III

Da Sindicância

Art. 213. A sindicância como meio sumário de verificação, será promovida:

I – como ato preliminar de inquérito administrativo disciplinar;

II – quando não obrigatória a instauração, desde logo, de inquérito administrativo disciplinar.

Parágrafo único. A sindicância será conduzida por uma comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade que deu posse ao sindicado, indicando dentre eles seu presidente.

Art. 214. A comissão incumbida da sindicância, de imediato, procederá às seguintes diligências:

I – inquirição das testemunhas para esclarecimento dos fatos referidos no ato de instauração e depoimento do sindicado, se houver, permitindo a este, a juntada de documentos e indicação de provas;

II – intimação do sindicado, quando concluída a fase probatória para, querendo no prazo de cinco dias oferecer defesa escrita.

Art. 215. Comprovada a existência ou não de irregularidades, a comissão deverá apresentar relatório de caráter expositivo contendo, exclusivamente, os elementos fáticos colhidos, abstendo-se de quaisquer observações ou conclusões de cunho jurídico e encaminhará o processo a autoridade instauradora dentro do prazo de trinta dias de sua constituição para:

I – aplicação de penalidade de advertência ou de suspensão de até trinta dias;

II – abertura de inquérito administrativo;

III – arquivamento do processo.

Parágrafo único. O prazo referido no *"caput"* deste artigo poderá ser prorrogado por igual período no interesse público.

CAPÍTULO IV

Do Inquérito Administrativo

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 216. O inquérito administrativo será contraditório, assegurado ao acusado a ampla defesa com utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 217. O relatório de sindicância integrará o inquérito administrativo como peça informativa da instrução do processo.

Art. 218. O prazo para a conclusão do inquérito não excederá a trinta dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo quando as circunstâncias assim o exigirem.

§ 1º. A comissão de inquérito será composta de 03 (três) membros designados pela autoridade que deu posse ao indiciado, e indicará dentre eles seu presidente.

§ 2º. Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto até a entrega final do relatório.

§ 3º. As reuniões da comissão serão registradas em atas, que deverão detalhar as deliberações adotadas e terão caráter reservado.

Art. 219. A comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo quando necessário, a técnicos e peritos de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 220. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá a autoridade competente que este seja submetido a exame por junta médica oficial da qual participe pelo menos um psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal após a expedição do laudo pericial.

Seção II

Dos Atos e dos Termos Processuais

Art. 221. A citação do servidor acusado será feita pessoalmente por mandado expedido pelo presidente da comissão, ao qual se anexará cópia dos documentos existentes para que o mesmo tome conhecimento dos motivos do processo disciplinar.

Parágrafo único. Não sendo encontrado o acusado ou ignorado o seu paradeiro, a citação far-se-á por edital publicado três vezes na imprensa local ou regional, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da última publicação.

Art. 222. O acusado que mudar de residência ficará obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 223. No caso de recusa do acusado em exarar o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa será contado da data declarada em termo próprio pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de duas testemunhas.

Art. 224. Feita a citação e não comparecendo o acusado, prosseguir-se-á o processo a sua revelia.

Parágrafo único. A revelia será declarada por termo nos autos do processo.

Art. 225. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via com o "ciente" dos interessados ser anexada aos autos.

§ 1º. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandato será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com indicação do dia e hora marcados para a inquirição.

§ 2º. Quando for desconhecido o paradeiro de alguma testemunha, o presidente solicitará às repartições competentes informações necessárias a sua notificação.

Art. 226. No dia aprazado será ouvido o denunciante, se houver, e na mesma audiência, interrogado o acusado que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentará defesa prévia e o rol de testemunhas, até o limite de cinco, as quais serão notificadas.

§ 1º. No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente e, sempre que divergirem em suas declarações sobre os fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º. Respeitado o limite mencionado no *"caput"* deste artigo, poderá o acusado durante a instrução, substituir as testemunhas ou indicar outras no lugar das que não comparecerem, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º. Havendo 02 (dois) ou mais indicados, o prazo comum será de 20 (vinte) dias.

§ 4º. O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro para diligências reputadas indispensáveis.

Art. 227. No mesmo dia da audiência inicial, se possível, e nos dias subsequentes tomar-se-á o depoimento das testemunhas apresentadas pelo denunciante ou arroladas pela comissão e a seguir, o das testemunhas nomeadas pelo acusado.

§ 1º. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 2º. As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 3º. Na hipótese de depoimentos contraditórios, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art. 228. A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, obedecendo aos termos dos artigos 200 e 206 do Código de Processo Penal.

§ 1º. Ao servidor público que se recusar a depor sem justa causa será aplicada a sanção cabível pela autoridade competente.

§ 2º. Quando pessoa estranha ao serviço público se recusar a depor perante a comissão, o presidente solicitará à autoridade policial a providência cabível a fim de ser ouvida na polícia.

§ 3º. Na hipótese do parágrafo anterior, o presidente encaminhará à autoridade policial, deduzida por itens, a matéria do fato sobre o qual deverá ser ouvida a testemunha.

§ 4º. O servidor que tiver de depor como testemunha em processo disciplinar fora da sede de seu exercício, terá direito a transporte e diárias na forma da legislação pertinente.

Art. 229. Como ato preliminar ou no decorrer do processo poderá o presidente representar junto à autoridade competente, solicitando a suspensão preventiva do acusado.

Art. 230. Durante o transcorrer do processo, o presidente poderá ordenar toda e qualquer diligência que se afigure conveniente ao esclarecimento dos fatos.

Parágrafo único. Caso seja necessário o concurso de técnicos e peritos oficiais, requisitá-lo-á a autoridade competente, observado quanto a estes, os impedimentos contidos nesta Lei.

Art. 231. O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Parágrafo único. Será indeferido o pedido de prova pericial quando a comprovação do fato independer de conhecimento pericial do perito.

Seção III

Da Defesa

Art. 232. Durante o transcorrer da instrução é assegurada a intervenção do acusado ou de seu defensor constituído ou nomeado pela comissão.

§ 1º. O defensor constituído ou nomeado no interrogatório somente será admitido no exercício da defesa se for advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º. Em caso de revelia, o presidente da comissão designará *"ex-offício"* um servidor que deverá ser advogado inscrito na forma prevista do parágrafo anterior, para promover a defesa.

§ 3º. O defensor do acusado quando designado pelo presidente da comissão, não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, sob pena de responsabilidade.

§ 4º. Não havendo servidor advogado, o presidente da comissão solicitará ao Prefeito Municipal providência para a contratação de defensor para o servidor acusado.

§ 5º. A falta de comparecimento do defensor, ainda que motivada, não determinará o adiamento da instrução, devendo o presidente da comissão nomear defensor *"ad hoc"* para a audiência previamente designada.

Art. 233. As diligências externas poderão ser acompanhadas pelo servidor acusado e pelo seu defensor.

Art. 234. Encerrada a instrução será dada vista do processo ao acusado ou ao seu defensor dentro de cinco dias, para as razões de defesa pelo prazo de dez dias.

Art. 235. Positivada a alienação mental do servidor acusado, o processo será imediatamente encerrado e tomadas as providências e medidas médicas e administrativas cabíveis, lavrando-se termo circunstanciado, prosseguindo o processo em relação aos demais acusados, se houver.

Art. 236. Se nas razões de defesa for arguida a alienação mental e, como prova, for requerido o exame médico do acusado, a comissão autorizará a perícia e, após a juntada do laudo, se positivo, procederá na forma do disposto no artigo anterior.

Art. 237. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º. O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º. Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 238. Tanto o processo disciplinar como o relatório da comissão, serão remetidos à autoridade que determinou a sua instauração para julgamento.

Seção IV

Do Julgamento

Art. 239. No prazo de quinze dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º. A decisão deverá conter a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar.

§ 2º. A autoridade julgadora decidirá à vista dos fatos apurados pela comissão, não ficando vinculada às conclusões do relatório.

Art. 240. Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial e ordenará a constituição de outra comissão para apurar os fatos articulados no processo.

§ 1º. Quando a autoridade julgadora entender que os fatos não foram devidamente apurados, determinará o reexame do processo na forma prevista neste artigo.

§ 2º. O julgamento do processo fora do prazo legal não implica em sua nulidade.

§ 3º. A autoridade julgadora que der causa a prescrição será responsabilizada na forma prevista nesta Lei.

Art. 241. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor acusado.

Art. 242. Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração de ação penal, ficando traslado na repartição.

Art. 243. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado do cargo a pedido, ou aposentado voluntariamente depois da conclusão do processo e do cumprimento da penalidade, caso aplicada.

CAPÍTULO V

Do Processo por Abandono de Cargo

Art. 244. No caso de abandono de cargo ou função, instaurado o processo e feita a citação na forma prevista no Capítulo IV, Seção II deste Título, comparecendo o acusado e tomadas as suas declarações, terá ele o prazo de 10 (dez) dias para oferecer defesa ou requerer a produção da prova, que só poderá versar sobre força maior ou coação ilegal.

Parágrafo único. Não comparecendo o acusado ou encontrando-se em lugar incerto e não sabido, a comissão fará publicar na imprensa local, por 03 (três) vezes, o edital de chamamento com prazo de 10 (dez) dias após a última publicação.

Art. 245. Simultaneamente com a publicação dos editais, a comissão deverá:

I – requisitar o histórico funcional e a folha de frequência do acusado;

II – diligenciar a fim de localizar o acusado;

III – ouvir o chefe da divisão administrativa ou órgão equivalente a que pertencer o servidor;

IV – solicitar aos órgãos competentes os antecedentes médicos, informando especialmente, do estado mental do acusado faltoso, quando for o caso.

Art. 246. Não atendidos os editais de citação será o servidor declarado revel e ser-lhe-á nomeado um defensor na forma do art. 232 e seus parágrafos desta Lei.

CAPÍTULO VI

Da Revisão do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 247. O processo disciplinar poderá ser revisto a qualquer tempo, a pedido ou *"ex-offício"* quando:

I – a decisão recorrida for contraria ao texto expresso em Lei ou à evidência dos autos;

II – após a decisão, surgirem novas provas da inocência do punido ou de circunstâncias que autorizem o abrandamento da pena aplicada;

III – quando a decisão proferida se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos ou eivados de vícios insanáveis.

§ 1º. Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º. No caso de incapacidade mental do servidor a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º. Os pedidos que não se enquadrarem nos casos contidos no elenco deste artigo serão indeferidos, desde logo, pela autoridade competente.

Art. 248. O pedido de revisão será interposto perante a autoridade que aplicou a pena, cabendo ao requerente o ônus da prova.

Art. 249. A revisão, que não poderá agravar a pena já imposta, processar-se-á em apenso ao processo originário.

Art. 250. Não será admissível a reiteração do pedido, salvo se fundado em novas provas.

Art. 251. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requererá elementos novos e ainda não apreciados no processo disciplinar.

Art. 252. O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Prefeito Municipal que determinará a constituição de comissão, na forma do disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Será impedido de funcionar na revisão quem houver composto a comissão de processo disciplinar.

Art. 253. A comissão revisora terá 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 254. Aplica-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couberem, as normas e procedimentos próprios da comissão de inquérito.

Art. 255. O julgamento caberá ao Prefeito Municipal.

§ 1º. O prazo para julgamento será de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

§ 2º. Concluídas as diligências, será renovado o prazo para julgamento.

Art. 256. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos atingidos, exceto em relação à destituição de cargo em comissão, hipótese em que ocorrerá apenas a conversão da penalidade em exoneração.

Parágrafo único Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

TÍTULO VII

CAPITULO I

Da Previdência e da Assistência

Art. 257 Os servidores municipais contribuirão para o custeio em seu benefício, ao sistema próprio de previdência na forma prevista na lei que regulamenta as atribuições do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Branco – MT – PREVIRB.

Parágrafo único. A assistência à saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, prestada pelo Sistema Único de Saúde ou diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou, ainda, mediante convênio na forma estabelecida em regulamento.

CAPITULO II

Da Aposentadoria

Art. 258. O servidor público municipal será aposentado de acordo com os dispositivos constantes da lei que regulamenta o regime próprio de previdência social do Município de Rio Branco – MT.

§ 1º. A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2º. Expirado o período de licença e não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o servidor será aposentado na forma prevista em regulamento.

§ 3º. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 4º. O processo de aposentadoria compulsória deverá ser iniciado a partir dos 70 (setenta) anos de idade do servidor, obedecendo ao regulamento do PREVIRB.

Art. 259. Os proventos da aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modifique a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 260. Ao servidor aposentado será paga a gratificação natalina na forma prevista nesta Lei.

CAPITULO III

Da pensão por morte

Art. 261. Aos dependentes de servidor falecido é assegurada pensão mensal por morte correspondente à totalidade dos vencimentos ou proventos mais vantagens percebidas em caráter permanente, por ocasião do óbito, sendo custeada pelo PREVIRB.

CAPITULO IV

Do Salário - Família

Art. 262. O Salário -Família será concedido para o servidor ativo aos filhos menores de 14 (catorze) anos.

Art. 263. São dependentes do servidor, para efeito deste artigo, os filhos de qualquer condição, inclusive os adotivos ou os enteados que, mediante autorização judicial estiver sob sua guarda e dependência econômica, menores de 14 (quatorze) anos.

Art. 264. Quando o pai e a mãe forem servidores, o Salário-Família será concedido:

I – ao pai, se viverem em comum;

II – ao que tiver os dependentes sob sua guarda, se separados;

III – a ambos, de acordo com a distribuição dos dependentes.

Art. 265. Em caso de falecimento do servidor, o Salário-Família será pago diretamente ao responsável ou representante legal do dependente.

Art. 266. Não será devido o Salário-Família quando o dependente for contribuinte da Previdência Social, exercer atividade remunerada ou perceber pensão, inclusive alimentícia, ou tiver outro rendimento em importância igual ou superior ao salário mínimo vigente.

Art. 267. O Salário-Família não estará sujeito a qualquer imposto, desconto ou contribuição, inclusive para a Previdência Social.

Art. 268. O valor do Salário-Família é mesmo praticado pelo regime geral de previdência social por força de dispositivos constantes do art. 7º, inciso XII da Constituição Federal, devendo começar a ser pago a partir da data em que for protocolado o requerimento.

Parágrafo único. O valor pago a título de Salário-Família poderá ser ressarcido mensalmente pelo PREVIRB.

CAPITULO V

Do Auxílio Reclusão

Art. 269. À família do servidor ativo é devido o auxílio reclusão, nos seguintes valores:

I- 2/3 (dois terços) da remuneração, quando afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão;

II- metade da remuneração, durante o afastamento em virtude de condenação, por sentença definitiva, à pena que não determine perda do cargo.

§ 1° Nos casos previstos no inciso I deste artigo, o servidor terá direito à integralização da remuneração, desde que absolvido.

§ 2° O pagamento do auxílio reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.

§ 3º O auxílio reclusão somente será devido à família do servidor que perceber remuneração, vencimento ou subsídio igual ou inferior ao teto fixado para esse fim pelo Regime Geral de Previdência Social.

TÍTULO VIII

Da Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público

Art. 270. Para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado, mediante lei que disciplinará tais contratações.

Art. 271. Considera-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a:

I – atender programas ou campanhas, por natureza temporárias, na área de saúde pública, assistência social, educação ou esporte;

II – atender às situações de comoção interna ou calamidade pública;

III – substituir professor ou admitir professor visitante, inclusive estrangeiro;

IV – permitir execução de serviço de profissional de notória especialização nas áreas de pesquisa científica e tecnológica;

V – implantação de serviço urgente e inadiável;

VI – atender convênio, acordo ou ajuste para a execução de obras ou prestação de serviços;

VII – suprir a saída de servidores, mediante afastamento, aposentadoria, demissão voluntária ou outra causa, cuja ausência possa prejudicar a execução dos serviços.

§ 1º. As contratações de que trata este artigo terão dotação específica e obedecerão aos seguintes prazos:

I – nas hipóteses dos incisos I, II, V e VII, seis meses;

II – nas hipóteses dos incisos III e IV, até vinte e quatro meses e;

III – na hipótese do inciso VI, deverá ser observada a vigência dos convênios.

§ 2º. O recrutamento deverá ser feito mediante processo seletivo simplificado.

Art. 272. É vedado o desvio de função do servidor contratado na forma deste Título, bem como sua recontratação, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e civil da autoridade contratante.

Art. 273. Nas contratações por tempo determinado serão observados os valores de vencimentos do plano de carreira do órgão ou entidade contratante, exceto na hipótese do inciso IV do art. 271, quando serão observados os valores do mercado de trabalho.

TÍTULO IX

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 274. O dia do servidor público será comemorado a vinte e oito de outubro.

Art. 275. Poderão ser instituídos os seguintes incentivos funcionais, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira:

I – prêmios pela apresentação de idéias, inventos ou trabalhos que favorecem o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais;

II – concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito e condecoração.

Art. 276 Os prazos previstos nesta Lei serão contados por dias corridos, salvo disposição expressa em contrário.

§ 1º. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

§ 2º. Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a citação, intimação ou notificação.

Art. 277. Para efeito desta Lei, considera-se sede do servidor a localidade em que se situa a repartição onde tenha exercício em caráter permanente.

Art. 278. É assegurado ao servidor público o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

a) de ser representado, inclusive como substituto processual;

b) da inamovibilidade do dirigente sindical, até seis meses após o final do mandato, exceto se a pedido;

c) de descontar em folha sem ônus para entidade sindical o valor das mensalidades e contribuições definidas em Assembléia Geral da categoria, sob autorização do servidor.

Art. 279. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica, assegurado sempre o funcionamento dos serviços essenciais.

Art. 280. Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem se eximir do cumprimento de seus deveres.

Art. 281. Ficam submetidos ao regime estatutário todos os servidores pertencentes ao quadro de pessoal do município.

Art. 282. O Chefe do Poder Executivo Municipal deverá, dentro de noventa dias a contar da promulgação desta Lei, instituir o Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, nos termos do art. 39 da Constituição Federal.

Art. 283. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 284. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar n.º 006, de 09 de abril de 2012.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco – MT, 09 de 2015.

Antônio Xavier de Araújo Prefeito Municipal

LEI N° 671, DE 11 DE JUNHO DE 2015

LEI N° 671, DE 11 DE JUNHO DE 2015

Súmula: Dispõe sobre a inclusão de projeto/atividade nos anexos de metas e prioridades da Lei Municipal nº 638/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2015.

Antônio Xavier de Araújo, Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o plenário da Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir nova ação (Projeto/Atividade) no anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 638/2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2015.

Órgão: 04- Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 003 - Departamento de Cadastro, Tribut. e Fiscalização

Função: 04 – Administração

Subfunção: 129 – Administração de Receitas

Programa: 0007 – Administração

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 1.200 – Promoção de Campanhas de Arrecadação	Dpto Cad., Trib. e Fisc.	A	01	UN	2015	5.211,00

Total das Inclusões.....R$ 5.211,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio Branco/MT, aos 11 dias de Junho de 2015.

Antônio Xavier de Araújo

Prefeito

LEI N° 672, DE 11 DE JUNHO DE 2015

LEI N° 672, DE 11 DE JUNHO DE 2015

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento programa do município e da outras providências."

Antônio Xavier de Araújo, Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o plenário da Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento programa do município para o corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 5.211,00 (Cinco Mil, Duzentos e Onze Reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade/Func. Program/ Proj/Ativ/ Elemento de Despesa	Descrição	Valor
04	Secretaria Municipal de Finanças	
003	Departamento de Cadastro, Trib. Fiscalização	
04.129.0007.1200	Promoção de Campanhas de Arrecadação	
3.3.90.32.00 Fonte: 0.1.00.000000	Material de Distribuição Gratuita	5.211,00
	Total	**5.211,00**

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será utilizado recurso resultante da anulação parcial, conforme disposto no Art. 43, § 1°, inciso III da lei 4.320/64, da seguinte dotação orçamentária.

Órgão/Unidade/Func. Program/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa	Descrição	Valor
04	Secretaria Municipal de Finanças	
002	Departamento de Cont. e Execução Orçamentária	
04.123.0007.2023	Reserva de Contingência	
9.9.99.99.99 Fonte: 0.1.00.000000	Reserva de Contingência	5.211,00
	Total	**5.211,00**

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio Branco/MT, aos 11 dias de Junho de 2015.

Antônio Xavier de Araújo

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2015 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015

2º ATO

PROCESSO N° 081/2015

PREGÃO PRESENCIAL - N° 046/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 - Acha-se aberta, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situado à Av. Joana Alves de oliveira, s/n°, Centro, nesta cidade de Rondolândia - MT, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL pelo Sistema de REGISTRO DE PREÇO PARA**

FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES PIPA, MÁQUINAS PESADAS, ÔNIBUS, VANS, CAMINHONETE, CAMINHÃO PRANCHA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS, ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL AS RESIDÊNCIAS, TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, TRANSPORTE DE PACIENTES PARA REALIZAR EXAMES MÉDICOS FORA DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA (COM E SEM MOTORISTA), CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos.

2 - Rege a presente licitação a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, os Decretos Federais nº 3. 555/2000, 3.697/2000, 5.450/05 e 7892/13, os Decretos Municipais 118/ 2006 de 11/ 09/ 2006, 09/2010 de 27/07/2010, 207/2013 de 25/01/2013 e 1.067 de 24/03/2015 e demais legislações aplicáveis.

3 - A Sessão de abertura dos procedimentos licitatórios será conduzida por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto n° 1.044/2015, de 05 de Janeiro de 2015.

4 - Cópias deste edital poderão ser obtidas mediante Requerimento, na Sala de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-Mato Grosso, www.rondolandia.mt.gov.br, cplrondolandia@hotmail.com Cep:78.338-000-Tel: 0xx (66) 3542-1177.

Data da Abertura e Recebimento das Propostas: 02/07/2015

Horário: 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Rondolândia, Sala de Licitações.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Rondolândia - MT, 19 de Junho de 2015.

_____

Luciene Souza Santos

Pregoeira

Decreto n° 1.044/2015

De acordo:

_____

Fabio Frazão Vila Nova

Advogado – OAB n° 2684/RO

Procurador Geral

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2015 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2015

3º ATO

PROCESSO N° 069/2015

PREGÃO PRESENCIAL - N° 040/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 - Acha-se aberta, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situado à Av. Joana Alves de oliveira, s/n°, Centro, nesta cidade de Rondolândia - MT, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL pelo Sistema de Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Materiais Pedagógicos e Materiais de Expediente para atender as necessidades das Secretarias e Escolas Municipais**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos.

2 - Rege a presente licitação a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, os Decretos Federais nº 3.555/2000, 3.697/2000, 5.450/05 e 7892/13, os Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/09/2006, nº 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013 e nº 1. 067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 e demais legislações aplicáveis.

3 - A Sessão de abertura dos procedimentos licitatórios será conduzida por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto n° 1.044/2015, de 05 de Janeiro de 2015.

4 - Cópias deste edital poderão ser obtidas, na Sala de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-Mato Grosso, cplrondolandia@hotmail.com Cep:78.338-000-Tel: 0xx (66) 3542-1177.

Data da Abertura e Recebimento das Propostas: 03/07/2015

Horário: 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Rondolândia, Sala de Licitações.

Tipo: Menor Preço Por Item

Rondolândia - MT, 19 de Junho de 2015.

_____

Luciene Souza Santos

Pregoeira

Decreto n° 1.044/2015

De acordo:

_____

Fabio Frazão Vila Nova

Advogado – OAB n° 2684/RO

Procurador Geral

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2015 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2015

PROCESSO N° 096/2015

PREGÃO PRESENCIAL - N° 054/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 - Acha-se aberta, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situado à Av. Joana Alves de oliveira, s/n°, Centro, nesta cidade de Rondolândia - MT, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL pelo Sistema de Registro de preço para futura e eventual Aquisição de Lubrificantes para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Recursos exclusivos do FETHAB),** cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos.

2 - Rege a presente licitação a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, os Decretos Federais nº 3. 555/2000, 3.697/2000, 5.450/05 e 7892/13, os Decretos Municipais 118/ 2006 de 11/ 09/ 2006, 09/2010 de 27/07/2010, 207/2013 de 25/01/2013 e 1.067 de 24/03/2015 e demais legislações aplicáveis.

3 - A Sessão de abertura dos procedimentos licitatórios será conduzida por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto n° 1044/2015, de 05 de Janeiro de 2015.

4 - Cópias deste edital poderão ser obtidas mediante Requerimento, na Sala de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-Mato Grosso, www.rondolandia.mt.gov.br, cplrondolandia@hotmail.com Cep:78.338-000-Tel: 0xx (66) 3542-1177.

Data da Abertura e Recebimento das Propostas: 02/07/2015.

Horário: 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Rondolândia, Sala de Licitações.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Rondolândia - MT, 19 de Junho de 2015.

_____

Luciene Souza Santos

Pregoeira

Decreto n° 1044/2015

De acordo:

_____

Fabio Frazão Vila Nova

Advogado – OAB n° 2684/RO

Procurador Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 076/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2015 = 19/06

OBJETO: AQUISIÇÕES DE ÓLEO E LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 12.064,00 (DOZE MIL, SESSENTA E QUATRO REAIS)

CASTELO BRANCO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 01 DE JUNHO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015 – COM A ELABORAÇÃO DAS PROVAS, CORREÇÃO DAS PROVAS, RESPOSTA DOS RECURSOS DO GABARITO E RESULTADO FINAL, CONFECÇÃO DE CARTÃO IDENTIFICADO COM O NOME DO CANDIDATO, COM FORNECIMENTO DE LISTA DE PRESENÇA QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 24/05/2015, NÚMERO DE CANDIDATOS 694, NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

VALOR: R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS).

STS CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA-ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 15 DE MAIO DE 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE

PREGAO PRESENCIAL Nº 030/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 27.305,00 (VINTE E SETE MIL, TREZENTOS E CINCO REAIS),

SUPERMERCADO FORTES BAMBIL LTDA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 12 DE JUNHO DE 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER AA SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE

PREGAO PRESENCIAL Nº 030/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 84.922,66 (OITENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E VINTE E DOIS REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS),

SUPERMERCADO FORTES BAMBIL LTDA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 12 DE JUNHO DE 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 079/2015

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PREGAO PRESENCIAL Nº 023/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 11.903,24 (ONZE MIL, NOVECENTOS E TRÊS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS)

CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELLI EPP

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 12 DE JUNHO DE 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2015

OBJETO: AQUISIÇÕES DE REFEIÇÕES PRONTA (MARMITEX E SELF SERVICE) PARA ATENDER AS SECREATRIAS DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PREGAO PRESENCIAL Nº 031/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 19.000,00 (DEZENOVE MIL REAIS)

WILMA PEDRINA DE SOUZA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 12 DE JUNHO DE 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVA JATO TENDO COMO FINALIDADE ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

VALOR: R$ 7.180,00 (SETE MIL, CENTO E OITENTA REAIS)

KELSON DE ALMEIDA SARAIVA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 01 DE JUNHO DE 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2015

A prefeitura do município de Rosário Oeste, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com processo de inexigibilidade nº 001/2015, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, da empresa COMUNICAÇÕES EVENTOS SONORIZAÇÃO E PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA-ME, pessoa jurídica, inscrita sob CNPJ nº 14.853.868/0001-49, com endereço na Rua Coronel Antônio Bruno, nº 737, Bairro: Centro – CEP: 78.470-000 – Rosário Oeste/MT, neste ato representado por ELSON MANOEL DA SILVA, brasileiro, empresário, inscrito no RG n.º 0866471-4 SSP/MT e CPF 867.040.101-06, residente e domiciliado na Avenida Jorge José Zamar, 03, Bairro: Monjolo, CEP: 78.470-000, Rosário Oeste/ MT, com apresentação da dupla PEDRO HENRIQUE & FERNANDO, por ocasião do 154º Aniversário do município de Rosário Oeste/MT, nos dias: DIA 24/06/2015 a 25/06/2015 duração das 00h00min as 03h00min horas, valor da prestação dos serviços 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Rosario Oeste - MT, 19 de Junho de 2015.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2015

OBJETO: AQUISIÇÕES DE REFEIÇÕES PRONTA (MARMITEX E SELF SERVICE) PARA ATENDER AS SECREATRIAS DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PREGAO PRESENCIAL Nº 031/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 19.000,00 (DEZENOVE MIL REAIS)

WILMA PEDRINA DE SOUZA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 12 DE JUNHO DE 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2015

OBJETO: AQUISIÇÕES DE REFEIÇÕES PRONTA (MARMITEX E SELF SERVICE) PARA ATENDER AS SECREATRIAS DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PREGAO PRESENCIAL Nº 031/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 19.000,00 (DEZENOVE MIL REAIS)

WILMA PEDRINA DE SOUZA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 12 DE JUNHO DE 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 084/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO E REFORMA DE PONTES DAS COMUNIDADES: CORREGO RAIZAMA, CORREGO FONTES ESTEVÃO, CORREGO PESCARIA NA ZONA RURAL PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

CONVITE Nº 001/2015

PRAZO: 02(DOSI) MESES

VALOR: R$ 147.500,00 (CENTO E QUARENTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS)

CAMPOS E BUENO DE ALMEIDA LTDA-EPP

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 18 DE JUNHO DE 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2015

OBJETO: CONTRATO E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO DE AVISOS, ATIVIDADES, CAMPANHAS E PROGRAMAS DO PODER EXECUTIVO E SUAS SECRETARIAS, FEITA POR MEIO DE JORNAL IMPRESSO NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE – MT

VALOR: R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAISS)

I.B.F DE ALMEIDA-ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 09 DE JUNHO DE 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otavio Costa s/n.º, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo “Menor Preço Por Item", na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS FORNECIMENTO DE SALGADOS E BOLOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT, PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal 7.892/2013, bem como nas Leis Complementares 123/2006 e 128/2008, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regida pelos mencionados diplomas legais e pelas

cláusulas e condições do edital. Entrega e abertura dos Envelopes: Até as 09:30 horas, do dia 02/07/2015 – no endereço acima. Edital Completo: no site: www.rosariooeste.mt.gov.br, email: licitacaorosario@hotmail.com.

Rosário Oeste – MT, 19 de Junho de 2015.

Eziele Regina Benedita de Santana,

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICOS MUSICAIS COM OS ARTISTAS PARA ATENDER AS FESTIVIDADES DO 154º ANIVERSARIO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, COM A DUPLA PEDRO HENRIQUE E FERNANDO, DIA 25/06/2014.

INEXIGIBILIDADE Nº 001/2015

VALOR: R$ 88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)

COMUNICAÇÕES EVENTOS SONORIZAÇÃO E PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA-ME

CONTRATADA

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 19 DE JUNHO DE 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULOS 0 KM TENDO COMO FINALIDADE, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA E CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015

PRAZO: 31 DE DEZEMBRO DE 2015

VALOR: R$ 108.500,00 (CENTO E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS),

JC AUTO MOTORS LTDA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 15 DE MAIO DE 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: **"Contratação temporária de Professor de Matemática, para atendimento na Escola Municipal Simão Bororó, com jornada de 20 (vinte) horas/aulas semanais, em atendimento as atividades aos alunos do 6º ao 9º Ano",** em substituição a professora Claudelice da Silva Andrade, que encontra-se de estado médico, pelo período de 60 (sessenta) dias; c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso IV; d) **Processo: Nº 007/2015**; e) Cobertura Orçamentária:04.003.10.301.0020.2018.33.90.36; 04.003.10.302.0030.2032.33.90.36; f) Valor: R$ 2.996,00 (dois mil novecentos e noventa e seis reais); g) **Autorizado: em 19/06/2015**, por **Wemerson Adão Prata**; h) **Ratificação: em 19/06/2015**, por **Wemerson Adão Prata**.MARIA INÊS PEREIRA DA SILVAPresidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
LEI Nº 530, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a criação da Ouvidoria da Câmara Municipal de Salto do Céu e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada a Ouvidoria da Câmara Municipal de Salto do Céu - MT, tendo por objetivo assegurar, de modo permanente e eficaz, a preservação dos princípios de legalidade, moralidade e eficiência dos atos dos agentes da Administração Direta e Indireta, inclusive das empresas públicas e entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos, na prestação de serviços à população.

Art. 2º. A Ouvidoria será o canal aberto de comunicação direta entre a sociedade e a Câmara Municipal, recebendo solicitações, críticas, reclamações, denúncias, sugestões e elogios, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados e na gestão dos recursos públicos.

Art. 3º. Compete à Ouvidoria da Câmara Municipal de Salto do Céu:

I - receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários, desonestos, indecorosos, ilegais, irregulares ou que violem os direitos individuais ou coletivos, praticados por servidores da Administração Pública Municipal direta e indireta e daquelas entidades referidas no artigo 1º desta lei;

II – receber, examinar e encaminhar a quem de destino e, se externas através da Presidência da Câmara, o constante no inciso I;

III - diligenciar junto às unidades administrativas competentes, para que prestem informações e esclarecimentos a respeito das comunicações mencionadas no inciso anterior;

IV - manter o cidadão informado a respeito das averiguações e providências adotadas nas suas manifestações, excepcionados os casos em que necessário

for o sigilo, garantindo o retorno dessas providências a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados;

V - elaborar e divulgar quadrimestralmente e anualmente, relatório de suas atividades, bem como, permanentemente, os serviços da Ouvidoria da Câmara Municipal junto ao público via site, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;

VI - promover a realização de palestras em atividades municipais sobre assuntos relativos ao exercício dos direitos e deveres do cidadão perante a administração pública;

VII - organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas;

§ 1º. A Ouvidoria manterá sigilo sobre denúncias e reclamações que receber, bem como sobre sua fonte, assegurando a proteção dos denunciantes, quando requerer o caso ou assim for solicitado.

§ 2º. A Ouvidoria disponibilizará para acesso do cidadão, serviço telefônico, link exclusivo no site da Câmara e diretamente através de sua recepção para receber o constante no Artigo 1º desta lei, garantindo o sigilo da fonte de informação.

Art. 4º. A Ouvidoria da Câmara Municipal de Salto do Céu é composta por um ouvidor designado pelo presidente e seu mandato se encerrará quando se encerrar o do presidente, podendo a critério, o desligamento ser por vontade do servidor ou do presidente, podendo o mesmo servidor ser reconduzido ao cargo em outro mandato;

Art. 5º. O Ouvidor exercerá suas funções com independência e autonomia, visando garantir o direito da sociedade de manifestar-se sobre os trabalhos da Câmara Municipal, com respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade,

probidade, eficiência, transparência e publicidade, observando a legislação vigente, podendo, no exercício de suas funções:

I - determinar, por escrito e de forma fundamentada, o arquivamento de mensagem recebida que, por qualquer motivo, não deva ser respondida ou encaminhada;

II - solicitar da Presidência da Casa o encaminhamento às Comissões permanentes ou especial, ao Tribunal de Contas do Estado, a Polícia Federal, ao Ministério Público ou órgão competente as denúncias recebidas que necessitem maiores esclarecimentos;

III - estipular prazo de 10 (dez) dias para as respostas e solicitar informações quanto ao andamento de procedimentos iniciados por ação da Ouvidoria Parlamentar;

I V - elaborar relatório quadrimestral das atividades da Ouvidoria Parlamentar para encaminhamento à Mesa Diretora da Câmara Municipal e posterior divulgação aos Vereadores;

V - Qualquer pessoa jurídica ou cidadão, devidamente identificado, ao formular sua petição, poderá fazê-lo pessoalmente, por e-mail, fax ou correio.

§ 1° O não cumprimento do prazo previsto no parágrafo anterior deverá ser comunicado ao Presidente da Câmara Municipal.

§ 2° Não serão recebidas denúncias ou reclamações anônimas.

Art. 6º. A Mesa Diretora deverá dar ampla divulgação sobre a existência da Ouvidoria na Câmara Municipal e suas respectivas atividades por todos os veículos de comunicação existentes ou utilizados pela Câmara Municipal, em especial através da:

I - divulgação e orientação completa acerca de sua finalidade e forma de utilização;

II - manutenção do link exclusivo da Ouvidoria Parlamentar na página inicial do site da Câmara Municipal, em local de fácil visualização;

III - garantia de acesso dos cidadãos à Ouvidoria Parlamentar por meio de canais ágeis e eficazes.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal.

Art. 8º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto do Céu – MT, em 18 de junho de 2015.

Wemerson Adão Prata

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

GABINETE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº009/2015

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 009/2015

Fica Publicado no Jornal Oficial dos Municípios –AMM no quadro mural da Prefeitura Municipal de Santa Carmem e no site: www.santacarmem.mt.gov.br link: leis, a Lei Municipal Nº594/2015 – LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, sancionada em 19 de Junho de 2015.

“ **Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município de Santa Carmem para o exercício de 2016 e dá outras providências “.**

A Lei Municipal **Nº594/2015** contém material textual, bem como anexo de Metas Fiscais contendo:

Anexo de Programas por objetivos

Anexo de Metas Fiscais 2016 – Metas Anuais

Anexo de Metas Fiscais 2016 – Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior

Metas Fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores

Anexo de Metas fiscais 2016– Evolução do Patrimônio Líquido

Anexo de Metas Fiscais 2016– Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a alienação de Ativos

Anexo de Metas Fiscais 2016- Estimativa e Compensação da renúncia da receita

Anexo de Metas Fiscais 2016- Projeção Atuarial do RPPS

Anexo de Metas Fiscais 2016- Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

Anexo de Riscos Fiscais 2016- Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

Relatório de Projetos em Andamento.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM –MT

Em , 19 de Junho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL N°592/2015

LEI Nº592/2015

DATA: 16 de Junho de 2015.

Institui o Plano Municipal de Educação para o Decênio 2015-2024.

A Câmara Municipal de Santa Carmem, Estado de Mato Grosso, Aprova e o Prefeito Municipal Sr. ALESSANDRO NICOLI sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica instituído o Plano Municipal de Educação para o Decênio 2015-2024, na forma do Anexo Único, com vistas ao cumprimento do disposto no Art. 214 da Constituição Federal, no Art. 145 da Lei Orgânica do Município de Santa Carmem e no Art. 8º da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

Art. 2º. São Diretrizes do Plano Municipal de Educação – PME:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais;

IV – melhoria da qualidade de ensino;

V – formação para o trabalho e para a cidadania;

VI – fortalecimento da gestão democrática da educação;

VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do município;

VIII – Aplicação de recursos públicos em educação, resultante da receita de impostos, proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento da educação infantil, ensino fundamental e da educação inclusiva;

IX – promoção da sustentabilidade socioambiental;

X – valorização dos profissionais da educação;

XI – difusão dos princípios da equidade e do respeito à diversidade;

Art. 3º. As metas previstas no Anexo Único desta lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência deste Plano Municipal de Educação – PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas específicas;

Art. 4º. As metas previstas no Anexo Único desta lei deverão ter como referência os censos nacionais da educação básica, o sistema Educacional de Registro Escolar do Estado de Mato Grosso – SEDUC- e dados da Se-

cretaria Municipal de Educação, atualizados e disponíveis na publicação desta Lei.

Art. 5º. A meta de ampliação do investimento público em educação poderá ser revista, conforme o caso, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas do Plano Municipal de Educação – PME – 2015-2024.

Art. 6º. O município deverá promover a realização de pelo menos três Conferências Municipais de Educação até o final da vigência do Plano Municipal de Educação – PME, sendo a primeira realizada no segundo ano de sua vigência, articuladas e coordenadas pelo Conselho Municipal de Educação de Santa Carmem, instituído no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Fórum Permanente de Educação.

Parágrafo Único. As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 3 (três) anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do Plano Municipal de Educação – PME – 2015-2024 e subsidiar a elaboração do PME para o decênio 2025-2035.

Art. 7º. O Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e os Orçamentos Anuais – LOA, deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotação orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2015-2024, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 8º. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo escolar da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar.

Parágrafo único. O IDEB é calculado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, vinculado ao Ministério da Educação.

Art. 9º. A consecução das metas deste Plano Municipal de Educação – PME e a implementação das estratégias deverão ser realizadas em regime de colaboração e em parceria com a União, o Estado e o Município de Santa Carmem.

§ 1º. Caberá aos gestores estaduais e municipais a adoção de medidas governamentais necessárias ao cumprimento das metas previstas neste Plano Municipal de Educação – PME.

§ 2º. As estratégias estabelecidas no Anexo Único desta Lei, não suprimem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados.

Art. 10. Para garantia da equidade educacional, o Município deverá considerar o atendimento às necessidades específicas da Educação Especial, assegurando um sistema inclusivo em todos os níveis e etapas e modalidades de ensino.

Art. 11. O Município de Santa Carmem deverá aprovar leis específicas disciplinando a gestão democrática da educação em seus respectivos âmbitos de atuação.

Art. 12. O Plano Municipal de Educação abrangerá o Sistema Municipal de Ensino definindo as metas e estratégias que atendam às incumbências que lhe forem destinadas por lei, na qual consta o Anexo Único.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT,16 de JUNHO DE 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

Plano Municipal de Educação – 2015 – 2024.

ANEXO ÚNICO

META 1 - Ofertar Educação Infantil para 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade até 2017 e 80% até 2024.
ESTRATÉGIAS: - Criar e construir novos Centros de Educação Infantil e ampliar os Centros existentes para atendimento de crianças de 0 a 3 anos, com funcionamento integral, conforme os padrões mínimos exigidos por Lei, considerando a demanda do município, com contra partida do Estado e da União. - Assegurar ambiente interno e externo para realização de atividades de expressão livre, movimentos e brinquedos. - Manter e intensificar a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e as demais Secretarias, notadamente as de Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente e Planejamento, para o desenvolvimento de programas e projetos de assistência às crianças da Educação Infantil do município.
META 2 - Ofertar Educação Infantil e atender 100% das crianças de 4 e 5 anos de idade até o ano de 2016.
ESTRATÉGIAS: - Realizar em regime de colaboração, levantamento anual da demanda da Educação Infantil no município. - Criar banco de dados e realizar publicação, para o planejamento da oferta de vagas, verificar e acompanhar o atendimento da demanda. - Garantir relação professor/aluno, infraestrutura e materiais didáticos adequados ao processo educativo, considerando as características das distintas faixas etárias, conforme os padrões do CAQ (custo aluno qualidade). - Garantir ações complementares sócios educativas de apoio às famílias das crianças de Educação Infantil, tais como palestras, sobre desenvolvimento infantil e oficinas pedagógicas, promovendo a interação pais/crianças.
META 3 - A partir da vigência deste Plano Municipal de Educação os Dirigentes de Educação Infantil possuam formação em nível superior na área de educação.
ESTRATEGIA: - Estabelecer um Programa de Formação dos Profissionais de Educação Infantil, com colaboração da União e Estado (parcerias e financiamentos).
META 4 - Assegurar que a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, seja implementada a Proposta Política Pedagógica com participação de todos os profissionais da educação infantil. ESTRATÉGIAS: - Garantir formação para subsidiar a implementação da Proposta Politica Pedagógica. - Incentivar envolvimento de todos os profissionais que atuam na Educação Infantil.
META 5 – Universalizar o Ensino Fundamental de 09 anos para toda a população de 06 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.
META 6 – Alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.
META 7 – Aumentar progressivamente a carga horária em 01 (uma) hora por ano, atingindo pelo menos em 7 horas diárias, para 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes matriculados na educação básica até o final da vigência deste PME.
ESTRATÉGIA: - Estabelecer parcerias entre União, Estado e Município para reestruturação e ampliação do espaço físico. - Assegurar espaços físicos, materiais pedagógicos, recursos financeiros e profissionais da educação em número suficiente. - Garantir no mínimo 3 refeições diárias - Implementar recursos e materiais pedagógicos para os estudos complementares. - Incentivar programas e projetos voltados ao atendimento de atividades culturais e esportivas.
META 8 – Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 (seis) nos anos iniciais do Ensino Fundamental; 5,5 (cinco e meio) nos anos finais do Ensino fundamental; 5,2 (cinco vírgula dois) no Ensino Médio.
ESTRATÉGIAS: - Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a Base Nacional Comum dos currículos, com direito e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do Ensino Fundamental, respeitando a diversidade regional, estadual e local. - Implementar processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio de constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional. - Elaborar programa ou projeto pela unidade escolar, garantindo efetiva aprendizagem aos alunos com baixo desempenho escolar.
META 9 – Assegurar a oferta de vagas junto ao Estado para o atendimento da Educação de Jovens e adultos nas etapas do Ensino Fundamental e Médio e garantir junto a União e Estado à realização de formação específica dos professores e diversificação do Currículo da EJA (Educação de Jovens e Adultos).
ESTRATÉGIAS: - Estabelecer parcerias entre a União e estado, envolvendo a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Ação Social, para execução de ações de atendimento aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde. - Apoiar parcerias e projetos que visem o desenvolvimento das necessidades específicas da EJA (Educação de Jovens e Adultos).

META 10 – Garantir a oferta de Ensino Médio junto ao Estado para atendimento de 100% da demanda de alunos do município.
ESTRATÉGIAS - Adotar medidas em conjunto com Secretaria Estadual de Educação, que elevem a qualidade e eficácia do ensino, para reduzir a repetência e evasão. - Incentivar e estimular a participação dos profissionais da educação a realizar pesquisas e inovações pedagógicas no currículo, que contribuam para a melhoria do ensino e autovalorização. - Assegurar a reestruturação do currículo, de forma a abranger o Ensino Médio e profissionalizante.
META 11 – Garantir a parceria do município com Entidades que atendam alunos com Necessidades Educacionais Especiais.
ESTRATÉGIAS: - Garantir parcerias com Estados/Municípios para realização de mapeamento de busca ativa de pessoas com deficiência fora da escola, em parceria com as áreas de Assistência Social e Saúde, por residência ou local de trabalho. - Oferecer espaços físicos com adequação de acessibilidade aos diversos tipos de deficiência, além de incluir os profissionais de educação que tenham algum tipo de necessidade especial. - Garantir a permanência de profissionais (monitor ou cuidador) com necessidade de apoio nas atividades de higienização, alimentação e locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.
META 12 – Assegurar a continuidade do atendimento da sala de recursos multifuncionais.
ESTRATÉGIAS: - Ampliar e fortalecer o atendimento individualizado aos estudantes que tenham impedimento comprovado por meio de laudo médico. - Adquirir de forma gradativa, equipamento e materiais didáticos que auxiliem no processo de aprendizagem.
META 13 – Assegurar em regime de colaboração entre União e Estado a oportunidade de formação específica inicial e continuada de modo que todos que atuam na educação possuam formação em nível superior até a vigência desse PME.
ESTRATÉGIAS: - Ofertar curso de formação continuada aos profissionais da educação, prioritariamente no local de trabalho, de forma articulada e integrada com a prática no contexto do processo educativo. - Estimular o desenvolvimento e/ou uso de ambientes virtuais de aprendizagem.
META 14 – Valorizar os (as) profissionais do magistério das Redes Públicas de Educação Básica, de forma a equiparar seus rendimentos médios ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o 5º ano da vigência deste PME.
ESTRATÉGIAS: - Assegurar anualmente a revisão do piso salarial para os profissionais da educação básica, de acordo com o piso nacional. - Garantir a equiparação do piso salarial do município em parceria com o Governo Federal, ao piso salarial do Estado de Mato Grosso, até o final do quinto ano de vigência deste PME.
META 15 - Assegurar a permanência e revisão do Plano de Cargos, Salários e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Sistema Público do Município.
META 16 – Garantir o cumprimento da Lei de Gestão Democrática, com eleição direta para Direção Escolar e Coordenação Pedagógica, de acordo com a Legislação Municipal vigente.
ESTRATÉGIAS: - Fortalecer os Conselhos Escolares, como instrumento de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, assegurando autonomia de seu funcionamento. - Assegurar, por meio de instrumentos legais, a autonomia administrativa, pedagógica e financeira das escolas públicas, garantindo os repasses direto dos recursos para despesas de manutenção e capital para o cumprimento de sua proposta didático-pedagógica.
META 17 – Garantir imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos municipais, conforme previsto na Lei Orgânica do Município.
META 18 – Garantir o piso mínimo aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação à partir do primeiro ano de vigência deste Plano Municipal de Educação. - Assegurar anualmente a revisão dos vencimentos de acordo com a inflação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Santa Carmem,16 de Junho de 2015

ALESSANDRO NICOLI

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº594/2015

LEI Nº 594/2015

DATA: 19 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município de Santa Carmem-MT, para o exercício de 2016 e dá outras providências."

ALESSANDRO NICOLI, Prefeito Municipal de Santa Carmem, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2016 compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para elaboração, alteração e execução dos orçamentos;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária municipal;

V - as disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VII - os critérios e formas de limitação de empenhos;

VIII – as normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas;

IX - as condições e exigências para transferência à entidades públicas e privadas;

X - o montante e forma de utilização da reserva de contingência;

XI - a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso;

XII - as prioridades para projetos em andamento e despesas de conservação do patrimônio público;

XIII - a autorização e condições para o custeio de despesas de competência de outro ente da Federação;

XIV - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;

XV - as Disposições Gerais.

CAPÍTULO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º

. As Prioridades e as Metas para o exercício financeiro de 2016 estão especificadas no Anexo - Programas por Objetivos LDO 2016, parte integrante desta Lei, definidas em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) relativo ao período 2014-2017.

§1º. Os recursos estimados na Lei Orçamentária de 2016 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas definidas no Anexo de Metas e Prioridades não se constituindo, todavia, em limites para a programação das despesas, devendo priorizar as ações voltadas ao crescimento econômico e social com estabilidade e responsabilidade, ao desenvolvimento educacional e cultural, bem como ao equilíbrio na gestão dos recursos públicos.

§2º. Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício de 2016 o Poder Executivo Municipal poderá alterar as metas definidas nesta Lei, aumentando ou diminuindo seus quantitativos, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades estabelecidas.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º. A Proposta Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2016 abrangerá o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, compreendendo a programação do Poder Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Públicas e será elaborada levando-se em conta a estrutura organizacional atual do município e suas possíveis alterações.

Art. 4º. A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas por rubricas, identificando as fontes de recursos correspondentes e suas respecti-

vas despesas, por função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, identificador de uso e a fonte de recursos, em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001, e suas alterações posteriores, e obedecerá ao estabelecido no art. 22 da Lei 4.320/64 e no que couber, ao art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 5º. Para efeito desta Lei entende-se por:

I - programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual - PPA;

II - atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais se resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a natureza de despesa, o programa de governo, a função, a subfunção, a unidade e o órgão orçamentário as quais se vinculam.

§3º. Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesma característica quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir descriminado:

a) pessoal e encargos sociais – 1;

b) juros e encargos da dívida – 2;

c) outras despesas correntes – 3;

d) investimentos – 4;

e) inversões financeiras – 5;

f) amortização da dívida – 6.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS.

Art. 6º. A elaboração do projeto da Lei Orçamentária do Município de Santa Carmem relativo ao exercício de 2016, sua aprovação e respectiva execução, deverá ser realizado de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se os diversos princípios, além dos contábeis, geralmente aceitos, os de igualdade e justiça social e o da transparência social, assim evidenciados:

I – o princípio de igualdade e justiça social implica em assegurar que os programas dispostos na Proposta Orçamentária contribuam para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos e as regiões do município mais carentes;

II - o princípio da transparência social requer a observância da publicidade, utilizando os diversos meios de comunicações disponíveis, a fim de garantir o amplo acesso e a participação dos cidadãos às informações relativas ao orçamento, inclusive na discussão em Audiências Públicas.

Art. 7º. Os estudos para definição da previsão da receita para o exercício de 2016 deverão observar as alterações da Legislação Tributária, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, o crescimento vegetativo e qualquer outro fator relevante, sua evolução nos últimos três exercícios, a projeção para os dois exercícios seguintes e a arrecadação até o mês de junho de 2015.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária o Poder Executivo Municipal colocará à disposição do Poder Legislativo Municipal e do Ministério Público os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subseqüentes e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 8º. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constante do Anexo Próprio desta Lei, será considerada para o efeito de cálculo na previsão da receita.

Art. 9º. Se a receita estimada para o exercício de 2016 comprovadamente não atender ao disposto no art. 8º, e nos casos de comprovação de erro ou omissão, de ordem técnica ou legal, a mesma poderá ser alterada pelo Poder Executivo mediante projeto de Lei para permitir a conseqüente adequação do orçamento.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa, e com objetivo de modernizar e conferir maior eficácia ao Poder Público Municipal.

Art. 11. A Lei Orçamentária para o exercício de 2016 conterá dispositivos para adequar a despesa à receita em função dos efeitos econômicos que decorrem:

I - realização de receitas não previstas;

II - disposições legais a nível federal, estadual ou municipal que impactem de forma desigual as receitas previstas e as despesas fixadas.

Parágrafo único. A adequação da despesa à receita de que trata o “caput” desse artigo, decorrente de qualquer das situações previstas nos itens I e II implicará, na redefinição das metas e prioridades para o exercício de 2016.

Art. 12. As Metas Fiscais constantes do Anexo II desta Lei poderão ser alteradas, através de autorização Legislativa, se verificado que o comportamento das receitas, das despesas e das metas de resultado primário ou nominal indicar uma necessidade de revisão.

Art. 13. Para efeito do disposto no §3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo montante no exercício financeiro não exceda o valor para dispensa de licitação fixada nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 ou suas alterações, devidamente atualizadas.

Art. 14. A lei orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 1º. A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, em obediência ao inciso VI do art. 167, da Constituição Federal, em limite definido na própria lei orçamentária para o exercício de 2016.

§ 2º. Não serão computados para efeito do limite os créditos suplementares abertos através de recursos de transferências voluntárias não previstas e o Superávit Financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 15. Os recursos de convênios ou vinculados, não previstos no orçamento da receita ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de Créditos Adicionais Especiais ou Suplementares por ato do Executivo Municipal e não serão computados no limite autorizado na lei orçamentária.

Art. 16. Durante a execução orçamentária de 2016 o Poder Executivo, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades e operações especiais na LOA, na forma de Créditos Adicionais Especiais, desde que se

enquadrem nas prioridades para o exercício constantes do art. 2º desta Lei e alterações posteriores.

Parágrafo único. Os saldos das dotações provenientes de Créditos Adicionais Especiais abertos nos 04 (quatro) últimos meses do exercício de 2016 poderão ser reabertos por Decreto do Executivo Municipal para o próximo exercício.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão.

Art. 18. O Município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na Manutenção e no Desenvolvimento do Ensino, bem como nas ações e serviços de Saúde, nos termos do §2º do art. 198 e do art. 212 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 19. A estimativa da receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2016 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias.

§1º. O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal, sempre que necessário, a atualização da Planta Genérica de Valores do município a fim de subsidiar o cálculo do ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana e outros tributos correlatos.

§2º. A parcela da receita orçamentária, prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alteração na legislação tributária, ainda que em tramitação, quando do envio do Projeto de Lei Orçamentária à Câmara de Vereadores poderá ser identificado, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada a aprovação das respectivas alterações legislativas.

Art. 20. Ocorrendo alteração na Legislação Tributária fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

Parágrafo único. Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados ao Orçamento do Município, mediante a abertura de Créditos Adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente.

Art. 21. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no §3º do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22. O ato que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira só será aprovado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 23. No exercício de 2016 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 24. O disposto no §1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou seja, relativas a cargo ou categoria extinto total ou parcialmente;

II - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 25. O reajuste do vencimento dos servidores públicos municipais ocorrerá em janeiro de cada ano com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Art. 26. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, §1º, inciso II da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizado a concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, realização de concurso público, processo seletivo simplificado e processo seletivo público, bem como admissões ou contratação de pessoal a qualquer título, visando o preenchimento de cargos e funções.

Art. 27. Para atendimento do disposto no artigo anterior, caberá a cada secretaria municipal demonstrar sua capacidade orçamentária e financeira para atendimento da nova despesa, bem como sua forma de compensação, conforme segue:

I – informações detalhadas das contratações ou admissões, do aumento de remuneração ou concessão de vantagens, criações ou alterações de cargos ou funções pleiteadas;

II – memória de cálculo das despesas a serem geradoras;

III - demonstrativo de suficiência orçamentária para cobertura das despesas;

IV - medidas de compensação, devendo ser apresentado no caso de cancelamentos de créditos orçamentários para cobertura de novas despesas o código orçamentário da ação a ser reduzida;

V – manifestação da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamentos, ou setor equivalente, acerca da regularidade das informações prestadas;

VI – autorização do ordenador de despesas.

Parágrafo único. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a contratação de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 28. Se a despesa com pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, a contratação de horas extras ficam restritas às necessidades emergenciais das áreas de saúde, educação, saneamento e segurança, devidamente justificado pela autoridade competente e autorizado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento.

Art. 29. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 169 da Constituição Federal, bem como o disposto no art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo adotará as seguintes medidas a fim de reduzir tais despesas:

I – eliminação de vantagens concedidas à servidores;

II – exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

III – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

IV – eliminação de despesas com horas extras, exceto nos casos previstos no art. 28 da presente Lei.

Art. 30. Serão incluídas dotações específicas para treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, tendo em vista as disposições relativas à promoção e acesso.

Art. 31. O servidor vinculado ao FUNDEB terá política salarial vinculada às limitações do mesmo podendo ser dissociada dos demais órgãos municipais.

Parágrafo único. Para atendimento das disposições do art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 053, de 19 de dezembro de 2006, o Poder Executivo Municipal poderá conceder abono salarial aos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício, utilizando os recursos do FUNDEB – 60% (sessenta por cento), devendo ser regulamentado por Decreto do Poder Executivo Municipal no que couber.

Art. 32. O Poder Executivo terá como base de projeção para elaboração de sua proposta orçamentária de 2016, relativo á pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em julho de 2015, compatibilizada com eventuais acréscimos legais.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com dívida municipal nos termos dos contratos firmados.

Parágrafo único. As despesas de que trata o caput desse artigo serão alocados sob a supervisão da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento.

Art. 34. O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição total da receita, recursos provenientes de operações de crédito, respeitando os limites estabelecidos inciso III, do art.167 da Constituição Federal.

Art. 35. A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operação de crédito por antecipação da receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO VII

CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS

Art. 36. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º e no inciso II, do §1º do artigo 31 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional às suas dotações, procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira no montante necessário para as seguintes despesas:

I - racionalização dos gastos com diárias, viagens e equipamentos;

II - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos;

III - contingenciamento das dotações apropriadas para outras despesas de custeio;

IV - dotações de obras em geral, desde que ainda não iniciadas.

§1º. Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento da dívida fundada.

§2º. No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo buscar-se-á preservar as despesas baixas hierarquizadas:

a) pessoal e encargos sociais;

b) com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45 da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO VIII

NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS

Art. 37. Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a proporcionar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 38. O serviço de contabilidade do município organizará um sistema de custos que permita:

I - mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

II - identificar o custo por atividade governamental e órgãos.

Art. 39. Os Programas priorizados por esta Lei e os contemplados no Plano Plurianual que integrarem a Lei Orçamentária de 2016 serão objeto de avaliação pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas, permitindo à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

CAPÍTULO IX

CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIA À ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 40. É vedada a inclusão na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais quaisquer recursos do Município de dotação a título de subvenções sociais, ressalvadas àquelas destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde e educação, observadas ainda as exigências da legislação em vigor e condicionada:

I - ao reconhecimento como de Utilidade Pública, através de Lei Municipal;

II - a comprovação das prestações de contas referentes aos recursos de que trata este artigo, recebidos anteriormente.

Art. 41. Fica autorizada a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais, a título de auxílios, para entidades privadas sem fins lucrativos desde que sejam:

I - de atendimento às atividades educacionais, assistenciais e de saúde;

II - consórcios intermunicipais constituídos por Lei e exclusivamente por entes públicos;

III - reconhecidas como de Utilidade Pública;

IV - comprovem a regularidade das prestações de contas referentes aos recursos de que trata este artigo, recebidos anteriormente;

V - autorizadas por Lei específica.

Parágrafo único. O descumprimento de qualquer uma das exigências implicará em imediata suspensão do repasse, bem como na devolução dos recursos já repassados.

CAPÍTULO X

MONTANTE E FORMA DE UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 42. O orçamento para o exercício de 2016 contemplará recursos para a Reserva de Contingência de no mínimo 0,15% (zero vírgula quinze por cento) e no máximo 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender:

I - passivos contingentes;

II - riscos e eventos fiscais previstos no Anexo II desta Lei, dentre outros riscos fiscais e eventos fiscais imprevistos e imprevisíveis;

III - contrapartida de receitas provenientes de transferências voluntárias correntes e de capital, não previstas no orçamento, além da necessidade da obtenção de resultado primário positivo, se for o caso.

§1º. Para efeito desta Lei entendem-se como eventos e riscos fiscais imprevistos e imprevisíveis, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas à menor; as despesas decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais necessárias ao Poder Público, inclusive as intempéries.

§2º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência está contemplada no limite autorizado na Lei Orçamentária, em obediência ao disposto no art. 167 da Constituição Federal.

CAPÍTULO XI

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO

Art. 43. O Executivo Municipal deverá elaborar, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma mensal de desembolso por órgão nos termos do art. 8º da Lei Complementar 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

CAPÍTULO XII

PRIORIDADES PARA PROJETOS EM ANDAMENTO E DESPESAS DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Art. 44. Além da observância das prioridades dispostas nesta Lei, a Proposta Orçamentária para o exercício de 2016 poderá contemplar novos projetos, atividades e operações especiais referentes às despesas obrigatórias de duração continuada se:

I - tiverem sido adequadamente atendidas todos os projetos, atividades e operações especiais que estejam em andamento;

II - tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio da Administração Pública Municipal;

III - tiverem sido adequadamente apropriadas suas fontes de recursos;

IV - salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de créditos.

CAPÍTULO XIII

AUTORIZAÇÃO E CONDIÇÕES PARA O CUSTEIO DE DESPESAS DE COMPETÊNCIA DE OUTRO ENTE DA FEDERAÇÃO

Art. 45. Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, o Executivo Municipal poderá assinar Convênios, Termo de Cooperação, Termo de Ajuste, Termo de Parceria e Contratos de Repasse com o Governo Federal e Estadual, através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, para a realização de obras ou serviços de competência ou não do município desde que envolvam claramente o atendimento de interesses locais.

CAPÍTULO XIV

AS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 46. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2016, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município auferida em 2014, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, estabelecido pela Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, e pela Emenda Constitucional nº 058/2009, de 23 de setembro de 2009.

Art. 47. A Câmara Municipal encaminhará até o dia 31 de agosto ao Poder Executivo a proposta Orçamentária anual do Poder Legislativo para que seja incorporada à Proposta Orçamentária Municipal.

Art. 48. A admissão de servidores na Câmara Municipal será efetuada em conformidade com arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, observando-se ainda o disposto no art.22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO XV

AS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação no Projeto de Lei relativa ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

Art. 50. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido no art. 139 da Lei Orgânica Municipal, devendo o Legislativo remetê-lo ao Prefeito para sanção até o dia 1º de dezembro seguinte ao recebimento do projeto.

Parágrafo único. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

Art. 51. Se o Projeto de Lei Orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2015 a programação dele constante poderá ser executada, mensalmente, no montante de 1/12 (um doze avos) das dotações consignadas no Projeto de Lei Orçamentária, para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - pagamento de benefícios previdenciários;

III - pagamento da dívida fundada;

IV - despesas obrigatórias de duração continuada.

Art. 52. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores que viabilizem a execução de despesas sem comprovada a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Parágrafo único. A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais conseqüências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

Art. 53. Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhados por servidores ou empregados da Administração Municipal.

Parágrafo único. O Poder Executivo publicará no Diário Oficial o extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação que deverá conter necessariamente o quantitativo médio de consultores, o custo total e a especificação dos serviços e prazo de conclusão.

Art. 54. Quaisquer recursos destinados à transferência voluntária a outro ente da federação, só serão incluídos na LOA, ou em seus créditos adicionais, se atendidos pelo recebedor as exigências contidas no art. 25 da LRF.

Art. 55. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, além dos programas já instituídos de Assistência Social, Saúde e Educação, constituindo-se em exceção, quando aprovado auxílio pelos Conselhos Municipais.

Art. 56. A transferência de Recursos Públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei Complementar 101/2000, quando for o caso, deverá ser autorizado por Lei específica.

Parágrafo único. A necessidade deve ser momentânea e recai sobre empresa ou entidade estabelecida no Município, cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave, ou ainda, representar prejuízo para a municipalidade, seja econômico, cultural, turístico ou social.

Art. 57. O Poder Executivo adotará durante o exercício de 2016 as medidas que se fizerem necessário, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da Lei Orçamentária.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 59. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 19 de Junho de 2015

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

AVISO DE LICITAÇÃO PRORROGADA-TOMADA DE PREÇOS N° 007-2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de obras de engenharia de Construção de Terminal Rodoviário no Município de Santa Cruz do Xingu – MT. PRORROGAR A DATA E HORA DE ABERTURA: 09/07/2015 às 9h00min.. O edital pode ser retirado no setor de licitações da Prefeitura e/ou Fone/Fax: (66) 3594-1000/3594-1201**.** Santa Cruz do Xingu/MT, 19 de junho de 2015.

Wilson Pereira da Silva – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 011-2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para serem utilizados na farmácia básica, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Saúde do município de Santa Cruz do Xingu – MT. Modalidade Pregão nº 011/2015 na forma Presencial-Sistema de Registro de Preços, tipo: Menor Preço por Item. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 06 de Julho de 2015. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000/3594-1201, pelo e-mail: pmscx@hotmail.com, licitacao@santacruzdoxingu.mt.gov.br ou pelo site: http://sic.tce.mt.gov.br/123/assunto/listaPublicacao/id_assunto/927/id_assunto_item/3839.

Santa Cruz do Xingu – MT, 19 de Junho de 2015.

Wilson Pereira da Silva - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DECRETO MUNICIPAL N.º 046/2015

DE 19 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR HUGO GARCIA SOBRINHO, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

Considerando os dispostos da lei 8080/90 e o artigo 1º da lei 8142/1990;

Considerando o artigo 15º da Lei Estadual nº. 22/1992;

DECRETA

Art. 1º - Fica convocada a IV Conferência Municipal de Saúde de Santa Rita do Trivelato/MT, a realizar-se em Santa Rita do Trivelato no Centro de Eventos Municipal, localizado na Avenida 28 de Dezembro, Centro, Santa Rita do Trivelato/MT, no dia 09/07/2015 as 07h00min, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde de Santa Rita do Trivelato/MT. Com a promoção e realização do referido Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria municipal de Saúde de Santa Rita do Trivelato/MT.

Art. 2º - A Conferência desenvolverá seus trabalhos sob o tema central - “Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro” com os seguintes eixos temáticos:

EIXO I: GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA: Participação social; Reformas democráticas e populares do Estado.

EIXO II: GESTÃO DO SUS: Financiamento do SUS e Relação Público-Privado; Valorização do trabalho e da educação em saúde; Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS; Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS;

EIXO III: MODELO DE ATENÇÃO: Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade; Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;

Art. 3º - A Conferência será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde e Secretário Municipal de Saúde e na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde ou Subsecretário e ou representante legal.

Art. 4º - O Secretário Municipal de Saúde expedirá mediante portaria a estrutura e composição da comissão organizadora, bem como o regimento interno e regulamento que norteará a conferência.

Art. 5º - As despesas com a realização da IV Conferência Municipal de Saúde de Santa Rita do Trivelato/MT ocorrerá a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Rita do Trivelato/MT e de outros recursos estadual e nacional para saúde.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º - Revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 19 DE JUNHO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-e

_____

Jair Roberto de Souza

Secretário Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO PORTARIA Nº 0133/2015 DE 19 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 0133/2015

DE 19 DE ABRIL DE 2015.

SÚMULA: “REGULAMENTA O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR ADRIANO LUIZ CECCHIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

conceder gratificação a servidor ADRIANO LUIZ CECCHIN.

Art. 1º - Fica acrescido o percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) sobre o vencimento do servidor ADRIANO LUIZ CECCHIN portador do RG nº: 28743415 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 038.580.459-85

Art.2º- O percentual acima esta dentro do previsto art. 20 § 1º da lei complementar nº 38 de cargos e salários do município de Santa Rita do Trivelato.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se em especial a PORTARIA Nº 077/2015 e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE ABRIL DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

LEI MUNICIPAL Nº 509/2015

DE 19 DE JUNHO DE 2015.

SÚMULA: **ABRE CRÉDITO ESPECIAL NA LEI Nº. 497/2014 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2015) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Senhor

HUGO GARCIA SOBRINHO

, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Municipal:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Especial na Lei nº 497/2014, Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, cujo objetivo é a criação de novo elemento de despesa na estrutura administrativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, neste município, sendo necessário para fazer cumprir o Princípio da Continuidade.

Órgão – 09- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente-SEDMA

Und. Orçamentária- 001- Secr. Mun.l de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente-SEDMA Função: 20 – Agricultura

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0030 – Gestão e Manut. da Secretaria de Desenvolvimento Economico

Projeto/Atividade: 2.069- MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRET. DE DESENV.ECONOMICO

Natur. da Despesa: 33.71.41.01.02 – Contribuição R$ 24.000,00

Fonte: 100 - Recursos Ordinários

TOTAL R$ 24.000,00

Art. 2º - Para servir de cobertura para o Crédito Adicional Especial do artigo anterior serão remanejados do orçamento da despesa da Prefeitura Municipal, conforme dispõe o artigo 43 item III, da Lei Federal nº 4.320/64, anulação parcial ou total de dotações, junto aos seguintes elementos:

Órgão – 09- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico e Meio Ambiente-SEDMA

Und. Orçamentária- 001- Secr. Mun.l de Desenvolvimento Economico e Meio Ambiente-SEDMA Função: 20 – Agricultura

Subfunção: 334 – Fomento ao Trabalho

Programa: 0028 – Desenvolvimento Economico

Projeto/Atividade: 2.121- ABERTURA DE AREA PARA CULTIVO

Natur. da Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo R$ 24.000,00

Fonte: 100 - Recursos Ordinários

TOTAL R$ 24.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, EM 19 DE JUNHO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

_____

Bruno Lapenna Garcia

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
EDITAL N° 002.002.2015

Em cumprimento às determinações do Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO** – Prefeito do Município de Santa Rita do Trivelato – Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 039/2014, de 07 de Março de 2014 resolve:

TORNAR PÚBLICO:

A DIVULGAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS noProcesso Seletivo S**implificado** para provimento de vagas, que vierem a vagar no quadro de servidores do Município de Santa Rita do Trivelato, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015.

AGENTE ADMINISTRATIVO	
01	CAMILA DE ASSUNÇÃO SILVA
02	FLAVIA CAVALCANTE DA SILVA
03	NADEJA PEREIRA DA CUNHA LOHMANN
04	ADRIANA DA SILVA CARDOSO
05	JAYNE NITALA CARDOZO PRADO
06	KATIA LOERI BATISTELA
07	EDINÉA MENDES
08	MARILZETI AGUSTINHO DA SILVA CAMPOS
09	SIDNÉIA DA SILVA
10	ADRIANA OSÓRIO SILVA
11	IRONIR APARECIDA DOS SANTOS
12	ANA CRISTINA LOHMANN
13	OLAVO JOSE FERNANDES
14	ELISEU SIQUEIRA DA SILVA
15	RUTE DOS SANTOS LIRA
16	CLAUDETE MOREIRA FAGUNDES FERRON
17	ALLANDA EMILIÃO MARTINELLI
18	YASMIN RAYANE LEMES MAGALHÃES
19	DIRLENES MARQUES DA SILVA

SERVIÇOS GERAIS	
01	NALDO LUIZ DE SOUZA
02	MANOEL DE PINHO
03	LORENI RODRIGUES RAMOS
04	GUILHERME PEREIRA DA SILVA FILHO

MERENDEIRA	
01	JULIANA ALVES DUTRA MENDES
02	ERISNEIA SOUZA ALVES
03	APARECIDA MIRANDA
04	MARIA LUCIA NOGUEIRA DE SOUZA
05	RAQUEL RODRIGUES DIAS
06	ROSA IZABEL MARTINS
07	ANA PAULA MARTINS DAVALO

MONITOR DE ÔNIBUS ESCOLAR – PADRE CÍCERO	
01	VANIUZE PAES DE BRITO ARRUDA

MONITOR DE ÔNIBUS ESCOLAR – BARRANCO VERMELHO	
01	SIMONE MESCITA RODRIGUES
02	MARIA LUCIA DOS SANTOS DAMASCENO

MOTORISTA CATEGORIA D	
01	SAMUEL MOISES PEREIRA DOS SANTOS

MOTORISTA CATEGORIA B	
01	WASHINGTON MARTINS DA CRUZ
02	JUNIOR DUTRA
03	DAVI FERREIRA DE SOUZA

MONITORA DE CRECHE	
01	KATIA MARA DE ARRUDA
02	LIDIANE BRUSCHI
03	PATRICIA ROSA DE SOUZA
04	IVANETE DA SILVA LIMA
05	DAIANE CAROLINA ASSUNÇÃO DA SILVA
06	ROSICLER FATIMA DOS ANJOS

07	DANIELLE DE MEDEIROS SANTOS

ZELADORA	
01	HOZANA SANTOS DE OLIVEIRA SOUZA
02	CATIANA PEREIRA VALÊNCIO MOREIRA
03	VALDENICE DA SILVA
04	NEUZA BETE DA SILVA

RECEPCIONISTA	
01	JÉSSICA LEMES MAGALHÃES
02	POLYANA ZEIDLER
03	KELLY CRISTINA ALMEIDA VIEIRA
04	NAIARA CRISTINA DE ALMEIDA SILVA
05	MARCIA VENÂNCIO DE ARRUDA

ASSISTENTE SOCIAL	
01	CRISTIANE RIBEIRO DE SOUZA
02	ELIZIANE MENDONÇA DA SILVA

PROFESSOR LIC PEDAGOGIA	
01	SUELI MARTINELLI TABORDA
02	SUELY DE FRANCA SANTANA
03	ROSEMERY RODRIGUES DA SILVA

INSTRUTOR DE INFORMÁTICA	
01	ANA PAULA DE SOUZA MENEZES

PROFESSOR LIC MATEMATICA
NÃO ESCRITO

PROFESSOR LIC INFORMATICA
NÃO ESCRITO

PROFESSOR LIC HISTÓRIA
NÃO ESCRITO

ZELADOR DE PATRIMÔNIO
NÃO ESCRITO

MONITOR DE ÔNIBUS- LINHA ENGENHO
NÃO ESCRITO

MONITOR DE ÔNIBUS- LINHA SÃO CARLOS
NÃO ESCRITO

MONITOR DE ÔNIBUS- LINHA CASARÃO
NÃO ESCRITO

Os candidatos acima relacionados deverão apresentar-se na Escola Municipal Três de novembro, localizada na rua dos estudantes no dia 28 de Junho de 2015 às 07:30 horas, portando documento com foto, para participarem da realização das provas.

O Candidato que não comparecer ou chegar depois do horário acima mencionado estará automaticamente desclassificado.

Santa Rita do Trivelato – MT, 19 de Junho de 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

_____

MONIQUI EMANUELLA MARCANZONI

PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0131/2015

DE 18 DE JUNHO DE 2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO (a pedido)/ VACÂNCIA DA Sra. VÂNIA MARIA DE OLIVEIRA BARROS DO CARGO EFETIVO DE PROFESSORA LIC. PLENA DE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor HUGO GARCIA SOBRINHO, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar (a pedido) a Sra.

VÂNIA

MARIA DE OLIVEIRA BARROS, portadora da Cédula de Identidade RG nº 130.1686-5 SSP/MT, e CPF nº 908.002.571-20, do Cargo Efetivo de PROFESSORA LIC. PLENA.

Art. 2º - Ao Tomar posse em outro cargo inacumulável, o servidor estável pode pedir a vacância do cargo efetivo estável por ele ocupado, conforme o Art. 43 da Lei Complementar nº. 064/2015.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se em especial a portaria 36/2014 e as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 18 de Junho de 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2015 COM REGISTRO DE PREÇO

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO – MT.

OBJETO:REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OS VEICULOS PESADOS QUE COMPÕEM A FROTA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.**

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Santo Afonso– MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial nº 19/2015 com Registro de Preço, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cuja abertura ocorreu dia 19/06/2015 às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Santo Afonso/MT, sagrou-se vencedora a empresa: *R M COMÉRCIO DE PEÇAS PNEUS E LUBRIFICANTES EIRELI*, para o Lote 01 com valor total de R$ 13.002,21.Para o lote 03 com valor total de R$ 15. 806,02 . Para o lote 05 com valor total de R$ 11.925,24. Para o lote 07 com valor total de 12.466,94. Para o lote 09 com valor total de R$ 5.497,17. Para o lote 11 com valor total de R$ 8.629,36. Para o lote 13 com valor total de R$ 8.818,21. Para o lote 15 com valor total de R$ 6.516,00. Para o lote 17 com valor total de R$ 12.412,64. **Lotes** 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16 e 18, ficaram DESERTOS por falta de participante. Santo Afonso-MT, em 19 de junho de 2015. Elisangela Moura dos Santos - Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 177/2015

PORTARIA Nº. 177/2015.

DE: 11 DE MAIO DE 2015.

TORNA ESTÁVEL A SERVIDORA PÚBLICA CLAUDIA JANAINA MACIEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - TORNAR ESTAVÉL no cargo de Agente Comunitária de Saúde a servidora pública CLAUDIA JANAINA MACIEL, conforme Lei Municipal nº 252/2008 de 02 de Abril de 2008.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 11 DE MAIO DE 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DECRETO N.º 028/2015

DECRETO N.º 028/2015

DE: 19 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre Convocação de Candidatos do Concurso Público de Santo Antônio do Leste-MT, e dá outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a homologação do Concurso Público nº 001/2015 através do Decreto 016/2015 e com base nas exigências estabelecidas no Regulamento e Editais;

D E C R E T A:

= = = = = = = =

Art. 1.º - Fica convocado o candidato aprovado no Concurso Público Municipal n.º 001/2015 mencionados no anexo I neste Decreto.

Art. 2.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 19 DE JUNHO DE 2015

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Nº	NOME
01	GEIZA URZEDA REZENDE

ANEXO II

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2015.

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

a) Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;

b) Comprovante de Residência;

c) Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,

d) Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);

e) Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;

f) Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

g) Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);

h) Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

i) Fotocópia legível da CNH se for o caso;

j) Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;

k) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

l) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

m) Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 05 (cinco) anos.

n) Declaração de Bens;

o) Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais;

p) Não registrar antecedentes criminais ou estar respondendo pelos crimes contra: o Patrimônio, Administração, Fé Pública, os costumes e os previstos na Lei nº 1.343 de 23/08/2006 (trafico de entorpecentes), comprovado através de Certidão Civil e Criminal.

q) Ter nacionalidade brasileira;

r) Outros documentos que a Administração julgar necessário;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nº 005/2015

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, **CONVOCA** os candidatos relacionados no anexo I deste Edital, aprovados no Concurso Público nº 001/2015, realizado em 04/02/2015, tendo o resultado sido homologado pelo Decreto Municipal nº 016/2015 de 06/05/2015, para comparecerem na *COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS* desta Prefeitura, no prazo de até 30 (trinta) dias conforme termos da Lei Municipal 055/2001 de 28 de dezembro de 2001, Art. 28, nos horários de expediente (07h às 11h e 13h às 17h), munidos de todos os documentos constantes no mesmo item do Edital e relacionados no Anexo II deste edital, para tomarem posse em seus respectivos cargos.

Será considerado desistente e, portanto eliminado do Concurso Público, o(s) candidato(s) convocado(s) que não comparecer (em) até a data estabelecida e munidos dos documentos exigidos, podendo a Prefeitura Muni-

cipal de Santo Antônio do Leste – MT convocar o(s) o(s) próximo(s) candidato(s) aprovados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura em horário de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, aos 19 dias do mês de Junho de 2015.

MIGUEL BRUNETTA

Prefeito Municipal

ANEXO I

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Nº	NOME
01	GEIZA URZEDA REZENDE

ANEXO II

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2015.

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

a) Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;

b) Comprovante de Residência;

c) Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,

d) Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);

e) Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;

f) Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

g) Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);

h) Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

i) Fotocópia legível da CNH se for o caso;

j) Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;

k) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

l) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

m) Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 05 (cinco) anos.

n) Declaração de Bens;

o) Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais;

p) Não registrar antecedentes criminais ou estar respondendo pelos crimes contra: o Patrimônio, Administração, Fé Pública, os costumes e os previstos na Lei nº 1.343 de 23/08/2006 (trafico de entorpecentes), comprovado através de Certidão Civil e Criminal.

q) Ter nacionalidade brasileira;

r) Outros documentos que a Administração julgar necessário;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº. 357/2015

DATA: 18 de junho de 2015

SÚMULA: Defere averbação por tempo de contribuição

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Deferir a averbação por tempo contribuição, da servidora MARIA DA PENHA ELLIS, no período de: 01/02/1990 a 01/01/1994; prestado junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS sob protocolo 10001080. 1.00035/07-0 totalizando 1426 (dias) correspondendo a 03 (três) anos, 11 (onze) meses e 1 (um) dia.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 18 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 052/2015. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: *Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Seguros de Veículos (Seguro de Responsabilidade Civil do Transporte Regional contra Danos Materiais e Danos Corporais a Transporte e Terceiros), para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde*. ABERTURA da SESSÃO: 03/07/2015 às 09h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263.Sinop/MT, 19 de junho de 2015.

Marcello Pavan

Pregoeiro - Portaria nº 372/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Convocar os munícipes em geral para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que tratará sobre a *CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO EM SINOP DE UM CENTRO SOCIOEDUCATIVO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.*

Dia: 30 de junho de 2015 (terça-feira)

Horário: 19h30min (dezenove horas e trinta minutos)

Local: Plenário da Câmara Municipal de Sinop (Av. das Figueiras, 1835)

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 16 de junho de 2015

Mauro Garcia

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO RATIFICATÓRIO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

A Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Sinop reconhece a inexigibilidade de licitação com fundamento no Art. 25, Inc. I, da lei 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores, pela Lei n° 11.947 de 16 de junho de 2009, Resolução /CD/FNDE Nº 38 de 16 de julho de 2009, Resolução/CD/FNDE Nº 25, de 04 de julho de 2012, Decreto 7.775 de 04 de julho de 2012, para contratação da **Cooperativa Agrícola Mista de Produtores Rurais de Sinop Ltda – COPERNOP**, CNPJ sob 09.296.866/0001-66, no valor total **R$ 819.330,00** (Oitocentos e dezenove mil, trezentos e trinta reais) e **Cooperativa Agrícola Selene**, Localizada na Estrada Selene, CNPJ sob nº. 11.392.894/0001-29, no valor total R$ 430.500,00 (quatrocentos e trinta mil, quinhentos reais)**,** para fornecimento **de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado a Alimentação Escolar para o ano letivo de 2015, atendendo as Escolas Municipais**. De acordo com as justificativas da assessoria jurídica desta Prefeitura, sendo que foram obedecidas todas as formalidades legais. **Ratifico** a Inexigibilidade de licitação para a contratação mencionada.

Sinop, MT, 19 de junho de 2015

Publique-se.

Juarez Alves da Costa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 355/2015

DATA: 17 de junho de 2015

SÚMULA: Designa os servidores que especifica para exercerem a função de Fiscal do Contrato nº 039/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo especificados para exercerem a função de Fiscal do Contrato nº 039/2015, referente ao Pregão Presencial nº 039/2015, para a contratação de serviços de Hotelaria (Hospedagem), na Cidade de Sinop, para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme segue:

I – Roseli Barbosa Dantas – mat. nº 1973: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude;

II – Iara Knabben Melo – mat. nº 8715: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Mineração;

III – Daniela Sevgnani Constantini – mat. nº 9709: Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

IV – Wiviane Lautert da Cruz Deconto - mat. nº 4117: Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento;

V – Lucia Mendes da Silva Tomaz – mat. nº 6539: Secretaria Municipal de Saúde;

VI – Ivone Matias - mat. nº 5561: Secretaria Municipal de Administração;

VII – Luciana da Silva – mat. nº 2476: Secretaria Municipal de Educação;

VIII – Silvia Cristina Villar Borges de Oliveira – mat. nº 10871: Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 347/2015, de 12 de junho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 17 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - ESTADO DE MATO GROSSO - RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 041/2015

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de seu Pregoeiro, torna público para o conhecimento dos interessados, que foi vencedora do certame a empresa: BRISA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM CONDICIONADOR DE AR EIRELI., CNPJ N.º 18.953.113/0001-77, no Valor Total de R$ 248.000,00.

CRISTIAN CEZAR GIRARDI - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DESPACHO DE ANULAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 002/2015

O Prefeito Municipal de Sorriso, Sr. **DILCEU ROSSATO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pela Lei 8.666/1993, resolve por **ANULAR** a licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA, 002/2015,** considerando o teor da nota técnica 108/2015- DPA/SUDEC/MI que apontou algumas inconsistências; e a necessidade de manifestação conclusiva da Procuradoria Federal Especializada junto a Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste – SUDECO.

DILCEU ROSSATO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DESPACHO - PREGÃO PRESENCIAL 038/2015

A Prefeitura Municipal de Sorriso/MT., através de seu Pregoeiro torna público para o conhecimento dos interessados, que participaram do certame apenas duas empresas, a **GIBBOR BRASIL PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA, CNPJ 08.329.433/0001-05**, e **A.C ARAÚJO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS E PUBLICAÇÃO EIRELI EPP – CNPJ 02.033.384/0001-7**4, sendo que a primeira foi desclassificada pelo fato da proposta de preços ter sido considerada inexeqüível, oportunizado prazo para manifestar-se acerca de sua desclassificação manteve-se inerte, convocada a segunda para que apresenta-se o demonstrativo de viabilidade da proposta, a mesma manifestou-se no sentido que não tem interesse. Dessa feita, decido declarar o certame **FRACASSADO**.

CRISTIAN CESAR GIRARDI - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE OCORRÊNCIAS Nº 017/2015 – SFS - PREGÃO PRESENCIAL N° 088/2014 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 138/2014.

OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos e Medicamentos de Farmácia Básica para Pacientes do Município de Sorriso – MT.

EMPRESA CONTRATADA: CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. ENDEREÇO: Rua Luiz Fagundes, n.º 1486, Bairro Picadas do Sul, na cidade de São José/SC., CEP 88. 196-000.

PONTOS DE IRREGULARIDADES: Depreende-se da Solicitação efetuada pelo Sr. Ederson Roberto Perin – Coordenador Farmacêutico da Secretaria Municipal de Saúde e fiscal da Ata de Registro de Preços acima mencionada, nomeado através da Portaria n.º 628 de 15 de setembro de 2014 de que a Empresa Supra citada, **não vem cumprindo o estabelecido na *CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE FORNECIMENTO, E DAS CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS REGISTRADOS,* especificamente no item abaixo descrito**: "**5.9. Os medicamentos objeto desta licitação deverão ser entregues no CAF – Centro de Abastecimento Farmacêutico, localizado na Avenida Florianópolis, n. 105, Centro, na cidade de Sorriso, no horário de expediente da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após solicitação desta, por meio de Pedido ou Autorização de fornecimento**."

Conforme relatado na solicitação efetuada pelo servidor acima mencionado a empresa não está cumprindo com o prazo de entrega dos produtos das requisições n° **552/2015** de 12/02/2015; **863/2015** de 25/02/2015; **1234/2015** de 16/03/2015; **1669/15** de 02/04/2015; **2233/15** DE 29/04/2015 e **2720/2015** de 25/05/2015. A entrega foi efetuada de forma parcial, alegando estarem em falta tais produtos.

Assim, fica a Empresa **NOTIFICADA proceder** à entrega nos termos das Requisições dos produtos acima citadas, e que nas próximas solicitações, seja obedecido o prazo de entrega conforme disposto na ***CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE FORNECIMENTO, E DAS CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS REGISTRADOS***, sob pena de que lhe sejam aplicados as penalidades previstas na ***CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES*** da Ata de Registro de Preços e edital de licitação.

Por fim, salientamos que não há embasamento jurídico para a negativa da Empresa, pois conforme estabelecia o edital e a Ata de Registro de Preços, as entregas poderiam ser parceladas, diante da necessidade da Secretaria solicitante.

PRAZO PARA CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS: até 05 dias após o recebimento e/ou publicação desta notificação.

CIÊNCIA: Estou ciente que o não cumprimento das exigências contidas neste auto, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei 8666/1993, bem como nas cláusulas contratuais. Estou ciente, ainda, do prazo que terei para cumprir com as exigências aqui registradas.

GESTOR DO CONTRATO: SONIA FILIPETTO SÁFADI

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO - MT
PORTARIA Nº 83/2015

Data: 18 de junho de 2015.

Determina novo dia e horário para realização da 21ª Sessão Ordinária e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor FÁBIO GAVASSO, Presidente da Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando o Art. 2º da Resolução nº 002/2015, de 04 de fevereiro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que a 21ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Sorriso, que estava prevista para ser realizada no dia 30 de junho de 2015 (terça-feira) às 19 horas, será realizada no dia 26 de junho de 2015 (sexta-feira), com início às 9 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 18 de junho de 2015.

FÁBIO GAVASSO

Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE OCORRÊNCIAS Nº 016/2015 – SFS - PREGÃO PRESENCIAL N° 088/2014 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 145/2014.

OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos e Medicamentos de Farmácia Básica para Pacientes do Município de Sorriso – MT.

EMPRESA CONTRATADA: RINALDI & COGO LTDA. ENDEREÇO: Rua Almirante Barroso, n.º 2337, sala 02, Centro, na cidade de Toledo/PR., CEP 85.900-020.

PONTOS DE IRREGULARIDADES: Depreende-se da Solicitação efetuada pelo Sr. Ederson Roberto Perin – Coordenador Farmacêutico da Secretaria Municipal de Saúde e fiscal da Ata de Registro de Preços acima mencionada, nomeado através da Portaria n.º 628 de 15 de setembro de 2014 de que a Empresa Supra citada, **não vem cumprindo o estabelecido na *CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE FORNECIMENTO, E DAS CACTERISTICAS DOS SERVIÇOS REGISTRADOS,* especificamente no item abaixo descrito**: "**5.9. Os medicamentos objeto desta licitação deverão ser entregues no CAF – Centro de Abastecimento Farmacêutico, localizado na Avenida Florianópolis, n. 105, Centro, na cidade de Sorriso, no horário de expediente da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após solicitação desta, por meio de Pedido ou Autorização de fornecimento**."

Conforme relatado na solicitação efetuada pelo servidor acima mencionado, as requisições n° 5/2015 de 13/01/2015; 1239/2015 de 16/03/2015; 1667/2015 de 02/04/2015; 2224/15 de 29/04/2015 e 2717/2015 de 25/05/2015, os itens solicitados não foram entregues na totalidade, sendo que o item 10 na referida requisição não foi entregue até a data de 28 de janeiro de 2015.

Assim, fica a Empresa **NOTIFICADA proceder** à entrega nos termos da Requisição dos produtos acima citadas, e que nas próximas solicitações, sejam obedecidas o prazo de entrega conforme disposto na ***CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE FORNECIMENTO, E DAS CACTERISTICAS DOS SERVIÇOS REGISTRADOS***, sob pena de que lhe sejam aplicados as penalidades previstas na ***CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES*** da Ata de Registro de Preços e edital de licitação.

Por fim, salientamos que não há embasamento jurídico para a negativa da Empresa, pois conforme estabelecia o edital e a Ata de Registro de Preços, as entregas poderiam ser parceladas, diante da necessidade da Secretaria solicitante.

PRAZO PARA CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS: até 05 dias após o recebimento e/ou publicação desta notificação.

CIÊNCIA: Estou ciente que o não cumprimento das exigências contidas neste auto, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei 8666/1993, bem como nas cláusulas contratuais. Estou ciente, ainda, do prazo que terei para cumprir com as exigências aqui registradas.

GESTOR DO CONTRATO: SONIA FILIPETTO SÁFADI

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº 050/2015

Contratado (a): JHONNY PEREIRA DE CARVALHO.

OBJETO - O CONTRATADO executará para a CONTRATANTE, serviço de suporte em T. I., administração de site, manutenção de computadores em geral , gerencia de rede e manutenção do site, para esta secretaria e demais secretarias e setores ligados a prefeitura municipal.

VALOR TOTAL–O valor deste CONTRATO é de R$ - 1.640,00 (um mil e seiscentos e quarenta reais), que será pago em duas parcelas iguais de R$ 820,00 (oitocentos e vinte reais) através de depósito em conta bancária de titularidade do contratado.

VIGÊNCIA–O presente contrato terá vigência de 02 (dois) meses no período de 23 de junho á 21 agosto de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

LEI N° 1.061, DE 3 JUNHO DE 2015

SÚMULA: "CRIA A VERBA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA PELO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O SR. *NATANAEL CASAVECHIA,* PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica criado na Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, a verba de natureza indenizatória para os Vereadores pelo exercício da Atividade Parlamentar, no valor de até R$ 3.000,00 (Três mil reais), nos termos do § 11 do Artigo 37 da CF.

§ 1º - O valor somente poderá ser alterado mediante Lei previamente aprovada.

§ 2º - A Verba de que trata o caput será paga mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente, aos Vereadores, em cheque nominal ou transferência bancária, de acordo com a preferência do vereador, para custeio da atividade parlamentar externa dentro do Estado de Mato Grosso, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, mediante apresentação de relatório circunstanciado das atividades parlamentares desenvolvidas no interesse da administração pública, que deverá ser apresentado até o último dia útil do mês.

§ 3º - Será vedado adiantamento referente a Verba Indenizatória de mês vindouro, ou acumulação total ou parcial da Verba Indenizatória de mês atual para o mês futuro.

§ 4º - No mês de janeiro não haverá o pagamento da Verba de Natureza Indenizatória.

§ 5º - No mês de julho será pago somente 50% (cinqüenta por cento) do Valor da Verba de Natureza Indenizatória.

§ 6º - A mesma prerrogativa será conferida ao Suplente do vereador que assumir a vereança, fazendo jus ao recebimento da Verba Indenizatória de suas atividades parlamentares, enquanto permanecer no cargo, impedindo o recebimento do parlamentar titular, e desde que cumprido os requisitos antes estipulados.

Art. 2º - A Verba Indenizatória será vinculada à cobertura das seguintes despesas:

1. Combustíveis utilizados em decorrência da atividade parlamentar;

2. Locação de Veículos;

3. Assinatura de Jornais e periódicos;

4. Matrícula em Cursos, Congressos, Seminários ou equivalente;

5. Serviços de Táxi;

6. Manutenção do veículo.

7. Tarifas telefônicas;

8. Material fotográfico ou audiovisual.

9. Fotocópias.

§ 1º - É vedada a aquisição de material permanente com o valor da Verba Indenizatória.

§ 2º - Fica dispensada a prestação de contas da Verba Indenizatória, conforme verbete 5 da Resolução 29/2011, fixando-se, no entanto, o ponto de controle de acordo com determinação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, mediante o relatório circunstanciado das atividades parlamentares.

Art. 3º - Para o parlamentar receber a Verba Indenizatória de que trata esta Lei, deverá apresentar à Presidência da Casa, mensalmente requerimento nesse sentido, acompanhando de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas nos termos do § 2º do artigo 1º.

Art. 4º - Qualquer Vereador poderá renunciar ao direito de Verba Indenizatória instituído por esta Lei, ou à sua opção, substituí-la por diárias, a qual será paga apenas para atividades parlamentares efetivas fora do Município de São José do Rio Claro.

§ 1º - Optando o parlamentar pelo recebimento de diária, terá direito à utilização do veículo oficial da Câmara, com despesas do referido veículo custeada pela instituição.

§ 2º - Deverá, o parlamentar que optar pelo recebimento de diárias, apresentar justificativa da diária mediante comprovação do exercício da atividade parlamentar desenvolvida.

§ 3º - Ao Parlamentar que optar pelo recebimento de diárias, renunciando ao direito da Verba Indenizatória, será concedido o pagamento de inscrições em cursos custeado pelo Legislativo Municipal dentro e fora do Estado de Mato Grosso.

§ 4º - Ao Parlamentar que optar pelo recebimento de Verba Indenizatória, será concedido o pagamento de inscrições em cursos custeado pelo Legislativo Municipal, fora do Estado.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especificamente a Lei 855 de 28 de dezembro de 2010, a Lei 859 de 15 de fevereiro de 2011, a Lei 987 de 20 de dezembro de 2013 e a Lei 1.031 de 05 de dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 3 de junho de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

LEI N° 1.063, DE 17 JUNHO DE 2015

"APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O DECÊNIO 2015-2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. **Natanael Casavechia**, prefeito de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art.1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, com vigência de 10 (dez) anos, a contar da aprovação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da **Constituição Federal**, na Subseção IV, Seção I nos artigos 79,80,81 da Lei Orgânica do Município de São José do Rio Claro, **no artigo 8º da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e **na Lei 10. 111, de 06 de junho de 2014**, que aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) do Estado do Mato Grosso.

Art. 2º São diretrizes do Plano Municipal de Educação (PME):

I. Erradicação do analfabetismo; II. Universalização do atendimento escolar; III. Superação das desigualdades sociais; IV. Melhoria da qualidade de educação; V. Formação para o trabalho e cidadania; VI. Promoção do princípio da Gestão Democrática da Educação; VII. Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; VIII. Estabelecimento de metade aplicação de recursos públicos em educação, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX. Valorização dos profissionais da Educação; X. Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência deste Plano Municipal de Educação (PME), desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º O acompanhamento do cumprimento das metas previstas no Anexo desta Lei deverá ter como referência os censos nacionais de educação básica e superior, atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art. 5º

A execução do Plano Municipal de Educação e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias: I. Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEDEC); II. Poder Legislativo; III. Conselho Municipal de Educação de São José do Rio Claro

.

Parágrafo Único - Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I. Divulgar a cada três anos os resultados do monitoramento e avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet; II. Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas; III. Analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDEC deverá promover a realização de pelo menos dois Fóruns Municipais de Educação até o final da década, com intervalo de até quatro anos entre elas com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do Plano Municipal de Educação (PME) e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) para o decênio subsequente.

Parágrafo Único – O Fórum Municipal de Educação, instituído no âmbito da SEDEC e Conselho Municipal de Educação – CME articularão e coordenarão as Conferências Municipais de Educação.

Art. 7º Este Plano Municipal de Educação foi elaborado e deverá ser executado visando:

I. Assegurar a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais e culturais; II. Considerar as necessidades específicas da população do campo, assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural; III. Garantir o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

Art. 8º A Consecução das metas deste Plano e a implementação das estratégias deverão ser realizadas em regime de colaboração e parceria com a União, o Estado e o Município.

§ 1º Caberá aos gestores a adoção das medidas governamentais necessárias ao acompanhamento e cumprimento das metas prevista neste Plano Municipal de Educação.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

Art. 9º O processo de adequação e reelaboração deste Plano Municipal de Educação do município, nos próximos anos, deverão ser realizados mediante a participação das comunidades escolares, dos profissionais da educação, gestores e organizações da sociedade civil.

Art. 10 O Plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias definidas neste Plano Municipal de Educação (PME), a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 11 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com o Estado e o Município, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Parágrafo Único - O sistema de avaliação a que se refere o caput produzirá, no máximo a cada 2/3/3/2(dois/três/três/dois) anos respectivamente:

I. Indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos (as) estudantes apurado em exames nacionais de avaliação, com participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos (as) alunos (as) de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da educação básica; II. Indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do alunado e do corpo dos (as) profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão, entre outras relevantes.

Art. 12 Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, em 17 de junho de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

SANDRA CASAVECHIA

Secretaria Municipal de Administração

IVONE ANTÔNIA DA ROSA ALMEIDA

Secretária Municipal de Educação e Cultura

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Assessora Jurídica Municipal

LEI N° 1.062, DE 16 JUNHO DE 2015

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, FAZ SABER que Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de créditos especiais no orçamento vigente no valor de R$ 293.946,24 (duzentos e noventa e três mil, novecentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

002 – Agricultura

20 – Agricultura

605 – Abastecimento

0012 –Desenvolvimento da Agricultura e Meio Ambiente

1123 – Aquisição de Equipamentos Agrícolas

4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente R$ 146.800,00

08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

003 – Obras Públicas

15 – Urbanismo

451 – Infraestrutura Urbana

0017 – Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana e Rural

1124 – Construção do Muro do Cemitério Municipal

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R$ 147.146,24

Art. 2º - Para suportar os créditos abertos no artigo anterior serão utilizados recursos orçamentários previstos no art. 43, §1 o Inciso III da Lei 4. 320/64, resultante de anulação parcial ou total da seguinte dotação orçamentária:

08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

001 – Gabinete da Secretaria Municipal de Infraestrutura

15 – Urbanismo

451 – Infraestrutura Urbana

0017 – Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana e Rural

1058– Drenagem, Recapeamento, Pavimentação e Passeio Público

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R$ 293.946,24

Art. 3º - O Projeto criado no artigo 1º desta lei fica incluído no anexo de Metas e Ações Priorizadas da Lei 1.009/2014 – Diretrizes Orçamentárias, através do anexo I.

Art. 4º

- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 16 de junho de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

ANEXO I - LDO	
ORGÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE	AGRICULTURA
FUNÇÃO	AGRICULTURA
SUB-FUNÇÃO	ABASTECIMENTO
PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBINETE
AÇÃO	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS
RESPONSÁVEL	NATANAEL CASAVECHIA
PÚBLICO ALVO	AGRICULTURA FAMILIAR
OBJETIVO DO PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBINETE
JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA	FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO MERCADO LOCAL
TIPO DO PROGRAMA	MEIO
RECURSOS UTILIZADOS	ORDINARIO E VINCULADO
NATUREZA DO PROGRAMA	TEMPORARIA
INÍCIO	2015
TÉRMINO	2015
UNIDADE RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
PRODUTO	FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE DE MEDIDA	UNIDADE
ANO	2015
META FÍSICA	2
VALOR (R$)	146.800,00

ANEXO I - LDO	
ORGÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
UNIDADE	OBRAS PUBLICAS
FUNÇÃO	URBANISMO
SUB-FUNÇÃO	ABASTECIMENTO
PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBINETEDA INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL
AÇÃO	CONSTRUCAL DO MURO DO CEMITERIO MUNICIPAL
RESPONSÁVEL	NATANAEL CASAVECHIA
PÚBLICO ALVO	SOCIEDADE CIVIL
OBJETIVO DO PROGRAMA	CONSTRUCAO DO MURO DO CEMITERIO MUNICIPAL
JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA	CONSTRUCAL DO MURO DO CEMITERIO MUNICIPAL
TIPO DO PROGRAMA	MEIO
RECURSOS UTILIZADOS	ORDINARIO
NATUREZA DO PROGRAMA	TEMPORARIA
INÍCIO	2015
TÉRMINO	2015
UNIDADE RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
PRODUTO	CONSTRUCAO REALIZADA
UNIDADE DE MEDIDA	M2
ANO	2015
META FÍSICA	717,2
VALOR (R$)	147.146,24

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 026/2015 – RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que o julgamento do certame supracitado resultou vencedora a Empresa: **VIEIRA ROSA & CIA LTDA, CNPJ: 05.114.166/0001-52**, resultado para o Lote 1: Tabela SUS+98%.

São José do Rio Claro – MT, 19 de Junho de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PORTARIA Nº. 109/2015

PORTARIA Nº. 109/2015

DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade de Legislação em vigor preceitua na Seção III art. 87, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto dos Servidores Públicos municipal, baixa a seguinte **PORTARIA:**

Art. 1° - Fica concedida a LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família, para a servidora, KATIA JARDIM DOS SANTOS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais no Distrito de Santo Antonio do Fontoura – MT, que acompanhará sua filha, pelo período de 90 dias a partir do dia 25/05/2015, conforme conclusão medica em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir dia 25 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 15 de junho de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE ABERTURA

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às 14h00min, do dia **02/07/2015**, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. **35/2015**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) **"Serviços de exames laboratoriais"**. O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura através de **REQUERIMENTO**, Maiores informações pelo telefone 3251 – 1138, das 12:00 as 18:00 horas. CLAUDECIR ALVES FEITOSA, Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO 008/2015

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 008/2015

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa, através de Pregoeira designada, torna público que, referente ao PREGÃO n.º. 008/2015 foi vencedora as Empresas **ANTONIO VIEIRA DO NASCIMENTO - ME** nos itens 02,04,17,22,36,42,44,46,50,59,60,69,70,72,77,78,81,83,88,91,94,95,96,98,100,103,105,107,109,110,113,116,118,119,120,123,125,127,128,129,134,136,138,140,142,143,146,148,152,153,155,158,160,163,165,167,169, 171,172 e 173 no valor global de R$ 245.242,50 (duzentos e quarenta e cinco reais duzentos e quarenta e dois reais e cinqüenta centavos), a empresa **ADILENO M. BARBOSA & CIA** foi vencedora nos itens 06,08,11, 21,28,31,32,33,38, 39,40,43,45,54,56,58,63,65,67,75,79,80,82, 84, 87,89, 92,93
,97,99,101,102,104,106,108,111,115,117,121,122,124,126,130,131,132, 133,135,137,139,141,144,145,147,149,151,156,157,159,161,162,164,166 ,168,170 e 174 no valor global de R$ 221.954,50 (duzentos e vinte e um mil reais novecentos e cinqüenta e quatro reais e cinqüenta centavos); a empresa **PLAST REAL IND. E COM. DE VASSOURAS EIRELLI EPP** foi vencedoras nos itens 03,07,09,10,12,13,15,16,18,19,23,24,25,26,27,29,34,35,37,41,52,53,55,57,61,62,64,66 e 68 no valor global de cento e quarenta e seis mil cento e nove reais) e a empresa **MERCADÃO DA LIMPEZA LTDA** foi vencedora nos itens 01,05,14,20,30,47,48,49,51,71,73,74,76,85,86,90 e 112no valor global de R$ 64.311,40 (sessenta e quatro mil trezentos e onze reais e quarenta centavos) totalizando ao valor global deste pregão R$ 677. 617,40(seiscentos e setenta e sete reais seiscentos e dezessete reais e quarenta centavos da Sessão anexa a Ata. São Pedro da CIPA-MT, 17 de junho de 2015. FABIANA NUNES RUIZ SILVAPregoeira

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 056/2015 ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 056/2015 São Pedro da Cipa, 26 de Março de 2015

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências Lei n°.484/2015.

ALEXANDRE RUSSI, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais:

DECRETA:

Artigo 1°. - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

Importância de R$610.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

01 08 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

190 08.241.0013.1172.0000 CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVENCIA DO IDOSO 280.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Próprios do Município

01 11 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTU

322 23.695.0004.1158.0000 CONSTRUÇÃO DE PRAÇA 330.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Próprios do Município

Artigo 2°. - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

Provenientes de:

Excesso: 610.000,00

Fontes de Recurso

1 00 610.000,00

Artigo 3°.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SAO PEDRO DA CIPA, 26 de março de 2015

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº. 057/2015 ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº. 057/2015 São Pedro da Cipa,01 de Abril de 2015

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências- Lei n°.474/2015.

ALEXANDRE RUSSI, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais:

DECRETA:

Artigo 1°. - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$242.405,00 distribuídos as seguintes dotações:

01 02 01 GABINETE DO PREFEITO

20 04.122.0002.2006.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A ASSESSORIA JURIDICA 13.530,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

21 04.122.0002.2203.0000 CONTRIBUIÇÃO COM AMM 550,00

3.3.70.41.00 CONTRIBUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 05 01 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

37 04.122.0002.2008.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A SEC. DE ADMINISTRACAO E 1.100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

43 04.122.0002.2008.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A SEC. DE ADMINISTRACAO E 30.900,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

373 04.122.0002.2008.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A SEC. DE ADMINISTRACAO E 2.800,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 06 01 GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCA

64 12.122.0007.2122.0000 MANUTENÇÃO E ENC COM GABINETE DA SECRETARIA M 19.400,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 0 1 01

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

65 12.122.0007.2122.0000 MANUTENÇÃO E ENC COM GABINETE DA SECRETARIA M 2.395,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

01 06 02 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO

89 12.361.0007.2032.0000 MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR 33.400,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 01

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

220 000 ENSINO FUNDAMENTAL

94 12.365.0007.2036.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A EDUCACAO INFANTIL - MEI 14.350,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 0 1 15

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

210 000 EDUCAÇÃO INFANTIL

95 12.365.0007.2036.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A EDUCACAO INFANTIL - MEI 4.050,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 15

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

210 000 EDUCAÇÃO INFANTIL

01 07 05 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

142 10.301.0008.2045.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM PROGRAMA SAUDE DA FAMIL 3.490,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

149 10.301.0008.2046.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PROGRAMA SAUDE BUCAL 1.460,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

158 10.301.0012.2049.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O CENTRO DE SAUDE 50,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

161 10.301.0012.2049.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O CENTRO DE SAUDE 2.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

377 10.122.0012.2236.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O GABINETE DO SEC. SAUDE 400,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 08 01 GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIA

185 08.122.0013.2081.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE PROMOCAO SOCIA 1.830,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 08 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

191 08.241.0013.2057.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PROJETO CONVIVER 100,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

193 08.241.0013.2057.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PROJETO CONVIVER 1.140,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

196 08.241.0013.2058.0000 PROGRAMA DE ATENCAO A PESSOA IDOSA - API 5.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

214 08.244.0013.2064.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O FUNDO DE ASSISTENCIA SO 800,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

224 08.244.0013.2130.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O IGD - PBF 1.400,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 08 04 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

246 08.243.0013.2060.0000 PROGRAMA DE ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL - 190,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 01 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS

258 15.452.0006.2017.0000 MANUTENÇÃ E ENC. COM A SEC. DE OBRAS, VIACAO, SE 17.160,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

263 15.452.0006.2209.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM LIMPEZA E CONSERVAÇÃO 63.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

264 15.452.0006.2210.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A ILUMINAÇÃO PUBLICA 2.310,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 01 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS

380 15.452.0006.2017.0000 MANUTENÇÃ E ENC. COM A SEC. DE OBRAS, VIACAO, SE 1.200,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 04 DAE - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

285 17.512.0006.2211.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O DAE - DEP. AGUA E ESGOT 4.200,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 10 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

300 27.812.0005.2224.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O DESPORTO 400,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

381 27.812.0005.2224.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O DESPORTO 1.200,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 11 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTU

382 04.122.0004.2106.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE TURISMO E CULTU 800,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 12 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

383 12.122.0003.2217.0000 MNUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE AGRICULTURA E ME 800,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 01 00 CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

7 01.031.0001.2003.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO 3.500,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

8 01.031.0001.2003.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO 7.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

Artigo 2°. - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:Anulação:

01 02 01 GABINETE DO PREFEITO

18 04.122.0002.2006.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A ASSESSORIA JURIDICA -10.000,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 03 01 GABINETE DO SECRETARIO DE GOVERNO

29 04.122.0002.2111.0000 MANUTENCAO E ENC. COM SEC. DE GOVERNO -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 04 01 GABINETE DE ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

35 04.122.0002.2204.0000 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO -5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 05 01 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

49 04.122.0002.2201.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM SERVIÇOS DE CONTABILIDADE -5.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 05 07 ENCARGOS GERAIS

56 28.843.0002.0001.0000 PAGAMENTO E PARCELAMENTO DE DIVIDA COM O INSS -55.000,00

3.2.90.22.00 OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

57 28.843.0002.0001.0000 PAGAMENTO E PARCELAMENTO DE DIVIDA COM O INSS -14.080,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 06 01 GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE E

61 12.122.0007.1145.0000 REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO -10.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 01

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

220 000 ENSINO FUNDAMENTAL

01 06 02 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO

78 12.361.0007.1156.0000 CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTE NAS ESCOLAS -4.100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 01

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

220 000 ENSINO FUNDAMENTAL

01 06 02 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO

79 12.361.0007.1157.0000 REFORMA E/OU AMPLIAÇAO DE UNIDADE INFANTIL -600,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 01

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

210 000 EDUCAÇÃO INFANTIL

86 12.361.0007.2030.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O ENSINO FUNDAMENTAL - -10.400,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 04

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

220 000 ENSINO FUNDAMENTAL

92 12.361.0007.2241.0000 AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES -20.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

220 000 ENSINO FUNDAMENTAL

01 06 07 FUNDEB

104 12.361.0007.2027.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM FUNDEB 40% -7.280,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 19

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

262 000 EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS

01 07 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE SAUDE E SANEA

120 10.122.0012.2236.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O GABINETE DO SEC. SAUDE -1.300,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

01 07 05 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

133 10.301.0008.1137.0000 REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE SAUDE -6.350,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 02

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

01 08 01 GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO S

182 08.122.0013.2081.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE PROMOCAO SOCIAL -5.500,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 08 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 08 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

232 08.244.0013.2220.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PROGRAMA PADARIA ESCOLA -800,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 01 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERV

250 15.452.0006.1165.0000 AQUISIÇÃO DE MAQUINARIOS -10.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

257 15.452.0006.2017.0000 MANUTENÇÃ E ENC. COM A SEC. DE OBRAS, VIACAO, SERV -700,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

267 16.482.0014.1106.0000 DISTRIBUIÇÃO DE KITS PARA CONSTRUÇÃO -1.100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 10 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZ

305 27.812.0005.2225.0000 REALIZAÇÃO DE EVENTOS -7.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 11 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E C

309 04.122.0004.2106.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE TURISMO E CULTURA -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 99 99 RESERVA DE CONTINGENCIA

356 99.999.9999.9999.0000 RESERVA DE CONTINGENCIA -47.195,00

9.9.99.99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 01 00 CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

1 01.031.0001.1002.0000 AMPLIAR O PREDIO DA CAMARA -7.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

14 01.031.0001.2250.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PUBLICIDADE -3.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

Artigo 3°. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sao Pedro Da Cipa, 01 de abril de 2015

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO 044/2015 ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR LEI N°.474/2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 044/2015 São Pedro da Cipa, 02 de Janeiro de 2015

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar

Lei N°.474/2015 e da outras providências.

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$451.076,46 distribuídos as seguintes dotações:

01 02 01 GABINETE DO PREFEITO

14 04.122.0002.2004.0000 MANUTENCAO E ENC. COM O GABINETE DO PREFEITO 39.050,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

19 04.122.0002.2006.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A ASSESSORIA JURIDICA 30.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 03 01 GABINETE DO SECRETARIO DE GOVERNO

34 04.122.0002.2111.0000 MANUTENCAO E ENC. COM SEC. DE GOVERNO 39.300,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 05 01 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

43 04.122.0002.2008.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A SEC. DE ADMINISTRACAO E 94.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 05 07 ENCARGOS GERAIS

58 28.843.0002.0004.0000 AMORTIÇÃO DE DIVIDA PÚBLICA 2.600,00

3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

60 28.843.0002.0004.0000 AMORTIÇÃO DE DIVIDA PÚBLICA 25.000,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 07 05 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

153 10.301.0008.2046.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PROGRAMA SAUDE BUCAL 8.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

168 10.302.0009.2235.0000 TRANSPORTE DE PACIENTES P/ CONSULTA E EXAMES 46.390,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 14

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

165 10.301.0012.2052.0000 CONTRIBUIR COM O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SA 75.975,20

3.3.71.41.00 CONTRIBUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

01 09 01 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS

258 15.452.0006.2017.0000 MANUTENÇÃ E ENC. COM A SEC. DE OBRAS, VIACAO, SE 1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

263 15.452.0006.2209.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM LIMPEZA E CONSERVAÇÃO 17.992,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

265 15.452.0006.2210.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A ILUMINAÇÃO PUBLICA 70.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 01 00 CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

12 01.031.0001.2003.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO 269,25

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

15 01.031.0001.2003.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO 1.500,00

3.1.90.09.00 SALÁRIO-FAMÍLIA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

Artigo 2°.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Anulação:

01 02 01 GABINETE DO PREFEITO

2 04.122.0002.1168.0000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS -20.000,00

4.4.90.61.00 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

12 04.122.0002.2004.0000 MANUTENCAO E ENC. COM O GABINETE DO PREFEITO -390,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 01 00 CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

9 01.031.0001.2003.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO -269,25

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

11 01.031.0001.2003.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO -1.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 02 01 GABINETE DO PREFEITO

15 04.122.0002.2006.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A ASSESSORIA JURIDICA -70.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

18 04.122.0002.2006.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A ASSESSORIA JURIDICA -20.000,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

20 04.122.0002.2006.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A ASSESSORIA JURIDICA -32.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

23 04.122.0002.2205.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PAÇO MUNICIPAL -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

24 04.122.0002.2205.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PAÇO MUNICIPAL -1.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 05 01 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

44 04.122.0002.2201.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM SERVIÇOS DE CONTABILIDADE -30.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

45 04.122.0002.2201.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM SERVIÇOS DE CONTABILIDADE -5.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 05 07 ENCARGOS GERAIS

57 28.843.0002.0001.0000 PAGAMENTO E PARCELAMENTO DE DIVIDA COM O INSS -39.050,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 06 07 FUNDEB

01 06 07 FUNDEB

104 12.361.0007.2027.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM FUNDEB 40% -19.300,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 19

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

262 000 EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS

106 12.361.0007.2027.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM FUNDEB 40% -10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 19

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

262 000 EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS

01 07 05 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

132 10.301.0008.1136.0000 CONSTRUÇÃO DE PSF -20.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 14

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

133 10.301.0008.1137.0000 REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE SAUDE -46.975,20

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 02

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

149 10.301.0008.2046.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PROGRAMA SAUDE BUCAL -1.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

157 10.301.0012.1167.0000 AQUISIÇÃO DE AMBULANCIA -31.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 0 1 14

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

159 10.301.0012.2049.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O CENTRO DE SAUDE -3.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

167 10.302.0009.1140.0000 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES -4.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 0 1 14

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 01 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERV

268 16.482.0014.1107.0000 DISTRIUIÇÃO DE KIT SANITARIO -1.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 01 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERV

269 16.482.0014.2208.0000 REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA -5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

270 17.512.0006.1113.0000 MELHORIA NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA -10.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

271 23.661.0006.1115.0000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS -12.600,00

4.4.90.61.00 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

273 26.541.0006.1114.0000 EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIARIA -10.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 10 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZ

295 27.812.0005.1162.0000 CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS ESPORTIVAS -5.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

305 27.812.0005.2225.0000 REALIZAÇÃO DE EVENTOS -10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 11 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E C

315 13.392.0004.1159.0000 CONSTRUÇÃO DE CENTRO CULTURAL -10.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 01

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

321 23.695.0004.1104.0000 CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PONTOS TURISTIC -10.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 99 99 RESERVA DE CONTINGENCIA

01 99 99 RESERVA DE CONTINGENCIA

356 99.999.9999.9999.0000 RESERVA DE CONTINGENCIA -17.992,00

9.9.99.99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SAO PEDRO DA CIPA, 02 de janeiro de 2015

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 058/2015 ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 058/2015 São Pedro da Cipa, *02 de Abril de 2015*

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências- Lei n°.486/2015.

ALEXANDRE RUSSI, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais:

DECRETA:

Artigo 1°

.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$107.500,00 distribuídos as seguintes dotações:

01 03 01 GABINETE DO SECRETARIO DE GOVERNO

371 04.122.0002.2111.0000 MANUTENCAO E ENC. COM SEC. DE GOVERNO 5.500,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

384 04.122.0002.2111.0000 MANUTENCAO E ENC. COM SEC. DE GOVERNO 2.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 05 01 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

373 04.122.0002.2008.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A SEC. DE ADMINISTRACAO E 5.500,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

385 04.122.0002.2008.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A SEC. DE ADMINISTRACAO E 2.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 06 01 GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCA

374 12.122.0007.2008.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A SEC. DE ADMINISTRACAO E 5.500,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

386 12.122.0007.2030.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O ENSINO FUNDAMENTAL - 2.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 06 08 FUNDO MUNICIPAL DO SALARIO EDUCAÇÃO

01 06 08 FUNDO MUNICIPAL DO SALARIO EDUCAÇÃO

375 12.122.0007.2246.0000 MANUTENÇÃO COM O TRANSPORTE ESCOLAR - SALARIO 15.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

376 12.361.0007.2246.0000 MANUTENÇÃO COM O TRANSPORTE ESCOLAR - SALARIO 15.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 07 05 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

377 10.122.0012.2236.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O GABINETE DO SEC. SAUDE 5.500,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

378 10.122.0012.2236.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O GABINETE DO SEC. SAUDE 10.000,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

387 12.122.0012.2236.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O GABINETE DO SEC. SAUDE 2.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 08 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

379 08.244.0013.2064.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O FUNDO DE ASSISTENCIA SO 5.500,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

388 24.244.0013.2064.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O FUNDO DE ASSISTENCIA SO 2.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 01 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS

380 15.452.0006.2017.0000 MANUTENÇÃ E ENC. COM A SEC. DE OBRAS, VIACAO, SE 5.500,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 01 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS

389 15.452.0006.2017.0000 MANUTENÇÃ E ENC. COM A SEC. DE OBRAS, VIACAO, SE 2.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 10 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

381 27.812.0005.2224.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O DESPORTO 5.500,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

390 27.812.0005.2224.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O DESPORTO 2.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 11 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTU

382 04.122.0004.2106.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE TURISMO E CULTU 5.500,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

391 04.122.0004.2106.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE TURISMO E CULTU 2.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 12 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

383 12.122.0003.2217.0000 MNUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE AGRICULTURA E ME 5.500,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

392 20.122.0003.2217.0000 MNUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE AGRICULTURA E ME 2.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

Artigo 2°. - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Excesso: 107.500,00

Fontes de Recurso

1 00 107.500,00

Artigo 3°. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro Da Cipa, 02 De Abril De 2015

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº. 064/2015 ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº. 064/2015 São Pedro da Cipa, 04 Maio de 2015

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras

providências- Lei n°.474/2015.

ALEXANDRE RUSSI, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais:

DECRETA:

Artigo 1°

.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$273.430,00 distribuídos as seguintes dotações:

01 05 01 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

37 04.122.0002.2008.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A SEC. DE ADMINISTRACAO E 920,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

43 04.122.0002.2008.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A SEC. DE ADMINISTRACAO E 23.200,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

373 04.122.0002.2008.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A SEC. DE ADMINISTRACAO E 400,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 06 01 GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCA

64 12.122.0007.2122.0000 MANUTENÇÃO E ENC COM GABINETE DA SECRETARIA M 16.630,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 0 1 01

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

65 12.122.0007.2122.0000 MANUTENÇÃO E ENC COM GABINETE DA SECRETARIA M 3.500,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

01 06 02 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO

89 12.361.0007.2032.0000 MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR 2. 000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 01

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

220 000 ENSINO FUNDAMENTAL

94 12.365.0007.2036.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A EDUCACAO INFANTIL - MEI 34.100,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 0 1 15

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

210 000 EDUCAÇÃO INFANTIL

01 06 02 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO

95 12.365.0007.2036.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A EDUCACAO INFANTIL - MEI 5.600,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 15

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

210 000 EDUCAÇÃO INFANTIL

01 07 05 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

142 10.301.0008.2045.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM PROGRAMA SAUDE DA FAMIL 5.400,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

149 10.301.0008.2046.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PROGRAMA SAUDE BUCAL 3.860,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

151 10.301.0008.2046.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PROGRAMA SAUDE BUCAL 410,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

158 10.301.0012.2049.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O CENTRO DE SAUDE 6.750,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

161 10.301.0012.2049.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O CENTRO DE SAUDE 3.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

01 08 01 GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIA

185 08.122.0013.2081.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE PROMOCAO SOCIA 2.300,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 08 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

191 08.241.0013.2057.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PROJETO CONVIVER 1.200,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 08 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

193 08.241.0013.2057.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PROJETO CONVIVER 1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

211 08.244.0013.2064.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O FUNDO DE ASSISTENCIA SO 4.560,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

218 08.244.0013.2068.0000 PROGRAMA DE APOIO A FAMILIA - PAIF 6. 000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 08 04 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

242 08.243.0013.2059.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O CONSELHO TUTELAR 500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 01 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS

251 15.452.0006.1166.0000 AQUISIÇÃO DE EQUIP. MÓVEIS E UTENSILIOS 9.300,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

256 15.452.0006.2017.0000 MANUTENÇÃ E ENC. COM A SEC. DE OBRAS, VIACAO, SE 20.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

258 15.452.0006.2017.0000 MANUTENÇÃ E ENC. COM A SEC. DE OBRAS, VIACAO, SE 45.100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

263 15.452.0006.2209.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM LIMPEZA E CONSERVAÇÃO 63.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

272 26.451.0006.1017.0000 RESTAURAR A BR 364/163 - PERIMETRO URBANO 3.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 01 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS

380 15.452.0006.2017.0000 MANUTENÇÃ E ENC. COM A SEC. DE OBRAS, VIACAO, SE 400,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 04 DAE - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

285 17.512.0006.2211.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O DAE - DEP. AGUA E ESGOT 9.300,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 10 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

300 27.812.0005.2224.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O DESPORTO 800,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

381 27.812.0005.2224.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O DESPORTO 400,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 11 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTU

382 04.122.0004.2106.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE TURISMO E CULTU 400,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 12 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

383 12.122.0003.2217.0000 MNUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE AGRICULTURA E ME 400,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

Artigo 2°.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:Anulação:

01 02 01 GABINETE DO PREFEITO

16 04.122.0002.2006.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A ASSESSORIA JURIDICA -400,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 02 01 GABINETE DO PREFEITO

17 04.122.0002.2006.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A ASSESSORIA JURIDICA -500,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

19 04.122.0002.2006.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A ASSESSORIA JURIDICA -500,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 03 01 GABINETE DO SECRETARIO DE GOVERNO

33 04.122.0002.2111.0000 MANUTENCAO E ENC. COM SEC. DE GOVERNO -1.200,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 05 07 ENCARGOS GERAIS

53 28.123.0002.0002.0000 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS -2.500,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

57 28.843.0002.0001.0000 PAGAMENTO E PARCELAMENTO DE DIVIDA COM O INSS -6.200,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 06 01 GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE E

67 12.122.0007.2122.0000 MANUTENÇÃO E ENC COM GABINETE DA SECRETARIA MUN -45.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 01

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

69 12.122.0007.2122.0000 MANUTENÇÃO E ENC COM GABINETE DA SECRETARIA MUN -10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 01

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

01 06 02 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO

86 12.361.0007.2030.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O ENSINO FUNDAMENTAL - -1.400,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 04

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

220 000 ENSINO FUNDAMENTAL

01 06 02 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO

96 12.365.0007.2036.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A EDUCACAO INFANTIL - MEI -1.700,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 0 1 15

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

210 000 EDUCAÇÃO INFANTIL

97 12.365.0007.2036.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A EDUCACAO INFANTIL - MEI -3.230,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 15

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

210 000 EDUCAÇÃO INFANTIL

99 12.365.0007.2036.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A EDUCACAO INFANTIL - MEI -30.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 15

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

210 000 EDUCAÇÃO INFANTIL

01 06 07 FUNDEB

106 12.361.0007.2027.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM FUNDEB 40% -49.400,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 19

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

262 000 EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS

113 12.365.0007.2027.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM FUNDEB 40% -11.530,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 19

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

262 000 EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS

01 07 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE SAUDE E SANEA

116 10.122.0012.2236.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O GABINETE DO SEC. SAUDE -12.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

119 10.122.0012.2236.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O GABINETE DO SEC. SAUDE -5.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

120 10.122.0012.2236.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O GABINETE DO SEC. SAUDE -5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

01 07 05 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

01 07 05 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

138 10.301.0008.2044.0000 MANUTENÇÃO E ENC. PROG AGENTE COMUNITARIO DE SA -500,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

156 10.301.0009.1137.0000 REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE SAUDE -10.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 02

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-<Nome do 1º convenio>

163 10.301.0012.2049.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O CENTRO DE SAUDE -23.412,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

170 10.303.0010.1133.0000 IMPLANTAÇÃO DE HORTAS MEDICINAIS -750,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 1 02

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

172 10.303.0010.2232.0000 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS -5.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. Grupo: 0 1 14

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

181 10.305.0011.2055.0000 MANUTENÇÃO E ENC VIGILANCIA EPIDE-MIOLOGICA -2.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

01 08 01 GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO S

187 08.122.0013.2081.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE PROMOCAO SOCIAL -5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 08 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

207 08.244.0013.1171.0000 CONSTRUÇÃO DE CREAS -3.500,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

217 08.244.0013.2064.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O FUNDO DE ASSISTENCIA SOC -2.497,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 03 SEÇÃO DE TRANSPORTES E MANUTENÇÃO

274 15.451.0006.1016.0000 AMPLIAR A REDE DE ILUMINACAO PUBLICA -5.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

275 15.451.0006.1108.0000 MELHORIA DOS PASSEIOS PUBLICOS -508,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

280 15.451.0006.1111.0000 EXECUÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTO ASFALTICO -3.890,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 10 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZ

305 27.812.0005.2225.0000 REALIZAÇÃO DE EVENTOS -6.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 99 99 RESERVA DE CONTINGENCIA

356 99.999.9999.9999.0000 RESERVA DE CONTINGENCIA -19.813,00

9.9.99.99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

Artigo 3°. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro da Cipa, 04 de maio de 2015

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº. 045/2015 ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº. 045/2015 São Pedro da Cipa, 02 de Janeiro de 2015

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar

Lei N.474/2015 e da outras providências.

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, no uso de suas atribuições

legais.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$1.097.010,17 distribuídos as seguintes dotações:

01 06 02 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO

77 12.361.0007.1155.0000 CONTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES 1.097.010,17

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 0 1 01

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

220 000 ENSINO FUNDAMENTAL

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Excesso: 1.097.010,17

Fontes de Recurso

1 01 1.097.010,17

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SAO PEDRO DA CIPA, 02 de janeiro de 2015

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 055/2015 ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 055/2015 São Pedro da Cipa, 02 de Março de 2015

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar

Lei N°.474/2015 e da outras providências.

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, no uso de suas atribuições

legais.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$712.779,00 distribuídos as seguintes dotações:

01 02 01 GABINETE DO PREFEITO

2 04.122.0002.1168.0000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS 38.000,00

4.4.90.61.00 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 06 01 GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCA

64 12.122.0007.2122.0000 MANUTENÇÃO E ENC COM GABINETE DA SECRETARIA M 1.100,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 0 1 01

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

65 12.122.0007.2122.0000 MANUTENÇÃO E ENC COM GABINETE DA SECRETARIA M 3.580,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

01 07 05 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

148 10.301.0008.2045.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM PROGRAMA SAUDE DA FAMIL 68.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

149 10.301.0008.2046.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PROGRAMA SAUDE BUCAL 4.815,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

165 10.301.0012.2052.0000 CONTRIBUIR COM O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SA 3.762,00

3.3.71.41.00 CONTRIBUIÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

01 08 04 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

01 08 04 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

246 08.243.0013.2060.0000 PROGRAMA DE ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL - 15.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 01 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS

251 15.452.0006.1166.0000 AQUISIÇÃO DE EQUIP. MÓVEIS E UTENSILIOS 4.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

258 15.452.0006.2017.0000 MANUTENÇÃ E ENC. COM A SEC. DE OBRAS, VIACAO, SE 138.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

264 15.452.0006.2210.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A ILUMINAÇÃO PUBLICA 2.200,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

269 16.482.0014.2208.0000 REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA 14.550,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 03 SEÇÃO DE TRANSPORTES E MANUTENÇÃO

277 15.451.0006.1110.0000 PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, SARJ GUIAS 108.472,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 04 DAE - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

285 17.512.0006.2211.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O DAE - DEP. AGUA E ESGOT 8.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 10 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

300 27.812.0005.2224.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O DESPORTO 1.100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 11 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTU

01 11 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTU

314 04.122.0004.2106.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE TURISMO E CULTU 1.200,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 01 00 CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

10 01.031.0001.2003.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO 3.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:Anulação:

01 02 01 GABINETE DO PREFEITO

13 04.122.0002.2004.0000 MANUTENCAO E ENC. COM O GABINETE DO PREFEITO -16.156,40

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

15 04.122.0002.2006.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A ASSESSORIA JURIDICA -10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

16 04.122.0002.2006.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A ASSESSORIA JURIDICA -12.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

17 04.122.0002.2006.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A ASSESSORIA JURIDICA -4.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

18 04.122.0002.2006.0000 MANUTENÇÃO E EN. COM A ASSESSORIA JURIDICA -6.000,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

22 04.122.0002.2204.0000 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO -5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

26 04.122.0002.2205.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PAÇO MUNICIPAL -1.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 05 01 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 05 01 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

49 04.122.0002.2201.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM SERVIÇOS DE CONTABILIDADE -9.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 05 07 ENCARGOS GERAIS

56 28.843.0002.0001.0000 PAGAMENTO E PARCELAMENTO DE DIVIDA COM O INSS -5.000,00

3.2.90.22.00 OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

57 28.843.0002.0001.0000 PAGAMENTO E PARCELAMENTO DE DIVIDA COM O INSS -69.095,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 07 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE SAUDE E SANEA

120 10.122.0012.2236.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O GABINETE DO SEC. SAUDE -2.200,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

01 07 05 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

156 10.301.0009.1137.0000 REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE SAUDE -40.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 02

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-<Nome do 1º convenio>

167 10.302.0009.1140.0000 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES -152.262,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 0 1 14

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 08 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

202 08.244.0013.1150.0000 REFORMA DE CENTRO MULTIPLO USO -5.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

203 08.244.0013.1151.0000 CONSTRUÇÃO DE CRAS -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 08 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

204 08.244.0013.1152.0000 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES P -11.100,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

206 08.244.0013.1154.0000 PROMOÇÃO E MANUTENÇÃO DE EVENTOS SOCIAIS -10.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 08 04 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCEN

242 08.243.0013.2059.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM O CONSELHO TUTELAR -5.963,20

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 01 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERV

265 15.452.0006.2210.0000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A ILUMINAÇÃO PUBLICA -2.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

271 23.661.0006.1115.0000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS -5.000,00

4.4.90.61.00 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 09 03 SEÇÃO DE TRANSPORTES E MANUTENÇÃO

280 15.451.0006.1111.0000 EXECUÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTO ASFALTICO -8.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 11 01 GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E C

319 18.541.0003.1123.0000 CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITARIO -10.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

327 27.695.0004.1102.0000 CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVENÇÕES E LAZER -4.550,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 12 01 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

328 17.605.0003.1169.0000 PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS -1.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

329 18.541.0003.1122.0000 AQUISIÇÃO DE AREA PARA O ATERRO SANITARIO -10.000,00

4.4.90.61.00 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

330 18.543.0003.1120.0000 RECUPERAÇÃO DE AREAS DEGRADADAS -2.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

331 18.543.0003.1121.0000 RECUPERAÇAO DE MARGENS E NASCENTES DE RIOS -1.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

333 20.122.0003.1119.0000 AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS -4.352,40

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

01 01 00 CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

9 01.031.0001.2003.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO -3.000,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SAO PEDRO DA CIPA, 02 de março de 2015

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 398/2015

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 30/06/2015, com término em 29/07/2015**, referente ao período aquisitivo de 02/05/2014 à 01/05/2015,* ao servidor ***ANDERSON ALVES DOS REIS*****,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.626.092-9 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 870.748.001.63, servidor com matricula no RH nº. 808, no cargo de **Agente de Manutenção – Vigia**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 387/2015

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**ao Senhor **NORIVAL BERTINATI**, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.004.604 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 630.144.591.00, servidor nocargo de **Agente da Administração Pública II - Motorista**, com matricula no RH nº. 122, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura – MT, de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos, afastar o servidor acima mencionada da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, a partir da data de 20/06/2015, transferindo os encargos salarial ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Tabaporã (Previporã), até a alta atestada pela equipe médica perita, em conformidade com as Leis 482/2004e a Lei 218/1999, art. 73, inciso I, §§ 2º, 3º e os Art. 74 a 76 e suas alterações.

Artigo 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 386/2015

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**ao Senhor **JOSE MARIA DA SILVA**, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.411.527 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 349.275.069.91, servidor nocargo de **Agente da Administração Pública II - Motorista**, com matricula no RH nº. 54, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura – MT, de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos, afastar o servidor acima mencionada da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, a partir da data de 19/06/2015, transferindo os encargos salarial ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Tabaporã (Previporã), até a alta atestada pela equipe médica perita, em conformidade com as Leis 482/2004e a Lei 218/1999, art. 73, inciso I, §§ 2º, 3º e os Art. 74 a 76 e suas alterações.

Artigo 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 392/2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **JOSE AILTON MATOS**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 505. 162 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 275. 612.831.72, servidor estável, admitido em 26/06/2006, nocargo de **Agente de Apoio a Saúde I – Vigia,** com matricula no RH nº. 831, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 08, para perceber na Classe A – Nível 09, correspondente ao valor de R$: 961,68 (Novecentos e Sessenta e Um Reais, Sessenta e Oito Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 385/2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **KAIT ANGEL LEAO**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8. 245.189-7 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 040.082.109.54, servidor estável, admitido em 19/06/2006, nocargo de **Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem,** com matricula no RH nº. 853, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe B – Nível 08, para perceber na Classe B – Nível 09, correspondente ao valor de R$: 1.236,24 (Um Mil, Duzentos e Trinta e Seis Reais, Vinte e Quatro Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 384/2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **FLAVIA REGINA DA SILVA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.834.122-5 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 023.614.511.82, servidora estável, admitida em 19/06/2008, nocargo de **Assistente Técnico da Saúde I – Auxiliar de Saúde Bucal,** com matricula no RH nº. 1130, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe B – Nível 06, para perceber na Classe B – Nível 07, correspondente ao valor de R$: 1.012,70 (Um Mil, Doze Reais, Setenta Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 381/2015

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR ESCOLARIDADE** da Servidora **ADRIANA SUTERO LANCONE,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.823.842-4 SJSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 942.959.051.00, servidora estável, admitida em 13/04/2012,com matricula no RH nº. 1357, nocargo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe B – Nível 2,** para perceber na categoria da **Classe B – Nível 3, correspondente ao valor de R$: 2.594,95 (Dois Mil, Quinhentos e Noventa e Quatro Reais, Noventa e Cinco Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 836/2011, Art. 44 § único c/c Art. 6 § 1º, inciso III e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 18 de Junho de 2015

.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 380/2015

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 90 (Noventa) dias, iniciando-se em 15/06/2015 com término em 12/09/2015**, do período aquisitivo de 02/01/2010 à 01/01/2015, sem prejuízo de sua remuneração* ao Senhor **NILTON JOSE PEREIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.072.076 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 361.628.339.68, servidor estável, com matricula no RH nº. 118 nocargo de **Professor,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com o Titulo V; Capitulo II; Seção III da Lei Municipal nº 836/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 18 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 379/2015

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 18*/06/2015, com término em 17/07/2015*, *referente ao período aquisitivo de 22/04/2014 à 21/04/2015,* a servidora ***MARIA ROZANGELA PENHA MARTINS*****,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.220.335-1 SJ/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 010.403.441.60, servidora com matricula no RH nº. 302, no cargo de **Agente de Apoio a Saúde I – Agente de Limpeza Pública,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 18 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 391/2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **DEVAIR SCAVAZINI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 5. 366.377-0 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 742.666.169.53, servidor estável, admitido em 26/06/2012, nocargo de **Agente da Administração Pública – Operador de Pá Carregadeira,** com matricula no RH nº. 1404, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe A – Nível 02 para perceber na Classe A – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 1.601,26 (Um Mil, Seiscentos e Um Reais, Vinte e Seis Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 378/2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **FLÁVIO APARECIDO DIAS**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 9.666.828-7 SESP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 828.723.331.34, servidor admitido em 18/06/2012, nocargo de **Especialista da Saúde I – Educador Físico,** com matricula no RH nº. 1403, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 02, para perceber na Classe A – Nível 03, correspondente ao valor de R$: 2.041,26 (Dois Mil, Quarenta e Um Reais, Vinte e Seis Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 18 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 388/2015

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS PROPORCIONAIS", de 15 (Quinze) dias, iniciando-se em 22/06*/2015, com término em 06/07/2015*, *referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 à 31/12/2014,* ao servidor ***CLAUDIO MACEDO DOS SANTOS*,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 793.265 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 884.562.421.87, servidor com matricula no RH nº. 1448, no cargo de **Secretário da Junta de Serviço Militar**, lotado no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 390/2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **ROGERIO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 18. 334.027-0 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 026.473.581.17, servidor estável, admitido em 23/06/2006, nocargo de **Agente de Saúde I – Agente de Combate as Endemias,** com matricula no RH nº. 825, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe D – Nível 08, para perceber na Classe D – Nível 09, correspondente ao valor de R$: 1.250,18 (Um Mil, Duzentos e Cinqüenta Reais, Dezoito Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 389/2015

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 22/06*/2015, com término em 21/07/2015*, *referente ao período aquisitivo de 07/05/2014 à 06/05/2015,* ao servidor ***JULIANO DA SILVA CABRAL*,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 33. 989.399-0 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 225.382.708.80, servidor com matricula no RH nº. 1104, no cargo de **Especialista da Saúde V – Enfermeiro**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 377/2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **RETORNAR DO AUXÍLIO DOENÇA a partir do dia 08/06/2015**, a Senhora **AGOSTINHA FERREIRA CARDOSO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.488.003-2 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 984.658.641.87, servidora estável, admitida em 10/09/2004,com matricula no RH nº. 407, nocargo de **Apoio Administrativo Educacional Nutrição Profissionalizado**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura – MT, de acordo com o Art. 76 da Lei Municipal nº. 218/99 e da Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 08/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 17 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 393/2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **EVERSON LUIS CREMONEZ**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.585.150-8 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 158.913.828.73, servidor estável, admitido em 29/06/2006, nocargo de **Especialista da Saúde V – Cirurgião Dentista,** com matricula no RH nº. 834, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe B – Nível 08, para perceber na Classe B – Nível 09, correspondente ao valor de R$: 4.059,93 (Quatro Mil, Cinqüenta e Nove Reais, Noventa e Três Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 394/2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **JOSE ANTONIO RODRIGUES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade

RG nº. 7.317.009 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 710.769.488.04, servidor estável, admitido em 29/06/2006, no-cargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** com matricula no RH nº. 835, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, da **Classe A – Nível 08 para perceber na Classe A – Nível 09, correspondente ao valor de R$: 1.404,82 (Um Mil, Quatrocentos e Quatro Reais, Oitenta e Dois Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 396/2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **ALESSANDRA APARECIDA GALVAO**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.534.212-3 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 004.090.241.20, servidora estável, admitida em 30/06/2006, nocargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, com matricula no RH nº. 852, lotada na Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura **da Classe E – Nível 08 para perceber na Classe E – Nível 09, correspondente ao valor de R$: 1.662,80 (Um Mil, Seiscentos e Sessenta e Dois Reais, Oitenta Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 395/2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **AILSON DA SILVA SANTOS**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 731.085-4 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 538.113.131.34, servidor estável, admitido em 30/06/2003, nocargo de **Agente da Administração Pública III – Pedreiro,** com matricula no RH nº. 12, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe C – Nível 11 para perceber na Classe C – Nível 12, correspondente ao valor de R$: 1.398,65 (Um Mil, Trezentos e Noventa e Oito Reais, Sessenta e Cinco Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 397/2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **ANGELO BONTEMPO NETO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.502.095-9 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 724.748.741.00, servidor estável, admitido em 30/06/2008, no-cargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** com matricula no RH nº. 1132, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe C – Nível 04 para perceber na Classe C – Nível 05, correspondente ao valor de R$: 1.557,40 (Um Mil, Quinhentos e Cinqüenta e Sete Reais, Quarenta Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 036/ADM/2015

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº036/ADM/2015	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ FRANCISCO JOAQUIM DE SANTANA /** SEGUNDO TERMO DE POSTILAMENTOAO CONTRATO **Nº** 123/ADM/2011 (OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES DO DISTRITO DE SÃO JOAQUIM DO BOCHE PARA A UNIDADE MISTA DE SAÚDE DE TANGARÁ DA SERRA E RETORNO AO DISTRITO DE SÃO JOAQUIM DO BOCHE)/ R$ 31.500,00 / DATA DA ASSINATURA: 17/06/2015

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2015/ SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO Nº. 018/2015/ SAMAE**, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (ETANOL COMUM, GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S-10), PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS DO SAMAE E DEMAIS VEÍCULOS QUE VENHAM A SER ADQUIRIDOS,** as empresas **AUTO POSTO FAVETTI LTDA – CNPJ: 05.666.280.0001/95** para os itens 01 e 02 e **A. PIVA & PIVA LTDA– CNJP: 00.117.080.0002-40** para os itens 03 e 04.

Tangará da Serra/MT, 19 de Junho de 2015.

Pablo Rodrigo Perez Selle

Coordenador do Setor de Licitação do SAMAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 061/2015 - P S 004/2014 - CONVOCAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR 061/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 004/2014, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Assistência Social.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 22/06/2015 às 08h00min para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

964 -AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - ZONA URBANA						
Nº	**INSCRIÇÃO Nº**	**NOME**	**TÍTULOS**	**OBJETIVA**	**TOTAL**	**SITUAÇÃO**
24	2871	ANDRE FERREIRA DA SILVA	0,00	56,00	56,00	CLASSIFICADO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 23/06/2015 e 24/06/2015 das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com cópia e original:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2014);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar;

v) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria “D”, para os cargos de Motorista;

2. O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 19 de Junho de 2015.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Iolanda Cristina do Nascimento Garcia

Secretária Municipal de Educação e Cultura

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2015/ SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO Nº. 017/2015/ SAMAE**, referente a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA OS DEPARTAMENTOS DO SAMAE** a empresa **PAPELARIA MULTIPEL – LIVRARIA E PAPELARIA E. M. LTDA, CPJ: 74.177.593.0001/00** para os itens: 04, 09, 10, 19, 25, 37, 40, 44, 45, 47, 49, 50, 53, 56, 58, 59, 63, 64, a empresa **MAXPEL – V. M. LIVRARIA E PAPELARIA LTDA-ME, CNPJ: 08.909.629/0001-60,** para os itens: 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 41, 42, 43, 46, 48, 51, 52, 54, 55, 57, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, e a empresa **RICARDO C. COSTA EIRELLI-ME, CNPJ: 20.830.599/0001-06** o item 36.

Tangará da Serra/MT, 19 de Junho de 2015.

Pablo Rodrigo Perez Selle

Coordenador do Setor de Licitação do SAMAE

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 038/ADM/2015

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº038/ADM/2015	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ SILVIO SALES DOS SANTOS /** SEGUNDO TERMO DE POSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 124/ADM/2011 (OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO PARA A UNIDADE MISTA DE SAÚDE DE TANGARÁ DA SERRA E RETORNO AO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO)/ R$ 52.920,00 / DATA DA ASSINATURA: 17/06/2015

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 037/ADM/2015

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº037/ADM/2015	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ TEODOMIRO BATISTA DE OLIVEIRA /** SEGUNDO TERMO DE POSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 122/ADM/2011 (OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO PARA A UNIDADE MISTA DE SAÚDE DE TANGARÁ DA SERRA E RETORNO AO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO)/ R$ 52. 920,00 / DATA DA ASSINATURA: 17/06/2015

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 035/ADM/2015

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº035/ADM/2015	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ JOSIAS BATISTA DE SOUZA** TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº126/ADM/2011 (OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES DA GLEBA TRIANGULO PARA A UNIDADE MISTA DE SAÚDE DE TANGARÁ DA SERRA E RETORNO A GLEBA TRIANGULO)/ R$ 25.200,00 / DATA DA ASSINATURA: 17/06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2015

A Comissão Permanente de Licitação TORNAM PÚBLICO o resultado da Tomada de Preços nº 002/2015, cujo objeto é a contratação de empresa para realização de obra para construção de calçadas na Praça Santa Vitória, referente ao Contrato de Repasse nº 793251 / 2013 – Ministério do Turismo / Caixa Processo nº 2628.1010176-08 / 2013. Foi vencedora do certame a empresa:

G. D. BARBOSA & CIA LTDA – ME, com o valor total R$ 300.240,46.

Torixoréu – MT, 19 de junho de 2015.

EURICE DOS SANTOS DE FREITAS

Presidente da C.P.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

LEI Nº 1.193, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O DECÊNIO 2015-2025, NA FORMA A SEGUIR ESPECIFICADA, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, de caráter plurianual, que se apresenta na forma do Anexo Único desta Lei e que desta é parte integrante, com duração de dez anos, em cumprimento á Lei Federal nº. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º - Fica autorizada a instituição de Comissão Permanente de Avaliação sob a coordenação daSecretaria Municipal de Educação – SME, para acompanhamento da execução e avaliação periódica do Plano Municipal de Educação.

Parágrafo Único - A cada dois anos, ou a qualquer tempo, extraordinariamente, o Plano será avaliado em um Fórum Municipal de Educação com a participação de autoridades do Executivo e Legislativo, educadores e representantes da sociedade civil, cabendo ao Legislativo Municipal aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

Art.3º - Os Planos Plurianuais do Município (PPA), nos próximos dez anos, deverão ser elaborados de forma a dar suporte aos objetivos e metas constantes no Plano Municipal de Educação, no que for de responsabilidade do próprio Município.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade dos Poderes Legislativo e Executivo a tarefa de divulgação do Plano objeto desta Lei, para que a sociedade dele tome conhecimento e acompanhe a sua execução.

Art. 5º- As despesas decorrentes da aprovação desta Lei correrão por conta de dotações próprias previstas em orçamento.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, 18 de junho de 2015.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PORTARIA N.º 153/2015. DE 17 DE JUNHO DE 2015

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora NORMA FRANCISCA DA SILVA, matrícula nº 1063 lotada na Secretaria de Educação no cargo de Professora, conforme processo de solicitação a partir de 01/06/2015 a 08/12//2015, e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/06/2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 152/2015

DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especialmente o que dispõe a seção III, art. 33, da Lei 747/2008 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerandoo laudo médico emitido pelo Médico Perito Oficial do Município, onde se verifica que a servidora pública ***MARISA PAULUS MOTA*** *está temporariamente inapta para o exercício das funções de* ***PROFESSORA DE V A VIII****, concluindo que poderá ser feito o ajustamento de função;*

Considerando as regras contidas no artigo 34 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vila Rica (Lei Municipal nº 747/2008 de 22/02/2008);

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica readaptada temporariamente até **30 de Dezembro de 2015** a Sr.ª **MARISA PAULUS MOTA,** matrícula nº 212 Classe "B" Nível 24, para atividades extras salas que não **exijam o uso excessivo da voz**.

Art. 2º- A Secretaria de Educação ficará responsável a realizar o processo de readaptação em local, função e horário nos termos do artigo 1º desta portaria.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º147/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- NOMEAR no cargo em comissão Odorico Raimundo da Costa, Assistente de Gabinete no gabinete do vereador Gidenor Anselmo de Menezes.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 16 de Junho de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1ºSecretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 149/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- NOMEAR no cargo em comissão Valdete Pereira Leite Silva, Auxiliar da Divisão de Almoxarifado.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 18 de Junho de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1ºSecretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RESULTADO DE ANÁLISE DE DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇON.º 03/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE– MT

OBJETO:REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E AQUISIÇÃO DE TONNER PARA ATENDER À CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT

A Pregoeira Oficial e sua Equipe de Apoio da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT tornam público aos interessados que após análise dos Documentos de Habilitação decide:

1 – Pela Inabilitação da Empresa GRAFITTE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-EPP, tendo em vista o descumprimento da Cláusula 9.4.4 do Instrumento Convocatório, uma vez que não apresentou a Certidão Negativa de Débito Municipal expedida pela Secretaria Municipal de Receita da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.

Sendo assim, convoco as empresas participantes para sessão pública a realizar-se às 08:00 horas (horário local) do dia 26 DE JUNHO DE 2015, com vistas a darmos continuidade na licitação em epígrafe.

Várzea Grande/MT, 19 de Junho de 2015.

SUELEN CRISTINA ALVES DE MORAES

Presidente da Comissão de Licitação

ATO Nº. 560/2015

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal ;

R E S O L V E:

NOMEAR Joanildo Batista de Barros, no cargo em comissão de Gerente – DNS 6, na Secretaria Municipal de Administração, **a partir de 15 de junho 2015.**

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de junho de 2015.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal*

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 148/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- NOMEAR no cargo em comissão Generosa Silva Santos Corrêa, Assessora de Gabinete da Presidência.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 18 de Junho de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1ºSecretário

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 30/2015

Processo n. 274222/2015. O Município de Várzea Grande-MT, através da Superintendência de Licitação, comunica aos interessados que o PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, tendo como critério de julgamento o menor preço por Item, cujo objeto**:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento (incineração) e destino final dos resíduos oriundos do serviço de saúde (Grupo A, A2, B e E), resíduos per-

furo – cortante e medicamentos vencidos, de todas as Unidades de Saúde da rede pública municipal, conforme editais e anexos, A realização esta prevista para o dia **22** de junho de 2015, às 10h00min (horário Brasília - DF. Foi **PRORROGADO** para dia 06 de julho de 2015 às 10h00min, para adequações no Termo de Referência. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 12h00min às 18h00min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 50,00 - não restituível e gratuitamente, no sitio: www.bll.org.br. Várzea Grande-MT, 19 de junho de 2015, Landolfo L Vilela Garcia, Pregoeiro Cassisu Clay Scofoni Faleiros de Azevedo, Secretário de Saúde.

ATO Nº. 574/2015

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Romildo Barrozo, no cargo em comissão de Gerente – DNS 6, na Secretaria Municipal de Viação e Obras, **a partir de 18 de junho 2015.**

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2015.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal*

ATO N° 540/2015

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

RESOLVE:

EXONERAR Everson Sanches Parra, do cargo em comissão de Gerente – DNS 6, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 08 de junho de 2015.

Registra-se, publica-se, cumpra-se

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 11 de junho de 2015.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
LEI Nº 3.851/2012

Lei Nº 3.851/2012

“Dispõe sobre a autorização para o Executivo Municipal parcelar débitos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e dá outras providências.”

ANTÔNIO GONÇALO PEDROSO “MANINHO” DE BARROS, Prefeito Municipal de Várzea Grande, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o parcelamento do total de suas dívidas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social– INSS, nos termos do artigo 1º e seguinte da Medida Provisória nº 598 de 13 de novembro de 2012.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 27 de dezembro de 2012.

ANTÔNIO GONÇALO PEDROSO “MANINHO” DE BARROS

Prefeito Municipal

ATO Nº. 555/2015

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e; conforme processo nº 310.570/2015;’

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido **Ivana Maria Borges Ferraz,** do cargo em comissão de Superintendente - DNS 3, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de **09 de junho de 2015**.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de junho de 2015.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal*

ATO Nº. 570/2015

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Márcio José de Campos, do cargo em comissão de Assistente Técnico - DGA 7, lotada na Secretaria Municipal de Viação e Obras, a partir de 01 de junho de 2015.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2015.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal*

ATO N° 567/2015

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

RESOLVE:

EXONERAR Juliana Grima dos Santos, do cargo em comissão de Assessor Especial – DNS 3, da Procuradoria Geral do Município, a partir de 12 de junho de 2015.

Registra-se, publica-se, cumpra-se

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2015.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO N° 568/2015

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

RESOLVE:

EXONERAR nos respectivos cargos em comissão, os servidores abaixo relacionados, da Procuradoria Geral do Município, a partir de 12 de junho de 2015:

Larissa Amorim Queiroz Machado	Assessor Jurídico	DNS - 5
Raphael dos Santos Rondon	Superintendente	DNS - 3

Registra-se, publica-se, cumpra-se

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2015.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 569/2015

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Jovana Maria da Silva Marques**,** do cargo em comissão de Coordenadora - DNS 4, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 11 de junho de 2015.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2015.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal*

ATO Nº. 551/2015

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E

NOMEAR Elizangela Batista de Oliveira, no cargo em comissão de Coordenador Administrativo e Financeiro – DNS 4, na Secretaria Municipal de Governo, a partir de 01 de junho de 2015.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de junho de 2015.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal*

ATO Nº. 571/2015

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal ;

R E S O L V E:

NOMEAR Rosilayne Figueiredo Campos, no cargo em comissão de Superintendente – DNS 3, na Procuradoria Geral do Município, **a partir de 15 de junho 2015.**

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2015.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal*

ATO Nº. 552/2015

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 311.657/2015.

R E S O L V E

NOMEAR Joenice Maria da Conceição, no cargo em comissão de Assistente Técnico – DNS 7, na Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, **a partir de 15 de junho 2015**:

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de junho de 2015.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal*

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 026/2015

PORTARIA Nº 026/2015

Eduardo Abelaira Vizotto – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.66/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2912 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal dos seguintes contratos:

Pregão Presencial n.º 007/2009

Contrato n.º 010/2010

3º Termo Aditivo n.º 04/2015

Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços técnicos especializados de gerenciamento e operação de ações comerciais pelo DAE/VG, durante todo o período de vigência do mesmo.

Fiscal: Ricardo Azevedo Araujo

RG N.º 27889981 SSP/SP CPF N.º 165.914.158-31

END.º: Rua Malaia n.º 181 Bairro: Shangrila Cidade: Cuiabá/MT

Matricula N.º 1.909

Suplente de Fiscal: Homero de Barros Albuquerque Esteves

RG N.º 1808595 SSP/DF CPF N.º 905.298.391-72

END.º: Rua São Francisco de Assis n.º 175 Bairro: Centro Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 1.906

Art. 2°. Essa portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrario.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 19 de junho de 2015

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

ATO Nº. 561/2015

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Wilson Gusmão Alves, no cargo em comissão de Gerente – DNS 6, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 15 de junho de 2015.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de junho de 2015.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal*

ATO Nº. 553/2015

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR nos respectivos cargos em comissão, os servidores abaixo relacionados, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **a partir de 01 de junho 2015**:

Fernanda das Graças Fialho Acosta	Coordenador	DNS 4
Carlos Eduardo de Magalhães	Ouvidor	DNS 6

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de junho de 2015.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal*

ATO Nº. 562/2015

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal ;

R E S O L V E:

NOMEAR Alda Maria de Figueiredo Silva no cargo em comissão de Gerente – DNS 6, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 15 de junho de 2015.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de junho de 2015.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal*

ATO Nº. 558/2015

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E

NOMEAR nos respectivos cargos em comissão, os servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Governo, **a partir de 15 de junho 2015**:

Esperidião Leite de Oliveira	Assistente Técnico	DNS 7
Liana Gonçalina de Amorim	Auxiliar Técnico	DNS 8
Mateus Magalhães	Assessor Técnico	DNS 6

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de junho de 2015.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal*

ATO Nº. 559/2015

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR nos respectivos cargos em comissão, os servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, **a partir de 15 de junho 2015**:

Jhonatan da Silva Gusmão	Coordenador	DNS 4
Edson Emiliano Gonçalves	Assistente Técnico	DNS 7

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de junho de 2015.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal*

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 025/2015

PORTARIA Nº 025/2015

O Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.733/97 e alterações resolve:

Art. 1º Designar o servidora ADRIANA PEREIRA DA SILVA, para representar a autarquia municipal na qualidade de preposta nas audiências administrativa junto ao PROCON – Proteção e Defesa do Consumidor e, judiciais junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso e respectivas comarcas.

Art. 2º É vedado ao preposto transigir sem autorização expressa do Procurador Chefe ou Diretor Presidente da autarquia municipal.

Publique-se.

Várzea Grande/MT, 19 de junho de 2015

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL E REABERTURA DE PRAZO

Processo Licitatório: 062/2015.

Tomada de Preço: 013/2015.

Objeto: Contratação de empresa para construção de praça nova no Bairro Guarujá Expansão, Município de Água Boa-MT, conforme anexos do Edital.

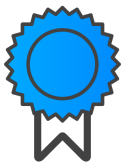
Conforme Art. 21 § 4 da Lei 8.666/93, informamos alterações nas planilhas, anexos do edital, do processo citado e comunicamos que a abertura dos envelopes de habilitação e proposta de preço será no dia 17/07/2015, ás 8h30min.

Água Boa, 19 de junho de 2015.

Vera Lucia Fries

Comissão Permanente de Licitação

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Sun Jun 21 22:31:14 UTC 2015
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170114572883537006
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)